UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

LÍVIA MASCHIO FIORAVANTI

**Do agronegócio à cidade como negócio: a urbanização de uma
cidade mato-grossense sob a perspectiva da produção do espaço**

Versão Corrigida

São Paulo

2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

LÍVIA MASCHIO FIORAVANTI

**Do agronegócio à cidade como negócio: a urbanização de uma
cidade mato-grossense sob a perspectiva da produção do espaço**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Geografia Humana, do
Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo.

Versão Corrigida

Orientadora: Prof.^a Dra. Glória da Anunciação Alves

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F517a Fioravanti, Livia
Do agronegócio à cidade como negócio: a urbanização
de uma cidade mato-grossense sob a perspectiva da
produção do espaço / Livia Fioravanti ; orientador
Glória Alves. - São Paulo, 2018.
326 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Urbano. 2. Agronegócio. 3. Produção do Espaço. 4.
Concentração Fundiária. 5. Mato Grosso. I. Alves,
Glória, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA TESE**Termo de Ciência e Concordância da orientadora**

Nome da aluna: Lívia Maschio Fioravanti

Data da defesa: 17/12/2018

Nome da orientadora: Glória da Anunciação Alves

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 26/04/2019

Nome: FIORAVANTI, Livia Maschio.

Título: Do agronegócio à cidade como negócio: a urbanização em uma cidade mato-grossense sob a perspectiva da produção do espaço

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Aprovado em: 17 de dezembro de 2018

Banca examinadora

Prof. Dr. Gustavo Francisco Teixeira Prieto

Instituição: UNIFESP

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. Rafael Faleiros de Padua

Instituição: UFPb

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos

Instituição: USP

Julgamento: Aprovado

AGRADECIMENTOS

Ser doutoranda e ter como desafio escrever uma tese é geralmente um caminho árduo, exigindo lidar com uma pesquisa que, a cada dia, ao mesmo tempo que se desdobra em novos rumos e leituras, também se direciona para o implacável momento da entrega do texto. Essa empreitada tornou-se particularmente mais tortuosa por demandar uma vida em uma nova cidade, vendo e sentindo muito daquilo que detalho nas próximas páginas. Também exigiu, além da distância neste meio de Brasil da família e de muitos amigos, equilibrar o estudo com uma jornada docente sempre, e cada vez mais, atribulada. Foi também atrevesado por um período político brasileiro extremamente preocupante e que ganhou expressividade nas últimas semanas (escrevo em outubro de 2018, entre o primeiro e o segundo turno das eleições). Esse momento torna o exercício acadêmico crítico dolorosamente mais difícil e necessário.

Nesse contexto, e diante de tantas outras razões, foram muitos aqueles que me ajudaram ao longo desses quatro anos, tornando possível minha dedicação à pesquisa e à elaboração deste texto. Agradeço a todos meus estudantes e orientandos do IFMT que me auxiliaram a entender uma cidade que sequer sabia da existência. Comentários aparentemente banais em sala de aula ou em reuniões contribuíram imensamente nos momentos iniciais. Particularmente, à Bia, ao Samuel e ao Renan, por mesmo depois das atividades de pesquisa continuarem na torcida e aparecendo para conversas e chocolates. À Ágatha, pela companhia em muitos dos trabalhos de campo em nosso curto, mas proveitoso, projeto de extensão. E, mais recentemente, também à Mayla, que me mostrou um belíssimo trabalho do qual participa na cidade.

Também agradeço a todos os entrevistados, notadamente aos moradores de Primavera do Leste: tanto os mais antigos quanto aqueles que chegaram mais recentemente e persistem em busca de emprego e da sobrevivência. Um agradecimento especial à Dona Maria José e sua família por toda a paciência de ter recebido inúmeras vezes a mim e a meus estudantes. Também sou grata aos corretores imobiliários e funcionários de empresas que gentilmente cederam informações para esta pesquisa. Da mesma forma, também agradeço aos funcionários dos cartórios e das secretarias municipais de Primavera e de Poxoréu pela cessão de dados e de documentos.

Agradeço ao IFMT a possibilidade de ter me dedicado, durante parte do desenvolvimento desta tese, em tempo integral à pesquisa. Sou grata a todos do IF que souberam entender este momento de sobrecarga. À Tatiane, pela companhia nos trabalhos de campo do nosso projeto de extensão. Ao Wesley, pelas palavras quando parecia que não ia dar conta. À

Grazi, agora também vizinha. Ao Gabriel, pelo apoio, e também ao Café, ao Everaldo e ao Max pelas conversas sobre Primavera.

Ao Igor, pela amizade de longa data e pelos desabafos e ajudas online regados a muito Lefebvre. Ao Fernando, pelo compartilhamento das angústias de Instituto Federal e de doutorado.

À minha família: minha mãe Regina (pela preocupação e carinho), meu pai Carlos (pelo incentivo à leitura e à escrita) e meu irmão César (nosso cozinheiro fitness). Por mesmo distantes fazerem o possível para ajudar neste momento nem sempre fácil da elaboração de uma tese. Ao Willian, em um agradecimento difícil de expressar nessas poucas frases. Obrigada pelo apoio diário e pelas constantes palavras quando a tese ou Primavera me cansavam (ou as duas coisas juntas). Pela ajuda fundamental nos trabalhos de campo finais da pesquisa, pela elaboração de quase todos os mapas desta tese, por ter me ajudado em um semestre insano com aulas para lecionar em Primavera e para assistir em São Paulo, mesmo quando estava em um momento difícil de sua própria tese. Agradeço pela serenidade e compreensão nos momentos difíceis e estressantes e, principalmente, pelo companheirismo ao longo destes quase dez anos.

Aos professores César Simoni Santos e Rafael Faleiros de Padua, cujas contribuições na banca de qualificação foram cruciais aos rumos da pesquisa. Certa que não dei conta na tese de todas as possibilidades vislumbradas na qualificação, agradeço imensamente a convicção que me deram em alguns dos caminhos já trilhados, alertando também para possíveis armadilhas que a pesquisa poderia me levar. Também sou grata ao professor Gustavo Teixeira Prieto pelas imprescindíveis sugestões no momento da defesa.

E, por fim, à professora Glória, com imensa admiração: pelo percurso desde a iniciação científica à conclusão deste tese. Pela paciência e pela confiança em mais esta empreitada. Meus agradecimentos vão muito além deste texto: envolvem o tanto que pude aprender pessoal e profissionalmente na convivência e amizade nestes anos. Obrigada!

RESUMO

FIORAVANTI, Livia Maschio. Do agronegócio à cidade como negócio: a urbanização de uma cidade mato-grossense sob a perspectiva da produção do espaço. 326 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2018.

Esta pesquisa evidencia as contradições da produção do espaço urbano da cidade de Primavera do Leste, Mato Grosso, com ênfase aos negócios fundiários e às implicações espaciais de uma cidade que já surgiu como um grande negócio. Considera uma perspectiva crítica da produção do espaço, que propõe uma abordagem caracterizada pela primazia do urbano, e relativiza o papel da agricultura capitalista nos processos de urbanização desta e de outras cidades implantadas principalmente a partir da década de 1970 no contexto da expansão territorial da acumulação capitalista rumo ao centro-oeste do Brasil. A monopolização da propriedade fundiária, forjada na expansão da fronteira e nas mãos de muitos dos hoje considerados pioneiros de Primavera do Leste, tem como consequência não somente uma pesada ingerência sobre a dinâmica do mercado imobiliário mas também um domínio do espaço que alcança as relações concretas da vida cotidiana. Loteamentos inteiros do espaço primaverense pertencem às mesmas famílias ou grupos de empresas, que impõem preços elevados e padrões homogêneos a grande parte da cidade ao determinarem os tamanhos dos terrenos e suas formas de aquisição. Da mesma forma, há um extremo controle em relação à população mais pobre e à produção das periferias. Por meio da ideologia do pioneirismo preenchida de um discurso meritocrático, parcela significativa da população é vista como não tendo a legitimidade de morar ou sequer de pertencer à cidade. Tendo como base levantamento bibliográfico, realização de entrevistas e de trabalhos de campo, aprofunda-se, neste sentido, os conteúdos de uma urbanização até hoje controlada por um pequeno grupo de detentores do poder econômico e político, cujo alicerce está na concentração de terra, de poder e de capital reiteradamente fortalecida na sociedade brasileira.

Palavras-chave: urbano; agronegócio; produção do espaço; concentração fundiária; Mato Grosso.

ABSTRACT

This research highlights the contradictions in the production of urban space in the city of Primavera do Leste, Mato Grosso, emphasizing land businesses and the spatial implications of a city that has emerged as a major business. It considers a critical perspective of the production of space, which proposes an approach characterized by the priority placed on the urban. Moreover, it puts into perspective the role of capitalist agriculture in the urbanization processes of this and other cities established mainly after the 1970s in the context of the territorial expansion of capitalist accumulation towards the Midwest of Brazil. The consequence of the monopolization of land ownership, forged in the expansion of the frontier and in the hands of many of those considered today to be the pioneers of Primavera do Leste, is not only that of heavy interference in the dynamic of the real estate market, but also a control over space that reaches the concrete relations of everyday life. Entire plots of space in Primavera do Leste belong to the same families or groups of companies, who impose high prices and homogeneous standards to a large part of the city by determining the sizes of the lands and the ways they are acquired. Similarly, there is extreme control in relation to the poorer population and to production on the peripheries. Through the ideology of pioneerism, complete with a meritocratic discourse, a significant part of the population is seen as not having the legitimacy to live in or even belong to the city. Based on a bibliographic review, interviews and field work, we analyzed the components of an urbanization still controlled today by a small group of those who have economic and political power, whose foundation is on the concentration of land, power and capital, which is continuously strengthened in Brazilian society.

Keywords: urban; agribusiness; production of space; land concentration; Mato Grosso.

RESUMEN

La investigación evidencia las contradicciones de la producción del espacio urbano de la ciudad Primavera do Leste, en Mato Grosso-Brasil, con especial atención a los negocios de la tierra y a las consecuencias espaciales de una ciudad que surgió como un gran negocio. Considera una perspectiva crítica a la producción del espacio, que propone un abordaje marcado por la primacía de lo urbano, y relativiza el papel de la agricultura capitalista en los procesos de urbanización de esta y otras ciudades asentadas, principalmente a partir de la década de 1970, en un contexto de expansión territorial de la acumulación capitalista hacia el centro-oeste de Brasil. El monopolio de la propiedad de la tierra, forjado en la expansión de la frontera y puesto en las manos de muchos de los que hoy se consideran pioneros de Primavera do Leste, tiene como consecuencia no solo una fuerte injerencia sobre la dinámica del mercado inmobiliario, sino también un dominio del espacio, que alcanza las relaciones de la vida cotidiana. Loteos enteros del espacio de Primavera do Leste pertenecen a las mismas familias o grupos de empresas, las cuales imponen precios elevados y patrones homogéneos a gran parte de la ciudad mientras determinan los tamaños de los lotes y sus modos de adquisición. De la misma manera, hay un fuerte control con relación a la población más pobre y a la producción de periferias. Por medio de la ideología del pionero, completada con un discurso meritocrático, parte significativa de la población se considera sin legitimidad de vivir o mismo pertenecer a la ciudad. Basada en estudios bibliográficos, entrevistas y trabajos de campo, se profundiza, así, los hechos de una urbanización controlada, hasta hoy, por un pequeño grupo de detentores del poder económico y político, cuya base está en la concentración de tierras, de poder y de capital, reiteradamente afianzada en la sociedad brasileña.

Palabras clave: urbano; agronegocio; producción del espacio; concentración de tierra; Mato Grosso.

LISTA DE SIGLAS

AGROSTAT	Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro
CEMAT	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A
CMPL	Câmara Municipal de Primavera do Leste
CODEPRIM	Conselho de Desenvolvimento de Primavera do Leste
COHAB	Companhia de Habitação do Estado
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTG	Centro da Tradições Gaúchas
DNIT	Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMT	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IMEA	Instituto Matogrossense de Economia Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISA	Instituto Socioambiental
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rura
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PMPL	Prefeitura Municipal de Primavera do Leste
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TI	Terra Indígena
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Relação da urbanização oligopolista em Primavera do Leste com as famílias pioneiras	118
Tabela 2	Loteamentos previstos na Revisão do Plano Diretor de 2014 de Primavera do Leste	122
Tabela 3	Origem das empresas responsáveis pelos loteamentos e diversificação de investimentos	178
Tabela 4	Informações sobre o casas implantadas pelo MCMV no Tuiuiú	278

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Casa de alto padrão no centro da cidade de Primavera do Leste, MT	9
Figura 2	Rua no Jardim Universitário, a leste da MT-130	9
Figura 3	Núcleo urbano da cidade cercado por plantações – década de 1990	13
Figura 4	Anúncio de leilão do Finam colocando à venda ações da empresa Primavera d'Oeste	53
Figura 5	Balanço Fiscal da empresa Primavera d'Oeste de maio de 1975	57
Figura 6	Balanço Fiscal da empresa Primavera d'Oeste de dezembro de 1984	58
Figura 7	Balanço Fiscal da empresa Primavera d'Oeste de janeiro de 1986	59
Figura 8	Núcleo urbano no início da colonização de Primavera do Leste na década de 1970	71
Figura 9	Primavera do Leste na década de 1980 – vista a partir do loteamento Castelândia	71
Figura 10	Primavera do Leste na década de 1980 – vista a partir do centro	72
Figura 11	Placa anunciando a implantação da “Cidade Primavera” em 1978	72
Figura 12	Pensão em Primavera do Leste, 2004	103
Figura 13	Fachada de mesma pensão em Primavera do Leste, 2018	104
Figura 14	Fachada de mesma pensão em Primavera do Leste, 2018	104
Figura 15	Loteamento Belvedere	119
Figura 16	Loteamento Paraíso	119
Figura 17	Anúncio do loteamento Parque Eldorado – expansão	120
Figura 18	Implantação do Loteamento Vertente das Águas	120
Figura 19	Loteamento Poncho Verde – expansão	120
Figura 20	Vista aérea do loteamento Três Américas	124
Figura 21	Anúncio do loteamento Três Américas	124
Figura 22	Casa à venda no loteamento Três Américas	124
Figura 23	Loteamento Buritis – vista aérea, 2013	125
Figura 24	Casa à venda no loteamento Buritis III	125
Figura 25	Casa à venda no loteamento Buritis II - expansão	125
Figura 26	Loteamento Jd. Luciana – vista aérea, 2013	126

Figura 27	Jd. Veneza, próximo ao Parque das Águas – vista aérea, 2013	127
Figura 28	Terreno ocupado por apenas uma casa na Av. Campo Grande com Av. Minas Gerais	127
Figura 29	Casa e terrenos desocupados no Jardim Riva	128
Figura 30	Casa no Condomínio Cidade Jardim	129
Figura 31	Casa no Condomínio Porto Seguro	129
Figura 32	Terrenos no núcleo urbano doados pela família Castelli	149
Figura 33	Incorporação imobiliária de áreas até então ocupadas para a sojicultura	160
Figura 34	Apartamento à venda no centro	165
Figura 35	Apartamento à venda em Primavera II	165
Figura 36	Apartamento à venda no Jd. Riva	165
Figura 37	Apartamento à venda no Jd. Riva	165
Figura 38	Anúncio do loteamento Parque das Águas	167
Figura 39	Anúncio do loteamento Parque das Águas	167
Figura 40	Anúncios de empreendimentos no litoral catarinense divulgados em Primavera do Leste	180
Figura 41	Outdoor na BR-070, em Primavera do Leste	193
Figura 42	Casa de alto padrão no Jd. Riva, norte da BR e oeste da MT	200
Figura 43	Casas no Pq. Eldorado	200
Figura 44	Cortiços no Pq. Eldorado, Primavera do Leste	203
Figura 45	Conjunto de cortiços no Pq. Eldorado	203
Figura 46	Casa no loteamento Recanto dos Pássaros, em Sorriso	205
Figura 47	Empreendimento de alto padrão em Sorriso	206
Figura 48	Empreendimento de alto padrão em Sorriso	206
Figura 49	Conjunto de quitinetes ou cortiços a leste da BR-163, em Sorriso	206
Figura 50	Conjunto de quitinetes ou cortiços a leste da BR-163, em Sorriso	206
Figura 51	Casa a leste da BR-163, em Sorriso	207
Figura 52	Casa a leste da BR-163, em Sorriso	207
Figura 53	Casa de alto padrão em Lucas do Rio Verde	207
Figura 54	Casas na periferia de Lucas do Rio Verde	207
Figura 55	Primavera do Leste na década de 1980	212
Figura 56	Viaduto da BR-070	213
Figura 57	Cartaz próximo ao viaduto da BR	213
Figura 58	Av. Cuiabá com Av. São Paulo no ano de 2008	213
Figura 59	Conjunto de duplex no loteamento Parque das Águas, Primavera do Leste	215
Figura 60	Mirante em Campo Verde, Mato Grosso	215
Figura 61	Avenida em Lucas do Rio Verde	215

Figura 62	Casa de alto padrão no Jd. Riva, Primavera do Leste	216
Figura 63	Casa de alto padrão no Pq. das Águas, Primavera do Leste	217
Figura 64	Entrada da cidade de Campo Verde pela rodovia MT-140	219
Figura 65	Condomínio Costa Brava, em Sorriso	219
Figura 66	Fachada de casa no Jardim Luciana, com placa de “alarme comunitário”	223
Figura 67	Monumento em homenagem aos “pioneiros” de Primavera do Leste	236
Figura 68	Loteamento Primavera III em maio de 2012	260
Figura 69	Moradores de rua e trabalhadores em Primavera do Leste	267
Figura 70	Moradores de rua e trabalhaores na praça central da cidade	268
Figura 71	Moradores de rua sendo encaminhados para a Feira Municipal	272
Figura 72	Fundos das casas da Rua Amendoeira, Conj. Padre Onesto Costa – Primavera III	275
Figura 73	Casa na Rua Amendoeira	276
Figura 74	Casa na Rua Amendoeira	276
Figura 75	Casa na Rua Amendoeira	277
Figura 76	Casa na Rua Amendoeira	277
Figura 77	Residencial Guterres, no bairro Tuiuiú	278
Figura 78	Residencial Mário Raiter, em Sorriso	279
Figura 79	“Casas da Perdigão” em Nova Mutum	282
Figura 80	Regulamento das “casas da Perdigão”	282
Figura 81	“Casas da Sadia”, em Lucas do Rio Verde	284
Figura 82	Casa com numeração feita pela Secretaria de Assistência Social	289
Figura 83	Casa com indicação de demolição pela Secretaria de Assistência Social	289
Figura 84	Favela da BR-070, ao norte da rodovia	295
Figura 85	Crianças brincam em meio ao entulho de casas demolidas	298
Figura 86	Rodovia BR-070 e o trecho sul da favela	299
Figura 87	Favela da BR- 070, ao sul da rodovia	303
Figura 88	Casa no trecho sul da BR	303
Figura 89	Interior de uma casa da BR	306
Figura 90	Interior de uma casa na BR	306
Figura 91	Muro separando duas casas na favela da BR	307
Figura 92	Morador da BR carrega água para consumo	308
Figura 93	Família de Antônia em julho de 2016	308

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização de Primavera do Leste em Mato Grosso e no Brasil	7
Mapa 2	Primavera do Leste: perímetro urbano (setores censitários IBGE) e rodovias, 2010	8
Mapa 3	Loteamentos implantados e aprovados em Primavera do Leste, 2018	10
Mapa 4	Município e núcleo urbano de acordo com delimitação do IBGE	12
Mapa 5	Urbanização oligopolista em Primavera do Leste - MT	118
Mapa 6	Loteamentos em Primavera do Leste previstos para implantação na proposta de Revisão do Plano Diretor, 2014	121
Mapa 7	Loteamentos em Sorriso, 2017	153
Mapa 8	Loteamentos da JAR em Nova Mutum, 2017	156
Mapa 9	Perímetro urbano vigente em 2003 e perímetro proposto na revisão do Plano Diretor	159
Mapa 10	Percentual de domicílios alugados em Primavera do Leste, 2010	166
Mapa 11	Zona Urbana de Primavera do Leste: Pessoas responsáveis pelo domicílio com rendimento mensal de até meio salário mínimo (por setor censitário), 2010	199
Mapa 12	Primavera do Leste: Beneficiários do Bolsa Família por setor censitário, 2016	200
Mapa 13	Primavera do Leste: Percentual de pessoas brancas residentes por setor censitário, 2010	200
Mapa 14	Primavera do Leste: Percentual de pessoas pardas residentes por setor censitário, 2010	200
Mapa 15	Primavera do Leste: Percentual de pessoas pretas residentes por setor censitário, 2010	202
Mapa 16	Sorriso: domicílios particulares com rendimento mensal domiciliar per capital de até 2 salários mínimos	205
Mapa 17	Reserva Indígena Sangradouro cercada por plantações	254
Mapa 18	Localização do Residencial Mário Raiter, em Sorriso	280
Mapa 19	Localização das “casas da Perdigão”, em Nova Mutum	281
Mapa 20	Localização das “casas da Sadia”, em Lucas do Rio Verde	283
Mapa 21	Trajectoria dos moradores da BR-070 e a expansão das periferias	286

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
I. INTRODUÇÃO	6
1.1. Da paisagem aos negócios fundiários	11
1.2. Avanços da pesquisa e exigências teórico-metodológicas	17
1.3. Invertendo a perspectiva de análise: pela primazia do urbano	25
1.3.1. Uma sociedade urbana	25
1.3.2. A ideologia do “agronegócio”: qual “agro” e qual “negócio”?	28
II - O AVANÇO DA FRONTEIRA E A CIDADE COMO NEGÓCIO	38
2.1. Considerações iniciais sobre a fronteira	40
2.1.1. As especificidades da fronteira urbana mato-grossense	45
2.2. Primavera do Leste: um grande negócio	51
2.3. O aprisionamento das terras e a chegada dos donos da cidade	77
2.3.1. Estado, empresários e latifundiários	82
2.3.2. Mato Grosso e os projetos de colonização	87
2.3.3. Mato Grosso e as políticas territoriais	91
2.4. Conteúdos de uma modernização conservadora	96
2.4.1. As relações de trabalho análogas à escravidão	100
2.4.2. Os incentivos fiscais	106
2.4.3. A grilagem de terras e a concentração fundiária em Mato Grosso	108

III - O DOMÍNIO DO ESPAÇO: ESTRATÉGIAS FUNDIÁRIAS DE UMA CIDADE QUE TEM DONO	111
3.1. A concentração de terra, capital e poder na urbanização primaverense	112
3.2. Uma cidade que tem dono	115
3.2.1. O peso das ingerências espaciais	130
3.2.2. Estratégias e táticas espaciais	146
3.3. Valorização e precificação imobiliárias	160
3.4. Novas fronteiras mato-grossenses	169
3.5. Diversificação de investimentos	176
3.5.1. Articulando escalas: terra e soja como mediações financeirizadas	186
3.6. A segregação espacial em Primavera do Leste	193
3.6.1. Primavera do Leste na mídia	208
3.7. A imposição do espaço abstrato e de uma vida cotidiana fragmentada	211
 IV - LUTA PELO ESPAÇO: OS “PIONEIROS” E OS “OUTROS”	 228
4.1. O ideário do pioneirismo em uma ‘terra de oportunidades’	229
4.1.1. O mito do pioneiro herói	238
4.1.2. As representações do espaço na reprodução da fronteira	247
4.2. O cerco aos Xavantes	252
4.3. Pobreza tolerada e espaços controlados	259
4.3.1A estigmatização dos “pés-inchados”	264
4.3.2. Os conjuntos habitacionais nas periferias	274
4.3.3. A favela da BR-070 em Primavera do Leste	285
4.3.3.1. Ao norte da rodovia: ocupação mais antiga	294
4.3.3.2. Ao sul da rodovia: ocupação mais recente	299
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 313
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 318

APRESENTAÇÃO

Deparei-me nesta pesquisa com o desafio de compreender a produção do espaço urbano de uma cidade que sequer sabia que existia até passar no concurso para professora do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Muitos dos elementos da cidade chamaram minha atenção assim que cheguei, em uma relação de estranhamento a um olhar até então acostumado à paisagem da metrópole paulistana.

Observa-se logo chegando à Primavera do Leste, seja vindo de Cuiabá, seja de Barra do Garças pela rodovia BR-070 ou de Paranatinga pela MT-130, uma gama variada de infraestruturas e serviços voltados a atender de modo mais imediato a demanda do “agronegócio”: são imensos silos; postos de gasolina abrigando diversos caminhões, dando suporte logístico para o escoamento da produção de soja; escritórios de grandes empresas transnacionais; lojas de venda e manutenção de máquinas agrícolas (tratores, colheitadeiras, semeadeiras, pulverizadores); corretoras de grãos; serviços especializados em assistência técnica e em consultoria agrícola e venda dos chamados insumos (sementes, fertilizantes e os agrotóxicos, denominados estrategicamente pelos empresários de “defensivos agrícolas”). Há ainda uma unidade de beneficiamento e processamento de soja da Cargill, às margens da BR, para produção de soja e de farelo. Outras empresas transnacionais, como Archer Daniels Midland, a ADM, e a Bunge – ambas estadunidenses e ligadas à compra de grãos, armazenagem, secagem, processamento, venda de produtos e exportação – também contam com unidades de armazenagem em Primavera do Leste.

A própria mancha urbana edificada é cercada por imensas plantações de soja, milho ou algodão, que ladeiam grande parte dos loteamentos residenciais da cidade. É também possível verificar a presença de pequenas placas nas rodovias apontando quais insumos foram utilizadas nas plantações daquelas propriedades (nomes como Dow, Dupont, Pionner...) ou a qual empresa estão vinculadas (como o brasileiro Grupo Bom Futuro ou o argentino El Tejar). Chegar ou sair de Primavera envolve necessariamente percorrer desoladores quilômetros e quilômetros da monotonia da monocultura de soja (por vezes, substituída pelo algodão ou pelo milho), interrompida praticamente apenas pelos silos, pelas colheitadeiras ou pelos outdoors exaltando produtos voltados ao chamado público do “agronegócio”.

Meu próprio trabalho como professora no Instituto Federal de Mato Grosso também traz caminhos para a reflexão. O objetivo constantemente reiterado nos diversos discursos

institucionais da instalação do *campus* Primavera do Leste é “formar profissionais para o agronegócio, da porteira para dentro e da porteira para fora”, isto é, nos processos que envolvem atividades antes do plantio (como elaboração e manutenção de maquinário e demais equipamentos, bem como produção de insumos) e depois do plantio e da colheita (na logística de armazenagem, beneficiamento e distribuição dos grãos, por exemplo). É possível caracterizar, inclusive pelos próprios cursos ofertados – Eletromecânica, Eletrotécnica, Logística, Informática, Engenharia de Controle e Automação, Tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e Química – uma tentativa de alinhamento às demandas e aos interesses dessa agricultura capitalista mecanizada.

Como professora, escutei inúmeras vezes estudantes de Ensino Médio comparando Primavera do Leste a demais cidades do Mato Grosso: “mas, aqui tem muito mais lugar bonito” – afirmam eles. Ou, simplesmente: “aqui é melhor”, sem saberem explicar exatamente em relação ao que ou por que.

Primavera do Leste é conhecida entre os mato-grossenses como uma cidade “bem organizada”, “planejada” e “jovem”. O fato de ser considerada “organizada” nos remete diretamente a um suposto papel do planejamento urbano na gestão e controle de determinados espaços da cidade, que, dita “jovem”, teria, portanto, todo o vigor e uma “vida inteira” ainda de oportunidades. Alguns moradores e representantes da mídia evocam – de maneira, no mínimo, exagerada – as denominações de “Europa brasileira”, “Suíça” e “Dubai” do Mato Grosso, em alusão a locais supostamente conhecidos pelo que se chama de qualidade de vida, marcados, ao menos no discurso, pela prosperidade econômica e opulência de grandes edifícios.

Em uma cidade onde aparentemente “só tem riqueza” e “ótima para quem quer trabalhar” – discurso reproduzido em grande medida pelos migrantes ou filhos de migrantes do Sul do Brasil – a existência de uma favela a menos de quinhentos metros do *campus* do IFMT foi surpresa para mim e alguns de meus estudantes. Localizada às margens da rodovia BR-070 sentido Barra do Garças, compõe uma ocupação extremamente precária formada sobretudo por migrantes alagoanos e maranhenses. Juntamente com os conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida nas periferias da cidade, faz parte de uma “pobreza escondida” – tolerada, com frequência, somente como uma mão de obra sujeita a trabalhos temporários, braçais e mal remunerados.

Sendo assim, algumas das primeiras perguntas que surgiram em nosso caminho investigativo foram: quais processos explicariam tantas infraestruturas e serviços materializados no espaço ligados ao “agronegócio” e o que haveria de específico em uma cidade como Primavera do Leste? Ou, ainda, como explicar vários loteamentos na cidade sendo abertos

e uma imensa quantidade de terrenos vazios em determinados lugares? A concentração de renda, visível por meio do aparente contraste entre as mansões de bairros como o Jardim Riva e a favela da BR, causa espanto mesmo a um olhar acostumado à desigualdade das metrópoles. Essas e outras perguntas conduziram-nos a outra: qual o papel que efetivamente a agricultura mecanizada desempenha atualmente na produção do espaço e exerceu na implantação da cidade?

Problematizar algumas dessas questões nos levou a **relativizar** o papel usualmente atribuído à agricultura capitalista na produção destas cidades, (re)colocando a potência do próprio urbano na produção do espaço. É nessa direção que está, em nossa opinião, a contribuição de nossa pesquisa. Investigamos, na parte I desta tese, a urbanização de uma cidade que, por outras perspectivas teórico-metodológicas, seria vista somente, ou ao menos primordialmente, como uma “cidade do agronegócio”.

Além disso, para aprofundar nosso estudo foi preciso considerar determinadas características da própria dinâmica territorial da acumulação capitalista no Brasil. Não somente ponderamos o papel da agricultura nessas cidades como tomamos o urbano como **ponto de partida**. Em uma linha de abordagem relativamente pouco traçada mesmo dentro do escopo do que poderíamos denominar de Geografia Urbana, suscitaram-se novas indagações a respeito da produção do espaço primaverense. Esta perspectiva, a partir do urbano e tendo como objetivo debater a produção e reprodução do espaço nessas cidades, apenas pode ser compreendida à luz dos elementos que fundamentam a questão agrária brasileira – com frequência tratada de modo isolado ou restrito ao campo ou ao rural. Foi necessário nos debruçarmos, neste contexto e conforme exposto na parte II, na terra como fonte de acumulação, em um processo no qual a propriedade privada e seu monopólio explicam aspectos sociais, econômicos e políticos forjados no decorrer da ocupação do território mato-grossense.

Colocadas essas premissas teórico-metodológicas, que desviam de um deslumbre inicial dado pelo plano da paisagem e por uma cidade em meio à soja e descortinam uma realidade urbana, expomos, na terceira parte, de que modo a implantação de Primavera do Leste foi, em si, um grande negócio. Detalhamos como a expansão da fronteira do capital rumo ao sudeste de Mato Grosso foi essencialmente urbana e fundada na concentração de terra, de poder e de capital. Aprofundando no que Primavera do Leste apresenta de específico, retomaremos alguns dos momentos de sua produção do espaço, permeado por continuidades como a dominação privada de grandes propriedades nas mãos de grupos empresariais.

Visando a demonstrar que o avanço territorial do capital em direção a Mato Grosso trouxe profundas consequências à produção do espaço primaverense, detalhamos os conteúdos

e desdobramentos da constituição de uma “cidade que tem dono”. Serão desvendados processos de sua dinâmica imobiliária e da implantação de novos loteamentos, indicando-se quais os agentes sociais que a engendraram e por meio de quais estratégias e táticas de manipulação da renda fundiária e de valorização do solo urbano.

Assim, se em um primeiro momento de investigação enfatizamos o plano econômico e político, direcionando nosso estudo ao modo pelo qual Primavera foi planejada, por quais agentes sociais e quais características de sua dinâmica fundiária e imobiliária, é preciso problematizar quais são as implicações espaciais de uma produção do espaço comandada pela lógica e pela racionalidade da reprodução do capital. No plano social, a cidade é produzida enquanto prática socioespacial, na qual há a necessidade do espaço para a realização da vida. É neste plano também em que entram em conflito os interesses das diferentes classes sociais lutando por um espaço para a apropriação (realizando essencialmente o valor de uso por meio de um espaço para a moradia, o lazer, a fruição) ou por um espaço para dominação (efetivando, sobretudo, o valor de troca por meio de um espaço para a reprodução do capital). Procurando elucidar de que modo esse conflito aparece na luta pelo espaço em Primavera do Leste, alcançamos nosso último momento de exposição da pesquisa. Nele, desvelamos elementos das contradições da produção do espaço, apreendendo de que maneira o processo de segregação espacial tende a continuar se reproduzindo em Primavera do Leste, bem como quais são suas particularidades.

Problematizando a expansão das periferias em Primavera do Leste e aspectos do cotidiano de famílias de bairros periféricos da cidade (como Primavera III e Tuiuiú) ou daquelas cujas possibilidades para moradia apenas foram encontradas na favela lindeira à rodovia BR-070, apontamos na parte quatro desta tese práticas higienistas que relegam os pobres não somente às periferias, mas que tendem, inclusive, a expulsá-los da própria cidade. Revelam-se, neste sendo, outras facetas de uma Primavera do Leste que, no senso comum, aparece como um local em que todos podem enriquecer e ter a tão almejada “qualidade de vida”.

Esta pesquisa foi consubstanciada em levantamento bibliográfico, realização de trabalhos de campo e de entrevistas, bem como análises documentais e de material jornalístico (levantamento em acervos de jornais, revistas e material impresso). Também contou com estudo de dados estatísticos em fontes como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), secretarias municipais e demais instituições públicas, além de cartórios de registro de imóveis.

Por fim, cabe a ressalva de que optamos por ocultar muitos dos nomes dos entrevistados ou das pessoas que nos forneceram informações importantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Parte deste conteúdo aparece de forma genérica, apenas com a ocupação do entrevistado e mês da entrevista, ou ainda diluído no decorrer do texto. Tal escolha tem o objetivo de evitar eventuais constrangimentos àqueles que gentilmente colaboraram com nossa pesquisa ou ainda àqueles que são direta ou indiretamente responsáveis ou envolvidos nos processos aqui elencados.

I. INTRODUÇÃO

Nossa abordagem traz o desafio de compreender uma cidade parcialmente dinamizada pela agricultura capitalista em um contexto no qual muitos dos estudos partem de uma abordagem com um viés metodológico fortemente embasado em uma ênfase na técnica e que tem como escala de análise geralmente as relações econômicas estabelecidas entre cidades, sem de fato esmiuçar a escala intraurbana e suas relações sociais concretas ou desvelar, como propomos, a produção de cidades como um grande e rentável negócio.

A concepção teórico-metodológica que embasa esta pesquisa tem como fundamento o fato de que o processo de reprodução da sociedade realiza-se na produção do espaço, como aponta Ana Fani A. Carlos (2007, 2011a; 2011b) em diversas de suas obras. Essa noção é fundamental para a compreensão a partir da Geografia dos processos espaciais, que são, necessariamente, sociais. O espaço é condição, meio e produto da reprodução das relações sociais, interferindo, portanto, nessas relações (não sendo apenas produto) e tendo determinações na vida urbana.

Como afirma Henri Lefebvre (2008, p. 48-49), o espaço é o lugar da “produção no sentido amplo: produção de relações sociais e reprodução de determinadas relações”. É um produto social, sendo resultado do trabalho do homem, que produz o espaço ao realizar a própria vida. A noção de produção na perspectiva lefebvriana vai além, portanto, da produção de mercadorias *stricto sensu* e se relaciona à produção do próprio humano e das relações sociais. Ela é pensada aqui para além dos aspectos econômicos e se refere à própria realização da vida e do homem em sociedade. A noção de reprodução, por sua vez, mantém as produções já existentes e carrega condições para novas produções.

Na medida em que, como destaca Lefebvre (2006), as relações sociais se realizam concretamente enquanto relações espaciais, as relações sociais contraditórias (em uma sociedade de classes) implicam necessariamente em contradições do espaço, reproduzindo-as. Neste contexto, há uma contradição principal da produção do espaço: sua produção social e sua apropriação privada (CARLOS, 2011b). Dessa forma, nem todos, no processo de produção e reprodução do espaço – e aqui, particularmente, do espaço urbano – podem usufruir de um espaço cuja riqueza ajudaram a produzir.

A 240 quilômetros de Cuiabá, Primavera do Leste (**mapa 1**) é uma das cidades brasileiras cuja dinâmica econômica está de modo significativo relacionada, ao menos em comparação com outras cidades mato-grossenses e brasileiras, à agricultura capitalista mecanizada –

denominada pelo Estado, pela mídia e pelas empresas de “agronegócio”¹. Tecer uma pesquisa fundamentada na produção do espaço permite ir além das cifras da agricultura capitalista ou de estudos que apenas tangenciam os conteúdos da desigualdades espaciais. Uma construção teórico-metodológica que tem na produção do espaço seu eixo condutor, neste sentido, vai muito além da descrição, fazendo emergir ao debate o conteúdo das relações sociais que produzem o espaço, bem como dos conflitos e das contradições que lhe são inerentes.

Mapa 1. Localização do município de Primavera do Leste em Mato Grosso e no Brasil

Elaboração Cartográfica: Alcântara, Willian; Fioravanti, Livia, 2018.

Se as rodovias MT-130 e BR-070 que atravessam a cidade (**mapa 2**) parecem, na fala de muitos habitantes, separar “duas cidades”, essas diferenças são resultado de processos constitutivos da produção do espaço ao longo do tempo. Os moradores se referem não somente ao que veem no traçado urbano ou percebem na dificuldade da travessia de extremo para outro, mas ao próprio modo de vivenciar a cidade de acordo com qual “lado” da BR ou da MT estão.

¹ Cientes de que este termo é utilizado com um forte viés ideológico de modo exaltá-lo como uma atividade que poderia trazer crescimento econômico e desenvolvimento social, sendo – no discurso que se divulga geralmente pela mídia e empresários – praticamente isento de danos sociais e ambientais, utilizamos nesta tese o termo “agronegócio” entre aspas. Um debate mais aprofundado é realizado no item 1.3.2 (“A ideologia do ‘agronegócio’: qual agro e qual negócio?”).

No geral, bairros logo ao sul da BR ou imediatamente a leste da MT tendem a apresentar menor concentração de serviços públicos e de equipamentos de infraestrutura urbana. As casas são construídas em lotes menores – no geral de 20 por 10 ou 12 metros – e a maioria delas conta com menor acabamento.

Mapa 2. Primavera do Leste: perímetro urbano (setores censitários IBGE) e rodovias, 2010

Fonte: Fioravanti e Alcântara, 2017.

Nesse movimento de ocupação em lugares específicos por classes determinadas, houve uma maior convergência de famílias de menor renda nesses locais, que contavam, inclusive pela ausência ou precariedade de serviços públicos de infraestrutura urbana, com lotes e casas menos valorizados. A maior concentração de pessoas de maior e de menor renda faz parte de um mesmo processo, isto é, não há uma dicotomia entre os espaços ao sul ou ao norte da BR, a leste ou a oeste da BR (**figuras 1 a 2**), que surgem muitas vezes como cidades distintas para os moradores.

Procuraremos demonstrar, nesta pesquisa, que há uma desigualdade na produção do espaço que aparece no acesso desigual à propriedade privada da terra. Essa desigualdade é explicada pelas contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista e fundadas em um espaço produzido socialmente, mas dominado de modo privado. Para que possamos desvendar as contradições da produção do espaço, desconstruímos discursos como os de “cidade planejada” e “organizada” e desnudamos conflitos e processos que aparecem como naturalizados.

Figura 1. Casa de alto padrão no centro da cidade de Primavera do Leste, MT

Casa ao norte da BR-070 e a oeste da MT-130. Foto da autora, 01 jul. 2017.

Figura 2. Rua no Jardim Universitário, a leste da MT-130

Rua sem pavimentação e tratamento de esgoto. Foto da autora, 19 set. 2014.

Assim, revelaremos as contradições espaciais de uma cidade que, ao menos no que é divulgado pela mídia e alguns estudos acadêmicos, é exaltada por apresentar o segundo melhor Índice de Desenvolvimento Municipal do estado de Mato Grosso² e o quinto maior PIB do estado³, contando ainda com um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) elevado⁴ e sendo classificada como uma das cem cidades com menos de 100 mil habitantes que

² Em 2011, o município de Primavera do Leste foi classificado como o segundo melhor do estado de Mato Grosso, seguindo Lucas do Rio Verde, no índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (baseado em dados estatísticos de emprego, renda, saúde e educação). Disponível em: < <http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimentomunicipalresultado.htm?UF=MT&IdCidade=510704&Indicador=1&Ano=2011> >. Acesso em: jan. 2018.

³ O PIB (Produto Interno Bruto) total de Primavera do Leste foi o quinto maior do estado em 2011, precedido pelo de Cuiabá, Rondonópolis, Várzea Grande e Sorriso (IBGE).

⁴ O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), que considera dados de longevidade, renda e educação, é classificado como alto, com valor de 0,752 em 2010 (diante de um IDHM médio do Brasil 0,727). Dados de PNUD, IPEA e FJP, disponíveis em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/primavera-do-leste_mt>. Acesso em: jan. 2018.

“esbanjam infraestrutura e condições adequadas de moradia”⁵. Esses índices, que aparentemente podem transmitir a ideia de que se trata de uma cidade homogênea e onde só há riqueza, escamoteiam processos contraditórios e contribuem para ocultar uma população pauperizada das próprias condições de sobrevivência. Abrigando uma parcela da população mais pobre, loteamentos como Pioneiro, São José, Serra das Flores, Cristo Rei, São Genoato, e São Cristóvão (**mapa 3**), são frequentemente deixados de lado nos discursos que se referem a uma Primavera do Leste rica e próspera.

5 Em janeiro de 2016, uma reportagem publicada pela revista Exame colocou Primavera como a 19ª cidade como uma das cem cidades do Brasil entre 50 mil a 100 mil habitantes que “dão um show de infraestrutura” e “proporcionam condições de moradia adequada”. O ranking leva em conta os seguintes indicadores: número de casas com internet de alta velocidade; índice de perdas na distribuição de água e quantidade de vezes em que ocorrem paralisações no sistema de distribuição de água. “100 cidades pequenas que dão um show de infraestrutura”. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/100-cidades-pequenas-que-dao-um-show-em-infra-estrutura>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

Além disso, há moradores de rua em vários locais da cidade e uma favela, com aproximadamente noventa famílias, lindeira à rodovia BR-070. Muitas delas enfrentam dificuldades para obtenção de água (adquirida por meio de poços já secando ou então em obras próximas), de energia (com instalações improvisadas ou submetidas à cobrança de preços abusivos) e, inclusive, de comida (observam-se crianças pedindo comida nas casas e nos mercados do bairro). Existe, por fim, risco de desmoronamento e inundações – devido à própria infraestrutura e localização das casas – e de atropelamentos de pedestres ou capotamento de caminhões, dada a proximidade com a rodovia.

Da mesma forma que em outras cidades mato-grossenses como Sorriso e Lucas do Rio Verde, os moradores desses loteamentos configuram uma parcela da população que compõe uma pobreza profundamente estigmatizada e que mora em conjuntos residenciais no geral bastante afastados do centro, como nas casas em Primavera do Leste localizadas nos loteamentos Primavera III e Tuiuiú.

Além dessa desigualdade que se manifesta entre os loteamentos que abrigam população de maior ou de menor poder aquisitivo – como tendência, seguindo grande parte da delimitação dos próprio traçado das rodovias – e que deve ser desvendada a partir dos processos constitutivos da produção do espaço, Primavera do Leste guarda uma particularidade que lhe é fundante e central a esta pesquisa: foram os próprios negócios fundiários, consolidados com a configuração e monopolização da propriedade privada da terra no território mato-grossense e erigindo uma cidade mercadoria, que explicam parcela expressiva de suas contradições espaciais e do que hoje salta aos olhos como uma desigualdade atrelada à moradia ou aos serviços e infraestruturas urbanos.

1.1. Da paisagem aos negócios fundiários

Apreender a produção do espaço de Primavera do Leste sob uma perspectiva crítica traz uma necessária inversão analítica no que tange às abordagens que consideram a cidade ou núcleo urbano em uma dinâmica e especialização subordinada e atendendo às demandas das atividades agrícolas. Neste sentido, se a maioria das pesquisas sobre essas cidades são, com frequência, realizadas a partir de uma noção reduzida do agrícola, procuramos trazer nesta pesquisa o desafio teórico-metodológico de pensar a partir do urbano essas cidades cravadas em meio a extensas plantações de soja. Trata-se, portanto, de um urbano não meramente

necessário à realização da expansão agrícola, mas que se tornou sua própria finalidade por meio de uma rentável “invenção”, “produção” e “venda” de cidades em um contexto no qual as terras em Mato Grosso eram fragmentadas e loteadas, sendo consideradas como urbanas e passando por um forte processo de valorização.

O que aparece num primeiro momento no plano da paisagem, com intermináveis campos monocultores ou inúmeras lojas e serviços relacionados a insumos e maquinários agrícolas – em um cenário reforçado pela própria análise do **mapa 4** e da **figura 3**, com a mancha edificada da cidade cercada por plantações – poderia corroborar para uma importância sobreestimada das atividades agrárias e do chamado “agronegócio” nos processos espaciais de Primavera do Leste e de tantas outras cidades.

Mapa 4. Município e núcleo urbano de acordo com delimitação do IBGE

Em branco, delimitação do município. Em laranja, núcleo urbano segundo critérios administrativos do IBGE. Estradas em vermelho: de leste a oeste, BR-70; de norte a sul, MT-130. Imagem extraída e elaborada pela autora no *software Google Earth Pro*.

Figura 3. Núcleo urbano da cidade cercado por plantações – década de 1990

Núcleo urbano de Primavera do Leste cercado por plantações. Também é possível observar resquícios de vegetação em Áreas de Proteção Permanente margeando córregos. Fonte: Câmara Municipal de Primavera do Leste, 2016.

Tanto no decorrer da reprodução da fronteira quanto atualmente diante de um contexto de uma agricultura cada vez mais mecanizada e mundializada, os núcleos urbanos fornecem um suporte logístico essencial às atividades agrícolas. Na cidade, estão concentradas atividades voltadas a atender as demandas do campo, tais como: serviços financeiros e jurídicos, assistência técnica, fornecimento de insumos e de máquinas agrícolas, armazéns e indústrias que beneficiam a produção do campo, estabelecimentos comerciais e bancários. A cidade, no entanto, longe de ser um local passivo onde se concentram as atividades vinculadas ao campo – tanto atreladas à produção de commodities propriamente dita quanto aquelas vinculadas a infraestruturas e aos serviços especializados – foi a condição para que um campo cada vez tecnificado e financeirizado pudesse se realizar.

É nesse sentido que Volochko (2013, p. 24) afirma que “onde a terra está sendo cultivada como meio de produção das commodities internacionais a serem exportadas (sobretudo carnes e grãos), a extensão das grandes propriedades monocultoras não pode prescindir da centralização urbana”. Essa centralização urbana abrange, segundo o autor (2013), uma centralização técnica (por meio de atividades de controle e gestão da produção e de serviços de consultoria); política (por meio de políticas direcionadas ao “agronegócio”); e econômica (já que é na cidade onde estão as infraestruturas, os serviços, a concentração da mão de obra, assim como a elaboração de pesquisas e produção de parcela dos insumos agrícolas).

Todavia, mesmo que seja onde esteja concentrada a maior parte da infraestrutura, serviços e mão de obra, a cidade não pode, na perspectiva aqui adotada, ser vista como um lócus subordinado ao campo. Tal abordagem tenderia a considerar o avanço da acumulação territorial do capital do Centro-Sul do Brasil para as regiões Centro-Oeste e Norte como uma expansão da “fronteira agrícola”, caracterizando essas cidades, sobretudo, como um suporte aos serviços

e às infraestruturas demandados pelo “agronegócio”. Invertendo de modo significativo a investigação geralmente empreendida nos estudos dessas cidades que despontam como grandes produtoras da agricultura capitalista do país, avançamos no debate da produção acadêmica já realizada sobre estas cidades, (re)colocando o domínio do urbano nos processos da produção do espaço (e não no “agronegócio” ou na técnica). Assim, relativizamos, a importância da agricultura capitalista no processo de ocupação e produção dessas cidades, admitindo que os negócios com a propriedade privada da terra eram tão ou mais importantes do que aqueles voltados à produção agrícola (particularmente de soja).

Cabe, como aprofundaremos, pensar o urbano diante do processo de dominação privada da terra em Mato Grosso e em um contexto no qual a produção do espaço desempenha um papel cada vez mais primordial à reprodução do capital. Ao iluminar o que geralmente é compreendido pelo agrícola e enfatizarmos a constituição da terra mercadoria em Primavera do Leste, bem como a implantação de cidades como um grande negócio, potencializamos o papel de denúncia e de crítica aos discursos espaciais vinculados às chamadas “cidades do agronegócio” que camuflam uma urbanização inerentemente contraditória. O processo de urbanização é aqui compreendido a partir de uma dimensão qualitativa: mais do que um simples aumento da população considerada como urbana proporcionalmente maior do que a população vista como rural, há a produção de novos conteúdos e de novas relações sociais, com a disseminação de um modo de vida propriamente urbano.

Refletir sobre os processos de produção do espaço urbano primaverense e sobre a rentável “invenção” de cidades no território mato-grossense implica, neste contexto, um movimento regressivo à compreensão de determinados elementos relacionados à dominação e à monopolização da propriedade privada da terra em Mato Grosso.

Primavera do Leste nasce, como projeto de cidade, com a incorporação da Amazônia ao processo de expansão territorial da acumulação capitalista brasileira, dando vazão aos capitais excedentes urbano-industriais centralizados no Centro-Sul do país (BECKER 1982; MARTINS, 2014; SANTOS, 2015). Neste momento de rápida inserção do território amazônico às estratégias do capital, Mato Grosso passa a ser considerado como “portal” da Amazônia e visto como uma etapa territorial de ocupação e integração econômica para o Centro-Oeste e Norte brasileiro (MORENO, 2007). Tal expansão territorial realizou-se no seio da reprodução da fronteira do capital pela privatização das terras, esquadrihadas sob o comando de latifundiários por meio da transformação de terras devolutas, sob a jurisdição do Estado, em propriedades privadas capitalistas nas mãos de grandes empresários e empresas. Essa

monopolização acarretará, como detalharemos, profundas consequências à urbanização primaverense.

Oliveira (1997) destaca que para compreender a colonização em Mato Grosso nas últimas décadas do século XX é preciso problematizar necessariamente a mercadoria terra, considerando o papel do Estado e das políticas públicas implementadas principalmente a partir da década de 1970. Grande idealizador e patrocinador do espraiamento territorial da acumulação de capital em direção às terras mato-grossenses, o Estado, de modo geral, favoreceu e patrocinou o acesso à terra a grandes capitalistas e grupos econômicos, corroborando acentuadamente com a concentração fundiária por meio de diversos projetos de colonização, agropecuários e políticas territoriais, além de incentivos ou subsídios fiscais, construção de infraestruturas e concessão ou venda a preços irrisórios de terras. Também intervinha por meio da reiteração de uma legislação fundiária permissiva e participando ou sendo conivente aos mais variados mecanismos de burla e de grilagem⁶ (OLIVEIRA, 1997; MORENO, 2007).

Assim como uma porção significativa do território do Centro-Oeste e Norte brasileiros, Mato Grosso foi generosamente contemplado com recursos e políticas territoriais principalmente no decorrer da ditadura militar. Programas de incentivos fiscais da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) atraíam empreendimentos na Amazônia e possibilitavam a transformação de capitalistas nacionais e internacionais em latifundiários. Sob um discurso de ocupar a Amazônia, realizava-se, como elucida Oliveira (1997) justamente o seu contrário: a consagração do vazio do latifúndio e da terra empregada para fins especulativos, sendo utilizada como reserva de valor e patrimonial. O caráter monopolista do processo de ocupação e colonização do território mato-grossense trouxe violentas consequências ao processo de urbanização primaverense e à dinâmica fundiária e imobiliária a ele atrelada. Trata-se de uma concentração fundiária que, se por um lado implicou no gozo rentista de grandes empresários e latifundiários, por outro, teve como condição e consequência uma população expropriada de sua própria terra (os indígenas, os posseiros, os camponeses...).

É neste momento em que se começam a ser instituídos os processos que levam a um espaço urbano produzido e reproduzido como mercadoria (embora não se restrinja a ela) em Primavera do Leste, bem como alguns dos fundamentos da desigualdade e de suas contradições espaciais. A implantação de cidades em Mato Grosso no decorrer da colonização e ocupação

⁶ Entende-se grilagem como uma aquisição ilícita de terras públicas por terceiros. Ela decorre principalmente do registro em cartórios de imóveis de áreas sobrepostas ou sem titularidade comprovada, envolvendo com frequência como agentes o “grileiro”, isto é, o suposto proprietário (fazendeiro ou um intermediário) e funcionários de órgãos públicos (OLIVEIRA, 1997; MORENO, 2007).

monopolista do território engendrou processos constitutivos da urbanização com características específicas ligadas à concentração fundiária e ao modo pelo qual a fronteira do capital foi sendo configurada, impondo intensa e dramaticamente a lógica da mercadoria e da propriedade privada.

Problematizar a reprodução da fronteira mato-grossense ajuda a compreender o aprofundamento das contradições espaciais primaverenses na medida em que é neste momento em que começaram a ser formados os fundamentos ainda hoje produzidos e reproduzidos nessas cidades que têm donos, movidas pelo atraso travestido de moderno cujos desdobramentos nem sempre são fáceis de serem dimensionados. Neste sentido, o modo como ocorreu essa dominação da propriedade privada em Mato Grosso, e por quais agentes em tempo e espaços determinados, explica fundamentos do que pretendemos evidenciar como um dos conteúdos da desigualdade e da segregação espacial nessas cidades parcialmente dinamizadas pela agricultura capitalista.

Os processos estudados a respeito de Primavera do Leste situam-se em uma problemática urbana ampla. Partir metodologicamente da escala do lugar traz outras escalas e determinações do nível mundial, articulados a um momento em que o espaço surge como indispensável à acumulação capitalista, da mesma forma que conteúdos oriundos do crescente papel do capital financeiro e de um campo cada vez mais tecnificado e mundializado também colocam novas questões.

Debruçamo-nos em uma realidade espacial em constante transformação e, sem esgotar esta temática, abrimos caminhos para compreender o processo de urbanização de Primavera do Leste e demais cidades. A partir do urbano e de uma perspectiva crítica da produção do espaço, apresenta-se como **objetivo** de pesquisa elucidar os fundamentos das contradições espaciais de Primavera do Leste, evidenciando que não somente a sojicultura ou os negócios fundiários, mas a própria implantação de cidades era, em si, um relevante negócio na reprodução da fronteira mato-grossense.

A discussão que pauta nossa análise, conduzida a partir do urbano, permite, ao desvendar a produção do espaço primaverense, apontar tendências dos conteúdos da urbanização de demais cidades parcialmente dinamizadas pela agricultura capitalista. É possível, a partir desse movimento e sem deixar de considerar o particular, tecer generalizações para outras cidades mato-grossenses que também foram produzidas por meio de um processo de urbanização relativamente recente e intenso. Busca-se, assim, compreender as contradições da produção do espaço, entendendo quais processos são particulares à Primavera do Leste – também vinculados à escala regional e mundial – e que ao mesmo tempo iluminam a realização

do espaço urbano como mercadoria e crucial, segundo Lefebvre (2008), à realização das estratégias de classe.

Abrangendo facetas relativamente ainda pouco exploradas nos estudos usualmente realizados sobre esse conjunto de cidades e levando em conta que o atual momento do modo de produção capitalista é indissociável da produção e reprodução do espaço urbano, defendemos a **hipótese** de que o cerne das contradições do espaço de Primavera do Leste (e de outras cidades que também foram pensadas e concebidas no decorrer da reprodução da fronteira mato-grossense a partir da década de 1970) está no modo pelo qual a propriedade privada da terra foi dominada e fracionada por grandes capitalistas.

Avançamos no debate considerando, portanto, os negócios fundiários e sua relevância e papel nos processos de urbanização, investigando as consequências do que atualmente se manifesta como uma cidade controlada por poucos interesses de poucos agentes hegemônicos da produção do espaço. Tais processos corroboram com nossa hipótese de que não somente a monopolização e dominação privada da terra em Mato Grosso são elementares para compreender a produção do espaço em Primavera do Leste, como terão grandes consequências em sua dinâmica fundiária e imobiliária, implicando em uma pesada ingerência no que tange à propriedade privada da terra e também nas relações sociais concretas. Enveredando nos conteúdos de uma cidade produzida como um negócio extremamente rentável, iremos além da dinâmica fundiária e problematizaremos seu papel e suas implicações nos discursos (largamente vinculados ao empreendedorismo e ao “pioneirismo”) e em uma vida cotidiana tendencialmente estilhaçada.

1.2. Avanços da pesquisa e exigências teórico-metodológicas

Ao inverter o foco de análise dessas cidades dinamizadas ao menos parcialmente pela agricultura capitalista, deparamo-nos com a necessidade de elencar premissas teórico-metodológicas que nortearam nossa investigação. **A primeira delas é a de que a urbanização de Primavera do Leste deve ser problematizada a partir do urbano.** Não se trata aqui de uma perspectiva com ênfase à produção agrícola e tampouco de uma abordagem que considere essas cidades como funcionais a uma agricultura modernizada e tecnificada. Trata-se, como expomos, de colocar a centralidade da investigação no urbano e na propriedade privada da terra. A dinâmica da acumulação capitalista nessas cidades conhecidas pelo denominado

“agronegócio” não pode ser pensada em função unicamente dos capitais mais diretamente ligados à sojicultura. Neste sentido, procuramos fugir de um possível vislumbre que pudesse ser gerado ao analisar – numa abordagem economicista – cidades cujo estado é o maior produtor de soja do Brasil⁷.

Se defendemos que a potência explicativa está no urbano e tendo abraçado este caminho metodológico para revelar os conteúdos da produção do espaço dessas cidades, não cabe enfatizar demasiadamente dados da produção agrícola. Embora tenha sido necessário em alguns momentos deste texto abordar de modo breve aspectos da considerada cadeia produtiva do “agronegócio”, este movimento foi realizado como um dos momentos explicativos dos negócios urbanos, dentre eles a própria implantação de cidades.

Em relação aos municípios cuja base econômica pode ser atribuída mais acentuadamente ao “agronegócio”, intermináveis análises poderiam ser empreendidas com os dados do Censo Agropecuário (anos de 1996 e 2006), com o detalhamento de dados estatísticos vinculados à produção do campo, área plantada e produtividade, quantidade de grãos produzida ou exportada. Seria possível discorrer inúmeras páginas desta tese sobre a produção de soja de Primavera do Leste, com uma sequência histórica de dados do Censo Agropecuário, relacionando estes índices com dados sobre crescimento populacional, quantidade e área destinada à produção, bem como produtividade total, por hectare, etc.

Da mesma forma, o trabalho seria ainda mais extenso se comparássemos esses dados com a taxa anual de crescimento populacional, taxa de urbanização e crescimento destas cidades, aspectos relacionados ao mercado de trabalho (com o percentual de empregos gerados em cada setor, como agrônomos, técnicos agrícolas, gerentes de empresas agropecuárias, técnicos em logística de transportes, gerências administrativas e financeiras, técnicos de maquinário agrícola...) que podem, em certo sentido, apontar para uma especialização produtiva. Seria possível detalhar ainda as estratégias de grupos transnacionais ou nacionais, enfatizando, por exemplo, sua capacidade de esmagamento de soja e as estratégias empresariais empregadas, como oferta de fertilizantes e de financiamento para a produção de soja, além de aspectos relacionados à logística de escoamento, venda e exportação do grão.

Na perspectiva que desenvolvemos nesta pesquisa, não se trata, contudo, de detalhar o controle dos grandes conglomerados na comercialização de soja. Esse trabalho com variáveis, além de já ter sido empreendido em inúmeras outras publicações, é um exercício quantitativo

⁷ Dados da Embrapa referentes à safra de 2017/2018. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: jun. 2018.

exercido com frequência sem considerar contradições inerentes à produção do espaço sob a égide do modo de produção do capitalista. Seria uma pesquisa imersa em um “campo cego”⁸, cuja meta parece ser com frequência estabelecer e relacionar rankings da produção agrícola. Mais do que considerações matemáticas, cabe problematizar de que modo esta quantidade traz uma nova qualidade a estas cidades. O movimento quantitativo de concentração de capitais, pessoas, infraestruturas ligadas ao “agronegócio” trouxe, neste sentido, novos conteúdos da urbanização.

Insistimos, portanto, na necessidade de uma abordagem a partir do urbano, sem menosprezar a pertinência de estudos já realizados e que também enfatizam a propagação da agricultura no Centro-Oeste em um contexto de relações espaciais analisadas a partir dos conteúdos cada vez mais preenchidos de técnica, de ciência e de informações – como naqueles que seguem um escopo em larga medida alicerçado no meio técnico-científico-informacional, de Milton Santos (2002; 2008), e considerando inclusive a escala intraurbana, como nos trabalhos de Júlia Bernardes (2007a; 2010) e Denise Elias e Renato Pequeno (2007; 2015).

No entanto, é preciso também problematizar conteúdos da vida cotidiana, em um processo no qual o homem ao produzir o espaço produz a própria vida. Trabalhos que versam sobre fluxos e redes da sojicultura tendem a, muitas vezes, apenas tangenciar os conteúdos das mais profundas contradições da produção do espaço nessas cidades. A esse respeito, cabe destaque à dissertação de Sérgio Martins (1993) sobre a produção do espaço na cidade de Chapadão do Sul (Mato Grosso do Sul). O autor realiza uma importante crítica às investigações que partem principalmente da técnica ao estudar a implantação dessas cidades no contexto da expansão da fronteira do capital. Esse ponto de partida não permitiria, na visão do autor e na nossa, compreender de modo aprofundado as contradições da produção do espaço, bem como as relações espaciais que lhe constituem.

Inverter a análise geralmente empregada a respeito dessas cidades permite problematizar a urbanização como condição da acumulação, descortinando, de um lado, um avanço do capital rumo ao sudeste mato-grossense subsumido aos agentes hegemônicos da produção do espaço e, de outro, a prática socioespacial e a vida cotidiana que se produz neste processo inerentemente expropriatório. Desvelam-se alguns dos conflitos que foram produzidos em uma cidade cujos processos de valorização e de reprodução do capital realizaram-se de modo intenso, agudizado em relação àqueles de realização da vida.

⁸ Para Lefebvre (2004), o campo cego é uma nuvem ideológica impeditiva da apreensão do virtual e seria formado a partir de um processo no qual se vê o urbano com “os olhos, com os conceitos, formados pela prática e teoria da industrialização, com um pensamento analítico fragmentário e especializado (...)” (LEFEBVRE, 2004, p.38).

Assim como muitas outras cidades mato-grossenses ao longo do eixo da BR-163 (como Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop) e de grande parcela da extensão territorial do Brasil, alcançando também o semiárido (associado à fruticultura), os cerrados nordestinos (sul do Maranhão, do Piauí e oeste da Bahia) e o norte de Tocantins⁹, Primavera do Leste surgiu como um rentável empreendimento e guarda, desde sua implantação, conteúdos primordialmente urbanos. Pensar os processos constitutivos de sua urbanização como resultado da expansão “fronteira agrícola” impediria uma reflexão mais robusta a respeito do que a produção do espaço pode nos revelar de novos conteúdos da urbanização brasileira contemporânea.

Como evidencia César Simoni Santos (2015) e mostraremos no decorrer desta tese, a urbanização era justamente, neste momento, a condição para a acumulação capitalista brasileira se realizar. A fronteira do capital ancorada em atividades propriamente urbanas e instauração de cidades, neste contexto, não apenas precedeu a expansão da sojicultura, como se constitui em um grande negócio. O ritmo das relações espaciais em Primavera do Leste foi, como esmiuçaremos, urbano, seguindo uma racionalidade instrumental e uma lógica capitalista que se impôs com força e violência rumo ao sudeste mato-grossense. O domínio do espaço, que foi sendo delineado conforme a expansão territorial do capital se realizava, favoreceu grandes empresas, poderosos empresários e latifundiários e antigas oligarquias econômicas e políticas – compondo grupos que se tornariam hegemônicos nessas cidades, em um processo com profundas implicações na estrutura fundiária e reproduzindo aspectos gerais da questão agrária brasileira.

Já a segunda premissa teórico-metodológica que foi necessária ao nosso estudo é a de que **investigar os conteúdos da urbanização primaverense exige um entendimento dos fundamentos e das contradições da questão agrária brasileira.**

Considerar elementos da questão agrária é um movimento essencial para elucidar aspectos da sociedade e da formação territorial brasileira como um todo, não apenas no que ocorre no campo *stricto sensu*. A questão agrária – cujos fundamentos foram muito bem destrinchados por Martins (2010; 2011; 2014) e Oliveira (1997; 2016) – deve ser pensada como um processo contínuo e em movimento, compondo os conteúdos de uma realidade que não

⁹ Se na década de 1970 o Centro-Oeste brasileiro era considerado a “nova fronteira agrícola”, tecnologias ligadas ao desenvolvimento de novas sementes e insumos agrícolas (além da busca de novas frentes de investimento) permitem que hoje a produção de grãos alcance Maranhão, Piauí, Tocantins e oeste da Bahia – região considerada até então como imprópria para o “agronegócio”. Relevantes trabalhos, com diversas abordagens, vêm sendo produzidos a respeito dessas cidades mais nitidamente dinamizadas pela agricultura capitalista mecanizada. Dentre eles, pode-se citar o Dossiê 2015 (ano 17; n. 35) da Revista Geographia, que apresenta artigos como os de Elias e Pequeno e Volochko, referenciados nesta tese.

pode ser vista apenas na escala local na medida em que envolve a própria expansão territorial da acumulação capitalista, bem como a velocidade e os ritmos de seu desdobramento. Ela alcança relações de produção e explica contradições do que aparece como moderno.

São justamente essas contradições inerentes ao próprio modo de produção capitalista e à produção do espaço brasileiro contemporâneo que geram a permanente e constante expulsão de trabalhadores pelo latifúndio improdutivo ou monocultor para novos espaços. No caso de Mato Grosso, foi atraída a partir das décadas de 1960 e 70 uma grande leva de mão de obra para que fosse possível empreender os denominados projetos territoriais de desenvolvimento. Tratava-se em grande medida de agricultores do Sul do Brasil expulsos pela crescente concentração fundiária e pela chamada modernização agrícola no campo. A questão agrária também abrange a expropriação de suas terras no caso dos nordestinos e que também se deslocaram em peso para outras regiões do país, como a Sudeste em meados do século XX e algumas décadas mais tarde para a Centro-Oeste. Tanto nessas situações do território mato-grossense quanto em inúmeras outras, esses migrantes expulsos do espaço que estavam até então, podem, por sua vez, deslocarem-se para espaços já ocupados por posseiros ou demais agentes sociais, os quais também tendem a, com o decorrer do tempo, irem para novas terras livres mais adiante. Há um posterior esgotamento da viabilidade de reprodução desses recém-chegados, em uma incessante mobilidade e busca pela terra e pelo trabalho.

A expansão territorial capitalista vai se efetivando – e por meio da expropriação e da violência, marcas da questão agrária brasileira – em um conflito permanente entre agentes sociais pelo uso da terra (camponeses, posseiros, latifundiários, grileiros, grandes grupos econômicos e empresas...). Assim, se o estado de Mato Grosso se insere no discurso e nas estratégias da ditadura militar como uma possível “válvula de escape” para contradições estruturais do campo brasileiro (amenizando superficialmente conflitos sociais e fundiários), o território amazônico como um todo se transformaria, neste sentido, em uma das regiões com maior número de conflito de terras do Brasil (OLIVEIRA, 1997). É importante destacar que a violência intrínseca à acumulação capitalista rumo ao Centro-Oeste reverbera em outros espaços, em novas fronteiras, em uma mobilidade forçada de grupos pobres expropriados pela chegada dos grandes investimentos capitalistas, na qual as implicações espaciais da concentração e negócios fundiários alcançam a escala regional e a nacional.

Trazendo o que há de supostamente mais moderno ligado ao tão exaltado “agronegócio” e ao momento atual da acumulação capitalista, a questão agrária carrega o atraso e os arcaísmos do capitalismo brasileiro. Ela envolve uma contradição fundante e permanente ao capitalismo:

entre a terra que é usada como instrumento gerador de riqueza (a terra de negócio, para fins efetivamente produtivos ou especulativos) e a terra que é a terra de trabalho e fonte da sobrevivência.

Cabe destacar que, no capitalismo, e particularmente no Brasil, a terra não é uma mercadoria qualquer. Sua propriedade permite o enriquecimento de seu proprietário pura e simplesmente por possuí-la, em um processo no qual se acumula capital por meio da renda da terra. As particularidades do capitalismo brasileiro reforçou, para Martins (2014), politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária, fortalecendo o sistema oligárquico que dela depende. A história da propriedade privada no Brasil está assentada, nesta perspectiva, na grilagem de terras e no persistente descumprimento da legislação, tendo como uma de suas consequências uma imensa concentração fundiária (OLIVEIRA, 1997).

A terra, ao desempenhar um papel de reserva de valor e mais atualmente inclusive de significativo ativo financeiro, traz consequências que vão muito além da esfera econômica ou restritas à dimensão da produção agrária propriamente dita. Em um processo inerente ao capitalismo rentista brasileiro, há uma união da racionalidade do capital com a irracionalidade da propriedade. Base essencial do sistema econômico e político brasileiro, a terra permite no Brasil, como esmiúça Martins (1994, p. 129), uma acumulação de capital fortemente calcada no tributo e na especulação, tendo como base a renda da terra.

É assumindo os fundamentos e as contradições da questão agrária brasileira que realizamos em breve recuo histórico para elucidarmos a ocupação de Primavera do Leste e de sua dinâmica fundiária. O modo pelo qual a propriedade foi dominada e fracionada no sudeste de Mato Grosso atendendo, no geral, a interesses de grandes empresários do Centro-Sul do Brasil, gerou um acirramento da concentração de terra, de capital e de poder, cuja articulação é pormenorizada nas obras de Martins (2010; 2011) e uma das características fundantes da questão agrária e da sociedade brasileira. Esse intenso controle da terra, do capital e do poder, regido por poucas mãos no rápido processo de constituição da fronteira mato-grossense, ajuda-nos a explicar suas contradições do espaço e está nos alicerces de uma urbanização controlada por um pequeno grupo de detentores do poder econômico e político, os quais frequentemente determinam a abertura de novos loteamentos e manipulam a renda da terra e o processo de valorização do solo urbano a seu bel prazer.

Neste sentido, a questão agrária envolve, dentre outros elementos, a constante migração em busca de terra e de trabalho, a concentração fundiária e o rentismo, em um persistente favorecimento das oligarquias econômicas e políticas respaldado pela estrutural aliança de

classe entre terra e capital brasileira. Ela precisa ser pensada no bojo do desenvolvimento geográfico desigual, em suas mais diversas escalas. Desvincular da questão agrária brasileira a produção do espaço tanto em Primavera do Leste quanto em outras cidades seria ignorar o papel da propriedade privada da terra como condição e realização do capital, bem como as contradições postas, como desenvolve Martins (2010; 2011), na expansão territorial da acumulação e nas especificidades do capitalismo rentista brasileiro.

Por fim, nossa terceira premissa da pesquisa é a de que **Primavera do Leste foi concebida e produzida como uma cidade que tem dono**. O processo de dominação e ocupação das terras no Centro-Oeste – e particularmente nesta pesquisa no sudeste de Mato Grosso – realizado por grupos empresariais do sudeste brasileiro e essencialmente sustentado pelos negócios fundiários terá, como veremos, profundas implicações na produção do espaço urbano de Primavera do Leste. Assim como tantas outras cidades implantadas em Mato Grosso, Primavera do Leste foi um grande investimento formado tendo como fundamento a produção e reprodução da terra enquanto mercadoria.

A dominação privada de grandes propriedades por grupos empresariais neste momento de expansão territorial da acumulação capitalista está, neste contexto, nos fundamentos das contradições do espaço de Primavera do Leste. Ainda hoje, a colonizadora responsável pelo loteamento do que originaria formalmente a cidade, antiga Colonizadora Cosentino e atualmente Imobiliária e Incorporadora, detém parcela significativa dos imóveis ou terrenos para aluguel ou venda, controlando a incorporação de loteamentos juntamente com outras poucas imobiliárias e incorporadoras cujos donos ainda são, essencialmente, das famílias “pioneiras”¹⁰ no processo de ocupação primaverense.

Debater os conteúdos dessa cidade que tem dono potencializa o debate do papel da propriedade privada além do plano político e econômico, alcançando o plano social. A ingerência dos chamados “pioneiros” nessas cidades cujo processo de urbanização foi relativamente recente e intenso em Mato Grosso nas últimas décadas do século XX tem, neste sentido, desdobramentos estruturais e atuais na dinâmica fundiária, bem como viscerais consequências na vida cotidiana.

Por um lado, há um maior controle sobre o preço e os tamanhos dos lotes, em um processo no qual a maior parte dos loteamentos da cidade é gerida por poucos proprietários e

¹⁰ Destacamos que a própria ideia de “pioneirismo” deve ser relativizada e é carregada de um viés ideológico que coloca as pessoas que chegaram naquele momento como as primeiras a se instalarem no local. Considera, desta forma, a região como um “vazio demográfico” e ignora, dentre outras, as populações indígenas, posseiros, seringueiros, garimpeiros. Por isso, empregamos o termo (e suas derivações) entre aspas. Uma discussão mais aprofundada é realizada na parte IV desta tese.

que resulta em uma dificuldade ainda maior das pessoas de menor renda para o acesso à moradia e à propriedade. Por outro lado, não somente poucos donos ditam a compra e venda de fragmentos do espaço urbano, em um contexto no qual essas próprias cidades surgem como um grande negócio, como há uma espécie de monitoramento daqueles considerados como dotados de legitimidade para pertencer ou não à cidade. Nordestinos, negros e indígenas são com frequência estigmatizados e vistos em uma posição subalterna, compondo um grupo que não pode tendencialmente morar em determinados loteamentos ou frequentar certos espaços.

O discurso do empreendedorismo e do “pioneirismo”, que enaltece os vistos como “pioneiros” responsáveis (graças a generosos incentivos fiscais do governo federal e em um lucrativo e rentável negócio) pela implantação da cidade, condena os mais pobres, julgados, segundo parcela dos moradores de Primavera e demais cidades, como preguiçosos e violentos. Devem, nessa linha de raciocínio e segundo discurso local dos moradores e da mídia, não somente morar nas periferias afastadas do centro e desprovidas de grande parte da infraestrutura mas também serem, em última instância, expulsos da própria cidade. Aos ricos e aos brancos é dada à legitimidade e o direito de permanecer e de vivenciar a cidade.

Abrimos, então, possibilidades para desvendar conteúdos sociais e aspectos da vida cotidiana escondidos ou menosprezados pelas análises com foco na técnica ou nos índices estatísticos da agricultura capitalista. Nossa perspectiva escancara as particularidades de uma cidade apregoada de contradições, cuja violência da constituição e monopolização da propriedade fundiária repercute, a cada dia, em um cotidiano de expropriação e de preconceito. A lógica capitalista da terra mercadoria prolonga-se para quais grupos de pessoas e quais hábitos são bem-vindos em uma cidade que, no discurso, surge como um local no qual se esbanja “qualidade de vida” e onde todos podem trabalhar e enriquecer.

1.3. Invertendo a perspectiva de análise: pela primazia do urbano

1.3.1. Uma sociedade urbana

Com o intuito de, em relação à produção do espaço urbano, mostrarmos outro viés do que aquele associado diretamente à denominada “fronteira agrícola” e à produção de soja, reafirmamos processos que são produzidos e reproduzidos com maior força: a predominância do urbano e o caráter rentista da propriedade fundiária brasileira. O que desponta de modo fragmentado, cindido entre agrário e urbano, campo e cidade, é um processo em constante movimento, realizado no interior da produção do espaço e de suas contradições.

Muitas das análises consideram apenas o âmbito econômico (no campo, a chamada agropecuária, fornecendo alimentos e matérias primas para a cidade e, na cidade, a indústria, o comércio, o fornecimento de bens e serviços) em uma visão claramente dicotômica. Ou ainda definições normativas utilizadas pelas instituições e órgãos oficiais, como o IBGE, para definir o que considera “urbano” ou “rural”. O debate conceitual sobre cidade-campo, urbano-rural foi, em grande medida, movido por critérios simplesmente populacionais (número de habitantes, densidade demográfica...), econômicos, limites ou recortes políticos-administrativos, bem como presença ou não de infraestruturas e equipamentos e o que está inserido em determinados limites administrativos.

Considerando o urbano como conteúdo tanto da cidade quanto do campo e analisando de modo mais detalhado o que consideramos como uma “colagem” entre agrário e urbano, retomamos o que foi abordado por Lefebvre (2004; 2006). No livro “Do rural e do urbano”, o autor (1970) afirma que é o conteúdo socioespacial que deve ser levado em conta no debate e na diferenciação entre rural e urbano (e não o critério funcional). Lefebvre (2006, p. 69) destaca que a “relação cidade-campo mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, segundo as épocas e os modos de produção”, de modo que atualmente “a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o”. A expansão de um modo de vida propriamente urbano (embora com resquícios da racionalidade industrial e de modo desigual no tempo e no espaço) é um processo chave para compreendermos a urbanização completa da sociedade.

Como aprofunda no livro “A Revolução Urbana” (2006, p. 15), publicado pela primeira vez em 1970 em relação à sociedade de meados do século XX e tendo como ponto de partida a realidade francesa, haveria, como tendência, a urbanização completa da sociedade em processo denominado por meio do conceito de “sociedade urbana”. Esta sociedade nasceria da

industrialização, processo que, segundo o autor, “domina e absorve a produção agrícola” (2006, p. 15).

Mesmo considerando tempos que as particularidades locais e regionais provenientes dos tempos em que a agricultura predominava não desapareceram, que as diferenças daí emanadas acentuam-se aqui e ali, não é menos certo que a produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências (LEFEBVRE, 2004, p. 17).

Como destaca, isto não significa que o processo de urbanização alcance da mesma forma todos os locais ou que o campo deixe de existir: a sociedade urbana se apresenta como virtual em um processo cuja constituição conta com continuidades e descontinuidades. É uma sociedade “hoje virtual, amanhã real” (2004, p. 15) e que vai rompendo com as amarras impostas pela indústria. Para Lefebvre (2006), se a urbanização era induzida pela industrialização, passa a ser sua indutora e a determiná-la.

A sociedade urbana altera, em sua formação, as relações do campo por meio da expansão do “tecido urbano”, o qual, segundo Lefebvre (2004, p. 17):

(...) prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nesta acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano.

No livro o “Direito à Cidade” (2006, p. 49), o autor destaca que o urbano corresponderia a uma morfologia social formada de “relações presentes e relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento”. As relações entre urbano e cidade – para Lefebvre, uma morfologia material, imediata, um dado prático-sensível – são totalmente imbricadas na medida em que é “impossível para a vida urbana dispensar uma base prático-sensível que se constitui um produto e condição da dinâmica social” (LEFEBVRE, 2006, p.49). A sociedade urbana altera, em sua formação, as relações do campo por meio da expansão do “tecido urbano”. O urbano não se limita, desta forma, à cidade e alcança o campo, sendo conteúdo e também horizonte.

A constituição de uma sociedade urbana realizando-se em um espaço mundial cada vez mais tomado pela lógica da mercadoria também esboroa o potencial explicativo de termos como

“agrocidades”¹¹ ou “rururbano”¹², na medida em que tem como pressupostos uma relação dicotômica entre cidade e campo, assumindo o urbano geralmente como restrito à própria cidade. Noções como “periurbano”, “franja urbana” ou perspectivas amparadas em graus de urbanização também podem, nesta perspectiva, ser problematizadas na medida em que têm como pressupostas a contradição cidade-campo, redimensionada com a constituição de uma sociedade urbana. Desconsideram, portanto, o espraiamento do tecido urbano para a totalidade das relações espaciais.

É necessário, desta forma, repensar o modo pelo qual se lê a relação campo e cidade ou, mais precisamente, entre o agrário e o urbano. Há mais que apenas uma interdependência que lhes une e lhes separa – caminho de investigação que, inclusive, pode incorrer em dicotomias. O urbano não se limita à cidade, da mesma forma que o rural não se restringe ao campo. Prenunciada por Lefebvre há quase cinco décadas como “virtualidade”, a “urbanização completa da sociedade” hoje já está colocada (mesmo que criticamente). Haveria, segundo Brenner (2014), uma “urbanização planetária”, a qual nos traz desafios para pensarmos a produção do espaço urbano, abandonando necessariamente dicotomias entre campo-cidade, rural-urbano. Ao mesmo tempo que a sociedade caminha para uma totalidade urbana, acirram-se e se engendram diferenças entre os espaços, em um processo intrinsecamente desigual. A expansão do urbano no modo de produção capitalista, longe de subsumir as diferenças, as reitera.

Não se trata, desse modo, de negar a existência do campo, que continua a ser essencialmente de onde provêm grande parcela dos alimentos e matérias-primas. O urbano não elimina o rural e tampouco apaga suas diferenças, devendo ser considerado no contexto da reprodução combinada e desigual capitalista. As particularidades do campo continuam e podem inclusive, ganhar força, mesmo diante de uma sociedade tendencialmente urbana. Adquirem

¹¹ Wesz Júnior (2014, p. 136) afirma que Campo Verde e Primavera do Leste assumiriam papéis próximos aos das agrocidades da região dos pampas argentino, uma vez que as cidades seriam compostas por “centros aos quais se articula a atividade agropecuária (sede das revendas de insumos, armazéns, agroindústrias, etc. e residência de grande parte dos proprietários) e os demais setores produtivos e de serviços (industriais, administrativos, jurídicos, etc.) que organizam a dinâmica do território”. O conceito de agrocidades foi utilizado por Albaladejo (2013) para se referir a uma unidade formada pela cidade e pelo espaço rural que a circunda. Contudo, coloca a cidade em uma posição, de certa forma, subordinada às atividades agrícolas e ao campo.

¹² Para Graziano da Silva (1999), o rururbano é composto por espaços que já são inseridos no perímetro urbano instituído das cidades, mas com traços do rural. O autor não considera as contradições do modo de produção capitalista ao asseverar que a urbanização do campo brasileiro envolveria, por um lado, a expansão de uma lógica de produção tipicamente urbana para os setores mais modernizados da agricultura e, por outro, a expansão para aqueles espaços nos quais a agricultura modernizada ainda não teria se implementado. Graziano da Silva (1999) não vê, portanto, esses dois momentos como partes desiguais e contraditórias de um mesmo processo.

novos conteúdos produzidos pela expansão da racionalidade urbana e industrial e pelo processo de mundialização, sendo inclusive condição para a sua realização.

A sociedade urbana não é, assim, livre de diferenças. Longe de conduzir a uma homogeneização em todos os lugares e momentos, o avanço da sociedade urbana vincula-se a uma hierarquização crescente dos espaços, na qual campo e cidade ganham conteúdos de acordo com a divisão do trabalho ao longo do processo histórico. Mudanças nos conteúdos da cidade-campo são, neste sentido, engendradas pela própria reprodução do capital.

Diante de uma “sociedade urbana” e de novos processos redimensionados do urbano, concordamos com Brenner (2014) de que é preciso uma teoria do urbano que não seja preenchida de um “lado de fora”, de um “não-urbano”. A separação entre “urbano” e “não urbano” criaria, neste sentido, obstáculos para a compreensão dos processos de urbanização.

Assim, diante de uma nova realidade concreta de “colagem” de agrário e urbano, cidade e campo, caminhamos em direção a um debate que rompa com dicotomias e considere a extensão do tecido urbano para a totalidade das relações espaciais, em um movimento no qual o próprio campo é eminentemente urbano. A centralidade da investigação não está, dessa forma, nas plantações de soja e em sua cadeia produtiva (ela mesma frequentemente vista de modo fragmentado entre o que ocorre “antes”, “dentro” e “depois da porteira”) e sim no urbano e nos elementos que nos permitem apreender a produção do espaço de Primavera do Leste.

1.3.2. A ideologia do “agronegócio”: qual “agro” e qual “negócio”?

A agricultura capitalista conta com um papel sobrestimado não somente no avanço da acumulação capitalista rumo ao estado de Mato Grosso, mas também em relação ao seu próprio peso na economia nacional. O que denominamos de agricultura capitalista é chamado no senso comum e alguns estudos acadêmicos, de “agronegócio”. Trata-se de uma agricultura que produz mercadorias (sobretudo commodities¹³) para serem vendidas, principalmente no mercado mundial, e que tem como objetivo primordial a acumulação. Oliveira (2007; 2016), Paulino e Almeida (2010) e Paulino (2015) consideram a noção de “agronegócio” uma noção obscurecedora das contradições que se reproduzem no campo brasileiro. Cunhada em 1957 por John Davis e Ray Goldberg, professores de Harvard (EUA), a noção vem de *agribusiness* e foi

¹³ Commodities é um termo que abrange alimentos e matérias primas negociados em estado bruto – com nenhum ou pequeno grau de industrialização – e que, produzidos em grandes quantidades e podendo ser estocados por determinado período, têm suas aquisições e preços definidos mundialmente, como na bolsa de Chicago (EUA).

definida como a “soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados” (OLIVEIRA, 2016, p.104). A expressão ganhou força diante da crescente tecnificação dos processos agrícolas, sendo também disseminada por meio de noções como “agroindústria” e “complexo agroindustrial” (ARRUDA, 2007).

Se por um lado, como debate Oliveira (2016), o termo passou a se referir não apenas à produção agropecuária propriamente dita, considerando etapas produtivas (atividades como armazenamento, processamento e distribuição) até então sem um conceito que as englobasse, por outro lado, também reforçou a separação entre agricultura e indústria, tratando essas etapas como um agregado de subsistemas. Abrangendo não somente o setor agrícola propriamente dito, o uso do termo “agronegócio” estrategicamente faz referência, inclusive, a setores apenas indiretamente ligados à agricultura capitalista e que poderiam ser enquadrados nos ramos de indústria ou de serviços.

Assim, no PIB do “agronegócio” brasileiro, contabiliza-se o que é gerado pelos setores da indústria de insumos, maquinários e comercialização dos produtos primários, inflando os dados em um esforço para passar a imagem de que a agricultura capitalista mecanizada é moderna e produtiva (OLIVEIRA, 2016). Em 2007, conforme dados do IBGE, a agropecuária contribuía com apenas 6,5% do PIB e era responsável por somente 8% dos recursos das exportações brasileiras que englobavam alimentos e matérias-primas agrícolas. Já em 2017 a participação na agropecuária na economia brasileira era de 5%, conforme dados publicados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. O “agronegócio”, por sua vez, correspondia a 23% do PIB (em um cálculo que considera não somente a agropecuária mas também as atividades de transformação e de distribuição) ¹⁴.

Também questionando a ideia de que o “agronegócio” é “produtivo”, Oliveira (2016) ressalta, a partir de dados entre 1950 e 2012 da FAOSTAT (*Food and Agriculture Organization Corporate Statistical Database*), que as exportações agropecuárias e florestais vêm perdendo sua participação no comércio mundial em detrimento da participação dos produtores industriais e de serviços. Dentre as 50 maiores empresas exportadoras do país, aquelas vinculadas ao “agronegócio” são responsáveis por apenas 39,1% do total das exportações, conforme dados de 2014 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Da mesma forma, o

¹⁴ Dados disponíveis em <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>> e <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/agropecuaria-puxa-o-pib-de-2017>>. Acesso em: set. 2018.

total exportado pelas empresas do “agronegócio” entre as 50 maiores exportadoras foi uma quantia menor do que a soma das sete maiores de demais setores (OLIVEIRA, 2016). Ainda segundo o autor (2016), mesmo no que tange à participação percentual das exportações agrícolas em relação às exportações mundiais totais, a participação era restrita a 7% em 2011. No Brasil, as empresas que atuam diretamente no “agronegócio” são responsáveis por apenas 17,96% das exportações (OLIVEIRA, 2016).

Supostamente portadora de processos que levariam ao desenvolvimento econômico e social, a agricultura capitalista mecanizada tem, neste contexto, uma importância significativamente superestimada. Mato Grosso é o estado brasileiro com maior percentual do PIB oriundo da agropecuária, com 22% em 2011, também sendo responsável por 16,75% de participação nas exportações brasileiras atreladas ao “agronegócio” no ano de 2017 (AGROSTAT; MAPA, 2018). A importância dada nas falas, na mídia e no cotidiano mato-grossense trazem, contudo, a ilusão de que essas porcentagens poderiam ser muito maiores do que as que expusemos.

Há, neste sentido, uma idolatria por parte da mídia nacional e de algumas correntes teóricas em relação ao “agronegócio”, fornecendo-lhe uma importância econômica muito maior do que aquela que efetivamente apresenta. Tal postura visa a, segundo Oliveira (2016, p. 113), mascarar os dados da estrutura fundiária brasileira e da urgência da Reforma Agrária. Empresários do “agronegócio”¹⁵, com apoio da mídia, procuram apenas, segundo o autor, serem beneficiados pelos recursos do fundo público em terras, com frequência, improdutivas.

Elites latifundiárias, mídia e governo colaboram com a difusão da ideia de que é a grande propriedade que produz comida. É o que também se observa na fala de muitos capitalistas em Primavera do Leste. De acordo com um investidor atuante na sojicultura, em palestra na *Farmshow* de 2016, a importância do “agronegócio” deriva do fato de que “você não dura três dias sem se alimentar”. A suposta produção do alimento também foi exaltada, em entrevista no ano de 2015, por um dos “pioneiros” da cidade e proprietário de empresas de armazenamento e beneficiamento de grãos:

¹⁵ Em relação ao viés ideológico do termo “agronegócio”, é interessante ressaltar que os próprios agentes sociais ligados ao setor, diante da emergência de críticas de instituições, universidades e órgãos ambientais ao chamado “agronegócio”, estão substituindo-o por “agrotecnologias” justamente com o objetivo de camuflar os conteúdos que lhe são intrínsecos. O emprego do termo “agrotecnologias” ganhou força no Fórum do Futuro, realizado em 2017 e reunindo empresários para discutir as perspectivas e frentes de investimentos do ramo. (Disponível em: <<http://www.agronovas.com.br/forum-do-futuro/>>; <https://www.cgee.org.br/noticias/-/asset_publisher/LqcvUkzZr5FI/content/cgee-e-forum-do-futuro-desenvolvem-plataforma-para-o-tema-agricultura-e-alimento?inheritRedirect=false>. Acesso em: jun. 2018).

(...) Eu costumo dizer que quando lá fora está ruim aqui está bom, quando lá fora está bom aqui está ótimo. Porque **nós lidamos com uma coisa que o mundo precisa, que se chama alimento**. É soja, é milho, é arroz. É gado, não é? Então, não tem como atirar errado.

Adotamos a noção de “agricultura capitalista” exposta por Oliveira (2007), em um escopo que abrange atividades agrícolas de modo geral. Na perspectiva aqui adotada, o “agronegócio”, tão exaltado pelo governo e pela mídia, nada mais é do que uma agricultura capitalista realizada seguindo práticas historicamente produzidas e reproduzidas na sociedade brasileira: o favorecimento econômico e político das oligarquias, a grilagem, o rentismo e o uso da terra como reserva patrimonial e de valor.

Se estamos questionando o termo “agronegócio”, problematizando a participação efetiva do “agro” na urbanização primaverense e do “negócio” na economia mato-grossense e brasileira como um todo, é preciso lançarmos uma breve discussão sobre como denominar estas cidades surgidas em Mato Grosso a partir da década de 1970 resultado das políticas territoriais de ocupação em direção ao Centro-Oeste do Brasil e que despontaram desde a década de 1990 como produtoras da agricultura capitalista e, particularmente, de soja.

Na perspectiva crítica da produção do espaço não cabe denominar as cidades hoje vinculadas de modo mais intenso à agricultura capitalista – não apenas em Mato Grosso, mas também nos novos espaços da produção de soja, como oeste da Bahia e sul do Maranhão – de “cidades do agronegócio”, empregando expressão de Elias (2006; 2015). Segundo a autora, as “cidades do agronegócio” são aquelas nas quais há uma hegemonia das funções de atendimento às demandas do “agronegócio” globalizado em relação às demais funções. O termo de Elias foi inspirado no de “cidade do campo”, exposto por Milton Santos. Para o autor (2008, p. 140),

A cidade torna-se lócus da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas. O campo se torna extremamente diferenciado pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam, pelo fato de esses objetos geográficos terem um conteúdo informacional cada vez mais distinto (o que se impõe, porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência). Tudo isso faz com **que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e se transforma na cidade do campo** (grifo nosso).

As “cidades do agronegócio”, para Elias (2012), comporiam ainda a chamada “Região Produtiva Agrícola (RPA)”, as quais seriam um “lugar funcional das redes agroindustriais

globalizadas” e interagiram mundialmente para “a renovação tecnológica, para a complementação da produção e, em última instância, para a acumulação ampliada do capital do agronegócio” (ELIAS, 2012, p. 05). Para a autora, propondo uma regionalização para se referir às “cidades erigidas do agronegócio globalizado” (ELIAS *et al*, 2016), as cidades das RPAs produzir-se-iam na medida em que:

A produção agrícola e agroindustrial intensiva exige que os espaços urbanos próximos ao espaço agrícola racionalizado se adaptem para atender às suas principais demandas, em virtude de fornecerem parte dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão-de-obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização (ELIAS, 2012, p. 07).

A nosso ver, “cidades do agronegócio” – e, mais recentemente, as RPAs – é a expressão mais usualmente empregada para se referir a esse conjunto de cidades relacionadas diretamente à expansão da chamada em muitos estudos “fronteira agrícola” a partir das últimas décadas do século XX. Este termo tende a ser, com frequência, adotado por uma visão que considera a cidade como submetida ou passiva diante dos processos do agrícola, definindo-a por um aspecto econômico hegemônico e que lhe é externo, bem como reiterando a contraposição urbano-rural, campo-cidade. Problematisando ainda esta noção, é importante destacar que, embora o “agro” esteja em determinadas regiões do país – o “negócio” envolve diversas escalas, não sendo restrito a esse conjunto de cidades. Através de uma mediação financeirizada, cidades como São Paulo articulam as negociações das commodities aos mercados globais. Neste sentido, a soja é comercializada como uma mercadoria qualquer, em um movimento que extrapola e apenas se realiza devido aos capitais centralizados em outras cidades do Brasil e do mundo.

Procurando avançar brevemente em um debate teórico, e expondo nossas próprias limitações, perguntamo-nos, então: qual expressão ou conceito daria conta de, na perspectiva que aqui expomos, referir-se às cidades que guardam no senso comum uma associação praticamente automática em relação à agricultura capitalista contando, em termos territoriais e político-administrativos municipais, com grande extensão de suas terras ocupadas pela monocultura?

Na medida em que essas cidades foram produzidas em uma urbanização recente e rápida no processo de avanço da fronteira, em um planejamento que fez “tábula rasa” do espaço e

impôs com força a lógica e dinâmica capitalista, aproximamo-nos da expressão “cidade sem infância”, de Martins (1993) ao se referir a Chapadão do Sul, Mato Grosso do Sul¹⁶.

Chapadão do Sul emerge como uma cidade "sem infância", uma cidade que nasceu adulta porque privada de espontaneidade, pois provida, em essência de uma racionalidade sem nenhum compromisso que não seja o da valorização das coisas pela desumanização do homem (MARTINS, 1993, p. 44).

Fazendo referência a um tempo da reprodução do capital imposto em processos de grande velocidade na reprodução da fronteira, Primavera do Leste, assim como outras cidades, pode ser considerada uma “cidade sem infância” na medida em que foi implantada seguindo diretrizes de uma urbanização supostamente coerente e harmônica, seguindo a aplicação de modelos e realizando objetivos econômicos e políticos que ampliassem mecanismos de produção e reprodução de capitais (MARTINS, 1993, p. 75). O termo, contudo, embora tendo forte potência para o debate a respeito dessas cidades, também não engloba algumas características que lhes são particulares.

Esse conjunto de cidades, embora com conteúdo primordialmente urbano, apresenta uma morfologia muito particular relacionada, na paisagem, à produção agropecuária e que não pode ser desconsiderada. São silos, armazéns, grandes caminhões carregados de grãos e grandes plantações circundando o núcleo urbano. Também se vinculam a uma dimensão do agrário atrelada à concentração de serviços e infraestruturas e a uma parcela da mão de obra relativamente especializadas (ligada, de um lado, a consultorias e, de outro, a atividades braçais e mal remuneradas).

Além das formas e infraestruturas em um primeiro momento vinculadas ao agrário, essas cidades contam também com um traçado urbano semelhante, sendo atravessadas por grandes rodovias (em processo vinculado ao próprio processo de ocupação desses espaços). Nota-se também que apresentam um acabamento arquitetônico das casas muito similar (como verificamos em Primavera do Leste, Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde).

Tal morfologia vinculada às atividades agrícolas e às relações sociais as particularizam em relação a demais cidades também consideradas planejadas, inclusive no próprio Centro-Oeste, como Brasília e Goiânia. Assim, se considerarmos essas cidades como “inventadas” (ARRUDA, 2007), ponderando que tiveram grande parte de sua concepção e implantação

¹⁶ Martins se refere em sua dissertação à Chapadão do Sul, Mato Grosso do Sul (até 1978, Mato Grosso), mas é possível traçar semelhanças em muitos dos processos constitutivos da produção do espaço desta cidade com Primavera do Leste.

previamente calculadas, também avançaríamos na discussão. Porém, ainda sem contemplar todas suas especificidades¹⁷.

Outras importantes noções para se referir a essas cidades são, segundo Guimarães Neto (2000; 2002; 2003): “cidades de fronteira”, “cidades da colonização” e “do trabalho”. A autora faz alusão às cidades do norte de Mato Grosso que surgiram como resultado da colonização particular, apregoadas da ideologia do trabalho, do enriquecimento e da máxima “tempo é dinheiro”. Se, de acordo com a autora (2000; 2002), havia um forte discurso que enaltecia a colonização privada e o “pioneirismo”, como exporemos na última parte desta tese (item 4.1), a ocupação e produção dessas cidades era também feita de modo controlado e disciplinado.

A ideologia do trabalho e do enriquecimento contribuíam, neste contexto, para espaços de controle. Assim, como conteúdos em comum dessas cidades podemos citar a “ideia redentora do trabalho”, que levava aos colonos acreditarem que o trabalho seria a saída exclusiva para a pobreza e único caminho para o futuro (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 120). A racionalidade do trabalho alcança, nesse sentido, intensamente o cotidiano nessas cidades, cujas imagens são constantemente moldadas como “modernas”, “organizadas” e “prósperas”.

(...) a lógica da ‘economia do tempo’ determinava o fundamento sobre o qual se deveria erguer ou *soerguer* a vida de todos que procuravam aquela terra. O lugar logo começava a se revelar através da ordem social, em que todos deveriam obedecer aos preceitos morais da vida dedicada ao trabalho. E, sobretudo, fazer com que o tempo-velocidade fosse utilizado em função de ganhos cada vez maiores. E rapidamente impregnava-se a nova comunidade de um desejo de consumir o tempo com trabalho como única forma vislumbrava para se chegar a um fim determinado: a produção de riqueza. Tudo deveria girar em torno dessa ideia: o cotidiano: a esperança, o futuro (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 119).

Dessa forma, esse conjunto de cidades já surgiu como corolário da dominação de classe, ancoradas em relações de poder que minuciosamente salvaguardavam a propriedade privada da terra e os interesses dos agentes hegemônicos da produção do espaço. Essas cidades foram gestadas e implantadas desde o início sob uma forte égide da eficácia, do tempo acelerado, do trabalho, da vigilância e da repressão, que garantiam o considerado “sucesso” do negócio por

¹⁷ A autora pertinentemente destaca que: “Nesse espaço das áreas chamadas de expansão da fronteira agrícola a terra não é só para cultivo, venda ou aluguel, mas também usada para a construção de núcleos urbanos. Os espaços são simulados, viabilizados pela técnica e poder são transformados e apropriados pelo capital monopolista sob o aval do Estado. As cidades são ‘inventadas’, produzidas pelas colonizadoras particulares, cooperativas ou de colonização oficial (realizada pelo Estado) e os seus espaços comercializados” (ARRUDA, 2007, p. 127).

meio da instauração do cotidiano, da mobilização de um tipo de mão de obra estabelecido (já com certos recursos) e de determinados modelos urbanísticos e de infraestrutura.

“Nessas cidades ‘planejadas e ordenadas’ a propriedade privada é tida como princípio maior, estabelecidas dentro das referências burguesas do progresso, produzindo dessa forma, uma memória de vencedores e uma ‘história de progresso’” (SOUZA, 2018, p. 119). Conforme Abreu (2015), tanto os “pioneiros” quanto as empresas tentavam impor diretrizes para a reprodução da vida econômica dos colonos que chegavam, visando a assegurar o sucesso da empreitada colonizadora. Por um lado, havia práticas explícitas como o controle de grande parcela da população – como ocorreu em Alta Floresta, onde migrantes eram abordados por soldados para informar e comprovar a finalidade de sua visita ou permanência na cidade, ou no Projeto Juruena, conforme Joanoni Neto (2007), com a instalação de postos de monitoramento para selecionar aqueles que poderiam ter acesso ao empreendimento colonizador.

Por outro, também eram efetivados mecanismos mais tênues. Os próprios projetos de colonização visavam a atrair um público específico, o “colono ideal”, no geral sulista e visto como desbravador e trabalhador. Essas cidades já foram fundadas a partir da vigilância, da ordem, do planejamento, nas quais se uniam o poder e o domínio exercido tanto pelos “pioneiros” quanto pelo Estado (GUIMARÃES NETO, 2002; ABREU, 2015). Como afirma Souza (2006), a seleção de muitos dos migrantes que foram para Sinop era feita no Sul do Brasil, com um controle nas aquisições de terras de modo a frear migrações espontâneas e ocupações irregulares e não desejáveis na visão da colonizadora (com colonos muito pobres ou com casas fora dos padrões urbanísticos impostos). Neste sentido, migraram para Sinop pequenos proprietários que compraram terras da Colonizadora Sinop, desejando “prosperar” e permanecer no local.

Ainda conforme Souza (2006), as próprias companhias de colonização exerciam forte influência nessas cidades, indo além de uma dimensão estritamente econômica. Na urbanização de Sinop, coube à colonizadora a construção de “todo um espaço social e na vida cotidiana dos migrantes, através da ocupação planejada e controlada do espaço geográfico, da construção de um discurso que exalta o trabalho e o desenvolvimento econômico, a ordem e a família” (SOUZA, 2006, p. 221). Assim, como elucidou Guimarães Neto (2002), a ingerência nesses processos é nítida em expressões que enaltecem o trabalho e o desenvolvimento da cidade (“Sinop, cidade futuro”, “Sinop: a marca do trabalho”, “cidade de um povo ordeiro e trabalhador”, “Sinop em tempo de progresso”).

Os colonizadores afirmavam que era necessário limpar o espaço para que houvesse de imediato um enorme progresso (havia pressa). Assim cria-se o mito da terra prometida, do futuro para todos, da prosperidade, sonhando com grandes realizações, oportunidades de desenvolvimento para suas famílias, crescer e ganhar dinheiro. É importante entender o significado dessa história. Com o processo de urbanização, a classe socialmente favorecida procura impor suas práticas e seus valores à sociedade. Criou-se um modelo de “cidade limpa”, urbanizada, hábitos pessoais educados, civilizados, à luz dos critérios da sociedade burguesa (SOUZA, 2006, p. 221).

Havia, neste sentido, estratégias de domínio do espaço que se efetivaram em diversas escalas: o controle do espaço amazônico como um todo articulado a interesses econômicos e geopolíticos nacionais, executado por meio de projetos e planos de colonização, exigia e somente se realizava por meio de uma pesada fiscalização e vigilância no plano do lugar, na vida cotidiana, em quem chegava à cidade e quem a controlava. Segundo Guimarães Neto (2002), esse domínio do espaço nas cidades que surgiam era crucial para manter nas mãos dos agentes hegemônicos a propriedade da terra (e não dos migrantes pobres).

Os mecanismos disciplinares e repressivos eram também exercidos por meio não somente da burocracia do Estado e do aparato policial, mas também pela mídia e pelas instituições religiosas e educacionais, bem como pela difusão de várias mensagens do governo, dos “pioneiros” e da igreja que reiteravam a importância de um cotidiano permeado pela experiência e redenção pelo trabalho (GUIMARÃES NETO, 2002; ABREU, 2015). Segundo Souza (2006, p. 199) a respeito da cidade de Sorriso:

(...) tinha-se pressa de ficar rico e de se alcançar a independência econômica, conservando a sagrada união: família, lazer, escola e trabalho. Desta forma, implanta-se a idéia de produção da riqueza, no cotidiano, na esperança e no futuro, pois os homens teriam a obrigação de trabalhar sem cessar, viver para as suas famílias e permanecer unidos pela fé.

Esse conjunto de cidades já foi concebido, de acordo com Guimarães Neto (2002, p.75), sob a ótica das hierarquizações sociais, em uma divisão social (logo, também espacial) que representava “um modo racional de as novas cidades assumirem o seu papel civilizador, ordenador dos espaços sociais. (...)”. Para a autora, formas explícitas de relações de poder são reproduzidas no plano da arquitetura e do planejamento urbano, por meio da ocupação de espaços considerados como vazios, nos quais as cidades planejadas são concebidas próximas às rodovias, tendo suas áreas centrais projetadas abrigando sede das colonizadoras e demais espaços de poder e de monitoramento da população. Essas empresas assumem, neste contexto,

o controle sobre a circulação e a fixação de grupos de moradores, relegando a população mais pobre às periferias por meio de diversos mecanismos de violência.

Frequentemente resultado das estratégias de projetos de colonização pública, privada ou ligadas a iniciativas individuais – como Primavera do Leste, e contando com amplo patrocínio do Estado – a produção dessas cidades preenchidas de uma euforia de progresso e de trabalho somente pode ser elucidada em uma perspectiva consubstanciada na produção do espaço, à luz de um momento em que a própria urbanização se constitui como um mecanismo primordial da acumulação do capital.

A urbanização neste conjunto de cidades apresenta tempo e espaços bem específicos imbricados à velocidade e intensidade dos processos de reprodução do capital, o que também lhes conferiu, no decorrer do tempo, uma vida cotidiana permeada pela ideologia de um “pioneirismo heroico” e da meritocracia. Essas cidades contam com um ritmo ligado ao trabalho e a um cotidiano permeado pelo enaltecimento do enriquecimento e da ostentação, como detalharemos no decorrer desta tese. Elaboradas e produzidas para atender tendencialmente à reprodução ampliada do capital, são cidades da acumulação e, conseqüentemente, da contradição.

Ainda sem dar conta da complexidade dos processos para denominar essas cidades – em última instância, produzidas como mercadorias reprodutíveis – utilizamos a noção de “cidade que tem dono” para nos referirmos a Primavera do Leste. Esta noção, a nosso ver, também é relevante (embora também ainda insuficiente) por iluminar ao mesmo tempo elementos fundiários e aqueles da vida cotidiana, tal como aprofundamos na parte III.

Cabe ainda a ressalva de que apenas esmiuçamos elementos da dinâmica fundiária e da vida cotidiana primaverense, tendo abordado brevemente outras cidades ao longo da BR-163 (Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum). Estudos mais detalhados seriam necessários em relação às demais cidades, cuja economia é dinamizada parcialmente pela agricultura capitalista mecanizada e que foram inventadas, produzidas e vendidas como grande negócio.

Descortina-se, nesse contexto e na linha teórico metodológica que propomos, um movimento da “cidade do agronegócio” para a “cidade como negócio”¹⁸, cuja ênfase está no espaço mercadoria e alicerce do processo de acumulação, em um processo inerentemente expropriatório e desigual.

¹⁸ O debate sobre a cidade como negócio vem sendo amplamente delineado em estudos que versam sobre uma perspectiva da produção do espaço, dentre os quais podemos ressaltar aqueles resultados do Laboratório de Geografia Urbana da USP. Parcela dessas pesquisas culminou em obras como as da coleção “Metageografia”, publicada pela editora Contexto e composta pelos livros “Crise urbana” (2015); “A cidade como negócio” (2015); “Justiça espacial e o direito à cidade” (2017); e “Geografia urbana crítica” (2018).

PARTE II

O AVANÇO DA FRONTEIRA E A CIDADE COMO NEGÓCIO

Primavera do Leste foi concebida como um rentável negócio. Oriunda da voracidade dos processos capitalistas, foi idealizada em um momento no qual capitais centralizados no Sudeste e Sul do Brasil direcionavam-se para o Centro-Oeste e Norte, em uma expansão da fronteira realizada em benefício majoritário de grandes grupos empresariais.

Antes da ocupação da cidade como um grande projeto e empreendimento, chegaram migrantes com objetivo de explorar recursos minerais, inclusive atraídos pelo garimpo de diamantes do município de Poxoréu¹⁹, ou desenvolver produção agrícola em pequenas lavouras. A região teria sido ainda rota de bandeirantes no século XVII vindos do que hoje é Mato Grosso do Sul e em busca de riquezas minerais. Eles teriam chegado à Cuiabá em 1673 e, no século XVIII, iniciaram a exploração econômica de ouro (Câmara Municipal de Primavera do Leste - CMPL, 2016). Como destacam Wezs Júnior (2014) e Moreno (2007), até o início do século XX, o desenvolvimento de atividades econômicas em Mato Grosso caracterizou-se, sobretudo, pelo extrativismo mineral (principalmente ouro e diamante) e vegetal (madeira, erva-mate, látex e poaia), bem como pelo uso de pastagens nativas para pecuária e em lavouras em áreas de maior fertilidade (como no caso da cana-de-açúcar, na Bacia do Prata).

Contudo, interessa-nos apenas regressar ao momento em que a cidade nasce como uma ocupação planejada e resultado de uma estratégia voltada para atender interesses específicos, isto é, a de possibilitar a reprodução dos capitais urbano-industriais do Centro-Sul brasileiro. É neste momento, quando Mato Grosso passa a ser gestado como fronteira do capital e a canalizar investimentos provenientes dos centros mais dinâmicos do país, que encontramos uma maior potência para elucidarmos as contradições e os conflitos atuais da produção do espaço primaverense.

Procuramos seguir o método regressivo-progressivo exposto por Lefebvre (2004), a partir do qual analisamos retrospectivamente a produção do espaço atualmente de Primavera

¹⁹ Como marcos importantes antes da década de 1970, podemos citar a demarcação de uma linha telegráfica em 1912 ligando Cuiabá à Barra do Garças, passando por Primavera do Leste. Na década de 1940, houve o desenvolvimento do programa “Marcha para o Oeste”, anunciado em 1938 no governo de Getúlio Vargas e que abrangia sobretudo a porção sul de Mato Grosso por meio da colonização oficial. Com o objetivo de articular economicamente as regiões do país, alcançando aquelas consideradas como despovoadas, a Marcha para o Oeste foi um “projeto assentado numa política de distribuição de terras a trabalhadores nacionais sem-terra e estrangeiros com experiência agrícola. Cabia a eles promover a conquista do interior do país, dentro da estratégia geopolítica de ocupação dos ‘espaços vazios’” (MORENO, 2007, p. 101). Com a Constituição de 1946, intensificou-se a ocupação da Amazônia Legal por meio de planos econômicos para viabilizar a ocupação e desenvolvimento econômico da região, assim como com implantação de Brasília no governo de Juscelino Kubistchek (SILVA, 2010; WEZS JÚNIOR, 2014). Sobre processos atrelados à ocupação do território mato-grossense antes de 1970, ver também Abreu (2013), que explicita a expansão territorial rumo ao estado nos séculos XVIII e XIX, e Souza (2006), que detalha conteúdos da expedição Roncador-Xingu (iniciada em 1943, dentro do escopo da Marcha para o Oeste) e a construção de Brasília no decorrer da década de 1960.

do Leste, vislumbrando ao mesmo tempo e em um trajeto não linear, os fundamentos das contradições espaciais e as potencialidades contidas no presente e o que está por vir.

A expansão da acumulação de capital rumo ao que seria Primavera do Leste apenas pode ser iluminada, neste sentido, diante dos processos de expansão territorial capitalista, dos quais a propriedade privada e as nuances da questão agrária brasileira se constituem importantes fundamentos. Com ritmos próprios da esmagadora temporalidade do capital, para um entendimento de seu deslocamento rumo a espaços até então considerados como “vazios”, deve-se levar em conta uma atuação conjunta do Estado (via projetos de colonização, legislação fundiária permissiva, aval à atuação de latifundiários e grileiros) e do capital privado (com as empresas nacionais e internacionais comprando e vendendo terras).

Esse avanço da fronteira, apreendido no movimento da dinâmica territorial de acumulação capitalista, é um processo eminentemente contraditório: ao mesmo tempo que permite a reprodução dos capitais também realiza a expropriação daqueles que não estão inseridos ou não o estão de modo hegemônico na lógica capitalista (como indígenas e posseiros), em conflitos que envolvem usos e perspectivas distintos em relação à terra.

2.1. Considerações iniciais sobre a fronteira

Para compreender a produção do espaço primaverense, é preciso desvendar as estratégias políticas e econômicas que permearam a produção do espaço desde sua implantação, quando projetos e ações de grande envergadura passam a incorporar a Amazônia Legal brasileira²⁰ às dinâmicas da acumulação capitalista. Da mesma forma que outras cidades que surgiram no contexto de expansão territorial do capitalismo brasileiro rumo às regiões Norte e Centro-Oeste, Primavera do Leste nasceu em um contexto no qual as terras foram dominadas privadamente por grandes empresários.

Como afirma Becker (1982), a fronteira amazônica oferecia grandes atrativos à reprodução do capital, constituindo-se como uma “frente avançada da sociedade industrial e urbana que nela buscavam novos recursos para sua expansão” (BECKER, 1982, p. 9). Neste contexto, vale lembrar que, para José de Souza Martins (2014, p. 157), a “teoria da fronteira é

²⁰ A Amazônia Legal brasileira é formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além de parcela do Maranhão. Abriga toda a Amazônia brasileira, parte do Cerrado e do Pantanal, constituindo-se uma região cuja delimitação foi criada pelo governo federal com o objetivo de facilitar a execução de programas e projetos que a inserissem de forma mais intensa aos processos de acumulação capitalista.

(...) basicamente, um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital”, em um movimento no qual “novos terrenos são ocupados de modo capitalista quando é possível extrair deles a renda capitalista da terra”. É justamente devido a essa expansão própria ao capitalismo que Sérgio Martins (1993, p.23) afirma que a fronteira faz referência a um “espaço submetido a uma contínua redefinição”, no qual se sobrepõem relações aparentemente fragmentadas que seriam alteradas pela ação do Estado em função dos interesses em jogo – neste caso, a continuidade da acumulação capitalista.

Para José de Souza Martins (1996, p.52), a fronteira abrange um momento (frente pioneira) marcado por “uma nova racionalidade econômica, pela constituição formal e institucional de novas mediações políticas, pela criação do novo vinculado à expansão dos mercados, induzindo à modernização e novas concepções de vida”. Essa modernização, como veremos, ocorre com conflitos em relação aos usos que já existiam em determinado espaço. Da mesma forma, as novas concepções de vida são distintas daquelas que predominavam até então e tendem a ser marcadas pelo tempo e pela racionalidade do capital. A pressão do capital sobre terras supostamente disponíveis resultou na expulsão de posseiros e indígenas, de modo que a fronteira, como coloca Martins (2014), é o “lugar do conflito” no qual diferentes segmentos sociais entram em contato por meio um processo marcado por diferenças e também pela violência e intolerância.

A noção de fronteira, central para elucidarmos a produção do espaço nas cidades matogrossenses, envolve, portanto, significativas transformações espaciais (aí, evidentemente, incluindo-se, as sociais) alavancadas pelo avanço territorial capitalista, colocando o foco da investigação na integração territorial de novos espaços ao movimento de produção e reprodução capitalista, bem como reiterando sua dimensão espacial e temporal. Nesta perspectiva, a fronteira é não só resultado da articulação entre estratégias políticas e econômicas, mas também conflito e movimento, sendo mobilizada e (re)criada diante da expansão geográfica do capital bem como da sobrevivência de populações mais pobres e expropriadas que passam a não ser mais bem-vindas ou encontrar meios de sobrevivência em determinado lugar e deslocam-se para novos espaços. Guarda, portanto, uma relação de integração-desintegração: ao mesmo em que se refere a um movimento no qual determinado espaço é integrado mais intensamente às estratégias de acumulação capitalista, a lógica de quem se apropriava desses espaços é desintegrada e tendencialmente subsumida face à reprodução do capital e à dominação do espaço empreendida pelos agentes hegemônicos.

Esses conteúdos não são restritos à fronteira amazônica, podendo se referir, dentre outras, àquela descrita por Pierre Monbeig (1984) a respeito de São Paulo e Paraná no início do século XX cujos agentes hegemônicos eram os fazendeiros de café. Se a fronteira mato-grossense da década de 1970 era dinamizada pelos capitais urbano-industriais e foi empreendida pelos eixos de ocupação rodoviários no lugar do ferroviário de Monbeig, há elementos em comum entre ambas: o avanço do capital por meio do aprisionamento de terras e de uma lógica reatualizadora das forças produtivas (MARTINS, 1993), assim como a especulação fundiária, antes e após a implantação de infraestruturas e chegada da mão de obra. A partir de Monbeig (1984), Silva (2010) também destaca como aspecto similar a relevância que os núcleos urbanos exerciam à medida que a fronteira avançava, concentrando, por exemplo, pousadas e demais atividades comerciais e de serviços. Nos dois momentos, tanto nos “pioneiros” descritos por Monbeig quanto em muitas das análises sobre a expansão das frentes de acumulação para o Centro-Oeste, há um enaltecimento do “pioneirismo” e um obscurecimento do papel fundamental do Estado.

Da mesma forma, há um preponderante papel dos negócios fundiários em ambos os momentos. Como destacou Monbeig (1984, p.143), “no avanço para uma região pioneira como a de São Paulo, a colonização era uma questão de segundo plano, vindo antes o desejo de especular”. Estão inseridos, nesta perspectiva, no processo de reprodução do capital e seguem lógicas semelhantes. O primeiro momento, todavia, mais diretamente ligado à “produção de fazendas” e à produção agrícola cafeeira como negócio (MARTINS, 2010), enquanto que o segundo é dinamizado com a produção de um espaço de finalidade propriamente urbana.

O avanço da fronteira foi permeado por conflitos e contradições, seja em São Paulo no início do século XX, seja em Mato Grosso algumas décadas mais tarde. A lógica da expansão territorial do capital está presente nos dois momentos, configurando um espaço fluído à reprodução do capital. “A ambição de enriquecimento a qualquer custo legal e moral, os objetivos voltados a atender ao mercado internacional – antes com o café e agora com grãos e carnes –, o jogo político de particulares, do Estado e das empresas que direcionam o processo são os mesmos” (GIRARDI, 2015, s/p). No entanto, hoje este avanço tem como particularidade o fato de ser realizado de modo mais intenso e articulado também ao capital internacional. Segundo Girardi (2015, s/p), o “novo é representado pela velocidade e escala desses processos”.

No caso do território amazônico, segundo Santos (2015) – e, a nosso ver, particularmente da fronteira mato-grossense – a expansão da acumulação se impôs de modo notadamente hegemônico, empreendido pelo grande capital e havendo uma superposição

acelerada de lógicas e configurações espaciais pretéritas. Neste momento de reprodução do capital para a Amazônia, surgem como conteúdos específicos a intensidade dos processos que incorporam Mato Grosso à dinâmica da acumulação, bem como a acentuada realização das estratégias capitalistas dada pela força dos agentes sociais envolvidos neste momento (primordialmente, grandes capitalistas nacionais, estrangeiros e Estado).

A velocidade do processo está de acordo com o novo movimento de expansão capitalista que, a partir das novas modalidades, mobiliza magnitudes de capital em velocidades desconhecidas. A entrada dos capitais do sul na produção direta do território representa, nessas regiões, um salto tanto do ponto de vista da estruturação das relações sociais quanto do ponto de vista dos ritmos de acumulação (SANTOS, 2015, p 137).

Como afirma Guimarães Neto (2002, p. 151), a velocidade pela qual ocorria a ocupação da Amazônia era primordial não somente para compor um discurso de progresso, mas para controlar a vida da população mais pobre que não tinha acesso à “rapidez das realizações materiais e técnicas” desses espaços. A prontidão da ocupação e o discurso de que era preciso trabalhar (e rápido) corroborava, neste sentido, para o domínio do espaço por parte dos grandes empresários nessas cidades que surgiam.

(...) pode-se dizer que os donos dos meios econômicos à exploração da riqueza da Amazônia foram os que efetivamente detiveram o poder de apropriação e ‘conquista’ da terra. O empresariado teve a supremacia da velocidade na Amazônia, e, portanto, tudo o que utilizou para se locomover, construir e dirigir envolveu o controle do tempo. O meio de transporte mais utilizado foi o avião – toda a abertura de novos empreendimentos na Amazônia contou com uma pista de avião; e da mesma forma, estradas e cidades foram abertas rapidamente com equipamentos modernos; em tempo recorde, fábricas foram montadas com tecnologia altamente sofisticada (...) (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 156).

Neste sentido, como um importante conteúdo da reprodução da fronteira mato-grossense há a expansão da acumulação capitalista e novos processos implantados com grande velocidade e rentabilidade, em uma modernização que se instaura praticamente sobre o que era visto como espaço vazio (SANTOS, 2015). O considerado despovoamento da região e a vastidão de terras estrategicamente vistas como sem dono facilitavam, de acordo com Becker (1982), a articulação do território amazônico à dinâmica capitalista centralizada no Centro-Sul do Brasil. Neste contexto, Abreu (2015), comparando a ocupação do norte mato-grossense com a de Barreiras (no oeste baiano) descrita por Haesbaert (1995), afirma que em Mato Grosso, particularmente

em Sinop, houve a ocupação do que despontava como um “**espaço vazio**, da criação de uma cidade a partir de um **marco zero**”, diferentemente do “município baiano que já possuía uma história” (ABREU, 2015, p. 134. Grifos do autor).

A intensidade dos processos de urbanização, que impuseram a lógica capitalista praticamente sem um estágio de amortecimento anterior (SANTOS, 2015) e outras etapas de desenvolvimento das forças produtivas que tornassem mais gradual a realização dos capitais urbano e industriais, foram recrudescidas diante da concomitante dominação privada e monopolização das terras. Essa particularidade trouxe novos conteúdos da urbanização não somente em Primavera do Leste, mas em outras cidades também concebidas e implantadas neste momento e atreladas a projetos de colonização privados.

Oliveira (1997) e Becker (1994) salientam que a ocupação da fronteira amazônica deve ser entendida diante da propriedade privada capitalista da terra e da lógica dos monopólios. Essa particularidade a diferenciaria da constituição de outros espaços de fronteira. No caso da cafeicultura no território paulista, como elucida o autor (1997, p. 145), havia uma lógica concorrencial “ditada pela disputa livre no mercado, dos interesses privados”. O campo era, em certa medida, produzido primeiro e a cidade seguia em grande parte a dinâmica imposta pelo campo e da produção agrícola.

Na Amazônia, na atualidade, o processo tem a característica da fase monopolista do capitalismo. Estamos agora, diante da lógica ditada por uma ação de monopólios privados ou públicos, não há mais disputa no e pelo mercado. Há tão somente a imposição dos monopólios. **A mercadoria que comanda o processo de ocupação é a propriedade privada da terra. Assim, a produção da cidade, de certa forma precede o campo, ainda que propagandisticamente, o campo possa estar sendo vendido primeiro.** São as cidades que se impõem na Amazônia mato-grossense. É a lógica dos monopólios privados que se instauram e determinam a lógica do campo (OLIVEIRA, 1997, p. 145-146. Grifos nossos).

Para o autor, compreender a ocupação do norte de Mato Grosso envolve considerar necessariamente o papel dos projetos agropecuários financiados pelos incentivos fiscais da SUDAM e as políticas territoriais que possibilitaram que grandes capitalistas nacionais e estrangeiros também se transformassem em latifundiários (OLIVEIRA, 1997).

Da mesma forma, é justamente na urbanização que se encontra a razão para essa voracidade dos processos de conformação da fronteira, em um processo no qual o incentivo à ocupação da região via incentivos fiscais ocorreu de modo praticamente simultâneo à implantação

de plantas industriais e infraestruturas de transporte e de comunicação – possibilitando, por meio da produção do espaço, novos espaços para a acumulação do capital (SANTOS, 2015).

Diversos autores se debruçaram sobre o expropriatório processo de ocupação e dominação da Amazônia Legal brasileira – como Martins (2010, 2014), Moreno (2007) e Oliveira (1997; 2016) – destacando que, diante de uma nova escala de incorporação desse território às estratégias capitalistas, há um impetuoso processo de monopolização fundiária cuja lógica capitalista repercutiu diretamente na expropriação dos antigos habitantes do espaço amazônico e cedeu lugar a empresários e latifundiários. Acirra-se dramaticamente neste momento a luta pelo espaço entre seus agentes, expressa por meio da intensificação da violência com a chegada dos empresários urbanos, que, somados às antigas e ainda atuantes oligarquias econômicas e políticas, expandiram seu raio de atuação rumo às terras de indígenas, de posseiros e de antigos colonos.

2.1.1. As especificidades da fronteira urbana mato-grossense

As terras que eram cercadas e dominadas por capitalistas na expansão da fronteira eram utilizadas não apenas para valorização, mas primordialmente para a especulação e uma garantia a seus proprietários para o acesso ao sistema de financiamento bancário, à obtenção de crédito e ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Essa prática é explicada porque a terra no Brasil é, como destaca Oliveira (2007), “reserva patrimonial” e “reserva de valor”, não tendo necessariamente e, em significativa parcela das vezes, o objetivo de ser empregada para fins produtivos.

Neste sentido, era o usufruto dos incentivos fiscais e financiamentos, além da própria terra como alternativa para fonte de investimento, que atraía as grandes empresas e ditava a tônica dos grandes projetos agropecuários e minerais principalmente após a década de 1970. Assim, o objetivo da expansão territorial da acumulação para o Centro-Oeste e a Amazônia não foi, de fato, o crescimento da produção agropecuária (BECKER, 1982; OLIVEIRA, 1997; MORENO, 2007; MARTINS, 1994, 2014; SANTOS, 2015). Corroborando o debate que desconstrói a ideia de que a fronteira para o Centro-Oeste a tinha como propósito principal, Martins (2014) salienta a contradição presente no discurso de ocupar a Amazônia Legal com uma das atividades que menos necessita de mão de obra: a pecuária. Principal atividade (produtiva) no avanço da fronteira, permitia a ocupação de grandes extensões de terra sem

muitos investimentos para a manutenção da atividade ou com os custos com mão de obra (ainda mais diminutos diante dos incentivos fiscais governamentais).

Além de rentável e envolver poucos riscos, a preponderância da criação de gado bovino para corte nos projetos agropecuários implantados principalmente a partir da SUDAM era um meio de salvaguardar o domínio sobre os latifúndios improdutivos em um contexto no qual o preço da terra subia rapidamente. Neste contexto, as propriedades utilizadas como reserva de valor têm seu domínio assegurado justamente pela pecuária extensiva, atividade com frequência utilizada para caracterizar um suposto uso produtivo da terra e ao mesmo tempo camuflar seu uso especulativo (BECKER, 1982; MORENO, 2007; SANTOS, 2015).

Assim, se a produção agropecuária era irrisória diante do que poderia efetivamente ter sido implementado e estava previsto nos projetos aprovados pelo governo federal, é necessário, como expõem Santos (2015, p. 123) e Becker (1982), questionar o próprio termo “agrícola” para se referir à fronteira neste momento – inadequado diante dos reais interesses que estavam em jogo no deslocamento das frentes de investimento capitalistas em direção à Amazônia.

Considerar a fronteira neste momento primordialmente como “agrícola” contribui, inclusive, para ocultar o que Martins (2010) denomina de “caráter rentista” da sociedade brasileira. Tratava-se, em essência, não da produção agropecuária, mas propriamente da “produção de fazendas” – segundo expressão de Martins (2014). Ou seja, do domínio privado da terra, a qual, conforme era loteada e como aprofundaremos nesta tese, configurava também uma estratégica e rentável “produção de cidades”. Assim, a mercadoria que atraía grandes investidores naquele momento de expansão da acumulação para o Centro-Oeste, e especificamente do caso de nosso estudo do sudeste de Mato Grosso, era a própria terra e a possibilidade de realização da renda capitalista fundiária²¹.

²¹ Entende-se renda da terra capitalista como o poder monopolista que proprietários privados exercem sobre a terra. É um tributo pago por toda a sociedade para a utilização da terra simplesmente pelo fato dos proprietários fundiários possuírem seu monopólio, conferindo-lhes o direito de reterem uma parte da mais-valia social. A terra, além de meio de produção, detém determinados atributos (como localização e fertilidade) que permitem que seu proprietário aufera renda por aquilo que ainda pode ser produzido (HARVEY, 1990). Como afirma Martins (2011, p. 22), “a determinação histórica do capital não destrói a renda da terra nem preserva o seu caráter pré-capitalista [a renda da terra pré-capitalista assume as formas de renda da terra em trabalho, em produto e em dinheiro] transforma-a, insporando-a, em renda capitalizada”. Essa renda é utilizada pelo capital como instrumento para formação de capital. Há um amplo debate a respeito do uso da noção de renda da terra (de monopólio) nos espaços urbanos, na medida em que a terra deixa de ser meio de produção e torna-se condição geral de produção e reprodução do capital e da sociedade, em um processo no qual o preço é dado de acordo com a localização de determinado lugar e não mais em relação a seus atributos em si. Da mesma forma, no campo não haveria trabalho acumulado e valor como ocorre na cidade, com o processo de valorização do solo urbano. A terra é, portanto, no espaço urbano, produzida e reproduzida como mercadoria ao longo do processo histórico e sendo fonte de valor e de lucros (ALVAREZ, 1994; CARLOS, 2008). Como afirma Volochko (2011), o debate sobre a renda da terra urbana ainda é aberto e inconcluso e, tal como o autor e Carlos (2008), preferimos a opção teórica na qual a renda do solo na cidade, por meio do processo de urbanização e face às particularidades que a cidade apresenta, seria

Para Santos (2015, p. 93), é crucial analisar esses projetos agropecuários instituídos no Centro-Oeste e Norte do Brasil considerando o fato de que a articulação de incentivos fiscais, de terras baratas e subsidiadas e de um excedente de força de trabalho disponibilizando para as empresas que desenvolviam esses projetos “transformou a urbanização expandida no território num negócio em si mesmo”. Sendo assim, não basta simplesmente na linha de investigação que estamos seguindo considerar a importância do núcleo urbano como suporte aos projetos de colonização privada e pública, fomentados pelo governo militar rumo à Amazônia. Conforme destaca Oliveira (1997, p. 331), “não se trata da produção do campo pela cidade ou da cidade pelo campo. Trata-se da possibilidade de realização rentista da renda capitalista da terra. Numa palavra, a colonização é lócus da produção do capital”.

Dominar privadamente extensas porções de terras – geralmente a preços baixos e adquiridas por meio de incentivos fiscais ou dos mais variados mecanismos de burla e de grilagem, como detalham Moreno (2007) e Oliveira (1997) – e, posteriormente, fragmentá-las e loteá-las, implantando cidades, era uma atividade possivelmente tão ou mais rentável do que a própria soja (cuja produção depende de grandes investimentos de capital para aquisição de insumos e maquinário).

Segundo Oliveira (1997), o aumento do preço médio do hectare nos primeiros anos da ocupação de Primavera do Leste, entre a década de 1970 e 1985, chegou a dois mil por cento. Tal crescimento nos dá a dimensão de que a “invenção” e “produção” de cidades eram extremamente rentáveis aos denominados “pioneiros” da fronteira. “A terra, como uma mercadoria qualquer foi utilizada como principal atrativo para despertar o interesse dos empresários do sul e do sudeste do país” (MORENO, 2007, p. 180).

O caráter fundiário especulativo ganha força na Amazônia a partir da década de 1970, fortemente ancorado nas ações e no papel desempenhado pelo Estado. Segundo Becker (1982) neste momento não é somente vista como uma “fronteira de recursos”, mas como possibilidade de realização de grandes e rentáveis negócios fundiários.

(...) o capital valoriza a terra como mercadoria. Interessa-se, pois, o capital em diversificar suas atividades e tirar partido da ocupação rápida e plena do espaço, não se restringindo a produzir gado e explorar minerais, mas agora também (...) voltando à agricultura de exportação (...) e vendendo terras. A apropriação de imensas glebas por grandes companhias construtoras nacionais e por empresas multinacionais, com a finalidade de promover a venda de lotes

transformada em valor do solo urbano. Destacamos, todavia, que essa passagem da renda da terra em valor do solo urbano pode ganhar uma linha mais tênue e complexa no contexto da produção do espaço das cidades dinamizadas ao menos parcialmente pela agricultura capitalista mecanizada, o que, inclusive, suscita a necessidade de novas e mais aprofundadas reflexões.

e/ou de se dedicar à produção, caracteriza a atual fase da fronteira [a partir década de 1970] (BECKER, 1982, p. 172).

Essa fronteira do capital que se produzia na realidade brasileira no final do século XX era essencialmente urbana. Santos (2015) desenvolve a hipótese de que a fronteira que foi produzida neste momento tinha na urbanização sua condição, produto e conteúdo, sendo primordialmente urbana. Será por meio do que o autor mostra ser a “urbanização expandida do território” que outros espaços também são inseridos nos circuitos de acumulação do capital. Inclusive em relação ao avanço da chamada “fronteira agrícola”, Santos (2015, p. 27) destaca que também neste caso a urbanização é simultaneamente a “condição, produto e conteúdo dessa nova dinâmica expansionista”.

Além da preservação do antigo papel que uma agricultura de fronteira sempre desempenhou na preservação das condições de investimento, a atualização do latifúndio exportador atendeu e respondeu às demandas dos capitais urbano-industriais (ao absorver seus excedentes e renovar as condições de endividamento tão cruciais para as políticas industrializantes) e não se deu sem a promoção de um complexo urbano-industrial, do qual ele mesmo faz parte, voltado à produção de commodities (SANTOS, 2015, p. 27).

A urbanização expandida do território possibilitava drenar os excedentes de capitais que não obtinham mais da mesma maneira possibilidades de reprodução no Centro-Sul brasileiro. Ao mesmo tempo que dependia de novas nucleações urbanas, a expansão das atividades agrícolas permitia também a continuidade da economia urbano-industrial centralizada principalmente em São Paulo. O mercado de terras, como coloca Santos (2015, p. 121), já tradicionalmente um “importante escoadouro de capitais, não só pela sua tradicional segurança – também politicamente assegurada – mas por sua rentabilidade” se fortalecia ainda mais com a urbanização.

O aumento do preço da terra devido à própria expansão da urbanização, somada à atuação do Estado por meio dos investimentos em infraestruturas e políticas territoriais, bem como aos incentivos fiscais, irá dinamizar ainda mais o mercado fundiário especulativo e a atração de grandes empresas nacionais e estrangeiras no avanço da fronteira.

Muitos dos capitais sediados nas grandes metrópoles do sudeste encontraram destino certo nos investimentos fundiários, produtivos ou não, da periferia. Isso, que normalmente é contabilizado como um dado de expansão da fronteira agrícola, está a serviço da capitalização dos investimentos originados nessa particular economia urbano-industrial (SANTOS, 2015, p. 129).

Essa expansão da acumulação capitalista vinculada mais diretamente ao campo e à produção agrícola, contando com uma dinâmica ditada pela lógica urbano-industrial, tem, portanto, na produção do espaço urbano, não somente seu resultado, mas também sua condição e meio. O urbano se constitui no alicerce (por meio infraestruturas e serviços) e conteúdo do avanço da fronteira. Na concepção aqui adotada, o desenvolvimento das atividades agrícolas apenas pôde realizar porque a cidade se produzia. A racionalidade econômica e as novas relações de trabalho impostas no processo de avanço territorial da acumulação precisavam que houvesse a cidade e o urbano para se realizarem. É nesta perspectiva que Volochko (2015) destaca que o urbano e a cidade precederiam o campo e Becker (1994, p. 44) afirma que “a urbanização não é aí uma consequência da expansão agrícola: a fronteira já nasce urbana, tem um ritmo de urbanização mais rápido do que o resto do Brasil”.

A urbanização, conforme Becker (1994), era a base do Estado para a ocupação regional, atraindo migrantes (condição para o povoamento e formação da força de trabalho, sem lhes fornecer o acesso à terra e por meio de projetos de ocupação e colonização), organizando o mercado de trabalho (desempenhando não só fundamental papel na circulação de mercadorias e de capital, mas também na concentração e redistribuição da força de trabalho) e exercendo papel no controle social (com a concentração de instituições vinculadas ao Estado e à Igreja, as quais, somadas a grupos hegemônicos, contribuam para perpetuar ideais e valores).

Neste sentido, os investimentos agrários, quando efetivamente empreendidos e realizados – somados à constituição dos latifúndios – eram subordinados à dinâmica da economia urbano-industrial (aos capitais urbanos, bem como a suas relações sociais e temporalidades). Nesta perspectiva, a fronteira urbana não apenas precedeu a consolidação das propriedades destinadas, mesmo que parcialmente, à agricultura capitalista (a considerada “fronteira agrícola”), como se conformou, inclusive, em uma finalidade e em um rentável negócio.

Da mesma forma que Primavera do Leste, parcela significativa das cidades que surgiu neste contexto da expansão territorial capitalista no Norte e Centro-Oeste brasileiro foi idealizada e implantada a partir de uma lógica urbana e especulativa. As terras cercadas e dominadas neste momento eram as terras “de negócio”, e não terras “de trabalho” ou da “sobrevivência” – empregando terminologias de Martins (2014)²². Foram desde o início

²²Segundo Martins (2014), quando há a dominação da terra pelo capital, ela é transformada em “terra de negócio”, em terra de exploração do trabalho alheio. Já quando o trabalhador se apropria da terra, ela se constitui em “terra de trabalho”.

inseridas radicalmente no mundo da mercadoria, realizando cidades como negócio, e com a finalidade específica de possibilitarem uma maior acumulação de capital.

Era a mercadoria terra que estava em questão, movendo os mais variados interesses em um emaranhado jogo político e econômico. Essa terra como negócio que absorvia os capitais excedentes urbano-industriais, somada à aplicação de investimentos, à migração da força de trabalho, à cessão de incentivos fiscais e estabelecimento de infraestrutura, reforçaria, segundo Becker (1982), o papel do Centro-Sul brasileiro e particularmente de São Paulo na economia brasileira na acumulação capitalista.

Os investimentos fundiários, dessa forma, eram em si mesmo um grande e vantajoso negócio. Um mecanismo particular e bastante rentável de investimento fundiário está ligado, como se nota a partir do estudo de Primavera do Leste, à produção e à implantação de cidades. Não estamos nos referindo simplesmente à compra e venda de terrenos e lotes, mas a concepção de cidades inteiras como um negócio. Trata-se de um processo que, como aprofundaremos, permite um controle fundiário não apenas dos fragmentos do espaço, mas, desde início, de um papel das colonizadoras e dos chamados “pioneiros” na gestação e realização da mercadoria-cidade: definia-se, desde o início da ocupação do núcleo urbano, quem seria bem-vindo, onde ficariam os ricos e onde ficariam os pobres, quais práticas culturais seriam legitimadas e quais seriam estigmatizadas.

Aqui, podemos debater a urbanização ditando o próprio processo de expansão agrícola, vindo antes, portanto, do que os processos ligados ao agrário e inclusive à própria industrialização. Há, neste contexto, a inversão apontada por Henri Lefebvre (2004) dos processos industrialização-urbanização/urbanização-industrialização, na medida em que será a própria urbanização do território que possibilitará e alavancará, com forte papel do Estado, a transferência dos capitais urbano-industriais excedentes para a fronteira.

É preciso, nesta perspectiva, não conceber a cidade como simples suporte físico para as atividades da agricultura capitalista mecanizada. A urbanização como um condição aos projetos agropecuários e de colonização implantados em território mato-grossense é somente um dos conteúdos da fronteira urbana. Assim, além de concentrar atividades vinculadas à venda de insumos ou maquinário agrícolas e ao fornecimento de consultorias e serviços especializados à atividade produtiva, a produção do espaço urbano também interfere diretamente na do campo. É preciso considerar, como também fazem estes autores, a primazia do urbano na concepção, produção e consolidação da fronteira (urbana) mato-grossense.

Como já afirmamos, não podemos ofuscar nosso rumo investigativo a respeito das contradições espaciais primaverenses a partir de dados de produção de soja do estado que hoje lidera sua produção. Contudo, não deixamos de considerar a existência da agricultura capitalista tanto nesse momento quanto atualmente. Houve, de fato, um aumento significativo na área plantada e na produção, em Primavera e em Mato Grosso como um todo, em um processo que obviamente traz conteúdos e implicações espaciais que devem ser considerados. Não estamos neste sentido desprezando o avanço – tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo – da atividade agrícola, principalmente de soja, no Mato Grosso. É preciso, todavia, ponderar essa expansão, somente um dos elementos da fronteira em relação à produção do espaço.

O urbano é, portanto, uma importante fonte de investimento e de realização da acumulação, em um processo que não deve ser menosprezado em relação àqueles vinculados mais diretamente à viabilização de uma agricultura mecanizada que porventura possa ser empreendida nos latifúndios monocultores. Relativizamos este movimento sob uma nova perspectiva, mostrando que a forma do que se denomina de “fronteira agrícola” tem conteúdos urbano e rentista, devendo ser apreendido nas contradições intrínsecas à expansão territorial capitalista. Criticamos, portanto, o peso dessa dimensão do agrícola na reprodução da fronteira rumo ao Centro-Oeste e na produção do espaço dessas cidades, questionando a importância da agricultura e reiterando o papel dos negócios com a própria terra, especificamente com a propriedade privada e a renda capitalista fundiária, como fundamentos da desigualdade e da acumulação.

2.2. Primavera do Leste: um grande negócio

Inserida em um momento no qual a “invenção” e “produção” de cidades surgiam como um rentável investimento, Primavera do Leste foi pensada de modo a viabilizar uma acumulação capitalista preponderantemente urbana.

É no contexto dos incentivos do governo federal propostos para a ocupação da Amazônia Legal, bem como da possibilidade de rentáveis negócios fundiários, que entendemos a ocupação do sudeste mato-grossense e as contradições da produção do espaço atuais da urbanização primaverense. Embora a história oficial e os relatos dos considerados “pioneiros” da cidade façam referência somente a processos e à chegada daqueles que seriam considerados como fundadores de Primavera do Leste apenas no final da década de 1970, encontramos

registros de negócios fundiários na região desde 1971, envolvendo, inclusive, um dos atualmente considerado “fundador” de Primavera do Leste (Edgar Cosentino). Neste ano, segundo publicação de maio de 1971 no Diário Oficial do Pará, era formada a Agropecuária Primavera S.A. Esta empresa seria alguns anos mais tarde desmembrada e originaria a Primavera d'Oeste S.A., cujas atividades econômicas envolviam uma parcela das terras posteriormente adquiridas por Cosentino com o objetivo claro de dar origem a uma cidade (posteriormente, denominada de Primavera do Leste).

A Primavera S.A. era composta por um grupo de empresários paulistas e tinha como objetivo desenvolver um projeto agropecuário fomentado pela SUDAM. De acordo com a escritura pública da Sociedade Anônima, o objetivo da empresa era:

Capítulo II: Objetivo e Finalidade –Artigo 3º – Tem a Sociedade por objetivos – 1º) A atividade extrativa agrícola e pecuária e a comercialização e comércio de tais produtos e subprodutos 2) A pesquisa é a experimentação no setor agropecuário, sob a orientação de profissionais especializados visando a adoção de procedimentos tecnicamente recomendáveis 3º) Outras atividade de qualquer natureza, consideradas pela Diretoria necessárias à obtenção dos objetivos sociais acima apresentados, inclusive exportação e importação, e participação em capital de outras sociedades (Diário Oficial do Pará, 04 de maio de 1971, p. 5).

Desse modo, já no início da década de 1970, houve a chegada de muitos daqueles que dominaram e monopolizaram as terras do sudeste de Mato Grosso, em um processo que foi amplamente financiado pela SUDAM e pelo Banco da Amazônia, fomentando a atuação de grandes grupos empresariais. Muitos dos projetos agropecuários, quando de fato colocados em prática, eram vendidos e cediam lugar à especulação com a terra. Em registro no jornal da Folha de S.Paulo, em junho de 1978, encontramos o anúncio do “Primeiro Leilão Oficial do FINAM” (Fundos de Investimentos da Amazônia), divulgando a venda de ações de empresas que atuavam na Amazônia, englobando, dentre outras, a Primavera d'Oeste (**figura 4**).

Da mesma forma que inúmeras outras empresas que contavam com apoio da SUDAM, a Primavera S.A. (e depois a Primavera d'Oeste) era formada, como desvelaremos, por grandes empresários do Centro-Sul do Brasil atraídos pela isenção fiscal e que logo evidenciaram um interesse nos negócios fundiários (e não a pecuária ou na agricultura).

Figura 4. Anúncio do leilão do Finam em 1978 colocando à venda ações da empresa Primavera d'Oeste

1º Leilão Especial do Finam

Em Leilão Especial, a ser realizado no dia 28 de junho de 1978, na Bolsa de Valores de São Paulo, o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM colocará à venda ações de empresas que atuam na Amazônia.

Essas ações só poderão ser adquiridas com Certificados de Investimentos (CIs), representativos de cotas do FINAM.

Nesse Leilão serão colocadas à venda ações das seguintes empresas:

Agropecuária

- Agropecuária Az de Ouro S.A.
- Agropecuária do Arraias S.A.
- Agropecuária Cerro Verde S.A.
- Agropecuária Jarinã S.A.
- Agropecuária Joncon S.A.
- Agropecuária Rio Branco S.A.
- Agropecuária Tapirapé S.A.
- Almeida Prado Comercial e Pecuária S.A.
- Apasa - Apolinário S.A. Agropecuária
- Codebra - Cia. Desenvolvimento do Brasil Central
- Cia. Agropastoril do Araguaia
- Cia. Criadora Paraíso

- Cia. Industrial e Agro Pastoral Vale do Campo Alegre
- Confap - Cia. Nova Fronteira Agro-Pecuária
- Divisão Agro-Pecuária e Industrial S.A.
- Fazenda Riachuelo S.A.
- Fazenda São Paulo do Cravari S.A.
- Frenova S.A. - Fazendas Reunidas Nova Amazônia
- Hidroservice Amazônia S.A. Agropecuária e Industrial
- Inajá-Porã Agroindustrial S.A.
- Iochpe - Agropecuária do Norte S.A.
- Liquifarm Agropecuária Suiá Missú S.A.
- Piraguassu Agro-Pecuária S.A.
- Primavera D'Oeste S.A.

Agroindustrial

- Dendê do Pará S.A. "Denpasa" - Agr. Ind. e Com. de Oleaginosas

Industrial

- Cia. Industrial Amazonense
- Equipesc da Amazônia - Equipamentos de Pesca S.A.

- Fiação e Tecelagem de Juta Amazônia S.A. - Fitejuta
- Gelar S.A. Indústrias Alimentícias
- Indústria Biológica e Farmacêutica da Amazônia S.A. - Ibifam
- Indústrias Químicas do Norte S.A. - Quimicanorte
- Manasa da Amazônia S.A. Produtos Madeireiros
- Nelima - Indústria de Relógios S.A.
- Parquet Paulista da Amazônia S.A.
- Pereira Lopes - Ibesa Aparelhos e Componentes Eletrônicos S.A. - Pliacel
- Raymond S.A. Indústria de Roupas
- Sadia Oeste S.A. Indústria e Comércio
- Sudanisa - Cia. Industrial de Alimentos

Setorial

- Ciapesc - Companhia Amazônica de Pesca
- Cia. Tropical de Hotéis da Amazônia
- Pina Intercâmbio Comercial, Industrial e Pesca S.A.

Serviço Básico

- Telecomunicações do Amazonas S.A. - Telamazon
- Telecomunicações de Goiás S.A. - Telegoiás
- Telecomunicações de Mato Grosso S.A. - Telemat
- Telecomunicações do Pará S.A. - Telepará

*Bolsa de Valores de S. Paulo
Dia 28 de junho de 1978
1º Leilão Especial do FINAM*

Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM

Operado pelo Banco da Amazônia S.A. - BASA

Maiores informações nas Corretoras e nas Bolsas de Valores

CORRETORES PRECISA-SE

Credenciados pelo CRECI, para vendas de lotes urbanos. Exige-se Referências. Informações: **CONSTRUTORA E IMOBILIARIA COSENTINO LTDA.** Tv. Fernando Correa da Costa, 638 Fone: 321 5099

Jornal O Dia, 27 out. 1985. p. 10. Classificados.
<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>

Terrenos

Área rural em **PRIMAVERA DO LESTE**, distante 45 Km da Cidade, com área de 1.026 hectares, chapadão misto, propício para plantio de arroz, soja e pastagens. Toda cercada c/casa p/emprego. 500 ha. de cerrado já quebrado. Cz\$ 3.300,00 por hectare.

Jornal O Dia, 06 ago. 1986. p. 12. Classificados.
<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>

FAZENDA PRIMAVERA DO LESTE M.T.

1.800 alqueires paulista, município Primavera do Leste 800 alq. formado brachlaria, casa, curral, cercada, boa água. Tratar fone: (062) 654-1281 e 654-1244.

Folha de S.Paulo, 23 set. 1989. Classifolha, p. 24.

Mato Grosso

Primavera do Leste, área c/ 845 ha.. Sendo 550 ha. abertos; 300 ha. soja há 3 anos; 100 ha. arroz há 2 anos; 150 ha. cerrado quebrado há 2 anos. Casa, barracão, 2 rios. A 7 km da rodovia asfaltada. Tr. F: (0442) 23-2670.

Folha de S.Paulo, 16 jun. 1991. Imóveis. p. 10.

Fazenda MT

Vende 4.803 HA. Situado a 130 km Rondonópolis MT. 225 km de Cuiabá a caminho de Barra do Garças na Br 70 a 55 km da cidade de Primavera do Leste M.T., 1.400 HA, de área formada sendo 960 HA. de Brachlarão, 200 HA. Umidicola, 190 HA. Andropogan e 150 HA. de Vencedor, 1.200 HA. agrícola, soja 400 HA. p/ formar 1.803 HA. cerrado. Possui todas as benfeitorias necessárias p/ fazenda de grande porte inclusive pista de pouso de avião. Maiores informações pelos Tel. (067) 421-6561/421-6642 H/C Cornélio.

Fazendas no Mato Grosso

Campo, serrado, pantanal, mata, etc. Fazendas prontas e por fazer. Profissionais c/ amplo conhecimento da situação fundiária do Estado e da formação ecológica da região. Auxiliamos na documentação, análise de solo e até na Adm. do imóvel. F: (065) 421-1748 creci 0125/19-R.

Folha de S.Paulo, 18 jul. 1991. Imóveis. p. 8

Fazenda Mato Grosso

Vendemos excelente fazenda c/ 18 mil ha. em Primavera do Leste, à 250 km de Rondonópolis-MT., 3 mil ha. formada em Jaraquá e Colônias, 4 mil ha. Ideal p/ soja, rica em água, fácil acesso. Preço Cr\$ 90 mil p/ ha. Estuda-se proposta. Documentação perfeita. Tr. f: (067) 382-2033 / 383-4800 / 383-2182. Creci: 1791.

Folha de S.Paulo, 30 maio de 1992. Imóveis p. 7

Faz. 10.758 Ha

7 000 ha. abertas, cerc. reg.
Primavera do Leste MT Us\$
100/ha 2 350 ha Colônia no
Paraná (043) 327-5312 e 3326

Folha de S. Paulo, 10 jun. 1993, Classifolha,
p. 8.

Fazendas

4.500 mil alq. Primavera do
leste MT, CR\$ 30 mil o
alq. (043)-327-5312 crecl. 3326.

Folha de S. Paulo, 17 out 1993.
Classifolha, p. 15.

Fazendas

Primavera do Leste-MT, Ta-
mapuã-MTS; Caclândia-MTS,
Aporé-GO, Campinaçu-GO,
Jataí-GO, Xingú-MT, Guira-
tinga-MT, Alto Taquari-MT,
11000 hect., Rondonópolis-
MT. T. (0192) 42-9711. H.c Sa-
zonal.

Folha de S. Paulo, 16 out., 1994. P. Imóveis, p. 8.

Fazendas

4.500 mil alq. Primavera do
leste MT, CR\$ 30 mil o
alq. (043)-327-5312 crecl. 3326.

Folha de S. Paulo, 21 out. 1993. Imóveis p. 6.

Faz. Ocasão

C/ 11.000 H.A., 7.000 aberta.
Valor US\$ 100 p/ H.A. Região
Primavera do Leste, MT. Fo-
ne: (043) 327-5312. Crecl 3326.

Folha de S. Paulo, 28 setembro de 1993. Imóveis, p. 5

Fazenda Vdo

7.500 ha em formação, rica
em água, Região Barra do
Garça a Primavera do Leste,
US\$950.000 em 3X. F: (043)
327-5312. Cr. 3326

Folha de S. Paulo, 19 maio 1994.
Classifolha, p. 5

Mato Grosso

Faz. Primavera do Leste, 1.230ha,
área plantada 1.050ha. Preço To-
tal 110 mil sacos de soja. 10 mil
sacos à vista e restante 25 mil sa-
cos/ano, em 4 anos. F: (065)
498-1872 c/ Aldo Aguilhon.

Folha de S. Paulo. 20 out. 1998. Classificados 3, Imóveis, p. 5.

Mato Grosso - Futuro Celeiro do Brasil

MULTIPLIQUE SEU DINHEIRO, COMPRANDO TERRAS

Pague Cr\$ 6.000,00 mensais e seja proprietário em Mato Grosso, de uma área de 50 alqueires.
Zona em franco desenvolvimento — Terras de ótima qualidade em região servida por rodovias.
Venha pessoalmente e conheça nosso plano popular de vendas. IMOBILIARIA SANTA CRUZ — Rua
vares Penteado, n.º 180 — 3.º andar — s/ 1 e 3 — (Sindicalizado CRECI n.º 596). — S. Paulo.

O Estado de S. Paulo. Classificados. 08 out. 1964.

Neste contexto, o projeto agropecuário financiado pela SUDAM logo daria origem à negociação de terras e à “invenção” de Primavera do Leste, em um processo que se reproduziu, embora com particularidades, em parcela considerável do território mato-grossense.

Há, neste sentido, como debatemos nesta tese, uma centralidade do urbano e da cidade como negócio: o projeto agropecuário era, ao menos em uma parcela das terras da empresa Primavera d’Oeste adquirida por Cosentino, substituído pelos negócios fundiários. Nas próximas páginas, dando uma dimensão da terra como mercadoria no que se produzia como fronteira, há diversos anúncios de venda de terras já na década de 1980, veiculados nos jornais do Centro-Sul do Brasil e já apontando para este movimento. Muitas dessas terras comercializadas neste momento seriam posteriormente loteadas dando origem a cidades inteiras ou a terrenos urbanos quando posteriormente incorporados ao denominado perímetro urbano. É possível observar, inclusive pelos próprios DDDs nos contatos dos anúncios que muitos dos proprietários moravam no Sul do Brasil e negociavam terras em Primavera do Leste, assim como Chapada dos Guimarães e Água Boa.

Pesquisando os balanços patrimoniais da empresa Primavera d’Oeste (cuja divulgação do balanço contábil é obrigatória para as sociedades anônimas) encontramos três publicações (**figuras 5 a 7**) além daquela divulgando a implantação da empresa Primavera S.A no Diário Oficial do Pará em 1971: no Diário Oficial de Mato Grosso, em maio de 1975 (referente a dezembro de 1974); e no jornal O Dia, em dezembro de 1984 (encerrado em setembro do mesmo ano) e em janeiro de 1986 (com balanço de dezembro de 1985).

Analisando-se os balanços fiscais da empresa Primavera d’Oeste publicados no Diário Oficial nos anos 1975 e 1985 e considerando-se os dados que aparecem como ativos em ambos os balanços patrimoniais²³, pode-se inferir que seus donos possivelmente ficaram 2,3 vezes mais ricos. Tal dado sinaliza um investimento bastante rentável a esse conjunto de empresários amplamente financiados pelo Estado.

²³ Trata-se de um exercício aproximado e ciente de todas suas limitações e variáveis envolvidas. Considerou-se entre esse interstício de dez anos uma inflação acumulada de 246% (índice IGP) e levou-se em conta que a primeira publicação é de dezembro de 1974 (contabilizamos a partir de 1975) e o último de janeiro de 1986 (inflação acumulada até final de 1985).

Figura 5. Balanço fiscal da empresa Primavera d'Oeste de maio de 1975

PAGINA 16

DIÁRIO OFICIAL

16 DE MAIO DE 1975

PRIMAVERA D'OESTE S/A.

CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES N° 04.798.914.001

Senhores Acionistas
Cumprindo as disposições legais e estatutárias temos o prazer de submeter a Vossa apreciação o Balanço Geral e a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1974 acompanhado do parecer do Conselho Fiscal

Cuiabá 20 de Fevereiro de 1975

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

ATIVO		PASSIVO	
IMOBILIZADO		NÃO EXIGÍVEL	
Terras	809 416 00	Capital (Autorizado)	6 382 887 00
Pastagens	478 111 07	Fundo para Depreciação	194 101 28
Obras de Infra-Estrutura	43 882 39	EXIGÍVEL	
Instalações Pecuárias	188 993 56	C/Corrente Diretoria Acionistas	49 155 00
Construções Civis	143 449 98	C/Corrente Especial Diretoria	669 256 48
Veículos Maquinas Aparelhos	748 583 75	C/Correntes Diversas	22 591 51
Equipamento	24 649 90	Contas a Pagar	349 657 00
Móveis e Utensílios	378 457 10	Bancos C/Financiamento	1 807 690 48
Gado	164 164 05	Providência Social a Receber	2 794 40
Estudos e Projetos		Obrigações Tributáveis a Recolher IRRF	3 775 81
	2 979 707 80	FGTS a Recolher	1 062 43
REALIZÁVEL		RESULTADO	
Adiantamentos	66 543 47	Reprodução e Recuperações	42 600 00
Contas Correntes	66 561 40	COMPENSAÇÃO	
Contas a Receber	78 205 00	Caução da Diretoria	30 00
Almacariado	623 062 72		
Rebanhos	50 679 75		
C Capital a Realizar	3 956 214 00		
	4 841 266 34		
DISPONÍVEL			
Bancos			
	53 447 10		
CONTAS PENDENTES			
Investimentos Pré-Operacionais	1 632 257 42		
ICM a Recuperar	18 892 75		
	1 651 150 17		
COMPENSAÇÃO			
Ações Caucionadas			
	30 00		
	9 525 601 41		9 525 601 4

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

DÉBITO		CRÉDITO	
DESPESAS DO EXERCÍCIO		Investimentos Pré-Operacionais	
Lucros e Perdas	3 645 20	Saldo que se transfere para o próximo exercício	
Custos dos Rebanhos	36 877 07		
Custos da Produção Agrícola	3 303 70		
Despesas Administrativas	751 727 00		
Despesas Financeiras	192 140 71		
	987 693 68		987 693 68

As ANDRÉ BEER
Diretor Presidente

As EDGARD COSENTINO
Diretor

As IRENE SOLDI
Gm CRC-54849 "S" AM

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da Primavera D'Oeste S/A tendo examinado os livros e demais documentos referentes ao Balanço Geral e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas do exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1974 e tendo encontrado tudo em ordem e perfeita clareza são de parecer que os mesmos sejam aprovados

MUSTAPHA REDDA

ADHEMAR LEMES DA SILVA

GILBERTO CORDEIRO DE MENEZES

AUTORIZO A PUBLICAÇÃO LEGAL

Dr EDGARD COSENTINO
Diretor Superintendente

C 1646-13/05/75 - 4

Figura 6. Balanço Fiscal da empresa Primavera d'Oeste de dezembro de 1984

Primavera D'Oeste S/A

C.G.C. N.º 04.798.914/0001-09

Senhores Acionistas:

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 30 de setembro de 1984, permanecendo ao inteiro dispor dos interesses para quaisquer esclarecimentos que porventura julgarem necessários.

Cuiabá, MT, 10 de dezembro de 1984

ANDRÉ BEER
Diretor Presidente

PEDRO BOTELHO
Diretor Financeiro

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 1984 e 1983 - Em cruzeiros

ATIVO		PASSIVO			
	1984	1983			
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
DISPONÍVEL			EXIGÍVEL A CURTO PRAZO		
Caixa Geral	12.787,00	10.070,79	Contas a Pagar	707.181,05	2.907.323,00
Bancos - C/C	1.000.818,12	11.941.618,03	Fornecedores	387.301.182,00	17.831.546,30
Bancos - Investimentos		7.300.000,00	Bancos com Financiamentos	121.843.000,00	129.432.808,87
Nutrientes em Trânsito	23.000,00		Provisão Social a Recolher	1.081.295,00	851.845,00
	1.036.605,12	19.251.688,82	Obrigações Tributárias a Recolher	5.842.583,00	1.681.811,00
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO			Finocial a Recolher	418.575,00	123.830,00
Créditos a Curto Prazo	29.379.378,56	4.079.002,94	C/C - Honorários	8.882.924,00	790.740,00
Estoque	7.501.640,13	5.036.555,54	FGTS a Recolher	2.346.797,00	811.680,00
Produtos Agrícolas	45.250.000,00	21.000.000,00	Empréstimos Diversos	158.288,00	88.288,00
Rebanho	119.753.041,40	22.102.614,96	Créditos de Terceiros	1.440.000,00	1.440.000,00
	201.884.060,22	52.218.173,44	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	538.288.872,05	178.885.685,17
DIFERIDO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Resultado Exercício Futuro	417.809.713,78	75.865.324,37	Bancos com Financiamentos	53.008.294,00	70.423.294,00
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	620.730.379,12	147.335.186,63	TOTAL EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	53.008.294,00	70.423.294,00
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
IMOBILIZADO			CAPITAL AUTORIZADO E INTEGRALIZADO		
Terra	165.749.583,30	55.209.374,23	Ações Preferenciais - Tipo "A"	26.485.168,00	13.221.574,00
Postagens e Inst. Pecúrias	1.348.435.369,59	448.697.008,57	Ações Preferenciais - Tipo "B"	9.271.268,00	4.135.534,00
Área Agrícola	73.611.534,78	14.467.775,39	Ações Preferenciais - Tipo "C"	339.708.708,00	188.881.634,00
Obras de Infra-estrutura	58.657.582,33	18.622.838,98	Ações Ordinárias	148.295.334,00	74.147.654,00
Construções Cíveis	476.797.100,65	143.834.435,98	TOTAL DO CAPITAL SOCIAL	522.760.470,00	261.386.716,00
Veic. Máq. Apar. Equipamentos	617.962.727,89	202.023.777,43	RESERVAS DE CAPITAL		
Móveis e Utensílios	21.519.051,14	6.886.815,61	Reservas para Aumento de Capital	574.480.733,00	191.889.583,50
Rebanho Permanente	198.779.207,90	72.761.220,32	Correção Monet. Capital Realizado	851.545.588,87	345.745.534,30
(-) Depreciações	2.981.512.196,58	967.563.268,48	RESERVAS DE LUCROS		
TOTAL DO IMOBILIZADO	2.472.301.745,81	828.038.536,07	Reserva Legal	36.903.808,85	9.808.698,12
DIFERIDO			Reserva de Lucros a Realizar	701.172.330,30	70.898.594,34
Correção Periódica do Solo	195.501.944,04	93.416.430,72	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.696.700.905,82	874.571.294,86
Despesas Pré-Operacionais	195.501.944,04	146.146.827,33	TOTAL DO PASSIVO	2.696.700.905,82	1.121.520.350,03
TOTAL DO DIFERIDO	3.867.803.888,85	974.185.163,40			
TOTAL ATIVO PERMANENTE	3.288.534.068,97	1.21.520.350,03			
TOTAL ATIVO	3.288.534.068,97	1.21.520.350,03			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PRÉ-OPERACIONAL DOS EXERCÍCIOS

	1984	1983
(-) Custos do Rebanho	(84.727.294,32)	(14.492.167,89)
(-) Custos de Produção Agrícola	(404.257.376,48)	(138.741.250,18)
(-) Despesas Administrativas	(237.558.339,77)	(99.564.625,81)
(-) Despesas Financeiras	(256.185.765,57)	(76.084.309,91)
(-) Custos de Vendas Diversas	(29.735.594,11)	(1.686.700,00)
(-) Despesas Eventuais		(40.000,00)
(+) Vendas de Gado	105.610.000,00	7.490.576,00
(+) Vendas de Produtos Agrícolas	663.603.422,11	213.404.800,89
(+) Receitas Eventuais	98.800.000,00	3.873.864,20
(+) Recuperação de Despesas	33.625.452,57	11.789.641,19
(+) Reprodução e Recuperação	162.133.408,41	39.248.836,21
(+) Receitas Financeiras	27.396.928,05	15.059.645,04
(+) Produção Agrícola	45.250.000,00	21.000.000,00
TOTAL LUCRO EXERCÍCIO	103.944.840,89	(18.741.870,35)

DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS

	1983
Saldo de Exercícios Anteriores	52.730.194,61
(-) Amortização	(52.730.194,61)
Correção Monetária	
Saldo Corrigido	
Despesas Pré-Operacionais do Exercício	
Saldo de Despesas Pré-Operacionais	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	1984	1983
Saldo Credor da Correção Monetária	405.746.249,32	76.072.562,48
Lucro do Exercício	103.944.840,89	109.091.090,21
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	509.691.090,21	76.072.562,48

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	1983	1984
Reservas de Lucros		
Capital		
Integralizado		
Reservas de Capital		
Patrimônio Líquido		
Saldo 30.9.82	217.117.427,00	245.002.084,00
Cor. Monet. Patr.	9.003.825,00	291.500.034,00
Subcap./Ações	35.275.464,00	35.275.464,00
Res. Legal	3.803.628,12	3.803.628,12
Res. Luc. a Real.	72.268.524,34	72.268.524,34
1983	261.396.716,00	537.102.118,40
Saldo 30.9.83	76.072.562,48	674.571.396,88
C. Monet. Patr.	152.312.486,48	1.312.438.418,88
Reserva Legal	25.484.554,51	25.484.554,51
Res. Luc. Real.	698.898.866,89	484.206.535,70
1984	522.760.470,00	2.696.700.905,82

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

	30-09-1984	30-09-1983
ATIVO CIRCULANTE	620.730.379,12	147.335.186,63
PASSIVO CIRCULANTE	538.232.872,05	178.825.659,17
	82.497.507,07	111.687.978,61

NOTAS EXPLICATIVAS

I - DIRETRIZES CONTÁBEIS

1.1 - O Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras foram elaborados de acordo com as normas decorrentes da Lei n.º 6.404 de 15.12.76 e do Decreto Lei 1598 de 12.12.77;

1.2 - O custo a Longo Prazo no Ativo e Passivo estão considerados acima de 360 dias;

1.3 - O Ativo Imobilizado está demonstrado no Custo de Aquisição, acrescido da Correção Monetária menos depreciação acumulada;

II - RECURSOS DE TERCEIROS

O financiamento em moeda nacional, consistindo no Passivo Exigível a Longo Prazo, foi aplicado na aquisição de bens do Ativo Imobilizado e Custos de Produção.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL TOTALMENTE INTEGRALIZADO

TIPO DE AÇÕES

	1983	1984
Ordinárias	148.295.334,00	26.485.168,00
Pref. Tipo "A"	26.485.168,00	9.271.268,00
Pref. Tipo "B"	9.271.268,00	339.708.708,00
Pref. Tipo "C"	339.708.708,00	148.295.334,00

Cuiabá(MT), 10 de Dezembro de 1984

a) ANDRÉ BEER
Diretor Presidente

a) MARIO C. MENEZES
Diretor Superintendente

a) PEDRO BOTELHO
Diretor Financeiro

a) PAULO EDUARDO BEER
Diretor Adjunto

b) SÓFIA ELLIN - CPF n.º 051.693.188-12 - CRC-SP 123.454-B-MT

Figura 7. Balanço Fiscal da empresa Primavera d'Oeste de janeiro de 1986

Cuiabá, 25 de Janeiro de 1986

Primavera D'Oeste S/A C.G.C. n.º 04.798.914/0001-09

Senhores Acionistas: Dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter a apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 30 de setembro de 1985, permanecendo do seu inteiro teor dos interesses para quaisquer esclarecimentos que porventura julgarem necessários.

Cuiabá, MT, 30 de dezembro de 1985
ANDRÉ BEER — Diretor Presidente
PEDRO BOTELHO — Diretor Financeiro

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 30 DE 1985 e 1984

Em cruzados

ATIVO		PASSIVO			
	1985	1984			
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
DISPONIVEL			EXIGIVEL A CURTO PRAZO		
Caixa Geral	62.190	12.787	Contas a Pagar	18.233.068	707.181
Bancos	1.653.807	1.000.818	Fornecedores	182.528.974	287.201.162
Numerário em trânsito	—	23.000	Bancos Cta. Financiamentos	1.432.329.256	131.543.000
Investimentos a Curto Prazo	380.300.000	—	Previdência Social a Recolher	6.343.738	1.061.292
	382.915.997	1.036.405	Obrig. Tributárias a Recolher	21.137.842	5.842.532
REALIZAVEL A CURTO PRAZO			Finacial a Recolher	949.951	415.575
Créditos a Curto Prazo	262.969.459	29.379.379	C/C — Honorários	—	8.882.021
Estoques	9.142.203	7.501.640	Salários e Gratif. a Pagar	10.747.690	2.318.797
Produtos Agrícolas	104.600.000	45.250.000	FGTS a Recolher	626.955	1.230.999
Rebanho	159.678.290	119.783.041	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	1.643.887.914	538.132.472
	336.189.952	201.554.460	EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
DIFERIDO			Bancos Cta. Financiamentos	217.105.014	53.600.291
Resultado Exerc. Futuro	1.081.588.348	417.809.714	TOTAL DO EXIG. A LONGO PRAZO	217.105.014	53.600.291
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	1.999.794.297	629.739.379	PATRIMONIO LIQUIDO		
PERMANENTE E IMOBILIZADO			CAPITAL SOCIAL		
Terras	547.769.222	165.749.583	Ações Preferenciais Tipo "A"	68.197.870	26.463.148
Pastagens e Inst. Pecuárias	4.458.901.055	1.348.435.370	Ações Preferenciais Tipo "B"	20.678.170	8.271.268
Área Agrícola	303.732.568	72.611.525	Ações Preferenciais Tipo "C"	549.468.270	339.163.708
Obras de Infra-estrutura	193.851.577	58.057.582	Ações Ordinárias	370.738.270	148.298.308
Construções Cíveis	1.875.719.089	476.797.110	TOTAL DO CAPITAL SOCIAL	1.306.983.580	525.793.432
Veic. Maq. apar. e Equipos.	2.253.323.254	617.965.728	RESERVAS DE CAPITAL		
Móveis e Utensílios	71.158.195	21.519.061	Res. p/Aumento de Capital	1.808.576.981	574.490.735
Rebanho Permanente	771.061.363	198.779.208	Cor. Monet. Capit. Realizado	1.774.516.198	861.340.599
(-)-Depre. Acumulada	19.174.545.123	2.941.515.167	RESERVAS DE LUCROS	3.673.093.179	1.436.831.354
	(1.944.063.705)	(489.210.421)	Reserva Legal	201.944.782	36.903.807
TOTAL DO IMOBILIZADO	8.236.481.228	2.472.301.748	Reserva de Lucros a Realizar	1.714.976.003	701.172.330
DIFERIDO			Reserva para Contingências	2.121.976.805	—
Correção Periódica do Solo	769.661.402	195.501.944	TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	9.018.974.399	2.696.790.902
TOTAL DO DIFERIDO	769.661.402	195.501.944	TOTAL DO PASSIVO	10.999.937.027	3.288.534.069
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	9.006.142.730	2.667.803.692			
TOTAL DO ATIVO	10.999.937.027	3.288.534.069			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL DOS EXERCÍCIOS	
	1985
(-)-Custos do Rebanho	(314.535.331)
(-)-Custos da Prod. Agrícola	(1.051.379.671)
(-)-Despesas Administrativas	(973.794.589)
(-)-Despesas Financeiras	(820.532.914)
(-)-Custos de Vendas Diversas	(19.505.231)
(+)-Vendas de Gado	276.250.000
(+)-Vendas de Prod. Agrícolas	2.395.885.187
(+)-Receitas Eventuais	58.000.000
(+)-Recuperação de Despesas	832.370
(+)-Reprodução e Recuperação	364.207.992
(+)-Receitas Financeiras	87.457.146
(+)-Produtos Agrícolas	104.400.000
TOTAL LUCRO EXERCÍCIO	307.093.941

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÃO DE RECURSOS	
	1985
I — ORIGENS DE RECURSOS	
Integralização de Capital	784.190.148
Aumento do Exg. Longo Prazo	263.504.720
Aumento das Reservas	5.338.063.548
TOTAL DAS ORIGENS	6.385.778.516
II — APLICAÇÃO DE RECURSOS	
Aumento Ativo Imobilizado	5.758.179.582
Aumento Ativo Diferido	574.159.458
Red. Exig. Longo Prazo	16.325.000
TOTAL DAS APLICAÇÕES	6.332.339.040
III — AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	253.439.176

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
	1985
Saldo Credor da Cor. Monet.	1.292.607.663
Lucro do Exercício	307.093.941
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.599.701.623

DEMONSTRA DAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS	
	1985
Capital Integralizado	784.190.148
Reservas de Lucros	3.673.093.179
TOTAL DO CAPITAL CIRC LÍQUIDO	4.457.283.327

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁÇÕES DO CAPITAL CIRC LÍQUIDO	
	1985
Ativo Circulante	1.999.794.297
Passivo Circulante	1.643.887.914
TOTAL DO CAPITAL CIRC LÍQUIDO	355.906.383

NOTAS EXPLICATIVAS

DIRETRIZES CONTÁBEIS	1.2—O custo a Longo Prazo no Ativo II e Passivo estão considerados a cima de 360 dias;	RECURSOS DE TERCEIROS	O financiamento em moeda nacional constante no Passivo Exigível a Longo Prazo foi aplicado na aquisição de bens do Ativo Imobilizado e Custeio da Produção.	CIAL TOTALMENTE INTEGRALIZADO	370.738.270
1.1—O Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras foram elaborados consoantes as nor. 1.3—O Ativo Imobilizado está demonstrado no Custo de Aquisição acrescido da Correção Monetária menos depreciação acumulada;		COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SO.		Tipo de Ações	
				Ordinárias	68.187.870
				Pref. Tipo "A"	20.678.170
				Pref. Tipo "B"	549.468.270
				Pref. Tipo "C"	1.306.983.580

ANDRÉ BEER
Diretor Presidente

Cuiabá, MT, 30 de setembro de 1985
PEDRO BOTELHO
Diretor Financeiro

PAULO EDUARDO BEER
Diretor Adjunto

SOFIA ELIUN — Tec. Cont. — CRC n. 123.484-SP "S" MT — CPF. nu. 051.693.188-12

PRIMAVERA D'OESTE S/A
C.G.C. No 04.798.914/0001-09
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO
São convidados os senhores acionistas desta sociedade, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 06 de Fevereiro de 1986, às 9:00 horas, em sua sede so.

cial na Fazenda Primavera, município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Demonstrações da Conta de Lucros e Perdas, relativos ao exercício findo em 30 de setembro de 1985;

b) Aprovar a correção da Expressão Monetária do Capital Social e consequente alteração do Artigo 4º do Estatuto Social no que se refere a Expressão Monetária;
c) Outros assuntos de interesse social.
Cuiabá, MT, 23 de janeiro de 1986
André Beer — Diretor Presidente

Analisando-se a trajetória da empresa Primavera d'Oeste, notamos, portanto, que ela foi implantada com o objetivo de realizar atividades agropecuárias. Contudo, embora o grupo de empresários tenha chegado à região subsidiado pela SUDAM e com objetivo formal de instituir um projeto agropecuário, como inclusive se verifica pelas publicações nos diários oficiais, logo a comercialização de terras – por meio de um domínio da propriedade e do espaço ainda hoje no comando de poucos – mostrou-se como um promissor negócio.

O grupo da Primavera d'Oeste²⁴, do qual fazia parte Cosentino, era formado, segundo Freitas (2016) e documento da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste (PMPL, 2000) por: André Beer, Edgar Cosentino, Luíz Eulálio Bueno Vidigal Filho, Pedro Botelho, Márcio Cordeiro de Menezes e James Waters Júnior e Frederico José Themóteo²⁵. O objetivo divulgado era desenvolver um projeto agropecuário fomentado pela SUDAM na Fazenda Primavera, cujo proprietário era Frederico Themóteo – na época, ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira. Falecido em 1974, também foi diretor comercial DIASA Distribuidora e Importadora de Automóveis²⁶.

O projeto “Cidade Primavera” foi idealizado por Cosentino e estabelecido em 205 hectares²⁷ dos 1.100 da fazenda Nova Esperança, adquirida por ele em 1972. Pelo que pudemos

²⁴ Aparentemente, a Sociedade Primavera d'Oeste S.A. foi uma recomposição da Sociedade Primavera S.A., cujo registro aparece publicado no Diário Oficial do Pará, no dia 04 de maio de 1971, pp. 5-7 (Disponível em: <<http://www.ioepa.com.br/diarios/1971/1971.05.04.DOE.pdf>>.) Na “Escritura Pública de Constituição de Sociedade Anônima” da Primavera S. A. são citados os seguintes nomes: Mário Cordeiro de Menezes (diretor-presidente), Frederico José Themoteo e Edgard Cosentino (diretores), Achilles Callari, Gilberto Cordeiro de Menezes, Flávio Pandolfi (membros do Conselho Fiscal efetivos) e Mário Cordeiro de Menezes Júnior, Aginaldo Pettenazzi, Paulo Bener Filho (membros do Conselho Fiscal suplentes). Compunham a Primavera S.A, segundo a publicação do Diário Oficial: Mário Cordeiro de Menezes (de São Paulo), Frederico José Themoteo (endereço em São Paulo), Hermínia Billotti Themoteo (esposa de Frederico José, moradora de São Paulo), Ignês Siqueira (São Paulo, cadastrada no mesmo endereço de Mário Cordeiro), Pedro Botelho (endereço em Mogi Mirim e empresário na mesma cidade), André Beer (endereço em São Caetano do Sul) e Edgard Cosentino (domiciliado em São Bernardo do Campo). O capital social da Sociedade Primavera S.A. foi registrado como 2 mil e 400 cruzeiros. Os nomes de Luíz Eulálio Bueno Vidigal Filho e James Water Júnior (acionista da GM) não aparecem na publicação do Diário Oficial do Pará de 1971, mas aparecem citados no Diário Oficial de Mato Grosso, em 1975, vinculados à Primavera d'Oeste. Já Hermínio Ometto não aparece em nenhuma destas publicações dos Diários Oficiais, mas foi citado por PMPL (2000) e Freitas (2016).

²⁵ A publicação do Diário Oficial de Mato Grosso, do dia 19 de dezembro de 1975, p. 29, coloca como membros acionistas da Primavera d'Oeste: André Beer (diretor-presidente), Mario Cordeiro de Menezes (Diretor Adjunto), Pedro Botelho (Diretor Financeiro) Edgard Cosentino (diretor-superintendente), James Francis Waters Junior, Luiz Eulálio Bueno Vidigal Filho, Ignez Siqueira, Hermínia Billotti Themóteo (Diretora Adjunta), Diasa - Distribuidora e Importadora de Automóveis S.A (representada pelo Diretor Presidente Mário Cordeiro de Menezes) e o espólio de Frederico José Themóteo, representado pela inventariante legalmente investida Hermínia Billotti Themóteo.

²⁶ Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/295927539/andamento-do-processo-n-0016344-4520154036100-12-01-2016-do-trf-3>>. Acesso em: jun. 2017.

²⁷ Este lote desmembrado da Fazenda Nova Esperança está, segundo a Prefeitura Municipal (2000), “devidamente registrado no documento de Inteiro Teor, às folhas 41 à 45, do livro nº 15 – A, em data de 20-09-78 e transcrito como título de Escritura Pública ao proprietário Edgard Cosentino sob nº 2/1293, conforme loteamento ‘Cidade Primavera’ em 26-04-79, conforme reza documento do Cartório de Poxoréu, assinado pela Tabeliã Elza Fernandes Barbosa.” Até 1992, as terras de Primavera eram registradas no Cartório de Imóveis de Poxoréu.

averiguar em levantamento documento, após a venda da parte de que era sócio na Primavera d'Oeste, Cosentino formou uma Colonizadora (Colonizadora Cosentino) e deu continuidade à sua ideia de implantar uma cidade (CMPL, 2016).

Assim como outros espaços que se constituíam como fronteira neste momento, a produção de Primavera do Leste absorvia os capitais urbano-industriais do Centro-Sul brasileiro, como podemos apontar pelas próprias atividades exercidas pelos integrantes da empresa Primavera S.A e Primavera d'Oeste S.A. O diretor-presidente da empresa Primavera d'Oeste era André Beer. Trata-se, conforme pudemos averiguar, do ex-presidente da General Motors do Brasil e atualmente pecuarista em Primavera do Leste²⁸. Em 1986, era presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).²⁹ Desse mesmo grupo, também integrava Márcio Cordeiro de Menezes – que chegou a ser em 1977 presidente do Conselho da Associação Brasileira de Concessionárias Chevrolet³⁰ e era naquele período presidente da Diasa Distribuidora e Importadora de Automóveis, em Santo André – e Luíz Eulálio Bueno Vidigal Filho, ao que tudo indica, o mesmo que foi presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e dono do que foi uma das maiores metalúrgicas do Brasil (Cobrasma). No ano de 1971, quando foi instaurada a Primavera d'Oeste, Vidigal Filho era primeiro vice-presidente do Sindicato da Indústria de Forjaria do Estado de São Paulo e do Sindicato da Indústria de Peças para Automóveis e Similares, representante do setor de autopeças no Grupo Executivo da Indústria Automotiva do Ministério da Indústria e Comércio, diretor-secretário do Sindicato Nacional da Indústria de Peças para Automóveis e Similares e também diretor da Fiesp³¹.

Segundo Freitas (2016), Primavera d'Oeste S.A. tinha ainda Hermínio Ometto como membro do Conselho Fiscal. Ele era, conforme foi possível verificar, o dono do grupo “Hermínio Ometto” e da Usina São João, considerada por várias décadas uma das mais importantes do estado de São Paulo no setor sucroalcooleiro³².

²⁸ Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=163610>> e <<https://www.dgabc.com.br/Noticia/209657/andre-beer-de-volta-ao-grande-abc>>. Acesso em: mai. 2016.

²⁹ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=581577&pesq=Primavera%20do%20Leste>>. Acesso em: abr. 2018.

³⁰ Disponível em: <<http://www.abrac.com.br/institucional/linha-do-tempo>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

³¹ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-eulalio-de-bueno-vidigal-filho>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

³² A família Ometto adquiriu desde o início do século XX fazendas e usinas de açúcar no estado de São Paulo. Em 1986, havia cinco grupos da família Ometto: “o grupo Pedro Ometto (Usina da Barra e Costa Pinto), o grupo Hermínio Ometto (Usina São João), o grupo Narciso Ometto (Usina Santa Lúcia), o grupo Iracema (Usina São Martinho) e o grupo Ometto-Pavan (Usina Santa Cruz)”. (Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/768/noticias/senhor-de-engenho-m0050605>>. Acesso em: jun. 2016).

Descrever as funções exercidas por esse grupo de empresários do ABC e do interior paulista que compunham a empresa Primavera d'Oeste traz elementos para pensarmos sobre os agentes hegemônicos da produção do espaço em Mato Grosso: não eram, em sua maioria, camponeses expropriados do Sul do Brasil que deslocavam à região. Tratavam-se, como afirmam muitos autores – dentre eles, Santos (2015), Becker (1982) e Oliveira (1997) – de grandes empresários que viam no Centro-Oeste e Norte brasileiro uma frente de investimento. O avanço da fronteira foi empreendido, como já vimos, principalmente nas últimas décadas do século XX e em um processo fortemente incentivado e subsidiado pelo Estado, por capitalistas representados por colonizadoras, agropecuárias, mineradoras e madeireiras.

Concordamos, neste contexto, com Bernardes (2007a) quando afirma que esses grupos que comandavam o avanço da fronteira “dispunham de instrumentos técnicos que aumentavam o seu poder, imobilizando importantes recursos de capital, seja em termos de instalações, maquinaria e equipamentos, seja em infraestrutura (...)”.

Nota-se na produção do espaço em Primavera do Leste um processo comum a toda região como tendência: atraíam-se grupos empresariais do Sudeste e do Sul do Brasil com capital para comprar terras e investir. Empresários nacionais e internacionais, inclusive estrategicamente escolhidos ou favorecidos diante de uma forte articulação com os militares, transformavam-se em latifundiários por meio dos incentivos fiscais da SUDAM e das inúmeras facilidades (infraestruturas, terras doadas ou a preços irrisórios) oferecidas aos projetos agropecuários – muitos dos quais intencionalmente pouco exitosos, como aprofundaremos no próximo item – na Amazônia.

Esse processo destacado por Bernardes (2007a) e Oliveira (2001) e no qual a dominação de terras era empreendida por capitalistas com conhecimento, formação técnica e recursos para investir ocorreu, neste sentido, de forma clara em Primavera do Leste. Um dos principais “pioneiros” de Primavera do Leste foi economista, professor universitário, membro de uma empresa de telefonia e de outra de reflorestamento, além de ter sido proprietário de terras no Paraná e em São Paulo. Também tinha avião próprio, o que facilitava o acesso à região e escolha das terras que seriam adquiridas.

Por meio de trabalhos de campo e de entrevistas, afirmamos que, além daqueles que pertenciam à Primavera d'Oeste, muitos que migravam para Primavera do Leste tinham conhecimento de como investir e como plantar em grande escala. Da família Cosentino chegaram na década de 1970, por exemplo, um engenheiro agrônomo e um economista. Alguns dos considerados “pioneiros” eram ainda “ex-proprietários de frotas de caminhões, donos de

agências de veículos, oficinas mecânicas e construtoras” (CERUTTI, 2004, p. 16), bem como ex-agricultores do Sul do Brasil. Eram geralmente detentores ou obtinham com facilidade recursos financeiros, máquinas e demais equipamentos agrícolas, acesso ao crédito e assistência técnica.

Outra família que possuía capital para investir era a Gasparoto. Também considerada uma das “pioneiras” da cidade, foi a primeira a implantar, em 1972, plantações de arroz, o que foi possível devido ao conhecimento das técnicas de plantio e à relativa disponibilidade de recursos próprios (CMPL, 2016). Em 1975, ocorria em Primavera do Leste o primeiro plantio mecanizado³³. Nesse mesmo ano, chegava a família Borghetti (FERREIRA, 2008), hoje responsável por um dos mais conhecidos escritórios de Engenharia e Arquitetura da cidade, com mais de quarenta projetos em andamento em 2016³⁴. Como podemos verificar por meio desses “pioneiros” que migravam para a região, neste momento se fortaleciam as amarras das relações entre terra, poder e capital esmiuçadas por Martins (1994) e também destacadas por Volochko (2015) a respeito dessas cidades mato-grossenses atualmente dinamizadas pela agricultura capitalista.

Algumas das famílias que chegaram nesse momento hoje controlam significativa parcela das atividades comerciais (como mercados e lojas de equipamentos agrícolas) e de serviços da cidade (com, por exemplo, escritórios de engenharia ou de arquitetura, oficinas mecânicas e transportadoras). Além disso, são proprietárias de quantidade significativa de lotes e imóveis na cidade, em um processo cuja dominação e ingerência sobre a propriedade privada e meandros da vida cotidiana terão, como exporemos na parte III e IV desta tese, desdobramentos cada vez mais entranhados na produção do espaço primaverense. A própria família Gasparoto instituiu um dos primeiros loteamentos da cidade, o Parque Eldorado, em parte das terras que pertenciam a Florindo Gasparoto. A outra parcela das terras da família abriga a Fazenda Velha Joana, que pertence hoje a Paulo Nicodemos Gasparoto (PMPL, 2000).

Atraídas pelos programas de incentivos do governo federal, mais famílias se deslocaram à região. Além de empresários do Sudeste e Sul do Brasil que tinham na terra fonte de investimento, a região sudeste de Mato Grosso também recebia, segundo Silva (2010), produtores com maior vínculo ao campo, oriundos do Sul do Brasil (no geral, agricultores expulsos da terra) e que viam na fronteira uma possibilidade de obter extensões maiores de terra. Possivelmente, neste processo e em relação à Primavera do Leste, chegaram migrantes do Sul não apenas em busca de trabalho, mas também de terra.

³³ Como destaca Silva (2010), o arroz foi uma das primeiras culturas desenvolvidas no Cerrado na medida em que consegue fixar mais o teor de nitrogênio no solo, necessário ao maior rendimento da soja.

³⁴ Segundo levantamento realizado no site da empresa em junho de 2016.

Desse modo, embora majoritariamente dominada por poucos proprietários de grandes extensões de terra, neste momento da reprodução da fronteira, colonos do Sul do Brasil também puderam adquirir lotes menores, muitos dos quais vendidos pelas famílias “pioneiras” (como Cosentino, Gasparoto e Riva). Cabe, contudo, destacar que os processos hegemônicos continuavam nas mãos dos capitalistas do Centro-Sul e que muitos dos que se deslocavam para Primavera não tinham recursos para adquirir as terras, revendidas ainda a preços relativamente módicos pelos “pioneiros”, com o objetivo de consolidar uma ocupação inicial.

Em uma cidade hoje dominada predominantemente por grandes empresários, havia a possibilidade, naquele momento e devido aos baixos preços da terra, que pequenos proprietários adquirissem, mesmo em menor escala, terrenos e lotes em áreas mais ou menos afastadas do núcleo edificado da cidade. É nessa chegada de antigos pequenos proprietários do Sul do Brasil que encontramos a explicação para famílias sem tanta renda morarem em casas nos bairros mais valorizados da cidade.

O empreendimento “Cidade Primavera foi estrategicamente implantado em um local até então conhecido como “Bela Vista das Placas”, no entroncamento das rodovias BR-070 com a MT-130. De acordo com Cosentino em depoimento para Freitas (2016): “O que nos motivou a vir explorá-la foi que um nosso amigo, Frederico José Themóteo, havia recebido uma fazenda do poder público na região do Rio das Mortes, e queria examinar a possibilidade de se fazer algum empreendimento em suas terras”. No mesmo ano de fundação da Primavera d’Oeste, o “pioneiro” chegou de avião na Fazenda Luciana, tendo sobrevoado a região para analisar quais eram as possibilidades que ali poderiam ser empreendidas (FREITAS, 2016). A partir de 1978, de acordo com publicação da Prefeitura de Primavera do Leste (PMPL, 2000), ele começava “**a pensar em fazer uma cidade** no entroncamento da BR 070 com a MT-130” (grifos nossos).

Como estava na região há alguns anos estudando os planos de desenvolvimento regionais do governo federal, cheguei à conclusão de se fazer aqui um projeto e implantar uma cidade (...). Acreditava nessa época que um empreendimento “urbano” na região teria grandes possibilidades de êxito. Assim levei a ideia em frente e investi no projeto “Cidade Primavera” (Depoimento para Freitas, 2016. Grifos nossos).

Em outros depoimentos desse “pioneiro” também é explicitada a ideia de se “fazer uma cidade”, como se surgisse espontaneamente e estivesse desconectada de um contexto no qual a

terra como mercadoria (e a “invenção” e “produção” de cidades) no Centro-Oeste surgia como um grande negócio aos grandes capitalistas do Centro-Sul do Brasil.

Em um investimento liderado por Cosentino, a cidade de Primavera do Leste também teve sua implantação atrelada a uma equipe técnica responsável pela idealização do núcleo urbano. O arquiteto responsável foi o então professor da UFMT e arquiteto Antônio Carlos Candia, o responsável técnico, o engenheiro Francisco Braga Santos e o responsável pela coordenação do projeto até sua aprovação, o economista Marcos Martinelli³⁵ (CMPL, 2016). Da mesma forma, visando a atrair investidores, houve estudos prévios que ratificaram a viabilidade do cultivo de agrícola em grande escala na região³⁶.

Em Primavera, em 1972, ainda era o empreendimento privado (embora sempre com incentivos do Estado) responsável pela instauração de infraestrutura: foi criada uma associação formada pelos proprietários e sócios de fazendas da região para a conservação de vias de acesso às rodovias e aos núcleos urbanos (CPML, 2016). Um posto de gasolina foi instalado em 1975 por uma empresa formada por Darnes Egydio Cerutti (depois, eleito o primeiro prefeito) e Adivino Castelli, cuja família controlava as terras no que hoje é chamado de bairro Castelândia, ao sul da BR-070.

Castelli morava em Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, e era caminhoneiro. A convite da família Borghetti, veio para Primavera em 1975. Adquiriu uma área e, posteriormente, vendeu dois caminhões para adquirir outras para o plantio de arroz (FREITAS, MONTEIRO, 2015). Também foi o responsável pela construção de um local para armazenamento de arroz, do hotel Castelli, foi sócio-fundador da Primacredi (Cooperativa de Crédito Rural de Primavera do Leste) e integrou a comissão para construir a primeira igreja católica da cidade³⁷. Em 1984, era aprovado pela Prefeitura de Poxoréu o loteamento Castelândia, onde Castelli até então desenvolvia plantação de arroz.

Evidenciando que os negócios fundiários mostravam-se uma atividade tão ou mais promissora do que aquelas vinculadas à produção agrícola propriamente dita, a venda de lotes foi, empreendida não somente por Cosentino, mas também por Castelli (tomando logo espaço

³⁵ Martinelli foi também professor da UFMT e atuou em vários órgãos ligados à questão fundiária de Mato Grosso, exercendo funções no INCRA e INTERMAT. Em 1985, era o diretor administrativo financeiro do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário de Mato Grosso (Câmara Municipal de Cuiabá, 2016. Disponível em: < <https://sic.tce.mt.gov.br/52/home/download/id/49181> >. Acesso em: jun. 2018).

³⁶ Cosentino realizou estudos sobre a viabilidade agrícola nos solos da região em parceria com a Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo. Em 1976, foram implantados em Primavera do Leste os primeiros testes no plantio de variedades de soja específicas para o Cerrado, de modo que a produtividade logo alcançou índices considerados elevados: de 40 a 50 sacas por hectare (OLIVEIRA, 1997).

³⁷ Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/midia/noticia/20267/visualizar>>. Acesso em: jan. 2018.

destinado inicialmente à produção agrícola), por Waldomiro Riva (no que hoje é o Jardim Riva) e por Gasparoto (Parque Eldorado).

Segundo Ferreira (2008), Primavera do Leste em 1979 contava com duas obras de alvenaria, sendo uma delas o escritório da Colonizadora Cosentino. A venda dos primeiros lotes foi iniciada no ano anterior, inclusive antes do arruamento e da instalação da rede elétrica em 1979 (FERREIRA, 2008). O fato de umas das primeiras casas ter sido um escritório de venda da Colonizadora é outro elemento que nos leva a refletir sobre um espaço cuja concepção foi desde o início direcionada para realizar um empreendimento urbano.

Ainda em 1979, tinham sido implantados farmácia, mercado, hospital, oficina e banco no núcleo urbano de Primavera do Leste (PIRAS, 2007). A MT-130 foi asfaltada na década de 1980, quando já havia se iniciado a abertura de ruas e a instalação da rede elétrica – inicialmente produzida por um grupo de geradores de propriedade da própria Construtora e Imobiliária Cosentino Ltda³⁸. A inauguração de 74 quilômetros asfaltados ligando Poxoréu, Primavera e Rondonópolis ocorreu em outubro de 1984, após anos de insistência da população local. A construção da Igreja Matriz começou em 1980. Em 1983, instala-se a primeira agência bancária (Itaú). São implantados, no ano seguinte, um posto dos correios e o Cartório de Registro Civil. O Hospital São Lucas, construído com recursos da Cosentino, é inaugurado em 1982. O Cartório de Registros de Imóveis inicia suas atividades somente em junho de 1992 (CMPL, 2016). A rede telefônica foi estabelecida na cidade em 1985: as ligações até então eram feitas em um centro telefônico, instalado em 1981 (PMPL, 2000). Em abril de 1985, há a inauguração do terminal rodoviário, com investimentos de Adevino Castelli³⁹.

O advento de infraestruturas e serviços, além de trazer grandes mudanças no cotidiano dos habitantes que já estavam na região, também assegurava o sucesso do empreendimento, dando rentabilidade ao negócio e, paulatinamente, impulsionando a ocupação e os negócios fundiários. No entanto, os primeiros moradores, apesar da progressiva chegada de serviços, enfrentavam o que relatam como dificuldades naquele momento. O único hospital da cidade era particular e não atendia a todos os habitantes de Primavera. O Pronto de Atendimento Municipal, inaugurado em 1987, não fazia atendimento 24 horas – era preciso percorrer, em

³⁸ Os motores dos geradores eram desligados às 22 horas. Em 1981, a CEMAT já era a responsável pelo fornecimento de energia (das 16h às 0h) e utilizava o gerador cedido pelo Cosentino (CMPL, 2016). As duas primeiras turbinas da usina hidrelétrica no Rio das Mortes, idealizadas em projeto de 1978 quando o diretor de operações da CEMAT (Centrais Elétricas Matogrossenses S.A) e Cosentino percorreram a região, foram inauguradas em 1995 (PMPL, 2000).

³⁹ “Há 40 anos em Primavera Adivino e Alzira contam sua história de pioneirismo”. Freitas, Stephanie; Monteiro, Luciano. Jornal O Diário - Edição 29 anos. Maio, 2015.

casos de emergências, uma distância de 129 quilômetros para alcançar a cidade mais próxima (Rondonópolis). Da mesma forma, eram frequentes as viagens a esta cidade para obtenção de serviços especializados (compras, hospitais, escolas, consertos de máquinas agrícolas...). Também há relatos de que não havia coleta de lixo e de que o asfalto nas ruas da cidade foi instituído somente na década de 1990.

Em maio de 1978, Cosentino solicitou por meio de uma carta à Prefeitura de Poxoréu⁴⁰ a permissão para implantar um núcleo urbano no entroncamento da BR-070, citando os seguintes argumentos:

(...) considerando que o entroncamento entre a BR-070 e a estrada que demanda à Paranatinga recebe diariamente um grande fluxo de usuários; considerando que aquele entroncamento é um ponto de convergência natural para quem se desloca das cidades de Cuiabá, Poxoréu, Barra do Garças e Paranatinga, com destino também a uma delas; considerando que o desenvolvimento alcançado na região forçará, naturalmente, **o surgimento de mais um lugarejo sem planejamento e desordenado, com reflexos negativos à administração** de Vossa Excelência; considerando que a implantação de um núcleo urbano nas imediações proporcionará, indiscutivelmente, melhores condições para a sua administração e; considerando que, tal medida, além de proporcionar essas vantagens, estará perfeitamente enquadrada na política de ocupação e povoamento estabelecida pelo governo federal (Transcrição da solicitação de autorização à Prefeitura de Poxoréu para implantar o distrito/núcleo urbano. Enviada por Edgar Cosentino e datada de maio de 1978).

A solicitação de emancipação do distrito é acompanhada de uma justificativa dada pelo entroncamento viário e de apelo ao planejamento (para que “não se tornasse um lugarejo sem planejamento e desordenado”). A instauração do loteamento, para Silva (2010, p. 91), significa, sobretudo, “a decisão política e o idealismo de alguém que tinha grande capital político junto às esferas do poder em Cuiabá”. Essa situação também seria responsável, segundo o autor, pela, alguns anos mais tarde, transformação em um curto período de tempo do que era distrito de Poxoréu em município.

Não apenas o loteamento foi autorizado, dando início à uma intensa negociação de terras e estabelecimento de infraestruturas, como obteve isenção de impostos durante cinco anos por parte da Prefeitura Municipal de Poxoréu. A certificação de aprovação do projeto Loteamento Cidade Primavera foi concedida pelo INCRA em janeiro de 1980 (CMPL, 2016; PMPL, 2000).

⁴⁰ A grafia “Poxoréu” (em vez de “Poxoréo”) é empregada desde 1968, quando foi alterada pelo poder público local conforme a Lei Estadual nº 2.869, de 12 de dezembro de 1968. Em algumas passagens desta tese, quando realizamos citações diretas, mantivemos a grafia Poxoréo.

Antes de obtê-la, contudo, Cosentino já se responsabilizava por abrir ruas, implantar postes e o gerador de energia. Em depoimento para Freitas (2016), conta que: “**como tínhamos certeza do que estávamos fazendo**, lançamos oficialmente a ‘Cidade Primavera’, em 26 de setembro de 1979, o marco da fundação Núcleo Urbano (grifos nossos)”. Esta certeza era dada, a nosso ver, justamente pela rentabilidade oriunda do preço irrisório das terras, do financiamento do Estado e dos investimentos urbanos no que se conformava como fronteira do sudeste mato-grossense. Quando a concessão do INCRA foi obtida, o núcleo urbano já contava com mais de dois mil habitantes.

Em 1981, o projeto iniciado por Edgar Cosentino foi incorporado como distrito de Poxoréu. Cosentino e demais “pioneiros” enviaram em 1983 uma correspondência ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado solicitando “infraestrutura básica”, como “energia elétrica, cartório, telefones, correio e rede de água e esgoto” (PMPL, 2000). Nota-se que, neste momento, a iniciativa privada passa a solicitar maior intervenção estatal no que se refere à execução de obras de infraestrutura urbana, provavelmente com o objetivo de reduzir seus investimentos, uma vez que os primeiros passos para inserir a região nas tramas reprodutivas do capital já tinham sido dados.

A Colonizadora Cosentino foi responsável, até o momento de emancipação política da cidade em 1986, por uma série de investimentos e obras de infraestrutura, como instauração da rede telefônica, a obtenção do gerador de energia elétrica e a construção do primeiro hospital. Embora o Estado atuasse favorecendo o acesso à terra e produzindo e reproduzindo os mecanismos para a imbricação entre terra-poder-capital, como afirma Arruda (2007) em relação às cidades mato-grossenses estabelecidas no movimento de avanço da fronteira, a implantação do núcleo urbano e de infraestruturas (como arruamento, iluminação e pavimentação públicas) era, em um primeiro momento, responsabilidade das colonizadoras. Do mesmo modo, também cabia a elas a definição da área urbana e a gestão e comercialização das terras, tanto dentro quanto fora do perímetro considerado urbano.

Segundo dados da PMPL (2000), em 1984, 80% da arrecadação do que era gerado em Poxoréu, incluindo o distrito de Primavera do Leste, ficava para o Estado e 20% regressava ao município. Os empresários de Primavera do Leste teriam, nesse contexto, pouco retorno dos investimentos gerados e da atividade econômica que contribuíram para alavancar. Procuravam, dessa forma, constituírem-se em um grupo político e econômico independente de Poxoréu. Em 1984, foi criada a Comissão Pró-Emancipação do distrito Cidade Primavera, presidida por Darnes Cerutti, um dos “pioneiros” da região (FERREIRA, 2008, p. 176) e demais proprietários

e empresários. Em 13 de maio de 1986, Primavera torna-se município⁴¹, atendendo às demandas dos capitalistas que atuavam no que até então era um distrito do município de Poxoréu.

Vale ressaltar que a emancipação de Primavera em relação à Poxoréu não ocorreu em um contexto isolado, inserindo-se em um processo maior que perpassava grande parte das cidades mato-grossenses. No início da década de 1970, eram 34 municípios no estado. Em 1980, já eram 55 e no início da década seguinte eram 117. Foram, portanto, 83 novos municípios de 1970 até o início de 1990, grande parte resultado dos projetos de colonização privada e do estabelecimento de núcleos urbanos. O crescimento na quantidade de municípios na década de 1990 é explicado pela consolidação dos projetos de colonização que foram implementados entre 1965 e 1985. Considerando um intervalo maior de tempo, o estado passou de 14 municípios em 1940 para 141 em 2010 (MORENO, 2007; WESZ JÚNIOR, 2014; SILVA, 2013).

É preciso considerar os interesses políticos que atravessam a constituição de novos municípios⁴². Esses futuros municípios abrangiam grupos locais que viam, “na fragmentação do território, a oportunidade de construir um espaço de mando político eleitoral” (ARRUDA, 2007, p. 153). Além disso, por meio da emancipação municipal, os custos dos investimentos em infraestrutura e serviços urbanos deixam de ser obrigação das colonizadoras (sempre favorecidas pelos subsídios e atuação estatal) e passam a ser de responsabilidade do poder público.

Com a criação do município de Primavera do Leste, há uma tendência da convergência de interesses econômicos, políticos e territoriais. Investimentos no núcleo urbano não dependiam mais do repasse de recursos da Prefeitura de Poxoréu, de modo que aqueles que detinham poder econômico e político em Primavera passaram a ter maior liberdade para decidir onde e como investir os recursos públicos.

⁴¹ O governador de Mato Grosso era neste ano Júlio José de Campos. A criação do município é aprovada pela Lei Estadual 5.014, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. É interessante observarmos que a data de 13 de maio é simbólica e que mais 22 municípios foram criados no mesmo dia mês e ano (Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/05/23-cidades-mato-grossenses-fazem-aniversario-nesta-quarta-feira.html>>. Acesso em: dez. 2017).

⁴² Silva (2013) elucida de que maneira emancipações municipais, particularmente nos casos mato-grossenses, são atualmente importantes mecanismos para a promoção do chamado “agronegócio” através de políticas públicas lideradas pelas elites locais e viabilização de interesses do setor. Este favorecimento ocorre por meio do repasse financeiro para a esfera municipal, garantido institucionalmente com a produção de leis e investimentos em infraestruturas. Como destaca a autora (2013), em 2013 eram 54 propostas em tramitação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, envolvendo muitos locais ao longo da BR-158 (que estava em processo de pavimentação) e uma área de recente expansão do cultivo de soja em Mato Grosso. A maioria dos processos (27 de 54) a que a autora teve acesso foram encaminhados pelo deputado José Riva (16 propostas) e Humberto Bosaipo (8 propostas). “A justificativa frequente é a possibilidade de prosperidade econômica, em especial das atividades agrícolas, reafirmando a ideologia do desenvolvimento local para fins eleitorais, ao mesmo tempo que essa política é conveniente à difusão das modernizações infraestruturais destinadas ao agronegócio com o uso do orçamento do Estado na figura do município (...)” (SILVA, 2013, p. 7).

Desta forma, o poder que as colonizadoras privadas adquiriram no decorrer do processo de ocupação destas cidades esteve longe de se extinguir com as emancipações políticas administrativas de grande parte dos municípios mato-grossenses a partir da década de 1970. Para Arruda (2007), a criação de novos municípios a partir dos núcleos urbanos pode ser desvendada, neste momento, por interesses político-eleitorais e econômicos que procuravam intensificar a reprodução ampliada do capital por meio da circulação de capitais, de mercadorias e da mobilidade da força de trabalho.

Como investigamos nesta pesquisa, embora a gestão urbana passe a ser realizada pelo poder público municipal, as colonizadoras, agora sob a forma de imobiliárias ou de incorporadoras, continuam com expressiva influência na produção do espaço dessas cidades gestadas como negócio na expansão do capital para o Centro-Oeste e Norte do Brasil. O objetivo era, segundo Arruda (2007, p. 129), “garantir os interesses mercantis, presentes desde o processo inicial de implantação do estabelecimento até os dias atuais, na comercialização dos lotes urbanos e rurais”.

Nas **figuras 8 a 10**, podemos observar Primavera do Leste no início de sua ocupação. Nota-se o desmatamento fortemente presente já neste momento e a proximidade da cidade com as plantações. Há também, como detalharemos, lotes rurais que, com a expansão do núcleo urbano, tendem a se transformar em lotes urbanos e a serem parcelados.

A placa anunciando “Núcleo Urbano - Cidade Primavera: brevemente neste local loteamento dotado de moderna infraestrutura” (**figura 11**) – elaborada por Cosentino e colocada no entroncamento da BR-070 com a MT-130 em 1978, isto é, onde foi planejado o início do loteamento e no ano em que a Prefeitura de Poxoréu autorizou a implantação do distrito. Constituíam-se, a nosso ver, em uma tática visando a uma maior possibilidade de valorização dos terrenos naquele momento. A divulgação de algo que ainda será realizado e que foi idealizado no “nível do concebido”⁴³ (LEFEBVRE, 2000) ajuda a contribuir, neste contexto, para sua concretização.

⁴³ No nível do concebido, o saber passa a ser mobilizado a serviço do poder e da dominação, realizando estratégias políticas e econômicas (LEFEBVRE, 2000; 2006). A dimensão do espaço concebido tende, por meio do planejamento com suas respectivas estratégias de intervenção e legitimação, a se impor sobre as demais dimensões (vivido e percebido). Os usos do espaço são previamente impostos, determinados, vigiados pelos “tecnocratas do espaço” (LEFEBVRE, 2000), que o concebem como geométrico e passível de ser moldado e controlado. O nível do concebido realiza o espaço abstrato e homogêneo, sustentando-os. Contudo, não se impõe de modo absoluto, uma vez que é, em todo momento, atravessado pelo percebido e pelo vivido.

Figura 8. Núcleo urbano no início da colonização de Primavera do Leste na década de 1970

Casas de madeira no início da ocupação de Primavera do Leste. Ainda não havia divisão clara entre os lotes, bem como sistema de iluminação pública ou de arruamento. Câmara Municipal de Primavera do Leste, 2016.

Figura 9. Primavera do Leste na década de 1980 – vista a partir do loteamento Castelândia

Bairro Castelândia, ao sul da rodovia BR-070. Os locais identificados na imagem são: 1 - Rua Piracicaba; 2 - BR-070; 3 - Posto Barril; 4 - Av. Porto Alegre; 5 - MT-130. Câmara Municipal de Primavera do Leste, 2016.

Figura 10. Primavera do Leste na década de 1980 – vista a partir do centro

Os locais identificados na imagem são: 1 - Av. Cuiabá; 2 - Igreja Matriz; 3 - Terreno onde hoje é a praça da cidade; 4 - Rua Piracicaba. Observa-se no último plano da imagem ocupações mais esparsas em relação ao centro. Câmara Municipal de Primavera do Leste, 2016.

Figura 11. Placa anunciando a implantação da “Cidade Primavera” em 1978

Placa colocada em local que hoje é o Posto Barril, às margens da BR-070. Câmara Municipal de Primavera do Leste, 2016.

A Imobiliária Cosentino só começou a vender lotes e casas de terceiros a partir de 2009, quando também começou a trabalhar com aluguel: até então apenas negociava e vendia terras e imóveis de sua propriedade, em uma situação que claramente manifesta uma das facetas dessa cidade-negócio. Dando uma dimensão da ainda atual primazia da imobiliária Cosentino nas negociações imobiliárias primaverenses, em levantamento realizado em sites de imobiliárias de Primavera do Leste, foi possível concluir que dos 1297 imóveis pesquisados (para compra e venda) entre agosto de 2015 e maio de 2016, 447 eram dessa imobiliária⁴⁴. Destaca-se ainda que ao menos duas outras imobiliárias atuantes na cidade foram compostas por corretores imobiliários que trabalhavam na Cosentino, o que também pode indicar que atualmente detêm, comercializam ou negociam parcela dos imóveis que eram atrelados a esta empresa.

Retratando os negócios fundiários e uma urbanização como negócio, citamos o relato de um dos considerados “pioneiros” da cidade que chegou em 1979 à Primavera:

Lá onde a gente morava [Rio Grande do Sul] o espaço era pequeno né, as áreas são tudo pequenas... (...) Era agricultura também... 300 hectares... Vendi e vim para Primavera... Consegui comprar 5 mil hectares e ainda sobrou dinheiro... As terras não tinham valor na época. Sem tecnologia, isso aqui não funciona, não é? As terras [são] muito fraca, [precisa] adubar, colocar calcário, essas coisas....

Além do fato de ter comprado dezesseis vezes mais terras em Mato Grosso, diante do projeto Cidade Primavera que nascia e da preponderância dos negócios fundiários e imobiliários, decidiu comprar uma fazenda de 1.210 hectares ao lado de onde seria instituído o projeto do núcleo urbano. “Botava pecuária, gado, curral, depois foi tirando [conforme era loteada] ... Ninguém imaginava que ia crescer tão rápido assim...”. Este “pioneiro” começou em 1986 as atividades de uma imobiliária até hoje atuante na cidade, três anos depois do início dos primeiros loteamentos serem implantados.

Lidar quantitativamente com o quanto as terras aumentaram de preço do início da ocupação para os dias de hoje, bem como quanto os “pioneiros” enriqueceram e obtiveram de renda fundiária é um exercício investigativo complexo. Além da esperada dificuldade para a obtenção desse tipo de informação, há um aspecto quantitativo difícil de ser demonstrado na medida em que inúmeras variáveis podem interferir no lucro oriundo da venda da soja ou de

⁴⁴ Levantamento realizado em sites das imobiliárias de Primavera do Leste, elaborado pela equipe do projeto de pesquisa do IFMT “Dinâmicas do mercado imobiliário e da urbanização em Primavera do Leste, MT”, do qual fui coordenadora, entre agosto de 2015 a agosto de 2016.

um imóvel. Contudo, mesmo defendendo a pertinência e relevância de uma abordagem qualitativa em relação ao peso da urbanização na reprodução da fronteira no que tange à produção agrícola *stricto sensu*, é possível seguir algumas pistas quantitativas que reiteram a dimensão da dinâmica fundiária e que a “produção de cidades” era um grande negócio.

Segundo informações passadas por um economista e pecuarista em abril de 2017, os preços das terras em Primavera do Leste subiram em, no mínimo, seis vezes em trinta anos (entre as décadas de 1980 e 2010). Embora seja somente uma média e o preço do hectare possa variar dentro do município e inclusive em uma grande propriedade, essa elevação, por si só significava, ganha uma dimensão ainda maior se lembrarmos que as terras eram obtidas a preços baixos ou cedidas, sempre com forte participação do Estado na concessão de generosos incentivos e subsídios fiscais.

Especificamente em relação à Primavera do Leste, dados das “matrículas mães”, isto é, daquelas que se referem à implantação dos loteamentos, permitem problematizar a dimensão deste negócio. O loteamento Parque Castelândia, de 913.217,94 m², foi adquirido por Adivino Castelli em março de 1984 por quarenta milhões de cruzeiros⁴⁵. Esse total, atualizado para a moeda de hoje considerando a correção monetária, equivaleria a 267 mil reais (29 centavos de real por cada metro quadrado)⁴⁶. Em 2018, um lote de 250 m² no mesmo loteamento dificilmente era encontrado por menos de cem mil reais (400 reais por metro quadrado). A partir destes dados, pode-se inferir que o preço do metro quadrado, de 1984 a 2018, aumentou 1.379 vezes.

Já as terras onde seria incorporado por Cosentino o loteamento Cidade Primavera (dando origem ao centro, Primavera I, II, III, IV e V) foram adquiridas a partir de um desmembramento de terras em setembro de 1978⁴⁷ por duzentos e cinco mil cruzeiros, em um total de 2 milhões e 500 mil metros quadrados. Isso significa que o preço do metro quadrado neste ano era o equivalente a 0,017 reais o metro quadrado (43 mil reais por todo o loteamento de 250 hectares). Em 2018, o preço do metro quadrado mais baixo encontrado no loteamento destinado à população de menor renda (Primavera III) foi de 208 reais, o que significa um aumento médio de doze mil vezes.

⁴⁵ De acordo com Escritura Pública de Incorporação, lavrada no Cartório de Poxoréu, folha 83, matrícula 033, livro 2-A.

⁴⁶ Os cálculos para essas correções monetárias foram feitos a partir de planilha disponibilizada no “Sistema de Correção Monetária do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Justiça Federal” (Disponível em: <https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&id_pagina=923>. Acesso em: 23 jun. 2018).

⁴⁷ Escritura pública de desmembramento de área, lavrada no Cartório de Registro de Imóveis de Poxoréu, fls. 41 a 45, livro n. 15-A em 20 de setembro de 1978. Área adquirida por Cosentino e sua esposa Lillian Maria Ometto Cosentino dos seguintes transmitentes: Aniz Bechara, Hermínia Bilatti, André Beer, Natercia Ferreira de Vasconcelos Beer, James Francis Walters Júnior e Helen Bishop Walters (Matrícula 080, folha 080A, livro nº A – Cartório de Registro de Imóveis, Primavera do Leste, 04 de agosto de 1992).

No caso do loteamento Riva, o aumento do preço do metro quadrado foi de 3.466 vezes. O que hoje é o loteamento Riva I e II foi adquirido por Waldomiro Riva em julho de 1988⁴⁸, em área de 448.290 m², no valor de um milhão de cruzados. Considerando apenas a área dos lotes, de 313.200m² (citada na escritura), o preço médio do metro quadrado seria de 12 centavos de real (R\$ 38.843 para o total da área adquirida). Os lotes no Jd. Riva, geralmente de 600 metros quadrados, eram comercializados em junho de 2018 por 250 mil reais, com preço do metro quadrado do lote de 416 reais.

Por fim, em relação aos primeiros loteamentos implantados em Primavera do Leste, resta o Parque Eldorado, instituído em setembro de 1988 por Paulo Nicodemos Gasparoto, em um total de 1.484.200m² (293.603m² de lotes residenciais)⁴⁹. Não havia, tanto no registro do loteamento no Cartório de Poxoréu quanto no de Primavera, referência ao preço pelo qual as terras foram comercializadas. No entanto, foi um negócio rentável pelo tamanho do loteamento, pelo baixo custo das terras naquele momento, bem como pela imensa valorização fundiária e imobiliária ao longo dos anos seguintes. Atualmente, os lotes no Parque Eldorado são comercializados em média por 288 reais o metro quadrado (embora com diferenças significativas entre aqueles mais baratos e menores, de ocupação mais antiga, e os mais recentes, próximos ao IFMT, e no geral de 450 metros quadrados).

Além de, como aprofundaremos no próximo item a respeito do contexto mato-grossense de modo geral, os negócios fundiários serem significativamente rentáveis desde o início da ocupação da região, com terras vendidas a preços baixos ou regularizadas posteriormente⁵⁰ por meio dos mais diversos mecanismos de burla e corrupção (no qual o próprio Estado em seu âmbito federal e estadual acaba legalizando a própria grilagem) –, os investimentos do urbano poderiam se constituir em um investimento mais certo em um momento no qual a sojicultura

⁴⁸ Área adquirida para o estabelecimento do imóvel rural denominado Fazenda Tupã (total de 983.582 hectares, do próprio Waldomiro Riva). Escritura Pública de Incorporação lavrada às fls. 151 do livro 01-B, em 18 de julho de 1988 no Cartório de Registro Civil de Primavera do Leste (posteriormente registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Primavera do Leste, em 07 de agosto de 1992, matrícula 094, folha 094, livro 2A).

⁴⁹ Cartório de Registro de Imóveis de Primavera do Leste, matrícula 048, folha 048, livro 2^a, 16 de julho de 1992 (número de registro anterior: Cartório de Registro de Imóveis de Poxoréu, fls. 051, livro 2-V, R.01. M5.947). Nesta matrícula não há o preço do loteamento e das terras. Da mesma forma, na matrícula 5.947, folha 051, livro A-V do Cartório de Registro de Imóveis de Poxoréu, também não há registro do que foi desembolsado para o projeto de loteamento do Parque Eldorado.

⁵⁰ Segundo levantamento obtido no Cartório de Imóveis de Poxoréu, as terras obtidas e comercializadas por Castelli tiveram seu título definitivo de propriedade expedido pelo INCRA em 1983. Já as de Gasparoto remontam à jurisdição do Estado de Mato Grosso, cujo título definitivo de propriedade foi expedido em 1957 e então vendida até ser por ele adquirida. Já o loteamento Riva tem seu domínio privado registrado desde 1961, quando um título definitivo de propriedade foi cedido pelo Estado de Mato Grosso, expedido pelo Departamento de Terras e Colonização do Estado, até ser comprado por W. Riva. Já as terras de Cosentino também têm uma origem que remonta ao domínio privado a partir de 1960, com título definitivo de propriedade expedido pelo Departamento de Terras e Colonização do Estado.

ainda iniciava sua expansão e nem todas as infraestruturas, ao menos em Primavera do Leste, voltadas ao armazenamento e beneficiamento de grãos estavam finalizadas.

O investimento em terras, historicamente constituído uma saída segura para o direcionamento de capitais no Brasil, não só se apresentava como menos arriscado (inclusive diante das questões climáticas e negociações internacionais em dólar que influenciam no preço das commodities brasileiras) como também demandava menores custos em relação à atividade agrícola, e particularmente, à produção de grãos (com uma alta proporção de capital constante por meio de maquinário e aquisição de insumos, como fertilizantes e sementes)⁵¹.

Dados de 2016 indicavam um custo de 32 sacas para cada 47 sacas de soja produzidas por hectare⁵², com lucro de 15 sacas em uma rentabilidade média de 1.108 reais⁵³. O IMEA (Instituto Matogrossense de Economia Agrícola) também citava um valor semelhante: havia um custo por hectare de produção de soja equivalente a R\$ 1.600 (considerando-se que a produção média por hectare é de 50,4 sacas por hectare, vendidas a um preço médio de R\$ 42).

Já segundo informações de um sojicultor e capitalista de Sorriso em abril de 2017, os gastos por hectare de produção de soja são de 30 sacas por hectare, com lucro de mil reais se negociadas a 50 reais em uma produtividade de 50 sacas por hectare⁵⁴. Nesta perspectiva, se a produtividade do cultivo de soja aumentou no decorrer dos anos – nas primeiras plantações em Primavera do Leste era de 30 sacas por hectare, tendo alcançado 10 sacas a mais na década de 1990 (WEZS JÚNIOR, 2014; O Diário, 2017) – os dispêndios para assegurar a produtividade são também elevados, mesmo que gerando muitas vezes vultosos lucros.

Conforme Sant’ana (2010, p.136) sobre a colonização de Juara e sobre a colonizadora liderada pelo “pioneiro” Zé Paraná, “a venda das terras sonhadas pelos colonos era um negócio

⁵¹ O custo da produção por hectare de soja passa por um crescente aumento, inclusive diante da perigosa e indiscriminada aplicação de agrotóxicos. De acordo com dados do IMEA, citados por Wesz Júnior(2014), na safra 2010/2011 o dispêndio era de 1.563,20 reais por hectare, ao passo que na safra de 2013/2014 este soma saltou para 2.908,80 reais. O peso dos insumos no custo total se mantém em aproximadamente 50%, conforme dados do IMEA. Já os dados do CENSO Agropecuário de 2016 apontam que os gastos com insumos alcançaram 73,7% dos custos totais (45% com adubos e 22,7% agrotóxicos) (WESZ JÚNIOR, 2014).

⁵² Informação disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2014/01/comite-quer-ampliar-produtividade-da-soja-em-20-sacas-por-hectare.html>> e <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT222701-18282,00.html>>. Acesso em: jan. 2018.

⁵³ Consultoria Céleres (Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/mercado-e-cia/soja-margem-lucro-sera-menor-safra-2016-2017-63303>>). Em 2015, o lucro médio era de cerca de 780 reais por hectare de soja, para uma produtividade de 50 sacas por hectare e considerando que cada saca era comercializada por 65 reais (Disponível em: <<http://www.projetosojabrasil.com.br/campeao-produtividade-colhe-140-sacas-gastando-pouco/>>. Acesso em: fev. 2018).

⁵⁴ Depoimento de João Pedro da Silva, da Nativ Pescados, com 40 mil hectares de terra. Dados citados em comparação com a piscicultura, cujo lucro é de 90 mil reais por hectare. Reportagens da Globo News. “Disponível em: Sorriso, no Mato Grosso, é a capital do agronegócio”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/videos/t/todos-os-videos/v/sorriso-no-mato-grosso-e-a-capital-do-agronegocio/6060044/>>. Acesso em: jan. 2018.

que não tinha muito risco para a colonizadora”. A autora destaca que não eram empreendidas avaliações detalhadas pelos bancos financiadores e pelo INCRA a respeito das condições de uso e acesso à terra. Além disso, se a colonizadora era obrigada a oferecer as mínimas condições de infraestrutura (como definição dos lotes, estradas, escolas, armazéns), as oferecia de maneira precária (tornando o investimento ainda mais vantajoso diante da economia de recursos).

A preocupação maior da empresa era com o trabalho dos corretores na venda das terras, sabendo que através dos benefícios concedidos pelo Banco do Brasil, os colonos não hesitariam muito em comprar terras com promessa de fartura e prosperidade. O negócio tornou-se tão lucrativo que os colonizadores, depois do primeiro empreendimento (...) adquiriram rapidamente outras áreas e estabeleceram outros loteamentos (SANT’ANA, 2010, p. 136).

Também neste contexto da constituição da terra e da cidade como negócio, Souza (2006) salienta a respeito da urbanização de Sinop que a construção dos primeiros edifícios e a substituição das casas de alvenaria pelas de madeira contribuía para a valorização do solo urbano, seja pelas construções propriamente ditas, seja pelas representações que se criava a respeito do “progresso” da cidade. “Essa transformação que a cidade vem sofrendo em seu espaço urbano, demonstra o papel que a construção civil e a especulação urbana desempenham em Sinop, com relação ao número de construções que possui a cidade” (SOUZA, 2006, p. 203)

Embora também bastante rentável, a sojicultura envolve, nesta perspectiva, aspectos conjunturais relacionados a preços das commodities no mercado internacional e dos insumos. As possíveis negociações oscilantes diante da demanda e oferta mundial, bem como da taxa de câmbio que envolvem o preço da venda de soja e aquisição de insumos, corroboram com um negócio relativamente mais arriscado diante do estrutural papel que a terra desempenha no capitalismo rentista brasileiro.

2.3. O aprisionamento das terras e a chegada dos donos da cidade

Embora os mecanismos de dominação e monopolização das terras em Primavera do Leste contemplem inúmeras particularidades, estão diretamente relacionados à transformação de terras públicas e devolutas em domínio privado no território mato-grossense, guardando também conteúdos atrelados à questão agrária brasileira. Moreno (2007), ao debater o processo de privatização das terras devolutas e públicas em Mato Grosso entre 1892 e 1992 e fornecer

detalhes da política fundiária adotada pelos governos estaduais, destaca um acentuado favorecimento de interesses econômicos e político-partidários que beneficiam grupos econômicos dentro e fora do estado.

A autora (2007) sinaliza dois momentos marcantes da privatização de terras em Mato Grosso. Em ambos, a terra era usada como objeto de troca em favores políticos eleitorais ou como mecanismo de barganha para benefícios individuais de grupos ou empresas, interessadas primordialmente na terra como reserva de valor e patrimonial. A motivação essencial envolvendo a questão fundiária em Mato Grosso (extração de renda da terra e acumulação de capital) era possibilitada por uma legislação permissiva (embora com alguns poucos avanços formais), por um direcionamento na regularização fundiária atendendo a interesses políticos e econômicos (favorecendo grandes empresários e latifundiários), bem como por deficiências organizacionais, passividade ou corrupção das instituições de controle e regularização do acesso à terra⁵⁵. A respeito da dominação privada das terras no território mato-grossense, a autora afirma que:

A centralização do poder político-econômico do Estado em mãos dos mesmos atores por longos anos permitiu a manipulação do processo de apropriação capitalista da terra, segundo seus interesses e o das classes rural e empresarial. É essa articulação entre o poder político e o poder econômico, sustentada pelos mecanismos institucionais e jurídicos, que permitiu a transformação das terras devolutas e públicas no Estado em propriedades privadas, fortalecendo, de um lado, a estrutura fundiária existente, e, de outro, criando as condições necessárias para a territorialização do capital (MORENO 2007 p. 288).

Mesmo que a legislação fundiária brasileira fosse e ainda seja bastante permissiva e conivente com a grande propriedade, a centralidade dessa concentração estava, ainda como destaca Moreno (2007), em um amplo favorecimento à regularização fundiária de grandes extensões de terra, beneficiando especuladores, grandes grupos econômicos e empresários. Não por acaso, as terras que originariam a cidade de Primavera do Leste, como citamos no item anterior, eram terras devolutas que somente posteriormente tiveram título definitivo de propriedade expedidos pelo INCRA e pelo Departamento de Terras e Colonização do Estado.

⁵⁵ Os mecanismos de burla da legislação, já permissiva e favorável aos grandes proprietários e grileiros, ocorria por meio de práticas como licitações sem efetiva concorrência, alterações nos prazos, favorecimento de procuradores e arrecadações sumárias de terras. A consequência mais dramática desses inúmeros mecanismos de burla é a titulação de áreas contíguas, dando origem aos latifúndios improdutivos e infringindo o estipulado pela Constituição em relação ao tamanho máximo na aquisição de terras. Surgiam, assim, glebas contínuas e com milhares de hectares (MORENO, 2007).

O primeiro momento destacado por Moreno (2007) se refere à ampla distribuição de terras ocorrida após a proclamação da República, marcado por uma alienações e concessões indiscriminadas de terras devolutas e por uma política fundiária com pouco ou nenhum controle do que era terra devoluta, pública ou privada⁵⁶. Por meio processo imerso em práticas clientelistas, a terra já se mostrava como negócio, embora em menor escala quando comparado àquele iniciado a partir da década de 1970.

As terras – com frequência, sequer discriminadas – eram cedidas ou vendidas a preços irrisórios para empresas de colonização, sem concorrência pública ou garantia de execução de contratos. A liberdade na legislação fundiária era justificada pelo discurso da necessidade da ocupação do território e pelos baixos preços da terra, explicados, por sua vez, por sua abundância e pela ocupação de um território visto como vazio e com poucos interesses para a realização de grandes investimentos (MORENO, 2007). Apesar dos preços simbólicos pelos quais eram adquiridas, dada a grande quantidade de negociações e falta de controle do que era terra devoluta ou não, as terras se constituíam na “maior fonte de renda de que o Estado dispunha” (MORENO, 2007, p. 193). O Estado, era, neste sentido, amplamente favorecido com as vendas, impostos sobre a terra e sua produção⁵⁷.

O segundo momento apontado por Moreno (2007) abrange os anos de 1970 a 1990 e está vinculado a uma centralização da dinâmica fundiária empreendida no governo militar em um contexto de expansão da fronteira rumo à Amazônia Legal e de integração intensa de Mato Grosso ao restante do processo de acumulação capitalista nacional e internacional. É justamente neste momento que surge, como vimos, Primavera do Leste como um grande negócio. Nele, diante de uma intensificação da concessão de terras para grandes grupos econômicos ou capitalistas individuais (muitos dos quais já entranhados nas estruturas de poder), há um acirramento de uma estrutura fundiária mato-grossense extremamente concentrada, já delineada desde o final do século XIX.

Da mesma forma que Moreno (2007), Martins (2014), Oliveira (2016), Becker (1982) e Abreu (2010) também destacam que a ocupação econômica da Amazônia brasileira se

⁵⁶ Alterações na legislação, como no Código de Terras de 1949, eram justificadas para controlar e modernizar os mecanismos de povoamento e exploração do território. Contudo, significaram uma “maior liberdade da legislação no processo de venda de terras devolutas, através de concessões a empresas particulares” (MORENO, 2007, p. 113).

⁵⁷ Dando uma dimensão da terra como negócio e da violenta especulação já neste momento e do preço irrisório pelo qual as terras eram adquiridas, Moreno (2007) destaca que muitas empresas de colonização obtinham no início da década de 1950 o hectare da terra por Cr\$ 7,00 a Cr\$ 10,00 e revendiam por Cr\$ 100,00 a Cr\$ 300,00. Frequentemente permeadas pela troca de benefícios políticos e eleitorais, as concessões fundiárias alcançavam 200 mil hectares cada uma, com lotes de 10 mil hectares com frequência contíguos a mesmos grupos ou famílias (MORENO, 2007).

fortaleceu com a ditadura militar (1964-1985), quando houve uma definição e controle maior de uma ocupação do Centro-Oeste e Norte do país, realizada até então de maneira relativamente espontânea e mais dispersa. A partir, sobretudo, da década de 1970 – em período denominado por Becker (1982) de “acumulação monopolista da fronteira amazônica” –, Mato Grosso é incorporado às políticas de valorização e de ocupação fortemente direcionada e rápida da Amazônia. Esse processo ostensivo e violento a partir deste momento de inserção à expansão capitalista contou com transformações alavancadas pelo grande capital nacional e estrangeiro.

É neste momento que o Estado brasileiro passa a conceber o Centro-Oeste como fronteira “no sentido de uma disposição política sobre o território derivada das exigências da acumulação capitalista” (MARTINS, 1993, p. 23). Surgem, nesse processo, diversos programas de colonização e ocupação da região (ver item 2.3.3: “Mato Grosso e as políticas territoriais”) visando a atender a reprodução do capital, em um contexto no qual o Estado deixa efetivamente de lado a colonização baseada em pequenos colonos e em projetos agropecuários ancorados na pequena e média propriedade. Não havia mais, no discurso, uma preocupação com a atenuação dos conflitos sociais e fundiários, tampouco com a preservação ambiental do Cerrado ou da Amazônia. Amplia-se a envergadura do direcionamento da expansão do capital e da dominação privada monopolista de terras no território amazônico por meio de um maior rigor no controle do processo de ocupação do território bem como da regularização fundiária.

Houve um forte subsídio oriundo dos cofres públicos para favorecer determinados setores e agentes econômicos – particularmente os grandes grupos e empresários apoiadores do golpe de 1964 – em uma fase da acumulação capitalista que se reflete nos pesados investimentos e rápida ocupação da Amazônia por meio da monopolização da propriedade privada e generalização do latifúndio (BECKER 1982, 1994; MORENO, 2007; MARTINS, 2014; OLIVEIRA, 2016). Santos (2015) afirma que a partir da década de 1960, diante dos projetos de ocupação da Amazônia e da crescente inflação, a propriedade da terra tem seu papel como reserva patrimonial e de valor reforçado, atraindo os excedentes capitalistas do Centro-Sul. Esse processo fica nítido a partir dos empresários que chegavam à região que daria origem à Primavera do Leste: eram paulistas, em sua maioria ligados às atividades industriais e que viam no avanço da fronteira uma fonte de investimento.

Em função dos incentivos fiscais atrelados à propriedade da terra, notadamente nas regiões de fronteira, e **da consequente valorização fundiária nessas regiões, as políticas desenvolvimentistas reiteram um fluxo de capitais que rumam para essas áreas.** Somado o impulso dado pela crescente inflação, as terras das franjas territoriais da ocupação capitalista vão

apresentar um comportamento de preços em elevado ritmo de ascensão. Por isso, **a propriedade da terra é reforçada como negócio em si mesmo** (SANTOS, 2015, p. 120. Grifos nossos).

Com a ditadura, há uma forte articulação entre Estado, capital nacional e capital internacional, que incorporaram de vez a Amazônia no processo de acumulação capitalista. Como enfatiza Moreno (2007), a política geral de vendas de terras em Mato Grosso, até então generosamente calcada na troca de favores político-eleitorais, passa a estar vinculada a uma ampla estratégia atrelada à expansão territorial capitalista.

Além das motivações econômicas, com o discurso de incentivar a produção agropecuária em grande escala por meio da implantação dos projetos agropecuários e de colonização, havia uma estratégia militar de controle do espaço amazônico (OLIVEIRA, 1997). Com objetivos, portanto, também geopolíticos, a Amazônica era vista tanto como condição ao desenvolvimento quanto à segurança nacional (BECKER, 1982, CUSTÓDIO, 2007). Segundo Becker (1982), a perspectiva geopolítica envolvia ao mesmo tempo o redirecionamento da migração de nordestinos e sulistas para a Amazônia e perspectivas de novos investimentos para o Centro-Sul e, particularmente, para São Paulo.

Como salienta a autora (1982), havia um papel ainda maior do Estado ao considerar a Amazônia como uma solução para as tensões sociais e fundiárias na medida em que era preciso atrair mão de obra para o que surgia como fronteira (para a ocupação do território e como força de trabalho para os projetos de colonização e infraestruturas) sem lhe fornecer o domínio da terra. A estratégia do Estado implícita era associar, no contexto da mobilidade do capital rumo à Amazônia, o acesso à terra à mobilidade da força de trabalho. Assim, por meio do redirecionamento da migração ao mesmo tempo que amenizava conflitos sociais e no campo garantia mão de obra aos projetos agropecuários e agrominerais. Havia apenas um favorecimento conjuntural ao acesso à terra aos posseiros e camponeses e estruturalmente assegurava-se e perpetuava-se o latifúndio (BECKER 1982; OLIVEIRA, 1997).

Sob o lema da ditadura “integrar [a Amazônia ao restante do território brasileiro] para não entregar [às empresas de países estrangeiros]”, o que era intencionalmente feito, como destacam Becker (1994) e Oliveira (1997), os militares adotaram o discurso de que era urgente ocupar os chamados “espaços vazios”, ignorando propositalmente os indígenas e a população camponesa.

Há uma mudança tanto qualitativa quanto quantitativa na dominação privada de terras no território amazônico: cresce o montante de terras inseridas no processo de expansão territorial da acumulação capitalista, da mesma forma que há uma maior participação de grandes

empresas cujo capital é de origem essencialmente urbano-industrial sediadas no Centro-Sul brasileiro e que têm no território amazônico uma nova frente de expansão de seus negócios e do capital excedente, seja nos projetos agropecuários, seja especulando com a terra (BECKER, 1982).

A fronteira adquiriu conteúdos diversos ao longo do tempo, em um processo que seguiu as necessidades e os ritmos da reprodução capitalista. Particularmente em Primavera do Leste e no que se refere ao avanço da acumulação capitalista, distinguem-se três momentos. No primeiro deles, entre as décadas de 1970 e 1990, houve a chegada de uma grande leva de migrantes, composta tanto pelos ditos “pioneiros” quanto por uma população mais pobre atraída pela possibilidade de acesso à terra e ao trabalho. A mão de obra era bem-vinda para ocupar a região e valorizar a implantação das cidades. Já no segundo, a partir dos anos 90, o capital é cada vez mais internacional e se instalam algumas das grandes empresas da cidade, como a Cargill. Há um papel que não pode ser desconsiderado dos conglomerados mundializados e que atuam, dentre outras frentes de investimento, como *tradings*⁵⁸ da agricultura capitalista. Em um terceiro momento, a partir de 2000, a população mais pobre, vista como uma mão de obra considerada como pouco qualificada, não é mais tão bem-vinda – em um processo que será elucidado na parte III desta tese.

2.3.1. Estado, empresários e latifundiários

As dinâmicas da propriedade privada da terra são em grande medida determinadas pelas articulações entre o poder econômico e o político. Neste contexto, como detalha Moreno (2007), o processo de ocupação de terras em Mato Grosso teve a particularidade de privilegiar categoricamente a monopolização da propriedade privada da terra. Ao esmiuçar a questão da terra e do poder na formação econômico, social e política da ocupação de Mato Grosso, a autora (2007) destaca que as fraudes praticadas pelos proprietários, com aval e conivência ou omissão das mais diversas instâncias públicas, e a legislação fundiária permissiva brasileira terão como sua maior consequência uma acirrada concentração fundiária.

⁵⁸ Consideramos as *tradings* como empresas que adquirem commodities no mercado interno para posterior venda no mercado consumidor externo. Atuam, portanto, como intermediárias entre a produção e a distribuição de mercadorias. No caso da agricultura capitalista mecanizada brasileira são as responsáveis por comprar a maior quantidade da safra de grãos, impondo o uso de determinados tipos de sementes e insumos aos produtores. Como importantes *tradings* que atuam no “agronegócio” brasileiro citamos a Bunge Alimentos, a ADM do Brasil, a Cargill Agrícola e a Louis Dreyfus.

Essa monopolização foi possível devido à ação do Estado por meio de um complexo aparato jurídico e político que viabilizou ou reiterou mecanismos de burla e corrupção, favorecendo interesses dos setores hegemônicos econômicos e políticos. Como agente fundamental da reprodução da fronteira mato-grossense e amazônica, continua ainda hoje atuando de forma a garantir dos grandes empresários e latifundiários.

Esse papel do Estado é destacado por diversos autores, dentre eles Becker (1982), Oliveira (1997; 2001) Martins (1993), Arruda (2007), Souza (2008), Moreno (2007), Silva (2010), Santos (2015) e Abreu (2015). Ele foi, segundo Arruda (2007, p. 78), o “principal agente viabilizador da inserção do espaço mato-grossense à nova lógica de (re)produção capitalista”, em uma incorporação que, como vimos, ocorreu, sobretudo, após o golpe militar de 1964, quando o Centro-Oeste e Norte brasileiros passaram a ser inseridos de modo mais contundente à reprodução do capital.

O Estado historicamente no Brasil reforçou e viabilizou a propriedade privada latifundiária por meio de uma atuação patrimonialista baseada em mecanismos e estratégias que valorizavam o espaço amazônico e mato-grossense sintonizados às necessidades de acumulação capitalista. Como demonstram Oliveira (1997) e Moreno (2007), a atuação do Estado é um dos elementos centrais para a compreensão da concentração fundiária brasileira, na medida em que nunca houve um efetivo interesse em regulamentar acesso a grandes extensões de terra. O aparato jurídico-político era estrategicamente elaborado para favorecer o acesso à terra para fins especulativos e a grandes capitalistas.

Foi apenas na década de 1980 que o Estado passou a se preocupar em realizar levantamento cadastral preciso de seu patrimônio fundiário e do que estava sendo considerado como terras devolutas, públicas e privadas. Essa situação permitia uma especulação e vantagens de toda ordem aos latifundiários e capitalistas e às empresas de colonização ou demais grupos econômicos, incluindo reclamar terras onde lhes fosse mais conveniente. Segundo Moreno (2007), essa falta de controle no processo de regularização das terras⁵⁹ não ocorria por acaso ou mera ineficiência dos órgãos públicos: atendia a um conflituoso jogo de interesses, no qual a privatização das terras públicas era comandada por objetivos econômicos e partidários.

⁵⁹ Devido às medições fraudulentas e à venda de mais terras do que o Estado efetivamente possuía (OLIVEIRA 1997 p. 337), formaram-se os chamados “títulos voadores” ou “beliches fundiários”, cujas noções foram concebidas e referenciadas, segundo Moreno (2007, p. 120), respectivamente, por Joe Foweraker (1982) e João Mariano de Oliveira (1983). Conforme destaca Souza (2006), essa sobreposição de títulos de uma mesma extensão de terra era mais jurídica do que territorial, uma vez que não havia a ocupação efetiva, principalmente naquelas mais distantes dos núcleos urbanos ou de estradas.

Moreno (2007), ao pormenorizar o processo de dominação privada das terras em Mato Grosso, destacou que o Estado não apenas foi conivente com os mecanismos de burla e grilagem no avanço da fronteira, como favoreceu amplamente os agentes econômicos políticos e econômicos hegemônicos por meio de complexos e entrelaçados aparatos jurídicos e políticos. Segundo a autora (2007, p. 63), a respeito das leis que tratam da aquisição de terras em Mato Grosso e que soldaram uma política fundiária que historicamente favoreceu frações de classe vinculadas às oligarquias e grandes grupos empresariais:

(...) serviram de mecanismos políticos para dar sustentação a uma política fundiária voltada à constituição da moderna propriedade territorial, de acordo com os interesses das classes que dominaram e comandaram o poder econômico e político no Estado, principalmente os proprietários de terra, por muito tempo (MORENO, 2007, p. 63).

O Estado, por meio de instituições estaduais e federais como o INCRA, interessava-se em regularizar a situação fundiária de empresários do Centro-Sul do país, desfavorecendo, neste sentido, posseiros e pequenos agricultores. Uma das situações vantajosas aos grandes capitalistas ocorria quando, após a discriminação e arrecadação das terras devolutas, o INCRA, ao abrir uma licitação pública (em si mesma, repleta de irregularidades) fornecia a preferência de compra da terra a quem já a ocupasse. Por meio desse mecanismo, empresários e latifúndios puderam se tornar grandes proprietários: ocupavam irregularmente grandes extensões de terra e depois as adquiriram, via licitação – cuja preferência lhes era assegurada mesmo em uma licitação, a qual supostamente deveria ser submetida a ampla concorrência – e a preços simbólicos justificados pelo dito “pioneirismo” e pela suposta urgência da ocupação do território. Havia, dessa forma, a emissão de títulos e a regularização fundiária predominantemente favorável aos grileiros, com aval e forte contribuição do próprio Estado.

Esse emaranhado arcabouço jurídico e mecanismos institucionais – os quais permitiam, na prática e com o passar de alguns anos por meio de inúmeros decretos e leis, a legalização do que era ilegal, como a própria grilagem – garantiam que o patrimônio fundiário continuasse nas mãos das oligarquias (MORENO, 2007; OLIVEIRA, 1997). Muita terra em poucas mãos foi o resultado da ação e interesses das elites dominantes, que, em um jogo de forças políticas, empreenderam a ocupação e monopolização das terras em Mato Grosso em um movimento que apenas reforçou o trinômio terra, poder e capital.

A hegemonia do poder político foi historicamente mantida em Mato Grosso, e no Brasil de modo geral, por laços familiares e alianças partidárias comandadas pelas oligarquias. Os

tradicionais grupos de dominação permaneciam no controle do acesso à terra de acordo com interesses particulares e político partidários. As elites dominantes salvaguardavam, assim, sua hegemonia e interesses políticos e econômicos por meio de alianças de classe e troca de favores.

O modo pelo qual houve o processo de formação, manutenção e dominação da propriedade privada da terra não apenas em Mato Grosso, mas na totalidade do território brasileiro, por sujeitos e classes sociais determinados ilumina o que Martins (1994) chama de “poder do atraso”. Elucidado nas obras de Martins (2011; 2014), é resultado de uma aliança entre terra e capital em relações permeadas pela corrupção e troca de benefícios e vantagens, em uma imbricação total do público com o privado. Constituindo um elemento fundante da sociedade brasileira, esse sistema de troca de favores e de compromissos entre o público e o privado está, como aprofundaremos na parte III deste tese, ainda hoje presente nos conteúdos espaciais dessas cidades mato-grossenses que têm donos.

Neste contexto no qual foi delineada a estrutura fundiária do Brasil imersa em um persistente “poder do atraso”, Moreno (2007) destaca que elementos do coronelismo e do clientelismo⁶⁰, bem como das oligarquias estaduais no aparato jurídico da política fundiária mato-grossense, contam com continuidades até hoje. Segundo a autora:

(...) a hegemonia do poder político, assegurada por laços familiares e alianças partidárias, estabelecendo uma linha de ‘sucessão hereditária’ perpetuando pessoas no poder e esquemas tradicionais de dominação, marcou a trajetória política do Estado (...). Esse compromisso político-familiar que uniu e ainda une os donos do poder no Estado, pôde sustentar, controlar e movimentar todo o processo de acesso à terra, segundo interesses específicos particulares ou político partidários, desde 1891, com a aprovação da primeira Constituição Mato-Grossense (MORENO, 2007, p.60).

O poder oligárquico consolidado no Brasil no início do século XX, expresso no controle dos governos estaduais por diversos anos, está presente nos conteúdos ainda reproduzidos em

⁶⁰ De acordo com Moreno (2007, p. 44), “o processo de concentração da propriedade privada em Mato Grosso gerou todas as condições necessárias ao desenvolvimento de um dos mais arraigados sistemas de mandonismo local”. Para a autora, é justamente na concentração da propriedade privada da terra como base econômica de sustentação das manifestações do poder privado onde encontramos os conteúdos do que se denomina de coronelismo. Esses conteúdos ganharam uma nova roupagem com o Estado Novo, dando origem ao clientelismo, em um processo no qual as elites políticas passaram a intermediar a relação entre Estado e a população. O domínio e as formas de mandonismo passaram a ser dados pelos cargos políticos e pelo controle dos votos, em um processo no qual a dominação econômica e política das oligarquias a partir da propriedade continuou com a ditadura militar e mesmo após seu término com a implantação dos partidos políticos. A dominação ancorada no coronelismo e no clientelismo reiterou, portanto, historicamente o poder das oligarquias.

mandonismos locais e na terra que continua sendo utilizada como objeto de barganha, mesmo que sob novas nuances.

O Estado, principalmente após a década de 1970, induziu e acelerou a incorporação do território amazônico à dinâmica da acumulação capitalista centralizada no Centro-Sul brasileiro, financiando e criando todas as condições necessárias ao processo de expansão territorial capitalista. Além da implantação e desenvolvimento de infraestruturas (rede de energia elétrica e telecomunicações, abertura e pavimentação de estradas), coube também ao Estado a realização de uma série de instrumentos econômicos por meio de generosos incentivos fiscais, ampla concessão de crédito e implantação de programas territoriais, planos e projetos e grandes projetos de colonização pública ou privada. A ação estatal via direcionamento de investimentos e da mobilização da força de trabalho distribuía, por meio dessas medidas, as terras mato-grossenses e amazônicas ao capital nacional e internacional, realizando estratégias de valorização e permitindo a continuidade da acumulação. Neste contexto, o Estado, em associação com proprietários e empresários, foi o grande indutor e patrocinador da acumulação capitalista que se consolidava em Mato Grosso e na Amazônia brasileira. Ao mesmo tempo que se assegurava a reprodução do excedente e atração de investimentos para a região, perpetuava-se uma dinâmica acompanhada pela concentração fundiária, grilagem e expropriação (OLIVEIRA, 1997).

As diversas ações do Estado garantiram o sucesso desse processo de expansão econômica que assumiu a forma e se deu efetivamente por meio da “produção expandida do espaço urbano” (SANTOS, 2015). Como afirma o autor (2015), a expressão e o conteúdo dessa atuação política estão na produção do espaço urbano como condição da acumulação no território brasileiro. O Estado com essas medidas para possibilitar a expansão territorial da acumulação capitalista não somente induzia a urbanização como tinha nela mesma a condição para essa expansão. Ainda segundo o autor (2015, p. 26), a “urbanização do território foi, nesse momento, o resultado e a condição de uma relação afirmativa entre Estado e economia a partir dos quais os excedentes capitalistas podiam ser absorvidos e reciclados com lucro num mercado em expansão”. A produção do urbano surgia como uma forma de drenar os capitais excedentes urbano-industriais do Centro-Sul brasileiro, sendo, nesta perspectiva, o processo primordial que permitiu a reprodução da fronteira mato-grossense.

2.3.2 Mato Grosso e os projetos de colonização

Muitos dos núcleos urbanos no decorrer do processo de ocupação e expansão da fronteira em Mato Grosso foram implantados com o desenvolvimento dos projetos de colonização, divididos basicamente entre os públicos e os privados ou particulares. Em ambos, o intuito era no geral promover a ocupação de espaços que se apresentavam como vazios, de terras supostamente sem uso – era preciso, no discurso, assegurar a segurança nacional e integrar esses espaços por meio do direcionamento de capitais e da atração de mão de obra. Era portanto, sob a retórica de “ocupar vazios”, que se dominava privadamente espaços que estavam efetivamente ocupados por indígenas e posseiros, implantando latifúndios, estes sim vazios e sem finalidade produtiva propriamente dita. Imensas porções de terra eram destinadas, neste processo de expansão territorial do capital, para empresários que realizassem investimentos agropecuários, agroindustriais e de mineração na região.

Para Moreno (2007), a colonização, dentro da expansão territorial da acumulação capitalista, foi “o grande agente da transformação regional mato-grossense” (MORENO, 2007, p. 179). Esses projetos de colonização, colocados como alternativa a alterações mais profundas na estrutura fundiária brasileira e empregados como mecanismo para a atração de mão de obra, contribuíram para conteúdos que configuraram características bem definidas nas porções do território mato-grossense. A região sul do território mato-grossense foi marcada principalmente por colonos sulistas trazidos por grupos de colonizadores, enquanto que conteúdos diferentes são encontrados a leste e nordeste – na região do Araguaia, uma das primeiras a ser ocupada pela lógica capitalista em Mato Grosso – e a oeste do estado, cuja dinâmica foi movida pela atuação de grandes grupos agropecuários, nacionais e internacionais (OLIVEIRA, 1997). Da mesma forma, também foram definidas regiões distintas no estado a partir dos eixos viários: enquanto a frente de colonização a partir década de 1970 na Cuiabá-Santarém passou a ser ocupada por empresários privados; no eixo da BR-364, no território que seria Rondônia, havia uma preponderância de projetos do INCRA destinados tanto a pequenos colonos quanto a médios e grandes fazendeiros (OLIVEIRA, 1997).

Longe de promoverem a efetiva ocupação do território amazônico, esses projetos tiveram a função de valorização do capital (SANTOS, 2015). Foram expressivos os ganhos improdutivos via renda da terra que surgiram no contexto de implantação de grandes projetos agropecuários executados por empresas de colonização públicas e particulares. Extremamente vantajosos diante dos incentivos fiscais, da exploração de recursos (como madeira), da

exploração da mão de obra e valorização da própria terra, muitos desses projetos previam a implantação de núcleos urbanos e a venda de lotes e que logo dariam origem a muitas das cidades do estado. A respeito desses núcleos urbanos, Santos (2015, p. 93) afirma que:

(...) o próprio empresariamento da produção desses espaços era em si mesmo parte das atividades lucrativas que atraíam o capital para essas áreas de colonização. Assim, é importante olhar para esses projetos como um conjunto de ações produtivas que têm em si mesmas uma finalidade lucrativa.

Neste mesmo sentido, sem democratizar o acesso à terra – como se apregoava nos discursos oficiais – Moreno (2007, p. 179) destaca que a colonização transformou-se em um rentável e lucrativo negócio:

(...) a territorialização dos projetos particulares no Estado obedeceu à lógica da especulação fundiária. Pela abundância de terras devolutas existentes no norte de Mato Grosso nas décadas de 1970 e 1980 e, sobretudo, pelas vantagens financeiras e facilidades de acesso à terra, oferecidas pelos “programas especiais de desenvolvimento regional” e pela política fundiária dos governos estadual e federal, os grandes grupos econômicos fizeram da colonização um grande negócio econômico.

Compreender a implantação dos projetos de colonização é crucial não somente para elucidar melhor a inserção do território amazônico no contexto da reprodução do capital, mas por muitas vezes ter alavancado o que se constituiria como núcleos urbanos, originando, posteriormente, muitas das cidades mato-grossenses. Foram poucos os projetos de colonização – pública ou particular – que alcançaram o que, no discurso, legitimou suas implantações (atração de mão de obra, investimentos na agricultura e pecuária...). Na medida em que, como afirma Santos (2015), a “urbanização expandida do território era um negócio em si mesmo” muitos desses projetos foram, de acordo com Oliveira (1997) e Moreno (2007) intencionalmente malsucedidos em relação aos objetivos formais propostos.

Como cidades originadas pelos projetos de colonização pública – também chamadas de colonização dirigida ou oficial (BECKER, 1982; SOUZA, 2006) – estabelecidas pelo governo federal, podemos citar Guarantã do Norte, Lucas do Rio Verde e Juína (OLIVEIRA, 1997). A colonização pública, empreendida pelo INCRA, ocorria com a distribuição de lotes de 100 hectares e organizava-se a partir do que se denominava de agrovilas, em intervalos de 10 km⁶¹.

⁶¹ Era de responsabilidade do INCRA, nos projetos de colonização oficial, planejar, coordenar e executar as atividades previstas para a implantação dos projetos. O órgão desenvolveu em Mato Grosso 59 projetos de

Com os projetos de colonização, Mato Grosso passa a servir como uma alternativa para amenizar os conflitos no campo de outras regiões do país, como Sul e Nordeste, gerados pela concentração e pelo parcelamento de terras (MARTINS, 1993; OLIVEIRA, 1997; BERNARDES, 2007a).

Já no escopo dos projetos de colonização particular, havia os projetos de colonização “empresarial” e os de “povoamento”. Os primeiros eram destinados aos projetos agropecuários, agroindustriais e de mineração, consistindo predominantemente no processo de legalização de terras devolutas ocupadas por grileiros. Já os segundos tinham como maior objetivo a atração de grandes empresas para a Amazônia. Desempenhando posição privilegiada no processo de ocupação do território amazônico, Mato Grosso concentra a maior parte dos projetos de colonização privada do país. Amplamente favorecidas no acesso à terra, tiveram atuação preponderante na dinâmica espacial mato-grossense a partir da década de 1980, sucedendo, em certa medida, os grandes projetos agropecuários da década anterior (OLIVEIRA, 1997).

Para Moreno (2007), as empresas de colonização empresarial e de povoamento em Mato Grosso tinham como especificidade considerar fortemente a terra como própria fonte de investimento face a uma acirrada especulação fundiária oriunda ao mesmo tempo da facilidade para a aquisição de grandes porções de terra (cedidas ou vendidas a preços ínfimos) e pela valorização gerada pela própria atuação do Estado por meio da implantação de infraestruturas e direcionamento de investimentos.

A colonização, ao mesmo tempo que era uma fonte de receita para o Estado, tinha como objetivo a regularização de terras, principalmente por meio da transferência de terras devolutas para o domínio particular por meio de atos que caracterizavam, segundo Moreno (2007) e Oliveira (1997) uma espécie de ‘grilagem legalizada’ (a favor dos grandes empresários e latifundiários). Dentre as cidades que foram gestadas a partir de projetos de colonização privada, como grandes projetos empresariais, destacam-se, dentre outras, Alta Floresta, Nova Mutum, Vera, Cláudia, Santa Carmem, Cotriguaçu, Sinop, Juruena, Colniza, Água Boa, Nova Xavantina, Canarana, Sorriso, Colíder (OLIVEIRA, 1997; GUIMARÃES NETO, 2000).

colonização oficial e de assentamento entre 1980 e 1992 (MORENO, 2007). De 1970 a 1980, foram executados em Mato Grosso nove projetos de Assentamento Rápido, em 270 mil hectares e atendendo 4524 famílias. Já nos quatro Projetos de Ação Conjunta, instituídos no início dos anos 1970 em uma área de 510 mil hectares e com capacidade para assentar 7.579 famílias, o INCRA era responsável pela infraestrutura e titulação dos lotes, enquanto a cooperativa assumia a administração e manutenção (WESZ JÚNIOR, 2014, p. 87). Os projetos de colonização pública apresentavam como obstáculos: desarticulação e problemas oriundos da atividade garimpeira ao norte; evasão de parcelas devido a doenças; dificuldade para obter crédito rural; falta de acesso a estradas e núcleos urbanos; e ausência ou morosidade na titulação das parcelas (MORENO, 2007).

Sem abrir mão do planejamento e controle do território na medida em que a aprovação e acompanhamento dos projetos eram empreendidos pelo INCRA, o Estado relegava alguns custos da colonização às empresas de colonização⁶², eximindo-se dos gastos iniciais vinculados ao assentamento dos colonos e demais encargos da realização dos projetos de colonização. Essas empresas, por sua vez, também exerciam um negócio extremamente rentável, mesmo com os eventuais dispêndios com estradas e infraestruturas.

Como elucidam Volochko (2015) e Bernardes (2007a), as regiões de Mato Grosso em que se realizaram colonizações privadas são consideradas como tendo tido mais êxito em relação àquelas cuja ocupação ocorreu pelas colonizações públicas. No entanto, desde o início já eram definidas as condições para quem deveria ter acesso à terra e aos diversos investimentos. Esses projetos, que condicionavam o acesso à terra a quem já tinha recursos, atraíam grupos mais capitalizados e que obtinham lotes maiores do que aqueles da colonização oficial.

Havia, neste contexto, um amplo processo de realização da renda fundiária e sua conversão em capital. Os projetos particulares de colonização permitiam ganho em dois momentos. Em um deles, a concessão de generosos incentivos fiscais, por si só, já tornava viável o investimento. No segundo momento, havia a aquisição de terras da União a custos irrisórios ou por meio de mecanismos de grilagem e revenda aos colonos a preços bem superiores. Posteriormente, realizava-se a venda de lotes ainda mais valorizados com a delimitação do núcleo urbano. A colonização privada era, portanto, vantagem tanto para o Estado (que se eximia de parcela dos gastos) quanto para os empreendedores (com a realização da renda fundiária convertida em capital). A responsabilidade atribuída pelo poder público às empresas de colonização no que tange ao planejamento e à execução das etapas do projeto de colonização colocava, desde aquele momento, um controle nas mãos dos donos das colonizadoras na dinâmica fundiária, nas atividades econômicas e na migração que se estabeleciam naqueles espaços.

Mato Grosso também foi o estado que mais concentrou projetos de colonização empresarial e de povoamento em Mato Grosso (OLIVEIRA, 1997, p.83)⁶³. Essa quantidade de projetos particulares é compreendida, segundo Moreno (2007), tanto pela sua transformação

⁶² As colonizadoras particulares tinham como incumbência a “abertura de estradas de acesso à área a ser colonizada, demarcação do perímetro da área e dos lotes individuais, construção de armazéns, escolas e postos de saúde, delimitação do perímetro urbano, com arruamento, demarcação dos lotes e quadras; assistência técnica e creditícia; manutenção de reservas florestais nos vértices dos espigões e nas nascentes” (MORENO, 2007, p. 173).

⁶³ Foram, segundo Moreno (2007) a partir de informações do INCRA, 14 projetos entre 1970 e 1992, envolvendo 10.185 famílias em 10.634km² nos projetos de colonização oficial (excluindo-se os de assentamento). Já na colonização particular foram 87 projetos entre 1970 e 1992, envolvendo 19.558 famílias em 32.463 km².

em fronteira e incorporação ao processo produtivo nacional quanto pela estrutura fundiária do país (que expropria trabalhadores que acabam migrando para outras regiões do país em busca do acesso à terra). Assim, o Estado, com os projetos de colonização, preparava as condições para a expansão da acumulação capitalista em Mato Grosso (inserido em um contexto mais amplo do Centro-Oeste e Norte brasileiro). Além dos subsídios e infraestruturas, havia uma ampla distribuição de terras aos grandes capitalistas, em um processo cuja consequência (e condição) primordial foi a concentração fundiária.

2.3.3. Mato Grosso e as políticas territoriais

Foi por meio de diversas políticas territoriais de ocupação que o regime militar brasileiro passa a patrocinar de forma mais intensa o acesso à terra na Amazônia Legal aos grandes grupos econômicos, nacionais e internacionais (OLIVEIRA, 1997). Antes da pesada concessão de incentivos fiscais, desempenharam papel significativo para alavancar a integração capitalista do território a construção da rodovia Belém-Brasília nos anos 1950 (pavimentada na década de 1970), da BR-364 (de São Paulo até o Acre, passando pela cidade de Cuiabá) e a implantação de Brasília no governo Kubitschek (1956-1961) (MARTINS, 2014; BECKER, 1982). Segundo Moreno (2007), a construção desta nova capital do Brasil impulsionou a valorização das terras em Mato Grosso na medida em que não apenas surgia como um símbolo de modernidade e de integração do país como também servia como ponto de convergência das rodovias que eram construídas nas regiões Norte e Centro-Oeste, estreitando a ligação com o Centro-Sul brasileiro e facilitando a ação de novos especuladores fundiários.

Muitos dos programas regionais que se delineavam nesse momento foram apoiados por órgãos do governo federal, como a SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia, implantada em 1966/1967) e a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, criada em 1967), ambas englobando Mato Grosso (MORENO, 2007; SILVA 2010).

Esse direcionamento de investimentos, visando a controlar a ocupação e a migração no território mato-grossense, inseria-se em um planejamento que beneficiou grandes empresas cujo desenvolvimento era feito com dramáticas consequências tanto sociais quanto

ambientais⁶⁴. Dentre os projetos de colonização⁶⁵ e de ocupação citados por Girardi (2015), Arruda (2007) e Oliveira (1997)⁶⁶, elencamos aqueles que foram responsáveis por grandes transformações espaciais em Mato Grosso.

Os programas especiais de desenvolvimento (o PIN, Programa de Integração Nacional, e os polos de desenvolvimento, como Proterra, Polamazônia, Polocentro, Polonoroeste) patrocinavam o acesso à terra na Amazônia pelos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, em um processo vigorosamente financiado pelas instituições financeiras internacionais (e disparando a dívida externa). Especificamente no caso de Primavera do Leste, merecem destaque os programas oficiais da SUDAM e do Polocentro.

Apesar da aparência nacionalista, esses projetos e planos corroboravam fortemente para a exploração e exportação dos recursos minerais do país por grandes grupos internacionais. Tratava-se de uma articulação entre grupos nacionais, Estado e estrangeiros que na prática entregava terras e recursos para estrangeiros. Por meio de projetos agropecuários e agrominerais, bem como de infraestruturas reforçavam-se os laços da aliança política e econômica, beneficiando grandes empresários e latifundiários e, desta vez, com o capital nacional articulado ao internacional.

Por meio desses programas, eram gastos vultosos recursos na construção de estradas, na ampliação da rede elétrica e de telecomunicações e no fornecimento de crédito para a sustentação dos projetos de colonização. O movimento de expansão da fronteira em Mato Grosso foi, nesse sentido, intensificado com a ampliação da malha viária do Centro-Oeste e Norte do Brasil, principalmente por meio da abertura das rodovias Transamazônica (BR-230,

⁶⁴ Em forte medida como consequência da ocupação que se iniciou neste período, restam menos de 40% da área inicialmente ocupada pelo Cerrado e há estimativas de que este domínio possa ser totalmente devastado até 2030. Vale destacar que o Cerrado também é considerado o “berço das águas do Brasil”, uma vez que alimenta três aquíferos subterrâneos – Guarani, Bambuí e Urucuiá – e seis das oito bacias hidrográficas brasileiras (INPE, 2002; Conservação Internacional, 2015. Disponível em: <<http://www.conservation.org/global/brasil/Pages/default.aspx>> e <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/cerrado/bioma/cobertura_vegetal/>. Acesso em: 17 maio 2016). Primavera do Leste é ainda uma das líderes no ranking das cidades mato-grossenses em desmatamento, com a destruição, até 2013, de 79,38% da vegetação original. (Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87:dados-municipais&catid=742:transparencia&Itemid=147>. Acesso em: jun. 2016>).

⁶⁵ Como destaca Guimarães Neto (2009), cabe uma crítica ao termo “colonização” e “colonizadoras”, uma vez que tende a passar uma imagem positiva do processo no qual as terras que foram tomadas por meio de práticas violentas para a expansão territorial da acumulação capitalista rumo ao Centro-Oeste e Norte do Brasil.

⁶⁶ Como programas setoriais, desenvolveram-se o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra, anunciado em julho de 1971), o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste, de dezembro de 1971), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia, de 1974), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro, instituído em 1975), o Prodecet (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado, implantado em 1979), o Polonoroeste (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, criado em 1981, sob coordenação da SUDECO e envolvendo principalmente o asfaltamento da BR 364, Cuiabá - Porto Velho).

sentido leste oeste, integrando Pará ao Amazonas, com recursos do PIN), BR-364 (Brasília/Cuiabá – Porto Velho/Rio Branco) e BR-163 (Cuiabá – Santarém, com recursos do PIN, direção sul-norte). No sudeste mato-grossense, merece destaque também a BR-070 (Brasília – Cáceres). Essas rodovias foram se constituindo, no decorrer dos anos, nos eixos de ocupação dos projetos de colonização, impulsionando a chegada de colonos, investidores, especuladores e madeireiros para o norte e noroeste do estado.

Concebido em 1970, o PIN (Programa de Integração Nacional) tinha o objetivo de integrar a Amazônia ao restante do território nacional. Ancorado em grandes empreendimentos econômicos e fomentado por estímulos governamentais (como incentivos fiscais e implantação de infraestruturas), tinha como principais metas financiar obras de infraestrutura nas regiões delimitadas como de atuação da SUDAM e da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Para Becker (1982), o PIN inseria-se no contexto da política de integração nacional na medida em que procurava amenizar tensões sociais e fundiárias no nordeste brasileiro, assegurando ao mesmo tempo a hegemonia do Estado no território amazônico (BECKER, 1982).

Neste contexto, com o objetivo de dar mobilidade à força de trabalho e ao capital, estava a Transamazônica (ligando o nordeste do país à rodovia Belém-Brasília à Amazônia ocidental) e a BR-163 (hoje conhecida como um dos principais eixos do “agronegócio” brasileiro, iniciada em 1971 e entregue oficialmente em 1976 com a meta de interligar Mato Grosso à Transamazônica e ao próprio porto de Santarém no rio Amazonas). Em ambas as rodovias houve uma reserva, dentro do escopo da segunda etapa do Programa por meio dos denominados “planos de colonização e reforma agrária”, de uma faixa de 10 quilômetros de cada lado com o objetivo de promover e implantar projetos de colonização. Essa colonização ao longo das rodovias instituída pelo INCRA estava bem longe de um projeto de reforma agrária – quando muito, os projetos de colonização alcançaram os objetivos iniciais em termos da atração de mão de obra e da produtividade das atividades agropecuárias (OLIVEIRA, 1997, BECKER 1982; MORENO 2007).

Em 1971, no governo do General Médici, a faixa de 10 km foi ampliada para 100 km (de cada lado das rodovias federais dentro do território amazônico abrangido pelo PIN). Por meio de um amplo projeto de abertura de rodovias e de domínio sobre essas terras devolutas antes sob controle dos estados, garantia-se, segundo Moreno (2007), que a União detivesse mais de 60% do território de Mato Grosso. Cabia ao INCRA discriminar e arrecadar as terras devolutas nessas faixas de 200km (ambos os lados das rodovias), além de promover a

distribuição ou titulação de terras por meio de programas fundiários de colonização oficial ou particular (MORENO, 2007, p. 156).

Havia, assim, um maior domínio da questão fundiária do estado por parte do governo federal. Esse controle das terras era crucial ao movimento de centralização do poder ocorrido na ditadura militar e que confiscava das oligarquias sua base de sustentação (a terra), abrindo espaço na Amazônia Legal ao grande capital e à acumulação dos grandes grupos econômicos (MARTINS, 1984). Foi com PIN que se iniciou, no governo do general Médici, uma campanha permeada de um falso nacionalismo que pregava que era preciso "integrar a Amazônia para não entregá-la aos estrangeiros". Entretanto, como vimos, eram interesses apenas aparentemente opostos entre o capital nacional e o estrangeiro. O que ocorria era exatamente o contrário: a participação crescente de empresas estrangeiras nos projetos agropecuários.

A SUDAM, por sua vez, constituiu-se em um dos principais alicerces da atuação do Estado na inserção do espaço amazônico e mato-grossense à dinâmica territorial da acumulação capitalista. Consubstanciando as políticas territoriais, coordenava e executava projetos relacionados a políticas de incentivos fiscais e creditícios, à disponibilização de terras e à implantação de infraestruturas (principalmente de estradas). Com essas medidas, grandes empresas do Centro-Sul, como no grupo da Primavera d'Oeste, tiveram seus investimentos direcionados para a Amazônia Legal. Esta Superintendência favoreceu grandes projetos: entre 1966 e 1976 houve financiamento de 194 projetos de desenvolvimento econômico em Mato Grosso, dos quais 94,12% foram executados em propriedades acima de 10 mil hectares (WEZS JUNIOR, 2014).

A política de incentivos fiscais que surgia neste momento de intensificação da ocupação da Amazônia e sua incorporação ao espaço capitalista previa a criação do FIDAM (Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia) e uma rearticulação e reestruturação do BASA (Banco da Amazônia S.A.). Os recursos da SUDAM e FIDAM eram depositados no BASA, que recebia e gerenciava os recursos das arrecadações e deduções tributárias.

Também foram concedidas reduções do imposto de renda para empresas que investissem na Amazônia Legal em projetos aprovados pela Superintendência (projetos agrícolas, pecuários e industriais), isenções tributárias para importação de máquinas e equipamentos necessários à execução de projetos de empreendimentos que se localizavam na área de atuação da SUDAM, bem como para a exportação de alguns produtos regionais (OLIVEIRA, 1997; BECKER 1982).

Como elucida Oliveira (1997), os projetos da SUDAM eram destinados principalmente à agropecuária (581 dos 947) e até o final da década de 1980 concentravam-se no Pará e em Mato

Grosso (principalmente na região do Araguaia). Além do grande número de projetos, Mato Grosso também contava com os projetos de maior extensão territorial: a média dos projetos era de 31,4 mil hectares (em relação a 7 mil ha. no estado de Amazonas e 16,3 mil ha. no Pará, por exemplo). Os incentivos generosamente fornecidos pela SUDAM constituem, portanto, uma das raízes da concentração fundiária mato-grossense (BECKER, 1982, OLIVEIRA, 1997).

Embora a pecuária fosse o maior objetivo dos projetos financiados pela SUDAM, com a meta de aumentar o rebanho bovino para 6,2 milhões de cabeças com a geração de 36.600 empregos, a relação de bovino por área ocupada não ultrapassou a média de 1,5 por hectare e a média de trabalhador por área ocupada era de apenas 1 para 250 hectares (OLIVEIRA, 1997). No final da década de 1980, somente 25% havia sido implantando dos projetos previstos (em sua maior parte também vinculados à agropecuária) (OLIVEIRA, 1997). Vale destacar que até 1984 os projetos que não cumprissem as normas previstas deveriam ser cancelados e os valores dos incentivos ressarcidos ao governo federal. Contudo, uma vez que havia o generoso desconto no imposto de renda às empresas que investissem em território amazônico e que os valores a serem devolvidos não passavam por correção monetária, a própria implantação de um projeto já estrategicamente fadado a não dar certo era um vantajoso negócio.

A SUDAM apresentava, portanto, projetos de baixa rentabilidade econômica vinculados a projetos agropecuários, empresas de extrativismo e de mineração, além de baixos níveis de emprego. Como destaca Oliveira (1997, p. 325), “a criação do boi nunca foi o objetivo principal dos projetos agropecuários, mas sim, o desvio do dinheiro do imposto de renda das empresas que se diziam aplicar os recursos incentivados na região amazônica”.

Assim, mesmo a pecuária (com relativa rentabilidade, baixos investimentos e salvaguardando uso improdutivo da terra) teve sua meta longe de ser alcançada, o que nada teve de acaso uma vez que o objetivo dos investimentos na Amazônia era a obtenção de incentivos fiscais, canalizados primordialmente para as empresas do Centro-Sul brasileiro. “Os empresários que ‘aplicaram’ nos projetos agropecuários ao contrário, não têm que se preocupar com a lucratividade da pecuária, pois o ‘lucro’ vem da não aplicação do dinheiro, e sua destinação a outras funções” (OLIVEIRA 1997 p. 302). É justamente por isso, segundo o autor (1997), que algumas empresas venderam seus projetos agropecuários na Amazônia, como a Primavera d’Oeste (ver figura 4, item 2.2: “Primavera do Leste e a cidade como negócio”) ou optaram por, face às grandes extensões de latifúndios improdutivos e da possibilidade de obtenção de renda da terra, desenvolver projetos de colonização, fragmentando e revendendo lotes a preços mais elevados para colonos, sobretudo, do Sul brasileiro.

Ainda dentro do escopo das políticas territoriais que corroboraram à reprodução da fronteira merece breve destaque o Pro-Terra (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste) e o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) por terem influenciado diretamente na ocupação do sudeste mato-grossense.

O Pro-terra, instituído em 1971, tinha como objetivo declarado incentivar a implantação de projetos de colonização e fomentar a expansão da chamada “fronteira agrícola” por meio da venda de terras para pequenos e médios produtores que já residiam nesses espaços, supostamente criando melhores condições de emprego e maior oferta de mão de obra. No entanto, seguindo a mesma linha da SUDAM, garantiu que grandes empresários por meio de empreendimentos agropecuários tivessem acesso a amplas extensões de terra com juros subsidiados. Entre 1970 e 1975, estabelecimentos com mais de mil hectares receberam 71% das terras (MARTINS, 1984), evidenciando um claro benefício aos latifundiários.

Do mesmo modo, o Polocentro, instaurado em 1975, viabilizava o avanço do capital no Centro-Oeste brasileiro (principalmente nas áreas de Cerrado de Goiás e de Mato Grosso) e em parte do Nordeste. As ações do programa envolviam apoio ao crédito rural, aos incentivos fiscais e à infraestrutura (armazenamento, rodovias, estradas rurais, rede elétrica, e assistência técnica, preocupando-se ainda com pesquisas de sementes com objetivo de promover o plantio de soja no Cerrado) (OLIVEIRA, 1997; SILVA, 2010).

O programa vigorou de 1975 a 1980 e também foi destinado a grandes e médias propriedades: somente 10% das linhas de crédito destinaram-se aos estabelecimentos cuja área era inferior a 200 hectares (WEZS, 2014, p. 86). Sobre o Polocentro, Martins (1993) afirma que houve um “privilegiamento da ‘empresarialização’”, explicitado nas declarações e objetivos de “promover o desenvolvimento e modernização das atividades agrícolas na região Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrado e seu aproveitamento em escala empresarial” (MARTINS, 1993, p. 139).

2.4. Conteúdos de uma modernização conservadora

Como elementos essenciais à reprodução da fronteira, destacamos, além do papel do Estado e dos investimentos de empresários do Centro-Sul brasileiro, mecanismos de acumulação primitiva vinculados a uma modernização conservadora e aos mais diversos arcaísmos. O avanço da fronteira pela “produção estendida do urbano”, como expõe Santos (2015) e detalhamos a partir da “invenção” de Primavera do Leste e sua implantação como rentável negócio, apenas se

realiza por meio de uma expansão da acumulação capitalista movida por contradições e mecanismos de produção de capital e ligados a uma sorte de acumulação primitiva.

Os conteúdos rentistas da expansão da acumulação rumo ao Centro-Oeste e Norte do Brasil, com a dominação da propriedade privada da terra somada a momentos propriamente não capitalistas, corroboraram para a chamada “modernização conservadora”. A reprodução da fronteira foi, neste contexto, realizada com fundamentos supostamente modernos, mas movidos pela persistência do passado no que tange à terra e ao poder, particularidade da sociedade brasileira, como bem pormenoriza Martins em diversas de suas obras (2010;2011; 2014). Há, segundo Martins (2011, p. 15), um:

(...) passado que se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno, que faz da sociedade brasileira uma sociedade em que essa peculiaridade pesa decisivamente (...) mais do que à primeira vista se vê, em nosso destino e em nossos impasses sociais e políticos.

Intensificada a partir da década de 1970, a “modernização conservadora”, a nosso ver, vai além da simples contradição entre práticas consideradas modernas instituídas na produção agrícola (correção do solo e plantio de determinados tipos de sementes geneticamente modificadas) sem alterações na estrutura fundiária, cada vez mais concentrada. Assim, a ampliação da produtividade e transformações nas bases técnicas da produção (com a introdução um pesado processo de mecanização com uso de máquinas e equipamentos agrícolas, difusão dos insumos agrícolas e posterior articulação entre os setores de produção, beneficiamento e comercialização das commodities)⁶⁷ por si só não bastam para explicar o que entendemos como conteúdos dessa modernização.

Ela é estrutural à questão agrária brasileira, sendo preciso problematizar os fundamentos e contradições da expansão do latifúndio improdutivo, elucidando o processo expropriatório que lhe é inerente. Compreender a modernização conservadora implica, nesta perspectiva, considerá-la como uma das faces do, conforme Oliveira (1997, 2016), desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo brasileiro. A nosso ver, portanto, e seguindo concepção de Oliveira (2007), não deve ser entendida como uma “onda” de modernização sendo

⁶⁷ A venda associada de sementes e de agrotóxicos, por meio de “pacotes tecnológicos”, iniciou-se nos EUA no pós-Segunda Guerra (em um processo conhecido como Revolução Verde) e tinha como objetivo, no discurso, por meio de melhorias das técnicas agrícolas, ampliar a produção de alimentos e diminuir a fome mundial. Essas tecnologias substituíam as técnicas existentes no campo, consideradas como obsoletas e beneficiaram grandes conglomerados de fornecimento de insumos e maquinário, apresentando profundas consequências sociais e ambientais.

introduzida em um campo vazio e atrasado: trata-se de um processo movido por contradições, com continuidades e descontinuidades.

Como expõem Oliveira (1997; 2007) e Martins (2011) em diversas de suas obras, apreender esse movimento significa considerar que ele supõe, de um lado, uma modernização de sua base produtiva e sua reprodução ampliada com o estabelecimento de relações de produção especificamente capitalistas. E, de outro lado, também exige, contraditória e necessariamente, relações sociais não capitalistas.

Na modernização conservadora brasileira, como destaca Oliveira (2007), os latifúndios, longe de serem entraves para o capital, permitem reproduzi-lo fora do circuito produtivo por meio da especulação. Esta é uma singularidade do modo de produção capitalista no Brasil: ao contrário de outros países em que a terra é “reconhecida como entrave à circulação e à reprodução do capital, no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma Reforma Agrária, mas por incentivos fiscais” (MARTINS, 1994, p. 80). Assim, a propriedade fundiária não é um entrave à expansão das relações capitalistas de produção, mas o “centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno deu a esse sistema político uma força renovada (...)” (MARTINS, 1994, p. 13), em um processo no qual se unem a racionalidade do capital com a irracionalidade da propriedade.

É no contexto dessa “modernização conservadora” que podemos melhor iluminar algumas das contradições vinculadas à reprodução da fronteira mato-grossense, caracterizada pela concentração fundiária e por mecanismos vinculados propriamente à produção de capital. Embora o avanço da acumulação capitalista rumo ao Centro-Oeste e Norte brasileiro aponte para a expansão das grandes propriedades e das relações de trabalho assalariado no campo, também ocorre em proporções menores a permanência de terras ocupadas com relações de trabalho não capitalistas. Há, como afirmam Martins (2014), Becker (1982) e Santos (2015), uma espécie de “acumulação primitiva”, uma vez que relações não capitalistas são cruciais à produção e reprodução da acumulação capitalista: essa produção de capital propriamente dita está em práticas – que exporemos brevemente nos próximos itens e ainda hoje presentes – como como a escravidão por dívida, a grilagem de terras e reduções substanciais dos investimentos via subsídios fiscais (e inúmeras facilidades fornecidas pelo Estado) para as empresas que se instalassem e investissem na Amazônia.

Neste sentido, ao mesmo tempo que o capitalismo supõe sua reprodução ampliada também engendra em seu movimento relações sociais não capitalistas. Como salienta Martins (2014, p. 161) o “confisco de tempo de trabalho mediante a ampliação da margem de trabalho

não pago” e confisco de bens, como a própria terra – em processo que ocorre por meio da grilagem ou ainda relacionados à extração de madeira pelo desmatamento e de minerais por meio da ação de grandes empresas ou do garimpo – são mecanismos de acumulação primitiva que ocorrem em determinados momentos da reprodução ampliada do capital. Esse movimento se realiza na medida em o “capital tanto remove ou dissolve as relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada quanto incorpora a ela aquelas persistentes relações que, ainda que temporariamente, não podem ser substituídas” (MARTINS, 2014, p. 79). O capitalismo recria, dessa forma, essas relações, mas como momento da reprodução ampliada do capital.

(...) o caso brasileiro recente mostra que a **expansão territorial do capital** e sua extensão às atividades agropecuárias não se dão exclusivamente nem predominantemente como resultado de reaplicação de capital num setor econômico novo. Ao contrário, elas se apoiam em incentivos fiscais e subsídios governamentais de um lado, e no uso não capitalista da mão-de-obra necessária à fundação propriamente dita do novo empreendimento. Ou seja, **a reprodução ampliada do capital, nesses casos, inclui a produção não capitalista de capital** (MARTINS, 2014, p. 83. Grifos do autor).

A lógica capitalista de dominação privada da terra não realiza, portanto, em todos os momentos, mecanismos ligados à reprodução propriamente dita de capital, havendo dinâmicas não capitalistas atreladas a processos propriamente da reprodução capitalista e a espaços nos quais a reprodução do capital inclui mediações formais, como a escravidão por dívida, que são diversas de suas outras manifestações formais, como o trabalho livre. Assim, embora o resultado seja capitalista, o modo de obtê-lo abrange mecanismos e procedimentos não capitalistas e próprios da acumulação primitiva (MARTINS, 2014).

Essas mediações geradas no bojo do processo de reprodução ampliada do capital são produzidas onde e quando o capital não encontra condições sociais e econômicas para que assuma em todos os momentos a forma propriamente capitalista. Elas ocorrem no momento da fronteira denominado por Martins de frente de expansão⁶⁸, nas quais a distância dos mercados e a precariedade das vias e meios de comunicação tendem a comprometer a taxa de lucro de alguns investidores. Todavia, mesmo preenchidas de mediações não capitalistas, estão inseridas

⁶⁸ São nas frentes de expansão que surgem com mais frequência relações não capitalistas, enquanto a frente pioneira, “necessariamente expropriatória”, tende, por sua vez, a se configurar com formas propriamente capitalistas (MARTINS 1980, p. 75). Se a primeira é ocupada e dinamizada sobretudo pelos posseiros, na segunda há a ação hegemônica dos empresários do Centro-Sul e grandes grupos econômicos nacionais ou estrangeiros, com a dominação privada da terra (MARTINS, 2014; OLIVEIRA, 1997).

no processo de reprodução capitalista do capital (MARTINS 2014). Em passagem bastante elucidativa, Martins (2014, p. 84) assevera que:

A fundação de fazendas (ou de indústrias) na Amazônia era o meio de obter os recursos dos incentivos fiscais. Mas isso dependia de mecanismos atrasados e arcaicos de exploração do trabalho e acumulação de capital, como a peonagem e a expropriação violenta dos ocupantes originais da terra, os índios e posseiros. **A expansão territorial do capital não podia depender do capital propriamente dito, atraído para setores mais lucrativos, restabelecendo-se mecanismos e processos de acumulação primitiva.** A ocupação da fronteira se inseria marginalmente no processo de reprodução ampliada do capital. A expansão territorial do capital revelou-se, assim, uma forma diversa e peculiar de reprodução ampliada. O objetivo da expansão territorial não era a produção pecuária, mas a produção de fazendas (grifos do autor).

A modernização conservadora se refere, assim, não somente à dominação privada da terra e de recursos naturais, mas ao modo como esse processo ocorreu, em uma reprodução ampliada do capital necessariamente imbricada a processos de uma acumulação primitiva do capital no Brasil. Neste sentido, a fronteira é, ao mesmo tempo, uma das faces da reprodução ampliada do capital por meio da sua expansão territorial realizada pela conversão da terra em mercadoria (em renda capitalizada), e dinamizada por temporalidades e ritmos desencontrados do capital, isto é, pela persistência e recriação de mecanismos não capitalistas de reprodução do capital (MARTINS, 2014).

2.4.1. As relações de trabalho análogas à escravidão

Como vimos, a modernização conservadora tem como conteúdos contradições inerentes ao próprio processo de reprodução do capital. Para Martins (2014), uma das mediações não capitalistas e que se trata de um processo de acumulação primitiva atrelado à reprodução ampliada do capital é a exploração do trabalho expressa na peonagem, também denominada de escravidão por dívida. Nela, os trabalhadores são submetidos a uma situação de superexploração e, sem conseguir reproduzir a própria força de trabalho, desempenham atividades inseridas, mesmo que marginalmente, em processos modernos e propriamente capitalistas (reprodução ampliada do capital), contando com grande investimento de capital (MARTINS, 2014). Essas formas de exploração do trabalho estão ainda hoje presentes tanto no interior das fazendas quanto em serviços prestados na cidade, envolvendo trabalhadores braçais e práticas de superexploração.

De acordo com Oliveira (1997), as relações análogas à escravidão ou peonagem é uma relação de trabalho frequentemente encontrada na fronteira e nas agropecuárias, sobretudo no trabalho de derrubada da mata. Trata-se de relações de trabalho permeadas pela violência, na qual há papel fundamental do “gato”, um dos agentes sociais responsáveis por submeter os peões a condições insalubres de vida e de trabalho. Na medida em que o transporte até o local de trabalho, a hospedagem nas pensões e moradia e alimentação são cobrados a preços exorbitantes e descontados diretamente de seu salário, muitos dos peões, arregimentados pelos “gatos”, acabam imersos em uma relação de dívida com as empresas. Esse processo no qual o trabalhador fica “preso” ao seu trabalho devido às dívidas forçosamente contraídas é também chamado de escravidão por dívida, tendo sido amplamente debatido nas obras de José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

A necessidade de relações de produção do capital na expansão da fronteira foi salientada por um considerado “pioneiro” e atualmente grande empresário de Primavera do Leste, em uma descrição na qual se evidencia relações sociais não capitalistas se reproduzindo juntamente com relações de produção propriamente capitalistas.

Se tivesse que abrir Mato Grosso hoje com as leis trabalhistas que tem, não abriria mais nada... porque na época que nós chegamos aqui: pessoal pobre, precisa de trabalho, a gente contratava o tal de “gato”, que falavam, não é? E ele que levava dez, quinze pessoas... era por conta dele, né? Você acertava só com ele... Acampava na beira do rio, debaixo de uma lona preta e fazia umas estivas de pau para dormir em cima... Vai fazer isso hoje para você ver ... (...) depois eles catavam [o que sobrava do Cerrado], não é? Faziam o monte, queimavam...(...). Mas, não era empregado do fazendeiro, era empregado do “gato”. Mas, nem tinha carteira naquela época, ninguém tirava carteira nada... O pessoal queria trabalhar, pelo menos eles arrumaram serviço e comiam bem e tudo, né?

Esse aliciamento por meio de “gatos” e denúncias de condições de trabalho ainda hoje análogas à escravidão continuam ocorrendo até hoje não somente em Primavera do Leste, mas em vários lugares do Brasil. Como destaca Cerutti (2004), a figura do “gato” ainda existe nessas cidades dinamizadas pela agricultura capitalista, com formas de recrutamento e agenciamento de trabalhadores muito similares àquelas praticadas nas décadas de 1970 e 1980. Se naquele momento, os “gatos” buscavam trabalhadores para derrubar o Cerrado, abrindo fazendas, atualmente desempenham funções como a “cata das raízes”, limpeza de terreno no cultivo do algodão e demais atividades temporárias. Gastos com alimentação, transporte e hospedagem são descontados diretamente do pagamento do trabalhador. Esse “abono” se transforma em uma dívida assumida pelo trabalhador desde o momento do recrutamento, acarretando nas mais

diversas formas de exploração e, com frequência, em casos de escravidão por dívida (CERUTTI, 2004; OLIVEIRA, 1997).

Embora os “gatos” continuem existindo, parte de suas tarefas são reatualizadas por empresas terceirizadas, como é o caso, desde o final da década de 1990, do recrutamento de trabalhadores para Primavera do Leste exercido pela empresa Rurícola Agenciamento de Mão de Obra Rural Ltda. (CERUTTI, 2014). Segundo o autor, essa empresa sediada em Colombo, Paraná, é composta por filiais de uma rede de empresas que arregimentam mão de obra rural. A unidade de Primavera do Leste tem a função de contratar trabalhadores e levá-los para desempenhar atividades temporárias nas fazendas. A empresa é acionada por um fazendeiro e entra em contato com um “gato”. Ele divulga a necessidade de trabalhadores, os quais são, por sua vez, levados em ônibus precários ao local de trabalho.

A empresa de terceirização, segundo Cerutti (2004), faz um contrato temporário com o proprietário da fazenda e um outro contrato com os trabalhadores, configurando uma situação utilizada pelos fazendeiros para burlar e escapar das leis trabalhistas. Segundo o autor (2004, p. 45), “essas firmas criam o efeito legal à contratação de quem executa as tarefas temporárias. Condições de que os ‘gatos’ não dispõem. A ‘terceirização’, portanto, se apresenta como uma nova forma de legalizar o ilegal. Outra maneira de confundir e legalizar práticas de exploração”.

A contratação de empresas que terceirizam mão de obra ou a utilização dos serviços dos “gatos” para atrair mão de obra sob o regime de empreita – estabelecendo intermediários entre a contratação e o pagamento dos empregados e a execução do trabalho nas fazendas – representam uma redução de custos com a mão de obra para os proprietários das fazendas, os quais, por meio desse tipo de prática, veem-se eximidos do pagamento de obrigações trabalhistas ou dos custos oriundos de acidentes de trabalho. Há, ainda como expõe Cerutti (2014), uma articulação entre diversos agentes que contribuem para capturar o tempo ou a força de trabalho desses trabalhadores que desempenham atividades temporárias. Dentre eles, pode-se citar, além dos “gatos”, os donos de pensões, os responsáveis pelo transporte e os donos de fazendas.

Uma das dívidas contraídas pelos trabalhadores neste processo ocorre para pagar hospedagens nas pensões, as quais, como também elucidam Martins (2014) e Oliveira (1997; 2016), desempenham papel chave na rede de relações que acabam por impor ao trabalhador situações análogas à escravidão. Em Primavera, há uma pensão em funcionamento no Pq. Eldorado desde a década de 1980 (**figuras 12 a 14**), cuja principal função é, segundo Cerutti (2004), hospedar trabalhadores que estão sem condições financeiras para morarem em outro local. As negociações são realizadas diretamente com um “gato”, de modo que quanto maior o

tempo de hospedagem, maior a dívida contraída pelo trabalhador (CERUTTI, 2004). Em 2017, ainda havia relatos de que alguns períodos nesta pensão eram custeados pelos próprios fazendeiros locais, em negócio realizado diretamente com o dono da pensão, em uma relação na qual se evidencia que os trabalhadores são, de alguma forma, obrigados a pagar este tempo de hospedagem posteriormente⁶⁹.

Figura 12. Pensão em Primavera do Leste, 2004

Foto exposta em Cerutti (2004). Segundo a descrição da foto, quartos mal comportavam uma cama de cimento sem colchão.

⁶⁹ A pensão ainda está em funcionamento, sendo conhecida como um local perigoso na cidade e onde, com frequência, há tráfico de drogas. Quando a “hospedagem” não é paga pelo fazendeiro, cobra-se cerca de 20 reais a noite, abrigando não somente os trabalhadores nas fazendas da região mas também desempregados (e aqueles que nem nesta rede de contratação precária conseguem se incluir). Por um lado, a pensão é atualmente conhecida por casos de prostituição e de criminalidade (incluindo quatro casos de homicídio em um ano) e por ser, segundo fala de um morador de Primavera do Leste, uma “prisão do Panamá”. Por outro, os trabalhadores sentem-se, segundo fala de um deles, como “leprosos” por quem visita o local – em referência ao preconceito e ao isolamento que sentem na cidade. O contato com as pessoas que estavam atualmente na pensão foi bastante delicado, sendo na maior parte das vezes marcado pelo silêncio, possivelmente indicando receio ou medo de represálias. Também aponta para a consciência da situação de precariedade a que estão submetidos. Descortina, ainda, possibilidades para pesquisas que se debrucem com mais atenção a essa temática, incluindo as relações de sociabilidade nesses locais.

Figura 13. Fachada de mesma pensão em Primavera do Leste, 2018

As duas portas com grades de ferro e o muro, da mesma forma que as janelas cobertas, ao mesmo tempo que podem configurar possivelmente maior privacidade a seus moradores também contribuem para ocultar a precária condição das casas e em que vivem seus moradores. Fotos da autora. 12 jun. 2017.

Figura 14. Fachada de mesma pensão em Primavera do Leste, 2018

Diversos processos trabalhistas relacionados à superexploração e a escravidão por dívida envolvem tanto a empresa Rurícola quanto esta pensão (e, possivelmente, outras na cidade). Um deles envolve um trabalhador que foi contratado para receber 18 reais por limpeza de cada hectare e que foi abandonado sem dinheiro e alimento em alojamento de condições precárias, tendo sido iludido por um “gato” e trabalhando dez horas aos dias de semana, sete horas aos sábados e onze horas aos domingos. Outras situações envolvem pedidos de indenização por danos morais, assédio moral e para o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação à empresa Rurícola⁷⁰. Da mesma forma, são vários os processos trabalhistas envolvendo fazendas da região e que evidenciam práticas de superexploração do trabalho empreendidas em Primavera do Leste.

Os investimentos da fronteira continuam, como vimos, como negócios rentáveis abrangendo relações ligadas a mecanismos de acumulação primitiva e atualmente permanecem vinculados a inúmeras situações análogas à escravidão ou, no mínimo, submetendo grande parte dos trabalhadores a jornadas precárias e extenuantes de trabalho. Foram frequentes, em nossas

⁷⁰Informações disponíveis em <<http://www.sedep.com.br/imprimir/?pagina=noticias&id=36808>>; <<https://www.arquivojudicial.com/processo/cH5D8s9Ds>>; <<http://employer.com.br/conquistas-juridicas/stj-autoriza-temporario-rural-na-forma-do-enunciado-331-do-tst>>. Acesso em: set. 2017.

entrevistas, relatos de descumprimento à legislação trabalhista, inclusive com dois casos de mulheres que trabalhavam limpando armazéns próximos à BR-070 em troca de comida para os filhos. Uma delas limpa a cozinha de uma chácara próxima em troca de suco e pão para seus filhos no café da manhã. No caso da outra mulher, que recebe “lanche” para os filhos e o equivalente a aproximadamente três reais por hora por atividades de limpeza exercidas em um armazém, o trabalho aparece como “bondade da patroa”. Segundo essa moradora em relação ao trabalho: “não é um trabalho ‘trabalho’, ela disse que está fazendo isso mais para me ajudar mesmo. Ela é uma pessoa boa”.

Nas fazendas, a jornada por “empreitada”, segundo relato de dois homens que “fazem de tudo: carregar, limpar mato, o que mandam” também parece dar margem para pagamentos menores do que o devido. Uma cozinheira e uma auxiliar de limpeza, que moravam nas fazendas, também foram demitidas, mesmo após mais de um ano de trabalho, sem os direitos trabalhistas. Esta última trabalhou por mais de um ano sem receber. Segundo ela: “eu tinha comida, cama, onde dormir... mas, queria o meu dinheiro, né?”. Em todos os casos, há receio de reclamar o salário ou ajuizar algum processo trabalhista e se prejudicar em futuros trabalhos na região ou ainda de que familiares ou conhecidos que ainda trabalham no mesmo local sofram possíveis represálias.

São constantes as denúncias de trabalhos análogos à escravidão envolvendo empresas que atuam em Primavera do Leste e em Mato Grosso. Em 2005, a fazenda Pinesso Agropastorial, do grupo Pinesso⁷¹, aparecia na lista suja de trabalho escravo em pesquisa realizada pela ONG Repórter Brasil, a pedido da Organização Internacional do Trabalho e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos⁷². Por sua vez, em 2010, o grupo El Tejar⁷³ também foi acusado pelo Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso de submeter trabalhadores a jornadas exaustivas de trabalho e a condições de trabalho análogas à escravidão, em denúncia que se soma a diversas outras vinculadas a aquisições ilegais de terras (PACHECO, 2015; OLIVEIRA, 2016). Da mesma forma que o grupo Pinesso e El Tejar, o Grupo Bom Futuro⁷⁴

⁷¹ O grupo Pinesso detém 12 fazendas em 117 mil hectares próprios em Mato Grosso do Sul, Piauí e, sobretudo, em Mato Grosso (região da BR-163 e no sudeste). Também revende máquinas e implementos. Desde 2010, por meio de uma subsidiária, atua plantando commodities, principalmente milho, no Sudão, Moçambique, Etiópia e República Democrática do Congo (WESZ, 2014; OLIVEIRA, 2016).

⁷² Disponível em: < <http://reporterbrasil.org.br/2005/04/os-compadres-da-casa-grande/>>. Acesso em: set. 2018.

⁷³ De origem argentina, sede administrativa em São Paulo e escritório em Primavera do Leste, o grupo El Tejar é proprietário de sete fazendas distribuídas nas cinco cidades mato-grossenses de Primavera do Leste, Itiquira, Diamantino, Santo Antônio do Leste e Ipiranga do Norte. Investiu 264 milhões de dólares em terras entre 2007 e 2009, tendo no ano de 2016 sob seu controle 76,84 mil hectares em território brasileiro, 45,1 mil próprios e 31,74 em parceria (ONDEI, 2015; OLIVEIRA, 2016). Segundo Pacheco (2015) e citando dados extraoficiais, esse número alcança 300 mil hectares de lavouras em municípios como Santo Antônio do Leste, Campo Verde, Lucas do Rio Verde, com negócios que movimentam anualmente mais de 500 milhões de reais.

⁷⁴ O Grupo Bom futuro é comandado por Eraí Maggi Scheffer, primo de Blairo Maggi, do Grupo Amaggi. Eraí e mais cinco irmãos moravam no oeste paranaense e possuíam 65 hectares. Já na safra de 2013/2014, eram responsáveis pelo cultivo de 560 mil hectares (somando a área plantada na safra e na safrinha), distribuídos em 127 fazendas (WESZ, 2014). Em

também foi acusado pelo Ministério do Trabalho de práticas análogas à escravidão, estando também envolvido em 2014 em um escândalo ligado à sonegação de impostos (OLIVEIRA, 2016). Evidenciando que a situação desses trabalhadores abrange aspectos da questão agrária que englobam a cidade e o urbano, esta breve exposição a respeito das situações análogas a escravidão em Primavera e em Mato Grosso aponta para o quão arraigados estão esses mecanismos de produção de capital, próprios ao capitalismo rentista brasileiro, no processo de urbanização dessas “cidades do agronegócio”. As relações de exploração do trabalho nessas fazendas não se limitam somente ao campo, na medida em que muitos desses trabalhadores buscam na cidade possibilidades de sobrevivência. Da mesma forma, também é na cidade que está uma entrelaçada rede de infraestruturas e serviços que favorecem esse tipo de prática (as pensões, as empresas de ônibus, o aliciamento dos “gatos”...).

2.4.2. Os incentivos fiscais

Com os incentivos fiscais fornecidos generosamente neste processo de avanço da fronteira principalmente a partir da década de 1970, desenvolvia-se uma opção política, segundo Martins (2014), na medida em que, desse modo, o regime militar assegurava os interesses econômicos e políticos das oligarquias fundiárias, as quais historicamente controlaram o poder regional no Centro-Oeste e Norte brasileiro.

Os incentivos fiscais, que impulsionavam e patrocinavam o estabelecimento de grandes grupos empresariais na Amazônia Legal, eram considerados, para Martins (2014, p. 75), efetivamente como doações diante das amplas vantagens aos empresários (e não como simples empréstimos, reduções de impostos ou subsídios governamentais). Havia a possibilidade de desconto de 50% do imposto de renda às empresas que desenvolvessem desde que o dinheiro fosse depositado no Banco da Amazônia e passasse a constituir 75% do capital de uma nova empresa agropecuária ou industrial implantada nessa mesma região. Os empresários precisavam, portanto, desembolsar somente 25% para o desenvolvimento desses projetos. Particularmente nos projetos aprovados pela SUDAM (projetos agrícolas, pecuários e industriais), também eram previstos descontos no imposto de renda em até 100% para empreendimentos instalados até 1974 (ou até 50% do imposto devido por 10 anos) (MARTINS, 2014).

2014, segundo dados do Valor Econômico, citados por Oliveira (2016), eram 264 mil hectares de soja plantada na safra 2014/2015 e 100 mil cabeças de gado. O grupo também atua como *trading* com a comercialização de grãos e insumos, na piscicultura, geração e comercialização de energia elétrica e produção de sementes de soja.

Mato Grosso foi o segundo estado que mais recebeu incentivos fiscais da SUDAM (MORENO, 2007; OLIVEIRA, 1997). O governo garantia, com os incentivos fiscais (somados aos mais diversos subsídios por meio dos projetos e programas territoriais), a rentabilidade dos novos investimentos de grandes empresas, uma vez que, segundo Martins (2014, p. 75):

(...) em princípio, os grandes empresários dos bancos, da indústria e do comércio não tinham até então manifestado interesse por estender a ação de seus capitais à agropecuária. Não só devido a características tradicionais da agricultura brasileira, em que a lucratividade maior sempre esteve no comércio dos produtos agrícolas, e não na sua produção. Mas também devido ao clássico bloqueio representado pela propriedade da terra e, portanto, pelo seu preço, a renda fundiária, à expansão do capital na agricultura. Pois, sabemos, o preço da terra representa uma dedução do capital propriamente dito, diminuindo a quantia disponível para o investimento produtivo, o investimento propriamente capitalista.

Graças ao Estado, essas oligarquias não ficaram privadas da renda da terra e o custo da ocupação capitalista da Amazônia foi socializado para toda a sociedade: não apenas devido aos incentivos fiscais, mas pela opção por uma expansão baseada na concentração fundiária e no latifúndio (MARTINS 2014). Essa opção política tem profundas implicações na questão agrária e na sociedade brasileira como um todo. Deve-se levar em conta para elucidar melhor essa atuação em relação ao favorecimento das oligarquias e grandes empresas que “a classe dos proprietários de terra e as oligarquias tradicionais de base fundiária foram uma importante base social de sustentação do Golpe de Estado e do regime militar” (MARTINS 2014 p. 76). Ainda segundo o autor (2014, p. 153), essa política de incentivos fiscais da ditadura ao “subsidiar a formação do capital das empresas amazônicas, dando-lhes assim uma compensação pela imobilização improdutiva de capital na aquisição de terras para abertura das fazendas (onde era esse o caso), promoveu a aliança entre os grandes proprietários de terra e o grande capital”.

A dominação e monopolização da terra contou com forte papel do Estado tanto na adoção de uma política fundiária favorável aos empresários e latifundiários (por meio das mais diversas facilidades para obter propriedades, inclusive marcadas pela corrupção e grilagem) quanto por uma ampla concessão de incentivos fiscais. Os empresários tinham, desse modo e como se destacou no caso da empresa Primavera d’Oeste, seus investimentos garantidos na reprodução da fronteira a um custo extremamente baixo, cuja rentabilidade era ainda maior se considerarmos a extensão das propriedades adquiridas e a significativo aumento do preço da terras.

Desta forma, os inúmeros incentivos estatais empreendidos por meio de implantação de infraestruturas, concessão de generosos incentivos fiscais e realização dos planos de colonização reforçando a mobilização do excedente de capital em benefício de empresários e

latifundiários ao mesmo tempo que reproduziram os capitais de uma acumulação propriamente capitalista e urbano-industrial também foram responsáveis pela produção de capital no que se refere aos grandes benefícios obtidos pelas empresas e que tornavam irrisórios, ou ao mesmo bastante rentáveis, os custos dos investimentos na fronteira.

2.4.3.A grilagem de terras e a concentração fundiária em Mato Grosso

Como já afirmamos e como destacaram inúmeros autores – dentre eles Volochko (2015), Moreno (2007) e Oliveira (1991) – a dominação de terras no Centro-Oeste brasileiro ocorreu muitas vezes ilegalmente por meio de grilagem de terras da União, de forma com frequência fraudulenta e que resultavam na ocupação privada de terras muitas vezes já discriminadas pelo INCRA⁷⁵. A grilagem permite que seus supostos proprietários enriqueçam – seja negociando terras, seja simplesmente utilizando-as como reserva de valor ou ativo financeiro – sem qualquer tipo de gasto ou investimento anterior. Com frequência atrelada a incentivos fiscais, preços subvencionados da terra e demais custos (como insumos), a grilagem configura-se em um mecanismo de produção de capital cada vez mais imbricado a modernas e mundializadas negociações do mercado fundiário. Reforçam-se práticas arcaicas e o poder econômico e político de empresários, latifundiários e das oligarquias, que tiveram historicamente na terra um instrumento de acumulação de riquezas.

De acordo com Moreno (2007), a partir de análise dos dados censitários do IBGE, em apenas 10 anos, de 1975 a 1985 – e justamente no período de maior incentivo estatal à implantação de projetos agropecuários e de colonização na Amazônia Legal e concessões de inúmeras facilidades para o acesso à terra aos empresários e latifundiários – o número de estabelecimentos rurais saltou de 56.118 para 77.921. Da mesma forma, a área incorporada por esses estabelecimentos passou de 21,9 milhões de hectares para 37,8 milhões de hectares.

Houve, neste mesmo período, um aumento tanto absoluto quanto relativo dos estabelecimentos rurais e do tamanho das áreas entre 100 e 10.000 hectares. O uso improdutivo de grande parte das propriedades fica claro quando, de 1970 a 1995, foram incorporados pelos estabelecimentos rurais 54,96% da área territorial da área do estado, mas com o ínfimo aumento

⁷⁵ Segundo informações fornecidas por Oliveira (2006) em reportagem, cerca de 90% dos títulos de terra em Mato Grosso não poderiam ser comprovados por meio de uma investigação jurídica mais aprofundada. Um total de 22 milhões de hectares de terras deveriam voltar ao controle do Estado e aproximadamente três milhões ao INCRA. Essa extensão está, no entanto, sob domínio de supostos proprietários particulares (“Mato Grosso lidera ‘ranking’ da grilagem de terras; agronegócio é o culpado”. Disponível em: <http://www6.rel-uita.org/agricultura/ambiente/mato_grosso.htm>. Acesso em: jul. 2017).

da taxa de exploração agropecuária de 53,87% e 56,843% (MORENO, 2007). As extensões de terra destinadas, portanto, efetivamente à exploração agropecuária ficou praticamente inalterada diante do avanço da ocupação e do crescimento das propriedades agrícolas. Tal situação demonstra, além da concentração fundiária de terras muitas vezes griladas, a utilização da terra como finalidade de reserva patrimonial e de valor.

Em 1994, os imóveis grandes (mais de mil hectares) representavam 12,20% em relação ao número de imóveis e 76,8% em relação à área de Mato Grosso. Já os pequenos, de até 100 hectares, representavam 71,20% em relação ao número de imóveis, mas apenas 8,7% em relação à área do estado⁷⁶. Também enfatizando essa crescente concentração fundiária, Wezs Júnior (2004), citando dados do Censo, ressalta que os imóveis com mais de mil hectares correspondiam a 70% dos estabelecimentos rurais em área colhida e em produção no ano de 1985, ao passo que em 2006 já perfaziam 85%, com destaque para os estabelecimentos com mais de cinco mil hectares, responsáveis por 41% da produção neste mesmo ano.

De acordo com dados do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea) citados por Biondi e Hashizume (2012)⁷⁷, os 20 maiores produtores de soja de Mato Grosso na safra de 2004/2005 plantavam em 9% da área ocupada pela sojicultura. Já na safra de 2009/2010, aumentaram seu controle para 20%, ocupando 1,2 milhão de hectares. Vale destacar que essa situação não é exclusiva do território mato-grossense: como afirma Wezs Júnior (2014) a partir de dados do Censo Agropecuário de 2006, há uma grande concentração da soja produzida no Brasil, na medida em que menos de 3% dos produtores são responsáveis por 50% da produção.

Segundo o Relatório de Direitos Humanos e da Terra e elaborado pelo Fórum de Direitos Humanos e da Terra do Mato Grosso, citado por Biondi e Hashizume, em 2011 as propriedades com mais de 2,5 mil hectares correspondiam a 3,35% dos estabelecimentos registrados, ocupando 61,57% das áreas cultiváveis. As pequenas propriedades com menos de 10 hectares respondiam por 13,38% dos imóveis rurais, ocupando somente 0,13% do mesmo conjunto de terras. Dados do Relatório de 2017 apontam, por sua vez, que 70% do território mato-grossense é composto por terras privadas, as quais se dividem em pequenas propriedades (11% das terras privadas), médias (19%) e grandes propriedades (70%). A área ocupada pelas médias e grandes propriedades totaliza, segundo o Relatório de Direitos Humanos e da Terra de 2017, 59 milhões de hectares.

⁷⁶ Secretaria de Planejamento; Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários, 1994. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15307/8606>>. Acesso em: jan. 2015.

⁷⁷ “Contradições marcam o avanço do agronegócio”. Disponível em: <<http://mapasocial.reporterbrasil.org.br/indexc4f7.html?p=7>>. Acesso em: jan. 2018.

Os estabelecimentos com mais de dois mil hectares correspondiam a mais de dois terços das terras do estado entre 1940 a 2006 (WESZ JÚNIOR, 2014). De acordo com dados do IBGE (2014), Mato Grosso é o segundo estado brasileiro com a maior concentração de terras do Brasil, perdendo apenas para Alagoas. Há ainda uma tendência à concentração da produção de soja por poucos proprietários: conforme dados do Censo Agropecuário, o número de produtores de 1975 a 2006 passou de 487 mil para 217 mil (WESZ JÚNIOR, 2014). Essa violenta concentração fundiária também fica evidente considerando o fato de que em Primavera do Leste, em 1992 e segundo dados do INCRA, 4,2% das terras estavam em pequenas propriedades, 20,5% em médias e 75,2% em grandes. Eram 888 propriedades rurais cadastradas em 2013, compondo uma área de 630.458,3 hectares⁷⁸. Já no ano de 2007, apenas seis produtores em Primavera do Leste detinham metade dos 320 mil hectares de lavouras daquele ano⁷⁹.

É possível ainda supor que atualmente esta concentração seja ainda maior, na medida em que os menores proprietários apresentam um fraco poder de negociação com as *tradings*, empresas de insumos agrícolas e bancos, cedendo, muitas vezes, a contratos com grandes empresas ou mesmo arrendando ou vendendo suas terras. Entre os anos de 2004 e 2007, os “mega-produtores do estado avançaram sobre 1,3 milhão de hectares de terras produtivas” e ao menos 600 mil hectares passaram para empresários maiores. Em 2007, havia 5 mil médios produtores de soja no estado, cujas propriedades tinham entre 500 e 2 mil hectares (Valor Econômico, 2007) e apontava-se como tendência que grande parte deles acabasse cedendo terras para empresários mais capitalizados.

Assegurando o controle da terra a poucas pessoas e grupos, essa dinâmica fundiária preenchida de mecanismos próprios de uma modernização conservadora, foi largamente determinada pela imbricação entre poder econômico e poder político na medida em que, como expõe Martins (1994; 2010), terra e capital no Brasil significam poder (dada a centralidade que a terra e o rentismo que lhe é inerente desempenham no capitalismo nacional). A terra, portanto, não é um entrave ao capitalismo mas uma contradição inerente ao modo de produção capitalista brasileiro e totalmente arraigada às dimensões políticas, econômicas e sociais. Assim, a concentração fundiária brasileira exacerba um processo no qual poucos proprietários de uma elite oligárquica historicamente no poder utilizam a terra como reserva de valor, meio especulativo e reserva patrimonial, calcada na historicamente forjada aliança entre terra e capital no Brasil.

⁷⁸ Disponíveis em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 28 de jun. 2016.

⁷⁹ “Cresce ainda mais a concentração na produção agropecuária no MT”. Zanatta, Mauro. Jornal Valor Econômico. 28 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/1000222620/cresce-ainda-mais-a-concentracao-na-producao-agropecuaria-no-mt>>. Acesso em: out. 2017.

PARTE III

O DOMÍNIO DO ESPAÇO: ESTRATÉGIAS FUNDIÁRIAS DE UMA CIDADE QUE TEM DONO

3.1. A concentração de terra, capital e poder na urbanização primaverense

O modo pelo qual ocorreu a monopolização da propriedade privada fundiária em Mato Grosso, fortemente ancorado na concentração de terra, poder e capital, é um elementos fundantes da especificidade da urbanização primaverense e de suas contradições. Como vimos na parte II desta tese, a produção do espaço urbano de Primavera do Leste está intimamente relacionada ao momento em que empresários e grandes grupos econômicos, já detentores de capital e de poder, tornaram-se proprietários no avanço da acumulação capitalista rumo ao sudeste mato-grossense.

Por meio dos “pioneiros” que migravam para a região de Primavera do Leste reforçava-se o imbricamento entre terra, poder e capital, em um processo bastante elucidado por Martins (2010; 2011), cuja articulação nessas cidades em certa medida vinculadas à agricultura capitalista é também destacada por Volochko (2015).

A legislação fundiária brasileira e a atuação do Estado por meio de pesados investimentos na reprodução do fronteira, ao corroborarem para que capitalistas industriais e urbanos fossem também latifundiários, reforçou os laços entre terra e capital estabelecidos desde a Lei de Terras de 1850⁸⁰. O trinômio terra-poder-capital, historicamente assegurado e fortalecido na sociedade brasileira, tem profundas implicações espaciais, das quais detalharemos aquelas atreladas aos conteúdos da produção do espaço urbano.

As famílias que chegavam ao sudeste mato-grossense, conforme a ocupação se consolidava e ao se tornarem detentoras de grandes propriedades de terra, aumentaram também seu poder. Segundo Martins (1994), o processo de dominação privada da terra por sujeitos sociais

⁸⁰A Lei de Terras foi um marco essencial na questão política fundiária brasileira. Por meio dela, o Estado instaurava a propriedade privada da terra no Brasil e sacramentava a relação entre terra e capital. Para Martins (2010), asseguravam-se interesses de fazendeiros e comerciantes na iminência de transformações nas condições do regime escravista. Se a sujeição do trabalhador estava ameaçada, garantia-se, com a Lei de Terras, a sujeição do trabalho. Isso porque determinava a obtenção de terras somente por contratos de compra e venda, permitindo a aquisição de terras, inclusive as públicas ou devolutas, por aqueles que detinham dinheiro. Com a Lei de Terras, não havia mais a separação entre propriedade, posse e domínio das terras (até então do Estado brasileiro) (MARTINS, 2014; SILVA, 1996) e legalizava-se pela primeira vez na história do Brasil a grilagem, na medida em que, segundo Oliveira (1997), passou a se permitir o registro de sesmarias não confirmadas, sem títulos, e de qualquer dimensão desde que medidas e registradas. A elite, que acumulava riqueza com o monopólio sobre escravo, passou a acumular com o monopólio sobre a terra. A concepção de “renda capitalizada” que havia no escravo é transposta para a terra: “a renda capitalizada do escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, *a terra tinha que ser cativa*” (MARTINS, 1994, p. 32. Grifos nossos). Assim, a propriedade privada estava garantida e se assegurava mão de obra assalariada, barata e abundante à terra agora cativa. Como obras detalhadas sobre a Lei de Terras e seus desdobramentos na sociedade brasileira, bem como na articulação de interesses entre proprietários de terra e Estado, destacamos, além de “O Cativo da Terra”, de José de Souza Martins (2010), o livro de Lígia Osório Silva (“Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850”, de 1996).

específicos e posterior consolidação de uma aliança entre propriedade da terra e capital (em essência, uma aliança entre as classes sociais dos capitalistas e dos proprietários de terra) teceram duras amarras na sociedade brasileira.

O avanço da fronteira por meio da inserção mais intensa do Mato Grosso nas tramas reprodutivas do capital ocorreu, nesta perspectiva, baseado na concentração da propriedade da terra. Tal processo, como afirma Oliveira (1997) referindo-se à ocupação do norte mato-grossense – em um movimento que extrapolamos à Primavera do Leste e tendencialmente à grande parte das cidades dinamizadas pela agricultura capitalista – apresentava a particularidade da “imposição de monopólios”, em um processo voraz no qual a lógica capitalista se impôs em um curto período de tempo por meio principalmente das empresas de colonização particulares e de “pioneiros”. Essa discussão de Oliveira (1997) é reforçada por Volochko (2013). Para o autor, a especificidade da ocupação nessas cidades estaria em um controle relativamente maior da produção e da reprodução do espaço urbano. Articulado a esse poder político territorial estaria o poder econômico financeirizado da agricultura capitalista, cuja envergadura nas dinâmicas espaciais se reforça pela fusão tendencial entre terra, capital e poder em poucas empresas e famílias (VOLOCHKO, 2013).

A produção do espaço urbano das cidades brasileiras transformou-se num negócio lucrativo para os detentores do capital que continuam lucrando gananciosamente com a construção e crescimento das nossas cidades, pois as imobiliárias, incorporadoras, construtoras e proprietários de terras estão participantes do poder e detêm parcialmente o controle da produção do espaço urbano, até mesmo das áreas de conforto e lazer que são vendidas às pessoas de melhor poder aquisitivo, enquanto as desprovidas de renda média ou elevada são obrigadas a enfrentar a urbanização precária e desigual. E neste contexto incluem-se muitas cidades do Estado de Mato Grosso que, a partir da década de 70, vêm tendo um crescimento urbano significativo, sendo que as transformações passaram a ocorrer em todo o território mato-grossense, como também no surgimento de novas cidades como aquelas existentes desde o início da ocupação efetiva do Estado (SOUZA, 2006, p. 202-203).

A maneira pela qual a propriedade privada foi se configurando, sendo retalhada em grandes e pequenos pedaços, por poucos agentes e com a finalidade última de gerar cada vez mais capital – a partir da renda da terra e de mecanismos baseados no atraso e em uma “modernização conservadora” – gerou uma dominação patrimonial que vai além da detenção da propriedade privada, da soma de inúmeros lotes isolados ou da mera comercialização de terrenos ou casas. Ela adquire uma nova dimensão, realizando-se em uma pesada ingerência na cidade e no urbano. Neste sentido, as “relações paternalistas e autoritárias conferidas pela

propriedade dos meios de produção, incluindo a propriedade da terra” (MORENO 2007 p. 55) desdobram-se e vão além da dinâmica fundiária, conforme aprofundaremos no papel exercido pelos chamados “pioneiros” da cidade.

Os grandes empresários e proprietários de terras ainda estão presentes na cidade, controlando os poderes econômico e político e ditando onde e quando serão os vetores de expansão da cidade. Por meio das mais diversas táticas, imprimem, como tendência, os ritmos da urbanização por meio de um domínio que não se restringe à propriedade privada (embora a tenha como fundamento) e alcança demais dimensões da vida cotidiana – tal qual elucidaremos neste capítulo.

Primavera do Leste surgiu nas mãos de uma única pessoa e, em pouco tempo, diante da implantação do projeto Cidade Primavera, os proprietários das fazendas contíguas também se apressaram em transformar terrenos considerados rurais em lotes urbanos, planejando o estabelecimento de loteamentos e venda de lotes no decorrer dos anos. Assim, se Primavera do Leste surgiu de uma única fazenda de um único dono em um contexto no qual “inventar cidades” surgia, naquele momento para Cosentino e tantos outros, como um negócio rentável, cabe esmiuçar, como faremos nas próximas páginas, as consequências não apenas no mercado imobiliário mas nas relações sociais concretas.

Se a propriedade privada na produção do espaço capitalista traz intrinsecamente um processo de segregação, em Primavera do Leste este controle maior sobre a propriedade privada, atrelado a uma intensa e veloz reprodução da fronteira do capital, e nos processos de produção e reprodução do espaço urbano como um todo, coloca a desigualdade e a segregação espacial em um novo patamar. Nesse processo de constituição da propriedade privada empreendido por poucos, há uma inclusão precária daquela população que não pode pagar o que é estipulado pelos proprietários e loteadores.

Na medida em que são poucos os proprietários de grandes extensões de terra há um domínio de onde e quando serão abertos loteamentos e, conseqüentemente, em qual direção a mancha urbana irá se espalhar. Em Primavera do Leste e nas demais cidades cuja produção do espaço urbano é atravessada por uma reprodução do capital realizada por meio de uma urbanização extremamente centralizada, há um relativo domínio do modo pelo qual o espaço urbano é homogeneizado (tornado mercadoria, em processo intensificado com a transformação de lotes rurais em urbanos), fragmentado (com o parcelamento e venda de lotes e terrenos) e hierarquizado (por meio da abertura de loteamentos mais ou menos valorizados)⁸¹.

⁸¹ Retomamos aqui a tríade hierarquização-homogeneização-fragmentação exposta por Lefebvre (2000), a qual tem um papel fundamental na compreensão dos processos constitutivos da produção do espaço e, particularmente, da diferenciação e segregação espaciais.

3.2. Uma cidade que tem dono

É considerando a dominação de extensas propriedades empreendida por poucos e poderosos grupos privados que aprofundaremos alguns dos aspectos relacionados a uma “urbanização oligopolista”. Esse termo foi empregado por Volochko (2015) a respeito das cidades vinculadas mais intensamente à agricultura capitalista mecanizada e se refere a uma urbanização controlada por um pequeno grupo de detentores do poder econômico e político. Nesta urbanização oligopolista, há um maior controle sobre a propriedade privada, ainda hoje predominantemente realizado pelas famílias e grupos que chegaram no início da reprodução da fronteira, gerando um maior domínio na abertura de loteamentos, no tamanho e no preço dos lotes e imóveis.

As contradições do espaço de Primavera do Leste produzidas no movimento de ocupação do território mato-grossense comandado por poucos “pioneiros” e alicerçada no trinômio terra-poder-capital se revelam nos processos de dominação e apropriação do espaço (e da contradição) específicos nessas cidades. As estratégias desses agentes econômicos determinados, os “pioneiros”, explicam um modo muito particular de dominação e apropriação do espaço nestas cidades e que se revelam em uma dinâmica imobiliária com intensa concentração fundiária e extremamente excludente⁸².

À medida que fazendas eram loteadas para a criação e expansão do núcleo edificado urbano, alguns proprietários tornaram-se também donos dos terrenos no núcleo urbano ou próximo dele (aguardando a expansão da mancha urbana e o parcelamento dos lotes). Neste sentido, a monopolização e dominação privada de terras devolutas (OLIVEIRA, 1997; MORENO, 2007) por poucos grupos, implicou em forte domínio do espaço da própria cidade. Assim, as entranhas da poderosa e perversa aliança da terra, do poder e do capital trouxeram consigo não somente uma terra que tem dono – conforme Martins (1994) ao se referir à mudança no regime de propriedade no Brasil a partir de meados do século XIX, salientando a configuração do “cativeiro da terra” – mas uma cidade que também passa a ter dono, em um rentável negócio.

O controle e a dominação política e econômica foi marcadamente violento não apenas no decorrer da constituição da fronteira (pela instauração da propriedade privada), mas ao

⁸² Há uma vasta produção acadêmica realizada por pesquisadores de História da UFMT a respeito da ocupação do território mato-grossense, dos conteúdos da formação da fronteira amazônica e da produção de cidades. Destacamos aqui os livros organizados por Barrozo (2008; 2010) e Joaroni Neto (2007; 2008), além das obras de Castro (1994) e Guimarães Neto (2000; 2002; 2009).

alcançar a vida cotidiana em suas várias dimensões, negando a diferença e sendo empreendido a favor de um pequeno grupo hegemônico. A captura de terras conforme a fronteira se reproduzia e possibilitava a expansão territorial da dominação capitalista foi responsável por um grande poder sobre o mercado fundiário e tendencialmente dos processos de urbanização (e, em últimos termos, da própria cidade).

Por meio do **mapa 5**, pode-se claramente observar que mesmas famílias (representadas cada uma por uma cor) detinham ou detêm o controle de grande parte da dinâmica fundiária primaverense. Essa concentração fundiária urbana está hegemonicamente sob o comando dos Cosentino, Riva, Castelli, Gasparoto e Freitas. Salientamos que esse mapa é um exercício de aproximação da realidade para que possamos compreender a urbanização oligopolista de Primavera do Leste. Também apresenta generalizações⁸³: os Riva e os Cosentino eram proprietários somente inicialmente dos loteamentos selecionados, mas hoje muitos já foram vendidos para terceiros (sobretudo, nos terrenos centrais da cidade). Da mesma forma, o Buritis teve seu loteamento recentemente autorizado para a MarcoVic Loteamentos, mas, possivelmente, Marco Antônio Kunzler, dono da empresa, adquiriu-o dos Riva. Quantidade considerável, portanto, de lotes já foram vendidos e não estão mais sob o comando dessas famílias. Todavia, a própria venda desses fragmentos de solo urbano está inserida na realização das estratégias fundiárias impostas por estes “pioneiros”.

Sobre a metodologia empregada na elaboração deste mapa, destacamos as etapas a seguir:

- Autorização para implantação de loteamentos publicadas em portal da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste (<http://primaveradoleste.mt.gov.br/dioprima.html>). Foram obtidas informações apenas sobre os novos loteamentos. Sobre as áreas já loteadas pelos Riva e Cosentino, as informações foram obtidas em diversas entrevistas com corretores imobiliários.
- Consultas sobre empresas e seus respectivos sócios em sites como <https://www.infoplex.com.br/>; <http://www.consultasocio.com/>; <http://www.empresascnpj.com/>. Embora não tenhamos certeza da confiabilidade desses sites, foi apenas por meio deles que conseguimos descobrir quais famílias são donas de quais imobiliárias e incorporadoras, o que ajudou bastante em nossa investigação. Além disso, foi possível averiguar a data em que

⁸³ Para um mapa mais preciso (sem as generalizações apresentadas acima e já com as revendas dos lotes) um procedimento mais minucioso seria fazermos uma pesquisa mais densa em cada matrícula de cada imóvel da cidade. Contudo, não tivemos acesso, via poder público, ao mapa com as matrículas dos imóveis da cidade e as poucas informações que obtivemos nos cartórios não nos permitiram informações tão detalhadas e de toda mancha urbana. Tal fato é somente mais um dos indícios que apontam para a sacramentalização do direito à propriedade privada da terra no Brasil.

as empresas foram fundadas e que determinados empresários atuantes no imobiliário também diversificam seus investimentos em demais setores.

- Delimitação dos loteamentos obtidas também a partir de um mapa base em *AutoCad* cedido pela Prefeitura Municipal de Primavera do Leste em junho de 2016.

- Informação sobre os donos das propriedades rurais próximas ao núcleo urbano obtidas no “Mapa Rural de Primavera do Leste - junho de 2015”. Este mapa contém o nome da parcela considerável dos proprietários e empresas do município, embora não apresente a delimitação exata de cada propriedade.

- Delimitação dos loteamentos e dos bairros, bem como a obtenção de demais informações (como tamanho dos lotes), também teve importante participação dos bolsistas das pesquisas que coordenei no IFMT⁸⁴.

- Previsão de lançamento de loteamentos consultada no documento “Proposta de Revisão do Plano Diretor”, disponível no site da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste⁸⁵.

- Relações de parentesco com pessoas com mesmo sobrenome e casamentos foram confirmados em “colunas sociais” locais, como Vitrine Top; Sibele Salvatori; Ju Faria (sites: <http://vitrinetop.com/eventos.html>; <http://sibelisalvatori.com.br/index>; <http://www.jornalodiario.com.br/primavera-do-leste/social/ju-faria>).

Evidenciando em que medida os “pioneiros” permanecem ainda hoje como grandes agentes imobiliários em Primavera do Leste, pesquisamos os anos de fundação das imobiliárias controladas por essas famílias. A maioria delas foi implantada logo no início da ocupação do núcleo urbano (**tabela 1**).

Alguns dos loteamentos representados no **mapa 5** são de propriedade dos “pioneiros” e, não por acaso, são aqueles mais próximos do centro e mais valorizados. É o caso do Paraíso e do Belvedere (**figura 15 e 16**), ambos da família Riva e localizados próximos a loteamentos que vêm passando por grande valorização nos últimos anos, como Parque das Águas (dos próprios Riva) e Buritis.

⁸⁴ A pesquisa “Atlas SocioEspacial de Primavera do Leste” foi fomentada pelo CNPq entre janeiro de 2015 a janeiro de 2017. Já as pesquisas “Dinâmicas do Mercado Imobiliário em Primavera do Leste” e “Entre mobilidade e imobilidade em Primavera do Leste” foram fomentadas pela Pró-Reitora de Pesquisa do IFMT.

⁸⁵ Disponível em: <<http://primaveradoleste.mt.gov.br/pastaarquivos/69702%20-%20RELATORIO%20PDP%20%20AUD.pdf>>. Acesso em: abr. 2016.

Mapa 5. Urbanização oligopolista em Primavera do Leste - MT

Além de observarmos extensas parcelas do espaço dominadas por uma única família ou grupo, notamos também que algumas delas têm fazendas nas proximidades do núcleo urbano, as quais tendem a ser loteadas com tempo. Mapa elaborado em junho de 2016 por Alcântara, Willian; Fioravanti, Livia.

Tabela 1. Relação da urbanização oligopolista em Primavera do Leste com as famílias “pioneiras”

Família	Imobiliária/Empresa	Loteamentos	Ano de fundação
Castelli	Imobiliária Castelândia Ltda.	Castelândia; Castelândia I; Castelândia II; Castelândia III; Castelândia IV.	07/03/1984
Cosentino	Construtora e Imobiliária Cosentino Ltda.	Centro; Primavera I; Primavera II; Primavera III; Primavera IV; Condomínio Cidade Jardim; Condomínio Porto Seguro; Condomínio Porto Seguro II; Pq. das Américas.	30/4/1979
Freitas	DF Incorporadora e Imobiliária Ltda.	Poncho Verde I; Poncho Verde II; Poncho Verde III; Jd. Luciana; Jd. Luciana II.	12/11/1990
Gasparoto	Jandaia Participações	Pq. Eldorado; Pq. Eldorado - expansão	06/12/2013
Riva	Imobiliária Riva Ltda.; Imobiliária Rivel.	Jd. Riva; Jd. Riva II; Pq. das Águas; Belvedere; Paraíso.	17/06/1988

Tabela elaborada pela autora a partir da metodologia exposta para elaboração do mapa 5 (consulta ao site <<http://www.consultasocio.com/>> para obtenção da data de fundação da empresa). Em todos os casos, as famílias tinham mais de uma empresa vinculada a seu nome. Escolhemos a mais antiga e voltada ao mercado imobiliário para mostrar o vínculo com a ocupação da cidade. Exceção pode ser feita à família Gasparoto: na tabela, a empresa responsável pelo loteamento do Pq. Eldorado tinha como data 2013, no entanto, a família chegou a Primavera em 1973 e apresenta empresas no ramo agropecuário desde 1987.

Figura 15. Loteamento Belvedere

Loteamento próximo ao Pq. das Águas, já com ruas asfaltadas, postes de iluminação e bueiros. Foto da autora. 17 fev. 2015

Figura 16. Loteamento Paraíso

Loteamento contíguo ao Buritis, contando com pavimentação e infraestrutura de iluminação pública e escoamento de águas pluviais. Foto da autora. 01 jul. 2017.

Além dos Riva e dos Cosentino, os Gasparoto⁸⁶ também são considerados como “pioneiros” na cidade e implantaram dois novos loteamentos no ano de 2014. Um deles é o “Parque Eldorado – expansão”, composto por 400 lotes de 12 por 30 metros (**figura 17**) e que custavam a partir de 80 mil reais (em julho de 2015), preço mais elevado o que outros loteamentos considerados mais afastados do centro devido à proximidade ao *campus* do IFMT. Muitos desses lotes já foram vendidos e um maior adensamento de casas iniciou-se no loteamento desde o segundo semestre de 2017. O segundo deles, ainda da mesma família, é o Vertente das Águas (**figura 18**), contando com 1643 lotes que já começaram a ser vendidos no início de 2018.

Por fim, o loteamento “Poncho Verde - expansão” (**figura 19**) é da DF incorporadora, também responsável pelas fases anteriores deste mesmo loteamento e do Jardim Luciana. À frente desta empresa está Carlos Alberto Dias Freitas, economista, corretor de imóveis e também atuante em negócios fundiários em Cuiabá (dados do Diário Oficial de Mato Grosso).

⁸⁶ Em 2016, Paulo Gasparoto era vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Cuiabá. Em 2011, filiou-se ao PSB (Partido Social Democrático), cujo presidente para a Comissão Provisória Estadual era o deputado estadual José Riva e tinha como objetivo, com a filiação de Gasparoto, “ampliar sua força no meio empresarial e do agronegócio”. Gasparoto também é dono da rede de lojas de decoração Decorliz e declarou em 2014 um patrimônio de mais de 6,5 milhões de reais (Informações disponíveis em <<http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=1&cid=51612>>; <<http://www.reportermt.com.br/direto-ao-ponto/dono-da-decorliz-declara-bens-no-valor-de-r-6-5-milhoes/37170>> e <<http://www.cdlocuiaba.com.br/institucional/diretoria/>>/. Acesso em: jun. 2017).

**Figura 17. Anúncio do loteamento
Parque Eldorado – expansão**

Disponível em: <http://santoangeloimobiliaria.com.br/dados_imovel.asp?idimovel=265>. Acesso em: ago. 2018.

Figura 18. Implantação do Loteamento Vertente das Águas

Loteamento em fase de demarcação dos lotes. 01. jul. 2017. Foto da autora.

Figura 19. Loteamento Poncho Verde – expansão

Lotes prontos para serem comercializados e ocupados, já com asfalto e energia elétrica. Av. Coxilha. 01 jul. 2017. Foto da autora

Eram 6.732 lotes na cidade aprovados e aguardando comercialização com previsão para abrigarem mais de 22 mil pessoas, de acordo com a proposta de Revisão do Plano Diretor de 2014⁸⁷ (mapa 6 e tabela 2).

⁸⁷ “Propostas de alteração da legislação pertinentes ao plano diretor participativo” - 2014. Disponível em: <<http://primaveradoleste.mt.gov.br/pastaarquivos/69702%20-%20RELATORIO%20PDP%20%20AUD.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2016.

Mapa 6. Loteamentos em Primavera do Leste previstos para implantação na proposta de Revisão do Plano Diretor, 2014

As delimitações dos loteamentos não apresentam absoluta precisão, uma vez que foram traçadas a partir de informações encontradas no Diário Oficial da Prefeitura Municipal e da imagem de satélite (2016). Os nomes em branco no mapa são os loteamentos principais já implantados na cidade. Observa-se que os “pioneiros” detêm as melhores e mais valorizadas localizações nas cidades. Elaborado por Alcântara, Willian; Fioravanti, Lúvia, 2015.

Tabela 2. Loteamentos previstos na Revisão do Plano Diretor de 2014 de Primavera do Leste.

	Identificação no mapa	Tamanho dos lotes(m²)	Quantidade de lotes	Área total (m²)	Imobiliária	Abertura da empresa	Sócio-administradores
Chácara Fontana	1	-----	540	-----	Inovar Imóveis MT	13/3/2012	Eder Fontana
Parque Imperial Aprovado em março de 2015	2	-----	390	312.940,80	NMED Incorporadora Ltda.	13/09/2013	Edemar José da Rold; Nelso Marcon
Belvedere Aprovado em julho 2015	3	540	810	1.289.258,64	Imobiliária Riva Ltda.	17/06/1988	Waldomiro Riva
Vertente das Águas Aprovado em março de 2016	4	255 a 318	1.643	-----	Carisma Administração e Participações Societárias S.A	03/10/2005	Gustavo Gasparoto; Paulo Nicodemos Gasparoto
Jardim Florença Aprovado em abril de 2015	5	200	180	103.410,00	Construtora e Imobiliária Cosentino Ltda.	30/04/1979	Edgard Cosentino; Eduardo Ometto Cosentino; Stapl Participações Ltda.
Poncho Verde - ampliação Aprovado em março de 2016	6	228	99	84.038,6223	D.F. Incorporadora e Imobiliária	12/11/1990	Carlos Alberto Dias de Freitas; Cely Fachim Dias de Freitas
Três Américas Aprovado em outubro de 2015	7	210 a 240	342	-----	Três Américas Incorporadora Ltda.; Antônio Imóveis	30/04/2014	Antônio Feliciano Alves dos Santos, Carlos Roberto Assunção, Carlos Roberto Rossato e Selso Antônio Massoti.
Buritis II - ampliação Aprovado em setembro de 2011	8	200 a 240	562	543.257,59	MarcoVic Loteamentos	17/02/2011	Marco Antônio Kunzler
Buritis III	9	200 a 240	816	-----	MarcoVic Loteamentos	17/02/2011	Marco Antônio Kunzler
Eldorado - expansão	10	360	400	-----	Jandaia Participações	06/12/2013	Paulo Nicodemos Gasparoto; Luiz Marcelo Pierin de Moraes
Paraíso	11	-----	300	-----	-----	-----	Elton Riva (filho de Waldomiro Riva)

Tabela elaborada pela autora a partir dos procedimentos citados para elaboração do mapa 5, principalmente consultas a sites de imobiliárias, ao Diário Oficial da Cidade e ao site ConsultaSocio.com. Nomes dos loteamentos e quantidades de lotes citados em “Propostas de alteração da legislação pertinentes ao plano diretor participativo” - 2014. Disponível em: <<http://primaveradoleste.mt.gov.br/pastaarquivos/69702%20-%20RELATORIO%20PDP%20%20AUD.pdf>>. Nas linhas de cor branca, loteamentos abertos pelas famílias “pioneiras” da cidade; nas linhas de cor cinza, novos agentes imobiliários. Não obtivemos informações nas cédulas cujas informações estão em tracejado.

Em uma breve análise, considerando a população de Primavera do Leste de 2010 de 52.066 habitantes e a população estimada em 2017 segundo o IBGE de 59.293⁹¹, houve um aumento populacional de 13,8%. Já entre 2016 e 2017 houve um aumento de 1,58% por ano, com a população saindo de 58.370 para 59.293 habitantes. Assim, se houve um crescimento vertiginoso da população entre 1990 e 2000 (com um salto de 12.523 para 39.857 habitantes), nos últimos anos este aumento já não é mais tão intenso. Nota-se, claramente, diante da possível pergunta se há demanda para tantos lotes e casas, que o interesse primordial é na terra-mercadoria, sendo empregada para fins especulativos.

Além desses “pioneiros” que, como vimos, continuam abrindo loteamentos e no comando da dinâmica do mercado fundiário e imobiliário desde o início da ocupação de Primavera (detendo as melhores localizações), também foi possível constatar a participação de novos agentes imobiliários (**em cor cinza na tabela 2**), no geral em loteamentos mais distantes do centro.

Os loteamentos abertos por esses novos agentes imobiliários (Parque Imperial, Chácara Fontana, Três Américas, Buritis) estão representados na cor vinho do **mapa 6**. Aqueles representados pelos números **1 e 2** no mapa, lindeiros à MT-130 sentido Paranatinga, são, respectivamente, Chácara Fontana e Parque Imperial, aparentemente de investidores que moram em Primavera do Leste. O responsável pelo primeiro loteamento, Éder Fontana, teria recebido as terras de herança.

Já o loteamento Três Américas (número 7 no mapa) é de propriedade de Antônio Feliciano Alves dos Santos, também administrador da Antônio Imóveis, em Primavera do Leste. Próximo aos bairros periféricos de Primavera III e Buritis, este novo loteamento é destinado à população de menor renda, com lotes de aproximadamente 200 metros quadrados, possibilidade de financiamento e pagamento em várias parcelas (**figura 20**). Muitos terrenos e casas já haviam sido comercializados entre os anos de 2017 e 2018 (**figura 21 e 22**).

Merece destaque, por fim, os dois loteamentos indicados pelos números 8 e 9 do mapa 6: Buritis II expansão e Buritis III, cujas vendas iniciaram-se no ano de 2007 (**figuras 23 a 25**). O proprietário, Marco A. Kunzler, é administrador de outras cinco empresas no estado de Paraná e cinco em Mato Grosso. A partir de entrevista de Kunzler a Sampaio (2015)⁹², sabe-se que Buritis é a denominação utilizada para se referir a conjuntos de loteamentos implantados em Nova Mutum em 2008 e que atualmente existem também nas cidades mato-

⁹¹ Estimativa da população para 2017. Disponível em: <<http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-media.html?view=mediaibge&catid=2103&id=1328>>. Acesso em: nov. 2018.

⁹² SAMPAIO, Eliane. “Buritis empreendimentos: realizando sonhos”. 15 agosto 2015. Disponível em: <<http://www.cliquef5.com.br/primavera-do-leste/noticias-de-pva-do-leste/buritis-empreendimentos-realizando-sonhos/59734>>. Acesso em: jul. 2016.

grossenses de Campo Verde e Sinop (além de Primavera do Leste). Ao todo, de acordo com Sampaio (2015), são mais de 70 empreendimentos no ramo imobiliário ligados à empresa “Buritis Empreendimentos” e da Campo Incorporadora de Kunzler, que totalizam, segundo o jornal O Diário, quinze mil lotes vendidos no Brasil (dos quais, cinco mil em Mato Grosso)⁹³.

Figura 20. Vista aérea do loteamento Três Américas

Em segundo plano à direita, Conjunto Residencial Padre Onesto Costa. À esquerda, loteamento Primavera III. Em primeiro plano, Área de Proteção Ambiental. Disponível em: <<http://www.rogiacorretoresimoveis.com.br/>>. Acesso em: ago. 2018.

Figura 21. Anúncio do loteamento Três Américas

<p>LOTES MAIORES COM OS MELHORES PREÇOS</p> <p>✓ TERRENOS A PARTIR DE 210M²</p> <p>✓ ENTRADA FACILITADA COM APENAS 10%</p>	<p>INFRAESTRUTURA COMPLETA</p> <p>DOCUMENTAÇÃO LIBERADA PARA FINANCIAMENTO</p> <p>NEGOCIAÇÃO DIRETA FINANCIAMENTO PRÓPRIO</p>	<p>TRÊS AMÉRICAS</p>
<p>PARCELAMENTO EM ATÉ</p> <p>60X</p>	<p>Antonio Imóveis</p> <p>CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA</p> <p>CNPJ 24.658</p> <p>PLANTÃO DE VENDAS</p> <p>de 9h às 18h</p>	<p>SER FELIZ É MORAR COM TRANQUILIDADE</p> <p>LOTEAMENTO DE MELHOR CUSTO</p> <p>BENEFÍCIO DE PRIMAVERA DO LESTE</p>

Disponível em: <<http://www.antonioimoveis.net/>>. Acesso em: jul. 2017.

Figura 22. Casa à venda no loteamento Três Américas

Casa de 2 quartos, 60 m², à venda por 160 mil reais em agosto de 2018. Disponível em: <<http://www.antonioimoveis.net/>>. Acesso em: ago. 2018.

⁹³ Disponível em: <<http://vitrinetop.com/eventos/1949.html>>. Acesso em: set. 2017.

Figura 23. Loteamento Buritis – vista aérea, 2013

Em segundo plano, à esquerda, Buritis II – Expansão. À direita, Buritis III. Autoria: Eduardo Cidade, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=111002342>>. Acesso em: jul. 2016.

Figura 24. Casa à venda no loteamento Buritis III.

Casa de 57m² à venda em agosto de 2018 por 129 mil reais. Disponível em: <<http://www.multcorretora.com.br/>>. Acesso em: ago. 2018.

Figura 25. Casa à venda no loteamento Buritis II expansão.

Casa de 60m² à venda em agosto de 2018 por 128 mil reais. Disponível em <<http://www.multcorretora.com.br/>>. Acesso em: ago. 2018.

A Campo Incorporadora, responsável pelos loteamentos Buritis em Primavera do Leste e atuando na cidade desde 2011, inaugurou em 2017 sede própria na cidade. Em Primavera, serão 4 mil terrenos (três mil já comercializados) nas quatro fases de expansão do loteamento (dividido nas etapas: Buritis; Buritis II; Buritis II expansão; Buritis III), com previsão para abrigarem 15 mil pessoas.

Kunzler, dono da empresa, mora em Campo Mourão, Paraná, e segundo entrevista a Sampaio (2015), decidiu investir na região por meio de indicação de pessoas de Primavera do Leste. De acordo com informações cedidas por um agente do mercado imobiliário em 2017, ao menos duas das fases de expansão do Buritis pertenciam a W. Riva, que as teria revendido

ao pecuarista Arno Schneider⁹⁴. Ele, por sua vez, teria feito uma fusão com a empresa Multicorretora de Kunzler, responsável pela venda dos lotes.

Nas **figuras 26 a 29**, observamos alguns loteamentos abertos ou cuja ocupação já está consolidada, embora ainda com grandes terrenos à venda. Esses locais gradualmente darão, como tendência, lugar a novos empreendimentos imobiliários. É importante destacarmos que segundo determinações da Lei de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Primavera do Leste, cabe ao loteador ser responsável pela rede de distribuição de energia elétrica, rede de esgoto, de escoamento de águas superficiais e de abastecimento de água. Também fica a seu encargo a terraplanagem, a pavimentação e implantação de meio fios das vias⁹⁵. Se essas medidas por um lado aumentam os custos ao loteador, por outro, também se configuram em um mecanismo para valorizar os lotes que serão comercializados.

Figura 26. Loteamento Jd. Luciana – vista aérea, 2013

Quadras com terrenos ocupadas e outras ainda aguardando valorização. Eduardo Cidade, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1577509>>.

⁹⁴ Arno Schneider é gaúcho, pecuarista em Santo Antônio de Leverger, Mato Grosso. Chegou ao estado em 1978. (Disponível em: <http://sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia_completa.php?codNoticia=237537>. Acesso em: jan. 2018).

⁹⁵ Lei nº 023 de 20 de novembro de 1987 (Lei de Parcelamento e Uso do Solo Urbano). Disponível em: <<http://camarapva.com.br/leis-municipais/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

Figura 27. Jd. Veneza, próximo ao Parque das Águas – vista aérea, 2013.

Diversos terrenos vazios prontos para serem vendidos e ocupados. Em todas as quadras já há asfalto e postes de iluminação pública. Observamos lotes menores do que no Jd. Luciana (foto acima). Eduardo Cidade, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1577509>>.

Figura 28. Terreno ocupado por apenas uma casa na Av. Campo Grande com Av. Minas Gerais

Quadra inteira ocupada por apenas uma casa, com fins claramente especulativos. Eduardo Cidade, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1577509>>. Acesso em: jun. 2016.

Figura 29. Casa e terrenos desocupados no Jardim Riva

Casa localizada na Av. Paulo César Aranda, em área que já foi em grande parte loteada. Observamos terrenos próximos aguardando valorização. Foto da autora. 17 fev. 2015.

Ainda segundo a Lei de Parcelamento, os loteadores são obrigados a destinar lotes para áreas institucionais. Em agosto de 2013, foi sancionada uma lei⁹⁶ que impõe como determinações, além da doação de terrenos ao município, a construção de equipamento público (creche ou escola). Essa “contrapartida social”, segundo denominação empregada pelo prefeito de Primavera Érico Piana⁹⁷, trata-se, da mesma forma que a cessão de lotes, de um modo para valorizar ainda mais as terras que serão futuramente loteadas.

A venda desses terrenos, seja pelos “pioneiros”, seja pelos novos agentes imobiliários, é movida pelo controle da valorização do solo urbano a favor desses poucos grupos familiares e empresariais, o que contribui para dificultar o acesso à moradia para a parcela da população mais pobre. Nesse processo, em que a terra passa a ser manipulada pelo capital com o intuito de gerar mais capital, há uma inclusão precária de parcela da população que não pode pagar o que é estipulado pelos proprietários e loteadores. Segundo Martins (1993, p. 165):

Nestas condições em que a cidade ganha forma derivada de uma concepção de espaço cujo conteúdo se sustenta na apropriação do trabalhos social sob

⁹⁶ Lei 1.374 de agosto de 2013, que altera o artigo 11 da Lei 498/98.

⁹⁷ Disponível em: <<http://www.pvanews.com.br/noticias/primavera/novos-loteamentos-terao-creches-ou-escolas-construidas-pelos-loteadores/>>. Acesso em: jan. 2018.

a forma de renda fundiária, os preços praticados pelo especulador passaram a representar uma interdição crescente às demandas, socialmente diferenciadas, por retalhos desse espaço urbano.

Nesse contexto, parcela desses moradores sem condições de arcar com os preços dos terrenos e dos imóveis – e mesmo dos aluguéis – mora às margens da rodovia ou nas periferias, longe dos serviços e equipamentos públicos de infraestrutura urbana. É significativa a quantidade de seus moradores que está desempregada ou apenas consegue sustentar a família por meio de empregos informais e precários (contraditoriamente, muitos deles gerados pela tão exaltada agricultura mecanizada capitalista), tal como aprofundaremos na parte IV.

Em Primavera do Leste, há ainda dois condomínios fechados horizontais: o Cidade Jardim e o Porto Seguro I e II (**figuras 30 e 31**), onde moram alguns dos “pioneiros” citados nesta pesquisa. Ambos são da Imobiliária Cosentino e podem ser considerados de alto padrão: os lotes no Porto Seguro são de no mínimo 390 m² com preços a partir de 170 mil reais⁹⁸. Os empreendimentos contam ainda com: quadra de *squash*, home office, duas quadras de tênis, campo de futebol, quadra poliesportiva, sala de massagem, sala de yoga e pilates, espaço *fitness*, vestiário, espaço gourmet com churrasqueira, pista de *cooper* e um playground.

Figura 30. Casa no Condomínio Cidade Jardim

Casa de área construída de 922m², com 5 suítes, 4 salas, adega, escritório, quarto e banheiro de empregada, ateliê, piscina, academia, espelhos d'água, piscina aquecida, lustres italianos. Decoração com móveis na área interna e externa. Preço em julho de 2016: 7 milhões de reais. Disponível em: < http://www.imobiliariacosentino.com.br/conteudos/detalhes/site_mod_etahes.php?id_imovel=72281>. Acesso em: jul. 2018.

Figura 31. Casa no Condomínio Porto Seguro

Casa de área construída 278m², com sala de estar; sala de televisão; espaço gourmet; churrasqueira; banheiro com lavabo; duas suítes com closet; dois quartos; depósito; lavanderia. Preço de venda em julho de 2016: 1 milhão e 100 mil reais. Disponível em<http://www.santoangeloimobiliaria.com.br/dados_imovel.asp?idimovel=132>. Acesso em: jun. 2015.:

⁹⁸ Informação obtidas por meio de corretores imobiliários e em <<http://www.daianeimoveis.net/#!blank/e1zoz>>. Em setembro de 2018, 170 mil reais correspondiam a 41 mil dólares.

A implantação de condomínios residenciais na cidade, tanto horizontais quanto verticais, está relacionada ao discurso da criminalidade urbana, que corrobora com o medo do outro e o isolamento. Altos muros com guaritas vigiadas são erguidos em nome da segurança e da qualidade de vida. Tais discursos contribuem para acirrar a segregação espacial, consolidando um processo (já tendencialmente colocado pelos donos da cidade e pelas regras de compra de lotes em cada loteamento) no qual determinados fragmentos do espaço urbano passam a ser destinados à moradia de pessoas com maior poder aquisitivo. Esses condomínios fechados têm o claro objetivo de separar, no consumo do espaço e no acesso à moradia, uma classe social do restante da cidade⁹⁹. Também não deixa de ser emblemático que os próprios considerados “pioneiros” da cidade – que colaboram para disseminar um discurso de que na cidade há qualidade de vida para todos, emprego e segurança – decidam morar por detrás de altos muros.

3.2.1. O peso das ingerências espaciais

A reprodução da fronteira mato-grossense criou imensos patrimônios fundiários individuais ou de pequenos grupos, ligados a interesses especulativos, realizando, pelo domínio da propriedade privada do solo urbano, uma reprodução do capital por meio da urbanização específica desse conjunto de cidades.

Preenchida dos arcaísmos da questão agrária brasileira – dentre eles, a concentração de terras e a preponderância de terras improdutivas de finalidade rentista – a urbanização oligopolista tem como consequência uma lógica fundiária excludente: nem todos podem ter acesso à propriedade, o que, na sociedade capitalista, tende a determinar o próprio acesso à cidade. Da mesma forma, a propriedade e a cidade passam a ser, como tendência, privilégio somente das classes de maior poder aquisitivo.

⁹⁹ Aspecto interessante a ser considerado é que, segundo normas de ambos os condomínios (Porto Seguro e Cidade Jardim), as construções não podem ter muros frontais. Neste caso, como o contato é com os mesmos (exceto como prestadores de serviços) e a todo momento vigiado, moradores possivelmente não veem problemas ou sentem-se menos seguros. Pelo contrário, há a imposição de determinado padrão estético e arquitetônico que serve como elemento de valorização das casas do condomínio. A suposta segurança no Porto Seguro e Cidade Jardim ocorre por meio de câmeras de vigilância e dos muros que separam o condomínio do restante da cidade. Padrão diferente ocorre com as casas do Jd. Riva e demais bairros de alto padrão na cidade. Há muros de todos os lados que separam e “protegem” as casas, mas, da mesma forma que nos condomínios residenciais, a separação não deixa de ocorrer. Neste caso, ela se manifesta, além dos muros, pela própria ostentação e exibição (muitas vezes, por meio dos muros de vidro) do que se faz questão de mostrar-se como diferente e “superior” ao restante das casas e da cidade.

A urbanização oligopolista é, neste sentido, dinamizada e dominada pelos donos da cidade. No caso de Primavera do Leste, são, como vimos, alguns poucos donos: proprietários, homens, brancos e oriundos do Centro-Sul brasileiro. Gerada a partir da concentração de terra, de poder e de capital em poucas mãos, a urbanização primaverense reproduz os diversos mecanismos de dominação de cada um desses elementos, de forma articulada, garantindo que estejam no controle sempre dos mesmos grupos.

A imbricação das elites econômicas com as políticas fica clara quando analisamos quem ocupa os cargos de gestão municipal destas cidades dinamizadas parcialmente pelo “agronegócio”, cujos interesses também são estreitamente assegurados nos âmbitos estadual e nacional. Não apenas em Primavera do Leste os últimos prefeitos da cidade (cada um com ao menos três mandatos)¹⁰⁰ estão ligados à agricultura capitalista. Em Lucas do Rio Verde, Otaviano Pivetta, acionista majoritário de uma das maiores empresas agrícolas do país (Vanguarda Agro), foi prefeito por dois mandatos consecutivos (de 1997 a 2004), ficando novamente no cargo entre 2013 e 2016. Seu irmão, Adriano Pivetta, também foi prefeito da cidade vizinha, Nova Mutum, onde se localiza parcela das terras justamente da Vanguarda Agro.

Assim como os Pivetta, empresários e famílias que chegaram com a constituição da fronteira mato-grossense hoje têm significativo poder político. Nestas cidades mais nitidamente dinamizadas pela agricultura capitalista mecanizada, os “pioneiros” estão presentes não como abstrações ou como personagens de um passado distante: estão dentre os principais agentes dos processos de urbanização e produzem e reproduzem estratégias econômicas com implicações reais na vida concreta.

Eles têm, portanto, papel crucial no comando das estratégias espaciais (de domínio e de valorização do espaço urbano) atuais e futuras. Emolduram colunas sociais locais, são laureados como cidadãos mato-grossenses ou primaverenses e, com frequência, recebem prêmios e homenagens como forma de reconhecimento por seus negócios e “capacidade de empreender” (em Primavera do Leste, pode-se citar o Oscar Empresarial e Melhor do Ano da ACIPLE, Associação Comercial e Empresarial de Primavera do Leste). Participam de eventos locais (como feiras do “agronegócio” e festas) e frequentam os mesmos espaços de

¹⁰⁰ Érico Piana Pinto Pereira foi prefeito nas gestões 1989 a 1992; 1997 a 2000; 2001 a 2004; 2013 a 2016. Já Getúlio Gonçalves Viana, irmão do deputado estadual Zeca Viana, foi prefeito de Primavera do Leste nas gestões 2005 a 2008; 2009 a 2012; e de janeiro a novembro de 2017 (ano em que ficou alguns meses no cargo até a convocação de novas eleições. Mesmo tendo sido barrado com a Lei da Ficha Limpa, Viana obteve a maioria dos votos e ficou à frente da Prefeitura até perder todos os recursos impetrados no Tribunal Superior Eleitoral).

sociabilidade que muitos outros habitantes (como churrascos ou pescarias promovidos por grandes empresas ou eventos no Centro de Tradições Gaúchas - CTG)¹⁰¹.

Os chamados “pioneiros” monopolizam não apenas grandes extensões de terra no campo e na cidade, mas controlam um discurso único, hegemônico, repetido *ad nauseam* inclusive pelas classes de menor renda: exalta-se a meritocracia e uma parcela da população que, ainda segundo o viés ideológico arraigado nas relações sociais, não tem medo do trabalho, tem determinação, sabe empreender e esperar o merecido retorno do árduo trabalho¹⁰². Na própria fala dos moradores, inclusive aqueles de menor renda, há um certo orgulho quando muitos afirmam com naturalidade: “este bairro é todo da família [sobrenome da família]”; “este empreendimento é dos [sobrenome da família]”; “esta parte da cidade é dos [sobrenome da família]”. Assim, esses “pioneiros” são vistos como modelos a serem seguidos, padrões de sucesso cuja determinação e esforços parecem poder se replicar para toda a população (em um processo que será melhor detalhado na parte IV desta tese).

O “cativeiro da cerca” (MARTINS, 2014 p.125) que no processo de expansão territorial capitalista no Brasil capturou terras livres delineia, nesse sentido, outras dimensões. Está na própria determinação e escolha do traçado da cidade, com a imposição de um espaço abstrato e funcional, contribuindo para a programação no tempo e no espaço das atividades da vida urbana. Também envolve aspectos ligados ao próprio cotidiano e que foram sendo instituídos ao longo do processo de ocupação de Primavera pelos donos e pelas demais famílias “pioneiras”. Primavera do Leste e outras cidades que têm donos, contemplam, assim, um acirrado controle sobre a propriedade privada da terra e também no que é valorado em relação à cultura e à perspectiva de vida e de trabalho (atrelados à ideia de que nestas cidades para todos é possível enriquecer somente pelo esforço e capacidade de trabalho).

¹⁰¹ Wesz Júnior (2014) detalha a importância das relações de sociabilidade para a realização de negócios vinculados ao agrário no sudeste mato-grossense, enfatizando as relações entre fornecedores de grãos ou vendedores de insumos e maquinário e seus clientes. Há uma participação não apenas dos “pioneiros”, mas de gerentes de empresas já conhecidos pela população local, em festas, churrascos, pescarias, jogos de futebol – eventos que contam muitas vezes com a participação da família e que acabam, segundo salienta, sendo fundamentais para a efetivação de contratos ou para a manutenção da imagem de confiança e credibilidade de determinada empresa ou proprietário/produtor. De acordo com o autor, “são utilizados diferentes mecanismos de ‘presença’ pelos proprietários e gestores destes grupos nas áreas em que atuam, sempre vinculando a sua imagem os adjetivos ‘familiar’ e ‘pioneiro’” (WESZ JÚNIOR, 2014, p. 140). Construir uma imagem aceita pela população local significa, neste sentido e conforme o autor (2014), não somente prestígio aos “pioneiros”, mas é também um mecanismo para manter ou alavancar os negócios também pautados em relações de confiança, troca de favores e credibilidade, relações familiares e de vizinhança.

¹⁰² Essas observações decorrem de uma série de trabalhos de campo e de entrevistas realizados entre os anos de 2015 e 2018. Foram frequentes as falas de que Primavera do Leste é “uma cidade ótima para quem quer trabalhar”; “só não ganha dinheiro aqui quem não quer”. Da mesma forma, os jornais locais com frequência publicam reportagens exaltando os “pioneiros”, consagrando-os como exemplos de empreendedorismo e de persistência.

Os conteúdos sociais que caracterizam muitas das cidades mato-grossenses que têm donos estão, por um lado, nos ainda considerados “pioneiros” da cidade (proprietários de terras, inclusive, com títulos passíveis de questionamento) que são ainda hoje insistentemente glorificados. Muitos, no caso de Primavera do Leste, são chamados de “doutores” pelos demais moradores da cidade, em uma forma de tratamento que por si só já impõe uma espécie de hierarquia e distinção. Por outro, manifestam-se no preconceito – ora velado, ora explícito – em relação aos indígenas ou nordestinos. Os migrantes nordestinos são considerados possivelmente como um grupo que não pertence ao lugar apesar de ter chegado concomitantemente aos empresários do Centro-Sul e aos migrantes gaúchos. De maneira similar ocorre com os indígenas, vistos como um grupo que não deveria ter acesso à terra ou direitos mínimos garantidos.

Nesta direção, na urbanização oligopolista – cujos processos constitutivos se reproduzem não somente em Primavera do Leste, mas também, possivelmente, em demais cidades implantadas por poucos e com a finalidade de se constituírem como um grande negócio, mediadas ou não pelo agrário – o peso da homogeneidade se realiza em um patamar mais elevado. Essa homogeneidade foi imposta desde o início dos processos de avanço da acumulação capitalista: com o incentivo e possibilidades dadas aos empresários do Centro-Sul que tornar-se-iam proprietários e passariam a controlar de modo significativo as trajetórias fundiárias em uma dinâmica que traz profundas e dramáticas consequências hoje a quem tem acesso à propriedade e à cidade.

O conteúdo social dessas cidades que têm donos é imbuído de atraso, de preconceito, de uma lógica que exclui o outro. Nesse sentido, o “cercamento” das terras no contexto de reprodução da fronteira não foi, em última instância, apenas da terra. Ao se delimitar privadamente a terra, também se negou tendencialmente o diferente: foram os mesmos que tiveram como privilégio o acesso à terra, em um processo que se soma ao peso do discurso do “pioneirismo”. Assim, nesse conjunto de cidades, a homogeneidade está não somente em aspectos relacionados à propriedade e à terra mercadoria, mas em um desmesurado controle de outros processos que tangem à urbanização primaverense. Manifesta-se na monotonia do traçado urbano, escolhido no geral pelos “pioneiros”, e no padrão arquitetônico, geralmente seguindo padrões adotados por poucos arquitetos da cidade¹⁰³. Também está presente nas decisões oriundas das mais diversas instituições, cujos representantes estão inseridos nas

¹⁰³ Como nomes e escritórios de arquitetura, citamos a família Denardi e Matsuda, cujos “pioneiros” migraram para a cidade, conforme jornal O Diário (edição especial 30 anos, 2016), respectivamente nos anos de 1985 e 1994, sendo atualmente responsáveis por inúmeros projetos em andamento na cidade.

oligarquias econômicas e políticas ou foram escolhidos a dedo pelos detentores do poder econômico e político¹⁰⁴.

A homogeneidade, como conteúdo da espacialidade destas cidades dinamizadas pela agricultura capitalista, realiza-se também, neste contexto, nas relações sociais, que também acabam sendo tendencialmente homogêneas, negando a diferença e seguindo o padrão aceito ou legitimado pelos “pioneiros”.

Neste sentido – diante de um espaço produto, condição e meio das relações sociais – a constituição violenta da fronteira do capital em Primavera do Leste trouxe também uma sociabilidade cujas características lhe são bastante específicas e vinculadas ao progresso e à temporalidade da reprodução do capital. O monopólio fundiário trouxe necessariamente consigo novas relações sociais: como destacou Martins (2010), “a lógica do latifúndio atinge até quem latifundiário não é” (2011, p. 8) e está incrustada nos conteúdos sociais e políticos brasileiro. O controle das terras, totalmente imbricado com o poder político e econômico, conta com desdobramentos que alcançam uma dominação nos ritmos e nos conteúdos da vida cotidiana.

Além da dimensão fundiária, essas cidades que têm donos, nesta perspectiva, abrangem uma dimensão simbólica em relação àquilo que é permitido, legitimado, valorado pela população (inclusive a de menor poder aquisitivo) em uma espécie de administração da vida cotidiana. A cidade, portanto, além de homogeneizada (como resultado da lógica da acumulação capitalista, do privilégio de determinados grupos ao acesso à terra e das particularidades da reprodução da fronteira do capital em Mato Grosso), também tende a ser homogeneizante (negando a diferença).

A questão agrária e a propriedade privada como mediação dos processos políticos e econômicos, presente na trama social (MARTINS, 2010; 2011) têm grande centralidade para

¹⁰⁴ Pode-se citar aqui o papel desempenhado pelo Codeprim (Conselho de Desenvolvimento de Primavera do Leste), cuja presidência já foi composta pelo ex-prefeito de Campo Verde por oito anos. A atual gestão tem como presidente um candidato a vereador em 2008, vice-presidente do Sindicato Rural, vice-presidente da Associação Primaveraense de Viticultores, ex-presidente da Associação dos Produtores da Grande Primavera, membro do Comitê de Agronegócio Nacional e empresário que atua no setor do agronegócio com importação e exportação de oleaginosas e óleo vegetal, sendo também proprietário de uma agropecuária no oeste baiano. Implantado por lei municipal em 1997, estão contempladas como atribuições do Codeprim: “acompanhar a implementação do Plano Diretor, analisando e deliberando sobre questões relativas à sua aplicação”; “deliberar e emitir pareceres sobre proposta de alteração da Lei do Plano Diretor”; “deliberar sobre projetos de lei de interesse da política urbana, antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal”; “gerir os recursos oriundos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano”; “definir instrumentos de apoio à expansão das empresas locais e à atração de novos empreendimentos”; “definir programas integrados de recursos humanos, objetivando a melhoria dos níveis educacional e de formação profissional dos trabalhadores primaveraenses, em convênio com instituições ou órgãos públicos ou privados”. (Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mt/p/primavera-do-leste/lei-ordinaria/1997/44/449/lei-ordinaria-n-449-1997-dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-de-desenvolvimento-de-primavera-do-leste-mt>>. Acesso em: fev. 2018).

a compreensão do espaço urbano. Desnudar os conteúdos de uma cidade que tem dono permite problematizar, nesta perspectiva, o peso da questão agrária e do controle da propriedade do espaço urbano, iluminando relações historicamente arraigadas nas determinações da ordem distante, mas também profundamente entranhadas nas miudezas das relações sociais, nas coações e nos constrangimentos dos atos cotidianos.

É importante fazermos a ressalva de que os processos que nos permitem denominar Primavera do Leste como uma “cidade que tem dono” são produzidos e reproduzidos em várias outras cidades, em um movimento no qual o domínio de classe sobre a propriedade privada é um dos alicerces da urbanização brasileira. De acordo com reportagem veiculada no jornal O Estado de S.Paulo, de agosto de 2016, a respeito da concentração fundiária na metrópole paulistana:

Um por cento dos donos de imóveis de São Paulo concentra 45% do valor imobiliário da cidade. São R\$ 749 bilhões em casas, apartamentos, terrenos e outros bens registrados no nome de 22,4 mil proprietários – os mais ricos entre 2,2 milhões de proprietários de imóveis da capital. Tirando os cerca de 8 mil imóveis registrados em nome de Prefeitura, Estado e União – grupo que detém áreas de altíssimo valor venal, como o Parque do Ibirapuera e a Cidade Universitária, mas não negociadas no mercado –, há 820 mil imóveis nas mãos do 1% de proprietários mais ricos. Entre eles, estão os maiores pagadores de impostos da cidade. Cada um tem, em média, 37 imóveis, ou R\$ 33 milhões em patrimônio (Burgarelli *et al.*, 2016).

Se na metrópole de São Paulo esse controle exacerbado sobre a terra está nas mãos de 22 mil proprietários, na produção do espaço de Primavera, contudo, além do fato da cidade contar com bem menos imóveis e habitantes do que São Paulo, os donos da cidade podem ser elencados nos “dedos de uma mão” – o que cria um monopólio ainda maior na dinâmica fundiária e enrijece as amarras do “cativeiro” da propriedade e da própria cidade. A ingerência nestas cidades dinamizadas pela agricultura capitalista ocorre, nesta direção, em uma dimensão mais elevada: são poucos donos e comandando uma quantia de terras, em termos proporcionais ao núcleo urbano edificado ou com previsão para expansão, muito maior. Dessa forma, se por um lado loteamentos inteiros controlados por esses poucos “pioneiros” enriquecidos podem facilmente ser comparados, em termos territoriais, a bairros das metrópoles brasileiras, por outro, representam com frequência a maioria do núcleo edificado nestas cidades cuja urbanização é mais incisivamente atrelada ao “agronegócio”. Essa relativa quantidade de poucos proprietários trouxe, portanto, uma nova qualidade ao processo de urbanização primaverense.

Além da compra e da venda de fragmentos do espaço urbano, tornados homogêneos transformados em mercadoria, há uma hegemonia nos processos de produção do espaço urbano vinculados aos grandes e rentáveis negócios do urbano. Diferentemente de metrópoles em que há uma relativa diversificação dos agentes responsáveis pela incorporação imobiliária, em uma cidade como Primavera do Leste estão muitas vezes reunidos, em uma só pessoa, família ou grupo empresarial: o proprietário fundiário, o loteador, o corretor imobiliário e, considerando o imbricamento das oligarquias econômicas e políticas – em certa medida, até o próprio Estado.¹⁰⁵ Assim, o poder de decisão de poucos sobre os ritmos da dinâmica imobiliária – desde a incorporação de lotes ao perímetro urbano, passando pela obtenção de renda e valorização do espaço – realiza-se em um patamar mais elevado, em processos de maiores magnitude e intensidade.

É imprescindível sublinhar que a produção de Primavera do Leste e de outras cidades que têm donos, além de ter sido apenas possível pela manutenção dos privilégios econômicos e políticos que historicamente favoreceram as oligarquias no Brasil, também se correlaciona, conforme expusemos na parte II, a práticas ligadas propriamente a mecanismos de produção de capital, como grilagem e escravidão por dívida.

Nesse contexto, remetendo-nos a práticas de troca de favores e de benefícios pessoais em detrimento do que é público, há pelo menos três situações investigadas pelo Ministério Público que envolvem pagamento de propina por parte de proprietários para vereadores com o objetivo de agilizar ou aprovar a implantação de loteamentos. Outro grupo responsável pela incorporação e venda de dois loteamentos também é acusado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso de ter pago propina, na forma de um lote estimado em 49.900 reais no Poncho Verde III, para um ex-vereador da cidade para a aprovação “facilitação na expansão de seu loteamento”. Os representantes legais da empresa respondem pelos crimes de corrupção ativa e lavagem de capital¹⁰⁶.

Da mesma forma que neste caso, são diversas situações de corrupção para a aprovação ou expansão de loteamentos investigados pelas Promotorias de Justiça Criminal de Primavera do Leste na Operação Sesmária (envolvendo vereadores, servidores públicos da Câmara Municipal e advogados). Em dezembro de 2017, outra reportagem, ainda em relação a esta Operação Sesmária, citava um grupo de 15 pessoas (empresários, vereadores, corretores

¹⁰⁵ Bonduki e Rolnik (1982) citam no capítulo de livro “Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho” cinco agentes responsáveis pela formação dos loteamentos periféricos: proprietário fundiário, o loteador, o corretor, os compradores moradores e o Estado.

¹⁰⁶ “Ex-vereador de Primavera é denunciado pelo MPE por corrupção passiva, lavagem de capital e coação no curso do processo”. Disponível em: <http://www.matogrossonews.com.br/paginanoticias_b.php?codigo=16943&pagina=Primavera%20do%20Leste&categoria=>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

imobiliários, servidor público, advogado e engenheiro) acusado pelo Ministério Público do Estado pela aprovação de um loteamento às margens da BR-070 e compra de votos¹⁰⁷. Segundo a denúncia do Ministério Público, as irregularidades ocorreram entre 2013 e 2016 quando o presidente de Câmara Municipal solicitou vantagem indevida para apresentar projeto de lei alterando o Plano Diretor da cidade, possibilitando a implantação do loteamento na medida em que somente 17% estava dentro do perímetro urbano. A alteração legislativa, conforme a reportagem, chegou a ser efetivada, mas foi declarada inconstitucional posteriormente. Ainda de acordo com a reportagem¹⁰⁸:

Conforme o MPE-MT, as investidas criminosas não se limitaram à alteração do Plano Diretor. Para manter o maior lucro e a liberação do empreendimento, em afronta às leis de Parcelamento do Solo, Estatuto da Cidade e Plano Diretor Participativo, o grupo agiu de forma a obter outras modificações legislativas, mediante a entrega ou promessas de terrenos ou dinheiro. Também consta na denúncia, que a organização também teria bancado estudos técnicos de engenharia, topografia e outros, falsos ou em desacordo com a lei, para instruir as modificações legislativas. O grupo mantinha um núcleo de operações integrado por advogados e técnicos responsáveis por apresentarem os projetos de leis, as alterações legislativas e os estudos técnicos, enquanto também servia de elo/ligação com o grupo de agentes públicos.

Da mesma forma, denúncias no Ministério Público de 2016 envolvem a abertura de loteamentos irregulares a oeste do loteamento Primavera II, inclusive de uma das famílias “pioneiras” da cidade, e que aparentemente começou a ser implantado sem diretrizes urbanísticas, sem licença ambiental ou aprovação do poder público municipal.

Situações semelhantes também são observadas nas cidades de Lucas do Rio Verde e Sorriso. Lucas é, de acordo com Oliveira (1997), um conhecido caso de uma cidade que nasceu no bojo da corrupção, constituindo-se em “um dos maiores escândalos da colonização oficial no país e uma espécie de anti-símbolo da luta pela reforma agrária” (OLIVEIRA, 1997, p. 364)¹⁰⁹. Nesta cidade, o próprio prefeito em 2017 parece ser responsável pela abertura de

¹⁰⁷ “Vereadores, empresários e servidor são denunciados por esquema de aprovação de loteamentos e compra de votos em MT”. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/vereadores-empresarios-e-servidor-sao-denunciados-por-esquema-de-aprovacao-de-loteamentos-e-compra-de-votos-em-mt.ghml> >. Acesso em: jan. 2018.

¹⁰⁸ “MPE denuncia organização criminosa que atuava no ramo imobiliário”. Agora Mato Grosso. 07 set. 2017. Disponível em: <<https://www.agoramt.com.br/2017/12/primavera-do-leste-mpe-denuncia-organizacao-criminosa-que-atuava-no-ramo-imobiliario/>>. Acesso em: out. 2017.

¹⁰⁹ A Família Pivetta, composta por seis irmãos do Rio Grande do Sul, adquiriu uma propriedade formada por três lotes individuais do INCRA, cuja negociação de compra e venda é proibida, e originalmente destinados a parceiros que foram assentados no projeto Lucas do Rio Verde no início de 1982 (OLIVEIRA, 1997).

loteamentos. A Novo Tempo Imobiliários Ltda., da qual Flori Luiz Binotti¹¹⁰ era proprietário até o início de sua gestão em 2017, foi implantada em 2007 a partir de um projeto de loteamento de uma área de 1.000.000 m². Esse local, que passou a ser inserido nos limites do perímetro urbano, era até então uma fazenda de propriedade do prefeito. São, segundo dados do site da própria imobiliária Novo Tempo, 544 lotes para fins comerciais e residenciais, todos acima de 800 m² e voltados para pessoas de alto poder aquisitivo. Esse novo loteamento, denominado de Loteamento Parque dos Buritis, é contíguo ao novo centro cívico da cidade e do novo prédio da Prefeitura Municipal, também concebidos nesse fragmento da cidade como forma de alavancar a valorização do solo urbano.

Essa mesma imobiliária também lançou, além do Buritis, o Reserva da Mata. Primeiro loteamento fechado da cidade, com lotes a partir de 899 m² e área total de 203,7 mil m². Flori Binotti, que atua desde a década de 1990 no ramo do setor de comercialização de insumos agrícolas e em unidades de beneficiamento de cereais, além de ter sido acusado de usar o cargo de prefeito para favorecimento próprio ao aprovar alterações nos próprios loteamentos da Novo Tempo Empreendimentos¹¹¹ pouco mais de um mês após a sua posse, também solicitou em 2017 à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística a pavimentação e drenagem em uma avenida localizada justamente entre os dois loteamentos recém-lançados pela Novo Tempo (da qual era proprietário)¹¹².

Em Sorriso, município conhecido pela maior produção de grãos do país, vários casos emblemáticos nos ajudam a iluminar esses mecanismos de acumulação de capital. A família Francio, considerada “pioneira”, é atualmente uma das mais ricas do estado de Mato Grosso. Segundo Custodio (2005), essa família gaúcha adquiriu terras na década de 1970, junto com outros poucos “pioneiros”, que somavam aproximadamente 27 mil hectares. Formaram a Colonizadora Feliz, responsável pelo projeto de colonização particular empreendido em 1976 e que originaria o município. Como elucida Oliveira (1997, p. 356), Sorriso foi desde o início composta por colonizadores possuidores de mais recursos, cujo ideal ao desenvolverem o

¹¹⁰ Binotti também é um caso emblemático da união do poder político totalmente imbricado com o poder econômico. Ele tinha no ano 2016 um patrimônio de R\$ 33,9 milhões, que incluía “áreas rurais, veículos, quotas em empresas, diversos consórcios, terrenos, equipamentos agrícolas (que somam R\$ 5 milhões), aplicação de renda fixa, depósito bancário e uma lancha (embarcação)”. (Disponível em: <<http://www.sonoticias.com.br/noticia/geral/lucas-candidato-a-reeleicao-pivetta-declara-r-359-milhoes-em-bens-e-binotti-r-339-milhoes>>. Acesso em: set. 2017).

¹¹¹ Disponível em: <<http://www.rdnnews.com.br/executivo/denuncia-ao-mpe-aponta-que-binotti-utilizou-cargo-para-beneficio-proprio/80435>>. Acesso em: nov. 2018.

¹¹² “Binotti pede pavimentação para Lucas, ao governo, em área de sua propriedade”. Disponível em: <http://www.diarionorte.com.br/Noticias/VerNoticias/628/6522Binotti_pede_pavimentacao_para_Lucas_ao_governo_em_area_de_sua_propriedade>. Acesso em: set. 2017.

projeto de colonização que daria origem a Sorriso “era um só: ampliar as fronteiras produtivas de seus empreendimentos particulares”.

Atualmente, a família comanda o Grupo Francio, cujas áreas de atuação envolvem o setor imobiliário, comercialização de lotes rurais e urbanos, suinicultura, extração e comercialização de madeira, bem como atividades agrícolas. A antiga colonizadora e atual Imobiliária Feliz foi a responsável pelo estabelecimento de todo o núcleo urbano inicial da cidade. No decorrer de três décadas, implantou os loteamentos já ocupados e consolidados Pq. Felicidade, Vitória Régia, Porto Kaiabi, Novos Campos, Vila Bela e Bela Vista. Nos anos de 2016 e 2017, lançou mais quatro: Porto Alegre, Vila Romana, Recanto dos Pássaros, Arboreto Ecoville. Este último é um empreendimento do que pretendia, em julho de 2017 e segundo material de divulgação da Feliz, “ser o condomínio fechado mais luxuoso de Mato Grosso”. Contando com 184 mil m² de área comum de lazer e 369 mil m² de área total do terreno, o Arboreto é composto por 319 lotes de 525 metros quadrados e que custavam, no mínimo, 600 mil reais em julho de 2017.

Da mesma forma que em Primavera do Leste e Lucas do Rio Verde, observa-se em Sorriso a constituição de uma cidade engendrada por meio da manutenção e reprodução de conteúdos arraigados de mecanismos arcaicos e atrasados de produção do capital, bem como de relações espaciais preenchidas pelo “poder do atraso” que tanto caracteriza a sociedade brasileira. Os filhos de um dos “pioneiros” da família Francio – o gaúcho Claudio Francio, fundador da colonizadora Feliz – são Nei Francio, um dos maiores sojicultores do estado, e Luciane Francio Garaffa, atual proprietária da Imobiliária Feliz (hoje pertencente ao Grupo Francio).

Integrantes dessa família “pioneira” de Sorriso foram acusados em 2007 de serem responsáveis por um esquema de extração ilegal de madeira no Parque Indígena do Xingu por meio da “corrupção dos índios da etnia Trumai e de servidores públicos de órgão ambientais”. Os filhos do colonizador de Sorriso também foram processados pelo Ministério do Trabalho por terem mantido trabalhadores em situações análogas à escravidão em fazendas nos municípios de Vera e de Feliz Natal¹¹³. A filha de Francio também foi acusada de ter comprado votos na eleição municipal de 2004, tendo oferecido vantagens pessoais e a quitação de parcelas de financiamentos de imóveis de modo a favorecer a campanha do candidato eleito¹¹⁴.

¹¹³ “Juiz nega habeas corpus para 3 suspeitos de crimes ambientais”. Siqueira, Débora. Gazeta Digital, 24 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/143462>>. Acesso em: 20 set. 2017; “Estouro no Xingu”. Fazeres, Andreia. Eco, 16 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/reportagens/1944-oeco_22068/>. Acesso em: 20 set. 2017.

¹¹⁴ Segundo reportagem publicada no jornal Folha de S.Paulo, no dia 20 de março de 2007, intitulada: “Ministério público denuncia prefeito de MT por compra de votos”. “De acordo com o Ministério Público, foram oferecidas

Por fim, a Colonizadora Feliz, que continua loteando a fazenda adquirida pela família há mais de quatro décadas e atua também em empreendimentos da construção civil, tinha negócios, ao menos até 2013, que “pareciam envoltos em irregularidades como medições equivocadas ou outras irregularidades na emissão de escritura” (ALMEIDA, 2013, p. 31). Como cita Almeida (2013), a colonizadora teria adquirido terras que já estavam em litígio. Um de seus “pioneiros” chegou inclusive a admitir, em depoimento para um livro sobre a história de Sorriso, a existência de mais de duzentos posseiros nas terras que dariam origem à cidade. Em relato de um dos sócios da colonizadora Feliz publicado por Custódio (2005, p. 86)¹¹⁵:

(...) Quando nós compramos isso aqui que hoje é Sorriso, era 8.000 alqueires, tinha mais ou menos umas duzentas pessoas aqui em cima dessa área, de grileiros. Só que nós compramos de uma firma do Rio de Janeiro (...). E nós compramos só que limpo, sem ninguém em cima. Eles vieram ali com a justiça e tiraram todo mundo pra fora. (...) tinha tanta criança (...) dava dó de ver, um dia de chuva. (...) Pegaram e largaram na beira da Rodovia e mandaram embora. Levaram até uma certa altura e largaram (...).

Há uma nítida deturpação do direito à propriedade privada da terra, na qual os duzentos posseiros, que estavam havia vários anos nas terras que dariam origem a Sorriso, não tiveram seu direito assegurado em detrimento de um único grupo que adquiriu terras já em litígio. Essa situação, na qual o Estado e a justiça brasileira tendem a garantir o direito à propriedade privada da terra de grandes empresários e latifundiários, eximindo-se da tarefa de visar a salvaguardar a função social da propriedade, marcou a dominação privada das terras em Mato Grosso e do território brasileiro como um todo.

Além dos Francio, a família Dairot também é considerada uma das “pioneiras” da cidade. Chegou em 1982 em Sorriso e tinha dois loteamentos previstos para lançamento em 2017 e um para 2018, totalizando 625 lotes. Ambos são projetos da LI Imobiliária (cujas diretoras são Leila Dairot e Ivone Bedin Dairot), empresa que integra grupo Dairot e fundada em 1998. Sobre a abertura de um dos loteamentos da empresa, o Santa Mônica, no centro da cidade e com acesso direto à BR-163 e à MT-242 (com lotes a partir de 500 reais metro quadrado, parcelados em cem vezes), Leila Dairot, dando um depoimento bem emblemático a respeito da valorização do espaço e especulação em determinadas parcelas dessas cidades

vantagens pessoais e a quitação de duas parcelas do financiamento de imóveis localizados no loteamento Jardim Novos Campos, em Sorriso. O loteamento foi implantado pela Colonizadora Feliz, de propriedade da empresária”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90461.shtml>>. Acesso em: ago. 2018.

¹¹⁵ Entrevista concedida à Odila Bortoncello e cedida a Custódio (2005). O nome do entrevistado foi preservado.

afirmou que: “Essa era uma reserva de mercado do grupo, uma área que consideramos um vinho que estava guardado na adega para uma ocasião especial (...)”¹¹⁶. Também é da LI o Jardim Aurora, implantado em 2003. Composto por mais de mil lotes, na última fase foram lançados 100 lotes de 450 metros quadrados, por 380 reais o metro quadrado.

O grupo Dairot – formado pelos sócios irmãos Elírio, Elpídio e Valdir Dairot, migrantes de Renascença, no Paraná – atualmente reúne sete grandes propriedades rurais em um raio de cinquenta quilômetros a partir de Sorriso. São mais de 20 mil hectares com soja, milho, arroz e feijão, bem como duas unidades de armazenagem com capacidade para 150 mil toneladas e uma usina de etanol combustível. Os Dairot também atuavam na criação de gado de elite em 2008 (3 mil cabeças) e lançaram um hotel de alto padrão em Sorriso.

Dois integrantes da família Dairot foram acusados em 2016 pelo Ministério Público de integrarem um esquema de lavagem de capitais, envolvendo o desvio de nove milhões de reais da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e do qual também participavam deputados estaduais e demais empresários¹¹⁷. Outra imobiliária conhecida em Sorriso, a Araguaia Imóveis, também foi acusada de realizar desmatamento ilegal em três loteamentos¹¹⁸, totalizando uma área de 66 hectares.

Essas cidades que aparecem no senso comum como “cidades de luxo”¹¹⁹ em meio às plantações de soja são produzidas, desta forma, por mecanismos de acumulação do capital ligados a práticas de acumulação primitiva (a grilagem de terras realizada pelos mais variados mecanismos de burla e corrupção, a extração madeireira, as relações de trabalho análogas à escravidão), bem como de práticas perpassadas pela troca de favores (como compra de votos em período eleitoral e relações de corrupção para aprovação de loteamentos). Neste contexto, a histórica manutenção de privilégios, das práticas clientelistas, patrimoniais e rentistas reitera-se, dia após dia, em Primavera do Leste e em tantas outras cidades.

¹¹⁶ “Grupo Dairot coloca suas ‘joias’ imobiliárias à venda”. Revista Notícia de Mato Grosso. Jun. de 2017. p. 89.

¹¹⁷ “MP denuncia 3 deputados e 2 moradores de Sorriso por desvio de R\$ 9 milhões”. Disponível em: <<http://www.mtuol.com.br/noticia/mp-denuncia-3-deputados-e-2-moradores-de-sorriso-por-desvio-de-r-9-milhoes>>. Acesso em: set 2017.

¹¹⁸ Tratam-se dos loteamentos Morada do Bosque I, II, III, IV, sendo que apenas possui registro do Morada do Bosque I. São áreas contínuas da mesma propriedade, que somadas perfazem 109 hectares e também são alvo de disputa com famílias do MST (“Araguaia imóveis também acusada de desmatamento”. Disponível em: <<http://www.mtnoticias.net/sorriso-ibama-embarga-area-aos-fundos-do-sao-domingos-e-multa-empresas-e-as-sociacoes-por-desmatamento/>>. Acesso em: jun. 2017).

¹¹⁹ Expressão utilizada em reportagem da TV Globo, veiculada no Jornal Hoje, em abril de 2017. “Agronegócio muda a cara de muitas cidades no interior do Brasil”. Edição do dia 06/04/2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/04/agronegocio-muda-cara-de-muitas-cidades-no-interior-do-brasil.html>>. Foram citadas na reportagem as cidades de Sinop, Lucas, Sorriso, Primavera e Rondonópolis.

Essa produção de capital, empreendida por meio de uma espécie de acumulação primitiva, desvela uma lógica capitalista imposta a estes novos espaços carregada de contradições e arcaísmos. O que na aparência desponta com intermináveis loteamentos cravejados de grandes casas espelhadas, bem como de uma heroica história de “pioneirismo” e do trabalho árduo, é, efetivamente, marcado pela dominação e monopólio de terras (com frequência, em um processo permeado pela ilegalidade), pelo conflito de terras, pela expropriação das populações locais.

Esse conjunto de cidades que têm donos trazem, neste sentido, uma dimensão que escancara ainda na atualidade e na vida cotidiana, a violência da propriedade privada. Elas têm seu cerne o domínio do poder pessoal e da barbárie que marcaram de modo mais explícito a reprodução da fronteira, especificamente em Mato Grosso a partir dos anos 1970. Por um lado, essa violência ainda tem traços do “coronel” e do “capanga”, remetendo-nos a práticas que poderiam ser, em primeiro olhar, consideradas como já ultrapassadas. Tal situação evidencia-se a partir do depoimento de uma mulher de Primavera do Leste referindo-se a seu pai: “Ele anda sempre com mais outros dois funcionários, armados. Está jurado de morte, daí precisa sempre andar com alguém, com arma... são mais de vinte mil hectares, do que está escriturado, né? Mais o que não está...”. Por outro lado, essa violência manifesta-se não somente em uma barbárie armada e pelo sangue derramado em nome da propriedade privada, mas também pela violência frequentemente velada em relação ao outro, ao que não é o “pioneiro” ou considerado “empreendedor”. A “limpeza” do território indígena para a realização dos negócios fundiários (e para agricultura mecanizada, para pecuária, ou mesmo para a “invenção de cidades”) também cede hoje lugar a uma “limpeza” perversa que nega o lugar e as possibilidades àqueles que não inseridos ou se inserem precariamente na lógica capitalista, como detalharemos na parte IV. Em ambos os momentos e violências (explícitas e veladas) há em comum o controle e a negação radical de um outro projeto de sociedade além daquele marcado pelo rentismo, pelo patrimonialismo, pela propriedade privada da terra.

Tendo no atraso conteúdo de uma aparente modernidade, o estudo desse conjunto de cidades também permite problematizar a imbricação entre o público e privado, uma das características da sociedade brasileira como destaca Martins (1994). A cidade, produzida socialmente (embora na sociedade capitalista seja dominada privadamente), tem seu aspecto privado reforçado ao ter “dono”.

O processo de monopolização e privatização da terra reverberou, dessa forma, em uma tendência à privatização da própria cidade. Primavera do Leste surge, neste contexto, como

uma cidade essencialmente privada, cuja dimensão da propriedade manifesta-se com força. Planejada como projeto privado, desdobra-se praticamente em um bem pessoal, socializado por alguns (em uma relação também mediada pela mercadoria). O trinômio terra-poder-capital nos explica não somente o fato de que muitos “pioneiros” dessas cidades parcialmente atreladas à agricultura capitalista mecanizada sejam hoje prefeitos ou ocupem demais cargos públicos, mas também o fato de que um deles tenha afirmado em depoimento que não almejava cargo político algum, “já que tinha a mão dele em tudo [toda cidade]”.

Essa linha extremamente tênue entre o que é público e o que é privado, como destaca Martins (1994), está imersa em uma troca de favores difusa e implícita e manifesta-se entre uma dominação patriarcal e provedora (em práticas como doação de terras e a implantação e infraestruturas e de loteamentos) e aqueles subsumidos a esta relação. Em uma sorte de agradecimento ou de uma eterna dívida pela instituição da cidade, quase uma dádiva graças ao “pioneiro provedor”, há uma relação de troca se estabelece no esforço coletivo, empreendido por parcela significativa dos habitantes, para manter a imagem dos “pioneiros” e da cidade, polindo a vitrine de uma cidade imaculada, que valora os próprios empreendimentos e os mesmos grupos, esmerando por vezes uma imagem vazia ou exaltando locais e práticas que negam o diferente¹²⁰.

Se Primavera do Leste surge e se produz quase como um bem pessoal – evidenciado nas falas de alguns “pioneiros” ao lembrarem que investiram uma grande quantia de recursos próprios ou quando se empregam expressões como “bairro dos Riva”, “bairro dos Cosentino”, “bairro dos Castelli” ... – o próprio ato de morar surge como uma espécie de favor ou de permissão, em relações evidentemente também perpassadas pela lógica da mercadoria e do dinheiro. Assim, a ingerência exercida pelos proprietários “pioneiros” de Primavera do Leste para além da propriedade privada da terra nos remete a diferenciação entre proprietário e dono, sendo dono não apenas o proprietário mas também aquele que permite e que tem o domínio sobre algo. De acordo com Martins (2014, p. 119-120):

Dono é uma diferenciação da categoria **homem**, que a degrada e desfigura, porque viola o direito do outro trabalhar e viver. O **pobre** surge, pois, dessa degradação dos **homens** pela mediação do **dono**, que desfigura o **homem**. Pobre não é aquele que não é proprietário, mas aquele que não tem direito de trabalhar, isto é, aquele que não tem a **permissão**. Dono tem, portanto, também o antigo sentido de **dom**, de senhor, aquele que **dá**, aquele que

¹²⁰ Assim, por exemplo, festas e valores do Sul brasileiro (o CTG, as festas com chimarrão, tererê ou churrasco) são reforçados e valorados em relação a hábitos nordestinos e indígenas, como detalhado por Almeida (2013) a partir das relações de sociabilidade em Sorriso.

permite, que **consente**, que tem o **senhorio**, o **domínio** sobre algo, e não o que definimos hoje como propriedade (grifos do autor).

Realizada e vista como uma mercadoria e bem privado, sobre o qual “pioneiros” e outros poucos podem exercer controle, com mandos e desmandos a seu bel prazer. Primavera do Leste é, neste sentido, uma cidade-negócio que conta com a particularidade não somente de realizar-se como mercadoria diante da lógica capitalista e da propriedade privada da terra e do solo urbano, mas por ter dono, em um processo no qual, para além do aspecto econômico, cabe desvelar a dimensão social e o poder pessoal local ainda exercido por esses “pioneiros” neste conjunto de cidades.

Estes “pioneiros” são proprietários e consideram-se frequentemente donos de cidade, também sendo legitimados por parcela da população. Afinal, por que não alçar à categoria de “pioneiro” quem “bondosamente” investiu, foi responsável pelo considerado sucesso da cidade? Imbuídos de grande poder pessoal, esses proprietários e donos desenvolvem formas de dominação patriarcal sob as mais diversas nuances, em uma rede de troca de benefícios e cristalizando o poder pessoal no lugar do público. Como afirma Oliveira (1997) a partir de seu estudo sobre as cidades forjadas na fronteira amazônica:

Dominação essa que se estrutura através das empresas de colonização e se consolida com a sua herança: a emancipação desses projetos de colonização e a sua transformação em municípios. O Estado que vai se constituindo é a expressão da dominação existente. Os proprietários das colonizadoras tornam-se os novos "coronéis da política local" (OLIVEIRA, 1997, p. 370).

Há, neste sentido, uma centralização do poder de decisão no que tange ao processo de urbanização, realizado por poucos “pioneiros”, em uma soldagem de interesses e dos agentes econômicos e políticos. Esse poder pessoal esteve fortemente presente na obtenção de privilégios e vantagens (lícitas e ilícitas) para a obtenção de terras e está, ainda hoje, sendo revigorado em práticas tradicionais e arcaicas travestidas de modernas. Reproduz-se um clientelismo, ancorado em retribuições materiais e políticas e que corrobora para manter as oligarquias no poder, transformando dinheiro público em benefícios privados de empresários e latifundiários.

Da mesma forma que em Primavera do Leste, cuja urbanização foi acentuadamente controlada por poucos “pioneiros” – dentre eles Cosentino e Riva – ocorreu em Sinop, Vera, Santa Carmem e Cláudia com Ênio Pipino; em Alta Floresta, com o conhecido caso de grilagem de Ariosto Riva; em Nova Mutum, com José Aparecido Ribeiro; em Sapezal, com a

família Maggi; em Juara, com Zé Paraná; em Matupá, da família Ometto. Como afirma Oliveira (1997) ao citar alguns desses “pioneiros”, esse processo está relacionado, como expusemos na parte II desta tese, ao modo pelo qual ocorreu a dominação privada das terras de extensão considerável do território mato-grossense, no qual houve a imposição de monopólios. Esse controle explicaria o fato de que, ainda segundo o autor, cada parte dessa região tenha dono.

Desta forma, os “pioneiros”, donos de colonizadoras privadas ou empreendedores de projetos individuais (como no caso de Primavera do Leste), mobilizaram não só o monopólio da propriedade para a efetivação de suas estratégias econômicas, mas também colocaram em prática mecanismos de controle de vários aspectos da vida urbana, do trabalho, da moradia (aprofundado também na parte IV tese). Além da dinâmica fundiária sob a tutela desse seleto grupo, há a própria supervisão e vigilância de determinadas práticas socioespaciais.

Os laços de uma cidade que tem dono são revigorados a cada dia em um processo no qual esses “senhores” da terra, do capital e do poder (cf. Martins, 1994), tamanho o controle e poder que obtiveram no decorrer dos anos, também sentem-se, somados a seus iguais, como “senhores” da cidade. Assenhorando-se não apenas das terras, dominam tendencialmente uma vasta parcela dos processos da urbanização e da reprodução da vida cotidiana, em um poder pessoal que permite fazer alusão às práticas dos coronéis do século XIX.

Os projetos de colonização privados largamente aplicados em Mato Grosso permitem problematizar as especificidades de várias de suas cidades e a dimensão do grande poder pessoal do qual são dotados os “pioneiros”, proprietários e, em larga medida, donos. Aqui, abre-se um amplo espectro de investigações a respeito não apenas das dinâmicas e particularidades do mercado imobiliário dessas cidades que surgiram a partir de “pioneiros” e colonizadoras específicas¹²¹, mas em que medida e por meio de quais estratégias ainda exercem forte comando nos processos da produção do espaço. A dominação capitalista da propriedade privada iniciada com o avanço da fronteira do capital e ocupação do que seria Primavera do Leste trouxe, assim, profundas consequências ao processo de urbanização e às relações concretas da vida cotidiana. Elites e oligarquias locais, embora atualmente também alinhadas com grupos internacionais, ao que tudo indica, continuam desempenhando importante papel hegemônico nestas cidades tanto nos processos de urbanização quanto na dimensão do vivido e da vida cotidiana.

¹²¹ É interessante fazermos a ressalva de que estamos tratando da escala intra-urbana. Contudo, o papel das oligarquias nos processos espaciais não está restrito a ela, uma vez que também é exercido no âmbito estadual e, inclusive, nacional. No caso de alguns estados brasileiros, são bem conhecidas as ingerências das oligarquias dos Sarney no Maranhão ou dos Magalhães na Bahia. Descortinam-se aqui possibilidades de pesquisa que relacionem o peso das oligarquias (que se mantém de modo articulado a um contexto de crescente mundialização e financeirização) e o mandonismo dos chefes locais (cf. Martins, 2011) com a produção do espaço urbano.

3.2.2. Estratégias e táticas espaciais

No decorrer do processo de ocupação de Primavera do Leste, diversas táticas foram utilizadas para que fosse possível realizar uma estratégia que permitisse acumular cada vez mais capital por meio da implantação dos loteamentos e valorização do solo urbano. Dentre elas, estão o controle na venda dos lotes, de seus tamanhos e formas de aquisição, a abertura gradual de loteamentos (visando à valorização), a construção de empreendimentos destinados a estratos de renda distintos, a doação de diversos terrenos (principalmente para a construção de prédios públicos ou de moradias para a população de menor renda), bem como a venda de lotes a preços mais baixos que o habitual (no início da ocupação para estimular a chegada de novos habitantes). Por meio desses mecanismos, a concentração fundiária se mantém e reitera-se o emprego da terra predominantemente fundado no valor de troca.

Esse conjunto de táticas envolvendo a valorização presente e futura desses espaços, dando mais rentabilidade aos negócios urbanos, acarreta um domínio ainda maior do próprio planejamento urbano nessas cidades, ditado pelas poucas famílias que têm em suas mãos o comando da expansão de grande parcela dos loteamentos. Por meio dessas táticas¹²², certas, calculadas, e visando a possibilitar a acumulação capitalista, o espaço – político e ideológico (LEFEBVRE, 2008) –, atende a interesses de classe, sendo, ao menos como tendência, produzido de acordo com as conveniências dessa elite econômica e política.

O controle da venda dos lotes impõe padrões homogêneos a loteamentos inteiros, determinando quem poderá acessá-los e atraindo, no geral, moradores com o mesmo padrão de renda. A respeito da imposição de um espaço controlado e hierarquizado desde o início da “invenção” dessas cidades, Guimarães Neto (2009, p. 74) afirma que:

É fundamental observar, nesse sentido, que desde o primeiro momento da implantação dos projetos de colonização, as plantas cartográficas que delimitam os espaços selecionados e mapeiam os lotes urbanos, projetam um território controlado e hierarquizado. Apresentam-se, dessa forma, os traços de um domínio social e econômico dos empresários no campo do planejamento, que adquire a forma do discurso da colonização.

¹²² Para Lefebvre (1973; 2000; 2004), as estratégias realizam interesses de classe, enquanto que as táticas seriam caminhos e mecanismos empregados para produzi-las e efetivá-las. Por meio do espaço, político e ideológico, as diversas estratégias se desdobravam e entram em conflito, tanto a estratégia global (visando a salvaguardar interesses das agências hegemônicas do espaço) quanto a estratégia urbana, encontrada na prática e na problemática urbana e com a potência de tornar o possível o impossível por meio de uma crítica radical do saber e do poder.

Uma das principais táticas empregadas para a valorização do solo urbano é a própria definição do tamanho dos lotes (que alcança até 600 metros quadrados nos bairros centrais) e suas formas de aquisição (pagamento à vista ou parcelado, com ou sem financiamento). O domínio da venda dos lotes em uma só pessoa ou empresa – inicialmente em Primavera, dos Cosentino e, em seguida, com o parcelamento de lotes um pouco mais distantes do núcleo urbano, de outras famílias “pioneiras” – também determina, neste sentido, quem poderá acessá-los. Segundo relato em abril de 2016 de uma corretora de imóveis a respeito de Primavera do Leste:

(...) ela [Primavera do Leste] é o que é porque foi colocado preço e, se você não coloca preço, muitas vezes você não tem lucro. Eu vou citar o exemplo do Riva, do bairro Riva, qual a estratégia dele [W. Riva]: ele não vende casa parcelada, a maioria dos clientes dele são à vista. Ele não dá essa liberdade para essa pessoa, tipo: “me dá uma entrada aqui pequena e parcelo para você em cinco, sete anos”, que nem no Buritis se faz. Consequentemente, quem vai comprar um lote desse é quem tem dinheiro (...). Então, é uma coisa que puxa a outra. Vou dar só mais um exemplo: No começo do Primavera III, lógico que já mudou tudo... Mas, só para você ver os extremos: era barato demais os lotes, porque era barato. Uma entrada pequena e ia parcelando e já era a mesma coisa do aluguel. Então, já vai caracterizando outro tipo de bairro...

De acordo com um dos “pioneiros”, quando indagado se a cidade, efetivamente, teria um mercado imobiliário com preços considerados elevados:

Depende a área, que nem aqui, o nosso loteamento não vendemos a um prazo longo, então quem pode comprar um terreno tem possibilidade de construir bem. Tem área aí que começa a vender com 36 meses... O cara compra constrói uma casinha, depois não paga mais... Aí, fica difícil. Sempre tivemos muito cuidado com isso aí... (...) e também o terreno valoriza mais quando todo mundo começa a construir.

Essa diferença no tamanho dos lotes e na maneira de aquisição e compra é resultado de uma tática distinta dos loteadores com o mesmo objetivo, visando à mesma estratégia, isto é, a valorização do que ainda será parcelado e vendido. Em Primavera III, loteamento da Imobiliária Cosentino a dez quilômetros do centro da cidade e originalmente com o nome de “Cidade Satélite Primavera III”, os moradores conseguiam obter lotes menores e mais baratos, inclusive com pagamento parcelado e financiado em várias vezes. Já no Jd. Riva, um dos mais caros da cidade, os terrenos são maiores, de 600 metros quadrados, e geralmente vendidos com uma entrada e mais três parcelas. A venda ocorre em prazos menores visando a uma valorização

a curto prazo. No Jardim Riva I, são 27 quadras com 526 lotes (9,4 lotes por quadra média), em contraste com Primavera III (com 112 quadras e 2370 lotes, com aproximadamente 21,16 lotes por quadra). No caso da Incorporadora e Imobiliária Cosentino, há a clara implantação de loteamentos para públicos diferentes: o Jardim das Américas, com lotes a partir de 450 m², e o Primavera III ou o Jardim Florença, ambos com lotes de 200 m².

Esse controle da homogeneidade em relação à incorporação de loteamentos, que contribui para criar grandes extensões destinadas a apenas uma parcela de renda da população, gera uma valorização ainda maior quando articulada ao lançamento em etapas dos loteamentos. A Cosentino lançou o Primavera I ainda entre as décadas de 1980 e 1990, ao passo que o loteamento Primavera IV foi lançando apenas em 2015. O loteamento Castelândia situado ao sul da BR-070 e um dos primeiros cujos lotes foram vendidos na cidade, ainda continua sendo parcelado e já está em sua quarta etapa. Já o Jardim das Américas, dos Cosentino, teve sua sétima fase lançada em agosto de 2018. Parcela preponderante do processo de valorização desse loteamento é alavancada pelas doações de terrenos para repartições públicas (na mesma avenida estão Câmara Municipal, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública e o terreno onde será construído o Fórum de Primavera do Leste).

Da mesma forma como se nota no Jardim das Américas, uma tática bastante comum empregada pelos “pioneiros” é a doação de terrenos. Houve doações significativas em três dos primeiros loteamentos da cidade (loteados por Castelli, Riva e Cosentino), com a cessão de terrenos com uso já urbano para população de menor renda como forma de valorização. A imobiliária Cosentino foi a responsável pela doação de inúmeros terrenos para algumas das famílias que chegavam à Primavera no decorrer da década de 1980 e 1990, bem como para a construção de equipamentos públicos. Segundo depoimento de Cosentino para Freitas (2016):

Fizemos investimentos com recursos próprios até que o núcleo foi elevado a município. (...) **Fizemos doações, até em forma de sorteios para atrair e despertar nas pessoas o desejo de vir morar em Primavera.** Isto porque no início ninguém acreditava no sucesso da criação de uma cidade neste cerrado. Vimos nessa medida uma forma de fixar as pessoas no núcleo (grifos nossos).

Dentre os terrenos doados pela Cosentino, estão alguns no loteamento Primavera III, outros utilizados para creches coordenadas pela Igreja Católica e onze hectares para a CASEMAT (Companhia de Armazéns e Silos do estado de Mato Grosso) (FREITAS, 2016).

É interessante destacarmos que a utilização de recursos próprios da Cosentino e a doação de terras eram também uma forma de investimento para atribuir valor aos terrenos

próximos e criar novas frentes de expansão do mercado imobiliário. Além disso, era preciso garantir a continuidade da cidade como negócio: neste sentido, doar um grande terreno para possibilitar o armazenamento de grãos aparecia como um caminho para impulsionar uma dinâmica econômica e atrair mais famílias e investidores.

Proprietária de um dos primeiros loteamentos da cidade, a família Castelli também doou dois terrenos no loteamento Castelândia: um deles, com dois hectares, para a construção da Cohab Tancredo Neves, e outro, de três hectares, para a Sociedade Aquática (FREITAS e MONTEIRO, 2015). Embora hoje a Cohab esteja próxima de equipamentos e infraestruturas urbanos, na década de 1980 era uma área relativamente afastada das demais construções (**figura 32**).

Doações são realizadas desde o início da implantação do núcleo urbano até, pelo menos, o momento em que escrevemos (final de 2018). E. Cosentino doou para a Prefeitura Municipal um terreno de 23 mil metros quadrados, no loteamento Primavera II, para a construção do novo prédio do Fórum da Comarca de Primavera do Leste¹²³. Esse loteamento lhe pertencia inicialmente e ainda hoje uma quantia considerável dos terrenos está desocupada.

Figura 32. Terrenos no núcleo urbano doados pela família Castelli

Jornal O Diário, maio de 2015. Fonte: Freitas e Monteiro, 2015.

¹²³ Disponível em: <<http://www.cliquef5.com.br/primavera-do-leste/noticias-de-pva-do-leste/desembargador-informa-abertura-do-processo-de-licitacao-para-construcao-do-novo-forum/121349>>. A implantação e doação de lotes para prédios institucionais também é uma estratégia adotada em demais cidades dinamizadas pela agricultura capitalista mecanizada. Em Lucas do Rio Verde, vários dos novos loteamentos estão no que se chama de “novo centro cívico”, no qual já há um novo edifício da prefeitura. Já em Colíder, o grupo Beira Rio doou um hectare para a construção do novo prédio da cidade. Por fim, em Sorriso também há a previsão de que todas as atividades do poder municipal se localizem próximas e em áreas de expansão dos novos loteamentos.

Segundo depoimento de um dos “pioneiros” da cidade a respeito das doações de terras:

Você tem que abrir mão de alguma coisa... Aqui tinha tudo a frente, subindo ali para o aeroporto... mas chegava gente dizendo: ‘Ó, eu quero construir um armazém aqui, um posto ali...’. E a gente vendia baratinho, senão diziam: ‘Eu vou lá para Sorriso...’. Ou mais para frente... E a gente vendeu baratinho, mas eu acho que valorizou o resto, não é?

Esse mesmo capitalista também doou terrenos para um centro de convivência de idosos, um estádio de futebol, “meia quadra” no Jd. Riva para a construção de uma escola particular católica e parte do terreno onde hoje está uma universidade particular:

(...) Aqui na faculdade mesmo eu vendi baratinho, depois eles pediram mais ‘ah eu precisava de mais um pedaço para descer mais’ ... Aí eu dei mais dois ou três hectares de terra. E no fim foi bom, eu acho. O movimento que tem de noite aí, tá louco. Vem ônibus de Paranatinga, Santo Antônio do Leste, Campo Verde, Poxoréu...

Cabe destacar que as doações de terrenos para a população de menor renda, no geral, não englobavam, nas ações desses “pioneiros”, aquela totalmente pauperizada das condições de sobrevivência e que enfrenta inúmeras dificuldades para ter acesso à terra e ao trabalho (como as famílias da favela da BR ou trabalhadores braçais e temporários das fazendas ou da construção civil). Eram destinadas, sobretudo, a migrantes sulistas ou àqueles que eram vistos como pessoas que poderiam ser bem-sucedidas empreendendo nas atividades comerciais ou de serviços. Além da imposição de para quem ou qual atividade seriam destinadas essas doações, elas também foram acompanhadas de uma escolha a respeito de suas localizações: no geral, em fragmentos da cidade pouco valorizados ou distantes do centro, o que em certa medida, valorizava demais lotes não somente pela ocupação que surgia mas pela expansão dos serviços e infraestruturas, custeados pelo Estado, até esses locais.

Da mesma forma, a venda de terrenos a preços baixos foi outra tática encontrada para valorizar terras e garantir o sucesso do empreendimento Primavera do Leste. Na década de 1990 e 2000, muitos lotes foram negociados a preços baixos (tendo como público alvo uma parcela empobrecida da população, mas não aquela totalmente expropriada das condições de trabalho e sobrevivência) procurando incentivar a ocupação. São vários os relatos de

moradores da cidade de que bastava “dar uma ‘biz’¹²⁴ velha para comprar um terreno” nos loteamentos mais afastados, como Primavera III e Buritis. Relatos publicados no jornal O Diário também se referem a outras práticas de pagamento. Dentre elas, a de um terreno no Jd. Riva, hoje estimado em 250 mil, trocado por um carro avaliado atualmente em 5 mil reais. De modo semelhante, um terreno no loteamento Primavera II teria sido trocado por mil tijolos¹²⁵. Além de uma grande valorização e precificação dos lotes nos últimos anos em Primavera do Leste, essas situações apontam para práticas que permitiam uma população monetarizada, mas sem dinheiro, ter acesso à propriedade.

Em Primavera III, a cessão e venda de lotes durante vários anos atendeu a uma parcela relativamente pobre da população e que obteve apenas nesta periferia as condições para comprar um terreno e obter a casa própria. Segundo um dos “pioneiros” da cidade, as terras neste loteamento e na maioria da cidade eram negociadas “pelo valor de um maço de cigarro”. Aqui é importante destacarmos que, apesar da negociação a preços reduzidos, as terras eram vendidas em grande quantidade e foram obtidas a custos baixos ou doadas no decorrer da monopolização da propriedade privada das terras no território mato-grossense. Tal processo também contribuiu para proporcionar uma grande concentração de capital nas mãos de poucos.

Quando os terrenos de Primavera III começaram a ser vendidos as ruas ainda não eram asfaltadas. A ponte, sob um pequeno córrego e que permitia o acesso ao bairro, ainda era de madeira. As famílias que passaram a morar no “Cidade Satélite de Primavera III” quando adquiriram os terrenos no início da venda dos lotes iam todo mês pagar em dinheiro a parcela na imobiliária. Esse processo provavelmente era feito às custas de sacrifícios cotidianos e em detrimento de outras despesas.

Analisando-se as leis e decretos da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, é possível verificar que desde 1987 há, ao menos, nove situações de permuta de títulos de propriedade. Muitas delas envolvendo localizações, segundo alegado pela Prefeitura, com o objetivo de agregar em um mesma quadra serviços públicos municipais, como creches e postos de saúde. Essas trocas abrangeram outras propriedades, já em nome do poder público, com pagamento através de outros terrenos, em dinheiro ou em carreta-tanque¹²⁶.

Essas táticas de controle dos processos de valorização do espaço urbano – que também visavam à atração de novas pessoas tanto para “empreender” e investir quanto para se

¹²⁴ Moto popular da Honda, cujos preços variavam em 2016 de 4 mil (usada) a nove mil reais. Esse tipo de transação aparecia como alternativa quando os compradores não tinham disponibilidade imediata de dinheiro.

¹²⁵ “Fotos e Fatos que marcaram a cidade de Primavera”. Jaqueline Hatamoto. 11 mai. de 2013, Disponível em: <<http://www.jornalodiario.com.br/imprime.php?cid=26649&sid=204>>. Acesso em: jul. 2018.

¹²⁶ Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/prefeitura/mt/primavera-do-leste>>. Acesso em: nov. 2017.

constituir em mão de obra barata – podem ser observadas em outras cidades de Mato Grosso. Em Sorriso, a Colonizadora Feliz, responsável pela comercialização de lotes rurais e urbanos a partir de 1976, chegou a doar lotes urbanos para quem adquirisse lotes rurais e estivesse disposto a permanecer na cidade (ALMEIDA, 2013). Também havia, no “Compromisso de Compra e Venda” expedido pela Feliz e datado de 1985, o estabelecimento de um padrão mínimo de construção. Aqueles compradores que seguissem as “normas especiais para venda de lotes urbanos” teriam redução no valor do lote. De acordo com a localização e o preço do terreno vendido, a Colonizadora estipulava previamente critérios construtivos mínimos, nos quais a área dos imóveis variava de 50 a 200 m² (CUSTÓDIO, 2005).

Essa padronização proposta pela empresa de colonização aponta para uma espécie de reenquadramento do espaço social. Predeterminar o padrão de construção das casas, de certa maneira, seleciona os compradores de terrenos, ao mesmo tempo que dificulta o acesso à população pobre (CUSTÓDIO, 2005, p. 54).

A Colonizadora Feliz, além de impor padrões construtivos mínimos a cada loteamento e lote, também calculava gastos do comprador em relação aos terrenos adquiridos para uso agrícola, analisando se seria possível manter o cultivo diante dos elevados custos com maquinário e acesso a insumos. De acordo com Custódio (2005, p. 54), a Colonizadora “adequava o tamanho da área adquirida aos recursos financeiros que o comprador dispunha”.

A partir do que é relatado nas entrevistas citadas por Custódio (2005), em Sorriso foram também implantados desde o início da colonização diferentes tamanhos de lotes, de modo a abranger migrantes de diferentes poderes aquisitivos. De acordo com o que também salienta o autor, havia uma empresa que oferecia assistência técnica a quem comprasse terras através da Colonizadora. A estipulação de um prazo, de seis meses segundo Almeida (2013) e uma entrevista a um “pioneiro” citada por Custódio, foi uma prática, como veremos, também recorrente em Nova Mutum.

Dando uma ideia dessa pesada ingerência sobre a propriedade privada na dinâmica do mercado imobiliário urbano, citamos a atuação outra grande imobiliária de Sorriso: a Pôr do Sol Urbanizações, originada a partir do loteamento de uma fazenda contígua a fragmentos ocupados da cidade e que passou a ser inserida no perímetro urbano. A empresa já lançou empreendimentos em Rondonópolis e Nova Mutum e atua em Sorriso desde 2005, tendo sido responsável pela implantação de mais de dez mil lotes.

Já a Araguaia Imóveis, também de Sorriso e tendo como dono Ronaldo Padilha, é proprietária de sete loteamentos, além de outras terras em áreas próximas ao perímetro urbano: Cidade Jardim; Morada do Bosque; Novo Horizonte; Vila Rica; Florais da Mata; e Reserva Jardim. Os preços de cada lote variam de 70 mil (Morada do Bosque) a 400 mil (Cidade Jardim). Há previsão de lançamento de novos empreendimentos em Sinop, Nova Mutum, Primavera do Leste e Cuiabá.

Segundo Ronaldo Padilha em depoimento¹²⁷, em Sorriso, a “valorização de áreas urbanas chegam próximas de 20% ao ano e as rurais se valorizam 8% em doze meses na região médio norte”. A partir de informações obtidas em trabalhos de campo e em imobiliárias, nota-se no **mapa 7** a atuação da imobiliária Feliz, Pôr do Sol e Araguaia em parcela significativa dos lotes da cidade, somada ao papel exercido pelas imobiliárias Araguaia e Invest.

Mapa 7. Loteamentos em Sorriso, 2017

Elaborado em jul. 2018 por Alcântara, Willian; Fioravanti, Livia.

¹²⁷ “Imóveis do Norte de Mato Grosso valorizam mais que o ouro”. 17 de maio de 2014. Portal da Notícia. Disponível em: <http://www.agenciadanoticia.com.br/noticias/exibir.asp?id=2947¬icia=Imoveis_do_Norte_de_Mato_Grosso_valorizam_mais_que_o_ouro>. Acesso em: ago. 2018.

Se em Sorriso já é nítido o emprego de diversas táticas espaciais para ampliar a valorização do solo urbano desde o início das primeiras ocupações no núcleo urbano, em Nova Mutum esse controle espacial exercido pelos “pioneiros” é ainda mais emblemático. O domínio privado sobre as terras dessa cidade teve como ponto de partida a aquisição de 169 mil hectares de terras por José Aparecido Ribeiro¹²⁸ na década de 1960. A JAR empreendimento imobiliários, criada a partir da Colonizadora Mutum – colonizadora da cidade e abreviação dos nomes do “pioneiro” José Aparecido Ribeiro – comanda parcela significativa do solo urbano da cidade. No início da ocupação do núcleo urbano foram destinados 100 mil hectares para a implantação do projeto de colonização, dos quais 551 foram reservados para a implantação do núcleo urbano. Segundo informações obtidas em trabalhos de campo em julho de 2017 e de acordo com Custodio (2005) e Volochko (2013), como forma de incentivo e de assegurar o retorno dos investimentos realizados – valorizando o próprio investimento – quem comprasse um lote para uso agrícola “ganhava” dois lotes urbanos.

Os lotes destinados à agricultura mecanizada (inicialmente de arroz e, posteriormente de milho e soja) eram de 50, 250 ou 500 hectares. A doação de terrenos urbanos era uma prática recorrente entre as empresas de colonização que pretendiam incentivar a valorização das terras e a ocupação do núcleo urbano (CUSTODIO, 2005). Foi empreendida tanto em Primavera do Leste quanto em Sorriso e Nova Mutum, cidades que brevemente retratamos aqui, e provavelmente em inúmeras outras implantadas no contexto da reprodução da fronteira do capital rumo ao Centro-Oeste brasileiro.

Atualmente, a JAR utiliza outro mecanismo de valorização de seus loteamentos residenciais: o comprador tem de 30% (a oeste da BR-163) a 50% (a leste da BR-163) de “desconto” no valor do lote caso construa em três anos seu imóvel e siga a metragem mínima de área construída estipulada pela empresa. Esses “descontos” são, segundo fala dos corretores imobiliários da JAR, “planos de incentivo” àqueles que vão adquirir lotes. Todavia, podem ser vistos, como cita Volochko (2013), como multas a quem, inclusive devido ao elevado custos para aquisição da propriedade e construção das casas, “atrapalhar” o que foi delineado de estratégias de valorização para esses novos loteamentos. Como destaca Volochko (2013,

¹²⁸ José Aparecido Ribeiro foi responsável não apenas pelo empreendimento urbano de Nova Mutum, mas também pela Riviera de São Lourenço, em São Paulo. Segundo site da JAR imobiliária: “Paralelamente ao projeto desenvolvido em Mato Grosso, ainda na década de 50, José Aparecido Ribeiro, idealizou em São Paulo um projeto inovador de ocupação urbana, um empreendimento moderno, modelo de sustentabilidade, de planejamento, organização e administração em área de lazer, à beira-mar, que passou a ser reconhecido internacionalmente, tornando-se o maior do Brasil, a Riviera de São Lourenço, em Bertiooga – SP” (Disponível em: < <http://www.jar.com.br/historia.aspx> >. Acesso em: set. 2017).

p.30): “Com isso, a JAR impõe um visual e uma estética urbana elitizada – uma representação do espaço, diríamos – que se realiza como estratégia de valorização, e ao impor o tempo para a construção realiza uma espécie de monopólio da especulação imobiliária (...)”.

No Jardim das Orquídeas, por exemplo, loteamento de alto padrão da JAR Empreendimentos em Nova Mutum, os lotes são de mil metros quadrados e a metragem mínima das casas deve ser de 120 metros quadrados. O preço do lote era de a partir de 380 mil reais em julho de 2017, sendo que quatro anos antes era possível encontrar terrenos no mesmo loteamento por 90 mil. Segundo fala de um corretor imobiliário da cidade, é justamente devido a esses “planos de incentivos” que “você anda pela cidade e tem uns bairros bonitos, uma casas bonitas pela cidade inteira”. No entanto, como salientamos, a imposição desse padrão estético e urbanístico traz uma série de consequências sobretudo à população de menor renda, que não pode pagar pelo que é estipulado pelas colonizadoras e imobiliárias.

A JAR empreendimentos imobiliários em Nova Mutum controla territorialmente mais da metade da cidade (**mapa 8**), conforme averiguamos em trabalho de campo, por meio de falas de corretores imobiliários e de material de divulgação da própria imobiliária. Além do centro e de mais sete previstos em 2017 para implantação, como loteamentos da JAR, citamos: Nossa Senhora Aparecida; Bela Vista; Ipês; Residencial das Acácias; Jardim das Orquídeas; Flamboyant; Loteamento Hilda Strenger Ribeiro; e Loteamento Comercial José Aparecido Ribeiro.

Como uma forma de manter o controle sobre as terras já inseridas no perímetro urbano, embora ainda afastadas de fragmentos valorizados e das manchas edificadas, o Grupo Mutum, formado também a partir da Colonizadora Mutum, arrendou 20 mil hectares para a Vanguarda Agro. É importante neste contexto destacar, neste sentido, que a JAR atua tanto na comercialização de lotes residenciais, destinados aos diversos estratos de renda, quanto na comercialização de lotes rurais e comerciais, diversificando os investimentos.

Outra tática também empregada para permitir o alavancar a valorização do solo urbano ocorre quando um proprietário de uma área contígua ao núcleo urbano não deseja vender suas terras e não está inserido no comando desta dinâmica fundiária. Em Sorriso, segundo informações fornecidas por um corretor imobiliário em dezembro de 2017, há algumas “parcerias” realizadas pelos empreendedores imobiliários e loteadores com proprietários de áreas de uso propriamente agrícola. A Araguaia Imóveis, por exemplo, realiza parcerias quando não consegue efetivar a compra de um terreno contíguo ao núcleo urbano: é a responsável pela mão de obra e pelo serviço enquanto que os proprietários fornecem e permitem o uso da terra. Posteriormente, o lucro é repartido entre a imobiliária e os proprietários.

Outro mecanismo empregado pelos “pioneiros” são as vendas de terrenos iniciadas antes mesmo da aprovação do loteamento pelo poder público municipal. Desse modo, tão logo o loteamento é aprovado, a construção das primeiras casas já pode ser empreendida. Tratam-se de contratos de gaveta, firmados na base da “confiança” entre conhecidos e que envolvem, com frequência, construtoras e incorporadoras.

Mapa 8. Loteamentos da JAR em Nova Mutum, 2017

Mapa elaborado em julho de 2017 a partir de informações obtidas em imobiliárias e em trabalhos de campo em Nova Mutum. Elaborado por Alcântara, Willian; Fioravanti, Livia.

Em uma das situações, o proprietário cedeu determinada quantia de terrenos para a construtora responsável pela implantação do loteamento, que começou a revendê-los, na base da informalidade, para pessoas conhecidas. O pagamento era feito na forma de fios e diesel. As terras, por terem sido vendidas antes da aprovação do loteamento e com base em relações não-contratuais, foram obtidas possivelmente por um preço menor. Há aqui formas de maximizar o lucro uma vez que os demais lotes vendidos com base em relações contratuais e com loteamento já aprovado serão ainda mais valorizados considerando que algumas das pessoas desse acordo com a construtora possivelmente já terão construído suas casas, valorizando o empreendimento.

Seguindo a mesma lógica de alavancar loteamentos por meio da implantação de construções, o Grupo Beira Rio, considerado um dos mais fortes do setor imobiliário em Colíder e detentor de vários loteamentos em Mato Grosso, constrói em cerca de 5 a 10% de casas no total de lotes de cada loteamento lançado. “Todos loteamentos nossos, de 5 a 10% nós mesmos construímos casas. Então, quando nós lançamos um loteamento nós mesmos já construímos algumas casas (...). Em Colíder, foram 140 casas que a Invest quem fez, para que alavancasse mais rapidamente e com qualidade os investimentos”¹²⁹.

Da mesma forma e no caso de Primavera do Leste, a transferência da sede da imobiliária Rivel para o Parque das Águas, em frente ao Lago Municipal, também foi uma maneira encontrada pelos proprietários para impulsionar a valorização do loteamento. A família Riva, responsável pela incorporação e venda dos lotes, transferiu, no ano de 2017, a sede do elitizado bairro Jardim Riva para este novo loteamento, ainda com muitos lotes desocupados, mas com a promessa, no discurso, de se transformar em um “bairro de alto padrão” e “badalado” da cidade.

Como destaca Volochko (2015), os negócios fundiários urbanos nessas cidades vinculadas mais fortemente à agricultura capitalista mecanizada também podem ser dinamizados com ampliações do perímetro urbano ou modificações no zoneamento. A terra, ao ser considerada inserida no perímetro urbano, não é mais negociada em hectares, mas em metros quadrados, e permite que seu proprietário intensifique ainda mais seu rendimentos. Além dos imensos ganhos com o loteamento de espaços agora considerados dentro do perímetro, em uma valorização gerada sem qualquer tipo de investimento do Estado ou da iniciativa privada, há um

¹²⁹Informações a respeito do grupo Invest obtidas em depoimento em entrevista ao Programa Norte Empreendedor (dia 24 nov. 2014.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iHCf-ochowE>>. Acesso em: nov. 2017.

aumento da arrecadação municipal uma vez que sobre as terras passa a incidir o IPTU (Imposto Territorial Predial Urbano) e não mais o ITR (Imposto Territorial Rural).

As discussões sobre a revisão do plano diretor de Primavera do Leste em 2015 envolviam a possibilidade de expansão do perímetro urbano, na qual terrenos rurais passariam a ser considerados urbanos. Mesmo sem a conclusão das discussões sobre o novo plano diretor, a Câmara Municipal sancionou, em 2016, uma lei o alterando e favorecendo os proprietários das terras contíguas ao núcleo edificado (que passam a auferir ainda mais renda com a venda da terra). Essa mudança, que não contou com a apreciação técnica do Conselho de Desenvolvimento de Primavera do Leste (Codeprim) e teve veto do Poder Executivo, é alvo de uma ação civil pública. Segundo depoimento do Promotor de Justiça responsável pelo processo a Goreth (2016)¹³⁰:

(...) precedendo à edição do plano diretor, a lei alterou o perímetro urbano tão somente para contemplar áreas que futuramente poderão servir de núcleos urbanos, desconsiderando os vazios urbanos e estudos técnicos, sem discussão pública e alheia à participação popular.

Na **mapa 9**, observa-se o perímetro urbano vigente no ano de 2003, já com a incorporação de muitas fazendas e uso agrícola dentro de sua delimitação. Com a proposta de alteração do perímetro, um longo trecho a leste passaria a ser considerado como urbano, beneficiando ainda mais os proprietários ao valorizar suas terras. Cabe destacar que três das fazendas contíguas ao núcleo urbano pertencem a proprietários de fragmentos da cidade que já foram loteados, como os Riva, Cosentino e Gasparoto. Na **figura 33**, fica nítida, dentro do perímetro urbano, a presença de loteamentos consolidados, sendo abertos e propriedades destinadas ao cultivo de soja.

Caso semelhante ocorre com uma propriedade da família Riva destinada à plantação de soja entre o conjunto habitacional Guterres e o Buritis. Com uso destinado ainda ao agrícola e já no perímetro urbano, parcela das terras começaram a ser loteadas em meados de 2018, dando início a um processo que, com o tempo, deve interligar (com ocupação ou com imensos lotes desabitados) os loteamentos que estão a sul (Tuiuiú) e a norte (Buritis e Paraíso),

¹³⁰ “O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Promotoria de Justiça de Primavera do Leste, ingressou com ação civil pública, com pedido liminar, para impedir que a Prefeitura da cidade pratique qualquer ato administrativo, como expedição de autorizações, licenças e lançamento de IPTU, com base na Lei 1.612/16, que alterou o perímetro urbano do município” (GORETH, Clênia. “MPE propõe ação para impedir efetivação de lei que ampliou perímetro urbano do município”. 06 de abril de 2016. Disponível em: <<http://mpmt.mp.br/imprime.php?cid=69083&sid=58>>).

alcançando Primavera III. A pavimentação da avenida que interliga os dois bairros deve ocorrer entre os anos de 2018 e 2019¹³¹.

Em relação às alterações no zoneamento em Primavera do Leste, situação representativa é a de um fazendeiro em Primavera do Leste que solicitou a alteração do zoneamento nos lotes atrás da unidade da Cargill – transformando-o de industrial para residencial¹³². Situação similar é a de um loteamento, à esquerda da MT-130 (sentido Paranatinga) e com 428 lotes de 14m x 30m, recentemente embargado devido à lei de zoneamento que prevê uso industrial para a região. Uma possível mudança no zoneamento para residencial com a revisão do Plano Diretor iria, nesse sentido, favorecer o proprietário no parcelamento e venda dos lotes.

Mapa 9. Perímetro urbano vigente em 2003 e perímetro proposto na revisão do Plano Diretor

Elaborado por Alcântara, Willian. Adaptado de imagens disponíveis em < <http://primaveradoLeste.mt.gov.br/pastaarquivos/69702%20-%20RELATORIO%20PDP%20%20AUD.pdf> >

¹³¹ “Pavimentação do Tuiuiú ao Primavera III será iniciada em breve”. Jornal A Palavra Mato Grosso. 15 maio 2018. Disponível em: < <http://jpmt.com.br/pavimentacao-do-tuiuiu-ao-primavera-iii-sera-iniciada-em-breve/> >. Acesso em: 15 ago. 2018.

¹³² Em 2017, por determinação do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, a aprovação para implantação dos novos loteamentos deixou de passar pela Câmara Municipal, ficando a encargo de técnicos da Prefeitura Municipal.

Figura 33. Incorporação imobiliária de áreas até então ocupadas para a sojicultura

Com destaque vermelho na imagem, Loteamento Belvedere ao lado de cultivo de soja- porção oeste da cidade de Primavera do Leste. Autoria: Eduardo Cidade, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.sky-scrapercity.com/showthread.php?p=111002342>>. Acesso em: set. 2016.

3.3. Valorização e precificação imobiliárias

O domínio do espaço exercido pelas famílias que chegaram no início da reprodução da fronteira nas décadas de 1970 e 1980 – hoje atuando sob a forma de empresas ligadas ao setor imobiliário – se realiza na rígida ingerência sobre a propriedade privada da terra, com o controle sobre a abertura de loteamentos e a imposição de preços com frequência elevados¹³³. Diante desse arbítrio de poucas famílias e grupos, podemos afirmar, a partir de trabalhos de campo, entrevistas com corretores imobiliários e pesquisa em sites de imobiliárias, que Primavera do Leste apresenta um custo para acesso à moradia elevado.

De acordo com reportagem do jornal O Diário, veiculada no dia 11 de junho de 2015, os imóveis em Primavera do Leste tiveram um aumento de 20% em 12 meses (junho de 2014 a junho de 2015). “O preço médio do metro quadrado vai de R\$ 5 mil a R\$ 6 mil a região central e nos bairros nobres. Já nos bairros a média fica entre R\$ 2.200 a R\$ 3 mil o metro

¹³³ Outros preços na cidade também são consideravelmente elevados, como o botijão de gás (100 reais como média de preço em Primavera do Leste, bastante superior em relação à média de São Paulo de 70 reais em abril de 2018), galão de 20 litros de água mineral (média em Primavera do Leste de 12 reais em relação a 8 em Cuiabá). Em um primeiro momento, o preço elevado pode se justificar em relação à distância aos grandes centros urbanos, contudo, Primavera e Cáceres, por exemplo, contam com praticamente a mesma distância em relação à Cuiabá e os preços primaverenses são significativamente mais altos. Em julho de 2015, o preço da gasolina estava em média 3,60 reais o litro, enquanto que em São Paulo o preço médio estava em 3,48, no Rio de Janeiro 3,066 e em Cuiabá 3,24 (Disponível em: “Gasolina em Primavera está entre as mais cara do país”. Sampaio, Eliane. Jornal O Diário, 12 de jul. 2015).

quadrado”. Para que possamos ter um parâmetro para comparação, em janeiro de 2015, a cotação média do médio quadrado para venda na cidade de São Paulo era de R\$ R\$ 8.351¹³⁴. Segundo outro índice, no mês de abril de 2016, o preço médio do metro quadrado era de R\$ 7.355¹³⁵. Embora esses valores estejam bem acima daqueles encontrados em Primavera do Leste, o preço nos bairros centrais pode ser comprado àqueles nos bairros da zona oeste e sul de São Paulo, como Butantã, Mooca e Morumbi¹³⁶.

O preço de imóveis de Primavera do Leste também pode ser equiparado, no caso de imóveis de alto padrão, a bairros de Cuiabá como Cidade Alta, Duque de Caxias e Santa Helena, com preços de R\$ 5,5 mil a R\$ 6,350 metro quadrado. No caso dos imóveis mais baratos, comparam-se a bairros de Cuiabá como Alvorada, Araés, Bosque da Saúde, Parque Ohara, CoopHEMA, Boa Esperança, Dom Aquino, Quilombo, Morada do Ouro e Porto, cujo preço vai de R\$ 2.950 a R\$ 3,950¹³⁷.

Uma exceção aos preços do metro quadrado em Primavera do Leste pode ser feita em relação aos edifícios *Privilège* e *Rivière*, que se assemelham àqueles dos condomínios de alto padrão de demais cidades. Ambos os empreendimentos são da construtora e incorporadora paranaense Edificatto. O “*Rivière*” foi entregue em 2017 e é composto por apartamentos de 95 m² a 228 m² de área privativa. Já o “*Privilège*”, cujos preços ultrapassam um milhão de reais e lançamento previsto para 2019, terá 18 apartamentos (dois por andar) e metragem de área privativa de 221,42 m². Os preços por metro quadrado desses dois empreendimentos variam de R\$ 5.273 a R\$ 6.959¹³⁸, por vezes mais elevados do que os apartamentos do mesmo padrão e em condomínios com a mesma infraestrutura em cidades como Cuiabá (onde apartamentos acima de 170 metros quadrados tinham como média o custo de R\$ 5,8 mil por metro quadrado¹³⁹).

¹³⁴ Índice FipeZap, publicado em janeiro de 2015. “Metro quadrado avançou 6,7%, pouco acima da inflação esperada para o ano, segundo o índice FipeZap”. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/seu-imovel,alta-do-preco-do-imovel-em-2014-quase-empata-com-inflacao,1615809>>. Acesso em: abr. 2017.

¹³⁵ Disponível em: <<http://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/sao-paulo,sp/>>. Acesso em: jun. 2016.

¹³⁶ Dados de 2013, disponíveis em <<http://www.terra.com.br/economia/infograficos/preco-metro-quadrado-sp/>>. Acesso em: jun. 2016.

¹³⁷ “Cuiabá: pesquisa aponta bairros com imóveis residenciais mais valorizados”, citando dados da revista Exame em junho de 2014. Disponível em: <<http://www.sonoticias.com.br/noticia/geral/cuiaba-pesquisa-aponta-bairros-com-imoveis-residenciais-mais-valorizados>>.

¹³⁸ No *Rivière*, foram 48 apartamentos distribuídos em 7 andares de apartamentos. Como itens de lazer, o empreendimento conta com espaço *grill*, piscina aquecida, brinquedoteca, academia, sauna, redário, deck molhado e *solarium*. A unidade mais barata, em tabela promocional, custava, em abril de 2016, 501 mil reais, enquanto que a mais cara 1 milhão e 348 mil. Já o *Privilège* terá espaço *grill*, piscina aquecida, sauna, hidromassagem, brinquedoteca, academia, sala de jogos, cinema, salão de festas, *home office*, espaço mulher. Os preços vão de 1 milhão e 221 mil reais a 1 milhão e 541 mil reais (Informações obtidas com corretores imobiliários e no site da empresa: <<http://www.edificatto.online/>>).

¹³⁹ “Com mercado aquecido, Cuiabá tem 124 prédios em construção”. 10 abr. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/04/com-mercado-aquecido-cuiaba-tem-124-predios-em-construcao.html>>.

Segundo fala de uma corretora imobiliária atuante em Primavera do Leste, o loteamento que continua sendo mais caro hoje na cidade é o Jd. Riva, “onde o metro quadrado varia de 4 a 5 mil reais, com casas de um milhão e meio, um milhão e oitocentos [reais]” O loteamento mais barato, segundo ela e excluindo-se os recém-lançados Três Américas e Jd. Florença, eram o Primavera III e o Buritis, que também contavam com “maior comercialização e mais casas à venda”.

Reforçando nossa noção do peso de uma cidade que tem dono nos preços dos imóveis da cidade, citamos a fala de um corretor imobiliário em junho de 2017:

(...) aqui os grandes investidores da cidade, igual o Seu Waldomiro Riva, que é da imobiliária Riva, ali o Elton Riva, que é do Jd. Itália e do Pq. das Águas, o Cosentino... **Então, são pessoas bem estruturadas que chegaram e ditaram a cidade. Então, um lote lá no Riva que vale 180 mil, eles não vão colocar para 150... Eles sempre estão mantendo e aumentando... É um exemplo que faz ampliar o preço do mercado em geral...** Primavera III do Cosentino... O [loteamento] Gutierrez, o seu Waldomiro vendeu um pedaço para eles (...). Não sei se foi vendido ou se foi doado. Mil e quinhentos hectares.... Então, assim, **a cidade ainda vai crescer muito e na mão teoricamente de poucos** Se você for comparar hoje, por exemplo: os lotes do Buritis, em média dá 50 mil reais. Divide por 200. Está saindo a 250 reais o metro quadrado do lote. O [loteamento] Riva: você pega o Riva que é um terreno de 600 metros, e hoje você acha terreno a partir de 170 mil você acha... Vamos colocar aqui 180 mil... Divide 600: 300 reais. Se você for analisar, **a diferença é mínima no preço. Aí, o que acontece? Até quem já chegou depois, que comprou essas terras, continua acompanhando o ritmo deles.** A diferença é que lá o terreno é menor é aqui no Riva é maior...

Segundo cinco corretores imobiliários de Primavera do Leste com quem conversamos no decorrer desta pesquisa, parcela considerável dos compradores das casas de alto padrão são ligados ao “agronegócio” (embora, como já tenhamos afirmado, a agricultura capitalista se configura frequentemente em somente uma das frentes de investimento desses grandes capitalistas). Os “pioneiros” que entrevistamos também nos confirmaram que a maioria dos “donos de fazenda mora na cidade... quem mora na fazenda é mais o capataz. O resto trabalha de dia lá e a noite volta para cá”. Segundo um desses entrevistados, no ano de 2017:

Quem compra as casas de alto valor são os grandes fazendeiros da região, que moram aqui na cidade há bastante tempo. Então eles já tem uma casa um pouco menor, estão querendo sair e comprar uma casa maior... (...). E,

daí, tem uma exceção ou de alguém que vem assumir algum cargo, alguma coisa assim (...). Só que assim, tem muito fazendeiro da região que não está mais na região, eles estão residindo aqui, mas estão plantando no Xingu... no Pará... Pelo que a gente vê... A residência oficial deles é aqui, mas estão se estabelecendo em outras regiões que estão crescendo (...). Eu tenho dois parceiros aí que eles constroem (...) faz aí umas duas, três casas de alto padrão por ano e mal termina de fazer já vende... Eu falo assim, casa de alto padrão: de um milhão para cima.... No começo do ano ele estava terminando uma e já vendeu. Começou a fazer outra aí antes de terminar ela. Agora vendeu e já está terminando outra... E tudo no mesmo padrão, no Jardim Riva.

Tanto um corretor imobiliário de Primavera do Leste quanto outro em Sorriso ressaltaram o preço do metro quadrado nos loteamentos para a alta renda e para as faixas de menor poder aquisitivo são muito próximos. “Não há loteamento popular em Sorriso, o que muda é o tamanho do lote e da casa, porque o preço do metro quadrado é o mesmo”. De acordo com depoimento de um corretor imobiliário de Sorriso em julho de 2017, “os donos das imobiliárias e incorporadoras aplicam ‘filtros sociais’ a partir do valor do lote e das parcelas...”. Segundo informações deste corretor imobiliário, aproximadamente metade da venda dos lotes comercializado pela Imobiliária Valle são para investidores e “quem tem muito dinheiro muitas vezes compra uma ou duas quadras para deixar lá e vender daqui a dez, quinze anos...”. Já segundo outro corretor imobiliário de Sorriso, no loteamento Santa Clara – com 1346 lotes, vendidos no início em 120 parcelas e posteriormente em 178 parcelas – “a gente via sete, oito, dezessete lotes para um investidor só...”.

Conforme nos foi informado por dois corretores de imobiliárias distintas em julho de 2017, em Sorriso há aproximadamente 9 mil e 800 lotes vazios e a previsão de que, com os quinze loteamentos aprovados nos anos de 2014 e 2015, sejam implantados 9 mil lotes a mais¹⁴⁰. Da mesma forma que em Primavera do Leste, com mais de 4 mil lotes previstos, não há demanda em termos de crescimento populacional ou de chegada de novos habitantes. Em uma lógica meramente matemática, todos os novos loteamentos dariam conta da demanda habitacional seja de Primavera, seja de Sorriso. Contudo, na lógica da propriedade privada da terra, esses terrenos são adquiridos visando à primazia do valor de troca, com finalidade especulativa em detrimento do uso para moradia e do valor de uso.

Nesta perspectiva, muitas das terras que estavam sob o comando dos “pioneiros” acabam nestas cidades a, paulatinamente, serem negociadas a novos investidores, muitos dos

¹⁴⁰ Segundo a reportagem no jornal MT - Notícias foram 14 novos loteamentos lançados nos anos de 2014 e 2015 na cidade de Sorriso (Disponível em: < <http://www.mtnoticias.net/sorriso-municipio-aprova-02-novos-loteamentos-em-2015-e-mais-05-estao-em-processo-de-aprovacao/>>).

quais comprem vários lotes em um mesmo loteamento para revendê-los posteriormente. Se, por um lado, essas casas de alto padrão são moradia e mecanismos de investimento para fazendeiros e especuladores, por outro, cabe também questionar até que ponto essa precificação se realiza e estaria vinculada ou alavancaria uma valorização. Nas **figuras 34 a 37**, citamos exemplos de empreendimentos verticais cujo preço seria possivelmente menos elevado em outras cidades, muitos dos quais ficaram por vários meses (ou ainda estão) para alugar ou à venda.

Informações a respeito do percentual de imóveis alugados em Primavera do Leste podem se constituir em um outro elemento que indica o domínio primordialmente dos “pioneiros da cidade” nos negócios fundiários. De acordo com dados de junho de 2011, publicados pela agência Ibope Inteligência¹⁴¹, Primavera do Leste era uma das dez cidades com maior percentual de imóveis alugados do Brasil. Com 38%, foi precedida pelas seguintes cidades: Lucas do Rio Verde (MT), Nova Mutum (MT), Engenheiro Coelho (SP), Luís Eduardo Magalhães (BA), Campo Novo do Parecis (MT) e Balneário Camboriú (SC). No caso das cidades mato-grossenses e de Luís Eduardo Magalhães, parcela da dinâmica econômica pode ser atribuída, ao menos parcialmente, à agricultura capitalista mecanizada – o que possivelmente aponta para uma forte ingerência nos processos de urbanização também nessas cidades. Neste sentido, há mais uma evidência de que o controle fundiário e a obtenção de renda (nesta situação, por meio do aluguel) constituem-se como importantes negócios nessas cidades.

Lima (2015), analisando também os dados do CENSO 2010 a respeito do percentual de domicílios próprios e alugados, afirma que um dos fatores que pode ajudar a explicar a elevada incidência do aluguel nos municípios mato-grossenses é o crescimento populacional ocorrido entre 1991 e 2000. Neste intervalo de tempo, a população de Primavera do Leste aumentou em 218%, saindo de 12.523 para 39.857 habitantes, enquanto que de 2000 aumentou 31%, alcançando 52.066 pessoas. Segundo Lima (2015), Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Primavera do Leste, Campo Novo do Parecis, Campo Verde, Sorriso e Sapezal apresentaram significativas taxas de crescimento populacional e estão dentre os municípios de Mato Grosso com maior incidência de domicílios alugados. Contudo, embora destaque que possa ser possível supor que “os fluxos populacionais gerados com a dinâmica econômica dessas áreas não encontrou, em um primeiro momento, o acesso direto à moradia, passando ao aluguel” (2015, p. 250) também faz a ressalva de que a preponderância do aluguel pode estar vinculada aos preços elevados da terra urbana e rural dessas “cidades do agronegócio”.

¹⁴¹ Mercado Residencial Brasileiro. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/110718_Pyxis%20Imobili%C3%A1rio.pdf>. Fonte dos dados: Censo de 2010, com estimativa da Pyxis Imobiliário.

Figura 34. Apartamento à venda no centro

Prédios com apartamentos de 850 mil reais a 1 milhão de reais (151 a 173 metros quadrados). À venda desde 2015 e colocado para alugar desde junho 2017. 01 jul. 2017. Foto da autora.

Figura 35. Apartamento à venda em Primavera II

Solar dos Jatobás, com mais da metade dos imóveis vazios em dois anos (entregue em agosto de 2015). Informações de proprietários em maio de 2017. Apto. de 83 metros quadrados à venda em junho de 2017 por 500 mil (informações da Imobiliária Carioca. <<http://www.cariocaimobiliaria.com/imovel/00215/201/apartamento-no-jardim-das-americanas-em-primavera-do-leste>>).

Figura 36. Apartamento à venda no Jd. Riva

Prédio com apartamento no primeiro andar, de 100 metros quadrados, colocado à venda em julho de 2017 por 600 mil reais. Alguns apartamentos à venda neste edifício contam com preços que ultrapassam 700 mil reais. Av. Campo Grande. 01 jul. 2017. Foto da autora.

Figura 37. Apartamento à venda no Jd. Riva

Prédio com apartamentos antigos. Um deles, de 110 metros quadrados e móveis planejados, foi colocado à venda por 600 mil em junho de 2017. Informações disponíveis em http://www.santoangeloimobiliaria.com.br/dados_imovel.asp?idimovel=367>. 01 julho. 2017. Foto da autora.

Também pode apontar, em nossa perspectiva, para mais um mecanismo de subordinação da economia agrícola às estratégias da cidade como negócio, agudizando a acumulação rentista que dinamiza esse conjunto de cidades. Ao menos em Primavera do Leste, conforme observações que realizamos em trabalhos de campo, os inquilinos são não somente pessoas que ficam por um período na cidade (prestando serviços específicos, seja em trabalhos braçais, seja em atividades de consultoria agrícola, por exemplo), mas migrantes que de fato se mudaram para Primavera do Leste e não conseguiram adquirir a casa própria. No caso dos aluguéis em Primavera do Leste, analisando-se dados do CENSO de 2010 (**mapa 10**), verifica-se que a maior quantidade percentual de casas alugadas está onde predominam os bairros de maior renda, enquanto que o percentual maior de casas próprias quitadas está nas periferias. Possivelmente, foram, em sua maior parte, obtidas por meio de programas federais ou municipais de habitação ou em bairros cujo loteamento foi mais antigo e a um preço menos elevado, como é o caso das primeiras fases do Poncho Verde.

Mapa 10. Percentual de domicílios alugados em Primavera do Leste, 2010

Adaptado de Fioravanti e Alcântara, 2017.

Além do domínio exercido pelos “pioneiros” no mercado imobiliário que culminam em preços elevados de Primavera do Leste comparados a outras cidades para o acesso a um terreno ou a um imóvel, também há diferenciações criadas por meio de elementos que tornaram-se, como coloca Lefebvre (2000, p. 447), raros na produção do espaço capitalista,

como a natureza, a qualidade de vida, o tempo e o lazer. Esses elementos – agora escassos e, portanto, passíveis de serem valorizados – passam a servir de “álibi ideológico” para mecanismos e estratégias de valorização imobiliária¹⁴². Desse modo, seguindo a mesma lógica do mercado imobiliário nas metrópoles, o considerado “maior contato com a natureza” contribui para a valorização de fragmentos do espaço, atraindo apenas quem pode pagar por eles. Em Primavera do Leste, este processo ocorre notadamente no Parque das Águas, loteamento dos Riva e comercializado pela imobiliária Rivel. Próximo à Lagoa¹⁴³, tem como principal atrativo “um novo estilo de viver, com vista para o lago” (figura 38 e 39), em um irônico discurso que enaltece a natureza (após a destruição da maioria da vegetação original desses loteamentos) e a qualidade de vida (em um loteamento relativamente próximo ao cultivo de soja, com constantes pulverizações de agrotóxicos).

Figura 38. Anúncio do loteamento Parque das Águas

Figura 39. Anúncio do loteamento Parque das Águas

Disponível em: <<http://rivelimoveispva.com.br/loteamento>>. Acesso em: jul. 2018.

¹⁴² Lefebvre (1991) também denomina esse processo de “administração da escassez”. Para o autor, “no seio dessa sociedade, dita de abundância, novas carências se manifestam”. Haveria uma escassez criada do espaço, do tempo, do desejo. A administração da escassez se torna, desse modo, ciência e “se legitima ao pretender se firmar como cientificidade” (LEFEBVRE, 1991, p. 60).

¹⁴³ Chamada de “lagoa” pelos moradores, trata-se de um grande reservatório artificial ao lado de uma estação de tratamento de esgoto. Há relatos de moradores que afirmam que a gestão municipal decidiu implantar uma lagoa após ter recebido denúncias de que retirou terra ilegalmente do local para a construção de um viaduto, formando um grande “buraco” no local.

Destacamos que essa “qualidade de vida” vendida pelos empreendedores a partir de uma suposta maior proximidade com a natureza é passível de questionamento: nas casas do Pq. das Águas com frequência há um odor forte do tratamento de esgoto, localizado ao lado da Lagoa. Assim, se o próprio termo “qualidade de vida” enseja questões a serem colocadas, o fato de ser utilizado para se referir a loteamentos ao lado de plantações de um estado que é o maior consumidor nacional de agrotóxicos do Brasil torna o uso da noção ainda mais contraditório.

É importante destacarmos que o processo de valorização do solo urbano ocorre de forma desigual no tempo e no espaço, constituindo-se em um dos elementos que determina quais classes sociais que terão acesso a qual fragmento do espaço. Por um lado, o movimento de investimentos de capital no urbano não ocorre ao mesmo tempo e da mesma forma. Por outro, a valorização também é impulsionada, como vimos, pela posição geográfica de determinado lugar e características como proximidade a vias de acesso, a serviços, a áreas de lazer ou a resquícios de “natureza”¹⁴⁴. Uma outra característica que passou a ser adotada pelo mercado imobiliário e impulsiona o preço de alguns imóveis é a “vista da cidade”, exaltada no loteamento Jardim Luciana, no Buritis e no Belvedere.

A valorização imobiliária também alcançou intensamente loteamentos periféricos, como Buritis e Primavera III, particularmente nos últimos dez anos. O primeiro passou a ser alvo, como vimos, de um grupo empresarial e está sendo loteado em fases, de modo a aumentar ainda mais o valor de cada terreno uma vez que, com o decorrer do tempo, implantam-se mais infraestruturas e residências. Embora ainda abriguem lotes baratos se comparados ao restante da cidade, passaram por elevação significativa de preço: em 2005, os lotes de 12 por 20 metros eram vendidos por 2.500 reais. Em 2010, já custavam 45 mil reais, representando um aumento de 1700%.

Os terrenos em Buritis III, recém-loteados, também eram vendidos em 2015 por 45 a 48 mil reais¹⁴⁵. Houve uma grande precificação em apenas cinco anos nesses dois loteamentos com a chegada de infraestruturas e construção de mais casas. Uma casa hoje nova em Primavera III e no Buritis III, com cerca de 60m² e terreno de 10 por 20 metros, custa a partir de 150 mil reais. De acordo com depoimento de um corretor imobiliário em 2016, da mesma

¹⁴⁴ Ressaltamos que nesse processo de realização dos negócios imobiliários, a natureza valorizada é aquela que se tornou rara e que é aceitável a determinados padrões do modo de vida das cidades. Neste sentido, não basta morar ao lado do pouco que sobrou do Cerrado. A natureza vendida nesses empreendimentos é uma “natureza produzida” e moldada esteticamente: é, por exemplo, as gramas e as palmeiras, ou ainda as poucas espécies de árvores escolhidas segundo padrões paisagísticos e que são drástica e frequentemente podadas para que não “sujem” o chão ou os quintais com suas folhas.

¹⁴⁵ De acordo com entrevista com uma corretora de imóveis em Primavera do Leste em 01 fev. 2016.

forma que o preço dos lotes dobraram no Jardim Riva (tendo custado, em 2010, 90 mil reais), no Buritis havia lotes a partir de 23 mil reais e que hoje ultrapassam 55 mil reais.

3.4. Novas fronteiras mato-grossenses

A constituição e monopolização da propriedade privada da terra – em Primavera e em parcela expressiva de Mato Grosso e do território brasileiro – manteve e fortaleceu os privilégios das oligarquias, permitindo, sempre com pesada colaboração do Estado, que grandes empresários fossem também proprietários e participassem do jogo político. Como vimos, muitas das famílias no processo de ocupação de Primavera do Leste já detinham significativo poder econômico e político e puderam acumular ainda mais terra e capital. Rumo à Primavera do Leste e a outros espaços da Amazônia Legal, grandes empresários expandiam, com recursos próprios e também fortemente subsidiados pelo Estado, a fronteira do capital.

Se Primavera foi produzida como um grande negócio, outras cidades também passam a se constituir como novas frentes de investimento. Conforme já destacado, a fronteira é dinâmica e envolve uma incessante mobilidade do capital e da força de trabalho. Criando fontes de rendimentos mais interessantes e rentáveis além dela, a fronteira incorpora novos territórios à acumulação capitalista. Ao serem constantemente deslocadas devido à constante busca do capital para novas possibilidades de valorização, acabam por, com o passar do tempo, sendo responsáveis pelo desdobramento do tecido urbano e implantação de novas cidades.

Nesse contexto, muitos dos capitalistas que investiram e investem em Primavera do Leste passaram a canalizar capitais para outras regiões do estado, produzindo novas cidades como um grande negócio. Segundo um jornal local a respeito desses investimentos:

Visionários: O empresário Gianni Brunetta também está entre os primaverenses que estão investindo no crescimento do município de Querência. A construtora lançou grandioso loteamento e vai construir casas para atender a demanda daquela cidade, apontada como “A nova Primavera do Leste” no sudoeste do Estado. Além dele, outros empresários locais como Valmor Cadore e Marcos Bidoia, Claudir Sachet, Edi Werner, Miguel Vieira e Rogerio Trevisan já tem filiais por lá, assim como Luiz Mazzonetto (...) (Disponível em: <<http://circuitochic.com.br/colunad.html?data=16-10-2013>>. Acesso em: dez. 2017).

São citadas neste trecho famílias que atuam tanto no mercado imobiliário e em ramos vinculados mais diretamente à agricultura capitalista (como a Brunetta) quanto em lojas de produtos agropecuários (Cadore, Bidoia e Wener), de construção (Sachet, Vieira e Trevisan) e de móveis planejados (Mazzonetto). Também em Querência, no ano de 2012, foi implantado o loteamento Jardim Europa, de 50 mil metros quadrados, pelas famílias “pioneiras” de Primavera do Leste Cosentino e Brunetta¹⁴⁶. Em uma clara atuação da família, dentro outros ramos, na produção do espaço urbano, a mesma família Brunetta também tem terras e abriu um loteamento em Porto Alegre do Norte em 2010¹⁴⁷,

A respeito de Querência, esta nova cidade que surge como negócio da fronteira, Zanatta (2013) afirma que em áreas mais valorizadas cada lote alcançava 300 mil reais¹⁴⁸. Tal como em Primavera do Leste, casas de alto padrão em Querência ultrapassam o preço de 1 milhão de reais. “Os preços da terra e de terrenos decuplicaram em três ou quatro anos. Na área rural, um hectare em produção custa R\$ 40 mil a R\$ 50 mil. No início dos anos 2000, valia menos de US\$ 200. E há quem peça R\$ 80 mil à vista” (ZANATTA, 2013). Essa subida nos preços aponta para um processo no qual as próprias cidades – como negócio – são elementos a serem considerados na valorização fundiária.

Além de Querência e Porto Alegre do Norte, que são produzidas como novas frentes de investimentos, podemos citar brevemente Santiago do Norte, distrito do município de Paranatinga. Os responsáveis pelo loteamento, da Caçula Empreendimentos Imobiliários, também são donos de empresas agropecuárias desde 2003. Dando uma dimensão de como a transformação de terras com uso agrícola para serem loteadas com uso urbano podem se configurar em um rentável negócio, os responsáveis pelo empreendimento e os proprietários de demais fazendas da região estão, segundo depoimento, “tentando fazer uma cidade”¹⁴⁹. De acordo com relato de um corretor imobiliário em julho de 2017, Santiago do Norte já contaria com investimentos do grupo Amaggi. Planejado, segundo o discurso de seus empreendedores, para se consolidar na “maior fronteira agrícola do estado de Mato Grosso” e ter como meta ser alçado à condição de cidade, tendo 200 mil habitantes em 2020 segundo expectativas

¹⁴⁶ Informação disponível em: <http://www.querencia.mt.gov.br/Transparencia/fotos_downloads/91.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

¹⁴⁷ Informações disponíveis em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/28222918/pg-93-diario-oficial-do-estado-do-mato-grosso-doemt-de-01-12-2010>>; <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei_5699.pdf>. Acesso em: jun, 2018.

¹⁴⁸ “A nova fronteira do agronegócio” Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-nova-fronteira-do-agronegocio-imp-,1074916>>. Acesso em: jan. 2018.

¹⁴⁹ Disponível em: <<http://www.santiagodonortenews.com.br/>>; <<http://www.imovelmt.com.br/santiago-do-norte/>>. Acesso em: 11 maio 2015.

divulgadas pelos seus idealizadores, conta com alguns lotes já vendidos. Já beirando o Parque do Xingu, os croquis do que se almeja ser uma importante cidade do nordeste mato-grossense apresentam prédios altos e grandes avenidas.

A partir do grupo Invest Beira Rio também se pode apreender o movimento no qual adquirir terras e negociá-las passa a ser, em si, um imenso e lucrativo negócio. Carlos Birches, natural de Sarandi, no Paraná, mudou-se para Colíder em 2001 com o “sonho de deixar de ser empregado e se tornar patrão”¹⁵⁰ a convite de alguns parentes que já estavam na cidade desde 1986. Implantou o primeiro loteamento do grupo Invest Beira Rio na cidade de Alta Floresta. Foram ao todo 680 lotes, financiados em 60 parcelas. O segundo loteamento foi em Colíder (Residencial Cidade Alta) e também em 2001. Em Colíder e três anos mais tarde, o Grupo Invest era o responsável pela implantação e comercialização de oito loteamentos (Cidade Alta, Residencial Maringá, Novo Horizonte I, II, III, Ipanema I e II, Everest I – este último com 800 lotes e doação de 1 hectare para a implantação do novo prédio do Fórum da cidade).

O grupo também atua em Sorriso, cidade na qual, entre aquisições e parcerias¹⁵¹, detém mais de 4 mil lotes previstos para implantação desde 2014. Além desta quantia, também implantou o loteamento Liberdade e deve entregar em 2018 o loteamento Montserrat (com 1.195 lotes de 450 m² em todas suas quatro 4 fases, a primeira delas com 436 lotes).

Já em Nova Mutum, o grupo Invest Beira Rio comprou, em 2013, 100 hectares e fez uma parceria para adquirir outros 100 hectares. Segundo Birches, a área adquirida:

(...) era uma fazenda, dentro da cidade, e fizemos compra e parcerias e hoje estamos lá com 3.800 lotes. Isto é o estoque. Cada ano de acordo com a demanda e com o mercado...Temos lá para vários anos. A gente vai lançar esses empreendimentos...

O primeiro loteamento implantado em Nova Mutum foi em parceria com a JAR Imobiliária (antiga colonizadora da cidade e atualmente principal detentora e negociadora de terras no núcleo urbano): o Jd. Montreal, aprovado em 2014, contou inicialmente com 400 lotes.

Conforme Oliveira (1997) e Moreno (2007), as terras de Colíder foram griladas pela Colonizadora Líder S.A, que vendeu terras que não eram suas e três vezes mais do que possuía.

¹⁵⁰ Informações a respeito do grupo Invest obtidas em depoimento em entrevista ao Programa Norte Empreendedor (dia 24 nov. 2014.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iHCf-ochowE>>. E na reportagem: <<http://www.nortaoonline.com/noticias/economia/322/>>.

¹⁵¹ Segundo Birches afirmou na entrevista alguns estão no nome da Invest Beira Rio e outros somente no nome da Invest.

Posteriormente regularizadas pelo INCRA, tornavam-se, como mostramos a partir dos investimentos do Grupo Invest Beira Rio, um relevante negócio. Além dos oito loteamentos em Colíder, com mais de 4 mil lotes vendidos¹⁵², e dos 7.800 lotes implantados ou previstos para lançamento somente em Sorriso e em Nova Mutum, o grupo Invest também tem 850 hectares de estoque apenas para a cidade de Sinop. Já foram lançados os seguintes loteamentos: Residencial Novo Horizonte I, Jardim Paris, Residencial Canadá, Pq. Tangará, Deville, Gente Feliz II. Segundo Birches, a respeito da vantagem dos investimentos em lotes, e ainda conforme entrevista cedida ao Programa Norte Empreendedor em 2014:

Na área urbana você precisa ter **estoque de mercadoria...** Porque vai se inflacionando, vai se inflacionando e fica difícil você adquirir... às vezes, você vai comprar um uma área e o dono da área quer o preço final ou quase o preço final de lote... Por que? Ah porque estão falando que vai valorizar mais e vai valorizar mais... Então nós focamos aqui quando nós entramos em Sinop...Até algumas pessoas não entendiam: ‘ah, mas eles abriram com escritório há dois anos e meio e estão aí e não lançaram nada...’. **Mas a gente tinha um plano.** A gente tinha, dentro a experiência que a gente tem, dentro daquilo que a gente aprendeu, nós tínhamos uma meta. E a **nossa meta era angariar terreno, matéria-prima, para que no futuro a gente pudesse ir lançando de acordo com a necessidade do mercado...** E que esta inflação, porque o crescimento de Sinop... é notório... O Brasil inteiro vê Sinop, as revistas, e vocês que divulgam, a imprensa... faz este trabalho, **mas os investidores de fora e principalmente, os especuladores, eles adquirem áreas só para valorizar e isto acontece em todos os lugares. E um dos motivos que fez a gente esperar um pouco para lançar os nossos loteamentos foi este. Como diz o ‘mineiro’, vamos por baixo do pano, conquistando as áreas em aquisições, em parceria...** E quando nós começarmos a lançar, se nós não adquirirmos mais nada, a gente já tem um estoque aí para um longo tempo. E nós conseguimos, **o nosso objetivo era 500 hectares. E graças a Deus hoje estamos fechando 2014 com 850 hectares já todos documentados em nome da Invest Beira Rio, alguns em nome da Invest somente...** Enfim, são áreas de aquisições e parcerias que nós temos um estoque aí para muito tempo (grifos nossos).

Conforme vídeo institucional da empresa, publicado em 2013¹⁵³:

Invest Construtora e Incorporada une-se ao grupo Beira Rio, presente em várias cidades do Mato Grosso. Com investimentos nas áreas de cria e recria

¹⁵² Segundo site da imobiliária: “há mais de 12 anos no mercado, a Invest Loteamentos possui empreendimentos em Alta Floresta, Colíder, Sinop e Sorriso no estado do Mato Grosso. Pioneira na área de loteamentos com infraestrutura completa em Colíder/MT, a Invest vêm conquistando cada vez mais clientes e aumentando sua credibilidade na região centro-norte do Mato Grosso. São mais de 4000 lotes vendidos somente em Colíder, centenas de sonhos realizados e um trabalho pautado no respeito” (Disponível em: <<http://investloteamentos.com.br/empresa/empresa>>. Acesso em: jul. 2017).

¹⁵³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5bMTxS3cS50>>. Acesso em: set. 2017.

de gado, reflorestamento, lojas de construção e acabamento, condomínios e loteamentos o grupo investe forte no médio norte de Mato Grosso. Na solidez nasce um dos maiores investimentos imobiliários do centro-oeste, com mais de 700 hectares em Sinop e Sorriso (...).

O grupo Invest Beira Rio teria, segundo material de divulgação¹⁵⁴, “reservas nobres de mais de 5 mil hectares nas principais cidades do médio norte de Mato Grosso” nas cidades de Mutum, Sorriso, Sinop, Lucas, Colíder, Alta Floresta. Seriam doze mil e 700 lotes, em um estoque para dez anos¹⁵⁵.

Em uma situação bastante elucidativa de como lotear fazendas e implantar loteamentos é um grande negócio, pode-se citar o Jardim dos Ipês, da Fix empreendimentos¹⁵⁶, em Sorriso. Orçado em 50 milhões de reais, o loteamento tem 1.016 lotes lançados em três fases¹⁵⁷. A primeira delas foi entregue em 2017, com 348 lotes no geral de 360 metros quadrados. Mileski (2017) afirma que eram negociados a 122 mil, em até 150 parcelas, e nos dá a dimensão do quanto para a empresa Fix transformar em lotes espaços até então ocupados por soja é uma atividade bastante rentável:

O Jardim dos Ipês é uma realização da FIX Urbanismo, uma empresa com sede em Palmas, no Tocantins, que aposta na implantação de loteamentos em municípios emergentes das regiões Sudeste e Centro-Oeste do país. Segundo Adriano Mocelin, gerente da FIX na cidade de Sorriso, **o grupo registrava em maio desse ano, 22 empreendimentos lançados no país, e 5 em fase de instalação (...)** O investimento da FIX em Sorriso começou no ano de 2012, quando o grupo adquiriu uma extensa área de terra que não estava à venda. ‘Foi uma longa negociação para conseguirmos adquirir esse imóvel que acreditávamos ser a melhor área para nosso empreendimento’, conta o gerente da FIX. **A porção de terra com mais de 321 hectares, recoberta de soja, estava posicionada no que seria o prolongamento da Avenida Blumenau.** ‘Seria’ é o termo correto, já que a área urbana da cidade estava restrita a barreira natural do Rio Lira. A empresa arcou com a obra de engenharia para fazer o prolongamento da Avenida Blumenau e a construção de uma ponte sobre o rio. A estrutura

¹⁵⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4t1km47wDTs>>. Publicado em 2014

¹⁵⁵ O grupo Beira Rio também é composto pelo Consórcio Beira Rio e pelo Fundo de Investimento Imobiliário Beira Rio. Disponível em: <<http://www.empresacnpj.com/s/empresa/consorcio-invest-beira-rio-nome-fantasia-consorcio-invest-beira-rio/17212058000100/>>;<<http://www.consultasocio.com/q/sa/invest-beira-rio-participa-coes-e-empreendimentos-imobiliarios-ltda/>>;<<http://www.empresacnpj.com/s/socio/investincorporacoes-ltda>>. Acesso em: set. 2017.

¹⁵⁶ Disponível em: <<http://www.fixurbanismo.com.br/>>. Acesso em: set. 2017.

<<https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Stancorp+Participa%C3%A7%C3%B5es+Brasil+Ltda&p=2>

<<http://www.consultasocio.com/q/sa/stancorp-participacoes-brasil-ltda>

¹⁵⁷ “Atenta ao otimismo em relação ao setor agrícola em Sorriso, a Fix Urbanismo, incorporadora de Palmas, em Tocantins, resolveu retomar as obras de um grande loteamento destinado a um condomínio orçado em R\$ 50 milhões, depois de ter segurado o empreendimento por um ano” (Disponível em: <<http://alfonsin.com.br/incio-do-plantio-anima-a-capital-da-soja/>>. Acesso em: jul. 2017).

acabou conectando a Avenida Blumenau com a BR-163, próximo ao aeroporto e também à MT-220 (“Pinta de Condomínio; preço de loteamento”. Mileski, Jamerson. Revista Notícia de Mato Grosso. p. 69. Grifos nossos).

A Fix empreendimentos é atrelada à Fix Urbanismo e ao Grupo Stancorp Participações Brasil Ltda. possui terrenos em Palmas, considerados como urbanos, de aproximadamente 1 milhão e 300 mil m² e empregados, aparentemente, para fins especulativos em 2013¹⁵⁸.

Além das cidades de Mato Grosso já citadas nesta tese e que surgiram como grande investimento urbano, as cidades como negócio – e como um negócio da fronteira – se inserem em um processo que também alcança o oeste baiano. Neste conjunto de cidades inventadas na Bahia, está Luís Eduardo Magalhães, conhecida pelo seu rápido crescimento populacional e rápida consolidação como nova frente do avanço da acumulação capitalista:

O desenho de Luís Eduardo Magalhães, cidade que mais cresce no país, não foi planejado por urbanistas ou poder público. **Foi feito por fazendeiros** que compraram terras em torno da BR-020 e **resolveram lotear o terreno**. Hoje, placas de imobiliárias são tão numerosas quanto as que anunciam tratores e novas variedades de sementes. Há lotes a partir de R\$ 40 mil em áreas que, por enquanto, só têm postes e ruas (CARAZZAI, 2017, s/p.).

As terras de Luís Eduardo Magalhães começaram a ser retalhadas em 1979, quando Arnaldo Horácio Ferreira adquiriu 180 mil hectares. Loteou uma extensão considerável de suas terras, plantou em outra e vendou uma parcela para terceiros, os quais, por sua vez, também fizeram novos loteamentos. Atualmente são 70 loteamentos na cidade, cobrindo grande a maioria do território municipal (CARAZZAI, 2017).

Ainda segundo Carazzai (2017, s/p), em reportagem divulgada na Folha de S.Paulo, em outubro de 2017:

No distrito de Roda Velha [em Luís Eduardo Magalhães], a 80 km dali, **loteamento também virou negócio**. O primeiro a abrir as ruas foi Célio Zuttion, agricultor dono de uma propriedade de mil hectares. Atrás de sua mesa, no escritório, ele tem uma planta do distrito, onde ainda vende lotes a cerca de R\$ 40 mil. Na Roda Velha "de baixo", com terrenos menores, o lote sai a R\$ 10 mil ou até menos, a julgar pelas placas de "Vende-se ou troca-se por um carro", consequências da seca que atingiu a região. Na imobiliária do agricultor, moradores formam fila para pagar a água. Foi Zuttion quem construiu o sistema de água encanada, e cobra por ela, já que o governo não

¹⁵⁸ Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/219916-1>>. Acesso em: jul. 2017.

assumiu o serviço. A prefeitura faz exigências para aprovar o loteamento: num deles, pediu a construção de duas quadras esportivas e uma creche. Água e luz também são mandatórias. O empreendedor fez 2.900 lotes e diz que só 500 ainda não foram vendidos.

Neste sentido, novas fronteiras são sucessivamente produzidas, deslocando-se conforme as possibilidades de investimentos e da acumulação capitalista. No caso de Luís Eduardo Magalhães, grande parte das terras ainda apresenta preço bem abaixo do que aqueles encontrados em Primavera do Leste e tendem a, com passar do tempo e da consolidação da ocupação, passarem por processo de valorização. Da mesma forma, também se verifica a figura do investimento privado (corporificado na figura de uma única pessoa ou empresa), tal como Primavera e inúmeras cidades, no loteamento e negociação das terras, bem como da implantação de infraestruturas e serviços.

Esse processo no qual os negócios estão muito mais voltados para a terra urbana e para a “invenção” e “plantação de cidades” do que com a produção agrícola propriamente dita não é, portanto, restrito ao território mato-grossense. Envolve um fluxo de capitais que, se antes vinha principalmente do Centro-Sul, hoje é atraído para outros espaços, indo de Mato Grosso para outras fronteiras dentro do próprio estado (como Querência e Porto Alegre do Norte) e para a região do oeste baiano. A fronteira não é isolada ou inerte: direciona-se e é reproduzida a partir das possibilidades de acumulação do capital e de aspectos econômicos e políticos. Com ela, e dando-lhe força e movimento, desdobram-se os conteúdos da questão agrária brasileira.

Há, neste contexto, um processo impulsionado pela continuidade da acumulação capitalista: criam-se novas fronteiras, novas frentes de investimento, novas cidades que têm donos. Tratam-se de novas frentes da urbanização como negócio, em uma busca incessante de espaços que realizem os níveis de rentabilidade esperados. O envolvimento desses novos espaços à incorporação imobiliária ocorre, contudo, em grande parte pela ação das mesmas estratégias (embora renovadas) e predominantemente no mesmo grupo de agentes de oligarquias econômicas e políticas que há décadas determinam os rumos da produção do espaço mato-grossense e, em grande medida, do território nacional. Contradições continuam a ser reproduzidas: ao mesmo que ocorrem investimentos em outros espaços, tornados provisoriamente fronteiras e cada vez mais financeirizados, também são produzidos e reproduzidos conteúdos de uma modernização conservadora fundados na finalidade rentista da terra e no favorecimento dos mesmos grupos detentores da terra, do poder e do capital.

3.5. Diversificação de investimentos e a mundialização da agricultura capitalista

Embora não pretendamos nesta tese aprofundar o debate a respeito dos capitais agroindustriais e financeiros, é preciso considerar brevemente aspectos vinculados à diversificação de investimentos. Donos ou sócios de grandes empresas conhecidas tanto pela atuação no mercado imobiliário quanto pelo papel na agricultura capitalista são primordialmente capitalistas, ora negociando commodities ou terras, ora investindo em demais atividades vinculadas ao comércio e a serviços. Neste sentido, negócios com soja, negócios com a própria terra, com a venda e incorporação de imóveis, mesclam-se: são, antes de tudo, mercadoria e fonte de lucro.

Como elucidamos na parte II desta tese, o capital é direcionado e reinvestido onde lhe é mais conveniente, de modo que falar em uma especificidade de um capital propriamente urbano ou agrário obscureceria nossa investigação. Há uma forte diversificação e imbricação de investimentos: em atividades vinculadas ao rentismo, à produção e à especulação com soja, às atividades ligadas ao mercado imobiliário e inúmeras outras vinculadas ao setor de comércio e serviços. Interessa ao capital encontrar formas e mecanismos mais rentáveis de aplicação, migrando entre setores ou ramos da economia mais vantajosos em relação à lucratividade.

Muitas das empresas citadas nesta tese voltadas mais diretamente ao mercado imobiliário realizam investimentos em sojicultura, cotonicultura, pecuária, armazenagem de commodities, aviação e produção de revenda de máquinas e equipamentos ou indústria de biodiesel. Neste sentido, tendo como base os nomes dos loteamentos (lançados ou já consolidados) ou das empresas e imobiliárias responsáveis, averiguou-se que parcela significativa dos empresários das imobiliárias em Primavera do Leste atuam em outros setores. São, sobretudo, capitalistas e investem onde lhes for mais rentável. Na **tabela 3**, é possível verificar uma clara diversificação de investimentos em ramos ligados mais propriamente à agricultura capitalista e demais vinculados ao setor imobiliário.

Waldomiro Riva, dono da Imobiliária Riva, que vendeu terrenos em grande parte da cidade e criada em junho de 1988, também é sócio da Agropecuária Riva, aberta em 1993. Já Paulo Gasparoto controla a Cooperativa Dos Pecuáristas de Mato, registrada em 2006. O dono da imobiliária Castelândia, fundada em 1984, também é sócio administrador da Fazenda Natália, implantada em novembro de 2012. O sócio administrador da empresa Nmed Incorporadora (aberta em setembro de 2015 e responsável pelo loteamento Parque Imperial) é sócio da Agrícola Teteia, aberta em junho de 2013 e com atuação em Mato Grosso, cuja

sede é em Primavera do Leste e foi registrada em junho de 2013. Por fim, a família Cosentino, responsável pela abertura da primeira imobiliária da cidade em 1979, tem várias empresas de armazenagem e comércio de grãos (**tabela 3**). Muitas das empresas que tratamos de modo genérico como ligadas do agrário atuam não somente em plantações (como parece ser Fazenda Natália, da família Castelli), mas no armazenamento e beneficiamento de grãos (como a família Cosentino).

Ainda no contexto de imbricação de investimentos citamos o exemplo de outro membro da família Gasparoto: Florindo Gasparoto, um dos “pioneiros” que adquiriu em 1973 o terreno que hoje abriga o Pq. Eldorado. Ele e o filho Toni Gasparoto moravam em Cuiabá até em 2014 iniciarem o plantio de soja e milho, começando em 500 dos 2.200 hectares da propriedade no município de Primavera do Leste.¹⁵⁹

Outro caso emblemático é o de um capitalista que começou suas atividades no município em 1983, um ano após ter saído do Rio Grande do Sul. Membro do Sindicato Rural de Primavera do Leste, foi sócio fundador da Associação dos Produtores de Sementes de Soja de Mato Grosso, fundador e vice-presidente sul da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso, vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso e presidente do Conselho da Cooperativa Agropecuária Primaveraense¹⁶⁰. Também é proprietário espaço de eventos, investidor em Balneário Camboriú e dono de uma filial de loja de móveis e eletrodomésticos. Arrendou recentemente 6 mil dos seus 7,5 mil hectares para outros produtores de grãos (Valor Econômico, 2007)¹⁶¹.

Investir em mais de um setor ou ramo é um caminho já historicamente utilizado de acumulação e realização do capital. Esse campo eminentemente urbano teve sua produção atrelada à reprodução da fronteira mato-grossense a partir do direcionamento dos capitais excedentes urbano-industriais e continua se constituindo em uma frente de investimento para capitais vinculados de modo mais intenso à agricultura capitalista. Assim, se por um lado e como expomos nesta tese, é em torno do urbano que os demais negócios são efetuados, por outro, também pode existir simultaneamente um direcionamento do capital excedente das atividades preponderantemente agrícolas para o urbano, visando a aumentar a rentabilidade de investimentos ou solucionando temporariamente crises intrínsecas ao próprio movimento de reprodução do capital.

¹⁵⁹ “*New Holland* em campo. n. 64, ano 17, 2014”. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/6851444-Tratores-mais-potentes-na-lavoura.html> >. Acesso em: jul. 2016.

¹⁶⁰ Disponível em: < <https://www.al.mt.gov.br/midia/noticia/20267/visualizar> >. Acesso em: jun. 2018.

¹⁶¹ “Cresce ainda mais a concentração agropecuária no MT”. Valor Econômico, 28 ago. 2007.

Tabela 3. Origem das empresas responsáveis pelos loteamentos e diversificação de investimentos

Imobiliária ou empresa responsável pelo loteamento urbano	Origem da imobiliária	Ano de abertura	Atuação dos sócios-administradores em empresas vinculadas ao mercado imobiliário (ano de abertura)	Atuação dos sócios-administradores em empresas vinculadas ao agrário (ano de abertura)
NMED Incorporadora Ltda. (Edemar da Rold; Nelson Marcon)	Primavera do Leste	2013	Nm Business - Empreendimentos e Participações Ltda. (2010).	Agrícola Teteia Ltda. (2013) – Primavera do Leste Nm Business - Empreendimentos e Participações Ltda. (2010)
Imobiliária Riva (Waldomiro Riva)	Primavera do Leste	1988		Agropecuária Riva Ltda. (2013) – Primavera do Leste.
Carisma Administração e Participações Societárias S.A. (Paulo Gasparoto)	Cuiabá	2005		Cooperativa Dos Pecuáristas de Mato Grosso, Coopemat (2006) – Cuiabá
Construtora e Imobiliária Cosentino Ltda. (Eduardo Ometto Cosentino; Edgard Cosentino)	Primavera do Leste	30/04/1979		Granolestes Empresa de Armazenagens Ltda. (1997); Agroleste Indústria e Comércio de Cereais Ltda. (1999); Cerealeste Indústria e Comércio de Cereais Ltda. (2007) – Primavera do Leste
MarcoVic Loteamentos (Marco Antonio Kunzler)	Campo Mourão (Paraná).	1993	Santa Terezinha Incorporadora de Imóveis Ltda. (Primavera do Leste, 2014); Bcv Incorporadora de Imóveis Ltda. (Campo Verde, MT, 2014); Incorporadora do Lago Ltda. (Luiziana, PR, 2013); Buritis Incorporadora de Imóveis Ltda. (Primavera do Leste, 2012); Cidade Alta Incorporadora Ltda. (Campo Mourão, 2010); Campo Incorporadora Ltda. (Campo Mourão, 2007); Marcovic Artefatos de Cimento Ltda. (Nova Mutum, MT, 2002)	
Rivel Imóveis Ltda. (Elton Riva)	Primavera do Leste	2002		Agropecuária Riva Ltda. (2013); Rebokar Indústria e Comércio de Reboques Rodoviários Ltda. (1986) – Primavera do Leste
Imobiliária Castelândia Ltda. (Adivino Casteli; Jefferson Luiz Casteli)	Primavera do Leste	1984		Fazendas Natalia Ltda. (2012) – Poxoréu

Tabela elaborada pela autora em abr. 2016 a partir de consulta nos sites: <<https://www.infoplex.com.br/search/>> e <<http://www.consultasocio.com/>>. A origem se refere ao endereço da empresa cadastrado no site. Os donos das empresas pesquisadas também controlam outras ligadas a setores como rede hoteleira, metalúrgica e diagnósticos médicos.

Assim, na medida em que as commodities são negociadas em bolsas de valores e sujeitas à instabilidade do mercado financeiro, os riscos que muitas vezes precisam ser assumidos nos “negócios no agrícola” podem atrair investimentos para o urbano. Além de ser condição meio e produto da expansão da agricultura capitalista, o urbano também é para onde, segundo Volochko (2013), o capital se direciona quando não encontra mais reprodução ou viabilidade apenas no setor agroindustrial.

Nesta perspectiva, mesmo diante da primazia dos negócios fundiários em relação aos demais, o setor imobiliário não deixa de ser uma possibilidade para novos investimentos por permitir – mesmo que de modo provisório – a mobilização de capitais em momentos de crise. Também pode existir, de outro modo, em determinado momento considerado mais favorável às atividades agrícolas (com, por exemplo, acesso ao crédito, situação cambial, condições climáticas excepcionais), um excedente de capitais (financeiros, mediados pelo “agronegócio”) canalizado para a dinâmica fundiária urbana.

Os “pioneiros” e novos agentes imobiliários direcionam, nesse processo, o capital gerado na agricultura ou na indústria (ligada principalmente ao beneficiamento das commodities) para investimentos no urbano por meio da compra de loteamentos ou de terrenos, assim como construção de casas ou edifícios para especulação ou venda. Esse deslocamento de capitais no espaço urbano, vale destacar, é seletivo, isto é, ocorre de modo desigual no tempo e no espaço, valorizando os fragmentos do espaço urbano e atendendo a interesses de determinados grupos ou classes sociais. A abertura de novos loteamentos, com investimentos em determinadas parcelas do espaço em detrimento de outras, nos ajuda a entender Primavera do Leste e a concentração de capitais em lugares específicos. Estes não são alvo de investimentos com a mesma intensidade e ao mesmo tempo.

O fluxo de investimentos do agrário para outros segmentos econômicos, como o imobiliário, pode ser problematizado a partir das vendas de imóveis cujos pagamentos são dados pelo período de safra (**figura 40**) e lastreados em sacas de soja geralmente por meio de CPRs (Cédula de Produto Rural)¹⁶².

¹⁶² Criada em 1994, a Cédula de Produto Rural é um título lastreado em uma garantia real, comumente utilizado em transações que envolvem a produção de soja. Por meio dela, o produtor recebe antes da colheita uma quantia em espécie ou em insumos correspondente a quantidade de hectares que será destinada ao plantio. Neste contrato, o produtor vende antecipadamente sua produção e se compromete a entregá-la. Esse pagamento pode ser feito em soja para a empresa que comprou a produção (liquidação física) ou em dinheiro por meio da conversão do valor das commodities (liquidação financeira). Com as CPRs, produtor e financiador adotam medidas de proteção para evitar perdas diante da volatilidade do mercado. A CPR é um instrumento fundamental na negociação entre um produtor e a empresa, sendo amplamente utilizada uma vez que assegura ao mesmo tempo o recebimento do grão pela empresa e garante ao produtor um instrumento de proteção de preços (evitando movimentos de baixa de preços futuramente) bem como a obtenção dos serviços e produtos previamente acordados (WEZS JUNIOR, 2014; Bovespa, 2018).

Fig. 40. Anúncios de empreendimentos no litoral catarinense divulgados em Primavera do Leste

Folhetos veiculados em imobiliárias de Primavera do Leste, atraindo, conforme informações obtidas em trabalho de campo em abril de 2016, fazendeiros com a expectativa de que esses imóveis no litoral catarinense valorizem de 15 a 20%.

Diante dessa imbricação de investimentos, “pioneiros” ou novos agentes imobiliários veem no agrário uma maneira de imobilizar ou gerar mais capital da mesma forma que também há capitais do mercado imobiliário que são direcionados à agricultura capitalista. Este capital financeirizado, sem especificidade, segue a lógica da acumulação capitalista, atuando no controle das terras (dentro e fora do considerado perímetro urbano) e tanto nas atividades agrícolas (por meio da produção, armazenagem, corretoras e beneficiadoras de grãos) quanto no urbano (via imobiliárias, construtoras e incorporadoras). Nesta perspectiva e conforme informações obtidas com um funcionário da cooperativa de crédito Sicredi¹⁶³ no ano de 2016, havia dois ou três investidores da sojicultura que atuavam amplamente no setor imobiliário da cidade.

Uma dimensão dessa diversificação de investimentos pode ser obtida a partir da declaração de bens dos prefeitos de Primavera do Leste à Justiça Eleitoral. Tanto Getúlio Viana quanto Érico Piana, últimos prefeitos da cidade de Primavera do Leste, além de deterem o poder durante vários mandatos, também são proprietários de plantações de soja. Piana é natural do Rio do Sul e migrou para Primavera do Leste em 1984, tendo chegado a assumir a Secretaria

¹⁶³ Em Primavera do Leste, o Sicredi (Sistema de Crédito Cooperativo) atende médios e grandes produtores. Em 2016, eram 200 grandes produtores (acima de 1 milhão e 600 mil reais por ano), cerca de 200 produtores médios (mais de 600 mil) e aproximadamente 100 pequenos.

de Assuntos Fundiários no Governo Jaime Campos¹⁶⁴. Já Getúlio Viana é empresário no segmento de combustível, sendo dono de um dos postos de gasolina na BR-070 no município.

A declaração de bens de Viana apresentada em 2008¹⁶⁵, por exemplo, referia-se a um total de mais de dois milhões de reais. Já no ano de 2016, foram declarados segundo site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) um patrimônio de R\$ 12.719.537,41¹⁶⁶. O maior valor declarado estava nos 15% que possuía da Agrícola Alvorada, avaliada em mais de oito milhões. Estavam em seu nome, em 2008, 27 lotes urbanos em Primavera do Leste e nas cidades de Ampere (Paraná), Goiânia, Sorriso, Água Boa e Barra do Garças. Em Primavera do Leste, Getúlio Viana é proprietário, além de duas salas comerciais e dois apartamento, de mais de 6.331 metros quadrados dentro do perímetro urbano – ou de 260.067 metros quadrados se incluirmos dois lotes maiores no distrito industrial. Também declarou lotes e imóveis rurais em Amperê, Água Boa, Tesouro, Nova Ubiratã e General Carneiro, Poxoréu e Primavera do Leste, que totalizavam 2 mil e 50 hectares. Além desses investimentos fundiários, Viana também tinha quotas de capital significativas em uma empresa agrícola e uma transportadora.

A Viana Trading, com sede em Cuiabá e de propriedade de Getúlio Viana e seu irmão (deputado estadual Zeca Viana), conta com unidades de recebimento nos estados de Mato Grosso e Paraná, quatro armazéns, oito pontos de recebimento e carteira de cinco mil clientes, comercializando por ano aproximadamente 1,5 milhão de toneladas de soja e de milho¹⁶⁷. Ao menos até o ano de 2009¹⁶⁸, a Viana Trading Importação e Exportação de Cereais Ltda. contava com forte atuação em Primavera do Leste. De acordo com levantamento da Aprosoja, a empresa respondia por 65% do mercado de comercialização de grãos no município.

Revela-se aqui uma análise não somente de uma diversificação de investimento, mas de uma reiteração do controle articulado da terra (como vimos pelas várias propriedades declaradas

¹⁶⁴ Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/midia/noticia/20267/visualizar>>. Acesso em: fev. 2018.

¹⁶⁵ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/politicobrasil/2008/prefeito/19091958getulioviana.jhtm> 2/3>. Acesso em: fev. 2018.

¹⁶⁶ Disponível em: <<https://www.correiodacidademt.com.br/index.php/categorias/item/3648-getulio-declara-patrimonio-de-r-12-7-milhoes>>. Acesso em: fev. 2018.

¹⁶⁷ Disponível em: <<http://www.ersadvocacia.com.br/conteudo.php?sid=44&cid=2569/>>. Acesso em: fev. 2018.

¹⁶⁸ Neste ano, a empresa entrou com pedido de recuperação judicial diante de uma dívida de R\$ 50 milhões com 1,5 mil produtores de Mato Grosso e do Paraná e de R\$ 100 milhões com bancos e a multinacional ADM, que moveu uma ação contra a empresa no valor de 26 milhões de reais. (Disponível em: <<http://www.ersadvocacia.com.br/conteudo.php?sid=44&cid=2569/>> ; <<http://economia.ig.com.br/viana-trading-pede-recupera-cao-judicial-no-mt/n1237700035661.html>>. Acesso em: fev. 2018). O acompanhamento do processo e do plano de elaboração do plano de recuperação contou com auxílio da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso MT), que entrou no processo para tentar auxiliar os produtores diante da falta de pagamento por parte da Viana Trading (Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/41027-aprosoja-auxilia-a-justica-no-processo-da-viana-trading-2.html#.WVGdO-vyviU>>; <<http://economia.ig.com.br/viana-trading-pede-recuperacao-judicial-no-mt/n1237700035661.html>>. Acesso em: fev. 2018).

ao site do TSE), do poder (pelas gestões municipais e demais esferas de atuação política) e do capital (com, por exemplo, significativa atuação da Viana Trading em Primavera do Leste). Outro caso emblemático desse poder ocupado por interesses econômico, e particularmente do “agronegócio”, é o de Blairo Maggi, empresário da sojicultura, um dos proprietários do Grupo Amaggi¹⁶⁹, governador do estado de Mato Grosso nos mandatos 2003-2006 e 2007-2010 e Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento (2016-2018). Seu mandato como governador atendeu a interesses pessoais e familiares (família do Grupo Amaggi) e às demandas do “agronegócio” em Mato Grosso, como a pavimentação da BR-163 e de demais rodovias estaduais em parcerias com prefeituras e associações de produtores.

Segundo Bernardes (2007b, s/p), essas “cidades do agronegócio” frequentemente reproduzem “características arcaicas, como o poder de mando local”. Neste mesmo sentido, Pequeno e Elias (2015, p. 17) destacam que “num país onde o imbricamento existente entre os poderes econômico e político é recorrente, acostumamo-nos a ter empresários agrícolas como Ministro da Agricultura, Governador de Estado, além de uma das mais influentes bancadas no Congresso Nacional (a bancada ruralista)”. Como salientam, e conforme elencamos neste item, é recorrente nesse conjunto de cidades que os prefeitos também sejam empresários do setor.

Outras situações bastante reveladoras no contexto de uma articulação de investimentos e de domínio do trinômio terra, poder e capital está na já citada família Pivetta. Os irmãos Adriano Pivetta e Otaviano Pivetta cultivavam em 2017 uma área 1700 vezes maior do que aquela que possuíam no Rio Grande do Sul. Em 2016, Adriano Pivetta (PDT), então prefeito de Nova Mutum e candidato à reeleição, declarou um patrimônio de 27 milhões¹⁷⁰. Em 2012, quando concorreu à Prefeitura de Lucas do Rio Verde, Otaviano Pivetta foi considerado o prefeito eleito mais rico do país, com um patrimônio declarado de R\$ 321 milhões. Em 2016, foi também o gestor mato-grossense mais rico, com bens estimados e declarados em 359 milhões¹⁷¹.

¹⁶⁹ O grupo controlado por Maggi era apontado como maior produtor mundial de soja. Na safra de 2012 e 2013 plantou 141 mil hectares de soja, 73 mil de milho e 25 mil de algodão (WESZ JÚNIOR, 2014). Como grandes proprietários pode-se também citar Eraí e Eliseu Maggi Scheffer, primos de Blairo Maggi, que concentram 250 mil hectares, parte cultivada em sistema de parceria (22 mil da família Sachetti, de Rondonópolis). (“Cresce ainda mais a concentração na produção agropecuária no MT”. Valor econômico, 28 ago. 2007).

¹⁷⁰ Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2012/candidatos/2012/prefeito/mt/19121971-adriano-pivetta.htm/>>; <<https://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2016/prefeito/mt/19121971-adriano.htm>>. Acesso em: fev. 2018.

¹⁷¹ Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/brasil-mundo/lucas-do-rio-verde-no-mt-tera-o-prefeito-mais-rico-do-pais>>; <<http://www.midianews.com.br/eleicoes-2016/adriano-pivetta-declara-ao-tse-patrimonio-de-r-27-milhoes/272332>>. Acesso em: fev. 2018.

Otaviano Pivetta detém metade do capital da empresa Vanguarda Agro¹⁷², maior produtora de grãos do Brasil cujas ações são listadas na Bovespa. Declarou, em 2012¹⁷³, 20 terrenos nos municípios de Sinop, Nova Mutum, Chapada dos Guimarães, Santo Antônio, Lucas do Rio Verde (todos em Mato Grosso) e na Bahia, como em Baianópolis. Somadas, tiveram valor declarado de mais de 22 milhões. Em aplicações e outros investimentos, eram mais de 13 milhões de reais e em ações e quotas de capital mais de 5 bilhões. Muitas delas, vinculadas à Vanguarda (fazendas e empresas de transporte, incluindo 96 milhões de ações na empresa Vanguarda e demais empresas agropecuárias). Também havia 18 milhões em um Fundo de Investimento Financeiro e mais de 16 milhões em outros créditos e poupanças.

Já Adriano Pivetta, em divulgação ao TRE no ano de 2016¹⁷⁴, declarou 9 fazendas, 1 lote e 1 imóvel rural, somando mais de 5245 hectares e um valor de mais de 15 milhões. Adriano Pivetta também tem 2 milhões e 400 mil em ações junto à Vanguarda Agro e 6 milhões e 742 mil em quotas nas empresas Amf Pivetta Agricultura e Pecuária Ltda. e Amf. Pivetta Transportes Ltda. O maior bem de Pivetta estava em investimentos destinados a beneficiadoras de grãos e cooperativas, somando quase 200 milhões de reais. Adriano Pivetta também possuía ação societária na Associação de Beneficiários da Rod. da Produção, em valor acima de 730 mil reais, bem como ações em nome de terceiros, somando 11,8 milhões de reais. Também declarou três fazendas, nos valores de 5 milhões, 773 mil e 2 milhões de reais.

Se em 2012 e 2016, os Pivetta figuravam nos prefeitos mais ricos, em 2004 era vez de Adilson Sachetti. Deputado estadual e ex-prefeito de Rondonópolis (2005-2008), tinha a propriedade de ao menos 70 mil hectares em Mato Grosso, plantando somente em 3 mil e arrendando outros 22 mil hectares¹⁷⁵. Declarou à Justiça Eleitoral, no ano de 2004, um patrimônio de 12 milhões de reais em imóveis, o maior daquele ano dentre os candidatos à prefeitura¹⁷⁶. Dono da agropecuária Sachetti, tem participação societária na Lucra Corretora (corretora de grãos). Também em uma clara imbricação entre terra, poder e capital está o deputado federal (1990 -2014) e senador (2014-2018) Wellington Fagundes, com 28 terrenos em sua maior parte

¹⁷² A outra metade é da *holding* de investimentos Veremonte, do espanhol Bañuelos. São 12 unidades de produção que somam cerca de 310 mil hectares nos estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Piauí (Vanguarda Agro, 2013; WEZS, 2015).

¹⁷³ Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2012/1699/90603/110000006679/bens/>> e <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Agosto/sistema-divulgacandcontas-2016-e-fonte-de-pesquisa-para-eleitor>>. Acesso em: fev. 2018.

¹⁷⁴ Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2016/2/90646/110000001834>>. Acesso em: fev. 2018.

¹⁷⁵ “Cresce ainda mais a concentração na produção agropecuária no MT”. Valor econômico, 28 ago. 2007.

¹⁷⁶ Disponível em: <<https://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/10/materia/77043/t/sachetti-e-mais-rico-dos-prefeitos>>. Acesso em: dez. 2016.

em Rondonópolis. Comanda diversas emissoras de rádio e televisão em Rondonópolis, Tangará da Serra, Jaciara e Barra do Garças e declarou oito milhões de bens à Justiça Eleitoral¹⁷⁷.

Outro investidor cuja atuação nos ajuda a investigar um capital que se direciona para diversos setores, bem como a dominação privada de terras e a sua utilização para especulação, é a do empresário Miguel Sabó. Dono do Grupo Iberê¹⁷⁸, junto com os filhos, tem em sua propriedade 495 mil pés de café (com previsão de produção de 5.200 sacas na safra 2017) e 326 pés de macadâmia. A fazenda do Grupo Iberê tem 17 mil e 200 hectares, sendo apenas 2.600 utilizados em 2016 para fins produtivos. O restante serve para pasto ou para arrendamento. Sabó veio para Primavera em 1985, começou com gado e posteriormente passou a investir na soja. Atuava desde 1942 no setor de autopeças (hoje uma das maiores fornecedoras de sistemas de vedação para a indústria automobilística). Possuía, em 2017, mais 8 multinacionais, morava em São Paulo e visitava Primavera ocasionalmente. A família Sabó é também, pelo que foi possível averiguar, proprietária de grandes terrenos em Rondonópolis e em Cuiabá usados para fins especulativos. Uma dessas áreas tem 13,8 hectares em um terreno desocupado e localizado em um dos loteamentos em Rondonópolis que abriga principalmente uma população de menor renda (Vila Operária)¹⁷⁹. Outro terreno desocupado de Sabó localiza-se no bairro Grande Terceiro, entre a margem esquerda do Cuiabá e a Av. Beira Rio. Com 60.040 metros, chegou a ser ocupado em 2001 por famílias desabrigadas, mas logo teve reintegração de posse¹⁸⁰.

Merece destaque ainda a atuação de uma das famílias de Primavera do Leste cujo poder econômico é considerado significativo: a família Brunetta, possivelmente uma das mais ricas da cidade e composta por cinco irmãos de Santa Catarina que chegaram a Mato Grosso em 1983. Adquiriram dez mil hectares a 130 quilômetros do atual núcleo urbano de Primavera do Leste (WESZ JUNIOR, 2014, p. 139). Hoje, os Brunetta controlam o Grupo Itaquerê, um dos principais da agricultura capitalista de Primavera do Leste¹⁸¹, diversas agrícolas, indústria de beneficiamento, sementeiras e uma transportadora com 48 caminhões. Além do cultivo e comercialização de soja, milho e algodão, também atuam na pecuária, prestação de serviços agrícolas, na comercialização de energia elétrica (com a implantação e gerenciamento de ao menos quatro centrais hidrelétricas) e na venda de terras e implantação de empreendimentos na

¹⁷⁷ Disponível em: <<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=370980>>; <<http://www.rdnnews.com.br/blog-do-romilson/conteudo/patrimonio-de-wellington-passa-de-r-600-mil-para-r-7-2-mi/21636>>. Acesso em: fev. 2017.

¹⁷⁸ Disponível em: <<http://www.sabogroup.com.br/reposicao/catalogos>>; <<http://www.cafearomadaterra.com.br/index.php>>. Acesso em: set. 2018.

¹⁷⁹ Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=205335>>. Acesso em: set. 2018.

¹⁸⁰ Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=61884>>. Acesso em: dez. 2017.

¹⁸¹ “A nova safra dos gigantes do cerrado”. Valor Online. 20 out. 2010. Disponível em: <<http://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/a-nova-safra-dos-gigantes-do-cerrado/20101020-085416-L254>>. Acesso em: dez. 2016.

região do Vale Araguaia e em demais cidades (Primavera do Leste, Porto Alegre do Norte, Querência e Água Boa, além de Santo Antônio do Leste, General Carneiro, Novo São Joaquim, Cana Brava do Norte) (WESZ JUNIOR, 2014)¹⁸². Com maior participação na empresa Itaquerê, o irmão mais velho dos Brunetta, Elio Brunetta, administrava mais de 100 mil hectares próprios e 30 mil bois em sete cidades de Mato Grosso¹⁸³ do grupo no ano de 2010 (Valor Econômico, 2010; WESZ JÚNIOR, 2014), além da Morro da Mesa Concessionária S.A.¹⁸⁴. Também foi o responsável, em 1985, pela implantação da Unicotton (Cooperativa dos Produtores de Algodão).

Além das terras no sudeste mato-grossense e no Vale do Araguaia, os Brunetta também são responsáveis por lotear o Jardim das Américas II com 59 mil metros quadrados – inicialmente pertencente às terras de Cosentino e, ao que parece, foi transferido em um negócio de família entre os Cosentino e Brunetta¹⁸⁵. Detentores de várias empresas¹⁸⁶ e de uma área plantada que em 2013 alcançava 170 mil hectares (OLIVEIRA, 2016), também compram e vendem imóveis próprios por meio da Empresa Participações e Empreendimentos Vormsi Ltda., cujo capital social é de mais de 7 milhões e quadro societário composto pelos cinco irmãos Brunetta e pelas empresas Agropecuária Rancho Fundo do Itaquerê, Itaquerê Agro Industrial e Participações e Empreendimentos Ebhb. Os negócios da família Brunetta foram ainda possivelmente potencializados com o casamento de Gianni Brunetta (diretor institucional da Morro da Mesa Concessionária e filho de Elio Brunetta) com Daniela Ometto Cosentino (filha de E. Cosentino). Ambos são de duas das famílias com maior poder econômico de Primavera do Leste. G.Brunetta também realizou a “expansão dos negócios para a construção civil e imobiliária”, sendo sócio da Gbx Construtora e Incorporadora, da Construtora Gdx e da Cosentino Brunetta & Cia.¹⁸⁷

Essa atuação do capital em diversos ramos e setores, a todo momento em busca de possibilidades cada vez mais rentáveis, existe desde o início da reprodução da fronteira mato-grossense. Adquiriu, no entanto, mais recentemente e de modo mais intenso um conteúdo financeirizado, como detalharemos no próximo item.

¹⁸² Também segundo informações coletadas no próprio site da empresa e no Diário Oficial da União e no Diário Estadual de Mato Grosso.

¹⁸³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mEpnBcKPsWg>> e <<http://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/a-nova-safra-dos-gigantes-do-cerrado/20101020-085416-L254>>. Acesso em: nov. 2017.

¹⁸⁴ A Morro da Mesa Concessionária de Rodovias S.A atua no trecho da MT-130 entre Primavera do Leste e Rondonópolis, tendo participado da licitação em 2009. Disponível em: <<http://www.morrodamesa.com.br/noticias/nota-de-esclarecimento-2>>.

¹⁸⁵ Disponível em: <<http://primaveradoleste.mt.gov.br/portal2014/innovaeditor/assets/dioprime/Dioprime%20243.pdf>>. Acesso em: dez. 2017.

¹⁸⁶ Disponível em: <<http://www.consultasocio.com/q/sa/itaquere-agro-industrial-ltda>>; <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/28222989/pg-68-diario-oficial-do-estado-do-mato-grosso-doemt-de-02-12-2010>>; <<http://www.consultasocio.com/q/sa/participacoes-e-empreendimentos-ebhb-ltda>>; <<https://qcnpj.com.br/consulta/empresa/participacoes-e-empreendimentos-vormsi-ltda/08039211000140.html>>. Acesso em: dez. 2017

¹⁸⁷ Informações obtidas em <<http://www.consultasocio.com/>> e <<http://www.findthecompany.com.br/>>. Acesso em: set. 2018.

3.5.1. Articulando escalas: terra e soja como mediações financeirizadas

Os diversos setores de investimento do capital são totalmente imbricados e dinâmicos. A agricultura capitalista atualmente está articulada ao sistema de crédito e aos mais complexos mecanismos de financiamentos (concedidos por meio de bancos, *tradings* e demais empresas), uma vez que produção e comercialização agrícola em grande escala exige vultosos gastos ligados à obtenção, por exemplo, de sementes modificadas, insumos e fertilizantes ou maquinário agrícola.

Segundo Volochko (2013, p. 57), a partir da década de 1980, a economia mundializada introduz novos elementos no trinômio terra, poder e capital, de modo que as elites locais passam a alinhar “aos interesses da reprodução dos capitais internacionais”. A produção da agricultura capitalista mecanizada está inserida em processos cada vez mais mundializados e nos quais tanto terra quanto a soja propriamente dita constituem-se em ativos financeirizados.

Nesse sentido, a especulação baseada na tradição patrimonialista deu lugar hegemônico à captação em bolsa e à especulação com terrenos no mercado financeiro (SANTOS, 2015). A declaração abaixo, de um dos fundadores da Cantagalo General Grains ao jornal Valor Econômico¹⁸⁸ em maio de 2017, fornece de modo elucidativo o fato de que nas negociações com a produção do “agronegócio” também está ganhando relevância aquelas com terras e fazendas inteiras, concebidas e realizadas como mediações financeirizadas.

Se fosse a visão anterior, de vender grandes volumes [de soja] e de ser quase uma rival das grandes tradings, ter um ativo logístico tão estratégico como o Tegram [Terminal de Grãos do Maranhão] seria fundamental. **A visão agora é completamente diferente. As fazendas são ativos muito mais estratégicos dentro desse novo cenário (...).** Josué Gomes da Silva decidiu colocar o pé no agronegócio após receber o **pagamento em fazendas em financiamentos que fazia a produtores de algodão** - a Coteminas é um grande consumidor nacional da fibra. Em 2011, formalizou a parceria com dois investidores do agronegócio, Vilson Vian, da GFN Agrícola (grifos nossos).

Nesta perspectiva, a Cantagalo passou a atuar, além da comercialização de grãos, na negociação de terras. Formada em 2011 a partir de investimentos de três latifundiários e empresários brasileiros (um deles, de Primavera do Leste)¹⁸⁹, a empresa em 2011 tinha 150 mil

¹⁸⁸ “Em crise, CGG Trading renegocia suas dívidas”. Barros, Bettina. 10 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/4963070/em-crise-cgg-trading-renegocia-suas-dividas>>. Acesso em: jun. 2018.

¹⁸⁹ Josué Gomes da Silva, da Coteminas (Companhia de Tecidos Norte de Minas, de produção e comercialização de fios e tecidos em geral, cujas ações são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo);

hectares plantados em Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Piauí (OLIVEIRA 2016; Valor Econômico, 2016)¹⁹⁰.

Da mesma forma que com a Cantagalo, o mercado de terras rurais também passa a se configurar como uma importante setor de atuação das empresas SLC¹⁹¹ e a Tiba Agro¹⁹², as quais passam a transformar grandes extensões de terra em ativos. A SLC foi em 2007 a primeira empresa do setor de grãos a ter ações negociadas nas bolsas de valores no mundo. Por meio da subsidiária SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A, formada em 2012, a SLC passou a atuar no mercado de terras agrícolas por meio da aquisição, formação e vendas de fazendas, em um processo que envolve a limpeza e preparação do solo, bem como a implantação de infraestruturas. Já no caso da Tiba Agro, pertencente a Vision Brasil Investments S.A., há uma clara atuação na conversão de terras rurais em urbanas (OLIVEIRA, 2016).

Como destaca Wesz (2014), grandes grupos passaram a recorrer ao capital financeiro para a compra de terras. O autor cita a situação das empresas El Tejar e Los Grobos. Elas gerenciavam contratos nas terras arrendadas com equipes de plantio, aplicação de insumos, colheita e transporte, passando nos últimos anos a atuar também adquirindo e negociando terras.

Caso emblemático a respeito dessa nova forma de atuação dessas grandes empresas que têm na terra um rentável ativo financeiro é o da Radar Propriedades Agrícola S.A. Criada com o objetivo específico de atuação no mercado fundiário rural, principalmente realizando investimentos em propriedades e empreendendo negócios com arrendamento de terras, foi uma

Paulo Roberto Moreira Garcez, fundador da Multigrain (após a venda para a transnacional japonesa Mitsui) e de Vilson Vian, de Primavera do Leste, da GFN Agrícola. Vian é um dos grandes detentores de terra de Mato Grosso com uma área de soja de 54 mil hectares. Devedor de mais de 1 milhão IPTU segundo dados publicados no Diário Oficial da Prefeitura de Primavera do Leste, desenvolve atividades agropecuárias na Fazenda Siqueira e na Fazenda Ramos (em Brasnorte, MT, com 1.251,3061 ha.).

¹⁹⁰ Informações disponíveis em: <<http://www.valor.com.br/agro/4779793/sojitz-negocia-compra-do-controle-da-cgg-trading>>; <<http://www.cggtrading.com/trading>>; <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/lista-dos-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm?codigo=3158>; <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,coteminas-entra-em-empresa-de-producao-e-comercio-de-soja-e-algodao-imp-,717073>>; <<http://www.valor.com.br/agro/4793895/sob-nova-direcao-cgg-quer-atrair-investidor>>. Acesso em: fev. 2018.

¹⁹¹ 49,4% da participação acionária da SLC Land Co é de um fundo britânico de investimento e 50,6% da SLC Agrícola S.A. A SLC LandCo atua, portanto, em um negócio extremamente especulativo, mobilizando latifúndios em ativos (OLIVEIRA, 2016; WESZ 2014, site SLC Agrícola). Em 2013, administrava 456,7 mil hectares (247 mil em terras próprias, 41,9 mil hectares em sociedade, 72,5 mil pela SLC LandCo, 95 mil hectares arrendados) distribuídos em 16 fazendas em todos estados do Centro-Oeste e na Bahia, Piauí e Maranhão (OLIVEIRA, 2016). As terras de propriedade da SLC Agrícola, desconsiderando as instalações, prédios e demais benfeitorias, foram avaliadas neste mesmo ano em 2,68 bilhões (“Terras de propriedade da SLC Agrícola são avaliadas em R\$ 2,68 bilhões”. Valor online. 26 ago. de 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3247392/terras-de-propriedade-da-slc-agricola-sao-avaliadas-em-r-268bilhoes>>; <http://ri.slcagricola.com.br/ptb/1839/SLC_Apresentacao%20RI_PT_BOOK_Mar_2016.pdf>; <http://ri.slcagricola.com.br/ptb/1838/SLC_RI_BOOK_PT.pdf>).

¹⁹² A Tiba Agro S.A é outra empresa que atua nos negócios com terras agrícolas. Criada em 2008 por produtores rurais nacionais e investidores financeiros com o objetivo específico de atuar na aquisição de propriedades rurais. A empresa gerencia 335 mil hectares de terras agrícolas e concentra suas negociações no Centro-Oeste brasileiro (OLIVEIRA, 2016).

das primeiras criadas no Brasil para o mercado fundiário de terras agrícolas e atualmente é um dos maiores exemplos de especulação com terras no país. A Radar foi criada em 2008 e é subsidiária da Cosan S.A, primeira empresa do setor da agricultura capitalista a abrir capital em bolsa no ano de 2005. Tinha como sócios o grupo COSAN e Fundos de Pensão estadunidenses, administrando mais de 470 fazendas no ano de 2012. No ano de 2015, tinha fazendas em oito estados do país, totalizando 263.265 hectares (105.030 hectares em terras próprias, avaliadas em R\$ 2,680 bilhões) (OLIVEIRA 2016; Valor Econômico, 2009)¹⁹³.

Analisar a atuação desses grupos traz elementos importantes para problematizarmos novos conteúdos da acumulação rentista brasileira bem como aspectos do capitalismo monopolista mundializado. Há uma forma nova de atuação dessas empresas que monopolizam o comércio de grãos, na qual a terra, além do seu tradicional papel na obtenção de empréstimos e na produção agrícola, transforma-se em um ativo financeiro de grandes empresas. Como afirma Oliveira (2016), a agricultura capitalista vem passando por profundas transformações devido ao processo de mundialização do capitalismo monopolista, ancorando-se na produção de commodities, nas bolsas de mercadorias e de futuro e na formação de empresas monopolistas mundiais. São poucas as empresas que controlam a produção e comercialização agrícola. Muitas delas nasceram de empresas estrangeiras ou nacionais que, detendo o controle monopolista da produção, alcançaram uma escala mundial ao se associaram majoritariamente com as empresas nacionais concorrentes.

Originaram-se, portanto, de empresas nacionais diante do processo mundial de investimentos diretos de capitais e expansão por diferentes países por meio de filiais, fusões, aquisições, associações e franquias. Esses novos grupos econômicos mundiais, segundo o autor, são um dos conteúdos do capitalismo monopolista mundializado e foram apenas possibilitados pela união contraditória entre Estado, grupos nacionais e estrangeiros. Assim, se o processo de mundialização da Amazônia ocorreu com a participação do capital internacional nas empresas estatais, mais recentemente se realiza com o processo de privatização e participações em empresas nacionais vinculadas à agricultura capitalista mecanizada (OLIVEIRA, 2016).

A formação entre uma nova aliança de classes em nível mundial (entre grupos nacionais e estrangeiros) ainda não se constitui efetivamente, conforme Oliveira (2016), como uma tendência no campo brasileiro na medida em que a maioria dessas empresas citadas ainda não introduziu a etapa do beneficiamento e industrialização do que produzem e a maior parte da

¹⁹³ “Radar avança em terras de grãos no país”. Valor Econômico, 26 ago. 2009. Sobre a Radar há como importante bibliografia o livro “A empresa Radar S.A e a especulação com terras no Brasil”, publicado em 2015 pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Disponível em: <https://www.social.org.br/files/pdf/Revista_REDE2015_paranet%202.pdf>.

produção de grãos e fibras ainda é oriunda de empresas inseridas no processo denominado por Oliveira (2016) de monopolização do território¹⁹⁴. Nele, há a separação entre a produção imediata (proprietários) e a circulação (controlada pelas grandes empresas monopolistas). Essas empresas, monopolizam a circulação de mercadorias sem atuarem na produção do campo propriamente dita ou deterem a propriedade privada da terra, imobilizando capital.

Em sua maioria, não territorializam seus monopólios, atuando como *tradings*, além de controlarem a produção tanto de camponeses quanto de capitalistas, também controlam as etapas de armazenamento, beneficiamento e distribuição, bem como monopolizam a produção de insumos agropecuários, incluindo os agrotóxicos e fertilizantes. Além disso, passam a ser responsáveis pelo crédito concedido ao produtor, ao mesmo tempo que fornecem ou vendem insumos agrícolas e fertilizantes. Esse processo, no qual o capital monopoliza o território sem, contudo, se territorializar, é dinamizado por poucas empresas monopolistas mundiais do setor de grãos, formando poderosos oligopólios.

Embora haja a atuação dessas empresas no mercado fundiário especulativo brasileiro, como a SLC e a Radar, Oliveira (2016) chama a atenção para o fato de que a propriedade capitalista da terra no Brasil é primordialmente controlada por proprietários brasileiros. Não há, portanto, uma “estrangeirização”, como foi apontando em muitos estudos, mas sim uma aliança de classe entre a burguesia nacional e a mundial (OLIVEIRA, 2016).

A formação dessas empresas tornou possível o controle monopolista da produção das commodities. Dentre as empresas que dominam praticamente todo seu mercado mundial, e especificamente de soja, estão a ADM, a Bunge, a Cargill e a Louis Dreyfus Company, conhecidas pelo acrônimo ABCD. Essas quatro empresas, por meio de uma crescente verticalização das etapas da produção, passaram a atuar – além da compra, armazenamento, processamento (com produção de óleo e farelo) e venda e exportação de soja – na produção e venda de fertilizantes e adubos, oferta de financiamentos, assessoria técnica.

No Brasil, mesmo diante da hegemonia do grupo ABCD, a atuação dos grupos nacionais não pode ser desconsiderada. Destacam-se a Vanguarda Agro, SLC Agrícola, Bom Futuro, Amaggi, cada um com pelo menos 140 mil hectares plantados com soja na safra 2012/13, tendo sob seu controle ao todo 1,2 milhão de hectares nas últimas safras (WEZS JUNIOR, 2014). Estão instaladas em Primavera do Leste filiais de grandes empresas do grupo ABCD e empresas

¹⁹⁴ Já na territorialização dos monopólios, as empresas atuam “simultaneamente no domínio da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura). Ou seja, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é mesma pessoa física ou jurídica” (OLIVEIRA, 2016, p. 127) e tem o controle da produção e da circulação.

menores nacionais que também atuam no processamento e comercialização de grãos, cujo fornecimento de soja no geral se vincula a proprietários de menores extensões de terra e menor produtividade, que repassam parte da produção para pagar pelos insumos (sementes, fertilizantes e agrotóxicos, em transação conhecida como *barter*) e a outra parte vendem para empresas maiores (como a Cargill).

O crescente processo de mundialização e a pesada participação de transnacionais nas várias etapas do processo produtivo – em processo dinamizado pelo capital financeiro – atrela Primavera do Leste aos grandes fluxos de capitais mundiais, em um contexto de imbricamento de escalas. Como afirma Wesz Júnior (p. 81), o vínculo nas redes globais pode ser notado pela forte concentração que as transnacionais exercem nas diversas etapas da produção, pela dependência do mercado externo (importação de insumos e exportação da soja em grão e processada), pela concentração de capitais e empresas, bem como pela dependência dos preços internacionais e avanço do capital financeiro internacional (seja para o financiamento dos produtores, seja para a compra de terras).

A articulação entre as empresas de Primavera e o mercado mundial ocorre por meio de intermédios, sobretudo de cidades de uma maior hierarquia na divisão territorial do trabalho. Assim, embora haja uma intensificação da presença em Primavera do Leste de grandes grupos do “agronegócio” ligados a capitais nacionais e internacionais, a centralidade econômica continua nas metrópoles e, particularmente, em São Paulo. Segundo Volochko (2013, p. 21), São Paulo desempenha “um duplo papel: internamente (na escala nacional), o comando da integração territorial e econômica, e externamente (na escala mundial), a base para a financeirização da economia e para a gestão do capital”.

Os capitais estão, nesta perspectiva, centralizados no Centro-Sul do Brasil, em um processo no qual a metrópole de São Paulo continua sendo responsável por gerenciar grande parte das filiais instaladas no Centro-Oeste. Se há, como destaca Volochko (2013), uma desconcentração de parte do setor produtivo de muitas empresas do Centro-Sul do Brasil, não há uma linha que separa o que seria um “capital do agrário” e o que seria um “capital do urbano”. Este capital concentra-se novamente atendendo aos interesses de um campo cada vez mais articulado ao mercado financeiro, dotado de técnicas modernas e comandado por empresas transnacionais.

Trata-se de uma reprodução espacial do capital já concentrado no Sul e no Sudeste – de grandes grupos como *Sadia* e *Perdigão*, e também de capitais ligados a ramos químicos, como *Bayer* e *Basf*, e de processamento/comercialização de grãos, como *ADM*, *Cargill* e *Bunge* –, capitais financeiro nacionais e internacionais comandados por São Paulo – que se descentralizam

territorialmente para poder se reconcentrar novamente. Esse movimento de concentração - desconcentração – reconcentração dos capitais na metrópole de São Paulo passa pela produção de um novo espaço que articula cidade e campo para realizar essa lógica, o que implica na concentração da estrutura fundiária no campo e nas cidades onde ele ocorre (VOLOCHKO, 2013, p. 20).

Essa concentração ocorre por meio de infraestruturas de circulação (dando vazão às commodities), de armazenamento (silos), processamento e beneficiamento de grãos (secadoras), assim como serviços especializados ligados a empresas de consultoria (com, por exemplo, o fornecimento de insumos e sementes transgênicas de acordo com a demanda de cada produtor).

Além da circulação e comercialização das commodities estar predominantemente sob a ingerência dessas grandes *tradings*, a produção agrícola propriamente dita, principalmente de soja, apenas é viável no sudeste mato-grossense para capitalistas com aporte significativo de capital para investir e para donos de grandes extensões de terra. Para assegurarem a reprodução do capital e manterem os índices de rendimento da produção, os sojicultores, contando com amplo apoio do Estado por meio de subsídios e políticas para favorecer o “agronegócio”, investem em pesquisa, maquinário e insumos agrícolas, fertilizantes, no manejo de sementes transgênicas e em técnicas de armazenamento, beneficiamento e distribuição mais eficientes. Para isso, e diante dos custos e investimentos para o cultivo de soja no Cerrado significativamente elevados, necessitam de acesso ao crédito. De acordo com Piras (2007), no município de Primavera do Leste, 85% dos produtores de grãos dependiam de financiamentos e 90% vendiam sua produção diretamente para as transnacionais.

Ao mesmo tempo que a soja produzida em Primavera alcança o mercado mundial, para a cidade também se direcionam investimentos de transnacionais, havendo um contínuo fluxo tanto de mercadorias quanto de capitais. Tecendo alianças estratégicas com o Estado – neste caso, sobretudo em seu âmbito estadual ou municipal – essas empresas da agricultura capitalista também passam a implantar infraestruturas para armazenar, processar e distribuir a produção, laboratórios de pesquisa, empresas de marketing, serviços financeiros e especializados na otimização da produção agrícola.

Nessa articulação entre escalas, empresários e poder público preocupam-se em passar a imagem de uma cidade rentável a novas fontes de investimentos. Para isso, empregam mecanismos como a concessão de incentivos fiscais. Em Primavera do Leste, a Prefeitura Municipal diminuiu em até 70% as taxas anteriormente cobradas pela Lei Municipal 578/1999, que prevê incentivos fiscais a indústrias e agroindústrias (PMPL, 2015).

De modo a atrair investimentos e promover o “agronegócio”, são realizados diversos eventos nesta cidade nas denominadas feiras do “agronegócio”. Em Primavera do Leste, no mês

de abril, desde 2015, é realizada a *Farmshow*. De 1995 a 2014, também era realizada na cidade a *Exproprima*¹⁹⁵. A atração contava com shows e rodeios, constituindo-se não apenas em um evento para negócios, mas em um dos principais eventos culturais da cidade.

Principalmente a partir da década de 1990, grandes conglomerados passam a realizar investimentos e a implementar infraestruturas nestas cidades como aquelas ligadas ao beneficiamento e ao escoamento da produção. Ter uma grande empresa na cidade permite que os proprietários e empresários rurais do município vendam a produção agrícola mais facilmente ou tracem estratégias econômicas, ajudando a fomentar o “agronegócio”. Além disso, fornece *status* à “cidade vitrine” – como é o caso do que ocorre com a Cargill em Primavera do Leste. Para manter ou atrair esses conglomerados na cidade, o poder público local passa a direcionar recursos de modo a permitir e dar continuidade à reprodução do capital (em detrimento de demandas sociais). Tal processo ocorre, por exemplo, por meio de incentivos fiscais, organização do fluxo viário e mudanças no zoneamento. Nesse sentido, estratégias ligadas às escalas mundiais passam a determinar, de modo imbricado, a escala do lugar e o cotidiano deste conjunto de cidades.

A **figura 41** é emblemática por representar um outdoor assinado pela Prefeitura Municipal “agradecendo” a Cargill por “acreditar em Primavera do Leste”. Mais do que de fato agradecer, o outdoor é um recurso para promover a gestão municipal e ao mesmo compor um ideário de que Primavera é um local seguro para se investir e, dessa forma, atrair novas empresas. Como afirma Wesz Júnior (2004), o grande controle das *tradings* – como a Cargill¹⁹⁶ – fornece um relativo poder para negociar investimentos estatais e recursos públicos como lotes para construção de plantas industriais, infraestrutura de escoamento da produção e incentivos fiscais.

¹⁹⁵ Inicialmente pensada para ser uma feira de “agronegócio”, a *Exproprima*, realizada pelo Sindicato Rural com apoio da Prefeitura Municipal, deixou de ocorrer porque teria passado a atrair mais famílias para o lazer do que propriamente investidores. A feira foi substituída pela *Farmshow*, com outro formato e sem atrações culturais (“Vereadores questionam não realização da *Exproprima* e pedem providências”). Disponível em: <<http://camarapva.com.br/vereadores-questionam-nao-realizacao-da-expoprima-e-pedem-providencias/>>. “1º Farm Show antiga *Exproprima*- exposição agropecuária de Primavera do Leste”. Disponível em: <http://www.agrolink.com.br/eventos/1-farm-show-antiga-expoprima--exposicao-agropecuaria-de-primavera-do-leste_7221.html>. Acesso em: 02 ago. 2016).

¹⁹⁶ Instalada no município desde 2009, a Cargill possui escritório, armazéns e silos no Distrito Industrial de Primavera do Leste (PIRAS, 2007). As demais unidades da empresa ligadas a grãos e a processamento de soja estão em Mairinque (SP), Uberlândia, Ponta Grossa (PR), Três Lagoas (MS), Barreiras (BA) e Rio Verde (GO). (Segundo site da empresa. Disponível em: <<http://www.cargill.com.br/pt/>>.). A *trading* de capital fechado realizou um investimento de 210 milhões de reais para a implantação da unidade de Primavera do Leste, dividida em dois complexos: um de esmagamento para produção de farelo de soja e o outro para refino e envase de óleo da marca Liza e, em menor escala, da marca Veleiro. A fabricação do óleo abastece as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Por dia, são moídas 3 mil toneladas de soja e geradas aproximadamente 2.340 toneladas de farelo, das quais 60% são destinadas ao mercado externo (Revista O Diário 30 anos; Revista Cargill, 2009; Revista Cargill. Ano 29, setembro de 2009. Disponível em: <http://www.cargill.com.br/wcm/groups/public/@csf/@brazil/documents/document/cargill_brasil_revista_jul2009.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016). Segundo informações coletadas em trabalho de campo, havia 420 empregados na unidade de Primavera do Leste em 2017 (entre a fábrica, produção, logística, controladoria e recepção de soja).

Fig. 41. Outdoor na BR-070, em Primavera do Leste

Revista Cargill, 2009, p.9.

3.6. A segregação espacial em Primavera do Leste

A velocidade e intensidade dos processos de reprodução da fronteira, com a monopolização da propriedade privada têm, como vimos, consequências na dinâmica fundiária e na vida cotidiana. A imposição da fronteira do capital, praticamente sem estágio algum de amortecimento à imposição da lógica e da racionalidade capitalista, trouxe particularidades aos conteúdos da segregação espacial desse conjunto de cidades que têm donos em Mato Grosso.

A implantação de uma cidade produzida por meio de um forte domínio do espaço e do mercado imobiliário teve consequências diretas no acesso à moradia por parte da população mais pobre, uma vez que na sociedade capitalista o acesso à moradia, ou minimamente a um pedaço de chão, passa pela lógica da mercadoria.

Assim, se em Primavera do Leste a mediação da propriedade privada da terra é ainda mais controlada e atende aos interesses de um privilegiado grupo, essa situação agrava uma das manifestações da segregação: o acesso à moradia digna. No Brasil, ter a propriedade privada da terra é uma estratégia de sobrevivência, ao menos provisoriamente e particularmente para as famílias de menor renda. Em uma cidade como Primavera do Leste, o preço elevado e por vezes exorbitante para a aquisição de um imóvel, assim como o próprio aluguel, também aparece como obstáculo para muitas famílias. Além do acesso à moradia – e aqui nos referimos ao seu

sentido pleno, isto é, não somente a um teto e a quatro paredes, mas ao próprio habitar¹⁹⁷ – a segregação pode se manifestar nos acessos aos mais diversos tipos de serviços (de educação, cultura, saúde, etc.) e na privação dos diversos usos da cidade.

Compreendida nesta pesquisa não apenas como produto visível na paisagem ou mensurável por meio de estatísticas, a segregação espacial é um processo intrínseco ao espaço capitalista, sendo, portanto, conteúdo (e não mera forma). Como destaca Carlos (2007, p. 48), é resultado da própria produção do espaço e da desigualdade socioespacial inerente a uma sociedade de classes. Para Carlos (2007), a mediação da propriedade privada do solo na relação entre sociedade e espaço explica as diferenciações espaciais, as quais, por sua vez, geram as segregações espaciais.

Na perspectiva aqui adotada, a segregação é um processo que está articulado às noções de mobilidade e imobilidade, como coloca Alves (2011). As mesmas são tratadas, segundo a autora, em sentido amplo, enquanto tendência à mobilidade ou à imobilidade de escolhas. A segregação como processo se manifesta, neste contexto, no plano da forma quando a mobilidade e possibilidade de escolhas, realiza-se dificilmente, sendo vivida no cotidiano a partir da privação tendencial das possibilidades que a vida urbana pode oferecer.

Os grupos de menor renda, que não podem pagar pelo acesso à propriedade ou têm um acesso à cidade atravessado por diversos constrangimentos, tendem a viver a segregação no plano do lugar enquanto imobilidade. A imobilidade de escolhas ocorre, por exemplo, no acesso ao lazer: muitas opções em Primavera do Leste são pagas, e as poucas praças com infraestrutura (iluminação, bancos para sentar, aparelhos esportivos, etc.) se localizam no centro. A segregação pode, nessa direção, ser compreendida enquanto tendência à impossibilidade do acesso à riqueza socialmente produzida – mesmo que o acesso a parcelas delas possa ser feito dificilmente e mediado pelo Estado. A parcela da população mais pobre, no geral, acaba tendo menos possibilidades não apenas devido ao local em que mora e à distância em relação a determinados equipamentos de infraestrutura urbana, mas também devido a um acesso mais difícil à informação. Além disso, o próprio tempo – diante dos constrangimentos diários, como o deslocamento casa-trabalho – pode aumentar a imobilidade de escolhas no uso e na apropriação do urbano.

A segregação, tanto condição quanto produto da reprodução do capital, se insere em um processo que envolve não apenas aspectos vinculados à moradia, mas, ao ser resultado da desigualdade socioespacial intrínseca à produção do espaço urbano, abrange a vida urbana em

¹⁹⁷ Lefebvre (2006) diferencia *habitat* de *habitar*. O primeiro conceito vincula-se, mesmo que haja o acesso à moradia, a uma soma de coações e constrangimentos. Já o segundo, envolve a apropriação e o uso efetivo do espaço.

todas suas possibilidades e impossibilidades. Cabe destacar, no entanto, que esses aspectos também são resultado de possibilidades anteriormente já colocadas, como o acesso ao trabalho ou o pertencimento à determinada classe social. Neste sentido, o acesso à propriedade, como destaca Carlos (2007), tende a definir o acesso à própria cidade.

Um dos elementos importantes para refletirmos sobre a segregação em Primavera do Leste é a oferta do serviço de transporte público. Em uma cidade com mais automóveis por habitantes do que muitas metrópoles¹⁹⁸, a parcela dos habitantes que não pode arcar com os custos de um carro ou mesmo uma moto depende essencialmente das poucas linhas de ônibus que existem na cidade. Os intervalos entre cada ônibus variam de meia a uma hora, das 5h às 20h, de segunda à sábado. O serviço é oferecido apenas de hora em hora aos domingos até o meio dia e depois desse horário, de duas em horas. Provavelmente, essa limitação faz com que parcela da população que mora nas periferias tenha, como tendência, apenas o acesso ao centro e por transporte público como força de trabalho durante os dias úteis da semana. O preço de uma passagem era de três reais em junho de 2018, o que também é um fator impeditivo que leva muitos moradores a utilizarem o transporte público apenas no deslocamento casa-trabalho. O Estado garante, dessa forma, por meio da contratação de uma empresa que tem a concessão para fornecer esse serviço, o acesso (pago) ao transporte público apenas à população enquanto força de trabalho. Os locais atendidos pelas linhas de ônibus, assim como em inúmeras outras cidades, são justamente aqueles que concentram a população mais pobre e os postos de trabalho no centro da cidade.

Grande parte dos trabalhadores, inclusive para economizar o dinheiro do vale transporte fornecido pelas empresas, utiliza a bicicleta como meio de transporte. Ela passa a ser uma alternativa considerando que o transporte público ocorre somente a cada meia hora e, por vezes, não realiza o trajeto necessário para os moradores. Escolhem, portanto, utilizar este meio mais cansativo e demorado (e, muitas vezes, também com crianças pequenas) para poupar um dinheiro importante para outros gastos. Como se costuma almoçar em casa – o que se por um lado pode parecer uma vantagem pelo tempo de descanso em casa, por outro, pode inclusive reduzir os custos aos empregadores – são, por dia, no caso dos moradores do Tuiuiú ou de Primavera III, respectivamente, de 24 km a 32 km aproximadamente, geralmente sob sol forte.

¹⁹⁸ Há 1,23 habitante por veículo, apresentando uma frota de veículos estimada em 45.863 veículos segundos dados do DETRAN em 2015 (BERTO, Ítalo. “Orientações sobre estacionamento regulamentado começam hoje”. Jornal O Diário. 01 jun. 2015). Para fins comparativos, o Brasil apresentava em 2013 uma média de 4,4 habitante por veículo e Cuiabá 3,14 habitante por veículo (PRATES, Marco. “Curitiba é a capital com mais carros por pessoa, veja ranking”. Revista Exame. 13 abril 2014). No ano de 2016, foi inaugurado o primeiro estacionamento pago da cidade, no centro comercial, já apontando para algumas transformações espaciais ocasionadas por esse relativo número elevado de veículos em Primavera do Leste.

Poder se locomover pela cidade é, portanto, uma preocupação do Estado e das empresas somente para garantir que a mão de obra barata possa percorrer as distâncias que separam as periferias do centro. Os habitantes da cidade são vistos, neste sentido, somente como força de trabalho, e não como “usadores” do espaço¹⁹⁹ para os mais diversos fins, tais como lazer e acesso à educação e à cultura, por exemplo.

A segregação urbana em Primavera do Leste tende a, neste sentido, se acirrar pelo maior controle da propriedade privada da terra e pela atuação do Estado (fortemente atrelado aos interesses da acumulação capitalista), que poderia contribuir para amenizar, mesmo que minimamente, este processo. Observa-se um elevado número de pessoas sem ter onde morar ou com condições adequadas de moradia em uma cidade vendida por sua qualidade de vida e pujança econômica supostamente oriunda somente de um campo mundializado e tecnificado. Em outubro de 2016, o déficit habitacional de Primavera do Leste era de 4.200 casas²⁰⁰. Além disso, em 2010, o município apresentava 10,91% de seus habitantes vulneráveis à pobreza e 2,57% foram considerados pobres (isto é, aqueles com domicílios permanentes com renda per capita igual ou inferior a 140 reais mensais)²⁰¹. Havia, ainda, segundo dados da Secretaria Municipal de Assistência Social (2015), mais de 3.700 pessoas em situação de extrema pobreza na cidade.

Segundo levantamento de Samuel Frederico (2009) a partir de dados da SEPAN (2000), muitas das cidades que se destacam como grandes produtoras da agricultura capitalista e que despontam como aquelas com elevado PIB per capita contam com elevado déficit habitacional e de domicílios sem abastecimento de água. Sapezal, com PIB *per capita* entre os trinta maiores do país e somente 8.200 habitantes em 2000, apresentava, no mesmo ano, um déficit habitacional equivalente a 39% da população (considerando cinco moradores por domicílio). Apenas 70% dos domicílios tinha abastecimento de água neste mesmo ano. Conhecida pela sua grande produção de soja e pelo maior PIB oriundo da agropecuária no país, Sorriso tinha em 2000 uma taxa de 10% de desempregados, um déficit habitacional de 21% e 25% dos domicílios sem abastecimento de água. Dentre as pessoas empregadas, 41% recebia menos de dois salários

¹⁹⁹ Lefebvre (2000) utiliza em dois sentidos a palavra “*usager*”: um deles (usuário) ligado a alguém que utiliza/compra determinado serviço e o outro (“usador”) a alguém que se apropria do espaço. Essa diferença é destacada por Seabra (1996).

²⁰⁰ Informação disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/bom-dia-mt/videos/v/familias-de-baixa-renda-de-primavera-do-leste-aguardam-pela-casa-propria/5401115/>>. Em 2014, ainda segundo informações da Secretaria Municipal de Habitação de Prefeitura de Primavera do Leste, o déficit habitacional no município era de 6 mil pessoas, o que pode apontar para uma leve redução em relação aos dados de 2005, que era de 17% (Dados do IBGE, 2000 e SEPLAN-MT, 2005, citados por Frederico, 2009). No cálculo do déficit habitacional são considerados habitações e domicílios precários ou improvisados, com coabitação familiar, ônus excessivo no orçamento familiar com aluguel ou adensamento de muitos moradores em uma mesma residência (mais de três por dormitório).

²⁰¹ Fonte: PNUD, IPEA e FJP, citados por Atlas Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/primavera-do-leste_mt>. Acesso em: jul. 2015.

mínimos. Primavera do Leste, segundo os dados organizados pelo autor (2000), tinha 17% de déficit habitacional e 55% dos domicílios sem abastecimento de água. De acordo com dados organizados por Frederico (2009), justamente na década de 1990 quando o estado de Mato Grosso passou por grande expansão da sojicultura, o índice Gini saltou de 0,598 para 0,630. No ano de 2000, os 10% mais ricos do estado eram responsáveis por 52,956% da renda, em relação a 7,87% das renda apropriada pelos 40% mais pobres.

O discurso vinculado ao crescimento econômico e desenvolvimento social oriundos do chamado “agronegócio” geralmente oculta o fato de que as inovações técnicas, processos de mecanização e automatização têm como uma de suas consequências uma exigência cada vez menor do número de trabalhadores. A sojicultura, por exemplo, segundo Elías e Pequeno (2007), gera 1 emprego a cada 100 hectares. Dado ainda mais representativo é citado por Bernardes (2005) a respeito dos dez maiores municípios produtores de soja do Mato Grosso: a média foi de 1 trabalhador a cada 468 hectares, alcançando 1 trabalhador a cada 1.144 hectares no município Campos de Júlio.

Além disso, no geral, a mão de obra local inserida nesses empregos é de menor qualificação e baixos salários. Para Bernardes (2007a), pode-se afirmar que o número de trabalhadores sujeitos ao trabalho precário e ao desemprego é muito maior do que aquelas que têm um trabalho regularizado. Desempenhando geralmente funções temporárias, que duram cerca de dois meses e principalmente nos períodos de colheita e plantio, exercem tarefas ligadas ao preparo do solo, à colheita (de soja, nos meses de março a abril) ou à limpeza e preparo do terreno da área cultivada com soja ou algodão, pulverização ou limpeza da mata no plantio de algodão, desmatamento de áreas florestais ou, durante a colheita, no carregamento de caminhões e ensacamento de sementes. São funções como tratoristas, operadores de máquina e auxiliares para carregar sacos de adubo ou descarregar caminhões.

Uma das etapas que ainda exige grande número de trabalhadores é a limpeza e preparo do terreno, especificamente na “catação das raízes” (que já vem sendo gradualmente substituída por máquinas). Trata-se de uma das etapas empregada principalmente no início da abertura das áreas e após o desmate e queima do Cerrado, que exige mão de obra braçal uma vez que as plantadeiras precisam que o terreno esteja totalmente livre de pequenas raízes, pedras ou pedaços de madeira, evitando danos às máquinas e facilitando, assim, a etapa do plantio (CUSTODIO, 2005). No cultivo de algodão também é empregada mão de obra braçal para carpir o terreno quando o algodão já está se desenvolvendo, devido aos altos custos e julgada pouca eficácia dos herbicidas especificamente nesta cultura.

De acordo com Fellet (2018), a partir de levantamento da BBC News Brasil, acidentes em armazéns agrícolas são relativamente comuns na agricultura capitalista mecanizada, a maioria envolvendo soterramento e a morte por asfixia pelos grãos. Foram, desde 2009, ao menos 106 mortes em silos de grãos no Brasil, em um ranking liderado pelo estado de Mato Grosso. O trabalho em silos está, conforme a reportagem, entre as atividades com mais acidentes fatais no país²⁰². Da mesma forma, também são submetidos a empregos insalubres trabalhadores de frigoríficos, sujeitos à realização de movimentos repetitivos (causando lesões e doenças), a instrumentos cortantes, à pressão psicológica devido ao ritmo alucinado de trabalho e a jornadas exaustivas, além de um ambiente asfixiante e frio²⁰³.

Nessas “cidades do agronegócio” há, geralmente, uma clara divisão produzida a partir das rodovias que atravessam a cidade. Os bairros mais pobres tendem a se localizar do outro lado da rodovia em relação ao centro. Em Primavera do Leste, esta divisão é clara quando se analisa os loteamentos de ocupação mais antiga. Há uma maior concentração de pessoas de maior renda ao norte da BR e a oeste da MT e de moradores de menor renda ao sul da BR ou leste da MT. No **mapa 11**, observa-se uma discrepância de renda nos loteamentos lindeiros às rodovias, em um processo relacionado ao fracionamento e venda dos lotes no início da ocupação da cidade. Fica clara a concentração de famílias de maior renda no centro e no Jardim Riva, a oeste da MT. Nota-se uma predominância da população que recebe até um meio salário mínimo a leste da MT (Pq. Eldorado) ao sul da BR (justamente nos espaços que abrigam a favela da BR-070). Também há uma concentração de famílias mais pobres a oeste da rodovia MT, em processo de ocupação mais recente e que engloba os loteamentos Primavera III e Tuiuiú.

Casos significativos dessa diferença entre “um lado” e o “outro lado” da rodovia são o do Jd. Riva e do Pq. Eldorado, que começaram a ser loteados logo no início da ocupação de Primavera visando a atender classes de renda determinadas. Essa desigualdade é clara quando se atravessa a MT-130, que separa bairros que hoje abrigam dinâmicas e paisagens distintas (**figura 42 e 43**). Dando ainda mais uma dimensão de como esta segregação manifesta-se, no plano da forma, mais de duas mil famílias cadastradas no CAD Único viviam com menos de 87 reais por

²⁰² De acordo com Fellet (2018), a maior parte dos casos de asfixia por grãos, “como se o trabalhador fosse sugado por uma areia movediça” ocorre nas tentativas de desobstrução dos dutos sem cordas de segurança ou quando as paredes do armazém colapsam, alcançando e “engolindo” pessoas do lado do silo. Em Primavera do Leste, no ano de 2018, houve ao menos uma morte de trabalhador soterrado por 150 toneladas de milho (“Homem morre soterrado por 150 toneladas de milho em MT, após desabamento de paredes de silo”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/homem-morre-soterrado-por-150-toneladas-de-milho-em-mt-apos-desabamento-de-paredes-de-silo.ghml>>. Acesso em: jun. 2018).

²⁰³ “Moendo gente: a situação dos trabalhos nos frigoríficos”. ONG Repórter Brasil. 2013. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/16.-moendo_gente_final.pdf>. Acesso em: set. 2018.

mês em setembro de 2017²⁰⁴. Dentre eles, os beneficiários do Bolsa Famílias, em forte medida concentrados a leste da MT e a norte da BR, bem como em Primavera III (**mapa 12**).

Da mesma forma, também há uma clara concentração, segundo os critérios e dados do IBGE, de pessoas brancas, pretas e pardas de acordo com qual lado da rodovia se está (com exceção à Primavera III, abrigando um loteamento mais recente destinado às famílias de menor renda e a oeste da MT). O maior percentual de pessoas brancas está a oeste da rodovia MT, enquanto que a maior concentração de pardos e negros está a leste da mesma rodovia (**mapas 13 a 15**).

Mapa 11. Zona Urbana de Primavera do Leste: Pessoas responsáveis pelo domicílio com rendimento mensal de até meio salário mínimo (por setor censitário), 2010

É importante destacar que os dados do último CENSO são de 2010 e que Primavera III e Buritis contaram com grande acréscimo de moradores nos últimos cinco anos. As regiões formadas pelos números **1, 2 e 3**, representam, respectivamente, Primavera III, Buritis e Tuiuiú. Por meio do agrupamento de setores censitários indicados pelos números de 4 a 6, nota-se em uma ocupação mais antiga a clara diferença entre os padrões de renda ao se atravessar a BR ou a MT. Elaboração Cartográfica: Alcântara, Willian; Fioravanti, Livia.

²⁰⁴ O Cadastro Único (CAD Único) é “o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios como o Bolsa Família e o Programa Minha Casa Minha Vida, bem como diversas políticas públicas”. (Disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>>. Acesso em: jul. 2016). Dados de Primavera do Leste disponíveis em <<http://www.jornalodiario.com.br/primavera-do-leste/noticias-de-pva-do-leste/mais-de-duas-mil-familias-de-primavera-vivem-com-renda-per-capita-menor-que-r-87/128568>>. Acesso em: jan. 2018.

Figura 42. Casa de alto padrão no Jd. Riva, norte da BR e oeste da MT

Em segundo plano, casa de alto padrão. Em primeiro, terreno aguardando valorização. Av. Paulo Aranda. Foto da autora. 05 de mai. de 2016.

Figura 43. Casas no Pq. Eldorado

Casas com lotes menores e padrão de acabamento improvisado. Foto da autora. 12 fev. 2016.

Mapa 12. Primavera Do Leste: Beneficiários do Bolsa Família por setor censitário, 2016

Fonte: Secretaria de Assistência Social, 2016. Adaptado de: Fioravanti e Alcântara, 2017.

Mapa 13. Primavera do Leste: Percentual de pessoas brancas residentes por setor censitário, 2010

Fonte: IBGE (CENSO, 2010). Fonte: Adaptado de Fioravanti e Alcântara, 2017.

Mapa 14. Primavera do Leste: Percentual de pessoas pardas residentes por setor censitário, 2010

Fonte: IBGE (CENSO, 2010). Fonte: Adaptado de Fioravanti e Alcântara, 2017.

Mapa 15. Primavera do Leste: Percentual de pessoas pretas residentes por setor censitário, 2010

Fonte: IBGE (CENSO, 2010). Fonte: Adaptado de Fioravanti e Alcântara, 2017.

Ainda a leste da MT e ao sul da BR é possível observar uma maior concentração de cortiços – ou de “quitinetes”, de acordo com termo usado em imobiliárias e pelos moradores – principalmente em Castelândia, Cristo Rei e Pq. Eldorado. Essa situação revela que muitas famílias não conseguem pagar um valor mais alto de aluguel e se sujeitam a condições precárias ao dividir um ambiente pequeno e insalubre com outras famílias. Muitos deles não contam com condições apropriadas de ventilação, inclusive com cômodos sem janelas, o que contribui para um calor demasiado e umidade excessiva no período chuvoso. O aluguel, que varia pelo que constatamos em trabalhos de campo de 300 a 450 reais, compromete de modo significativo o orçamento familiar.

É interessante ponderarmos o preço elevado por metro quadrado do que são pelas imobiliárias e moradores consideradas como quitinetes (**figuras 44 e 45**): o preço para o aluguel é de aproximadamente 20 reais, ao passo que em casas maiores e apartamentos varia de 14 a 18 reais (em levantamento realizado maio de 2016 e julho de 2017). Esse preço exacerbado por locais pequenos, com frequências insalubres, pouco ventilados e com espaços compartilhados é um dos elementos que permitem caracterizar muitos desses locais como cortiços.

Figura 44. Cortiços no Pq. Eldorado, Primavera do Leste

Conjunto de cortiços na Av. Dom Aquino, no Pq. Eldorado. O aluguel de cada um era de 400 a 500 reais em julho de 2017 para aproximadamente 20 metros quadrados. Nestas casas representadas na foto moram famílias indígenas das aldeias Sangradouro e Novo Mundo. Uma das casas abrigava uma família de 4 pessoas, que viviam com os recursos recebidos do Bolsa Família. Em outra, morava um indígena que estudava enfermagem. Foto da autora, 01 jul. 2017.

Figura 45. Conjunto de cortiços no Pq. Eldorado

Cortiços no Pq. Eldorado com três cômodos: banheiro, sala e cozinha. O aluguel é de 350 reais com água e luz. Os quartos não têm janela; a porta da cozinha e a janela do banheiro são voltadas para a área à esquerda da imagem, onde são desenvolvidas tarefas como lavar roupa, louça e secar roupa. É também o local onde as crianças brincam. Foto da autora. 27 jun. 2016.

A diferença de renda entre cada lado dos loteamentos próximos às rodovias é notória também em Lucas do Rio Verde e em Sorriso. Essa disparidade fica bem elucidada em Sorriso por meio do **mapa 16**. A leste da BR, onde se situam bairros como São José, União e São Domingos, os lotes chegam a custar, segundo depoimento de um corretor imobiliário em julho de 2017, 50% a menos do que do “outro lado” (**figuras 46 a 52**). A leste, estão os loteamentos:

São Matheus; Industrial 01 e 02; Industrial Nova Prata, Residencial Vila Bela, Boa Esperança, Fraternidade e São Domingos. Conforme Almeida (2013), embora haja, no discurso, os “dois lados de Sorriso” – isto é, de um lado da BR os bairros dos “gaúchos” e, de outro, o dos “maranhenses” – é preciso fazer a ressalva de que há o que seria considerado “bairro de maranhense” também a oeste da rodovia:

As falas dos “gaúchos” marcam veementemente a “divisão” da cidade entre uma metade “gaúcha” e outra “maranhense” ou “nordestina”, no entanto, a configuração do núcleo urbano não corresponde a essa rigidez discursiva. Existem bairros muito pobres, também considerados “bairros de maranhenses” como Jardim Carolina, São José e Jardim Amazônia, localizados em áreas mais periféricas do lado “gaúcho”. O traçado das ruas nos dois lados da “BR”, no entanto, reforça a ideia de que Sorriso é uma “cidade dividida”. Nem a Av. Brescansin, nem as demais ruas paralelas continuam do lado contrário. Em vez de numerosos acessos à metade sulista partindo da rodovia, no “outro lado” como dizem os gaúchos, existem poucas vias de ligação com a BR-163. A beira da estrada é ocupada por armazéns e pavilhões, de forma que não se pode enxergar as habitações desde a rodovia (ALMEIDA, 2013, p. 44 - 45).

De acordo com informações obtidas em imobiliárias da cidade em julho de 2017, é possível achar lotes a partir de 40 mil reais com padrão mínimo de área construída de 56 m². Por outro lado, em loteamentos como Recanto dos Pássaros (de alto padrão, a oeste da cidade e do mesmo lado do centro) há lotes que alcançam um milhão de reais e a área construída mínima varia de 160 a 180 metros quadrados. Os lotes no condomínio fechado Costa Brava, por exemplo, variam de 540 a 1500 metros quadrados.

De um lado da cidade, encontra-se a cidade abastada, planejada e funcional e, “do outro lado” da rodovia BR-163, localizam-se os bairros mais precários como São Domingos, Industrial, Fraternidade, São Mateus, Vila Bela e adjacências, habitados por migrantes de origem nordestina ou mesmo por populações originalmente mato-grossenses (SILVA, 2013, p. 14).

Já o contraste na paisagem atravessada pela BR-163 em Lucas do Rio Verde fica evidente nas **figuras 53 e 54**. Em Nova Mutum, não é possível debater esta separação clara na paisagem porque a própria JAR, colonizadora e imobiliária da cidade, decidiu negociar terras, por enquanto, somente do lado oeste da rodovia BR-163 (arrendando a porção leste e deixando a parcela mais próxima da rodovia para uso industrial ou das atividades e serviços ligados ao armazenamento e beneficiamento de grãos).

Mapa 16. Sorriso: domicílios com rendimento mensal per capita de até 2 salários mínimos

Elaboração: Alcântara, Willian; Fioravanti, Lúvia, 2018.

Figura 46. Casa no loteamento Recanto dos Pássaros, em Sorriso

Foto da autora. 27 jul. 2017.

Figura 47. Empreendimento de alto padrão em Sorriso

Av. Brasil, Sorriso. Foto da autora. 27 jul. 2017.

Fig. 48. Empreendimento de alto padrão em Sorriso

Residencial Costa do Sol, da América Construtora e Incorporadora, cujos apartamentos tem 279m² de área privativa e custam a partir de 2 milhões de reais. Av. Natalino Brescansim. Cada andar conta com 2 apartamentos. Foto da autora. 27 jul. 2017.

Figura 49. Conjunto de quitinetes ou cortiços a leste da BR-163, em Sorriso

Foto da autora. 26 jul. 2017.

Figura 50. Conjunto de quitinetes ou cortiços a leste da BR-163, em Sorriso

Foto da autora. 26 jul. 2017.

Figura 51. Casa a leste da BR-163, em Sorriso

Foto da autora. 26 jul. 2017.

Figura 52. Casa a leste da BR-163, em Sorriso

Foto da autora. 26 jul. 2017.

Figura 53. Casa de alto padrão em Lucas do Rio Verde

Loteamento Buritis, a oeste da BR-163, em Sorriso. Foto da autora. 26 jul. 2017.

Figura 54. Casas na periferia de Lucas do Rio Verde

Foto da autora. 26 jul. 2017.

3.6.1. Primavera do Leste na mídia

Além do papel dos “pioneiros” e de seu persistente “espírito empreendedor”, a considerada riqueza primaverense é atribuída, por grande parte dos moradores, da mídia e de grandes empresários, ao denominado “agronegócio”. Ele se constitui em uma importante ideologia para a compreensão da produção do espaço de Primavera do Leste. Em uma retórica da importância do “agronegócio” repetida *ad nauseum* pelos moradores e representantes da mídia e instituições, justificam-se processos que, per si, parecem gerar, como mágica, riqueza e renda. A pobreza e a desigualdade, neste sentido, aparecem como disfunções naturais, como desvios dados pela falta de esforço, de dedicação ao trabalho ou da capacidade de empreender de determinados grupos.

A agricultura capitalista mecanizada não apenas produz para exportação – consumindo ainda somas significativas de crédito, financiamentos e subsídios estatais – e está bem distante de matar a fome da população brasileira e mundial, como é responsável por inúmeros danos ambientais: devastação do Cerrado, contaminação dos recursos hídricos devido ao uso de agrotóxicos, compactação e erosão dos solos nas áreas submetidas à mecanização e desgaste do solo pela monocultura. Ademais, os próprios dados estatísticos mostram uma realidade cujo papel dado ao “agronegócio” é intencionalmente sobrestimado, de modo a justificar investimentos voltados à grande propriedade monocultura.

Nesta perspectiva, a importância dada ao “agronegócio” na produção de alimentos e na economia brasileira contribui para manter os privilégios historicamente fornecidos às elites latifundiárias e rentistas. O suposto crescimento econômico atribuído ao “agronegócio” realiza estratégias de classe em nome de um simulado interesse coletivo, em um discurso que falseia uma realidade por essência contraditória, reproduzindo ideologias. Estas cumprem papel fundamental na manutenção da lógica hegemônica capitalista ao minimizar ou ocultar as contradições sociais, robustecendo um discurso que se pretende hegemônico e que tende a justificar as relações sociais desiguais existentes.

Esclarecendo o papel da ideologia da agricultura capitalista no obscurecimento dos conflitos e das contradições sociais, analisamos uma reportagem veiculada no Globo Repórter sobre Primavera do Leste em março de 2013²⁰⁵. Esta enfatizou a cidade é “uma terra de oportunidades e vida tranquila”, com “ruas largas, casas bonitas e bem cuidadas” e na qual o

²⁰⁵ “Primavera do Leste é uma terra de oportunidades e vida tranquila”. Disponível em: <<http://globo.tv/globo.com/rede-globo/globo-reporter/v/primavera-do-leste-mt-e-uma-terra-de-oportunidades-e-de-vida-tranquila/2436324/>>. Acesso em: abr. 2016.

“desenvolvimento econômico trouxe qualidade de vida para os moradores”. Segundo o que foi divulgado, “o sucesso da soja e do algodão atraiu diversas pessoas para a cidade do interior do Mato Grosso, onde não falta emprego nem infraestrutura”.

De acordo com informações de moradores da cidade, a reportagem foi malvista pelos grandes fazendeiros e empresários locais, na medida em que teria “atraído muito pobre”. Esta situação assinala um novo momento da reprodução da fronteira no sudeste mato-grossense, no qual a mão de obra braçal não é mais bem vinda (ao menos, em abundância). No geral, é somente tolerada em determinados períodos do ano (como na colheita, no carregamento de caminhões, ou para carpir o cultivo de algodão) e, preferencialmente, abrigada nas fazendas, longes dos olhares dos ricos que moram na cidade.

Neste contexto, se antes propagandas e o enaltecimento da Amazônia como “terra de oportunidades” era importante para atrair investidores e mão de obra, atualmente, nas cidades em que a fronteira já está consolidada a própria representação positiva passa a ser algo que, ao menos aos olhares dos empresários, deve ser realizado com cautela. Dessa forma, se por um lado a construção de “representações do espaço”²⁰⁶ a respeito dessas cidades contribui para reiterar a imagem de que não falta emprego e qualidade de vida, por outro, podem atrair migrantes que com frequência não são bem-vindos por parcela dos moradores locais.

Ainda segundo o que é divulgado a respeito do “agronegócio”, outra reportagem da emissora Globo, desta vez veiculada no Jornal Hoje, refere-se à Primavera do Leste como uma “cidade de luxo”²⁰⁷ devido aos “benefícios à população local do dinheiro do agronegócio”. Na reportagem, foram mostradas predominantemente imagens dos loteamentos fechados Condomínio Cidade Jardim e Porto Seguro, que abrigam uma população de alta renda. Desta

²⁰⁶ A tríade “representações do espaço”, “espaços de representação” e a “prática socioespacial” é exposta por Lefebvre (2000). Para o autor, as representações do espaço estão diretamente ligadas ao controle e à ordem do Estado, aos agentes hegemônicos da produção do espaço e à imposição da lógica capitalista (suas relações de produção, seus signos e seus códigos). Está imbricada ao espaço concebido, isto é, aquele dos “planificadores, dos urbanistas, dos tecnocratas”. Já os espaços de representação, contemplando o “espaço vivido”, contestam o que é imposto pelas representações do espaço, englobando os simbolismos, a arte e o imaginário, que persistem e ressurgem. Por fim, como último elemento da tríade, está a prática socioespacial. Nela, as relações sociais se produzem e se reproduzem, desvelam-se e se realizam, abrangendo o “espaço percebido”, que se associa à “realidade cotidiana (o emprego do tempo) e à realidade urbana (os percursos e redes religando os lugares do trabalho, da vida ‘privada’, dos lazeres)” (LEFEBVRE, 2000, p. 65). As representações do espaço, por meio do planejamento e de suas respectivas estratégias de intervenção e legitimação, concebendo o espaço como geométrico e passível de ser moldado e controlado, tendem a se impor sobre os espaços de representação e sobre a prática socioespacial. Essa imposição, todavia, não é total, sendo a todo momento perpassada na produção do espaço pela prática socioespacial e pelos espaços de representação.

²⁰⁷ “Agronegócio muda a cara de muitas cidades no interior do Brasil”. Edição do dia 06/04/2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/04/agronegocio-muda-cara-de-muitas-cidades-no-interior-do-brasil.html>>. Foram citadas na reportagem as cidades de Sinop, Lucas, Sorriso, Primavera e Rondonópolis.

forma, o conteúdo que emerge destas cidades se refere a um espaço isento de contradições, no qual reinaria a prosperidade e seria ideal àqueles que querem trabalhar.

Custódio (2005), reforçando o papel da mídia no enaltecimento dessas cidades, enfatizou uma reportagem veiculada em fevereiro de 2004 no programa Fantástico, da rede Globo, na qual se destacou vagas de emprego no município de Rio Verde (GO). Apenas dois dias depois, na mesma emissora, mas desta vez no programa Jornal Nacional, uma matéria fazia a ressalva de que as vagas eram somente para “mão de obra qualificada”. Segundo o autor, o apresentador do telejornal afirmou que desde quando a reportagem foi veiculada “não parava de chegar àquela cidade, ônibus lotados de trabalhadores de várias partes do país, em busca de emprego” (CUSTODIO, 2005, p. 77). Situação similar foi relatada por uma funcionária da Prefeitura de Primavera do Leste: “depois da reportagem [do Globo Repórter], começaram a chegar dois ou três ônibus por dia”. Segundo ela, muitos migrantes, principalmente do Maranhão ou Alagoas chegavam na “porta do CRAS” e questionavam: ‘ué, mas, não disseram que aqui tinha emprego?’”.

É interessante aqui ressaltarmos a preocupação dos gestores e empresários com a “mão de obra não qualificada”. Nesta perspectiva, também no Jornal Nacional, em reportagem veiculada no dia 13 de abril, destacavam-se as cidades de Catalão e de Rondonópolis.

(...) Cidades como Catalão, Goiás, parecem ser de um outro país, de um outro Brasil. Ali a economia não pára de crescer, praticamente não há desemprego. Desenvolvimento construído durante 30 anos, com um pouco de sorte, boas idéias e muito trabalho. São as lavouras de soja, milho e feijão que sustentam a economia deste outro Brasil, e criam oportunidades. (...) A boa idéia foi usar o dinheiro da mineração para investir em educação. (...) Outro exemplo de prosperidade no interior. A rua principal de Rondonópolis se transformou numa movimentada avenida, cheia do símbolo de status da nova riqueza do interior: as caminhonetes, que chegam a faltar na concessionária. 'Eu estou com dificuldade da fábrica arrumar as pick-up que eu preciso pra poder atender os agricultores', conta Luiz Canizza, gerente da concessionária. (...) Rondonópolis e Catalão fazem parte do Brasil onde não falta trabalho. E Onofre Lima, mestre de obras, aos 70 anos, nem pensa em parar: “Eu nunca fui atrás de serviço, eles é que vão atrás de mim, certo?” É importante notar que em cidades como Catalão e Rondonópolis as oportunidades apareceram para trabalhadores que tinham preparo, qualificação.

Segundo matéria impressa veiculada no dia seguinte à reportagem do Jornal Nacional:

Catalão é destaque no Jornal Nacional. A reportagem veiculada nesta terça-feira no Jornal Nacional da Rede Globo sobre a prosperidade de Catalão despertou o interesse de milhares de desempregados em todo Brasil. O telefone da prefeitura de Catalão não parou de tocar. (...)

O site www.portalcatalao.com.br, fonte de informações sobre a cidade, recebeu 33% de acessos a mais. (...). O prefeito de Catalão, Adib Elias, já esperava um efeito desse, como aconteceu com Rio Verde, quando o município foi lançado pelo Globo Repórter como região geradora de empregos. “Quando o repórter Roberto Kovalik, da Rede Globo, esteve em Catalão para fazer a matéria, mostrei nossa preocupação com uma falsa repercussão que o telespectador desempregado poderia ter com a veiculação em nível nacional da reportagem”. “Nossa cidade tem índice de desemprego muito menor que a grande maioria dos municípios brasileiros, mas não existem vagas nas empresas e na prefeitura, muito menos para pessoas sem mão-de-obra qualificada”, disse o prefeito. (“Catalão é destaque no Jornal Nacional”. Disponível em: <<http://www.portalcatalao.com.br/portal/noticias/economia/catalao-e-destaque-no-jornal-nacional-,NDM5.html>>. Acesso em: abr. 2018)

Destacamos, portanto, que esta “terra de oportunidades” e “cidade de luxo” não é para todos: e nem poderia ser em um espaço cuja contradição principal é a sua produção social e dominação privada. Diferentemente do que foi informado na reportagem do Globo Repórter, que apenas retratou bairros centrais, são diversas as ocupações irregulares ou loteamentos sem acesso, por exemplo, a saneamento básico. Alguns moradores de Primavera do Leste, de modo claramente preconceituoso, relacionam que a reportagem veiculada no Globo Repórter com o aumento no número de furtos na cidade. “A reportagem só trouxe desgraça”; “A violência aumentou depois daquela reportagem”; “Só mostrou o centro, daí um monte de gente veio para cá achando que todos os lugares são assim”, relatam alguns.

3.7. A imposição do espaço abstrato e de uma vida cotidiana fragmentada

Assim como outras cidades que surgiram neste processo de reprodução da fronteira, fundadas no extremo da ordem e da racionalidade lógica, Primavera do Leste foi implantada a partir da concepção de um espaço abstrato. Nessas cidades, o espaço já foi incisivamente produzido como um espaço de controle, privilegiando o econômico. Há uma homogeneidade que salta aos olhos, seja pelas extensas plantações monocultoras, seja pelo traçado urbano (com vias de circulação largas e retilíneas e geralmente atravessado por rodovias).

Se atualmente Primavera é com frequência exaltada por ser uma cidade planejada, compreender a maneira pela qual foi idealizada nos auxilia a desvelar seus processos atuais. Dentre eles, a separação nos usos do espaço e do tempo que caracteriza, de acordo com Lefebvre (2000), o “espaço abstrato”, um espaço formal, quantificado, instrumento de classe, que tende à homogeneidade e separa as “funções, os elementos e momentos da prática social” (LEFEBVRE, 2000, p. 84).

As ruas e avenidas, que cedem passagem a grandes caminhões e máquinas agrícolas, impõem a separação. Elaborado pela Colonizadora Cosentino, o traçado urbano é retilíneo e simétrico: muitas das quadras foram feitas para permitir a instalação de infraestruturas para armazenar a produção agrícola, como armazéns ou silos (**figura 55**).

Figura 55. Primavera do Leste na década de 1980

Traçado retilíneo e avenidas largas caracterizam o desenho urbano de Primavera do Leste. Em primeiro plano, bairro Castelândia. Em segundo, bairros Centro e Centro-Leste. Arquivo da Câmara Municipal de Primavera do Leste, 2017.

A produção do espaço para a circulação de mercadorias tende a concentrar os encontros e lares em espaços privados, em morfologias que dificultam os encontros e gerando transformações na vida cotidiana em decorrência das modificações na prática socioespacial. Primavera do Leste tem dois viadutos, sob a MT-130 e sob a BR-070, como ponto de convergência de grande parte do fluxo de veículos e pedestres. Se, por um lado, essas obras foram realizadas com o intuito de melhorar o trânsito e dar mais segurança àqueles que passavam pelo local, por outro, tendem a acirrar a separação entre determinados espaços da cidade (**figura 56**). Um cartaz próximo ao viaduto da BR-070 também apontava para um uso fragmentado do espaço: no local, são proibidos pedestres (**figura 57**).

Figura 56. Viaduto da BR- 070

Encontro das avenidas Campo Grande com a Av. São Paulo. BR- 070 em segundo plano, com tráfego de caminhões. Disponível em: < <http://primaveradoleste.mt.gov.br/noticias/415.html> >. Acesso em: mar. 2015.

Figura 57. Cartaz próximo ao viaduto da BR

Foto de Milton Alcover Neto. 2014. A placa ficou alguns meses no local.

As largas avenidas tendencialmente produzem espaços formais e vazios que são estranhos ao permanecer, ao caminhar ou à sociabilidade: há longas distâncias, muitas vezes sem sombra ou locais para descanso (**figura 58**).

Figura 58. Av. Cuiabá com Av. São Paulo no ano de 2008

Avenidas largas, calçadas sem local para descanso ou sombra. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=699584>>. Acesso em: abr. 2016.

Primavera do Leste, ao ser inventada no contexto da reprodução da fronteira do capital de modo rápido e voraz por poucos empresários, já surge com uma rarefação dos lugares do encontro, em espaços controlados e normatizados. A cidade nasce estilhaçada, aos pedaços, determinados, prescritos para grupos específicos, que corroboram para impor uma vida cotidiana controlada e fragmentada.

O espaço homogêneo impõe o vazio e a separação. As praças tendem a estar vazias principalmente nos períodos em que o Sol é mais forte, da mesma forma em que a rua é geralmente apenas local de passagem. Essa concentração de pessoas em determinado momento do dia aparentemente vincula-se apenas a um aspecto natural (a insolação e o calor, abundantes em Mato Grosso) e ao emprego do tempo. Contudo, está diretamente relacionada ao modo pelo qual o espaço de Primavera do Leste foi idealizado: por meio de modelos e seguindo padrões que ignoram as características locais. Dessa forma, a rua seria mais atrativa ao permanecer se fossem empregados aspectos arquitetônicos que considerassem a inclinação do Sol, fornecessem maior sombra ou ainda se a vegetação original tivesse sido preservada.

Segundo Martins (1993, p. 163), a respeito desse mesmo tipo de urbanismo encontrado em Chapadão do Sul:

(...) trata-se da aplicação de um urbanismo promíscuo, carente de qualquer princípio, formulado segundo uma lógica derivada da abstração do espaço, que se exprime num traçado onde inexiste qualquer orientação dada pela incidência da insolação, pelo conhecimento prático do movimento aparente do Sol, indicativo de uma concepção ancorada na sustentação da “valorização” das terras, com uma regularidade restrita ao tamanho dos lotes, quadrados, sem espaços públicos, identicamente quadrada, a praça não é o lugar do encontro, mas de passagem, assim como as ruas, largas, domínio das caminhonetes, dos automóveis, dos caminhões, que levam e trazem pessoas apressadas, aquelas ocupadas pelos circuitos que envolvem a cidade concebida para o fluxo, para o fluir, e não para o fruir.

Em Primavera, as árvores do Cerrado deram local às palmeiras imperiais, compradas pelo poder público e de finalidade apenas estética. Nas **figuras 59 a 61**, verifica-se a presença de um urbanismo alheio à realidade local. Há poucas árvores e um padrão urbanístico que ignora a insolação e o calor e valoriza os vidros e espelhos, ao mesmo tempo que grandes avenidas repelem o caminhar. Valoriza-se uma estética vazia e superficial e, sobretudo, higienista. Dando bem uma dimensão do que é esse urbanismo que segrega e separa, em Lucas do Rio Verde, de acordo com relato de um morador no ano de 2015, foi ordenada a remoção das árvores de determinadas praças da cidade. Ao fornecerem sombra e permitirem abrigo do sol, estariam atraindo uma população pobre e considerada como não compatível ao local.

Figura 59. Conjunto de duplex no loteamento Parque das Águas, Primavera do Leste

Duplex com 3 suítes. Janelas e portas com vista para a lagoa e o sol da tarde. 18 jun. 2017. Foto da autora.

Figura 60. Mirante em Campo Verde, Mato Grosso

Mirante na praça principal da cidade de Campo Verde, onde há uma praça de alimentação “fechada” reproduzindo um espaço normatizado. 09 jul. 2017.

Figura 61. Avenida em Lucas do Rio Verde

Em primeiro plano, Av. das Nações. Em segundo, edifício da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde. Foto da autora, 26 jul. 2017.

O urbanismo dessas cidades de Mato Grosso tenta, por vezes, reproduzir traçados de cidades do Sul do Brasil, notadamente do norte do Paraná²⁰⁸. O plano urbanístico de Sorriso foi elaborado por Jaime Lerner (que ganhou notoriedade após sua atuação como prefeito de Curitiba) e Primavera do Leste, segundo relatos de moradores mais antigos, teve seu traçado, por sua vez, inspirado em Marília. Esse urbanismo compõe um espaço pretensamente coerente, geométrico, palco da ação ordenadora, configurando cidades cindidas, com uma morfologia urbana muito particular e que repercute na vida cotidiana ao corroborar para a criação de um espaço espetacularizado e vivido enquanto exterioridade. Há, neste sentido, um ordenamento e normatização do espaço que define tendencialmente quem pode usufruí-lo.

Difunde-se um padrão estético homogêneo não apenas no traçado urbano, mas na própria arquitetura das casas, na qual importa ver e ser visto. Nas **figuras 62 e 63**, há exemplos de muitas dessas casas de alto padrão cujos modelos são adotados em Primavera do Leste e em outras cidades: os muros de vidro seguem modelos adotados em outras casas da cidade: ao mesmo tempo que delimitam a propriedade, mantêm certo tipo de padrão arquitetônico que permite que os moradores vejam o lado de fora e ostentem a casa e sua riqueza ao mesmo tempo que são observados “pelos de fora”.

Figura 62. Casa de alto padrão no Jd. Riva, Primavera do Leste

Casa de alto padrão na Av. Paulo Cesar Aranda. A placa na entrada indica sistema de segurança.
Foto da autora. 05 maio 2016.

²⁰⁸ Essa característica pode ser explicada, em certa medida, não somente pela migração mas pela atuação das mesmas colonizadoras ou pessoas tanto no Paraná quanto em Mato Grosso. É o caso de Ênio Pipino e da colonizadora Sinop (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná), que atuava no setor imobiliário de Maringá antes de começar a agir também em Mato Grosso (dando origem à cidade de Sinop) (SOUZA, 2006).

Figura 63. Casa de alto padrão no Pq. das Águas, Primavera do Leste

Casa com 3 suítes e 1 quarto, totalizando 312 m², à venda por 950 mil reais em 2018.
Fonte <<http://www.daianeimoveis.net/0097.HTM#fotos>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

Como destaca Volochko (2013), a produção do espaço nas cidades dinamizadas pela agricultura capitalista é caracterizada por uma “urbanização lógica”, organizada racionalmente de modo a melhor atender às demandas da reprodução do capital. Da mesma forma que nas cidades localizadas ao longo da rodovia BR-163, como Lucas do Rio Verde e Sorriso, a paisagem é formada por espaços homogêneos, o que se configura como uma forma de controle “já que impõe uma representação espacial do ordenamento, da lógica, da fluidez” (VOLOCHKO, 2015, p. 44).

Em uma cidade cujos agentes hegemônicos procuram impor o vazio, a separação e a homogeneidade, é possível problematizar a dimensão do sentimento de pertencimento. Afinal, o que significa pertencer a estas cidades? Onde estão as referências? Assim, descortina-se um escopo de pesquisa no que se refere a uma reflexão sobre os espaços de sociabilidade nestas cidades e de que forma essas relações são impostas e produzidas. O espaço surge tendencialmente como amnésico – conforme Carlos (2007) –, não pela destituição das referências no movimento de explosão-implosão colocado Lefebvre (2004), e sim pela própria implantação dessas cidades, já vazias/esvaziadas e que tendencialmente impõem a separação.

A predominância do espaço abstrato e homogêneo, equivalente e intercambiável, atravessada por um urbanismo estatista, cria ainda mais empecilhos para a realização da centralidade, segundo Lefebvre (2004), par dialético da segregação e um atributo de determinados espaços que os configuram como lugar da festa e do encontro, abrigando o essencial do fenômeno urbano.

Neste sentido, a implantação e o domínio da cidade contam com consequências no modo pelo qual cidade é vivida na prática real e concreta de seus habitantes, tendencialmente cindida, com formas de privação destituídas da totalidade e que produzem uma cidade vivida como exterioridade. O espaço não é, dessa forma, apenas materialidade: tem uma dimensão abstrata, um ordenamento que visa a atender interesses e estratégias específicas (de classe), concretizando a concepção de cidade planejada e organizada. A dita pujança econômica apenas pode se realizar, nesta perspectiva, pelo Estado, que, por meio do urbanismo, recorta o espaço em múltiplos fragmentos, cada qual para uma classe social ou atividade determinada.

O Estado planificador, por meio do urbanismo, contribui para a dominação do espaço e impõe um traçado urbano atrelado à vigilância, à dominação e ao poder. Este urbanismo reproduz o espaço abstrato, formal e quantificado, negando as diferenças (LEFEBVRE, 2000, p. 80). Debord (1997), a esse respeito, afirma que:

A sociedade que modela tudo que a cerca construiu uma técnica especial para agir sobre o que dá sustentação a essas tarefas: o próprio território. O urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como seu *próprio cenário* (DEBORD, 1997, p. 112. Grifo do autor)

O urbanismo impõe o espaço abstrato, a separação dos momentos da prática social. Como afirma Debord (1997, p. 113), “salvaguarda o poder de classe” ao separar o que estava reunido na cidade. Para o autor, as forças técnicas da economia capitalista devem ser compreendidas como fatores de separações²⁰⁹. “No caso do urbanismo, o que está em jogo é o equipamento da base geral dessas forças, do tratamento do solo que convém a seu desenvolvimento, à própria técnica da *separação*” (DEBORD, 1997, p.113. Grifo do autor). O espaço – político e instrumental (LEFEBVRE, 2004) – realiza um urbanismo árido e pasteurizado, que destrói tendencialmente as possibilidades de convivência e da espontaneidade ao impor a separação e a vigilância.

A vigilância é imposta tanto pelo traçado urbano quanto por câmeras espalhadas pela cidade, como em Campo Verde, na entrada da cidade (**figura 64**), e nas praças de Primavera do

²⁰⁹ Segundo Debord (1997), a separação é um dos principais fatores que levou ao que denomina de “Sociedade do Espetáculo”. Esta separação não se refere somente ao espaço, mas a um afastamento dos conteúdos em detrimento das formas. “A separação é o alfa e o ômega do espetáculo. A institucionalização da divisão social do trabalho e a formação de classes tinham construído uma primeira contemplação sagrada (...). Já o espetáculo moderno expressa o que a sociedade *pode fazer*, mas nessa expressão o *permitido* opõe-se de todo ao possível. O espetáculo é a conservação da inconsciência na mudança prática das condições de existência” (DEBORD, 1997, p. 21. Grifos do autor).

Leste. Também ocorre nos loteamentos fechados, como é o caso do Condomínio Costa Brava, em Sorriso, lançado em 2016 pela Pôr do Sol Urbanizações: há câmeras e portaria blindada (**figura 65**). Na mesma cidade, e comercializado também pela Pôr do Sol, há o Residencial Santa Clara, cujo principal atrativo de vendas dos lotes foi justamente o sistema de segurança (composto de câmeras e contratação de funcionários para vigilância).

Figura 64. Entrada da cidade de Campo Verde pela rodovia MT-140

Foto da autora. 08 jul. 2017.

Figura 65. Condomínio Costa Brava, em Sorriso

Disponível em: <<http://www.pordosolurbanizacoes.com.br/empreendimentos/costa-brava-residencial-prime>>. Acesso em: ago. 2017.

Por meio do urbanismo, o capitalismo passa a produzir o espaço abstrato e homogêneo que contém, segundo Lefebvre (2000, p. 85), “o ‘mundo da mercadoria’, sua ‘lógica’ e suas estratégias à escala mundial, ao mesmo tempo que a potência do dinheiro e a do Estado político”. O urbanismo tende a, neste sentido, repelir formas de apropriação do espaço e impor o vazio, produzindo e reproduzindo um espaço repressivo e que procura destituir de conteúdo uma produção do espaço movida por contradições.

Embora afirmemos que a sociedade urbana é uma realidade posta – ainda que com contradições – e que essa grande extensão de propriedades monocultoras são propriamente urbanas, há ritmos próprios dos períodos de safra que devem ser considerados e que contribuem para relações sociais específicas em determinados meses do ano. De acordo com um corretor imobiliário em depoimento no ano de 2017:

(...) O funcionário da fazenda, que recebe as suas comissões... Igual, mês passado até agosto, quando ele vão começar a receber suas comissões, querendo ou não dá uma girada boa na cidade, por que? O gerente de fazenda, o funcionário recebe sua comissão, ele vai trocar de carro, ele está juntando dinheiro para dar de entrada na sua casa... Então o preço do grão pode ter certeza que tem grande influência sim no mercado como um todo...Principalmente daqueles funcionários que dependem daquele bom momento ali... aquele dinheiro ali para comprar seu carro, dar entrada na sua casa.... Movimenta o mercado. Março a abril foi de grande procura [de imóveis], agora agosto, setembro, vai ser mês de muita procura também... De agosto para frente porque daí o pessoal recebe comissão da soja e do milho. E daí depois já começa o algodão. Então, fomenta bastante o mercado.

Da mesma forma, eventuais crises principalmente na sojicultura podem ter consequências para a circulação de capital na dinâmica do consumo de Primavera do Leste e demais cidades. A dinâmica do agrícola propriamente dito influencia, em um processo que não pode ser desconsiderado, na produção e reprodução do espaço urbano. De acordo com depoimento de outro corretor imobiliário no ano de 2017: “(...) os proprietários das fazendas se a safra vai mal ele não vai comprar um prédio desse aqui para fazer um investimento, ele vai pegar, e guardar o seu dinheiro para ver o que vai fazer posteriormente...”.

A abertura de loteamentos em novas frentes de atuação do mercado imobiliário também traz conflitos no uso pelo espaço. A construção de casas próximas a silos traz problemas como muita poeira nas casas e odor forte proveniente da secagem ou queima das sementes. Em determinados dias do ano, inclusive, grande parte da cidade é tomada por um odor forte e

desagradável de, segundo os moradores, “Granja Mantiqueira”²¹⁰. Esse cheiro já foi inclusive alvo de um termo de ajustamento de conduta em relação aos proprietários da Granja e impetrado pelo Ministério Público, na medida em que seria oriundo do armazenamento e comercialização de “esterco de galinha de sua atividade produtiva, in natura, ou seja, sem a prévia compostagem ou outro processo biológico/químico”, o que não evitaria a “emissão de odores, chorume e vetores [ratos, moscas, etc.]”²¹¹. Reclamação semelhante também ocorre na cidade de Nova Mutum, cujo odor é por vezes atribuído aos frigoríficos Excelência e *BRFoods*. A “cidade fica podre”, segundo relato dos moradores, também ressaltando que, apesar da relativa distância desses locais em relação ao centro da cidade, a direção do vento contribui para disseminar o mau cheiro daquilo que não é aproveitado pelos frigoríficos, principalmente da Excelência, para parcela considerável da cidade.

Situação similar devido à proximidade do uso residencial com as propriedades e instalações destinadas ao “agronegócio” é, após a colheita mecanizada, a presença de películas de milho, que acabam voando e, com frequência, alcançando casas e empresas. Segundo o jornal O Diário, em Campo Verde, cidade vizinha à Primavera, alguns locais de beneficiamento de algodão têm suas atividades paralisadas momentaneamente, uma vez que as películas chegam a alcançar, mesmo em locais fechados, as máquinas automatizadas e sensíveis da produção²¹². Além de problemas que podem ser gerados a determinadas atividades industriais e comerciais, há riscos à saúde agravados pelo ar seco, como alergias respiratórias, que podem ser alavancados pelo excesso das partículas da película de milho e, em menor intensidade, de soja. Esses riscos à saúde se intensificam considerando que grande parte da produção local é oriunda de semente transgênica e passa por duas a quatro pulverizações de veneno por safra.

A proximidade das plantações em relação ao uso residencial ou de serviços também gera, neste contexto, um problema ainda mais grave: a aplicação e pulverização de agrotóxicos²¹³.

²¹⁰ A unidade de Primavera do Leste da Granja Mantiqueira foi implantada em 2009 em 209 hectares. São 50 galpões e um depósito de milho com capacidade de armazenar ração por ao menos um ano. A empresa é uma das maiores granjas do Brasil: em 2014, na unidade primaverense eram produzidos 2,7 milhões de ovos por dia (PMPL, 2015; Revista O Diário – 30 anos, maio de 2016).

²¹¹ Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - 2014. Disponível em: <<https://slidex.tips/download/termo-de-compromisso-de-ajustamento-de-conduta-002-2014>>. Acesso em: jan. 2017.

²¹² “Películas de milho; um problema crônico em Campo Verde”. Pietro, Paulo. 06 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.jornalodiario.com.br/campo-verde/noticias-de-campo-verde/pelicula-de-milho-um-problema-cronico-em-campo-verde/123429>>. Acesso em: jan. 2017.

²¹³ De acordo com a Lei de Política Municipal do Meio Ambiente (Lei 1007/2007), a aplicação ou pulverização de agrotóxicos está proibida em todas as zonas urbanas do município, nas propriedades localizadas na zona rural limítrofes em área inferior 250 metros de distância do perímetro urbano; em áreas localizadas a menos de cem metros de mananciais hídricos. Da mesma forma, a Instrução Normativa 02, de 02 de janeiro de 2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disciplina as normas de trabalho da aviação agrícola, bem como objetivando a proteção às pessoas, bens e meio ambiente, por meio da redução dos riscos do emprego de

Moradias e escolas na considerada zona rural enfrentam com frequência o problema. As aulas na escola da Vila Carolina precisavam ser interrompidas devido ao cheiro gerado pela pulverização do veneno. Funcionários da escola localizada na Colônia Russa, a 40 quilômetros do núcleo urbano de Primavera do Leste, também relataram em 2013 enfrentar o mesmo problema²¹⁴.

Em 2012, foi instaurado um inquérito civil questionando a atuação dos proprietários ou arrendatários de fazendas na zona urbana ou limítrofes no uso irregular de agrotóxicos, inclusive com aplicações utilizando aeronaves agrícolas. No ano seguinte, em 2013, foi instaurado pela Promotoria de Justiça da Comarca de Primavera do Leste um Termo de Ajustamento de Conduta, envolvendo terras arrendadas por um dos “pioneiros” da cidade também envolvendo a aplicação de agrotóxicos infringindo as legislações vigentes.

Em 2014, também houve denúncias de pulverizações de agrotóxico em locais mais próximos à mancha urbana, como no loteamento Primavera III. Uma escola localizada neste loteamento precisou, inclusive, ter parte do refeitório coberto para amenizar as intoxicações, o mal-estar (devido ao odor) e o risco à saúde das crianças. Esse conflito no uso pelo espaço nos remete para o episódio que ficou conhecido como “chuva de agrotóxicos” em Lucas do Rio Verde no ano de 2006²¹⁵.

Ainda em relação à abertura de loteamentos, no Jd. América, empreendimento de alto padrão vendido pela Cosentino e ainda com muitos terrenos desocupados, moradores formaram

produtos de defesa agropecuária, e, neste norte, proíbe “a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a uma distância mínima de: a) quinhentos metros de povoações, cidades, vilas, bairros, de mananciais de captação de água para abastecimento de população; b) duzentos e cinquenta metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais quer aliada ou não com fertilizantes e sementes, bem como veda que as aeronaves agrícolas, que contenham produtos químicos, sobrevoem as áreas povoadas, moradias e os agrupamentos humanos (art. 10, incisos I, II, IV, V e demais), ressalvadas as hipóteses elencadas”. A distância de 500 metros do perímetro urbano tentou ser alterada para 90 metros pelo projeto de Lei 810/2017, julgado como inconstitucional pelo Ministério Público. Sojicultores argumentam, contudo, que a distância de 90 metros já é seguida por outros municípios, de acordo com o decreto estadual 1651, de 2013.

²¹⁴ Atualmente, também está proibida a aplicação ou pulverização de agrotóxico dentro da área delimitada pelo perímetro urbano, mesmo que ainda não ocupado (Disponível em: <<http://www.cliquef5.com.br/primavera-do-leste/exclusivo-para-assinantes/pl-enviado-do-poder-executivo-a-camara-e-inconstitucional-diz-mp/126964>>. Acesso em: jan. 2017).

²¹⁵ “Acidente rural ampliado: o caso das ‘chuvas’ de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT”. (Disponível em: PIGNATI, Wanderlei Antônio *et al.* Ciênc. saúde coletiva [online]. 2007, vol.12, n.1, pp.105-114). Casos semelhantes ao de Lucas ocorrem em muitas cidades e com relativa frequência. Em Rio Verde, uma “chuva” de pesticida gerou 92 intoxicações em 2010. Pesquisas divulgadas pela UFMT e pela Fiocruz apontam a presença de agrotóxicos na chuva, no ar, na água consumida pela população, na urina de crianças e professores e no leite materno de nutrízes. Já a dissertação de Danielly Cristina de Andrade Palma, publicada em 2010 pela UFMT, mostrou que 20% das mães estudadas tinham leite contaminado por agrotóxico, gerando uma ampla campanha de sojicultores e demais defensores dos agrotóxicos para questionar o pertinente estudo realizado pela autora. Outras pesquisas também apontam, nessas cidades dinamizadas parcialmente pelo “agronegócio”, traços de agrotóxicos em sapos e maior índice de malformação em anfíbios se comparados a outras cidades (Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,EMI341651-17773,00-envenenados+agrototoxicos+contaminam+cidades+intoxicam+peoas+e+ja+chegam+as.html>>. Acesso em: abr. 2017).

uma associação para lidar com o que consideram como falta de segurança e com a limpeza em terrenos vazios (PINOTTI, 2016)²¹⁶ (**figura 66**). Em outros loteamentos, já em forte medida ocupados, como é o caso do Buritis, Primavera III e Jd. Luciana (assim como no Jd. das Américas) também não há serviços dos correios e internet de banda larga. Além disso, muitas ruas ainda não contam com sinalização de logradouros.

Figura 66. Fachada de casa no Jardim Luciana, com placa de “alarme comunitário”.

01 jul.2017. Foto da autora.

Outro conflito que parece ter se intensificado com a expansão dos loteamentos ocorre com o fluxo e estacionamento de grandes caminhões no centro da cidade ou bairros residenciais. Caminhoneiros por vezes estacionam os veículos na frente de suas casas, o que pode dificultar a passagem de outros automóveis em ruas estreitas ou perturbar os vizinhos com o demorado barulho da partida. Esse conflito trazido pela grande quantidade de caminhões na cidade e intensificado no período de colheita (da soja e do milho) ganhou visibilidade do poder público após uma série de casos de acidentes e de atropelamentos gerados devido a caminhões estacionados, que contribuíram para obstruir a visibilidade de demais motoristas. A situação é debatida, ao menos desde 2016, na Câmara dos Vereadores, visando a uma solução para a fluidez do trânsito e que ao mesmo tempo não gere mais custos aos caminhoneiros com estacionamentos longes de suas casas, pagos ou, porventura, menos seguros.

²¹⁶ PINOTTI, Driely. “Cansados da insegurança, moradores criam sistema de vigilância: vizinhos interligados”. 08 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.jornalodiario.com.br/primavera-do-leste/noticias-de-pva-do-leste/cansados-da-inseguranca-moradores-criam-sistema-de-vigilancia-vizinhos-interligados/69287>>. Acesso em: set. 2017.

Em uma cidade em que tudo tem a aparência de novo, faltam tendencialmente referências. Se era na vida cotidiana onde elas existiam, esse espaço fragmentado e planejado pode gerar uma relação de estranhamento. O nível do concebido corrobora com uma cidade que separa, que impede a realização da forma do espaço social, isto é, do “encontro, da reunião, da simultaneidade” (LEFEBVRE, 2006, p. 21). Os espaços passam a ser normatizados pelo privado. A rua – que contém funções negligenciadas (LEFEBVRE, 2004, p. 30), como a do encontro – surge tendencialmente esvaziada.

Todavia, a imposição de um espaço homogêneo e a reprodução de tempo e espaços regrados e controlados ocorre com conflitos. A ilusão da coerência e da harmonia se rompe. Há o que escapa àquilo que é previsto ou imposto pelo Estado e demais relações de poder que repercutem no cotidiano, uma vez que o espaço, embora seja produzido como tendência para a reprodução do modo capitalista de produção, também é o espaço das práticas sociais e da realização da vida.

Se o Estado e os grandes capitalistas moldam o espaço – concebendo-o milimetricamente – e se esse controle alcança a vida cotidiana, esse poder não é total. A dominação imposta pela “estratégia global” (LEFEBVRE, 1977, p. 248), ligada ao domínio do Estado, à violência, ao poder, perpassa diversas escalas e impõe espaços normatizados. Estes estão presentes nos níveis “global” (as relações mais abstratas, o espaço político e religioso), “misto” (os lugares de passagem, os endereços comerciais) e “privado” (o habitar e seus lugares, a vida familiar) (LEFEBVRE, 2000; 2004). A dominação ocorre, mesmo que diferencialmente, atravessando esses níveis.

É também devido a essa racionalidade imposta nas diversas camadas do espaço social que se reproduz um espaço de controle e uma disciplina em várias escalas, organizando e repartindo a vida cotidiana. A dominação, a racionalidade e a ordenação invadem-na. Esta, juntamente com o espaço, passa a ser objeto de organização social. O modo pelo qual o espaço é esquadrihado, repartido aos pedaços por meio do urbanismo e da ação estratégica (particularmente do Estado) é crucial, dessa maneira, à instauração de uma vida cotidiana programada. Há locais específicos em Primavera do Leste para funções determinadas: a pista de caminhada para a prática de exercícios físicos, a Lagoa para o lazer e a contemplação. As câmeras de segurança na praça são símbolos de uma cidade vigiada e controlada – legitimada pelo discurso da violência.

O espaço abstrato cria e impõe uma série de constrangimentos na vida cotidiana: o tempo passa a ser organizado e controlado. O “emprego do tempo” (DEBORD, 1997, p. 16),

imposto e parcelado, contribuiria para ocultar a essência das relações sociais e manter a reprodução das relações de produção. O tempo do lazer e o tempo do descanso passam a ser capturados pela reprodução capitalista²¹⁷. Esses automatismos tornaram-se mais presentes com a modernidade. Com ela, há a imposição do “tempo pseudocíclico” (DEBORD, 1997) e de uma vida fragmentada. A racionalidade planificadora atua sobre o cotidiano: os empregos do tempo são fragmentados, em lugares moldados para usos e grupos determinados. Tal análise a respeito dos usos cindidos do espaço e do tempo nos ajuda a desvelar o relato de uma proprietária no Jd. Riva que, ao atravessar a MT-130 sentido leste, contou que “fazia uns dois anos que não ia para esse lado [Pq. Eldorado, que abriga predominantemente uma população mais pobre, em situação oposta àquela encontrada no Riva]”.

A vida cotidiana passa a ser dominada pela reprodução do capital, com múltiplas formas de alienação. O cotidiano se instaura enquanto “prática social” (LEFEBVRE, 1973) e apresenta constrangimentos diferenciados de acordo com a condição de classe. Lefebvre enfatiza em diversas de suas obras o papel do Estado na manutenção e reprodução da dominação e dos diversos constrangimentos presentes na vida cotidiana. Para esse autor, o poder estaria principalmente relacionado à dominação do Estado e às estratégias de classe – neste caso, representada pelos empresários do “agronegócio” – também ocupando cargos políticos. Entender o modo pelo qual as relações de poder e de dominação perpassam os diversos níveis da vida social, bem como reconhecer certos automatismos oriundos da prática na vida cotidiana, é importante para se iluminar a relevância da noção de cotidiano destacada por Lefebvre (2006). A potência desse conceito vem do fato de que o mesmo ilumina a compreensão de como as relações se mantêm e se reproduzem.

O cotidiano, forma assumida pela vida cotidiana com a modernidade, é permeado por constrangimentos, por alienações e por dominações (LEFEBVRE, 1991). Essas dominações não são se restringem apenas àquelas impostas pelo Estado, mas perpassam todas as relações sociais. Embora haja uma perda de referências por meio da fragmentação dos espaços-tempos da vida, reproduzindo uma vida cotidiana capturada e programada pela sociedade do consumo,

²¹⁷ Lefebvre (1991) separa os empregos do tempo em “tempo obrigatório”; “tempo forçado” e “tempo imposto”. “As fadigas da ‘vida moderna’ tornam indispensáveis o divertimento, a distração, a distensão (...). Os empregos do tempo, analisados de forma comparativa, deixam também aparecer fenômenos novos. Classificando-se as horas (do dia, da semana, do mês, do ano) em três categorias, a saber: o tempo obrigatório (o trabalho profissional), o tempo livre (o dos lazes), o tempo imposto (o das exigências diversas fora do trabalho, como transporte, idas e vindas, formalidades etc.), verifica-se que o tempo imposto ganha terreno. Ele aumenta mais rápido que o tempo dos lazes. O tempo imposto se inscreve na cotidianidade e tende a definir o cotidiano pela soma das imposições (pelo conjunto delas)” (LEFEBVRE, 1991, p. 61).

Lefebvre (2006) destaca que, apesar das repetições e constrangimentos, há o espontâneo. Assim, com a repetição, haveria também a criação:

Em sua trivialidade, o cotidiano se compõe de repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como de peças e de dispositivos, rotação, vaivéns), horas, dias, semanas, meses, anos, repetições lineares e repetições cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade, etc. O estudo da atividade criadora (da *produção* no sentido mais amplo) conduz à análise da re-produção, isto é, das condições em que as atividades produtores de objetos ou de obras se re-produzem elas mesmas, re-começam, re-tomam seus elos constitutivos ou, ao contrário, se transformam por modificações graduais ou por saltos (LEFEBVRE, 1991, p 24).

Mesmo nessas cidades fortemente vinculadas à ação estatista e à mentalidade do trabalho e do “pioneirismo”, a vida cotidiana abriga mais do que o repetitivo. O espaço também é aquele dos usos que não foram prescritos pelo poder estratégico do Estado.

Fato do cotidiano relativamente comum em Primavera do Leste e arredores, relacionado às práticas espontâneas e cujos espaços não foram moldados para este fim, é a pesca. Geralmente realizada nas proximidades da Lagoa e do loteamento Belvedere, bem como em rios e córregos próximos ao núcleo edificado da cidade, esta atividade não se vincula diretamente a um emprego do tempo produtivo e capturado pela sociedade capitalista. Embora haja uma tentativa de ordenamento do espaço e do tempo, nem tudo ou todos são por ela absorvidos. Há o que resiste. Como elementos de sociabilidade que fogem ao concebido, citamos ainda um campo de futebol que havia no bairro Centro-Leste até a década de 1990 e que atraía pessoas tanto das fazendas como da cidade para torneios de futebol.

Vale destacar que, em nossa concepção, quaisquer questionamentos ao espaço abstrato homogêneo devem ser considerados, uma vez que, como elucida Lefebvre (1991), a transformação virá do cotidiano por meio de transformações graduais ou em saltos. Pode-se negar, mesmo que momentaneamente, a alienação e a separação, seja somente naquilo que Debord (1997) chamou de “desvios” (rapidamente capturados pela reprodução capitalista), seja no que Lefebvre (2006) denominou de “resíduos” (mais próximos da apropriação, opondo-se à propriedade e com capacidade transformadora). No caso da pesca, moradores empregam tempos e espaços que rompem (mesmo que não totalmente) com o espaço homogêneo.

Outro processo que também pode nos ajudar a refletir sobre uma vida cotidiana que não seja predominantemente ditada pelo espaço homogêneo e abstrato é o cultivo de legumes e verduras, inclusive em terrenos bem próximos ao centro da cidade e em bairros como Pq.

Eldorado e Primavera II. Embora produzidos para a venda, não é a lógica da mercadoria que determina a produção. Segundo um agricultor e proprietário de um terreno próximo ao IFMT, no Pq. Eldorado: “Eu não produzo só para vender, planto porque eu gosto”. No Assentamento São Gabriel, a 100 km do centro e com cerca de 36 famílias, há muitos assentados que viviam na cidade e foram para o local buscar outras possibilidades de moradia e trabalho.

Uma vida cotidiana livre dos constrangimentos de espaços e tempos normatizados e controlados visando a reprodução das relações de produção passa por uma apropriação na qual nos tornemos sujeitos do próprio desejo. Uma crítica da vida cotidiana passa por novos usos do tempo (rompendo com o tempo pseudocíclico) e que ganham potência por meio de descontinuidades e rupturas, as quais, por sua vez, nascem do repetitivo, dos atos banais do cotidiano. Se hoje processos ligados à segregação espacial impõem a separação e o espaço homogêneo na reprodução do espaço urbano capitalista (em Primavera do Leste, com suas particularidades), também existem os desvios e os resíduos, que resistem, com mais ou menos força, às pressões da sociedade capitalista. Estes podem ganhar potência, e em um processo que hoje talvez nos pareça impossível, apontar para uma apropriação livre do espaço e do tempo, sem constrangimentos e dominações.

PARTE IV

LUTA PELO ESPAÇO: OS “PIONEIROS” E OS “OUTROS”

4.1. O ideário do “pioneirismo” na “terra de oportunidades”

A magnitude dos processos de constituição da fronteira teve como consequência tanto um processo de segregação espacial bastante recrudescido quanto um discurso do “pioneirismo” e empreendedorismo produzido e reproduzido nas relações sociais. Essa lógica do capital que se impôs rápida e hegemonicamente no tempo e no espaço, juntamente com a construção de uma narrativa enaltecida dos ditos “pioneiros” produziu conteúdos da vida cotidiana muito particulares nestas cidades-negócio da fronteira mato-grossense.

Problematizar a fronteira traz ao debate o ideário do “pioneirismo” na medida em que implica como aqueles que chegam se veem e são vistos. Mais ainda: exige refletir sobre quem são considerados os “de fora” e os “de dentro”. Assim, no processo de ocupação das terras mato-grossenses, diante de um espaço considerado como “vazio”, quem chega – e no caso de Primavera do Leste, grandes empresários do Centro-Sul brasileiro – passa a se considerar “de dentro” por passar a ser detentor de títulos da propriedade, os quais, forjados ou não, fornecem-lhes, na ótica capitalista, legitimidade para pertencer àquele espaço.

A temporalidade de um uso do espaço ligado à vida, ao trabalho e à apropriação foi tendencialmente subsumida no contexto da monopolização da propriedade privada da terra e expansão da temporalidade do capital. Em uma lógica que tende a inferiorizar o “outro”, a imposição do ritmo da reprodução do capital realiza uma inversão: quem é “de fora” passa a se considerar como “de dentro”. Nesta perspectiva, indígenas e posseiros são considerados como “forasteiros”.

No processo de reprodução da fronteira há, assim, a construção de uma oposição entre quem faz parte, ou passa a fazer parte, daquele espaço e quem se vê ou é julgado como “invasor” ou “forasteiro”. Os agora considerados “pioneiros” – que de fato o são efetivamente não na precedência da terra, mas aos serem portadores da forma hegemônica das relações de dominação e de exploração inerentes à sociedade capitalista – consideram-se como pertencentes ao espaço, e veem aqueles que historicamente ocuparam aquele território como “os de fora”. Situação emblemática é o modo pelo qual os indígenas são vistos em Primavera do Leste: são julgados como “invasores” e “violentos” em oposição àqueles que se veem como “civilizados”. O “pioneirismo” implica, portanto, em uma suposta legitimidade que passa a ser dada pela lógica capitalista hegemônica, e não pela precedência ao uso e posse daquele espaço (como dos indígenas e posseiros).

Além do papel da propriedade privada da terra, há a construção de um ideário coletivo no qual essas pessoas que migram passam a ser corriqueiramente conhecidas como “pioneiros”, não só pelos demais pares mas também reconhecendo-se como tais²¹⁸. Compõe-se e se perpetua uma história supostamente rasa, sem desigualdades, que quer se fazer única, isenta de contradições e de conflitos, e na qual todos podem “prosperar”.

Como afirma Martins (2014), as concepções hegemônicas centradas na ideologia do “pioneirismo”, fundadas em perspectivas que têm como ponto de partida uma mitologia heroica, deixam de lado o essencial: o aspecto trágico e o conflito que necessariamente caracterizam a fronteira, ocultando o abismo histórico existente entre os diferentes grupos sociais que se encontram e entram em confronto em sua produção.

(...) as qualidades do demiurgo, de herói criador, se transferem para a própria concepção de fronteira, fetichizada. E aí se nega o essencial: o aparentemente novo da fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, como a escravidão, bases da violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna. As concepções centradas na figura imaginária do pioneiro deixam de lado o essencial, o aspecto trágico da fronteira, que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no desencontro genocida de etnias e no radical conflito de classes sociais, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas sobretudo pelo abismo histórico que as separa (...) (MARTINS, 2014, p. 13).

Segundo o autor (2002), é preciso problematizar o olhar da vítima, o olhar não hegemônico e aquelas vozes silenciadas no processo de reprodução da fronteira. O modo pelo qual essa população, cuja história dificilmente aparece nos discursos oficiais das narrativas da cidade, se vê e é vista será debatido nos próximos itens desta parte da tese.

²¹⁸ Segundo Heredia *et al* (2010), em Mato Grosso, definem-se como os “do lugar”, “os da terra”, ao passo que em outras regiões não há este tipo de identificação tão clara e delimitada. Os autores (2009) analisam aspectos relacionados ao “agronegócio” e a determinados aspectos das relações de sociabilidade no oeste baiano, em Minas Gerais e no norte mato-grossense (ao longo da BR-163). Diferenciam a ideologia do “pioneirismo” nestas regiões, apontando que diferenças entre a ocupação de cada uma se refletem no modo como quem chega se vê e é visto. Em Minas, a ideologia do “pioneiro” assume um aspecto mais tênue, na medida em que aqueles que migravam para a região encontraram uma classe já de maior poder aquisitivo e estabelecida (grandes fazendeiros, empresários comerciais e industriais). Já no Mato Grosso, houve a ocupação de terras consideradas como “vazias” e “livres” para serem ocupadas e inseridas na lógica da propriedade privada da terra (HEREDIA *et al*, 2010). Tal situação estabelecida desde o início da reprodução da fronteira – vinculada a quem e quais grupos estavam nesses espaços considerados como vazios – é um dos elementos, em nossa perspectiva, que explicaria uma presença hegemônica em território mato-grossense dos “de fora” que passam a se apresentar como “os do lugar”.

A respeito da migração no decorrer da expansão territorial da acumulação capitalista rumo a Mato Grosso, Martins (1993) destaca que é preciso compreender o que chama de “universo pioneiro” para elucidar de que modo houve a expansão do capital para espaços até então considerados como “vazios”. Esse universo estaria “ligado intimamente às exigências de reprodução da sociedade capitalista” (MARTINS, 1993, p. 20). Esses “pioneiros” seriam “na verdade os pioneiros das formas sociais e econômicas de exploração e dominação vinculadas às classes dominantes e ao Estado” (MARTINS, 1980, p. 75). Segundo o autor (1980, p. 69), “estamos, na verdade, diante de uma verdadeira invasão da Amazônia, em que os chamados pioneiros não raro se comportam, ante os primeiros ocupantes como autênticos invasores – devastando, expulsando, violando direitos e princípios”.

Cosentino pode ser comparado, utilizando expressão de Martins (1993) ao se referir a um “pioneiro” de Chapadão do Sul, a um “pioneiro estrategista”, na medida em que elaborou e empregou estratégias que permitiram a colonização de novos espaços e a expansão da fronteira do capital e da urbanização²¹⁹. O estrategista reuniria “conhecimento e informação para aplicá-los à produção de um espaço concebido”, assegurando a “existência de condições para a concretização das estratégias” (MARTINS, 1993, p. 29). Esse “estrategista que se colocava na figura do empreendedor cederia lugar ao loteador de terras”, como se nota no caso de Cosentino.

O considerado “pioneirismo” está, neste sentido, preenchido de uma ideologia meritocrática que relega parcela dos trabalhadores a uma posição inferiorizada, subalterna da produção do espaço e da história. Neste contexto, Martins (2014) desvela que a fronteira está longe de se limitar a uma fronteira geográfica:

(...) a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, **fronteira do humano**. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora (MARTINS, 2014, p. 11. Grifos no original).

²¹⁹ A respeito de obras que se debruçam sobre as ações de outros “pioneiros estrategistas” e dos discursos que os enaltecem, destacamos a de Guimarães Neto (2002) que ressalta o papel de Ariosto Da Riva em Alta Floresta e a tese de Abreu (2015) e dissertação e tese de Souza (2006; 2008) sobre a formação da cidade de Sinop e o papel exercido pelo “pioneiro” Ênio Pepino na ocupação da Gleba Celeste (dando origem posteriormente às cidades de Vera, Santa Carmem, Cláudia e Sinop).

Neste contexto, o “pioneirismo” apenas pode ser entendido no contexto da fronteira e da barbárie e violência que lhe é inerente, bem como na degradação e dominação daqueles que passam a ser considerados como os “outros” e os “forasteiros”. A produção dessa dicotomia e confronto entre os de “dentro” e os “de fora” estabelece, em última instância, os pertencentes e os não pertencentes à própria humanidade.

A fronteira se revela, para Martins (2014), como “o território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores”, com “efeitos conservadores e bloqueadores de mudanças sociais” que alcançariam toda a sociedade (e não somente aos agentes diretamente implicados nos conflitos da fronteira). Seria, portanto, na concepção do autor, “exatamente o contrário do que proclama o seu imaginário e o imaginário do poder” nos quais se baseiam muitos dos estudos baseados na figura mítica do “pioneiro” (MARTINS, 2014, p. 13 - 14).

Portanto, na perspectiva do “pioneirismo”, escamoteia-se o conteúdo da fronteira, primordialmente, como argumenta Martins (2014, p. 30), o “lugar social de alteridade, confronto e conflito” em um desencontro não apenas de classes sociais ou interesses econômicos, mas de temporalidades e de concepções de mundo. A fronteira produzida como lugar do encontro e conflito social (entre proprietários de terra, camponeses, posseiros, indígenas...), do estranhamento e do conflito passa a ser, na perspectiva do “pioneirismo”, homogeneizada. O conflito, não apenas pela terra, mas envolvendo concepções de mundo, é camuflado sob um só viés: o da lógica capitalista e “empreendedora”.

No decorrer do “cercamento” de terras em Mato Grosso, e especificamente do sudeste mato-grossense, há uma inversão em relação a quem passa a ser visto como pertencente ao local. Os “outros” são os indígenas, os mais pobres, os nordestinos, os garimpeiros e, inclusive, os cuiabanos e demais parcela dos mato-grossenses (vistos como preguiçosos).

Em Primavera do Leste, os migrantes nordestinos são vistos como o “outro” da colonização. São considerados como um grupo que não pertence ao lugar, apesar de ter chegado praticamente junto com os empresários do Centro-Sul e grande parcela dos migrantes gaúchos, e como eternos forasteiros²²⁰ em uma cidade na qual grupos hegemônicos e de alto poder aquisitivo hoje não lhes aceita. Nordestinos, ou apenas “maranhenses” como são às vezes

²²⁰ Trata-se, a nosso ver, de uma discriminação racial e de classe em relação aos migrantes nordestinos e aos indígenas. Particularmente os indígenas, que antes dos projetos de colonização eram a provável maioria no estado, compõem uma pequena parcela da população de Primavera segundo o CENSO de 2010: apenas 0,09% (em relação a 49,45% de declarados brancos; 4,93% pretos; 1,45% amarelos; 44,05% pardos). Cabe destacar que estamos aqui, justamente, criticando a concepção que nega a legitimidade dos grupos que estavam no território mato-grossense antes do domínio privado capitalista da terra. O “outro” da colonização é ainda algo relativo, como salienta Gonçalves (2012) e diversos outros trabalhos na Antropologia e Sociologia: na visão dos indígenas o “outro” é justamente quem mora em Primavera do Leste: são os *Waradzu*, os brancos, “quem vem de fora”.

chamados pelos sulistas – em referência a qualquer pessoa que seja oriunda da região, independentemente de ter nascido no Maranhão – são presumidos como de fora inclusive por aqueles que também são migrantes (mas do Sul, no geral brancos e mais ricos) por não partilharem a maior parte dos valores, laços culturais, modos e trajetórias de vida.

Primavera do Leste é exaltada, nesse contexto, por parcela dos habitantes por ser, conforme um depoimento da reportagem do Globo Repórter já citada desta tese, “uma cidade bonita, [onde] as pessoas são bonitas. Não tem nada a ver do que achava que era o Mato Grosso. Só vindo para cá que eu consegui ter a noção da infraestrutura que a cidade oferece”. A nosso ver, esse depoimento vincula-se diretamente a uma visão de classe e que valoriza os migrantes sulistas e brancos, menosprezando e depreciando aqueles que não o são. Esse mesmo tipo de preconceito arraigado no cotidiano da cidade também é notório a partir da fala de um outro comerciante de Primavera do Leste, comparando onde mora com Cuiabá: “aqui é tudo mais organizado, melhor, em Cuiabá é tudo mais misturado”. Quando indagado o que seria mais misturado, tivemos a seguinte resposta: “Tudo, as coisas, as pessoas são mais misturadas!”, evidenciando possivelmente uma discriminação e intolerância em relação à maior presença de negros, nordestinos e pobres na metrópole cuiabana.

Neste sentido, cabe fazer a ressalva de Abreu (2015) uma vez que o ideal do “pioneirismo” se sustenta não somente pela ação do Estado e da colonizadora ou de colonizador, uma vez que é reafirmado também pelos migrantes que ajudam a formar a cidade e seus valores. Embora o autor tenha de debruçado em uma realidade encontrada a partir de Sinop, pode-se inferir que essa parcela da população – que, junto com os “pioneiros”, detêm a legitimidade para morar e pertencer à cidade – desempenha papel crucial para a perpetuação da ideologia do “pioneirismo” (e, também, no escamoteamento da desigualdade). Nesta mesma perspectiva, Sant’ana (2010) e Guimarães Neto (2002) afirmam que há uma espécie de aliança entre “governo-pioneiros-população” na produção de padrões e de uma memória homogênea perpassada pelo mito do “pioneirismo”.

Essa parcela detentora da legitimidade e que vê os “outros” como os “de fora”, Abreu (2015) denomina, problematizando a noção, de “boa sociedade”. Isto é, aquela que seguiria os preceitos e direcionamentos dados pelos “pioneiros” e colonizadoras no início da consolidação dos núcleos urbanos.

É a boa sociedade, pautada, sobretudo, na identidade sulista, que determina os atributos e características válidas para a vida na cidade; é ela quem fornece o receituário dos valores necessários para uma vida “decente” ou para se

alcançar a vitória e o sucesso; é *a boa sociedade* que define os modos de exclusão e os parâmetros para a inclusão e adaptação, inclusive do *outro*. Obviamente, *a boa sociedade* pode ser desconstruída, interpretada como cínica ou como sustentáculo de inúmeras formas de violência e de exploração. Pode-se, inclusive, identificar os efeitos colaterais de sua vigência, como a violência urbana e a situação precária de grupos subalternos, fenômenos que atuam hoje em Sinop (ABREU, 2015, p. 253-254. Grifos do autor).

Embora a concepção do “outro” sempre esteja ancorada em um ponto de vista, o “outro” neste contexto se refere à concepção hegemônica presente em Primavera do Leste daqueles que não são ricos e não são brancos. Os considerados “pioneiros” detêm as narrativas de como este “outro” é representado e visto por grande da população, no geral sendo desqualificados: são aqueles que vêm de fora, supostamente desinteressados pelo trabalho e predispostos à violência. A ameaça de fora deve ser, no discurso, banida, escondida, expulsa. Assim, o papel desses agentes na produção social e coletiva do espaço é insistentemente negado em favor de uma dominação privada de poucos.

Este tipo de relação com o “outro” também ocorre em relação aos indígenas, vistos como não pertencentes ao lugar ou como grupos que não deveriam ter acesso à terra ou direitos mínimos garantidos. É possível escutar comentários na cidade: “já viu algum índio que não seja gordo? É falta de trabalho!”; “lojas trancadas por dentro senão os índios entra, vive entrando, perguntando se tem coisa para dar”. De acordo com dados publicados pelo Conselho Indigenista Missionário, entidade ligada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos no Brasil), o estado de Mato Grosso no ano de 2016 foi aquele no qual mais se registrou casos de racismo e de discriminação étnica contra índios no país. Destacando um aumento das mais diversas formas de violência e violação dos direitos indígenas, o levantamento do Conselho citou Primavera do Leste e a situação dos indígenas Xavante, que, ao protestarem contra o atropelamento de um indígena da Reserva Sangradouro, foram vítimas de comentários racistas na internet²²¹.

Assim, ao serem produzidas as condições que dotam de poder um pequeno grupo considerado como “pioneiro”, nordestinos, indígenas e uma parcela mais pobre da população não são bem-vindos: não somente não lhes é concedida a legitimidade como são com frequência tratados com inferioridade e desrespeito, inclusive em processos que se vinculam aos usos da cidade e de seus espaços públicos e serviços.

²²¹ “Esses patifes adoram fazer pedágio, tem mais é de atropelar mesmo!” e “Estou com você, atropela esses bichos que não servem para nada”. (“MT tem maior número de casos de racismo contra índios do país, aponta relatório”. Denise Soares, 06, out. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/mt-tem-maior-numero-de-casos-de-racismo-contra-indios-do-pais-aponta-relatorio.ghtml>>. Acesso em: jan. 2018).

Por outro lado, olhar diferente ocorre com quem vive na Colônia Russa – imigrantes ou descendentes de imigrantes russos e que moram numa área rural a aproximadamente 40 quilômetros do núcleo urbano primaverense. São facilmente reconhecidos quando vão ao centro da cidade por, além de serem brancos e loiros, usarem, no caso das mulheres, compridos vestidos coloridos e uma espécie de “touca” (*chaxmura*, para as casadas) cobrindo os cabelos ou tranças (para as solteiras), ou barbas longas no caso dos homens.

Nas cidades analisadas pelo estudo de Heredia *et al* (2010), é comum, ao referirem-se a determinadas pessoas, utilizar o local de nascimento efetivo ou suposto: são os “gaúchos” e os “maranhenses” em Mato Grosso. O ideário do “pioneirismo” carrega, neste sentido, uma distinção discursiva, como também destacado por Almeida (2013). De um lado, “gaúchos”, termo comumente aplicado aos sulistas de modo geral, inclusive catarinenses e paranaenses e que se consideram os responsáveis pela fundação e sucesso das cidades. De outro, os “maranhenses”, que são aqueles que vem “de fora” e são empregados pelas atividades braçais e temporárias. Da mesma forma, alguns bairros ou locais da cidade também ficam conhecidos como “de gaúchos” ou de “maranhenses” (HEREDIA *et al.*, 2010; ROCHA, 2010; ALMEIDA, 2013, ABREU, 2015)²²². É possível verificar, em Primavera do Leste, expressões como “bairros de maranhenses” em alusão aos loteamentos que abrigam moradores mais pobres e mais afastados do centro.

Como afirma Rocha (2010), o “pioneirismo” está diretamente vinculado ao que se considera como “sucesso” e crescimento econômico dessas cidades mato-grossenses (no caso da pesquisa da autora, de Lucas do Rio Verde). Neste mesmo sentido, Abreu (2005) elucida que se efetiva uma construção história que privilegia determinados atributos e conteúdos em detrimento de outros, de modo a vangloriar conquistas e dados econômicos em relação àqueles que são vistos como “fracassados”.

Há uma construção idílica imbuída de mitos que beiram a do bandeirante em uma terra prometida, desbravando um espaço vazio e inóspito em uma “nobre missão”. Segundo Guimarães Neto (2002), a construção mítica da Amazônica como “terra prometida” e “paraíso” foi fundamental para consolidar a ocupação da região. De acordo com a autora (2002, p. 25), o

²²² Sobre essa tendência a separação no espaço (no geral, conformando loteamentos de lados opostos da rodovia) e discursiva sobre bairros de “maranhenses” e “gaúchos” destacamos os trabalhos de Abreu (2015) sobre Sinop, de Almeida (2013) sobre Sorriso e de Rocha (2010) sobre Lucas do Rio Verde, além da tese de Rogerio Haesbaert a respeito da cidade baiana de Barreiras (“‘Gaúchos’ no nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade”, de 1995). Os autores debatem a necessidade de se relativizar essa separação entre “bairros gaúchos” e “bairros maranhenses” na medida em que também há do “lado gaúcho”, por exemplo, casas ou bairros que abrigam uma população pobre ou nordestinos que enriqueceram.

“(...) mito da terra farta e abundante, acessível a todos, passou a ser um poderoso instrumento de poder nas mãos dos setores dominantes” (2002, p. 25).

Em julho de 2018, foi implantado em Primavera do Leste, ao lado da praça central da cidade, um monumento em homenagem aos “pioneiros”. Nele, estão representados um trator e, irônica e sem-cerimônia, o tronco de uma árvore (**figura 67**).

Figura 67. Monumento em homenagem aos “pioneiros” de Primavera do Leste

Monumento na Av. Cuiabá, ao lado da Praça Matriz. Na placa em destaque se lê: “homenagem aos pioneiros que saíram das mais diversas regiões do Brasil e acreditaram nesse hoje pujante município”. Em outra placa, na lateral do trator, explica-se o motivo da escolha do monumento: “o trator CBT foi a principal ferramenta para desbravar o cerrado, preparar o solo e abrir estradas, proporcionando a produção agrícola e pecuária, responsável pelo desenvolvimento dessa região”. Foto da autora. 07 ago. 2018.

O ideário propagado pelo poder público, por grande parcela da população e pela mídia corrobora, desta forma, para uma narrativa hegemônica sobre a cidade que convenientemente esquece dos pobres e do extermínio indígena que marcou o avanço da fronteira do capital rumo ao Norte e Centro-Oeste do Brasil, compondo uma memória oficial ancorada em um ideário de progresso, de prosperidade, de trabalho e de riqueza.

Sobre o “mito do progresso”, Souza (2006) destaca sua relevância como instrumento de poder nas estratégias das classes dominantes, inseridas no bojo de uma “invenção da tradição”²²³. É fundamental, conforme o autor, para a compreensão da dinâmica espacial do

²²³ A “invenção da tradição”, segundo Hobsbawm e Ranger (1997) se refere a “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica,

norte mato-grossense e para desvelar o que as cidades de colonização recente apresentam de particular. Este mito estaria fundamentado no uso e na exploração da propriedade privada, bem como em uma “utopia liberal burguesa, civilizada e progressista, cultivando princípios positivistas de liberdade profissional e aí difundindo-se a ideia de progresso, de domínio do homem sobre a natureza” (SOUZA, 2006, p. 229).

Neste contexto, a história lembrada é apenas a de quem veio para Primavera do Leste e, segundo o discurso e o senso comum, “venceu na vida”. A ideologia do “pioneirismo” recrudescer a lógica capitalista e meritocrática: os “pioneiros” aparecem como exemplos de que é possível, no capitalismo, que todos enriqueçam e a todo momento. Julgam-se como vencedores, em uma trajetória obstinada e movida por inúmeros sacrifícios: as estradas precárias, a falta de energia elétrica, a dificuldade para obter acesso a escolas e hospitais no início da consolidação dos núcleos urbanos, a comunicação precária e distância dos demais familiares, etc.

O “pioneirismo” passa a se inserir em representações que norteiam as relações sociais, contribuindo para uma racionalidade homogeneizante nos comportamentos e valores acentuadamente incorporados nos meandros da vida cotidiana. Essa mentalidade empreendedora – na qual os “pioneiros” e aqueles que seguem seus passos são “bem-sucedidos” – contribui para uma dominação do espaço social que dissimula a fronteira como espaço do encontro e conflito entre sociedades, temporalidades e culturas entre si diferentes. O imaginário social no qual os “pioneiros” são vistos heróis está fortemente arraigado nas relações sociais dessas cidades mato-grossenses, inclusive camuflando tensões e conflitos sociais latentes.

Primavera é tida como bom local para quem quer “fazer a vida”, trabalhar, realizar sonhos – graças, no discurso, aos “pioneiros” que chegaram e àqueles que continuam seguindo seus passos, persistindo, perseverando, empreendendo. Nesta produção de uma cidade cujo controle fundiário está em poucas mãos, há um escamoteamento da simultaneidade dos processos, substituindo por um mito fundador, oriundo da empreitada colonizadora e das figuras consideradas como “pioneiras” ainda frequentemente exaltadas em uma espécie de “ufanismo” ou “patriotismo” locais.

visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”. Neste mesmo contexto, ressaltando a importância dos mitos na manutenção de ideologias e dos interesses das elites, salvaguardando seus interesses econômicos e políticos, está também o livro de Chauí (2000), “Brasil: mito fundador e sociedade autoritária”.

4.1.1. O mito do “pioneiro” herói

São considerados “pioneiros” somente aqueles que chegaram no processo de avanço da fronteira do capital e que, no discurso, trabalharam arduamente e souberam investir, tendo enriquecido e obtido um retorno considerado como merecido graças ao esforço pelo próprio trabalho. Essas pessoas são consideradas como os responsáveis pela produção do espaço urbano, sendo reconhecidas como fundadores ou colonizadores destas cidades. Nos discursos dos moradores de Primavera do Leste, não são considerados como “pioneiros” migrantes mais pobres, que, embora tenham migrado nas décadas de 1970 para a região, eram força de trabalho barata em determinadas atividades e serviços. Também não são vistos como pertencentes ao “pioneirismo” aqueles que, mesmo tendo razoáveis condições financeiras, teriam “fracassado”, não tendo enriquecido ou retornado às suas cidades de origem.

Alçados a condição de audazes desbravadores do Cerrado, os considerados “pioneiros” aparecem como figuras predestinadas à aventura solitária e hostil no Cerrado e ao “sucesso” pessoal e profissional, além de serem imbuídas de ousadia, coragem, persistência e otimismo. Foram pessoas “recompensadas” por acreditarem no futuro e na cidade.

Atualmente, passadas mais de quatro décadas do início da constituição dessas cidades oriundas dos projetos de colonização privadas ou de iniciativas individuais (sempre com subsídio e forte patrocínio do Estado), os “pioneiros” – ou, agora seus filhos e netos – ainda desempenham importante papel nas relações econômicas, políticas e sociais dessas cidades²²⁴.

Eles ocupam cargos estratégicos que permitem manter e aumentar seu poder e capital, participando de conselhos e associações. Também reforçam sua primazia nas relações sociais por meio da participação em eventos e reportagens da mídia local, atando mais incisivamente os nós de uma cidade que tem dono. Informações pessoais sobre essas famílias, como onde moram e quais locais frequentam, são conhecidas por grande parcela da população: são vistos praticamente como celebridades e grandes modelos a serem seguidos, passando, de certa forma, a serem idolatrados, não apenas pelo espírito empreendedor mas pelo considerado “bom gosto” para festas, roupas, escolha de restaurantes, etc.

²²⁴ Em Primavera do Leste, conforme informações obtidas em entrevistas e trabalhos de campo, muitos políticos e empresários locais são membros da maçonaria, o que teria contribuído, segundo relatos, para uma ajuda mútua entre seus membros no início da ocupação da cidade. Da mesma forma que a maçonaria, há significativo papel também do Rotary Club, o qual, segundo Souza (2008), corrobora para influenciar nos rumos sociais e políticos dos municípios mato-grossenses. Cria-se, tanto com a maçonaria quanto com o Rotary, grupos com metas em comum, que impõem a separação e a distinção, legitimando um controle social, político e moral (SOUZA, 2006).

Como salienta Marques (2013), as narrativas sobre o “pioneirismo” em Mato Grosso – que definem o que é valorado e o que deve ser silenciado na história oficial – são geralmente enunciadas em primeira pessoa, com evidência às narrações do próprio narrador e destaque às realizações do próprio “eu pioneiro” e de um limitado grupo, com frequência indistinguível pelo uso constante do singular (o “eu” no lugar do “nós”). Com esse recurso discursivo, estabelecem-se implicitamente, para a autora, barreiras em relação a esses “pioneiros” e seus familiares, por vezes estendidas a grupo de amigos, empresários, ou à parcela da sociedade no geral de mesma origem – no caso do Mato Grosso, dos sulistas. Em oposição a esses “pioneiros”, em relação a esse “eu” e, por vezes, a esse “nós”, estão, para Marques (2013, s/p), o Estado e demais parcelas da sociedade, que “tendem ser excluídos dos créditos da sua história, tal como a narram aqueles que se assumem como seus únicos protagonistas”.

Uma fala de E. Cosentino é bem elucidativa neste sentido, reiterando seu poder pessoal e exaltando os feitos do “eu”, quando se compra com Juscelino Kubitschek – presidente do Brasil entre 1956 e 1961 e um dos idealizadores de Brasília: “Conheço duas pessoas que realizaram projetos de colonização urbana no Brasil (...) Juscelino Kubitschek e eu. A diferença é que ele usou o dinheiro do povão. Eu fiz com recursos próprios (...)”²²⁵. Essa fala, publicada em reportagem do jornal O Estado de S.Paulo no ano de 2005, revela-nos, além de uma possível inspiração em Brasília (como cidade planejada, marcada por uma simbologia de modernidade), um enaltecimento a partir do uso dos chamados “recursos próprios”. De acordo com um dos “pioneiros” da cidade a respeito da necessidade de ter dinheiro e de “saber investir”:

(...) Não adianta só ter ideia. (...) A ideia não tem valor nenhum se não for posta em prática. Agora, você para pôr uma ideia em prática não é brincadeira. Você fazer uma cidade assim, o que envolve em primeiro lugar? (...) Se não tiver dinheiro... (...) Estamos aqui, construindo (...) Mas, tudo depende de isso aqui [dinheiro]... Não adianta só acreditar e fazer, não tem como deslancar... Você faz uma casinha e fica lá esperando, esperando. Agora, você faz dez casinhas e já é outra história...

O conteúdo do vídeo de divulgação dos 31 anos da Incorporadora e Imobiliária Cosentino também é bastante claro a respeito da valorização do “eu pioneiro”:

Quando eu cheguei aqui, até onde a vista alcançava era quase tudo mato. **Eu cheguei nesta terra só, com a vontade de construir um sonho. Sonho que**

²²⁵ Entrevista em “A segunda onda chega ao cerrado”. Caderno Especial “Novo Mapa do Brasil”, p. 6. O Estado de S.Paulo, 20 nov. 2005. Disponível em: < <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=31013> >. Acesso em: 15 nov. 2015.

eu fiz ao lado de muita gente boa e trabalhadora e guerreira, aquelas pessoas que não tem medo da vida. Gente que acreditava que aqui iria nascer uma das maiores cidades deste Mato Grosso. Hoje, eu olho de volta e vejo como Primavera do Leste cresceu, como está bonita, cheia de vida e de progresso. Cheia de gente que é **igual a esta cidade: jovem e com muita vontade de ir em frente.** (...) (Vídeo em homenagem aos 31 anos da Cosentino mostrando imagens da cidade e de Edgar Cosentino. Disponível na página do facebook da imobiliária, 2017).

Primavera do Leste: uma cidade rica por natureza, pelo seu trabalho e pela sua gente”. Uma história que começou há 38 anos, onde Edgar Cosentino, um **homem com muita ousadia, coragem e visão de futuro, decidiu ser pioneiro e transformar uma área no meio do cerrado em uma área que viria a ser uma verdadeira metrópole econômica.** (...) Primavera do Leste: cidade de gente trabalhadora, desbravadora e que **enxerga o futuro** ainda no presente. Um lugar que continua semeando a passos largos o crescimento para o futuro (Vídeo da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste e da Construtora e Imobiliária Cosentino. Disponível na página do facebook da PMPL, 2017).

Claramente presente, neste contexto, ainda hoje nos depoimentos dos “pioneiros” enriquecidos da cidade, o ideário “pioneiro” edifica um discurso egocêntrico, no qual é constantemente destacada a importância que desempenharam nos investimentos na cidade por meio um uso constante do “eu”. De acordo com os relatos de “pioneiros”:

(...) Mas, na verdade, o que **eu poderia dizer, se não fosse a minha persistência em acreditar neste projeto, provavelmente, não existia [Primavera do Leste] talvez do tamanho que é ou seria uma “vilinha” ...** (...) E nós entusiasmados todos [conhecidos que também estavam naquele momento implantando loteamentos], nós não somos contra ninguém. Pelo contrário, **é uma questão de visão. Uma coisa é verdade: eu enxergo vinte anos na frente. Antes de fazer Primavera eu pensei e tal. E vi o que ia acontecer.** (Grifos nossos)

Às vezes, falam que sou o pioneiro... (...) Tem que aceitar, porque é verdade, ué... **Colonizador é todo mundo que abre, que faz e que investe. Nós investimos muito aqui e estamos investindo até hoje.** Se eu falar para você é até perigoso, porque é muito dinheiro. (...) Todo mundo tem que investir. Hoje, você fazer loteamento não é brincadeira (...) Então, o colonizador, o empreendedor, tem que investir.

Este mesmo ideário também é empregado se referindo às demais pessoas que chegavam à região:

O grupo crescente de migrantes aumentava as dificuldades viscerais da região quanto a transporte, saúde, combustíveis e alimentação, mormente em período de chuvas intensas e prolongadas, com as cidades mais próximas (Poxoréo, Cuiabá e Rondonópolis) ficando a dezenas de quilômetros por estradas de

chão batido. **Mas nada o bastante para impedir a fé no progresso da maioria dos que aqui passaram a investir suas forças e seus sonhos no promissor cerrado denso, sempre a acreditar nas potencialidades da região, desenvolvendo potencialidades e adaptações diante dos desafios da sobrevivência e da busca do sucesso pessoal, capaz de resistir e de estabelecer perenidade (...)** (CMPL, 2016, p. 25. Grifos nossos)

Em depoimento do ex-prefeito Érico Piana (2013-2016), em material de divulgação da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste (2015), também se verifica um discurso enaltecendor a respeito desses “pioneiros” no processo de ocupação primaverense:

Falar da região significa homenagear a coragem e a tẽmpora dos homens pioneiros e visionários que enxergaram neste terreno bem mais que a fertilidade do solo; **vislumbraram aqui uma nova civilização de brasileiros voltada para o trabalho (...)** Primavera do Leste não é apenas uma cidade, tornou-se um sentido de vida, de conquistas individuais e coletivas. O recomeço para tantos! (Grifos nossos)

Ainda no mesmo material:

(...) É fonte de esperança e dos sonhos de toda uma geração de brasileiros que olhou com destemor para o Centro-Oeste (...) Primavera do Leste foi plantada num canteiro fértil chamado Mato Grosso, mas a **vitalidade e a força empreendedora de nossos pioneiros foram a razão da diferença** nesta florada de esperanças e conquistas em pleno cerrado brasileiro (p. 7/p. 26. Grifos nossos).

Por fim, na fala do ex-governador Frederico José de Campos exposta no documentário produzido pela Câmara Municipal de Primavera do Leste (2008):

(...) Eu acredito que Mato Grosso de hoje deve o seu desenvolvimento não à política administrativa apenas, é claro, é essencial que exista a política administrativa do estado, porém, **não adiantaria de nada se não tivesse o esforço, a dedicação, o idealismo daqueles que vêm investir pra produzir, aqueles que vêm com ambição no coração**, mas ambição no bom sentido, uma ambição do sujeito querer ganhar a sua vida, a vida da sua família, ganhar o seu dinheiro, desenvolver, mas graças ao seu esforço, seu trabalho, isso que faz o desenvolvimento, Mato Grosso desenvolveu por isso (...) (Grifos nossos).

Nomes conhecidos pela grilagem de terras chegam, neste discurso do “pioneirismo”, a serem exaltados como casos de sucesso, de empreendedorismo, e que devem serem seguidos pela população. Assim, pessoas cuja conduta, ao menos no que diz respeito aos títulos

fundiários, seja passível de sérios questionamentos, são vistas como heróis a serem idolatrados. Um dos maiores casos de grilagem na Amazônia, envolvendo a companhia INDECO (Integração, Desenvolvimento e Colonização, cujo dono era Ariosto Riva) e três projetos de colonização em Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás, em uma área de quase um milhão de hectares (OLIVEIRA, 1997), aparece como um caso de “pioneirismo” e heroísmo no jornal O Estado de S.Paulo, em 1978. Segundo a reportagem, a respeito do “pioneiro” de Alta Floresta:

Para comprar terras do governo de Mato Grosso e estabelecer um projeto de colonização, a Infraestrutura, Desenvolvimento e Colonização (Indeco) foi formada em 1973 pelo pioneiro de Alta Floresta, Ariosto Da Riva. No entanto, muito antes de criar a Indeco este colonizador **adquiriu uma experiência e uma fortuna**, desenvolvendo comunidades agrícolas em regiões como o Norte do Paraná, Dourados, e Naviraí no Sul do Mato Grosso. **Um homem alto e dinâmico**, com seus 60 anos, Ariosto considera o projeto Indeco **a maior realização da sua vida**. (...) Mas, para que isto aconteça, precisaria ser estabelecida uma infraestrutura básica da qual essas pessoas tentando viver e produzir em tais regiões remotas, pudessem sobreviver. **A construção de tal infra-estrutura é uma obra extremamente complexa que, no pensamento de Ariosto “somente a iniciativa privada, com seu dinamismo e criatividade tem a capacidade de realizar”**. Para ele, Alta Floresta é um exemplo vivo desta concepção de capacidade e da necessidade de participação da iniciativa privada no desenvolvimento racional da Amazônia. (...) **Ariosto decidiu que não faltariam estradas em Alta Floresta** (...) **E, se o trabalho de construir estradas e uma cidade na selva, foi uma obra de proporções hercúlena**, o estabelecimento de uma agricultura viável não tem sido menos árduo (...) (GELD, Ellen B. O Estado de S.Paulo, 30 de julho de 1978 – Grifos nossos).

O discurso da ocupação capitalista de Alta Floresta, atribuída a Ariosto Da Riva, era, neste sentido e segundo processo esmiuçado por Guimarães Neto (2002), marcado por uma “linguagem profética”. O “pioneiro” Da Riva era responsável, segundo suas próprias palavras, pelo “estopim de um novo norte do Paraná, em plena floresta amazônica... mediante o interesse social” (Declaração dada no Jornal da Tarde, São Paulo, 04 jan. 1977 *apud* GUIMARÃES NETO, 2002, p. 85). A construção de uma “imagem mitificada” desses “pioneiros”, conforme Guimarães Neto (2002), foi produzida e reproduzida na mídia local e nacional. Da mesma forma que a passagem do jornal O Estado de S.Paulo, o trecho abaixo, ainda sobre Alta Floresta e Ariosto Da Riva, é bastante emblemático:

A cidade, planejada e executada na sua estrutura básica pela Indeco – Integração, Desenvolvimento e Colonização, **nasceu do arrojo e da visão cósmica de um homem simples, dinâmico, sonhador, espécie rara de criatura humana, semente da civilização**, fundador de Naviraí, no Mato

Grosso do Sul, chamado de Ariosto da Riva, **extraordinário bandeira moderno, apóstolo do trabalho, defensor incondicional da livre empresa**, que arrastou, com a sua força moral e a sua **bandeira de progresso** e de participação, o que o Brasil, especialmente Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tinham de melhor em matéria de colonizadores e **desbravadores de terras desconhecidas e ainda não civilizados** (...) Alta Floresta é uma resposta serena e convincente ao desânimo e ao pessimismo. Deus há de colocar outros Ariostos da Riva por esse país afora, para acordar e reanimar este gigante nocauteado... (Guia Serv. Edição Centro-Oeste, 1984 *apud* GUIMARÃES NETO, 2002, p. 86. Grifos nossos).

Nota-se a exaltação do trabalho, da disciplina e do sacrifício em alguns dos relatos de “fazendeiros”. Segundo um dos considerados “pioneiros” de Primavera do Leste, a memória mais marcante de quando chegou à região era de que “aqui nós trabalhava que não sabia o que era sábado, o que era domingo, era direto, serviço direto...”. Além disso, era preciso “acreditar”. Fortalece-se a ideia de esses “pioneiros” ascenderam economicamente pelo trabalho árduo e incessável.

Nós parava em Poxoréu, porque vinha do sul e o único hotelzinho que tinha era lá... Aí perguntava: ‘Ô, gaúcho, onde é que vocês vão?’. ‘Vamos lá para a BR-70...’. ‘Fazer o que?’ ‘Comprar terra, para plantar...’. ‘Pode voltar daqui mesmo, porque vocês são louco, vocês vão morrer tudo de fome, lá não dá nada...’. Não acreditavam que isso aqui... e mesmo se não tivesse técnica, a tecnologia que tem hoje não funciona. A terra não é muito fértil aqui na região. A maioria era do ramo, lá do sul, lavoura, pecuária. Já tinha um conhecimento bom, que tem técnica, mas tem que ter prática também, né?

De acordo com relato de um fazendeiro gaúcho que chegou em Sinop no ano de 1996: “A coisa só acontece se você acreditar em alguma coisa... Se num primeiro momento você olhar para aquele mato e não fazer nada, você não faz a roda girar... Se nós não plantar o que vai acontecer? ... Nós tivemos a coragem de trabalhar”. Um pecuarista mato-grossense também ressaltou, por sua vez, que é preciso lembrar que esses “pioneiros” enriqueceram passaram por momentos difíceis:

Esses caras vieram do sul, tem até um folclore, que vieram de f75, de caminhonete e hoje têm indústria em Nova Mutum ... Encontrei amigos de vinte anos atrás, estavam em Dubai, agora ele e mais um grupo comprando mais 16 mil hectares na Bahia. Então, conseguiu acumular... Ficam falando que tudo é bonito, que tudo é fácil, mas esses caras comeram o pão que o diabo amassou...

De acordo com depoimento do primeiro advogado da cidade e também pecuarista²²⁶:

Participei desde o início da história de Primavera do Leste e tenho muito orgulho em dizer que nosso município, além de ser um dos maiores rendimentos, é um dos mais bonitos do estado (...) Desde o primeiro prefeito até os dias atuais, sempre tivemos excelentes gestores, que realizaram ações boas, pois o município colaborava para isso, **e a receita era satisfatória para que todos pudessem ser bem sucedidos.**

Já em relato de um outro “pioneiro” – natural de Santa Catarina que migrou para Mato Grosso e mora atualmente em Sorriso – o “pioneirismo” aparece praticamente como uma busca desenfreada pelo enriquecimento, imersos na lógica capitalista insaciável da acumulação:

Com 18 anos eu fui para Guarapuava. E eu sonhava em comprar uma fazendinha. Mas lá no Paraná era muito caro. E aí a gente teve a notícia de que no Mato Grosso o governo federal estava precisando de pioneiros que viessem para cá e dava terras como contrapartida para a gente vir... E, daí, eu começo a minha vida no Mato Grosso (...) Fomos comprando terras, temos aqui 40 mil hectares. Hoje, estamos aqui no primeiro mundo (...) com pessoal do Sul, com cultura de trabalhador, pioneiro, ousado, vislumbrou (...). Há 38 anos atrás, nós ficamos bem de situação, situação econômica fantástica, rico (...) Eu te garanto que eu devo ser assim o espelho de 50% dos empresários da minha época. A gente é besta. **Eu digo sempre que o pioneiro chega a ser burro. Nós não sabemos gastar. A gente ganha e investe. E o prazer é fazer mais, criar mais, gerar mais empregos, produzir mais...** Com 69 anos, ainda trabalho 12, 13 horas por dia com o maior prazer, tenho uma rotina (...). (Reportagem da *GloboNews* Especial, 06 agosto 2017. “Sorriso, no Mato Grosso, é a capital do agronegócio”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/videos/t/todos-os-videos/v/sorriso-no-mato-grosso-e-a-capital-do-agronegocio/6060044/>>. Acesso em: set. 2017. Depoimento de João Pedro da Silva).

Na mesma reportagem, na qual surgiram expressões como “terra prometida” e “fronteira de oportunidades”, também havia uma fala do ex-prefeito de Sorriso, o empresário Dilceu Rossato cujo patrimônio declarado era de 90 milhões de reais: “Para tirar 2 milhões de reais do lucro de uma atividade é muito suado, muito trabalhoso, aqui na fazenda trabalhamos 365 dias por ano”²²⁷.

²²⁶ “‘Me orgulho de Primavera do Leste, neste lugar que me realizei’, disse Mário Crema”. Entrevista a Drielly Pinotti. *Jornal O Diário*. 12 abril de 2016. Disponível em: <<http://www.jornalodiario.com.br/blogs/blog-primavera-30-anos/pva-30-anos/me-orgulho-de-primavera-do-leste-neste-lugar-que-me-realizei-disse-mario-crema/75583>>. Acesso em: nov. 2018.

²²⁷ Reportagem da *GloboNews* Especial, 06 agosto 2017. “Sorriso, no Mato Grosso, é a capital do agronegócio”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/videos/t/todos-os-videos/v/sorriso-no-mato-grosso-e-a-capital-do-agronegocio/6060044/>>. Acesso em: jan. 2018.

Os “pioneiros” – juntamente com a outra parcela da população que, embora não se declare “pioneira”, aparece como dotada de legitimidade para morar na cidade – se consideram como os efetivos sujeitos da produção do espaço, vendo os “outros”, que supostamente não trabalharam suficiente e não souberam investir, em uma posição de subalternidade. Ao reforçarem sua própria existência nas relações sociais enquanto “pioneiros” – em uma sorte de “eu” soberano e hegemônico – acabam, neste contexto, negando o “outro” e aqueles que não são vistos como “pioneiros”. Como afirma Martins (1993, p. 17), a história passa a ser “ocupada em primeiro plano por ‘pioneiros-heróis’, por homens que, por não medirem esforços para transpor as dificuldades que se fizeram presentes desde que nesse chapadão puseram os pés, foram recompensados por um mundo onde parece, medra a riqueza”.

Valoriza-se a “capacidade de empreender” e o trabalho árduo desses “pioneiros-heróis”, ocultando-se o efetivo e fundamental papel do Estado, que, como vimos, “preparou o terreno” para a expansão capitalista e tornou essa “aventura” para a Amazônia um negócio certo e lucrativo. A implantação de infraestruturas e fornecimento dos mais diversos subsídios e cessão de terras ou a obtenção de terras a preços extremamente vantajosos – que tornavam, portanto, o “sacrifício pioneiro” bastante rentável – são obviamente deixados de lado na construção da ideologia do “pioneirismo” permeada de heroísmo.

A partir das ideias expostas por Martins (1993, p. 152), afirmamos que a lógica ligada aos “pioneiros” aparece como aquela “desprendida de interesses particulares, apresentando-as como as de quem busca promover o bem comum, atender ao interesse geral, mas que esconde, sob a teatralidade, a defesa da ordem instituída”. Esses rentáveis empreendimentos particulares que despontam como ações voltadas aos interesses de toda a população, também aparecem como “bondade” dos “pioneiros”. Segundo Souza, a respeito de Ênio Pepino e seu papel em Sinop:

Ênio Pipino foi considerado por muitos como o “Semeador de Cidades”, “Bandeirante do Século XX”, devido ao seu trabalho desenvolvido no ramo de colonização e ocupação de novas áreas na região amazônica. O paternalismo também esteve presente na figura do empresário colonizador, com sua “bondade” em relação aos incentivos oferecidos aos que chegavam a Sinop, como doação de terrenos para que num período determinado fosse construída uma casa para moradia ou comércio (SOUZA, 2006).

Neste mesmo sentido, Silva (2010, p. 50) afirma que há uma sobrevalorização do “pioneirismo do investidor”, compondo o “tão propagado discurso ideológico da modernização como carro chefe” das transformações socioespaciais ocorridas na fronteira mato-grossense.

Como destaca o autor (2010), o passado de intervenção estatal é deixado de lado. Passado este que “só recebe reconhecimento quando se refere aos pioneiros sulistas desbravadores do cerrado, numa clara exaltação da valorização da cultura, para justificar a própria situação de poder, seja no âmbito econômico, político ou cultural” (SILVA, 2010, p. 85). Em uma perspectiva semelhante a de Silva, Heredia *et al* (2010) afirmam que há um “mito do pioneiro externo”, uma vez que o papel do Estado foi crucial na reprodução do capital tanto nas décadas de 1970 e 1980 como depois nas políticas direcionadas à agricultura capitalista.

(...) a leitura corrente desse processo deixa explícita a ideia de que as transformações operadas nessas áreas a partir do final dos anos de 1980 e durante todo período seguinte foram tributárias exclusivamente da iniciativa privada, reforçando a **construção do mito do pioneiro externo** (“gaúcho”) que, **desembarcando nessas terras “vazias”, dedicaram-se ao trazer o processo civilizatório** (e sua correspondente variante tecnológica agropecuária) para uma região supostamente desprovida de investimentos públicos e de atividades à cargo de grupos locais (Heredia *et al.*, 2010, p. 165. Grifos nossos).

As ações do Estado hoje envolvendo mecanismos como subsídios à comercialização de produtos do “agronegócio”, incentivos fiscais (também em âmbito estadual ou municipal) e crédito rural ainda continuam, neste sentido, colocadas em segundo plano diante de um ideário do “pioneirismo” e de uma sobrevalorização centrada no “eu” investidor e “desbravador” de novas fronteiras. Da mesma forma, a atividade “pioneira” extremamente rentável na dominação privada das terras aparece como uma obra a serviço do bem comum.

Os “pioneiros” rentistas aparecem, neste contexto, como modelos a serem seguidos, cuja determinação e esforços parecem poder se replicar para todo a população – ou, ao menos, àquela que, no discurso e segundo o viés ideológico aqui retratado, não tem medo do trabalho, tem determinação, sabe esperar e investir. Esses “pioneiros”, conforme detalham Abreu (2015) e Rocha (2010), ao se configurarem como modelos de comportamento acabam, em última instância, impondo ideais “civilizatórios” àqueles que chegaram ou moram na cidade. Essa “missão civilizatória” dos “pioneiros”, todavia, como reiteramos, nega o “outro”, reproduz a desigualdade e a violência.

Esses “pioneiros” possuem papel ativo na produção do espaço urbano, com uma ingerência ora mais direta, com determinações mais claras na produção e nos ritmos da urbanização a partir do monopólio da propriedade privada da terra, ora adquirindo contornos e traços mais difusos atrelados ao ideário do trabalho e da disciplina. Em uma eterna e incessante

reprodução da mitologia heroica do “pioneirismo” que impõe o ritmo do trabalho e entranha na vida cotidiana, é gestada uma cidade produzida sob as amarras da propriedade privada, mas em novo patamar que impõe vigorosos nós atrelados à exorbitante concentração fundiária somada ao discurso do empreendedorismo e ao caráter de classe. Perpetuam-se representações fortemente já arraigadas no cotidiano e que exaltam a ideologia do trabalho e da meritocracia, corroborando para exacerbar o poder econômico e político de quem já o detém.

4.1.2. As representações do espaço na reprodução da fronteira

Neste ideário do “pioneirismo” estão contemplados simbolismos e anedotas sobre a história de cada cidade, compondo uma memória social que apregoa uma ocupação idílica e pacífica, afastando do imaginário dos habitantes a expropriação e massacre que possibilitaram o avanço da fronteira do capital e o estabelecimento de várias cidades mato-grossenses.

Como casos emblemáticos, podemos citar as versões sobre a origem do nome da cidade de Sorriso, detalhadas por Custódio (2007). Uma delas defende que Sorriso tem este nome porque seus “pioneiros” teriam enfrentado o “sofrimento do desbravamento, sempre com um sorriso” (OLIVEIRA, 1997, p. 356). Ou ainda sobre os “pioneiros” que passavam por Primavera do Leste e que, “carregando um termômetro” verificaram que a temperatura à noite na cidade era bastante agradável e um bom local para habitar (CMPL, 2000). Da mesma forma, detalhes sobre a escolha do nome de Primavera do Leste (anteriormente chamada de Bela Vista das Placas, Primavera, e Primavera do Oeste) permeiam documentos e relatos de uma história que surge como aquela que merece destaque e ser contada.

Custódio (2007, p. 60), retomando o que Sandra Pesavento (2002) desenvolve, relaciona o mito de origem a uma narrativa que nasce e toma forma com o passar do tempo, representando atos e acontecimentos de forma glamourizada. “Todo ato fundador tende à sacralização. A força criadora do mito dá sentido, organiza, hierarquiza e atribui valores de positividade” (PESAVENTO, 2002, p. 245 *apud* CUSTODIO, 2005, p. 60). Silenciando uma história de conflitos, uma memória social e hegemônica passa a ser moldada, na qual exaltam-se os feitos de poucos e a produção social e coletiva do espaço passa a ser personificada em um único “pioneiro”. Em Primavera do Leste, são inúmeros os relatos que passam a ideia de que Cosentino, sozinho, fundou e construiu uma cidade. Neste sentido, como destaca Guimarães Neto (2000, p. 188), há a produção de:

Uma imagem de cidade que procura romper com os elos de uma memória anterior, representativa de outras experiências, entendendo-se que as estruturas do mundo social não são objetivas em si mesmas, mas produzidas em práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas), que os grupos dominantes, historicamente, impõem ou tentam impor como estratégia de domínio (num campo de concorrências e de competições).

As cidades eram representadas na mídia e por seus “pioneiros” como modelos de êxito social e de prosperidade econômica. Ideais para se “vencer na vida”, tinham o “progresso como uma marca indelével”. “Assim, heroísmo, aventura, progresso e grandeza mesclavam-se no colorido mosaico que formava a paisagem sedutora das novas cidades da colonização” (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 148). Como problematiza Custódio (2007, p. 66), mesmo após mais de três décadas após a implantação do núcleo urbano de Sorriso ainda é possível observar o uso de expressões que perpetuam a ideologia “pioneira”, como “terra prometida”; “terra de oportunidades”; “terra abençoada”, “eldorado agrícola”²²⁸. O poder público ainda divulga a imagem de uma cidade como uma “região pujante e progressista, (...) orgulho de uma nação de desbravadores (...)” (CUSTÓDIO, 2007 p. 64).

O “pioneirismo” ainda presente nas representações simbólicas contribui para moldar memórias sobre a cidade distantes das práticas socioespaciais de seus habitantes. Em reportagens divulgadas sobre esse conjunto de cidades produzidas no bojo da reprodução da fronteira do capital rumo ao Centro-Oeste, são evocadas representações já previamente polidas pelos interesses dos agentes hegemônicos políticos e econômicos: define-se previamente o que é ou não mostrado, reproduzido, debatido. As representações sobre de que forma a ocupação do território foi realizada e por quem carrega uma série de simbolismos construídos historicamente, que passam a ser naturalizados.

Encravadas no campo, várias das novas cidades encerram boas surpresas. Sapezal, por exemplo, emancipada há apenas 3 anos, é toda suprida por uma rede de telefonia com cabos de fibra óptica. Primavera do Leste possui 35 mil habitantes e um sistema de saúde montado para atender o dobro deste número. Mais de um terço da população estuda, o que inclui todos os moradores em idade escolar e muitos adultos. **O município tem quatro cursos universitários, nenhum boteco e nenhum muro pichado** (Revista Veja, 01 set. 1999, p. 132. Edição 1613 “O ex-patinho feio”, por José Edwuard. Disponível em: < <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/32915?page=132§ion=1>).

²²⁸ “Eldorado agrícola” conforme denominação utilizada em “Eldorados Agrícolas em Mato Grosso – Sorriso e Rondonópolis”. MTTV 1ª edição. TV Centro- América/Cuiabá/MT. Cuiabá, 05 de maio de 2004; “Terra prometida” segundo “Sorriso capital da soja – MT celeiro do Brasil”. Revista Interior; “Mato Grosso. A força da soja na terra das oportunidades”. Várzea Grande/MT, fevereiro de 2003. Edição de Lançamento. pp. 25-29 (CUSTÓDIO, 2005).

Como destaca Cerutti (2004, p. 32), essa reportagem pode ser compreendida como uma forma de atrair investimentos para a cidade, portando também a preocupação de moldar uma “imagem de cidade isenta à qualquer situação que possa representar entrave para o progresso desejado. Onde não há ‘botecos’ nos remete à ideia de que todos trabalham, empreendem, não perdendo tempo com demais atividades”.

Custódio (2007, p. 76) analisa criticamente reportagens veiculadas na mídia a respeito dessas cidades, particularmente de Sorriso. Ele cita uma reportagem do jornal Folha de S.Paulo de 2004²²⁹, na qual se afirma que o empregado rural de Sorriso recebia quase 2 mil reais por mês dentre o salário e os bônus em sacas de soja, sem “gastar nada com comida ou moradia”. O modo como o trabalho foi abordado pela reportagem, para Custódio (2007), dando a entender que todos os trabalhadores em Sorriso recebem esta quantia e estão satisfeitos com as condições de trabalho, pode ser entendido como uma estratégia para atrair mão de obra para o município. No entanto, como já afirmamos em relação a outras reportagens e situações de divulgação das cidades na mídia, nem sempre essas reportagens são bem vistas pela elite local por atraírem uma mão de obra pobre julgada em excesso.

Essa generalização preenchida da ideologia do trabalho e de uma estratégica ilusão de que a riqueza pode ser igualmente repartida também está presente na fala do prefeito de Sorriso em 2017, citada em uma reportagem de uma revista local:

Eu tenho orgulho de dizer que na cidade que eu sou prefeito. Tem limpador de piscina que anda de Corolla. Sorriso é assim. Somos uma cidade rica, onde cada pessoa consegue construir uma história de sucesso e viver bem. É preciso que seja cada vez mais assim. Que todos ganhem com a riqueza que produzimos²³⁰.

Outro exemplo é o de uma reportagem divulgada na *GloboNews*, na qual um dos entrevistados relata que não conhecia ninguém desempregado²³¹. Ainda em relação á Sorriso, Custódio (2007, p. 59) citou uma homenagem do jornal local veiculada na inauguração do novo prédio da Colonizadora Feliz, no ano de 2000:

²²⁹ “Sorriso, capital da soja, cresce 13% ao ano”. Jornal Folha de S.Paulo. São Paulo, 14 de março de 2004, p. B 9.

²³⁰ Ari Lafin. Revista “Fortalecendo a economia”. Notícia do estado de Mato Grosso. Edição especial Sorriso 31 anos. Junho 2017. P. 23. Edição especial Sorriso 31 anos.

²³¹ “Disponível em: Sorriso, no Mato Grosso, é a capital do agronegócio” <http://g1.globo.com/globo-news/videos/t/todos-os-videos/v/sorriso-no-mato-grosso-e-a-capital-do-agronegocio/6060044/>

(...) é uma justa homenagem à saga de **um pioneiro que aqui fincou raízes e lutou pelo desenvolvimento até seus últimos dias**. (...) Claudino Frâncio foi o **precursor desse paraíso**, planejando sua urbanização e colonização e a Colonizadora (...) dá **continuidade a esta missão** (...) (grifos nossos).

Em outro material de divulgação da Prefeitura Municipal²³², cujo conteúdo claramente exalta o “pioneirismo”, nota-se o emprego de termos que seguem a mesma linha da citação anterior (“missão”, “paraíso” ...), como “desbravadores” e “trabalho”:

Sorriso nasceu através de um processo de colonização feita principalmente por agricultores do sul do país que por seus **pioneirismos e trabalhos** construíram uma nova região pujante e progressista, atualmente orgulho de uma **nação de desbravadores** (...) (grifos nossos).

Na revista National Geographic Brasil, de maio de 2004, intitulada “A soja faz fortunas no Mato Grosso” há ênfase a Sapezal, com o enunciado: “A odisséia das cidades sojicultoras parece renovar a vocação de Mato Grosso como **um território de destemidos, onde a conquista do sucesso sempre esteve acompanhada de desafios** (grifos nossos)”. A reportagem se encerra com o seguinte trecho:

(...) Plantações e mais plantações, **verde e mais verde, dinheiro e mais dinheiro**. A cidadezinha, que completa meros dez anos, é um fenômeno: **inteiramente planejada**, tem educação e saúde pública de alta qualidade, saneamento básico e água tratada em todas as casas, rede de telefonia com cabos de fibra ótica (...) **o milagre das súbitas conquistas** está nas lavouras sem-fim, sobretudo nas que **prosperam** as vagens viçosas de soja. Fenômeno moderno, dinâmico, Sapezal paira à mercê de mercados internacionais (...) (National Geographic Brasil. “A soja faz fortunas no Mato Grosso”. Edição de aniversário. Maio/2004. p. 26-33).

Essas e inúmeras outras reportagens colocam a mídia, seja local seja nacional, em um importante papel na construção das “representações do espaço” (LEFEBVRE, 2000), que se naturalizam e ganham legitimidade, a respeito dessas cidades-negócio da fronteira mato-grossense. Se a cidade é, nesta linha discursiva, um local onde todos podem prosperar, aquele que não o faz, é fracassado, aquele não soube investir. É essa ideologia do “pioneirismo” e do trabalho que faz um morador e fazendeiro de Primavera do Leste afirmar que: “eu troco de carro

²³² Prefeitura Municipal de Sorriso. “Sorriso – o maior produtor de grãos do Brasil”. Gestão 1997/2000 *apud* Custodio (2005, p. 59).

todo o ano, não importa se o ano foi bom ou não, mas precisa trocar, senão comentam que não foi”. Não somente todos devem enriquecer e prosperar, mas o tempo todo – em uma espécie de obrigação, seguindo os passos daqueles que ali chegaram algumas décadas antes e enfrentaram dificuldades vistas como ainda maiores vinculadas à ausência de infraestruturas e serviços. A ideologia do trabalho (e de que é possível a todos enriquecerem o tempo todo) está, portanto, amplamente presente nas relações sociais dessas cidades.

Neste ideário do “pioneirismo” está implícita uma relação de poder e realização de uma estratégia de classe. A partir do ponto de vista das elites locais e da mídia, define-se o que se pode revelar e o que se deve ocultar, moldando-se uma memória e uma história oficial e hegemônica da cidade, ligada ao ideário do “pioneirismo”, do progresso, do trabalho, do enriquecimento constante para todos. Aqueles que não se inserem nesta lógica – como os pobres, os indígenas, os posseiros, os camponeses – são colocados à margem no discurso oficial. Formam o não dito do discurso hegemônico, reiterando um imaginário e representações que escamoteiam um passado e um presente movido por tensões.

Reconta-se uma história elitizada, sob o viés hegemônico, sem os conflitos, sem o pobre, sem o outro. Refletir sobre a noção do “pioneirismo” coloca, neste contexto, questões relativas ao espaço e ao tempo. As representações do espaço sobre a origem da cidade e ligadas à pujança oriunda do “agronegócio” e da “qualidade de vida” dele decorrente contribuem para moldar uma sociabilidade pautada pela reprodução do capital. É o tempo do trabalho, do dinheiro, do empreender. O espaço é o do negócio e o tempo é o do fazer dinheiro.

As relações sociais que surgem em parcela considerável desta população parecem se vincular a uma ânsia desesperada para reescrever o que aparece como uma página em branco, na qual foram apagados os conteúdos da violência inerente à conformação e monopolização da propriedade privada da terra, marcada pela usurpação do território indígena e da terra do posseiro, bem como extermínio de grande parte dessas populações. Nessa pressa para preencher o que surge como vazio da história, são valorizados elementos de uma memória harmônica, na qual nem todos são lembrados dos processos que envolvem a urbanização e a produção da cidade. Assim, essas cidades têm, como tendência, o ritmo da própria vida ditado por agentes e estratégias hegemônicos – são os “pioneiros” e todos aqueles legitimados por eles, no geral, brancos e ricos, inseridos na lógica capitalista –, reproduzindo uma temporalidade alheia às relações espaciais anteriormente estabelecidas e na qual a pressa do “fazer dinheiro” camufla uma história preta e movida de contradições.

4.2. O cerco aos Xavantes

Aprofundamos neste item um conflito inerente ao avanço da fronteira, envolvendo uma luta do espaço entre desiguais em concepções de tempo e espaço com frequência inconciliáveis. A fronteira é também onde e quando índios, posseiros, grandes empresários, grileiros, latifundiários se encontram e entram em confronto. De um lado, há a “terra para cercar” dos grileiros, fazendeiros e empresários; de outro, a “terra para trabalhar”²³³ dos camponeses e posseiros, ou ainda concepções distintas da terra e do trabalho como ocorre nas sociedades indígenas.

Há uma luta desigual pela conquista do espaço; entre o espaço da sobrevivência e, de outro, o espaço do capital e da sujeição da renda da terra. A fronteira, ao negar o outro (MARTINS, 2014), negou também um outro espaço além daquele subsumido à lógica capitalista, arrasando o que havia e, tendencialmente, eliminando possibilidades de um projeto diferente do que aquele que se estabelecia (como o território indígena e dos posseiros, que questionam, em sua lógica, a propriedade privada da terra).

O papel do Estado – por meio da implantação ou pavimentação de rodovias e instituição de empreendimentos e infraestruturas, somado à execução dos projetos de colonização, agropecuários e de mineração, bem como ao desmatamento por madeireiras, exploração de garimpos e construção de usinas hidrelétricas – alavancou a expropriação e a destruição dos territórios indígenas e suas sociedades. Ao mesmo tempo que a monopolização da terra ganhava força, a atuação de especuladores, colonos, garimpeiros e posseiros acirrava o processo de expropriação dos indígenas e demais comunidades tradicionais de suas terras (MORENO 2007). Com suas terras espoliadas, em uma história de violência e extermínio, os indígenas hoje são vistos como intrusos do próprio território que antes habitavam.

É no avanço da fronteira que o conflito fica mais acirrado: os “pioneiros” que chegaram à região não encontraram um “espaço vazio”, seguindo o que o discurso daquele período pregava. A expansão da urbanização no que seria Primavera do Leste encontrou, logo em seu início, um espaço ocupado pelos Xavantes. A relação com os indígenas é descrita por um dos “pioneiros” da cidade, em uma situação que muito nos remete à relação de escambo estabelecida entre os portugueses e indígenas no Brasil no século XVI: “(...) foi o primeiro cara [indígena Xavante] que eu conheci, o dia que eu desci do avião (...). Não tinha nada ali (...).

²³³ “Uma concepção de antagonismo aí da constatação de que *terra para cercar* é negação de *terra para trabalhar*” (MARTINS, 2014, p. 120. Grifos no original). Essa “terra para cercar” é, ainda utilizando termos de Martins (2014), uma “terra de gado” e “de dono”, impondo a extração da renda da terra e obtenção de capital.

Mas, no meu avião tinha: Coca-Cola, amendoim, leite condensado... E eu acabei de descer (...) tinha meia dúzia... (...) E eles ficaram meus amigos”.

De acordo com Oliveira (1997, p. 250), os Xavantes foram os povos mais atingidos pelo espraiamento da acumulação capitalista rumo ao Centro-Oeste e Norte brasileiro. Era, segundo o autor (1997), no território Xavante em que se concentrava a maioria dos projetos agropecuários e a abertura de fazendas instituídas com incentivos da SUDAM. Um dos maiores escândalos de grilagem de terras envolvendo a Agropecuária Suiá-Missu, de propriedade do grupo Ometto e Ariosto Riva, tinha os seus 700 mil hectares implantados em sua totalidade em território dos Xavante (OLIVEIRA, 1997). A região seria marcada, com a chegada de grandes fazendeiros e grupos empresariais do Centro-Sul brasileiro a partir da década de 1960, pelo conflito entre índios, posseiros e grileiros de terras (OLIVEIRA, 1997, p. 142), culminando, com o passar dos anos, em verdadeiros genocídios e etnocídios.

Atualmente, os indígenas que tinham seu território livre no Mato Grosso estão confinados em terras indígenas, destituídos de parcela significativa de seus meios de sobrevivência ligados à terra, à vida e ao trabalho. A Terra Indígena (TI) mais próxima de Primavera do Leste é a de Sangradouro/Volta Grande²³⁴, demarcada desde 1972 e abrangendo 100 mil e 800 hectares. Embora envolva os municípios Novo São Joaquim, General Carneiro e Poxoréu (Fundação Nacional do Índio, FUNAI, 2016), sua história é permeada por acontecimentos vinculados à Primavera do Leste e seus investidores capitalistas. Além disso, o “núcleo urbano” mais próximo da TI é o de Primavera – e é margeando a Reserva que passa a produção agrícola da BR-070.

A Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande é território de 21 aldeias da etnia Xavante e uma da Bororo. Ao todo, eram 1055 indígenas em 2000 e 882 em 2010 (IBGE, 2010; Instituto Socioambiental, ISA, 2018). Além de Sangradouro/Volta Grande, os Xavantes estão atualmente dispersos em oito terras indígenas, na porção leste do estado de Mato Grosso, em Água Boa, Paranatinga, Campinópolis, Nova Xavantina, Barra do Garças e Alto da Boa Vista (OLIVEIRA, 1997; ISA, 2018).

A Associação Warã Xavante, de acordo com Gonçalves (2012), mostrou, baseada em mapeamento com imagens de satélite, que houve uma fraude feita pelos agentes da FUNAI na demarcação de Sangradouro, o que casou aos indígenas a perda de parcela significativa de suas terras. Segundo material da própria Prefeitura Municipal de Primavera do Leste (2000) e

²³⁴ A comunidade Xavante da Reserva Sangradouro constituiu-se em 1957 a partir de um grupo de dezenove indígenas que estavam na região há seis anos, tendo vindo da Terra Indígena Parabubure (GONÇALVES, 2012).

Oliveira (1997), foram 42.150 hectares na margem esquerda do Rio das Mortes, em área denominada Volta Grande, perdidos com a demarcação Reserva Indígena Sangradouro.

Diante das reivindicações dos Xavante para que o traçado da Reserva fosse retificado, foi criada em 1985, a APROTERRA (Associação dos Proprietários de Terras Vizinhas às Reservas Indígenas)²³⁵, órgão com o objetivo de trabalhar na “defesa dos fazendeiros da região do Projeto Itaquê” (PMPL, 2000). Com a expansão da agricultura capitalista em Primavera e nas cidades próximas, a Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande ficou cercada por plantações, impondo uma série de obstáculos à sobrevivência dos indígenas (**mapa 17**)²³⁶. Desde 1993, os Xavantes buscam uma nova redemarcação da Reserva, uma vez que afirmam que algumas fazendas também estão em terras indígenas.

Mapa 17. Reserva Indígena Sangradouro cercada por plantações

Elaboração: Alcântara, Willian (LANDSAT 8, SIRGAS 2000, UTM 21S, maio 2018)

²³⁵ A APROTERRA teve como presidente Mário Crema, primeiro advogado da cidade e considerado um dos “pioneiros” de Primavera do Leste, onde chegou em 1982. Essa Associação parece ainda existir, tendo sede em Cuiabá (Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/midia/noticia/20267/>>. Acesso em: jan. 2018).

²³⁶ Na medida em que a Terra Indígena ficou cercada por plantações do “agronegócio”, há a perda da biodiversidade como consequência do desmatamento e das queimadas (com o desaparecimento da caça e dificuldades à agricultura), bem como a contaminação de águas superficiais e subterrâneas pelo uso dos agrotóxicos e pesticidas (GOMIDE, KAWAKUBO, 2006). As dificuldades impostas à sobrevivência na Terra Indígena também ficam claras em reportagens divulgadas pelo Instituto Socioambiental. Dentre elas: “Xavantes estão abandonados”, de outubro de 2003 (A Gazeta de Cuiabá. Cuiabá, 10 out. 2003. Disponível em: <<https://ti.socioambiental.org/noticia/9779>>) e “Desaparecimento de índio faz xavantes invadirem 3 fazendas” (Disponível em: <<https://ti.socioambiental.org/noticia/>>. Acesso em: ago. 2016).

O confinamento para as terras indígenas, cujos limites no caso de Sangradouro não foi sequer respeitado, impõe, de acordo com Bernadete Oliveira (2008), uma série de dificuldades às bases materiais de sobrevivência dos indígenas. Situações que ganham dimensão mais dramática considerando que os Xavante são caçadores e coletores, com a plantação desempenhando papel secundário nas suas relações sociais. Em 1999, a necessidade de alimentos levou os indígenas das aldeias Bom Jesus e Marimbu a firmarem, conforme expõe Oliveira (2008), um acordo de “parceria agrícola” com os fazendeiros das proximidades, no qual ficavam com apenas 15 a 20% do que era produzido, não tendo, como garante a Constituição e o Estatuto do Índio, usufruto exclusivo da terra indígena.

Oliveira (2008) destaca que em 1998 mais de 200 hectares localizados a oeste da TI Sangradouro foram desmatados por fazendeiros vizinhos para o plantio de arroz. Pouco tempo após a implantação dessa “parceira”, lideranças de outras aldeias passaram a demonstrar preocupação com o desmatamento e graves impactos ambientais.

Os conflitos na região, cujos fundamentos foram agudizados a partir da década de 1970, continuam ainda hoje envolvendo indígenas e fazendeiros e, esporadicamente, incorporam maior visibilidade. Em Primavera do Leste, este conflito ainda hoje latente ganhou maior dimensão com o provável assassinato de um indígena Xavante por fazendeiros de Primavera do Leste, dando maior notoriedade à violência a que os indígenas foram submetidos.

Foi no ano de 2003 que esse conflito fundiário ganhou maior repercussão, trazendo à tona a fronteira como local do confronto das diferentes concepções de mundo e de sociedade. Gonçalves (2012), a partir de um trabalho etnográfico e antropológico realizado na Sangradouro, detalha a grande repercussão e os desdobramentos envolvendo indígenas desta terra indígena com o filho de um titular de uma propriedade lindeira. Um indígena teria registrado, em abril deste mesmo ano, o desaparecimento de seu pai, Joaquim Maradzuho, de 72 anos, que tinha saído para pescar seis dias antes fora da TI e não tinha retornado. O indígena havia desaparecido em um local que ainda estava para ser demarcado como terra indígena, tal como é indicado no Relatório da VII Caravana de Direitos Humanos²³⁷.

Há alguns meses (02 de abril), um de seus anciãos desapareceu quando foi pescar, justamente no pedaço de terra que ainda está por ser demarcado. Não foi encontrado o corpo, fato de maior gravidade já que os ossos da pessoa morta têm valor importante na cultura da nação. Os resultados das investigações nada revelaram, e os índios, convencidos do envolvimento de

²³⁷ Relatório da VIII Caravana de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/caravanas/a_pdf/8caravana_indigenas.pdf>. Acesso em: fev. 2018.

fazendeiros com o desaparecimento, adentraram uma fazenda vizinha, que fica dentro da terra reivindicada, "apreendendo" equipamentos agrícolas. (Relatório da VIII Caravana de Direitos Humanos p. 27)

Acusando o proprietário Ernesto L. Ruaro – da Fazenda Suspiro e lindeira à TI – de envolvimento com o desaparecimento ou morte de Joaquim Maradzuho, 150 indígenas ocuparam sua fazenda. Os indígenas solicitavam a devolução do corpo e fizeram de reféns os funcionários do local e o proprietário, também se apossando de carros e maquinário agrícola durante cem dias. Segundo reportagens do jornal Folha de Primavera, citadas por Gonçalves (2012), também estavam com vinte carros e maquinários das fazendas Sucupira, Rica I e Rica II. Depois deste episódio, os indígenas ocuparam também outra propriedade, impedindo a colheita de soja.

Gonçalves (2012) dedica um capítulo de sua tese desvendando esse possível assassinato²³⁸ e os pormenores do conflito, tais como a reivindicação de que o local onde foram encontrados objetos do índio desaparecido/assassinado também fosse transformado em Terra Indígena (seguindo tradição Xavante), envio de tropas de choque pelo então governador do estado de Mato Grosso Blairo Maggi à cidade e às fazendas, criação de “patrulhas rurais” financiadas pelo sindicato rural e governo estadual, instauração de um comitê pelo governo estadual para acompanhar os conflitos fundiários do estado, e, por fim, diversas reuniões envolvendo empresários, políticos locais, governador Blairo Maggi, representantes do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, FUNAI, Polícia Federal, Ministério da Justiça, Casa Militar e Secretaria Estadual de Justiça e Segurança.

Uma reunião em Brasília com representantes da FUNAI e 18 caciques resultou em um acordo de que os Xavante não iriam mais ocupar fazendas lindeiras à TI, devolveriam os maquinários e, em contrapartida, a FUNAI enviaria uma equipe técnica para considerar a possibilidade de alteração no traçado da TI. Esse “protocolo de Intenções de 29 de agosto de 2003”, firmado entre o governo estadual de Mato Grosso, os municípios de General Carneiro, Novo São Joaquim e Poxoréu – que abrangem a TI Sangradouro – com o Sindicato Rural de Primavera do Leste ficou conhecido como “acordo de paz”. Tinha como objetivo, segundo a

²³⁸ Segundo reportagem da Anistia Internacional, “a tensão entre os índios Xavante e os proprietários atingiu níveis críticos, e a Anistia Internacional recebeu a informações de que os jovens da tribo Xavante estão em ‘pé de guerra’”. (Action Urgente 216/02 – Amnesty Internacional. Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/.../amr190122002fr.pdf>). Se, por um lado, o documento da Anistia Internacional aponta registros de que o corpo do índio havia sido encontrado por seu sobrinho (tendo sido depois retirado e do local inicial e ocultado por fazendeiros), a investigação da Polícia Federal concluiu, por outro lado, que o desaparecimento “era resultado de uma disputa interna entre os Xavante”. Citada por Gonçalves (2012), a antropóloga Mariana Kawall Leal Ferreira conta em detalhes, a partir de atividade de desenho de crianças Xavante como teria sido o assassinato e o desenrolar do conflito (*The color red fighting with Flowers and Fruitsin Xavante Territory, Central Brazil*. Indiana, Berlin, n. 21, p. 47-62, 2004).

Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, implantar ações para a “paz e o bem-estar social a todos”, a “melhoria da qualidade de vida das populações indígenas” e da “relação entre índios e produtores rurais” (GONÇALVES, 2012, p. 168).

Contudo, resolvia a situação dos fazendeiros sem beneficiar os indígenas. Contemplando uma ampla resistência dos fazendeiros e do Sindicato Rural para a instituição do grupo de trabalho que estudasse a revisão da demarcação da TI Sangradouro – como demonstra o VIII Relatório da VIII Caravana de Direitos Humanos – a correção dos marcos estabelecidos legalmente em 1972 bem como a proposta de sua extensão até a TI Parabure (em Campinápolis) estendendo a reserva até o município de Novo São Joaquim (alcançando o Parque Nacional Xingu) já era anterior a 2003. Não foi, portanto, como tratado pela mídia local, um simples instrumento de barganha para a devolução do maquinário aos fazendeiros.

Essa negociação que ficou conhecida como “acordo de paz” também previa a assistência à produção agrícola realizada na TI. Indicada como consenso entre os indígenas pelo jornal Folha de Primavera, segundo Gonçalves (2012), esse “auxílio”, segundo o relatório da Comissão dos Direitos Humanos, contou com o apoio apenas alguns caciques, que teriam sido coagidos pelos proprietários e pelo governo do estado de Mato Grosso²³⁹. O Relatório da Caravana de Direitos Humanos destaca que foi uma proposta do governo Blairo Maggi, que “visitou área e propôs um plano de parceria agrícola dos fazendeiros com os índios, desde que eles abrissem mão da demarcação de suas terras”. Segundo esse documento, a proposta de “parceria” mascara ainda a pressão dos produtores pelo arrendamento das terras indígenas aos fazendeiros, bem como para a abertura de uma estrada para escoar a produção de soja dentro da própria TI.

O desaparecimento/assassinato do indígena foi divulgado no decorrer de sete meses pelo jornal Folha de Primavera. Após anos, o desaparecimento do indígena não foi efetivamente esclarecido, tendo sido abafado pela mídia e por parcela da população. A cobertura da mídia nacional e jornais locais foi pequena, ao passo que foram 66 artigos do Instituto Socioambiental

²³⁹ O cacique Alexandre, que defendeu publicamente o acordo nos jornais locais, afirmou em audiência pública para negociar o fim do conflito, que “...os fazendeiros falaram que se tiverem de sair de suas terras vai ter guerra e não vão admitir que os índios fiquem com elas. Se isso acontecer meu povo vai lutar e eu não quero meu povo massacrado, por isso quero paz, então renunciei a demarcação das terras para viver em paz com os vizinhos, vamos plantar com equipamentos para não ter mais fome na aldeia...” (Relatório da VII Caravana de Direitos Humanos, p. 20). No mesmo relatório, também é citada a fala de Lucuas Ruri’ô, lembrando que “não se pode arrendar a honra e a liberdade” e que “a tecnologia não pode servir para que o branco imponha valores aos índios”. E ainda que “a monocultura pode enfraquecer o espírito e o corpo Xavante. A comunidade não tem como imaginar o efeito da promessas feitas pelos fazendeiros” (p. 21). Essas declarações demonstram como os índios foram coagidos e tiveram pouca voz no processo de negociação. Além de ficar clara a situação de falta de apoio e mecanismos para a própria obtenção de alimentos e sobrevivência em que estavam os Xavantes, as lideranças que foram a favor da “parceria” em fala da audiência pública receberam no dia seguinte a doação de maquinários agrícolas por parte dos fazendeiros (VIII Relatório da Caravana de Direitos Humanos).

apenas sobre este caso, entre abril de 2003 e maio de 2004, envolvendo o desenrolar do acordo entre indígenas e fazendeiros que culminaram no denominado “acordo de paz” (GONÇALVES, 2012).

Gonçalves afirma que a pesquisa do acervo documental do jornal Folha de Primavera, no qual foram veiculadas a maioria das situações envolvendo este conflito, permite inferir que se tratava de uma “luta por recursos, uma luta de sobrevivência, que afetava as populações de dezessete aldeias” (2012, p. 173). Outros casos envolvendo os Xavante da TI Sangradouro com membros da ASPRIM (Associação dos Produtores da Grande Primavera do Leste) também são relatados pelo autor (2012). Embora seja um caso abafado e pouco comentado na cidade, determinadas situações de conflito parecem fazer alusão a 2003 e ao conflito fundiário, com ameaças com maior ou menor repercussão, oriundas de boatos ou não, de “invasão de cidade”. Em 2017, após o assassinato de um indígena no loteamento Primavera III, a manchete do jornal local no dia seguinte era: “Cacique afirma que não invadirá Primavera por morte de índio”. Haveria, segundo a reportagem, boatos em redes sociais²⁴⁰. Em 2016, o jornal local também divulgava informações sobre uma possível “invasão de índios à cidade”²⁴¹.

Os Xavante são vistos por muitos moradores de Primavera do Leste como “violentos”, em uma clara inversão dos processos históricos ao serem considerados “invasores”, após terem sido expulsos de seus territórios e confinados a locais nos quais enfrentam inúmeras dificuldades à sobrevivência e a manutenção de suas relações culturais e de sociabilidade.

Esporadicamente, utilizam bloqueios da BR-070 e cobranças de “pedágios” como uma de suas táticas para chamar a atenção do Estado ao atendimento de suas demandas. Dentre elas, o fornecimento de alimentos, água potável e energia elétrica. O fato de bloquearem a rodovia, provavelmente como uma das últimas alternativas para chamar atenção à urgência de determinada situação, faz com que sejam malvistas por parcela dos caminhoneiros ou da população de Primavera do Leste que utiliza a rodovia. Esse conflito entre os primaverenses e os indígenas foi retratado no relato de um indígena Xavante ao jornal A Gazeta de Cuiabá: “Primavera é uma cidade que está crescendo muito, mas discrimina os índios. Nós somos consumidores lá e dizem que não gostamos de trabalhar. Porém, não temos subsídios do governo, máquinas e não demarcamos limites com cercas como o branco (...)”.

O conflito, enquanto conteúdo da fronteira, mantém-se latente. Há, como se nota atualmente, uma inversão total no discurso e de quem é o invasor das terras, em uma tentativa

²⁴⁰Disponível em: <<http://www.jornalodiario.com.br/primavera-do-leste/noticias-de-pva-do-leste/cacique-garante-que-nao-invadir-primavera-por-morte-de-indio/124725>>. Acesso em: set. 2017.

²⁴¹Disponível em: <http://www.matogrossonews.com.br/paginanoticias_b.php?codigo=15923&pagina=Primavera%20do%20Leste&categoria>. Acesso em: set. 2017.

de vitimizar os próprios proprietários e empresários (com frequência, também grileiros) em relação aos indígenas²⁴².

4.3. Pobreza tolerada e espaços controlados

Os profundos desdobramentos do modo pelo qual houve a dominação privada da terra no território mato-grossense diante do contexto mais geral da acumulação capitalista ilumina o que a segregação espacial tem de específico nestas cidades. Trata-se do lado mais perverso do monopólio fundiário e imobiliário dessas cidades, que se manifesta na população expropriada das mínimas condições de sobrevivência. Essa parcela mais pobre da população não é considerada bem-vinda pelos donos da cidade ou por aqueles que passam a ter a “legitimidade” para morar e pertencer à cidade. Foi, no geral, desde o início da implantação desse conjunto de cidades “inventadas” no avanço da acumulação capitalista, malvista à realização de um modelo de cidade empreendido pelas colonizadoras e pelos “pioneiros”.

O que escapa à lógica da acumulação capitalista e à homogeneidade imposta e reproduzida nestas cidades não é, tendencialmente, tolerado. A população mais pobre, no geral trabalhadores temporários habitantes das periferias, busca sobreviver em meio às irrisórias possibilidades de apropriação. Esse conjunto de moradores é geralmente considerado um inconveniente à imagem de uma cidade mostrada como rica e próspera.

A segregação espacial e as diversas nuances da vida cotidiana são facetas cujos conteúdos ainda podem ser amplamente investigados e estudados nessas cidades dinamizadas pela agricultura capitalista. Nesse sentido, podemos nos perguntar: qual o conteúdo das periferias nessas cidades e o que apresentam de particular? Se por um lado o movimento de valorização do espaço produz e reproduz periferias, por outro, nestas cidades conhecidas pela pujança do “agronegócio” há elementos específicos que devem ser elucidados.

A pobreza permitida é aquela que deve permanecer escondida nos locais distantes e controlados. Nessas cidades, “há a produção controlada e planejada de guetos pobres geralmente à margem da rodovia e/ou nos extremos da cidade, ligados a uma população ‘tolerada’ enquanto prestadora de serviços básicos (...)” (VOLOCHKO, 2013, p. 33). As

²⁴² Caso emblemático de inversão da ordem do direito sobre a terra é o site “Questão Indígena: denuncie um indígena” criado por fazendeiros de Mato Grosso. O site servia aparentemente para que fossem feitas “denúncias” dos agricultores capitalistas a respeito do que denominava de “problemas”: “criação de terras indígenas”, “ampliação de terras indígenas” ou “invasão por índios”. Disponível em: <<http://www.questaoindigena.org/p/mapa-do-conflito.html>>. Acesso em: jul. 2015.

periferias nessas cidades articuladas mais nitidamente à agricultura capitalista contam com um controle e um planejamento mais incisivo por parte do Estado, abrigando uma “pobreza tolerada” apenas como mão de obra barata, em determinados locais e horários – em usos do espaço e do tempo controlados e vigiados. Os conjuntos habitacionais destinados à população de menor renda localizam-se em geral nestas cidades do outro lado das rodovias em relação ao centro, ou então próximos aos distritos industriais, atrás de silos ou armazéns. Distantes, portanto, dos olhares dos demais habitantes (**figura 68**).

Figura 68. Loteamento Primavera III em maio de 2012

A abertura do loteamento começou pelas ruas à direita da imagem, onde há uma maior concentração de casas. À esquerda, ruas ainda sem asfalto e lotes sem construções. Ao fundo da imagem, plantações. À direita, avenida Califórnia. Autoria: Eduardo Cidade, 2012. Fotografia disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1577509>>. Acesso em: jul. 2016.

Na medida em que os novos loteamentos em Primavera já são entregues com infraestruturas, há uma valorização ainda maior dos terrenos e imóveis, o que tende a dificultar mais o acesso da população mais pobre a um local para morar: mesmo que na periferia e mesmo que provisoriamente. Há mil e duzentas casas do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida²⁴³ que compõem esta periferia “controlada” em Primavera do Leste, em conjuntos

²⁴³ O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), implantado em 2009 no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010), foi anunciado com o objetivo de buscar amenizar o déficit habitacional brasileiro por meio da construção de conjuntos de moradias que contam com duas modalidades de financiamento habitacional: o Fundo de Arrendamento Residencial e o Fundo de Desenvolvimento Social. Na primeira, os empreendimentos são executados por construtoras; na segunda, por entidades sem fins lucrativos. Segundo dados do Governo Federal, foram construídas 2,6 milhões de unidades habitacionais nas duas primeiras fases do Programa. A terceira fase, lançada em março de 2016, tem como meta implantar 2 milhões de residências até 2018 (Ministério de Desenvolvimento Social, 2016). O MCMV, como indicam diversos estudos – dentre eles, o de

habitacionais nos loteamentos de Primavera III (conjunto Padre Onesto Costa), e Tuiuiú (residencial Guterres). Localizados respectivamente a 8 km e 6 km do centro, não estão próximos dos serviços e infraestruturas urbanos, além de contarem com um transporte público precário.

A maioria das casas nesses conjuntos foi destinada a pessoas cuja renda familiar mensal era de até dois salários mínimos, o que nos indica uma grande demanda ao financiamento habitacional oriundo da parcela mais pobre da população atendida pelo Programa. Segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação, publicados no jornal O Diário, havia, em 2017, 7.891 famílias cadastradas e aptas a participar dos sorteios para os programas habitacionais do município via Minha Casa Minha Vida. Além disso, também havia 3.000 cadastros com irregularidades. Tais números, que ultrapassam um quinto da população municipal, reiteram a existência dessa imensa demanda por moradia no município²⁴⁴.

Esses conjuntos habitacionais nas periferias constituem-se contraditoriamente em um espaço estratégico: ao mesmo tempo que o Estado garante minimamente que parcela da população incluída precariamente na dinâmica da acumulação capitalista tenha condições mais dignas de habitação, também são asseguradas as condições para existência dessa pobreza escondida e funcional à reprodução do capital, em um espaço controlado e delimitado.

São as próprias estruturas da questão agrária brasileira que explicam a expropriação pelas condições de trabalho e ausência das possibilidades de sobrevivência desses migrantes em seus estados de origem, assim como as dificuldades para se inserirem, mesmo que precariamente, na dinâmica do chamado “agronegócio”. O discurso de “cidade de luxo graças à riqueza do agronegócio”, de acordo com a já citada reportagem da TV Globo, contribui para ocultar as consequências de uma produção de um espaço tornado mercadoria e destinado primordialmente para atender às exigências da continuidade da acumulação capitalista. A reprodução desses capitais mediados pelo dito “agronegócio”, cada vez mais ligados à escala mundial e ao âmbito financeiro, tem drásticas implicações no nível do lugar e gera necessariamente uma população expropriada das condições básicas de sobrevivência, produzindo e reproduzindo periferias. De acordo com Volochko (2013, p. 24), “esconder a pobreza” torna-se fundamental em cidades que também se colocam como “centralidade

Volochko (2011) e Santos (2015) – está mais próximo de um programa de financiamento para dinamizar a economia do que de um programa habitacional, no qual importantes metas do Programa Nacional de Habitação são desconsideradas e as demandas dos movimentos de moradia frequentemente deixadas de lado. Se o MCMV pode se constituir em um possível caminho para o acesso à moradia para famílias que não a obteriam de outra forma, também é um mecanismo para reprodução dos negócios imobiliários, principalmente nas periferias das cidades, constituindo-se em um elemento que leva à intensificação do processo de segregação.

²⁴⁴Disponível em: <<http://www.jornalodiario.com.br/primavera-do-leste/exclusivo-para-assinantes/casas-do-residencial-feliz-natal-foram-emprestadas-para-moradores/121568>>. Acesso em: abr. 2018.

ideológica, no sentido de ser uma ‘vitrine’ e um ‘modelo’ para o desenvolvimento urbano e, sobretudo, urbanístico”.

Há aqui um aspecto contraditório da reprodução do capital: muitos dos moradores dos conjuntos habitacionais nos loteamentos Primavera III e Tuiuiú ou da favela da BR-070 trabalham em atividades ligadas direta ou indiretamente à agricultura capitalista, exercendo trabalho braçal e mal remunerado em secadoras de sementes e armazéns ou na limpeza de máquinas. É também comum a força de trabalho masculina ser destinada à construção civil e a feminina às atividades de limpeza e faxina, tanto em serviços domésticos como em auxiliares de empresas. Em empregos precários e informais, esses trabalhadores submetem-se a jornadas exaustivas de trabalho e a horários noturnos (como no caso da Granja Mantiqueira, na qual há um turno das 3 às 9 horas da manhã).

Esta última parte da tese desvela algumas das relações sociais concretas de uma parcela da população que é não somente “empurrada” para as periferias, mas da própria cidade, em um processo no qual, por meio de diversos mecanismos coercitivos e repressivos, a própria permanência em espaços públicos lhes é negada. A produção do espaço urbano primaverense e de suas representações do espaço (cidade com qualidade de vida, onde tudo e todos prosperam) consolidou ao longo do tempo uma legitimidade de quem deve morar na cidade, negando, como tendência, o urbano como concentração das possibilidades e das diferenças.

Como vimos, nessas cidades o peso da propriedade ocorre de modo bastante acirrado, uma vez que ela está ainda mais concentrada e seu acesso ocorre de forma restrita. A partir do que investigamos em trabalhos de campo, pode-se afirmar que houve uma pesada ingerência nos processos de hierarquização do espaço pelos “pioneiros” e pelas colonizadoras, impondo tendencialmente espaços mais e menos valorizados, espaços para abrigar uma população rica e aqueles para “esconderem” a população pobre. Segundo Cerutti (2004, p. 23), as antigas colonizadoras, hoje atuando na forma de incorporadoras, construtoras e imobiliárias, exercem um forte “controle sobre a propriedade e a população, distribuindo no espaço quem migra ou expulsando aqueles que os responsáveis pelas empresas de comercialização da terra consideram como indesejáveis”.

Como detalharemos e segundo ressalta Guimarães Neto (2002, p. 161), a dominação social nesse conjunto de cidades ocorria tanto por procedimentos de controle explícitos vinculados principalmente a regular a mão de obra quanto implícitos “interiorizados nos comportamentos e atitudes”. Em relação à parcela pobre da população submetida a uma série de dispositivos disciplinares e práticas de vigilância e de monitoramento, a autora afirma que

as cidades eram os centros geradores das políticas de controle, por meio da “escola, da igreja, dos espaços comuns de recreação, da prática econômica, de um cotidiano marcado pela experiência do trabalho, das prisões, e, fundamentalmente, difundiam as várias mensagens – do governo, do patrão, da igreja, do colonizador”. Para a autora, “os núcleos de colonização, transformados em cidades num abrir e fechar de olhos” desempenhavam um papel fundamental em relação ao poder econômico (com a expansão territorial capitalista) e ao poder político, com a “organização e o estabelecimento da ordem pública” (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 162).

Neste sentido, enfatizando diversas práticas de vigilância e de monitoramento sobre a população mais pobre de Primavera do Leste, Cerutti (2004) ressalta a existência de uma “triagem” realizada na década de 1990, nas palavras do próprio prefeito da cidade, para decidir, dentre aqueles de menor renda, quem poderia e deveria morar em cada bairro. Em lugares mais distantes do centro da cidade²⁴⁵, loteamentos inteiros foram cedidos ou vendidos a preços mais baixos, alguns subsidiados pela prefeitura ou projetos estaduais ou federais de habitação, para abrigar a população de menor renda²⁴⁶. O autor destaca ainda que esta prática de “triagem” contou com o apoio e a participação de instituições (como a Secretaria de Assistência Social), empresários e Igreja Católica. Não por acaso, alguns dos loteamentos mais afastados do centro e marcados pela predominância de menor renda contam com nomes de santos católicos (como São José e São Cristóvão), resultado das ações da Igreja Católica empreendidas na década de 1980 na distribuição e encaminhamento dessa população pobre que migrava para a cidade (CERUTTI, 2004).

Situação semelhante ocorreu em Sorriso. O loteamento São Domingos foi, de acordo com Custódio (2007), uma doação da Prefeitura Municipal com a justificativa, segundo divulgado em jornal local, de “evitar o aparecimento de favelas na periferia, pois muitos trabalhadores não estavam conseguindo adquirir um lugar para morar” (CUSTODIO, 2005, p. 74). Assim, além da determinação dos próprios proprietários e donos das cidade no modo de aquisição dos lotes, de seu preço e de seu tamanho, criando loteamentos com padrões homogêneos, há um forte papel do Estado e demais agentes na distribuição da população mais pobre em loteamentos específicos.

²⁴⁵ A própria noção de “centro da cidade” nessas cidades implantadas rapidamente na reprodução da fronteira deve ser relativizada, uma vez que é essencialmente onde se concentra a maior parte dos serviços e infraestruturas (não sendo, portanto, necessariamente onde os habitantes guardam referências espaciais, historicamente produzidas conforme as possibilidades de apropriação).

²⁴⁶ “Uma das metas de Piana [sobrenome do Prefeito] sempre foi assistir os menos favorecidos pela sorte e como prioridade de promover o bem-estar social, criou o departamento de Ação Social, que teve como prioridade o serviço de triagem de carentes [...]”. Esse serviço de triagem teve como um dos seus objetivos distribuir em espaços específicos a população pobre que migrava e migra para Primavera do Leste (CERUTTI, 2004, p. 28).

Além de engendrar uma dificuldade ainda maior das pessoas de menor renda para o acesso à moradia, o acirrado domínio sobre a propriedade por poucos donos, em um processo que se desdobra em loteamentos homogêneos e destinados a uma parcela específica da população, constitui-se em um dos elementos ainda pouco estudados dessas cidades que aparecem, no discurso, como “vitrines do agronegócio”.

4.3.1. A estigmatização dos “pés-inchados”

A vigilância, monitoramento e violência sobre a população pobre são ainda mais evidentes quando se trata dos moradores de rua. Com frequência desempenhando atividades temporárias e precárias nas fazendas da região, representam corpos cuja permanência na cidade e visibilidade é reiteradamente negada por aqueles dotados da legitimidade para habitá-la. Assim, mecanismos coercitivos que existiam desde o início da reprodução da fronteira e empreendidos pelas colonizadoras ou empresários, ainda hoje se prolongam em uma tendência de controle a respeito de quem mora na cidade, em quais loteamentos e quais práticas socioespaciais podem exercer.

Cerutti (2004) aborda em sua dissertação, por meio de entrevistas e análises de reportagens em jornais locais de Primavera do Leste como “Folha do Sul” e “O Diário”, a maneira pela qual a população mais pobre e migrante é vista pelos considerados “pioneiros” da cidade. O autor seleciona uma série de reportagens que demonstram como a mídia local, representando interesses de determinados grupos sociais, classifica os moradores de rua e trabalhadores temporários como “indesejáveis”, desempenhando papel fundamental na difusão de determinadas percepções em relação à população mais pobre.

Também chamados pejorativamente de “pés-inchados” ou “andarilhos” – em expressões que fazem referência aos trabalhadores braçais, pobres ou desempregados, muitos deles moradores de rua – permanecem ou frequentam os espaços públicos urbanos. A expressão “pés-inchados” é comum, segundo Guimarães Neto (2003), para se referir aos trabalhadores que desempenham tarefas sem vínculo empregatício da agricultura capitalista, principalmente nas fazendas de soja e de algodão, bem como em empreitadas de desmatamento e limpeza dos terrenos em locais relativamente próximos dos núcleos urbanos²⁴⁷. Estão usualmente em busca,

²⁴⁷ Como citado pela historiadora Guimarães Neto (2009), alguns trabalhadores em entrevistas mostraram refutar este termo que lhes é atribuído, colocando-os, em uma conotação negativa, mais próximos de desocupados e de bêbados do que de trabalhadores.

de cidade em cidade, de estrada em estrada, de novos trabalhos temporários. Quando permanecem em determinados locais das cidades, como praças e rodoviárias, sofrem práticas de repressão policial ou de vigilância.

No caso de Primavera do Leste, os moradores de rua, pejorativamente denominados de “pés-inchados”, concentram-se notadamente na praça central da cidade, na rodoviária, nos arredores do posto Barril e do posto 2000, na praça do monumento São Cristóvão e nos arredores do cruzamento da Av. Porto Alegre com a Rua Rio de Janeiro. São estigmatizados pela mídia local e por grande parte da população, usualmente representados e classificados nos arquivos oficiais como personagens “acomodados”, “alcoólatras”, “viciados”, “criminosos”, naturalmente “violentos” e “vadios”.

Entre os anos 1999 e 2000, em reportagens veiculadas no jornal O Diário e Folha do Sul, houve uma abordagem exaustiva da questão²⁴⁸ expondo de maneira profundamente depreciativa esse grupo de trabalhadores, de modo a desqualificá-los como detentores da legitimidade para permanecer ou trabalhar na cidade (CERUTTI, 2004). Como afirma o autor (2004, p. 37) a respeito dos moradores de rua em Primavera do Leste, há uma:

(...) construção simbólica de que não trabalham porque não querem e que são pobres e porque são preguiçosos (...). A explicação de que são pobres porque são vagabundos – não querem trabalhar –, somada à de que são alcoólatras, é freqüentemente usada pelos moradores de Primavera do Leste para justificar a situação de pobreza em que se encontram os trabalhadores que circulam pelas ruas e fazendas de Primavera do Leste.

Algumas das reportagens do jornal Folha do Sul (que circulava semanalmente em Primavera do Leste), citadas por Cerutti (2004), claramente transparecem a visão pela qual esse grupo de trabalhadores é visto por parcela da população local:

A maioria dos primaverenses já se acostumou a conviver com pessoas **maltrapilhas e embriagadas** – os pés-inchados. Eles são andarilhos. Pessoas que vieram de várias partes do país. Sem ter onde morar acabam pelas calçadas, pelas ruas e logradouros públicos. Geralmente **são maltrapilhos**,

²⁴⁸ Segundo manchetes transcritas por Cerutti (2004) publicadas no jornal O Diário e de forma acentuada nos anos de 1999 e 2000: “Andarilho bêbado perturba culto religioso”; “Andarilho é detido com maconha”; “Andarilho bêbado perturba moradores”; “Albergado é morto a pauladas no Centro”; “Homem é espancado por andarilhos”; “Briga de desocupados vira tentativa de homicídio”; “Andarilhos voltam a preocupar população”. Declarações da Secretária de Bem-Estar Social da Prefeitura do Primavera do Leste também foram veiculadas neste jornal e mostram tentativas de controle sobre os espaços públicos da cidade: “Não será permitida a presença de andarilhos acampados embaixo de árvores. Quem não quiser ir para o albergue, na cidade não vai ficar” (2 fev. 2000); “Iniciaremos as atividades em março com a acolhida de todos os andarilhos que se encontram nas ruas de Primavera” (23 fev. 2000).

vivem embriagados, são violentos e sobrevivem da solidariedade das pessoas. (“‘Pés inchados’ já fazem parte da população”. Folha do Sul, Primavera do Leste, 5 out., 1999, p. 5. Grifos nossos).

(...) a maioria dos pés-inchados sai de suas terras natais à procura de emprego, vêm para Primavera em função da fama da cidade progressista, (...) **peessoas acomodadas que preferem beber o dia todo, e pedir quando quiser comer a ter que trabalhar.** Uma moedinha ou outra eles sempre arrumam para comprar a pinga, o alimento que não pode faltar (...) No pátio do terminal rodoviário eles **comem, bebem, brigam, bebem, jogam baralho, bebem, dormem e assim por diante** (“Pés inchados já fazem parte do cartão postal de Primavera”. Folha do Sul, 5 de maio de 1999. Grifos nossos).

Em movimento que pode ser extrapolado para outras reportagens, esses trabalhadores são representados como pessoas que parecem optar por não trabalhar, beber e utilizar drogas, sendo naturalmente “perigosos”, “preguiçosos”, propensos à violência e aos mais diversos vícios. No discurso, são alheios e estranhos a uma cidade composta, no discurso, por ricos e por empreendedores. Vale destacar que os editoriais e reportagens desses jornais locais representam grupos, seja dos patrocinadores, seja dos próprios autores das matérias amparados pela opinião de parcela da população e empresários, geram representações que produzem e reproduzem preconceito e medo.

Na visão das elites, em última instância, os “pés-inchados” devem, inclusive, sair da cidade. Segundo trecho de um editorial de jornal local em 2000, coloca-se como “alternativa”: **“proibir a permanência na cidade** caso não queiram ser encaminhados para a instituição [albergue] (...). Além de uma série de perigos a que a sociedade fica exposta, há uma série de fatores que eles acarretam (grifos nossos)” (Folha do Sul, Primavera do Leste, 21 jan. 2000). A expulsão dessa parcela da população da cidade mostra a preocupação que a pobreza (principalmente quando nítida nos locais públicos da cidade, esporadicamente envolvendo moradores de rua pedindo dinheiro e comida) causa às classes mais abastadas (formada pelos “pioneiros”, oligarquias econômicas e políticas e novos investidores).

São inúmeras as práticas de controle em relação a quem pode permanecer na cidade e aqueles que devem ser expulsos. Esses mecanismos elencados por Cerutti (2004) procuravam assegurar interesses de classe dos donos da cidade (e aqueles por eles legitimados), que veem os “pobres” como “ameaça” não somente a uma hipotética violência, mas também uma ameaça à representação de uma “cidade vitrine”.

(...) pode-se perceber também o incômodo que os trabalhadores pobres expostos na entrada da cidade causam para quem busca construir a imagem da assepsia e da civilidade. Colocam-se em certos lugares estratégicos, ou seja, ficando expostos a quem transita pela cidade. Corpos que incomodam e

intranquilizam os que querem disciplinar e controlar os espaços produzidos e ocupados sob a tutela de proprietários. Homens e mulheres pobres que desafiam o próprio poder de compra proporcionado pela riqueza, pois mesmo “mandados embora, voltam” (CERUTTI, 2004, p. 32).

Os moradores de rua que estão próximos ao posto 2000 (às margens da MT-130, sentido Paranatinga) (**figura 69**) relatam que aquele é um dos únicos lugares da cidade em que “não apanham da polícia”. Segundo um morador de rua desde 2002, quando eles ficam em áreas centrais (especificamente nas proximidades do Posto Barril, do Posto Alvorada ou da Feira Municipal), a “polícia bate neles quando estão dormindo e depois leva para longe”.

Figura 69. Moradores de rua e trabalhadores em Primavera do Leste

Moradores de rua dormem nas proximidades do posto 2000 e da borracharia Pneus Chapecó, em local próximo à MT-130, sentido Paranatinga. Foto de Talya Cristina Vasconcelos. 20 de set. 2015.

Na **figura 70**, há uma situação que ocorre predominantemente os domingos (com menos vigilância) em Primavera do Leste, quando moradores de rua e trabalhadores temporários chegam a utilizar uma barraca de acampamento na praça central da cidade.

Segundo moradores de rua com quem conversamos em abril de 2018 e também de acordo com relatos de alguns moradores de Primavera do Leste, uma prática adotada pela Prefeitura de Primavera do Leste e por aquelas de cidades vizinhas, é a cessão de passagens para os locais de origem dessas pessoas. Contudo, um dos problemas é que as passagens cedidas – se efetivamente desejadas por esses moradores de rua e trabalhadores temporários e não se configurarem como um mecanismo forçado de expulsão do núcleo urbano –, são frequentemente somente até a cidade vizinha. Desse modo, muitos que não conseguem ir mais adiante e acabam também voltando. Um dos moradores de rua que conhecemos em abril de 2018 chegou a ir várias vezes para Campo Verde, com passagens cedidas, “mas sempre mandavam ele de volta”.

Fig. 70. Moradores de rua e trabalhadores na praça central da cidade

Moradores de rua e trabalhadores temporários na praça central da cidade em uma manhã de domingo. Alguns deles haviam acabado de trabalhar limpando terreno na Colônia Russa e estavam a caminho de Rondonópolis. À noite, pretendiam ir para posto Barril. As marmitas foram distribuídas como parte de um projeto social de uma igreja. 11 mar. 2018. Foto da autora.

Em 1999, segundo o jornal *O Diário* de 26 de fevereiro, esta prática era realizada amplamente. De forma claramente pejorativa, o jornal afirma: “cada vez que a polícia local se une com a prefeitura para pagar passagem de volta a alguns destes desocupados, são ‘despachados’ uma média de sessenta pessoas”. Outra reportagem de 1996, também selecionada por Cerutti (2004) e vinculada a essa prática que pode por vezes estar vinculada um escuso mecanismo de expulsão da cidade, deixa claro essa mesma perspectiva:

(...) na tentativa de solucionar o problema e dar mais tranquilidade à população, a polícia civil deteve um bom número de “pés- inchados”, deu passagem a cada um deles e mandou de volta à sua cidade de origem. Cada remessa que vai, vários pés-inchados chegam e rapidamente a cidade fica cheia (*O Diário*, 28 de out. de 1996, p. 6).

No geral, muitos desses moradores de rua são do Maranhão e trabalham temporariamente em fazendas ou na construção civil. Vale destacar duas das entrevistas com esses moradores de rua, realizadas em abril de 2018. Um deles estava próximo à praça central da cidade. Ele é da Bahia, estado de onde saiu em 1992. Antes de Primavera do Leste, estava em Rondonópolis. Segundo ele, durante 45 dias limpando terreno recebeu 2 mil reais. Deixa

seus pertences no guarda-volumes da rodoviária, onde também toma banho. Naquele momento, estava “sem destino”, aguardando “a colheita”.

Já outro morador, de 38 anos, é motorista de carreta em uma fazenda. Ele, que trabalha há dez anos na mesma fazenda, estava na rua domingo à noite no bairro Castelândia, próximo à rodoviária, porque tinha “levado um gancho”. Essa é uma expressão comum, e similar àquela empregada coloquialmente no futebol, para se referir a uma expulsão que trabalhadores recebem e são obrigados a ficar fora da fazenda (onde trabalham e geralmente moram nos alojamentos). Como nos informou uma ex-cozinheira de uma fazenda, esta é uma prática recorrente. Esses “ganchos” ocorrem como uma saída dos donos das propriedades para evitar questões trabalhistas e nos períodos em que há maior fiscalização do Ministério do Trabalho. Esse trabalhador, em sua segunda vez que ia para a rua devido a esse tipo de suspensão na fazenda, estava claramente triste e indignado. Procurando possivelmente se afirmar como um “trabalhador” e não como morador de rua, também fez questão de mostrar sua identidade e sua carteira de trabalho.

À visão depreciativa moldada pela mídia local em relação aos trabalhadores braçais e moradores de rua, também somavam-se mecanismos de domínio do espaço como prisões por vadiagem até os anos 2000, uma prática utilizada na ditadura militar brasileira para prisões sem qualquer outro fundamento legal. Retirando dos espaços públicos e tirando a visibilidade do que aos olhos das elites desponta como incômodo ou ameaça.

Ao analisar boletins de ocorrência registrados na Polícia Militar e Civil de Primavera do Leste, Cerutti (2004) afirma que a maioria das ocorrências policiais envolvendo população moradora de rua eram casos de prisão por “vadiagem” (considerada crime até 2012)²⁴⁹: foram 10 e 31 casos registrados, respectivamente, em 1996 e 2000. O autor (2014) coloca o aumento dos casos de vadiagem registrados nestes dois anos inclusive como um aumento da repressão policial resultado da construção social divulgada pela mídia local a respeito dos “pés-inchados” ou dos “andarilhos”.

Por fim, o albergue municipal Beata Úrsula, concluído no final da década de 1990 e administrado pela igreja católica, também desempenha importante papel no que tange ao monitoramento dos espaços públicos e às práticas higienistas. O fato de se localizar a doze quilômetros do centro seguindo a rodovia BR-070 é um dos fatores que, além de dar menor visibilidade ao local e àqueles que ali estão, contribui para muitos evitarem ir ou permanecer no albergue. Embora tenha o objetivo de oferecer oportunidades de “reintegração social” a quem

²⁴⁹ Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2012/08/vadiagem-esta-prestes-a-deixar-de-ser-crime-com-prisao-de-ate-tres-meses>>. Acesso em: out. 2017.

foi entregue ao “vício” e “degradação humana”, sendo formalmente apresentado como um meio para que o morador de rua possa ser inserido na sociedade do trabalho, acaba se constituindo também em um centro de triagem e de supervisão sobre a população mais pobre e sobre os espaços públicos e de trabalho (CERUTTI, 2004, p. 84).

A mídia também corrobora com uma visão depreciativa dos moradores de rua que não aceitam ir para o albergue ou serem inseridos no “mundo do trabalho”. Segundo reportagem veiculada no jornal O Diário de 13 de maio de 2000, em 42 dias, 79 pessoas foram atendidas, das quais e trinta e seis receberam passagens terrestres para sua cidade de origem, dez foram encaminhadas para trabalhar em fazendas e dezoito atendimento médico ou tratamento para dependência química. Este controle exercido pelo albergue – em relação a ‘recolher’ moradores de rua e fornecer passagem de volta – foi observado ao menos até o ano de 2017. Muitas delas chegam a assinar um termo com o compromisso de não retornarem à cidade por um prazo de seis meses.

Além da cessão de passagens de volta, havia também mecanismos de expulsão com ônibus ou caminhões que passavam de madrugada para “recolher” essas pessoas pobres e “deixá-las” em cidades vizinhas. Segundo Cerutti (2004), citando fontes inclusive de funcionários da Prefeitura Municipal, essa prática foi realizada em 1992, na qual se conduzia de modo forçado trabalhadores em caminhões para cidades vizinhas, como Rondonópolis, Poxoréu e Cuiabá. Conseguimos informações de que expulsões da cidade ocorriam em ampla escala até o ano de 2013, com micro-ônibus pagos pela própria Prefeitura e que conduziam de modo forçado esses moradores de rua e trabalhadores até cidades vizinhas. Primaveraenses contam que durante últimas gestões dos prefeitos Getúlio Viana (2009-2013) e Érico Piana (2005-2009), moradores de rua que dormiam no centro eram durante a noite obrigados a entrar em um ônibus, que os deixava em Poxoréu (cidade vizinha). Atualmente, ainda há a concessão de passagens de ônibus para o retorno desses grupos às suas cidades de origem, em processo que aparenta, porém, ser mais tênue do que essa “limpeza” em massa da pobreza de anos anteriores. Trata-se de uma situação conveniente para poder público municipal e empresários, empenhados em polir a imagem de uma cidade rica e próspera. Assim, consolida-se, por meio de práticas abertas e claramente higienistas, um pesado controle de quem pode e onde deve permanecer na cidade, bem como daqueles que devem deixá-la.

Em agosto de 2018, 66 pessoas foram encaminhadas em 17 horas de operação para a Feira Municipal, onde foi realizada uma “triagem”. Houve a participação de policiais armados e com luvas, conforme relatos de primaveraenses sobre essa ação. De acordo com reportagem publicada em 11 de agosto de 2018:

Ao todo, 16 pessoas que estavam em situação de rua foram levadas para internação por dependência química, sendo 15 homens e 1 mulher. Desse total, apenas uma pessoa precisou de intervenção da justiça para internação compulsória. Os outros 15 aceitaram ajuda. A Prefeitura disponibilizou 16 passagens de ônibus àqueles que desejaram retornar para a cidade de origem. Os destinos foram: Sinop (4); Barra do Garças (1); Campo Verde (2); Rondonópolis (5); e Cuiabá (4). Em meio aos retirados das ruas, **existiam pessoas com emprego fixo, mas que pelo uso de drogas e bebidas alcoólicas foram encontradas na madrugada pelos policiais dormindo na rua. Dois deles foram buscados pelos patrões e encaminhados para Santo Antônio do Leste. Três foram liberados mediante declaração da Defensoria Pública. E quatro, que mantém família na cidade, foram resgatados e acolhidos pelos familiares, sob assinatura de termo de responsabilidade.** Após a operação, a Secretaria de Assistência Social continuará com trabalhos de abordagem, semanalmente, para encaminhar os andarilhos de forma mais adequada, na tentativa de diminuir, constantemente, as pessoas em situação de vulnerabilidade nas vias de Primavera do Leste²⁵⁰ (grifos nossos).

Inclusive pelo próprio título da reportagem (“Operação em Primavera do Leste resultou em 16 internações de dependentes químicos”), verifica-se uma tentativa de generalizar a situação de estar na rua para o uso de drogas. Da mesma forma, o fato de alguns terem sido “buscados pelos patrões” também pode passar a ideia de que estavam na rua simplesmente porque queriam ou não desejavam trabalhar. Ademais, a assinatura de um termo de compromisso, provavelmente vinculado a não retornar às ruas por um período, e a atuação da Defensoria Pública para que três deles pudessem ser “liberados”, também abre caminhos para questionarmos até que ponto esse tipo de operação pode cercear a liberdade. Embora algumas medidas da Prefeitura possam efetivamente ser importantes para essa população ao trazerem alguns serviços de saúde e regularização de documentos, eventualmente também esbarram em práticas coercitivas (**figura 71**).

²⁵⁰ “Operação ‘Dia D’ em Primavera do Leste resulta em 16 internações de dependentes químicos”. Disponível em: < <http://primaveradoleste.mt.gov.br/noticias/3213.html> >. Acesso em: 12 ago. 2018.

Figura 71. Moradores de rua sendo encaminhados para a Feira Municipal.

Funcionários da Cruz Vermelha e da Polícia Militar encaminham moradores de rua para a Feira Municipal, onde foi realizada o que o poder público denominou de “triagem”. Autoria desconhecida. 11 ago. 2018.

De acordo com o que foi divulgado na mídia local, haveria uma sensação de “insegurança” e de “violência”, em uma situação difícil de ser resolvida, em parte e segundo o prefeito de Primavera do Leste desde 2017, Leonardo Bortolin, devido à própria “bondade” dos primaverenses:

Às pessoas que não são de Primavera do Leste e desejaram retornar para a cidade de origem, uma equipe da Secretaria de Assistência Social disponibilizou passagens de ônibus. “O prefeito Léo Bortolin acredita que muitos desses andarilhos estão em Primavera do Leste **porque os moradores da cidade se mostram, em sua maioria, bastante caridosos, garantindo esmolas e comidas. Esse é um atrativo para fazer os andarilhos preferirem Primavera do Leste**”. Tirar essas pessoas das ruas, para o Capitão da Polícia Militar Coneza, é de extrema importância. “Além de diminuir a vulnerabilidade social e oportunizar o tratamento contra o uso de drogas, esta operação tem o objetivo de **aumentar a sensação de segurança pública, já que parte da população se sente coagida com o alto número de pedidos de esmola na área comercial da cidade**”, comenta o capitão (grifos nossos).

Como se nota, estas práticas higienistas²⁵¹, embora tenham ocorrido com um maior papel da mídia local nos anos 1980 e 1990, ainda persistem. Muitas continuam sendo defendidas

²⁵¹ Segundo relatos, representantes da Prefeitura de Primavera do Leste tentaram por duas vezes marcar reuniões com entidades religiosas com o objetivo de pedir para que parassem de distribuir comida e roupas aos moradores de rua. Trata-se, a nosso ver, de uma tentativa do poder público municipal dificultar ainda mais a permanência dessas pessoas na cidade. Embora a reunião nunca tenha acontecido de fato até o momento da nossa escrita, apenas essas conversas informais já colaboram para enfraquecer esse tipo de auxílio.

ou divulgadas pela mídia local. Na edição de 15 de janeiro de 2015, havia uma reportagem com o seguinte título: “Desocupados estão invadindo Primavera do Leste”. Nela, afirmava-se que o prefeito da cidade vizinha estava enviando “mendigos e andarilhos de rua para Primavera do Leste”. “Mendigos e andarilhos primaverenses é problema nosso e, como tal, deve ser resolvido (sic). Os outros devem ser enviados de volta para seus municípios”, finaliza a reportagem. Outro editorial deste mesmo jornal em artigo de título “População do distrito Vale Verde depende, em tudo, de Primavera do Leste” do dia 20 de janeiro de 2015, destaca como problema o fato de que moradores do distrito Vale Verde, na cidade vizinha de Poxoréu, utilizarem os serviços públicos primaverenses. “Poxoréu fica com o resultado do investimento - se crescer vai gerar imposto para eles; enquanto Primavera do Leste fica com todo o encargo público de dar condições humanas ao povo que não seu munícipe”²⁵².

Percebe-se pelo que é publicado nos jornais locais que nem todos são bem-vindos. Nos jornais O Diário e Jornal de Primavera do Leste reportagens também são publicadas retratando a presença de moradores de rua na praça central e nos arredores do monumento de São Cristóvão. Afirma-se que “os moradores não querem ser ajudados”, mas que pouco se pode fazer para impedir que permaneçam nesses locais públicos²⁵³. No centro da cidade, aos finais de semana, seguranças contratados por associações de comerciantes procuram impedir que moradores de rua entrem em locais privados ou se aproximem de clientes.

Cabe aqui a ressalva de que, até este mesmo ano, fazendeiros também enviavam ônibus para a região nordeste do Brasil, particularmente para o Maranhão, nos períodos de safra e safrinha para buscar trabalhadores, arregimentando uma mão de obra que aceita, por necessidade, receber menos do que a mão de obra local. A passagem de volta, segundo os depoimentos que obtivemos, está incluída nos acordos estabelecidos. Entretanto muitos desses trabalhadores acabam ficando mais tempo da cidade, seja por precisarem pagar as dívidas contraídas com os fazendeiros ou pelos “gatos”, seja por, mesmo diante das inúmeras dificuldades de trabalho, ainda encontrarem mais possibilidades em Primavera do Leste do que em suas cidades de origem.

Tal tática de domínio do espaço não é particularidade de Primavera do Leste. Segundo Arruzzo (2005, p. 110), em outros municípios, “produtores rurais nos informaram de ações da prefeitura em remover os migrantes, buscando ‘desenvolvê-los’, colocando-os em ônibus que realizavam o trajeto de volta, sendo portanto absolutamente negada sua permanência”. Essas

²⁵² Disponível em: <<http://www.jornalodiario.com.br/TNX/conteudo.php?sid=202&cid=47667>>. Acesso em: 11 junho 2015.

²⁵³ Disponível em: <<http://jornalodiario.com.br/TNX/conteudo.php?cid=48249&sid=204>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

práticas de domínio do espaço, nas quais loteamentos distantes e determinados são destinados à população mais pobre bem como a construção de representações pela mídia local dos trabalhadores mais pobres e de moradores de rua e expulsões da cidade, procuram assegurar interesses de classe. Esse monitoramento, vigilância e repressão em relação à população mais pobre nos espaços da cidade ocorrem em conjunto com empresários, prefeitura, polícia e entidades locais da igreja católica.

Como vimos, são várias as táticas empregadas para que se mantenha e se fortaleça as representações do espaço atreladas à Primavera do Leste, em um movimento de ingerência que envolve não somente a propriedade (embora esteja nela alicerçado), mas práticas de controle e negação dos espaços públicos e da própria cidade.

Neste processo, há uma negação não somente dos espaços públicos e a imposição de espaços vazios e vigiados, mas da própria permanência daqueles que arduamente buscam trabalho e terra nessas cidades e que resistem aos processos hegemônicos pelo próprio fato de estarem na cidade – são corpos cuja visibilidade não é geralmente autorizada, sendo reiteradamente negada por aqueles dotados da legitimidade para morar na cidade. Trata-se de uma população mais pobre, expropriada da terra e das condições de trabalho, insistentemente classificada como “violenta”, “forasteira”, “desocupada”, e sobre a qual incidem o uso da violência e das mais diversas formas de estigmatização. Esse higienismo escancarado – sequer envolto de articulações políticas e econômicas ou estratégias dos agentes hegemônicos da produção do espaço, como nos projetos de requalificação urbana das metrópoles – visa à imposição a qualquer custo de uma vida restrita a tempo e espaços entre grupos com a mesma faixa de renda, reproduzindo, como tendência, uma cidade onde grande parcela dos habitantes é rica e branca.

4.3.2. Os conjuntos habitacionais nas periferias

As periferias nessas cidades parcialmente dinamizadas pela agricultura capitalista têm, como vimos, um monitoramento e um planejamento mais fortes exercidos do Estado. Idealizado para ser uma grande periferia, Primavera III é um loteamento cujos terrenos começaram a ser vendidos pela Cosentino desde a década 1990 e onde reside uma parcela dos mais pobres que conseguiram morar em um espaço mais distante do centro da cidade, no geral com pouca infraestrutura e escasso acesso a serviços.

Nos últimos dez anos, o loteamento passou por um adensamento de casas mais expressivo. Em 2015, eram estimados mais de 13 mil habitantes. Parte significativa de Primavera III é formada pelo Residencial Padre Onesto Costa (**figura 72**), inaugurado em junho de 2014 com 500 casas do Programa Minha Casa Minha Vida. As famílias que foram morar nessas casas são de vários lugares da cidade, como São José e Centro-Leste, além da própria favela da BR.

Figura 72. Fundos das casas da Rua Amendoeira, Conj. Padre Onesto Costa – Primavera III

Casas no extremo noroeste da cidade – rua sem asfalto e fundos das casas cujos muros vão sendo erguidos pelos moradores de acordo com a disponibilidade de tempo e dinheiro. Foto da autora. 09 out. 2015.

Em uma sociedade em que quase tudo é mercadoria, a obtenção da casa própria também é marcada pelo desejo de aquisição de bens de consumo. Em nossas entrevistas realizadas com os moradores do conjunto residencial Padre Onesto, notamos que a prestação de móveis e eletrodomésticos era de quatro a cinco vezes maior (embora em um número menor de prestações) do que a parcela da própria casa. Segundo informações obtidas em entrevistas no ano de 2015, no dia da entrega das casas em Primavera III já havia *stands* de lojas de móveis de móveis e de eletrodomésticos, propondo a compra de produtos novos para os moradores. Estes produtos foram adquiridos por meio um cartão da Caixa Econômica Federal, lançado em 2012, para financiamento de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos.

Em entrevista realizada em outubro de 2015, conhecemos Dona Sebastiana, de 40 anos e seis filhos. Em sua casa também moram o marido e dois netos. Era inquilina no bairro São José e pagava 450 reais de aluguel. Relatou que estava cadastrada há “quase dez anos para ter as casas da Caixa”. O marido trabalha como lixeiro e o genro é pedreiro. Ela tem uma filha dependente de drogas e outra com deficiência física. No geral, assim como outros moradores de Primavera III, sai pouco do bairro, com frequência apenas para ir ao banco e à lotérica. Sebastiana recebe Bolsa Família, paga 35 reais de prestação da casa e 120 reais no cartão de eletrodomésticos. Ainda não conseguiu juntar dinheiro para construir os muros de sua casa.

Uma das antigas moradoras da favela da BR e que atualmente está no Conjunto Padre Onesto tem hoje 36 anos. Ela mora em Primavera há 20 anos e tem dois filhos, de 4 e 18 anos. O primeiro não conseguiu vaga na creche. Assim como o marido e o genro de Sebastiana, também exerce um trabalho braçal e mal remunerado. Ela recebe um salário mínimo na Granja Mantiqueira como auxiliar de faxina. Relata que ter a “casa foi um sonho”. Verifica-se aqui, tanto neste caso quanto no de Sebastiana, uma parcela da população que enfrenta inúmeras dificuldades à própria sobrevivência nessas cidades dinamizadas pela agricultura capitalista. Essa moradora trabalha em uma das maiores empresas do “agronegócio” na cidade e o único lugar que encontrou para morar por vários anos foi às margens da rodovia.

As casas foram entregues sem acabamento e sem muros. São os moradores, de acordo com as possibilidades encontradas no cotidiano e com o dinheiro que eventualmente sobra a cada mês, que vão, aos poucos, realizando o acabamento ou erguendo os muros. Nas **figuras 73 a 76**, é possível observar diferentes padrões de acabamento na mesma rua (Rua Amendoeira). Uma das casas com maior refinamento no acabamento é o de uma funcionária pública em Primavera há dez anos. Ela pagava 350 reais de aluguel no mesmo bairro Primavera III antes de ir para casas no Padre Onesto. Buscando um pouco mais espaço em sua sala (com cozinha conjugada), ela fechou parte do quintal (**figura 76**). O dinheiro que obtém para as melhorias na casa vem do trabalho que conseguiu em uma escola, sendo um pouco melhor remunerado do que a maioria daqueles que estão empregados em Primavera III.

Figura 73. Casa na Rua Amendoeira

A casa à esquerda, diferentemente da casa à direita, já conta com muros e grades. Foto da autora. 09 out. 2015.

Figura 74. Casa na Rua Amendoeira

Garagem coberta, importante uma vez que abriga um trailer de lanche, cujas vendas sustentam a família. Foto da autora. 09 out. 2015.

Figura 75. Casa na Rua Amendoeira

Cozinha construída em área originalmente destinada ao quintal. Foto da autora. 09 out. 2015.

Figura 76. Casa na Rua Amendoeira

Muro em construção. Foto da autora. 09 out. 2015..

Já o Residencial Guterres I e II (**foto 77**), no loteamento Tuiuiú e entregue no segundo semestre de 2017, conta com 500 unidades habitacionais de 42m² para pessoas cuja renda familiar mensal é de até dois salários mínimos. Leal (2015) afirmou, citando a Secretária de Assistência Social, Márcia Rotilli, que a elaboração de uma lista de pré-selecionados (679 cadastros) para o Residencial Guterres I e II “demandou a visita de 1.435 famílias, de um universo de 4.587 cadastros”. Para o pré-cadastro enviado à Caixa Econômica Federal foram adotados como critérios: renda familiar de até R\$ 1.600,00 mensais e tempo de moradia no município, assim como preferência para famílias assentadas em área de risco, numerosa, com mulher chefe de família, idosos ou/e deficientes físicos. A parcela mínima paga pelas famílias é de 25 a 80 reais, equivalente a 5% da renda mensal de cada família.

Se por um lado uma casa no Guterres é o que alguns moradores da BR-070 desejavam, conforme averiguamos em entrevistas nos anos de 2015 a 2018 (e será detalhado no próximo capítulo), por outro, também representa um espaço normatizado. A construtora Égide é a responsável pela execução das obras e atua somente no estado do Mato Grosso, instituindo residenciais semelhantes (de “habitações populares”) em cidades como Lucas do Rio Verde,

Barra do Garças e Cuiabá. Em Primavera do Leste, também foi a responsável pela construção das casas no Residencial Padre Onesto Costa.

Figura 77. Residencial Guterres, no bairro Tuiuiú

Casas em fase de acabamento. Residencial Guterres I à esquerda. Foto da autora. 27 nov. 2015.

Também com recursos do Minha Casa Minha Vida e contíguos ao Guterres I e II, foram implantadas 220 casas com metragem de 40 m² a 64m². Essas casas do Residencial Arara Vermelha, Arara Amarela e Arara Azul foram comercializadas pela Imobiliária Satélite, ligada à própria construtora Égide. Segundo o engenheiro da construtora, em informações fornecidas em novembro de 2015, foram vendidas em um período de três a quatro meses e destinadas às famílias com renda entre 3 e 6 salários (**tabela 4**).

Tabela 4. Informações sobre o casas implantadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida no Tuiuiú

	FAIXA 1 Residencial Guterres 1	FAIXA 1 Residencial Guterres 2	FAIXA 2 Residencial Arara vermelha	FAIXA 2 Residencial Arara Azul	FAIXA 2 Residencial Arara Amarela
Renda familiar do público alvo	1 a 2 Salários Mínimos	1 a 2 Salários Mínimos	3 a 6 Salários Mínimos	3 a 6 Salários Mínimos	3 a 6 Salários Mínimos
Valor investido (em reais)	25.265.000,00	3.135.000,00	9.324.000,00	6.900.000,00	Não divulgado
Famílias beneficiadas	445	55	111 (casas para financiamento)	75 (casas para financiamento)	34 (casas para financiamento)
Metragem	42,3 m ²	42,3 m ²	40 m ²	46 m ²	64 m ²
Valor	56 mil	56 mil	85 mil	96 mil	96 mil

Tabela organizada pela autora. Residencial Arara Amarela não era informado no cartaz do Governo Federal; as demais informações foram passadas pelo engenheiro responsável pela obra em novembro de 2015.

Ambos os conjuntos habitacionais Padre Onesto Costa e Guterres, em Primavera III e Tuiuiú, foram empreendidos em propriedades que anteriormente pertenciam, respectivamente, às famílias “pioneiras” Cosentino e Riva, que puderam auferir montante significativo de renda fundiária ao venderem uma grande quantidade de lotes e terrenos incorporados ao núcleo urbano. Além disso, a escolha desses terrenos é pensada estrategicamente de modo que a

pobreza não seja tão visível aos olhares dos demais moradores e empreendedores e, ao mesmo tempo, também valorize demais espaços para futuros loteamentos.

É o caso, por exemplo, do Residencial Guterres, localizado em lotes anteriormente pertencentes a W. Riva. As 750 casas desse loteamento não podem ser vistas por quem passa pela BR-070 e, inclusive, da maior parte dos fragmentos da cidade. É uma pobreza escondida atrás de silos e de demais infraestruturas ligadas ao armazenamento e beneficiamento de grãos situadas às margens da rodovia. Aos olhares do poder público e empresários, não deve ser vista por aqueles que moram nos bairros de maior renda e apenas passam pelo centro²⁵⁴. Um grande silo logo na entrada para o Residencial Guterres, vindo pela BR, é da Agrícola Tupã, ao que tudo indica também controlada por Riva.

Neste sentido, nessas cidades-negócio geralmente cabe a um seletivo grupo de proprietários e “pioneiros” a escolha de onde está a pobreza e do quão escondidas serão as periferias. Assegura-se que as casas de uma parcela da população mais pobre estejam longe dos locais de moradia ou de passagem daqueles que são donos da terra, do poder e do capital.

Tais processos vinculados à produção de periferias escondidas e controladas perpassam a produção do espaço não somente de Primavera do Leste, mas de várias outras cidades. Em Sorriso, foi entregue em julho de 2017 por meio do Programa Minha Casa Minha Vida o conjunto habitacional Mário Raiter, com 1.271 casas de 46 metros quadrados, cuja previsão é abrigar 5.088 mil pessoas (**figura 78**)²⁵⁵. Localiza-se no sudeste da cidade, em local relativamente afastado do centro e, seguindo pela rodovia MT-242, após a concentração das infraestruturas destinadas ao uso industrial e ao armazenamento e beneficiamento de grãos (**mapa 18**).

Figura 78. Residencial Mário Raiter, em Sorriso

Residencial Mário Raiter, do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, em Sorriso. 27 jul. 2017. Foto da autora.

²⁵⁴ Frequentemente, os conjuntos do MCMV localizam-se mais distantes do centro e do acesso à infraestrutura e serviços urbanos, inclusive como maneira de alavancar a valorização e incorporação imobiliária de onde serão implantados. Nas cidades que estudamos, guardam, além desses elementos, a particularidade de se localizarem usualmente do lado oposto das rodovias em relação ao centro, nos distritos industriais e atrás de silos e armazéns.

²⁵⁵ “Governo entrega em Sorriso maior conjunto habitacional do país”. 06 jul. 2017. Disponível em: < <http://www.mt.gov.br/-/7770205-governo-entrega-em-sorriso-maior-conjunto-habitacional-do-pais>>. Acesso em: ago. 2017.

Mapa 18. Localização do Residencial Mário Raiter, em Sorriso

Mapa elaborado pela autora no software *Google Earth Pro*. Imagem *Landsat* de dez. 2016.

Situações emblemáticas relacionadas ao controle imposto a essas periferias podem ser citadas em Nova Mutum e em Lucas Rio Verde. Em Nova Mutum, a *BRFoods* implantou grandes conjuntos habitacionais para os trabalhadores de seus frigoríficos. São ao todo 521 casas: 271 do Residencial Prohab 1 (Programa Habitacional BRF) e 250 do Residencial Prohab 2, inaugurados, respectivamente, em 2008 e 2012. As casas, que abrigam mais de mil pessoas, foram construídas de modo concomitante à chegada da Perdigão na cidade, no ano de 2005. Esses conjuntos habitacionais Novo Horizonte I e II são conhecidos como “Casas da Perdigão” e localizam-se atrás dos silos da BR-163 (**mapa 19**).

Assim como em Lucas, os trabalhadores pagam aluguel (de 230 reais, mais água e luz, descontados já na folha de pagamento, juntamente com outros gastos como alimentação e transporte) para a empresa para o usufruto de moradias, de 52 metros quadrados, cujos lotes foram doados pela Prefeitura para a empresa²⁵⁶. Também não podem construir muros entre as unidades habitacionais, o que corrobora para um ambiente de incessante vigilância e ausência de privacidade (**figura 79**).

²⁵⁶ Duzentos lotes foram doados pela Prefeitura de Nova Mutum para a implantação das casas do Residencial Novo Horizonte. Em 2005, o poder público municipal também se comprometeu a doar para a Perdigão uma área de 500 hectares para a ampliação das granjas e para o reflorestamento, bem como 25 hectares para a construção da sede da empresa. Forneceu ainda a isenção da cobrança de taxas municipais e a pavimentação do pátio interno da unidade industrial (“Prefeitura de Nova Mutum e Perdigão assinaram protocolo de intenções”. 28 de junho de

Mapa 19. Localização das “casas da Perdigão”, em Nova Mutum

Mapa elaborado pela autora no software *Google Earth Pro*. Imagem *Landsat* de dez. 2016.

Há, inclusive, logo na entrada do Residencial Novo Horizonte I, um escritório da *BRFoods* cuja função é controlar o fluxo de moradores e o cumprimento das regras impostas ao conjunto (**figura 80**)²⁵⁷. Caso as regras não sejam seguidas, são impostas advertências que

20105. Disponível em: <<https://www.sonoticias.com.br/politica/prefeitura-de-nova-mutum-e-perdigao-assina-ram-protocolo-de-intencoes/>>. Acesso em: 12 ago. 2018).

²⁵⁷ As regras do conjunto Residencial Novo Horizonte definem que: “**Som**: é permitido o uso de aparelhos de som no interior da casa, em todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados. Limite no período diurno: 55 dB-A/Limite no período vespertino: 50 dB-A/Limite no período noturno: 40 dB-A; **Bebidas Alcoólicas**: o consumo de bebidas alcoólicas moderado é tolerado no interior da casa, sendo expressamente proibido o consumo na área externa. Em qualquer ambiente do Prohab é proibido incentivar, permitir ou servir bebidas alcoólicas a menores de 18 anos; **Casas**: destinadas exclusivamente para funcionários da BRF. A entrada de não residentes deverá ser comunicada no escritório do Prohab; **Móveis**: os móveis da BRF devem permanecer no interior da casa, sendo obrigação dos moradores zelarem pelos mesmos. Em casos de descuido ou extravio, deve ser comunicado ao escritório do Prohab; **Lixo**: as casas e seus arredores devem ser mantidas limpas e organizadas. Os lixos devem ser coletados e depositados nas lixeiras. **Mudança**: a entrada e saída das casas deve ser comunicada com antecedência ao escritório do Prohab; **Segurança**: aplicam-se as leis de trânsito municipais, estaduais e federais nas dependências do Residencial Novo Horizonte; O descumprimento deste é passível de punições, em conformidade ao Regulamento e Norma Interna do Residencial Novo Horizonte; Residencial Novo Horizonte – um bom lugar para viver”.

podem levar à expulsão da família. Há, dada a sobre-exploração de trabalho e condições precárias da força de trabalho de trabalho dos frigoríficos, uma grande rotatividade de trabalhadores.

Figura 79. “Casas da Perdigão” em Nova Mutum

Fundos da “Casas da Perdigão”, Conjunto Novo Horizonte I, Nova Mutum. 25 jul. 2017. Foto da autora.

Fig.80. Regulamento das “casas da Perdigão”

Regras a serem seguidas nas “Casas da Perdigão”, Conjunto Novo Horizonte I, Nova Mutum. 25 jul. 2017. Foto da autora.

Segundo o responsável que nos atendeu neste escritório da *BRFoods* em julho de 2017, aproximadamente 40% dos funcionários ativos da Perdigão residem no Novo Horizonte I e II. São geralmente operadores de produção. A tolerância desses trabalhadores nestas cidades somente como força de trabalho barata e necessária aos frigoríficos fica clara quando, segundo

funcionário do escritório da BRF, “uma parceria estabelecida com a empresa de ônibus da cidade permite que os ônibus de linha passem exatamente nos horários de abate”. Verifica-se aqui o fornecimento de transporte somente para o trabalho, deixando-se de lado o uso da cidade para usos como o lazer.

Já em Lucas do Rio Verde, o maior conjunto habitacional da cidade é o Tessele Júnior, conhecido como “vila da Sadia”, no extremo noroeste da cidade e com cerca de 1500 casas para trabalhadores também do conglomerado *BRFoods* (mapa 20 e figura 81). A grande demanda em relação à moradia pode ser notada também pelo fato de que houve 3,8 mil inscritos em Lucas do Rio Verde para as 350 casas do Minha Casa Minha Vida faixa 1 em construção no ano de 2017²⁵⁸.

Mapa 20. Localização das “casas da Sadia”, em Lucas do Rio Verde

Mapa elaborado pela autora no software *Google Earth Pro*. Imagem *Landsat* de dez. 2016.

²⁵⁸ “Prefeito Flori Binotti rompe com vice-prefeito Sílvio Favero após publicação em rede social”. Disponível em: <http://www.celeirodonorte.com.br/VerNoticia/18224/11?version=3&feature=player_detailpage>. Acesso em: ago. 2017.

Figura 81. “Casas da Sadia”, em Lucas do Rio Verde

“Casas da Sadia” - Conjunto Habitacional Luiz Carlos Tessele Júnior, Lucas do Rio Verde. 26 jul. 2017. Foto da autora.

Como destaca Volochko (2013, p. 27-28), trata-se de:

(...) um processo nítido de segregação socioespacial de uma população empobrecida e migrante, que atende às necessidades e estratégias de produção de uma empresa que possui uma potência enorme na produção de um espaço urbano crescentemente controlado e segregado/segregador; seus moradores são profundamente estigmatizados e apenas vão “à cidade” (à região central) quando recebem seus salários, para fazer compras.

Como afirma o autor (2013), em um claro processo de barateamento de mão de obra, muitos desses trabalhadores são recrutados em estados do Nordeste, Pará, Rondônia ou municípios pobres em Mato Grosso, sem o esclarecimento dos descontos na folha de pagamento (envolvendo moradia, alimentação, transporte e seguro saúde, alcançando 25% do salário geralmente de mil reais para um operário da linha de produção). Rocha (2010) relata que os trabalhadores do Norte e Nordeste recrutados pela Sadia percebiam logo ao chegarem a Lucas do Rio Verde uma realidade bastante diferente do discurso da empresa, da mídia e do poder público local. As críticas dos migrantes se referiam tanto às jornadas de trabalho quanto à moradia no conjunto da Sadia, que passou a ser estigmatizada pela população local e vista como lugar da desordem e violência. São os “outros” da cidade, vistos como indisciplinados, desordeiros ou violentos, submetidos, segundo Rocha (2010), a um controle exercido pela Sadia tanto dentro quando fora do local de trabalho.

4.3.3. A favela da BR-070 em Primavera do Leste

Elucidar a trajetória das famílias que moravam na favela da BR nos ajuda a recompor a produção do espaço em Primavera do Leste, na medida em que muitas se mudaram – voluntária ou por determinação de poder público, no decorrer de 30 anos – para outros bairros ou conjuntos habitacionais nas periferias da cidade (**mapa 21**)²⁵⁹. Segundo relatam os moradores da cidade, a ocupação às margens da BR “é tão antiga quanto a cidade”, o que também é confirmado em depoimento presente em um documento da Câmara Municipal de Primavera do Leste:

(...) a Vila da Palha, às margens da BR-070, com seus barracos de lona, já existiria em 1976. Dessa forma, é possível afirmar que ‘a favela precedeu a cidade’ e teve crescimento geográfico-populacional para abrigar os excluídos da expansão econômico-social, passando a ocupar a margem direita da rodovia, sem abandonar a área inicial à margem esquerda (CMPL, 2016, p.31).

De acordo um técnico da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, houve quatro momentos nas últimas três décadas em que moradores da BR saíram, espontânea ou forçadamente, para as periferias da cidade. No geral, como observamos pelo **mapa 21**, para espaços cada vez mais distantes do centro. De acordo com informações da Secretaria de Assistência Social de Primavera do Leste no segundo semestre de 2015, um desses momentos ocorreu em 1998 e 1999, quando 50 famílias foram (com recursos do Programa Habitar Brasil) para o bairro de São Cristóvão. Em 2000, outras famílias foram para a “Cohabinha”, localizada no Jardim Universitário. Nessa mesma década, parcela dessas pessoas da BR também foi para a Cohab Jaime Campos, localizada no loteamento de São Cristóvão. Já em 2014, 22 famílias da BR foram para o extremo noroeste da cidade, no Residencial Padre Onesto Costa²⁶⁰. Por fim, no ano de 2017, quatorze foram para o Residencial Guterres I e II²⁶¹.

²⁵⁹ Além dessas remoções das famílias da BR para outros espaços da cidade, aproximadamente 45 famílias foram removidas de uma ocupação ao sul do Centro de Tradições Gaúchas, no loteamento Castelândia, em 2013. Passaram a morar no Residencial Feliz Natal, ao sul do Residencial São José, um dos loteamentos mais baratos da cidade. (Disponível em: <<http://www.jornalodiario.com.br/primavera-do-leste/noticias-de-pva-do-leste/moradores-do-feliz-natal-correm-risco-de-ter-que-sair-dos-imoveis/121523>>)

²⁶⁰ Segundo a Secretária de Assistência Social, em depoimento ao jornal O Diário (“Depois de fechar BR, moradores pressionam prefeitura e conquistam auxílio aluguel”). Disponível em: <<http://jpva.com.br/2015/07/depois-de-fechar-br-moradores-pressionam-prefeitura-e-conquistam-auxilio-aluguel/>>).

²⁶¹ “500 casas sorteadas não servirão para melhorar as margens da BR-070”. 27 set. 2017. (Disponível em: <<http://www.jornalodiario.com.br/primavera-do-leste/editorial/500-casas-sorteadas-nao-servirao-para-melhorar-as-margens-da-br-070/130505>>).

Mapa 21. Trajetória dos moradores da BR-070 e a expansão das periferias

Mapa elaborado pela autora a partir de entrevistas e de informações cedidas pela Secretaria de Assistência Social de Primavera do Leste em 2016.

Fato interessante para nossa investigação a respeito da expulsão da população mais pobre do centro e da consolidação de loteamentos distantes destinados à população de menor renda é a implantação do primeiro conjunto habitacional (Conjunto Tancredo Neves, conhecido como Cohab) em um terreno doado por um dos “pioneiros” da cidade entre 1987 e 1988. Ou seja, logo após a emancipação política de Primavera em 1986 (CMPL, 2016). Ao que tudo indica, já neste ano existia uma preocupação do poder público com as ocupações às margens da BR. Foram 86 unidades habitacionais no conjunto Tancredo Neves²⁶² entregues na gestão municipal de Darnes Cerutti dois anos após a emancipação político administrativa da cidade. É provável que uma parcela dos então moradores da BR tenha ido para este conjunto habitacional.

Nesse contexto, ao mesmo tempo que se procura, com os conjuntos habitacionais, garantir moradia a uma parcela da população, também contraditoriamente se configura um mecanismo de controle da urbanização exercido pelo Estado – em seu âmbito municipal e do qual fazem parte os “pioneiros” – desde o início da formação da cidade.

²⁶² Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 16 de maio de 1988.

Em 1989, também foi doada pela Prefeitura uma quadra no Parque Eldorado aos “municípios carentes” que estivessem “irregularmente em terrenos e vias públicas do município”²⁶³. Ainda neste mesmo loteamento e em 1990, três quadras foram doadas para a Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso (COHAB –MT), nas quais foram construídas casas hoje conhecidas como “Cohabinha”²⁶⁴. Esta doação, da mesma forma que aquela empreendida no ano anterior, também contemplava a condição de que “o donatário retirasse ou autorizasse expressamente ao município a demolição e retirada da sua casa do terreno ou via pública Municipal em que se encontra, independentemente de despesas indenizatórias a qualquer título”.

Tais construções destinadas à população de menor renda mostram que já havia uma grande demanda por habitação. Da mesma forma, também transparecem uma preocupação do poder público e dos “pioneiros” no controle do padrão construtivo, valorizando determinados espaços em detrimento de outros, e de quem passava a morar ou a transitar pela cidade.

A trajetória das famílias da BR para as periferias, mesmo que tenham obtido relativa melhoria de suas condições de moradia, insere-se em um processo denominado de “higienização do espaço”. Nele, as pessoas mais pobres tendem a ser expulsas do centro devido ao processo de valorização do espaço: são forçadas a sair pelo próprio poder público, por meio das mais diversas táticas, ou se mudam devido aos próprios constrangimentos impostos pelo cotidiano – inclusive pelo elevado preço do aluguel nas áreas com mais acesso a infraestruturas e serviços. Essa parcela da população mais pobre, seja da BR, seja outros locais, é considerada como não compatível com os fragmentos do espaço mais valorizados. Em uma “cidade vitrine”, não pode ser vista e deve morar longe, permitindo que o processo de valorização se realize mais intensamente. Morar no centro da cidade, entendido aqui como o local da cidade com maior concentração de atividades comerciais e de serviços, é possível e permitido, como tendência, apenas às parcelas da população com mais recursos.

Neste processo no qual os moradores mais pobres são expulsos para locais cada vez mais distantes, é importante lembrarmos que a “periferia é provisória” (DAMIANI, 2005). A

²⁶³ Lei nº 81, de 26 de junho de 1989. “Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar Doação Gratuita dos lotes de terras da quadra nº 47 (quarenta e sete) do loteamento Parque Eldorado de nossa cidade, de propriedade do município, aos municípios carentes, que estejam residindo irregularmente em terrenos e vias públicas do município (...) As doações deverão ser efetuadas preferencialmente aos mais necessitados e desde que o donatário retire ou autorize expressamente ao município a demolição e retirada da sua casa do terreno ou via pública Municipal em que se encontra, independentemente de despesas indenizatórias a qualquer título.”

²⁶⁴ Lei nº 153, de 28 de agosto de 1990. “1º Fica o Executivo Municipal autorizado a doar para a COHAB-MT - Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso inscrita no CGC 03.470.515/0001-43, as quadras nºs 46, 65 e 66 (quarenta e seis, sessenta e cinco e sessenta e seis) do Loteamento Parque Eldorado de nossa cidade.”

reprodução do capital torna suas fronteiras fluídas, dando-lhes a cada momento novos conteúdos. As periferias são, neste contexto, fronteiras momentâneas (e não entraves) à reprodução do capital (DAMIANI, 2004). Essa provisoriedade da periferia faz com que a parcela da população de menor renda não possa, no geral, usufruir a implantação dos serviços de infraestrutura urbana.

A urbanização planejada e controlada de Primavera do Leste é movida por contradições, evidente pela favela da BR e pelo estabelecimento de conjuntos habitacionais concomitantes à produção do próprio núcleo urbano. Tais aspectos contribuem para evidenciar as desigualdades espaciais não apenas como resultado da produção do espaço de Primavera do Leste, mas como condição deste processo.

É nesse sentido que nos debruçamos sobre o cotidiano dos moradores da favela da BR – em sua maioria formada por migrantes nordestinos, muitos deles alagoanos ou maranhenses – aparece como um caminho potente para elucidar de que modo os moradores pobres são expulsos (seja pelo Estado, seja pelo próprio processo de valorização do espaço) para as periferias ou apenas encontram local para morar às margens da rodovia, no geral em casas bastante precárias e construídas com madeira, papelão e lona. Na medida em que as relações sociais são também espaciais, a partir do cotidiano podemos desvelar conteúdos da produção do espaço em Primavera do Leste. Se é no cotidiano que ocorrem os constrangimentos e as dominações relacionadas à moradia (como uma casa precária ou a mudança para um local mais distante) também é por meio dele que podemos compreender de que forma a população mais pobre resiste pela própria permanência em lugares cujos processos não são totalmente previstos ou planejados pelo Estado. A produção do espaço de Primavera traz, neste sentido, a luta pelo espaço da apropriação, aprofundada nesta pesquisa a partir do acesso e obtenção da moradia.

As famílias da BR são estigmatizadas pelo próprio local onde habitam, enfrentando ainda mais obstáculos à já difícil obtenção de um emprego. A impressão que temos a partir de algumas conversas com pessoas de maior poder aquisitivo é que os moradores da BR passam a ser culpabilizados pela própria condição em que vivem, como se seus empenho e capacidade para o trabalho não tivessem sido o suficiente para enriquecer e conquistar uma casa e demais bens materiais (diferentemente do que o discurso prega a respeito dos “pioneiros”). Ignoram-se condições históricas já pré-estabelecidas e ocultam-se as contradições necessariamente produzidas e reproduzidas na produção do espaço urbano capitalista.

Os moradores da favela da BR- 070 também estão sendo ameaçados de remoção devido à duplicação da rodovia. A necessidade de um espaço cada vez mais estratégico aos interesses

da acumulação capitalista tende a expropriar essas pessoas do único lugar da cidade onde construíram a possibilidade de ter um local para morar. A lógica de reprodução do capital tende a se impor sobre a lógica de reprodução da vida: o espaço que é abrigo tende a se transformar naquele que deve ser fluído à circulação de pessoas e de mercadorias.

Para mais da metade das famílias, já com processo de despejo impetrado pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes, responsável pelos trinta metros lindeiros de cada lado da rodovia), não foi dada a garantia, pelo poder público – e conforme averiguamos em trabalhos de campo, entrevistas e em jornais locais entre os anos de 2014 e 2017 –, de que serão amparadas pelos mecanismos de acesso ao financiamento habitacional, pelo auxílio-aluguel ou por doação de terrenos ou casas. Segundo informações fornecidas pela Secretaria de Assistência Social no ano de 2016, levantamentos com os moradores da BR são realizados desde 2013. As casas foram numeradas no final de 2014 (**figura 82**). Aquelas não numeradas abrigariam moradores que chegaram depois deste momento. Parcela das casas cujos moradores foram para Primavera III ou demais locais estão marcadas com um “X” para serem demolidas, segundo técnicos da Secretaria de Assistência Social, visando a evitar novas ocupações (**figura 83**). Algumas delas passaram ainda a ser habitadas por familiares ou conhecidos dos antigos moradores.

Figura 82. Casa com numeração feita pela Secretaria de Assistência Social

Casa ao sul da rodovia, com número três grafado. 09 out. 2015. Foto da autora.

Figura 83. Casa com indicação de demolição pela Secretaria de Assistência Social

Casa ao norte da BR, próximo à Rua das Begônias. Número 15 foi grafado pelos funcionários da Secretaria de Assistência Social e o “X” indica que a casa deveria ser demolida. Foto da autora. 20 ago. 2015.

Pelo que verificamos em duas entrevistas com vereadores no ano de 2015 e em reportagens no jornal O Diário entre 2014 e 2018 há um destino incerto desses moradores e de

qual será efetivamente o papel ou a responsabilidade da Prefeitura. O discurso do poder público local é o de que as obras de duplicação da BR são de responsabilidade federal e de que a remoção é empreendida pelo DNIT. Neste sentido, o amparo às famílias e, porventura, o auxílio ou fornecimento de outras moradias surge em caráter de favor²⁶⁵.

Visando à elaboração de um cadastro que auxiliasse na seleção de parcela desses moradores para as casas no Guterres, técnicos do Setor de Habitação da Secretaria de Assistência Social realizaram registros dos moradores entre junho e julho de 2015. Foram ao todo 91 famílias considerando o sul da BR até as proximidades da entrada para o pesqueiro da Toca do Jacaré e o norte da rodovia com as ocupações próximas à Rua das Begônias e à Rua dos Cravos. Desse total, 42 famílias foram consideradas compatíveis com os critérios de financiamento pela Caixa Econômica Federal para o Programa Minha Casa Vida, isto é, dentre outros requisitos, tinham renda de até dois salários mínimos. Parcela significativa das famílias ficou de fora, portanto, dessa primeira seleção: tanto porque chegou há menos de dois anos no município quanto por não atender aos critérios da Caixa Econômica²⁶⁶ ou por não ter sido, por algum motivo, cadastrada. Ao final do processo, apenas 17 foram sorteadas para o financiamento habitacional no Residencial Guterres.

De acordo com um funcionário da Prefeitura Municipal, em declaração dada em agosto de 2015, quando se começou o cadastramento para as casas do Tuiuiú, havia 54 famílias às margens da BR. Posteriormente, outras famílias ali se instalaram, segundo ele, “interessadas na concessão das casas”. Por terem chegado, segundo levantamento, há menos de dois anos na cidade, 37 famílias não tiveram direito a participar do sorteio para o financiamento habitacional

²⁶⁵ Essa situação pode ser evidenciada na declaração dada pelo Prefeito de Primavera do Leste Érico Piana, no dia 24 de agosto de 2015, no evento “Primavera em Meu Bairro”: “O oficial de justiça esteve ali, 60 dias para sair, então nós temos, o que a prefeitura vai fazer? A prefeitura vai arrumar um pagamento de aluguel pra essas famílias e até que as casas lá do Tuiuiú fiquem prontas. (...) as, as famílias dali, portanto, não é a prefeitura que está tirando, se alguém for lá querer fazer listagem falar que é a prefeitura, é mentira. Não é a Prefeitura, é uma ação da justiça federal: quem entrou com a ação foi o DNIT (...). E a prefeitura simplesmente vai ajudar essas famílias com aluguel social e depois com as casas. Vai entregar essas casas lá em cima para essas famílias que estão ali, que foram já pré-selecionadas (...)”. No discurso do Prefeito, verifica-se uma preocupação em afastar a responsabilidade das remoções do âmbito municipal. Há ainda a omissão de que apenas uma minoria das famílias contaria com o auxílio-aluguel ou com o financiamento de alguma das casas no Guterres, no Tuiuiú.

²⁶⁶ Em 2015, os critérios para o financiamento por meio Minha Casa Minha Vida (faixa 1) estabelecidos pela Caixa Econômica eram: “Não ser proprietário, cessionário, promitente comprador, usufrutuário de imóvel residencial; ser ou ter sido arrendatário do PAR ou detentor de financiamento de imóvel residencial em qualquer local do país; Não ter recebido benefícios de natureza habitacional oriundos de recursos orçamentários da União; Não estar cadastrado no SIACI e/ou CADMUT, exceção para as operações de Aquisição de Material de Construção (neste caso, o candidato a beneficiário apresentar certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel para comprovar que não é proprietário do imóvel referente ao financiamento destinado à aquisição de material de construção); Não estar inscrito no CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal; Renda Familiar de R\$ 0,00 até R\$ 1.600,00”. Disponível em: <http://caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/checklist_beneficiario.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

do conjunto Guterres. A restrição de morar há mais de dois anos na cidade foi um dos critérios adotados pela Prefeitura Municipal de Primavera do Leste. O objetivo ao não contemplar as famílias que se estabeleceram recentemente na favela é, segundo uma funcionária da Secretaria de Assistência Social em declaração dada no segundo semestre de 2015, “não fomentar novas invasões”. Às famílias que estão há menos de dois anos na cidade também não está previsto qualquer tipo de auxílio.

Há um claro objetivo, a nosso ver, em conter a migração e em não tornar os financiamentos do governo federal por meio do Minha Casa Minha Vida um atrativo para que novas pessoas de menor renda se instalem na cidade. O Estado, ao se fazer ausente na garantia do acesso à moradia dessas famílias, também se faz presente ao pretender supostamente controlar a chegada à cidade de pessoas pobres e que não conseguiriam arcar com os altos custos de um terreno ou imóvel. Como expusemos na segunda parte desta tese, a lógica neste terceiro momento da fronteira primaverense se inverte: se nos outros momentos a mão de obra barata era bem vinda, hoje não é mais necessária com a mesma intensidade. Assim, pessoas de baixa renda e em busca de emprego se deparam com uma realidade diferente daquela existente nos primeiros momentos da fronteira e de seu processo de ocupação, quando encontravam mais facilmente trabalho em atividades como “abrir o Cerrado” ou vinculadas à agricultura capitalista e construção civil.

É no mesmo sentido da fala sobre “não fomentar novas invasões” que os que muitas pessoas, inclusive da própria BR, relataram que os “novos moradores foram para lá porque ficaram sabendo que a Prefeitura daria ‘casinha’”. Dessa forma, os novos moradores passam a ser culpabilizados pela própria pobreza, escamoteando-se o movimento de segregação espacial no bojo da produção do espaço capitalista.

Famílias, tanto ao norte quanto ao sul da BR-070, relatam ter recebido no ano de 2014 e em 2015 uma “carta de despejo”. Trata-se de uma carta precatória emitida por um juiz de outra jurisdição (da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso) para um juiz de Primavera do Leste (Juízo de Direito da Comarca de Primavera do Leste – MT) com o objetivo de que este desse andamento ao processo²⁶⁷. Realizando buscas no Diário Oficial de

²⁶⁷ O documento é datado de 21 de fevereiro de 2014 e tem como prazo 60 dias. Foi, contudo, entregue para os moradores no ano de 2015 ou em 2014 após este prazo. Este documento expirado foi entregue pela última vez, segundo pudemos acompanhar por meio de entrevistas e trabalhos de campo, na semana do dia 06 de outubro de 2015. O número do processo, segundo o site da Justiça Federal, indica que o documento, embora expirado, é oficial, uma vez que os dados da carta precatória são os mesmos do processo. A última movimentação é de novembro de 2015 e indica a elaboração de uma petição elaborada pelo DNIT. A análise do processo permite concluir que o pedido de “reintegração/manutenção de posse” está em andamento, tendo, contudo, um único réu. Além disso, não se sabe quem entrega estes documentos aos moradores, uma vez que não são réus do processo e

Justiça, observa-se que o DNIT entrou, pela primeira vez, com processos para reintegração de posse em novembro de 2013. Neste dia, foram dois processos envolvendo, ao todo, dois moradores. Em dezembro desse mesmo ano, o DNIT entrou com novo processo, desta vez tendo como réus 18 moradores²⁶⁸. Alguns deles concederam importantes entrevistas para esta pesquisa e moram em um conjunto de casas precárias ao sul da BR-070. Segundo nos relataram em entrevistas em outubro de 2015, nunca receberam notificação alguma do DNIT. Por fim, em janeiro de 2014, foram quatro processos, envolvendo ao total nove moradores (tanto do lado norte como do lado sul da BR). Desses sete processos já foram obtidas três sentenças, datadas de julho de 2014 e julho de 2015, determinando a saída dos moradores e a demolição das casas – inclusive autorizando o uso da reforço policial.

A partir de trabalhos de campo e relatos de famílias da favela, pudemos constatar que as ocupações lindeiras à BR-070 em Primavera do Leste contam com núcleos dispersos, nos quais moradores têm pouco ou nenhum contato entre si. Em reuniões e entrevistas realizadas no segundo semestre de 2015, era possível notar ainda comentários, feitos pelos moradores dos dois lados, referindo-se às pessoas “do outro lado” como “desorganizadas” e “com pouca união”. Como veremos, e empregando termos de Lefebvre (2000), a “prática socioespacial” dos moradores de cada um dos lados da favela da BR-070 edificou “espaços de representação” distintos em relação às casas do Residencial Guterres.

A trajetória dos moradores também pode ser pensada a partir da morfologia de alguns dos trechos da favela: o trecho norte, mais antigo, apresenta casas mais estruturadas do que aquelas do lado sul da favela, mais improvisadas e que indicam uma ocupação mais recente. Também são distintas as lutas pelo espaço da apropriação, as quais envolvem essencialmente a manutenção ou conquista da moradia. Elas são frágeis e encontram inúmeras barreiras, inclusive dadas pelos próprios constrangimentos cotidianos, uma vez que o tempo da sobrevivência traz necessidades mais urgentes (como a casa que enche de lama em um dia de chuva) e afastam, pouco a pouco, as pessoas das contestações ou reivindicações.

Muitas dessas pessoas, tanto ao norte quanto ao sul da BR, não sabe ler ou escrever. Alguns moradores do lado norte já tomaram conhecimento de que há processos judiciais para retomada de posse impetrados pelo DNIT e entraram em contato com a Defensoria Pública da

que o documento datado de março de 2014 já está expirado. Pelo que pudemos perceber, há possivelmente a intenção de amedrontar os moradores em relação a uma ordem de despejo que ainda não existe e de um processo que ainda está em andamento.

²⁶⁸Doze deles foram cadastrados no levantamento da Secretaria de Assistência Social, no qual é indicado, inclusive, que são novos moradores (há menos de dois anos no local). Contudo, a própria data do processo é, inclusive, uma evidência que podem estar há mais tempo do que isso na ocupação.

União; os moradores do lado sul, contudo, sequer sabiam que são réus de processos desde 2013. Como aprofundaremos e na medida em que a própria presença dessa parcela pobre da população desconcerta as elites locais, as famílias da BR resistem aos processos de valorização pela própria permanência no lugar e, em última instância, pelo próprio corpo (cf. LEFEBVRE, 2004). O espaço não perde, neste sentido, a potência de ser o espaço de realização da vida.

Um claro exemplo de como os moradores da BR são geralmente vistos em Primavera do Leste está na reportagem do jornal O Diário, publicada em 27 de setembro de 2017, intitulada “Não dá para entender como a 5ª economia do estado de Mato Grosso abriga uma favela na entrada da cidade há mais de 30 anos”. Essa publicação mostra de forma clara a contraposição de que uma cidade presumivelmente rica tenha uma favela, “com pobre”, “e logo na entrada da cidade”. Uma visão ainda mais preconceituosa e estereotipada aparece no trecho da reportagem abaixo, transcrita na íntegra, trazendo à tona o domínio do espaço e o controle sobre essa parcela da população.

Na edição de hoje (27) do jornal O Diário publicou a retirada de famílias das margens da BR – 070, sentido Barra do Garças. 14 famílias foram retiradas do local. Apenas as 14 foram contempladas no conjunto habitacional Guterres. Entretanto, às margens da BR-070 moram mais de 100 famílias. Retirar 14 apenas... Ainda, da forma que a ação está sendo feita não resolve, **já que o lugar fica limpo e “pronto” para novas invasões.**

Quem chega em Primavera do Leste pela BR-070, sentido Barra do Garças, há mais de trinta anos, se depara com invasões e casebres às margens da rodovia. E, entra prefeito, sai prefeito e está cada vez pior: só aumenta a quantidade de barracos. E, pelo “andar da carruagem” o problema está longe de ser resolvido.

Falta força por parte do DNIT dono da área, em tirar as famílias, falta força e vontade por parte da Prefeitura em assumir a responsabilidade. A Justiça determinou a reintegração de posse. Os mandatos precisam ser cumpridos. Teria o prefeito atual, Leo Bortolin, a coragem e os instrumentos necessários para acabar, de vez, com tais invasões e urbanizar às margens da BR- 070? É um enorme desafio para o gestor. Pois são dois problemas: abrigar as famílias e promover a urbanização.

A Justiça determinou que a prefeitura arque com as despesas do aluguel social. Essa decisão não cabe mais recurso, então por que não fazer já?

Além de abrigar as pessoas, não precisa ser muito inteligente para ver que a prefeitura teria que derrubar os barracos, cortar as árvores e promover a terraplanagem, mesmo sem aterrar, pois ficaria muito alto o custo, neste momento. **Com a área limpa, sem sombra (invasor adora uma árvore para fazer sombra no barraco) e uma rua onde hoje é apenas barracos, mudaria muito o visual da entrada da cidade e impedia novas invasões.**

(Grifos nossos. Jornal O Diário, 27 setembro 2017).

“Melhorar as margens da BR”, título da reportagem do jornal O Diário de 27 de setembro de 2017, significa, nesse contexto e dentro da lógica “empreendedora” primaverense,

pretensamente hegemônica, melhorar a circulação de automóveis e caminhões – e não dotar de melhorar infraestrutura e condições de moradia quem habita as suas áreas lindeiras. Ao ser publicada no editorial da principal mídia impressa da cidade – cujo texto é assinado por um jornalista e advogado de Primavera do Leste – infere-se, que, no mínimo, essa opinião está respaldada em forte medida pela opinião local ou, ao menos, dos clientes e leitores do jornal.

Nos próximos dois itens, detalhamos nossos trabalhos de campo na favela da BR-070, os quais envolveram diferentes momentos entre os anos de 2014 e 2018. Algumas das famílias foram visitadas mais de dez vezes, outras quatro e algumas apenas uma. De acordo com o que constatamos em trabalhos de campo e com informações obtidas no Setor de Habitação da Secretaria de Assistência Social de Primavera do Leste em agosto de 2015, há uma grande rotatividade de moradores na favela da BR-070. A própria mobilidade dessas famílias, buscando trabalho de cidade em cidade, muitas vezes impediu um contato mais amplo. Ao longo dos três anos em que estivemos mais próximos da realidade dos moradores da BR, uma mesma casa chegou a, em períodos distintos, abrigar quatro famílias.

4.3.3.1. Ao norte da rodovia: ocupação mais antiga

A realidade dos moradores nas casas ao norte da BR, pelo que pudemos concluir a partir de entrevistas, é marcada por uma prática socioespacial distinta da realidade das famílias ao sul da rodovia. A frente de muitas casas é voltada para a Av. São Paulo, via com pouca circulação de veículos (**figura 84**). Neste trecho, há, segundo cadastro da Secretaria de Assistência Social datado de 2015, 25 casas predominantemente de alvenaria.

A respeito do processo de remoção devido à duplicação da BR, Dona Aparecida, em entrevista realizada em agosto de 2015, afirma: “Proposta até que tem, mas nós não vamos”. Ela veio de Ribeirão Preto, São Paulo, para Primavera do Leste em 1992. Morou durante oito anos “na fazenda” e está há cinco na favela. Chegou quando “tudo ainda era mato” e ainda podia “pegar carazinho no corguinho (sic) na frente da BH [av. Belo Horizonte]”. Veio para a favela para “não morar de aluguel”. Ela é uma das moradoras deste trecho que não gostaria de deixar a sua casa para ir para o Residencial Guterres: “Por que não deixa nós quieto? Vai olhar a situação sua... banho digno, comida, não vive na rua. Nós já tem um teto, uma sombra...”.

O senhor Beni Rosa, de 70 anos, está há 9 anos na BR e há 23 em Primavera. Nasceu em Goiás e atualmente mora em 28 metros quadrados. Quando chegou à favela pagou 1.500

reais na compra do lote que hoje abriga sua casa de nove peças – três delas alugadas para outros moradores. Conta que “foi sorteado para uma casinha em Primavera III”, mas não foi. “Eu sou fraco, não gosto da III. Eles [alguém da Prefeitura] ofereceram, mas eu recusei, dispensei. É muito longe”. Ele era pedreiro e conta com orgulho que ajudou a construir os bairros Primavera II e Jardim Riva.

Figura 84. Favela da BR-070, ao norte da rodovia

Trecho da favela com casas voltadas para a Av. São Paulo, na altura da Rua dos Cravos. As casas são praticamente contíguas e o acabamento, no geral, de alvenaria. Foto da autora. 20 ago. 2015.

Ambos os entrevistados deste trecho da favela contam que técnicos do DNIT já visitaram o local, mas não souberam precisar quando. Nesta ocasião, teriam afirmado que os moradores estavam em “área de risco e que precisariam sair”. É interessante problematizarmos brevemente a noção de área de risco. Compreendidas como áreas sujeitas a desastres naturais²⁶⁹, contribuem para naturalizar processos que são essencialmente sociais. Os moradores, por meio de um emprego superficial desta noção, passam a ser culpabilizados pela situação em que se encontram ocupando “áreas de risco”, cuja denominação também parece dar a ideia de que nada mais pode ser feito. Nesse sentido, destacamos que as “áreas de risco” apenas existem por que há ocupações devido à própria lógica da propriedade privada e aos processos de valorização do espaço que levam as parcelas mais pobres da população a ocupar locais que, muitas vezes, já

²⁶⁹ Segundo o Ministério das Cidades e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (2007, p. 26), pode-se definir área de risco como qualquer “área passível de ser atingida por fenômenos ou processos naturais e/ou induzidos que causem efeito adverso. As pessoas que habitam essas áreas estão sujeitas a danos à integridade física, perdas materiais e patrimoniais. Normalmente, no contexto das cidades brasileiras, essas áreas correspondem a núcleos habitacionais de baixa renda (assentamentos precários)”. São locais, com frequência, sujeitos à deslizamentos ou a inundações e enchentes. (Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PrevencaoErradicacao/Livro_Mapeamento_Enconstas_Margens.pdf>).

estariam sujeitos a, por exemplo, deslizamentos ou inundações. Essa noção também passa a ser flexibilizada e utilizada para justificar a saída ou permanência dos moradores de suas casas. Assim, se é interessante que os moradores saiam do local, são apresentados uma série de dados e cálculos que comprovem a “área de risco” e justifiquem a remoção.

No caso da ocupação das famílias da BR-070, um dos riscos mais iminentes a que as famílias estão sujeitas é o capotamento de caminhões. De fato, o risco existe para as casas mais próximas à rodovia e dois casos já nos foram relatados em entrevistas. Embora considerar esse tipo de situação como uma “área de risco” pareça, em nossa perspectiva, fugir um pouco da noção empregada tradicionalmente (alavancada por fatores naturais, como erosões ou inundações), é crucial destacar que, dessa forma, a justificativa para a remoção dos moradores passa a ser técnica. Não há debate ou maiores explicações: se a noção de área de risco não estivesse sendo utilizada como álibi para um processo mais amplo e envolvendo a propriedade privada da terra, bastaria, por exemplo, construir novas casas mais afastadas da rodovia ou em outros locais, inclusive no centro da cidade. Na lógica da produção do espaço urbano capitalista, os moradores precisam sair porque são pobres e não são proprietários.

Desde que ficaram sabendo que precisariam sair dali, no ano de 2010, os moradores deste lado norte da BR participaram, segundo eles, de apenas duas reuniões com técnicos da Prefeitura, sendo uma delas no ano de 2014. Pelo que verificamos, há um sentimento de revolta ou mágoa em relação ao modo pelo qual a Prefeitura vem informando os moradores a respeito da saída do local diante da possibilidade de remoção devido à duplicação da rodovia.

Segundo alguns moradores, “a prefeitura falou que deveríamos procurar nossos parentes daqui e morar com eles”. “Parece que a gente não é gente, que pode morar e dormir um em cima do outro só porque é da família”. Técnicos de prefeitura teriam dito ainda para que os moradores de lá “pegassem cama, geladeira, fogão e alugassem uma casa de uma peça (...)”.

Seu Valdeci, há sete anos na favela, pagou 500 reais pelo seu lote. Foi um dos moradores que recebeu uma liminar, denominada por ele por “ordem de despejo”. Ele conta que o “oficial de justiça foi de noite entregar as notificações” e que, em outra ocasião, alguém deixou várias cópias da liminar – tendo como réu outra pessoa – no quintal de uma das casas. Valdeci e outros moradores foram no início de agosto de 2015 à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá. Precisaram voltar à Cuiabá para tratar na Defensoria de outros assuntos relacionados à permanência em suas casas, mas, como nos relataram é uma situação que pode ser feita somente esporadicamente, uma vez que há os custos com a viagem (aproximadamente 150 reais ida e volta de ônibus, por pessoa).

Os moradores deste trecho da favela estão preocupados com a obtenção de água, porque o poço secou e a empresa que fornecia água também cortou o fornecimento. “A Águas de Primavera [empresa da cidade responsável pelo abastecimento de água] pediu escritura, a gente tinha que ter um monte de papel” – contou uma moradora. O poço abastecia todas as pessoas deste trecho de ocupação. As famílias também não contam com rede de esgoto. Apenas há coleta de lixo, pois estão próximos de outras ruas que contam com o serviço. A energia elétrica é “puxada” dos postes de energia próximos. Já chegaram, contudo, a ficar onze dias sem energia pois ela foi cortada, segunda eles, pela Prefeitura. Os moradores contam que vereadores, pessoas ligadas à imprensa ou agentes de saúde não costumam visitar este trecho da favela.

Essas famílias também, em relação àquelas do trecho sul da BR, têm uma relação de desconfiança a respeito da ação do Estado. Segundo depoimentos obtidos no segundo semestre de 2015: “o prefeito prometeu que daria lote para fazer casinha... só se fosse no cemitério”; “o prefeito e a cidade vê de nós tipo uns porco (sic), já jogaram tanta mentira falando que a gente ia sair... Nós é desclassificado”. Como veremos também a respeito dos moradores do trecho sul da BR, as famílias ao norte da rodovia apenas desejam: “um lugar para morar, desde que seja da gente”. A ausência de garantia de direitos básicos perpassa a fala de muitos deles: “nós só é cidadão na hora do voto”, diz Dona Aparecida. O peso de um cotidiano imerso em constrangimentos e na falta de espaços e tempos da fruição aparece em várias falas e gestos de Dona Aparecida: “Não tem ninguém ajudando. Nem para tacar uma pedra para acabar de matar nós”. Ao final de uma de nossas entrevistas no local, ela abriu a bolsa: “está vendo? É um monte de remédio, para tudo... É o que estão fazendo com nós...”.

Embora estejam cientes de que grande parte de seus direitos lhes é negado, a própria demora na definição da lista definitiva para ser enviada à Caixa Econômica Federal com os pré-aprovados – publicada somente em 2017, após mais de dois anos de espera – criava expectativa nos moradores (tanto ao sul quanto ao norte da BR), o que, a nosso ver, contribuía para uma ausência de mobilização. O financiamento de apenas dezessete casas para o Residencial Guterres criou, inclusive, conflitos entre os moradores: alguns foram denunciados, pelos vizinhos, na Secretaria de Assistência Social em relação à lista dos pré-selecionados para o sorteio, uma vez que, segundo relataram, algumas famílias tinham carro e terrenos e não informaram no momento do cadastro. Da mesma forma, mulheres casadas teriam relatado à Secretaria que moravam sozinhas. Tal situação pode ser explicada porque cada morador esperava ver seu nome na lista dos pré-aprovados, o que acabava por afastá-los de um processo

de luta coletiva maior em nome, por exemplo, do direito à moradia (ou ao menos ao acesso a uma moradia menos precária para todas as famílias da favela).

A espera da entrega das casas, portanto, pelo que acompanhamos no decorrer de 2014 ao ano de 2018, além de gerar uma certa inércia dos moradores na expectativa de conseguir o financiamento habitacional, também intensificou conflitos entre os próprios moradores em relação àqueles que conseguiram e que não conseguiram ir para o Residencial Guterres. Os que ficaram, questionam, critérios do sorteio. Após a entrega das casas no Tuiuiú, sobraram entulhos das casas que foram destruídas, em processo que foi incentivado pelos próprios moradores “porque sempre vai chegar mais gente, para invadir”, afirmou um trabalhador da construção civil, há dez anos na favela. Os entulhos, que não foram recolhidos pela Prefeitura, atraem ratos e contribuem para o acúmulo de água, trazendo inconvenientes e risco à saúde daqueles que ficaram.

Alguns dias após a saída das famílias da BR para Residencial Guterres, entregue em setembro de 2017, conhecemos no dia 25 de outubro deste mesmo ano, a família de Janaína. Ela tinha acabado de ser despejada com três crianças pequenas de onde pagava aluguel em uma casa na Cohab Jaime Campos. O marido, pedreiro, estava há 5 meses desempregado. Sem outra alternativa, iria construir um outro cômodo de lona na casa da tia, também na BR. Na **figura 85**, seus quatro filhos dentre os entulhos de casas recém-demolidas.

Figuras 85. Crianças brincam em meio ao entulho de casas demolidas

Crianças recém-chegadas à favela, após menos de duas semanas da demolição das casas das famílias que foram para o Residencial Guterres. 25 out. 2017. Foto da autora.

Essa situação contribui para revelar que, embora tenha existido uma possível melhoria na vida de poucas famílias que foram para o conjunto habitacional Guterres – o qual também, como vimos, está longe de ser uma ideal e democrática para a população de menor renda – a desigualdade de acesso ao solo urbano e à moradia continua posta, gerando uma constante e crescente parcela da população que não tem assegurada as mínimas condições de vida nessas

cidades que, no discurso e parafraseando reportagem a reportagem de Globo Repórter sobre Primavera do Leste, são uma “terra fértil, onde brotam flores e sonhos”.

4.3.3.2. Ao sul da rodovia: ocupação mais recente

O trecho da favela ao sul da rodovia apresenta consideráveis diferenças em relação àquele ao norte, próximo à Av. São Paulo. As casas são distribuídas de modo mais disperso e estão muito mais próximas da BR-070 (**figura 86**). Os moradores precisam atravessá-la para ter acesso ao centro ou aos demais locais com concentração de atividades comerciais e de serviços. Muitos de nossos entrevistados trabalharam anteriormente no corte de cana-de-açúcar em Alagoas. Eram expropriados pelas condições de trabalho e ausência de possibilidades mínimas de sobrevivência. Em Primavera do Leste, procuram, com inúmeras, dificuldades romper com este processo.

Figura 86. Rodovia BR-070 e o trecho sul da favela

Há uma clara proximidade entre o movimento de caminhões e as casas da favela. Uma das maiores preocupações das famílias é que as crianças pequenas atravessem sozinhas para o outro lado. Foto da autora. 16 dez. 2015.

Cristiane morou na favela por oito anos. Ela pagou 2.500 reais por sua casa na BR e já morou nos bairros São José e Genoato, onde pagava 600 reais de aluguel. Já Lucineia que morou cinco anos na BR, veio de Rondônia para o Mato Grosso em busca de trabalho. Pagou 1.500 reais por sua casa e tinha planos para aumentá-la. Ambas eram auxiliares de limpeza em empresas terceirizadas. Lucineia relatou que já teve dois filhos “quase atropelados”:

Logo que eu cheguei aqui, uma carreta quase que matou minha menina. E eu estava com a barriga deste daí. Eu estava dentro da casa e tinha outra pessoa que ficou de olhar ela para mim... Eu só escutei na hora que a carreta freou. Quando eu levantei, com o barrigão dele, para ir lá fora... Ela tinha caído e se assustado, toda machucada, o braço ralou tudo, chinelo não prestou mais. Só que a sorte foi que ela já estava quase chegando [para o outro lado] e foi o

vento da carreta que derrubou ela... Só que o carreteiro parou, ele conseguiu parar, foi lá, acudiu ela e tudo. Um susto. Quando saiu as casas lá na “Três” [Primavera III, no Residencial Padre Onesto Costa] uma amiga passou a casa dela para mim, agora não fica mais tão frente. Daí, melhora um pouco, como eu tenho três crianças... Aí, eu fui para lá. A minha [casa] eu passei para a minha vizinha. E esse daqui [filho de dois anos], depois que estou lá, já passou a BR três vezes. “Cadê o Kauan?”. Procura, procura... Minha filha falou: “mãe, foi lá para o outro lado”. Aí, a gente foi lá e buscou. A outra vez, eu nem estava aqui quando ele passou... Mas, no dia que ele passou que eu vi, eu “vi” ele morrendo. Eu gritava, eu gritava, que eu queria morrer, ele estava bem no meio da BR. Conforme os carros vinham... Como que eu ia pegar o menino, não tinha condições... eu ia ver ele morrendo e sem poder acudir. Até que ele conseguiu passar, na hora que ele conseguiu passar, ele caiu na terra, no chão... A carreta passou.

Tanto Cristiane quanto Lucineia também “morrem de medo de um carro capotar” em cima de suas casas. Em entrevista realizada no em outubro de 2015, Cristiane demonstrou alívio com os avanços das obras para a duplicação da rodovia. Verifica-se uma contradição: a iminência de ter sua casa destruída com o avanço da rodovia aparecia como único meio de uma possível obtenção de uma vida melhor no Residencial Guterres.

Alguém me disse que nós ali da BR é 100% certeza que nós vamos conseguir as casas porque a gente é área de risco, e eu creio também, porque se a gente não for, o que vai ser nós ali? (...) Tem hora que a gente anima, porque vem a promessa. De repente, a gente meio que desanima porque a gente não vê nada cumprido. Agora, **eu estou mais ou menos animada porque eu estou vendo realmente que as obras está vindo. Nos outros anos, “estava vindo”, “estava vindo”, e nunca que a gente via. Agora pelo menos a gente está vendo as reformas e as obras na BR. Então, a gente está animado porque a gente vai...** Lá vai ter melhora, condições de vida, condições um pouco melhor para os filhos da gente (grifos nossos).

Há aqui um claro discurso que apaga o cotidiano. Cristiane, ao demonstrar alívio pelo avanço das obras que acarretariam a remoção dos moradores (e dela mesma), insere-se em um movimento no qual as classes de menor renda passam a reproduzir a ideologia pregada e defendida pelos agentes hegemônicos da produção do espaço, ancorada na defesa irrestrita da propriedade privada da terra e, particularmente em relação à situação da qual tratamos, na higienização do espaço e despejo dos moradores da favela da BR.

Em 2017, Cristiane e Lucineia foram contempladas com as casas do Residencial Guterres. Neste trecho da favela, também constamos, portanto, a utilização da noção de “área de risco” para justificar ou impulsionar a saída das famílias do local. Cristiane, explicando a troca de casas feitas quando alguns moradores da BR foram para Primavera III, pareceu criticar,

contraditoriamente, o processo do qual faz parte: “Enquanto isso aqui não passar e tirar todo mundo de uma vez e passar logo o que tem que fazer, não vai acabar com gente. É sai um, chega dois”. Nota-se uma cobrança da ausência da ação estatal no controle das ocupações nestas áreas, justamente o que permitiu que Cristiane morasse no local.

Do núcleo de casas próximo ao de Cristiane e Lucineia, apenas uma moradora, em entrevista e levantamento realizado em agosto e setembro de 2015 pela Secretaria de Assistência Social, não havia sido selecionada no pré-cadastro para o financiamento das casas do Tuiuiú. Ela recebe uma pensão por invalidez e o marido trabalha, de modo que a renda familiar ultrapassa o limite de dois salários mínimos mensais estabelecidos pelos critérios do MCMV. É mãe de cinco filhos e mora há nove anos na BR, tendo comprado sua casa de uma pessoa que estava há treze anos no local. Antes de morar na favela da BR, pagava 800 reais de aluguel. Lamenta não ter sido pré-selecionada para as casas no Guterres, uma vez que gasta 400 reais por mês apenas em remédios. Além disso, paga 150 reais por mês para que o vizinho, dono de uma chácara, encha sua caixa d’água duas a três vezes por mês – situação que analisaremos mais adiante.

“Daqui só saio com garantia de lote. Eu paro a BR” – afirmou ela, que já participou, por três vezes, do fechamento da BR como manifestação e meio de chamar a atenção para os problemas enfrentados pelos moradores. Duas delas foram em março de 2014 e em julho de 2015²⁷⁰. Parcela dessa forma de atuação talvez seja explicada pelo seu processo de luta em dois assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). No segundo semestre de 2015, estava ajudando em um acampamento do MST em Campo Verde, cidade vizinha à Primavera. Ela destacou que “as pessoas ficam com medo de ocuparem, lutarem, mas a terra é da União – tem muita coisa aqui grilada, inteira grilada. Os outros fala de sem-terra, mas estamos pegando terra da União!”. Tal como desenvolvemos na primeira parte deste tese, no processo de ocupação privada das terras de Mato Grosso houve uma série de mecanismos de burla e grilagem. Ela gostaria de ter ido para o loteamento do MCMV no Tuiuiú e questiona não ter sido selecionada: “como não posso me mudar se tem gente vendendo casa?” – indagou ela, que afirma ter uma pessoa que “pagou 10 mil reais para ser selecionada e ter uma casa em

²⁷⁰ “Moradores fecharam a BR 070 contra ordem de despejo”. *Jornal de Primavera do Leste*, 27 mar. 2014. Disponível em: <<http://jornaldeprimaveradoleste.com.br/2014/03/moradores-fecharam-br-070-ordem-despejo/>>; *Depois de fechar BR, moradores pressionam prefeitura e conquistam auxílio aluguel*. 15 jul. 2015. Disponível em: <<http://jpva.com.br/2015/07/depois-de-fechar-br-moradores-pressionam-prefeitura-e-conquistam-auxilio-aluguel/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Primavera III”²⁷¹. Além disso, também reclama do tratamento dado pela Prefeitura aos moradores da BR: “estão nos tratando como pessoal de fora, como invasores” – em declaração que muito nos remete à discussão que realizamos sobre o “pioneirismo” e a respeito do modo pelo qual a parcela mais pobre da população é vista como não tendo a legitimidade de habitar e pertencer à cidade.

Dona Maria, com quem realizamos diversas entrevistas entre 2014 e 2018, mora no trecho sul da BR e é uma das moradoras que ajudou a “fechar a BR” em julho de 2015. Alagoana, tem seis filhos e mora desde 2013 em um fragmento da favela cujas casas são de lona e papelão (**figuras 87 e 88**). Ela veio para Primavera em busca de serviço e segurança para sua família. Seu marido Antônio era cortador de cana e foi quem chegou primeiro à cidade. Ele nos relatou sua trajetória desde Maceió até Primavera do Leste:

Por dia, ia sete toneladas de cana. Aí eu disse um dia: “Meu Deus...”. Uma comida ali meio coisada, um ovo estalado ali do outro dia, que minha nega disse: “mas tá ruim”. “Você vai, que nós arranja alguma coisa, com certeza”. Ali, nós cheguelmo da cana, meio dia, doze horas em ponto (...). Minha esposa levantava de duas horas da manhã para fazer a comida e eu saía de quatro horas. Quatro horas ela falava: “tá pronto, toma café, escova teus dentes que o carro já tá aí”. Cortava lá... até doze horas. E eu falava “Meu Deus... eu tenho seis filhos para dar de comer. Eu sozinho não dou conta... Eu queria que o senhor me ajudasse a levar...”. Sabe, fia, daí eu fui lá na usina, peguei o facão, e falei assim: “eu não quero mais esse corte de cana”. O homem disse para ir lá dar baixa. Aí, eu tinha uma bicicletinha. Eu disse: “vou vender” – eu peguei o dinheiro, entreguei metade para a minha nega e a outra metade eu disse “eu vou levar”. Meu destino, é meu Deus quem vai me ajudar. “Você vai para onde?”. Eu disse: “eu vou para Nova Olímpia” [PR] (...). Eu já tinha ido uma vez né? Quando eu cheguei lá, meus parceiros tudinho eu não encontrei. Eu ia trabalhar com o corte de cana. Aí, meus parceiros não tinha condições: uns estava preso, outros estava morto (...). Aí, eu vim para Primavera do Leste... (...) Aí, eu disse: “nega, com noventa dias em venho buscar vocês”. Eu disse a Deus para Deus assinar, Deus vai assinar, com certeza. Primeiramente, um rapaz chamado Amaral me levou para fichar e me fichou, pedreiro, nunca tinha classificado a carteira de pedreiro (...) Cheguei lá, trabalhei... (...). Deu um mês e meio e eu disse: “nega, eu arrumei metade do dinheiro”. Quando foi no outro mês, eu disse: eu já estou com dinheiro certo (...). A empresa chamava Cargill... cheguei sem classificação sem nada, ganhando mil e duzentos contos na carteira, vale... Eu disse a Deus... adquiri o dinheiro da passagens deles, cinco pessoas de lá para cá... Daí, cheguei aqui, vi esse barraco, arrumei e

²⁷¹ A seleção dos moradores para as casas do Minha Casa Minha Vida no Guterres contou com várias denúncias. Uma delas, em setembro de 2015, indicava casos de “compra” por 4 mil reais para uma vaga na lista de pré-aprovados (“Moradora reclama que não recebeu visita da SAS para cadastro das ‘casinhas’ no Tuiuiu”. *Jornal de Primavera do Leste*, 31 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://jpva.com.br/2015/08/moradora-reclama-que-nao-recebeu-visita-do-sas-para-cadastro-das-casinhas-no-tuiuiu/>>. “Polícia investiga em Primavera, esquema de negociações na listagem de casas do Minha Casa Minha Vida”. *MT Regional*. 17 set. 2015. Disponível em: <<http://mtregional.com.br/policia-investiga-em-primavera-esquema-de-negociacoes-na-listagem-de-casas-do-minha-casa-minha-vida/>>).

pronto e disse: é meu barraco (...). Trabalhei na ACC [construtora em Primavera do Leste], juntei dinheiro, apoiei meu pé no chão e terminei... gastei mil conto neste barraco.

Figura 87. Favela da BR-070, ao sul da rodovia

Trecho da favela ao sul da rodovia BR-070, em local próximo a “NutriLara – indústria e comércio de cereais”. Observam-se casas de lona e papelão, sem infraestrutura de fornecimento de energia elétrica ou saneamento básico. Foto da autora. 09 de out. 2015.

Figura 88. Casa no trecho sul da BR

Casa de Dona Maria, uma das entrevistas de nossa pesquisa. Do lado de fora da casa, são realizadas tarefas como lavar roupa e louça. Foto da autora. 09 out. 2015.

Seu Antônio trabalhou também em uma fazenda como auxiliar geral, sem carteira assinada, durante mais de três meses. Ficava várias semanas seguidas na fazenda para receber um salário mínimo sem carteira assinada (com descontos da alimentação e hospedagem). Contudo, disse que, apesar do dinheiro que recebia, não compensava ficar longe da família tanto tempo. Hoje, em sua casa moram oito pessoas: ela, os filhos e o marido, que consegue

ocasionalmente algum trabalho como pedreiro ou nas fazendas próximas ajudando a carregar caminhões. Dona Maria sobrevive com os 300 reais mensais que recebe do Bolsa Família. Verificamos o quanto o dinheiro do Bolsa Família é importante quando, nas conversas e entrevistas, o valor recebido por mês parece ser a informação que mais relutam em contar. Em duas entrevistas, primeiro nos informaram um valor menor e, após algumas visitas e possível relação de maior confiança, nos contaram um valor maior. O medo de perder o benefício ou de serem julgadas pela própria condição aparece também quando algumas mulheres mostraram receio de falar o emprego ou o salário do marido, mesmo que sem vínculo empregatício. Foram muitas também as dúvidas a respeito do valor recebido pelo Bolsa Família e da troca de cadastro nas suas cidades de origem para Primavera (o que pode gerar atraso para o recebimento do benefício devido à atualização dos dados do CAD Único).

Em janeiro de 2016, a família conseguiu fazer mais um pequeno cômodo em sua casa: nele, são guardadas as roupas e demais objetos e “dá para usar quando precisa se trocar”. Dona Maria conta que pediu cesta básica em algumas igrejas de Primavera, mas que não foi bem recebida – “me mandaram procurar trabalho, como se eu não quisesse ou tivesse preguiça”. Conta que tem dificuldade para achar emprego, segundo ela, por não saber ler e escrever.

“Aqui não é vida não, a gente está aqui porque precisa”, declarou Cristine, outra moradora ao sul da rodovia. Ela tem três filhos e toda sua família veio de Alagoas, onde conta que “só tem cana”. Em outubro de 2015, conseguiu emprego de auxiliar de faxina em um mercado do bairro. Logo depois, alugou uma “quitinete” perto do trabalho, no bairro Centro Leste, pagando 450 reais de aluguel. Cristiane nos contou, porém, que já estava quase voltando para a BR, porque as contas não estão fechando. Antes dessa casa onde está agora, chegou a ficar uma semana em outra quitinete pagando 250 reais por mês. Mas, saiu porque o banheiro era dividido com mais três famílias e ela não gostou: “não tinha privacidade”. É importante destacarmos que embora Cristiane chame onde morava de “quitinete”, trata-se, pelas condições precárias e divisão com demais famílias (em um local pequeno e com banheiro coletivo), de cortiços.

Aline e Rafaela são irmãs de Cristiane. Também vieram de Alagoas. Cada uma morava em uma casa. Aline recebe 230 reais de Bolsa Família e tem três filhos, de 1, 4 e 6 anos. Nenhum deles estava na creche ou na escola no segundo semestre de 2015. Ela trabalhava na granja Mantiqueira como auxiliar de faxina e recebia um salário mínimo. Precisou pedir demissão, pois um de seus filhos estava muito doente e “a empresa não gostava que ela faltasse”. Aline, em dezembro de 2015, nos mostrou feridas na pele de sua perna e no rosto de um de seus filhos.

Segunda ela, porque a “água do poço é suja e aqui tem bicho demais”. Já Rafaela estava há um ano na favela da BR e mora com seu marido, também sem emprego.

Em janeiro de 2016, Aline e seus três filhos saíram da favela e foram para um cortiço nas proximidades. Aline conta que saiu de lá devido às várias feridas no corpo, mas diz que agora com o aluguel ficou muito mais difícil comprar comida. No cortiço, chamado por ela de quitinete, paga 350 reais mensais de aluguel por três cômodos (quarto, banheiro e cozinha), livres de água e luz. Sua mãe veio de Alagoas para tomar conta das crianças enquanto Aline estava no trabalho, em um mercado nas proximidades e onde recebia um salário mínimo como auxiliar de faxina.

Após dois meses de trabalho, ainda sem configurar vínculo empregatício, Aline foi demitida do mercado, o que dificultou muito sua situação: agora, além dos gastos habituais, também havia o aluguel. Segundo ela, não foram dadas explicações a respeito de sua demissão. Outra trabalhadora do local nos relatou que a vaga era para substituir uma licença maternidade, o que nos leva a crer que a empresa tende a empregar trabalhadores sem a configuração de vínculo, de modo a não ter maiores encargos trabalhistas. Algumas semanas depois e sem conseguir emprego, a mãe de Aline voltou com os netos para Alagoas.

Aline, agora sozinha e desempregada, não pode voltar para a BR porque a casa onde morava foi destruída. “Quando alguém sai, destroem a casa para ninguém mais entrar”. Embora vivam em condições precárias e mal tenham assegurado o direito à moradia, segundo Aline, são os próprios moradores que destroem as casas, seja para ninguém mais entrar, seja para pegar materiais. Aline, assim como outros moradores, tem dificuldades para ser incluída, mesmo que precariamente. Isto é, não consegue morar mesmo que precariamente em um cortiço, tampouco obter um trabalho informal e mal remunerado.

Já o senhor José Silva, entrevistado em outubro de 2015, morou na favela entre 2013 e 2016 (**figura 89**). Estava desempregado havia dois meses e é pai de uma criança de cinco anos de idade. Veio para Primavera porque “não conseguia mais trabalhar na cana”. Morava com a esposa, também desempregada e que recebe Bolsa Família. Em outubro de 2016, Seu José saiu da favela para “trabalhar em Goiás”, segundo relataram seus vizinhos. Na sua casa agora mora Júlio, que recolhe material reciclado na rua (vende a sessenta centavos em uma empresa de reciclagem e tira de duzentos a trezentos reais por mês).

Angélica da Silva tem dois filhos pequenos e que não estão na creche. Ela veio de Alagoas e morava com o marido desempregado há 3 meses. Afirmou que não recebe Bolsa Família porque não conseguiu se cadastrar no Bolsa Família por não ter mais documentos, rasgados por seu ex-marido em uma briga. Ela contou que não conseguiu tirar nova identidade

porque “tem muita gente com seu nome”. Em junho de 2016, Angélica saiu da favela para ir morar com o marido em outro local mais afastado na favela. Em sua casa agora mora Rosilene, que chegou à BR em maio e tem dois filhos, de 10 e 12 anos. Estudou até a 1ª série e tem dificuldades em andar de bicicleta e caminhar até o centro porque fica “sem fôlego”.

Já Dona Alvilaine morou de 2013 a 2016 na favela (**figura 90**) e também veio de Alagoas. Em agosto de 2015, ela estava há oito meses desempregada e o marido há dois. Recebe 112 reais de Bolsa Família. Contou que já foi algumas vezes ao CRAS tentar conseguir doação de cesta básica, mas nunca conseguiu. Em fevereiro de 2016, Alvilaine conseguiu emprego de auxiliar de limpeza em um dos maiores supermercados da cidade. Saía de casa pouco depois das 4h da manhã e ia de bicicleta ao trabalho, onde entrava às 5h. Tinha como intervalo do trabalho o período das 9h às 12h, mas como demorava no deslocamento de bicicleta, chegava em casa quase às 10h e precisava sair novamente pouco depois das 11h. Saía novamente do trabalho às 16h. Eram 20 quilômetros que Alvilaine percorria por dia de bicicleta. Seu marido precisou sair do trabalho em uma fazenda para poder ir com ela ao trabalho pela manhã, já que as “ruas estão escuras e vazias”. Ele trabalhava em uma fazenda a 100km do centro da cidade, ainda no município de Primavera do Leste. A cada ida para o centro gastava cerca de 100 reais custeados de seu bolso. No geral, vinha para a cidade duas vezes por mês, no dia do pagamento e umas duas semanas depois para ver a família. Pediu demissão e estava procurando algum trabalho na cidade. Tomava conta da filha durante à tarde enquanto Alvilaine ainda estava no trabalho. No final de 2016, tomamos conhecimento de que o casal, após uma briga com vizinhos, tinha se mudado dali. O marido teria encontrado trabalho em uma fazenda no estado de Goiás.

Figura 89. Interior de uma casa da BR

Casa de João da Silva. No local, dormem três pessoas: João, a esposa e o filho. Tanto nesta foto quanto na ao lado, há mosquiteiros sobre a cama, indicando a provável presença de muitos insetos. Foto da autora. 16 out. 2015.

Figura 90. Interior de uma casa na BR

Casa de Alvilaine, onde mora ela, a esposa e a filha. Na imagem, a cozinha e a cama da criança. Foto da autora. 16 out. 2015.

Daiane Santos era a moradora mais nova deste trecho da favela em outubro de 2015. Estava lá há seis meses e morava com o marido. Antes de se mudar para BR, pagava aluguel no bairro Parque Eldorado. Ambos vieram do Maranhão. O marido de Daiane sofreu um acidente de trabalho há três meses e veio para Primavera por indicação do irmão, já na cidade. Seu maior sonho “é ter uma casinha para morar”. Ela chegou ficou menos de um ano na favela, e saiu de lá, segundo os vizinhos, porque nem ela nem o marido conseguiram trabalho.

Na **figura 91**, podemos perceber na própria morfologia da favela a lógica da propriedade privada. Há muros improvisados separando o terreno das casas. Segundo Dona Maria, “assim ficou melhor, porque as crianças brincam no seu canto”. Também, segundo os moradores, é uma forma de se obter privacidade, uma vez que algumas atividades, como lavar roupa, são realizadas do lado de fora das casas.

Figura 91. Muro separando duas casas na favela da BR

Foto: Samuel Henrique Bezerra Leandro. 26 fev. 2016

A maioria das famílias deste trecho da BR obtinha água pagando 50 reais por mês para usar água de um poço da propriedade vizinha. Essa água é armazenada em um outro poço, aberto e no chão, mais próximo às casas dos moradores. Aqueles que não conseguem obter água nas proximidades de suas casas, conseguem com vizinhos e utilizam baldes para carregá-la (**figura 92**). Muitas famílias não têm geladeira e algumas delas, quando precisam armazenar determinado alimento, utilizam a de vizinhos mais próximos.

Figura 92. Morador da BR carrega água para consumo

Rodovia da BR-070, sentido Barra do Garças. O casal estava sem água havia três semanas, porque o poço mais próximo tinha secado. Estavam conseguindo água, neste período, com conhecidos. Foto da autora. 08 dez. 2015.

Dona Antônia é mãe de seis crianças e em sua casa também morava sua irmã, com mais seis filhos. Ao todo, eram quinze pessoas. Era a família com maior número de pessoas conforme cadastro da Secretaria de Assistência Social realizado em 2015. Em maio de 2016, a cunhada de Antônia já tinha se mudado e a casa abrigava ela, o marido e seus filhos (**figura 93**). Dona Antônia, em Primavera há quatro anos, trabalhava em uma granja, mas foi demitida alguns meses depois de ter retornado da licença maternidade. Hoje, sobrevive com o Bolsa Família.

Foto 93. Família de Antônia em julho de 2016

Filhos de Dona Antônia do lado externo da casa. 20 jul. 2016. Foto da autora.

A família de Antônia – que, embora pré-selecionada, não foi sorteada para o Residencial Guterres – é uma das que observamos ter mais dificuldades para obter luz e água. Ela paga de 150 reais a 200 reais por mês para o dono do padrão de energia (onde se localiza o medidor da energia consumida), que mora em uma chácara atrás de sua casa. Mesmo em uma família

numerosa, esse valor parece não se justificar porque a energia elétrica é essencialmente para iluminação. Antônio não tem geladeira, máquina de lavar ou chuveiro elétrico, que poderiam consumir mais energia. Como nos relatou, a maioria do dinheiro que recebe do Bolsa Família é destinado ao pagamento da luz.

Outro problema para Antônio é a obtenção de água: se em algumas casas ainda é possível pegar água de poço no próprio terreno ou pagar de 50 a 150 reais por mês para que os vizinhos próximos (das chácaras mais afastadas da BR) o encham, sua situação é mais delicada. Ela não teve como pagar para o vizinho pela mangueira ou pelos canos para que fosse possível comprar a água. Também não conseguiu pedir ajuda para os moradores próximos, muitos com poços já secando. Assim, por três anos, buscou água na frente de sua casa, do outro lado da BR, em uma secadora de grãos. Havia uma torneira do lado externo e, durante várias vezes ao dia, ela atravessava a rodovia para encher os baldes de água. No início de 2016, a empresa proibiu que os moradores continuassem pegando água, mesmo que eles, ao saberem da proibição, tenham se proposto a pagar. Atualmente, Antônio e os filhos obtêm água, para todas as atividades domésticas e para consumo, na obra de uma creche e de uma escola, na Av. Santo Antônio, e a aproximadamente 500 metros de sua casa. Quando a obra ficar pronta, Antônio não sabe o que irá fazer.

Uma reclamação em comum a Dona Antônio e a todas as mães que entrevistamos foi o gasto elevado com material escolar e roupas de uniforme para as crianças. No início do ano, grande parte ou todo o dinheiro do Bolsa Família é consumido para esta finalidade. Dona Maria pagou 500 reais de material escolar para os filhos e ficou sem dinheiro no mês de janeiro. O mesmo ocorreu com Dona Antônio, que seis meses depois ainda não tinha conseguido adquirir todas as roupas e materiais dos seis filhos. Dona Alvilaine nos contou que chegou a receber duas notificações da creche porque sua filha estava usando “roupa velha e rasgada”. “Nem sempre a gente tem uma roupa melhor para colocar, né?”.

As preocupações dos moradores da BR aumentam no período de chuvas, entre setembro e março. Segundo Cristiane, ex-moradora da favela (atualmente no Residencial Guterres):

Tem casa ali que quando chove, chove tudo para dentro da casa. Desce com tudo. Tem a geladeira de uma colega igualzinha à minha que já estragou tudo em baixo de enxurrada que dá. Ela já achou cobra na porta dela... esses caramujos que dá agora, enche tudo. Não pode deixar sujo, mas mesmo assim eles vêm. A cozinha da minha colega afundou com a chuva, ela perdeu tudo.

As chuvas, quase diárias e muitas delas fortes, colocam em risco a estrutura de algumas casas. É o caso da casa de Dona Valdaílda da Silva, que chegou de Maceió à favela com mais

5 filhos. O marido dela já estava em Primavera há três anos trabalhando como jardineiro em uma fazenda e onde ficava de segunda à sexta. Ela morou com a família no local entre junho de 2016 ao segundo semestre de 2017, quando o marido perdeu o emprego.

Nenhum dos moradores deste núcleo, segundo nos relataram em entrevistas, tinha sido cadastrado para a primeira seleção e pré-cadastro para financiamento das casas do Residencial Guterres. Embora alguns deles tenham meios para comprovar que estão há mais de dois anos em Primavera do Leste, muitos não souberam inclusive quando a Prefeitura de Primavera do Leste abriu um recadastro para seleção das casas no mesmo residencial, em maio de 2016. Trata-se de uma situação clara de como a falta de acesso à informação pode criar empecilhos à possibilidade de garantia de direitos mínimos, como uma moradia adequada.

O ritmo da própria vida cotidiana também parece afastar os moradores da BR de um engajamento maior para a busca de seus direitos mínimos. Quem nos pareceu mais ciente de seus direitos e com um poder para articular os demais moradores foi uma das militantes do MST, mas, com sua maior dedicação ao Movimento, aos poucos pareceu se afastar da luta pela permanência na BR. Aline, Angélica e Rafaela apenas foram com muita insistência nossa à Defensoria Pública para tentar garantir vaga em creches para os filhos ou pensão alimentícia. Como fatores que obstaculizam a obtenção desses direitos mais imediatos, colocamos a ausência do acesso à informação, a própria falta de tempo e a falta de transporte público. O fato de algumas mulheres terem filhos de colo e se deslocarem geralmente de bicicleta torna a ida a locais como a Secretaria de Assistência Social, CRAS e Defensoria Pública mais difícil. No caso de Dona Antônia, grande parte de seu tempo diário é perdido carregando os galões de água.

O acesso a determinado serviço implica, neste contexto – além da própria renda de cada morador, na disponibilidade de tempo e na obtenção de informações – bem como na distância a ser percorrida desde o local de moradia. Investigar a trajetória desses trabalhadores, em constante busca de terra e de trabalho, mostra-se como um leque de investigações ainda pouco explorado no contexto dessas cidades dinamizadas em parte pela agricultura capitalista, inclusive no escopo de uma perspectiva crítica da produção do espaço.

Muitos dos moradores que encontramos e com quem conversamos no decorrer dos quatro anos desta pesquisa não estão mais em Primavera do Leste: saíram para buscar outras possibilidades de vida e de sobrevivência em outras cidades.

Se nas cidades dinamizadas pela agricultura capitalista há aspectos similares aos de demais cidades – e próprios da produção do espaço urbano, como os processos de valorização do espaço e de expropriação – talvez possamos apontar como uma outra especificidade uma

menor chance de acesso a determinadas possibilidades que demais cidades poderiam oferecer. Um desses exemplos é o desejo de Dona Maria e Dona Alvilaine em frequentarem um curso de alfabetização para adultos. Mas, esse curso não é oferecido já há alguns anos pelo município. Além disso, as famílias contam com um menor auxílio do Estado e pelo que nos relataram – e uma ajuda apenas esporádica na forma de doações (alguns alimentos ou brinquedos para crianças em datas comemorativas) de associações, ONGs ou igrejas. O fato de muitos serviços especializados (como cursos, atendimento médico...) estarem somente em Rondonópolis ou Cuiabá também é um obstáculo ainda maior para essas famílias, que não podem arcar com os custos do transporte ou perder um dia de trabalho no deslocamento ida e volta.

Neste contexto, as famílias da BR, e a população no geral de menor renda em Primavera do Leste, estão fortemente sujeitas à uma imobilidade de escolhas e de possibilidades diante de um processo de segregação intenso e violento fundante da produção do espaço urbano no espaço capitalista. A realização dos trabalhos de campo na favela do BR nos relevou famílias expropriadas de condições básicas da vida urbana e, inclusive, da própria sobrevivência. Como afirma Damiani (2004), há uma impossibilidade da vida urbana para todos, de modo que grande parte da população vive apenas fragmentos da cidade, relances do urbano. Diante de uma “economia que se realiza criticamente” e que tem como resultado um “mundo de massas despossuídas”, reproduz-se o processo de “urbanização crítica” (DAMIANI, 2004).

Como conteúdos da espoliação e da expropriação no seio desta “urbanização crítica” é possível citarmos não apenas a dificuldade e precariedade de acesso a infraestruturas e serviços essenciais à vida urbana, mas também a própria tendência das relações sociais serem a todo momento perpassadas pela mercadoria – agudizando as relações de exploração no e do cotidiano. Tal situação foi observada no caso de Dona Antônia, cuja relação monetarizada pela obtenção de energia impõe consequências profundas à sobrevivência da própria família. O valor exorbitante a ser pago acirra ainda mais a exploração diante da situação difícil em que a família se encontra.

O que se revela no uso entre o espaço do morar e o espaço da especulação e destinado sobretudo ao valor de troca é um conflito de classe pelo espaço. Tais conflitos não surgem com grande visibilidade nestas cidades mediadas pela agricultura capitalista devido à grande força da ideologia do “agronegócio” e do “pioneirismo” preenchida pelos álibis do trabalho, do esforço individual e do merecimento de cada um àquilo que conquistou – supostamente como resultado somente de sua capacidade ou empenho.

Ocasionalmente, surgem alguns questionamentos pontuais que questionam ou dão visibilidade à situação precária enfrentada por muitos dos habitantes de Primavera do Leste. Em

maio de 2017, uma família composta por 3 adultos e 4 crianças ocupou uma das casas que ainda não havia sido entregue no Residencial Guterres. Segundo o morador, em depoimento ao jornal O Diário, o dinheiro da família não era suficiente para a sobrevivência e o aluguel. Desde o segundo semestre de 2016, também são frequentes algumas crianças que moram na BR pedirem dinheiro principalmente aos finais de semana em local próximo à pista de caminhada e ao Banco do Brasil.

Por fim, cabe destacar que a segregação espacial esmiuçada nesta parte da tese, assim como a ideologia do “pioneirismo” e do mérito pelo trabalho, é apreendida não somente em minha vida em Primavera do Leste por meio das mais diversas falas de pessoas oriundas das mais diversas classes sociais – como na recorrente afirmação pejorativa de parcela dos primaverenses de que depois da reportagem do Globo Repórter “chegou um monte de nordestino” e “pobre”–, mas também de forma escancarada em meu trabalho como docente.

Em uma mesma sala de aula estão eventualmente reunidos estudantes tanto de baixo quanto de alto poder aquisitivo. Se alguns são filhos e filhas de fazendeiros e chegam em caminhonetes de luxo para assistir às aulas, outros já deixaram de ir à escola por não terem sapato para andarem debaixo do sol em longas caminhadas. Ou não entregaram atividades, muitas vezes, por vergonha, de relatarem determinado problema ou situação. Estudantes mais pobres e nordestinos são, às vezes, chamados de “maranhenses” pelos estudantes mais ricos.

Houve um caso de um estudante que sofria *bullying* porque o pai trabalhava na Granja Mantiqueira. Ao notar que ele estava com muitas faltas consecutivas, perguntei aos demais se sabiam o que estava ocorrendo. Tive como resposta de que, se ele estivesse em sala, “eu perceberia”. Sem entender, ouvi o complemento de outro estudante que era por causa do “mau cheiro” (devido ao fato de seu pai trabalhar na Granja Mantiqueira). Também tive como estudante a filha do proprietário de um terreno de um hectare e à venda por um milhão de reais, fato apenas descoberto após o mesmo terreno ter sido utilizado como exemplo em uma aula de Geografia Urbana.

Para além do desafio por vezes bastante difícil e doloroso trabalho docente de lidar e ensinar em situações como essas, esses adolescentes deixam transparecer, em sala de aula, o que ouvem em casa e na cidade em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter o urbano como ponto de partida e a produção do espaço como fio condutor de nossas investigações trouxe necessariamente uma nova abordagem sobre essas cidades implantadas rapidamente na expansão e reprodução da fronteira do capital. Nossa pesquisa trouxe o desafio de realizar uma inversão analítica no que tange aos estudos das consideradas “fronteiras agrícolas” do Centro-Oeste, colocando a centralidade em um urbano pleno de contradições.

Essa perspectiva teórico-metodológica procurou romper com o que aparece na realidade e nos estudos de modo fragmentado, em uma dicotomia entre cidade e campo, agrário e urbano. Neste contexto, também apresentou as dificuldades que este exercício necessariamente propõe – trazendo ao debate a necessidade de abordagens renovadas do que surge de modo cindido. Enfatizamos, assim, no contexto da expansão territorial capitalista brasileira rumo ao Centro-Oeste, a produção de cidades como grande e rentável negócio.

A centralidade dos negócios, na abordagem adotada nesta pesquisa e na inversão do debate ora proposto, estava nos negócios com a própria terra. A rentabilidade estava não somente na compra e venda de terrenos isolados, mas na própria invenção de cidades, já estrategicamente concebidas como negócio e edificadas sob a égide da mercadoria. A concentração fundiária que se intensificou nesse movimento de ocupação capitalista do território mato-grossense teve como resultado um forte domínio do espaço nas mãos de poucos agentes hegemônicos, os quais ainda hoje contam com uma pesada ingerência econômica, política e social nestes espaços em um primeiro momento de aproximação somente de interesse do “agronegócio”.

Evidenciando que se trata de um processo realizado no interior da produção do espaço e em um momento histórico marcado pela generalização da urbanização e no qual a acumulação capitalista se realiza por meio do espaço, fazemos emergir os conteúdos da produção de uma cidade erigida como próprio investimento fundiário e imobiliário (e não refém dos investimentos do agrário). Revelamos, neste sentido, que o urbano é o negócio em torno do qual os demais negócios orbitam – e não o contrário, como frequentemente apresentado a respeito desse conjunto de cidades negócio da fronteira.

Aprofundando no que Primavera do Leste apresenta de específico, retomamos alguns dos momentos de sua produção do espaço, tendo articulado esse processo também ao que é comum ao processo de ocupação de muitas dessas cidades mais nitidamente dinamizadas pela agricultura capitalista mecanizada, como a dominação privada de grandes propriedades nas

mãos de grupos empresariais. Demonstramos, dessa forma, que a própria implantação da cidade foi pensada para ser um negócio e realizar estratégias de classe.

Desvendamos as contradições espaciais de Primavera do Leste considerando, portanto, que a mercadoria que comandava primordialmente o processo de incorporação de Mato Grosso às grandes estratégias capitalistas era a própria propriedade privada da terra. Essa ocupação, determinada hegemonicamente em grande medida por agentes sociais com capital oriundos do Centro-Sul do país, teve como fundamento aprisionamento de terras dinamizado por uma modernização conservadora (a grilagem, a escravidão por dívida, os incentivos fiscais...). A ocupação da Amazônia Legal brasileira, vale lembrar, apenas foi empreendida pela violência e pela expropriação, em uma luta pelo espaço na qual estão tanto os rentistas, grileiros, grandes empresários, proprietários e latifundiários quanto o posseiro, o camponês, os povos indígenas. As contradições espaciais dessas cidades não se explicam sem a concentração fundiária e sem as relações de produção e acumulação de capital gestadas desde sua ocupação – conteúdos fundamentais para iluminar os processos constitutivos da produção do espaço primaverense. A questão agrária, nesta perspectiva, não se restringe ao campo, da mesma forma que o urbano não está somente na cidade.

O cercamento de terras realizado pela constituição e monopolização da propriedade privada liderado por grandes capitalistas e um seletivo grupo de “pioneiros” trouxe consigo uma concentração fundiária que se desdobrou nas mais diversas ingerências nos processos de produção do espaço urbano. Essa ocupação capitalista do território mato-grossense e uma urbanização recente e intensa baseada na concentração de terra, poder e capital, na qual fazendeiros, investidores da sojicultura ou simplesmente rentistas loteiam grandes porções de terra em um lucrativo negócio, estão nos fundamentos das contradições espaciais produzidas e reproduzidas no espaço urbano primaverense, diretamente ligadas à lógica da acumulação capitalista com base na propriedade da terra.

A ocupação de Primavera foi, no geral, atrelada a grandes grupos empresariais do Centro-Sul brasileiro ou investidores individuais com recursos para investir. Hoje, esses “pioneiros” são proprietários dos melhores e mais valorizados terrenos da cidade, dividindo uma pequena parcela de sua atuação no mercado imobiliário com novos agentes (no geral, responsáveis pelos loteamentos mais distantes do centro). Essa dominação privada do solo urbano por poucos proprietários tem como uma de suas consequências uma urbanização oligopolista na qual implantam-se loteamentos onde e quando é mais conveniente aos interesses fundiários privados.

A produção da cidade, como um grande negócio e com o tempo do capital imposto de modo brusco e hegemônico estão, neste sentido, no cerne da explicação da intensidade dos processos e da força da segregação. A velocidade e o ritmo da urbanização em uma terra considerada como “vazia” teve como uma de suas implicações a instituição avassaladora da lógica capitalista. Da mesma forma, o ritmo acelerado da reprodução da fronteira, que já nasce como fronteira do capital e foi concebendo o espaço à lógica e ao tempo capitalista, impôs uma cidade que já nasceu adulta, em sua força máxima de desenvolvimento e da racionalidade do capital.

Essa cidade que tem dono, cujos fundamentos acirram e apenas se realizam pela mais profunda desigualdade, realiza e perpetua a dominação de classe. A dimensão dramática dos elementos de tutela de grande parte do espaço e da propriedade nessas cidades sob o domínio de poucos agentes hegemônicos (empresários, rentistas, proprietários) manifesta-se tanto no mercado imobiliário como nas relações sociais, por parte dos ditos “pioneiros” e da imposição do urbanismo, de espaços higienizados, de um acentuado monitoramento e vigilância dos espaços urbanos. Trata-se de uma cidade mercadoria cujas relações repelem e negam a diferença e o outro, impondo uma homogeneidade social e estética.

Nesse sentido, Primavera do Leste, forjada como uma cidade que tem dono, reproduz os diversos mecanismos de dominação de cada um dos elementos do trinômio terra-poder-capital, de forma articulada, garantindo que estejam no controle sempre dos mesmos grupos. Nessas cidades que têm donos, a própria cidade realiza-se como um bem privado: esses “pioneiros”, que pertencem à uma elite local vinculada às oligarquias políticas e econômicas somada a novos grupos de investidores, preocupam-se em realizar um domínio do espaço baseado não simplesmente na negociação de terras e ingerência quase total sobre o mercado imobiliário. Definem, por meio dos mais diversos mecanismos, quem irá pertencer à cidade, onde, quando e se aos mais pobres será permitido a moradia.

A dimensão do privado nestas cidades é colocada, assim, em uma dimensão extrema. A cidade que tem dono é marcada pela violência, inerente à própria privada capitalista da terra, e aqui somada a um acentuado controle das práticas espaciais e a um poder em relação ao espaço que se realiza no plano econômico, político e social. Reitera-se, nesse conjunto de cidades, mecanismos historicamente presentes na sociedade brasileira, em um processo no qual as oligarquias locais garantem sua existência e seus negócios por meio de práticas ligadas à acumulação de capital e ao forte patrocínio do Estado.

Uma cidade que é vista e concebida como um bem privado traz em seu conteúdo elementos do que há de mais atrasado na capitalismo brasileiro travestido de modernidade, de

riqueza, de qualidade de vida. A ingerência e a legitimidade dos “pioneiros” sobre a propriedade e sobre a cidade são reforçadas por meio do ideário do “pioneirismo”, pautado na ideologia de que Primavera do Leste é uma “terra de oportunidades” para todos e o tempo todo.

A lógica da acumulação que deve ser seguida por todos e a todo custo: aqueles que não acumulam e enriquecem não são bem-vindos. Não é apenas uma lógica ancorada na lógica mercadoria, mas uma lógica que, ao tentar se fazer hegemônica, tende a aniquilar as diferenças, impondo padrões de classe e de sociabilidade e exterminando ou menosprezando o diferente: como ocorreu com o território indígena e atualmente ocorre com maior força em relação ao pobre, ao negro, ao nordestino.

Se essas cidades são fonte de investimento para grileiros rentistas que atualmente desfilam como grandes e renomados empreendedores, também ocultam uma população pobre que não tem acesso à terra ou ao trabalho. Ela tem dificuldade para se incluir, mesmo que precariamente, seja no início da produção de Primavera do Leste como fronteira, quando era preciso povoar a região e precisava-se de mão de obra barata e abundante para “abrir” o Cerrado e trabalhar na construção civil, seja atualmente, carpindo o terreno do algodão ou em demais trabalhos braçais e temporários nas fazendas distantes do núcleo urbano.

Assim, se por um lado essas cidades parecem esbanjar riqueza, também reproduzem uma população pauperizada das próprias condições de sobrevivência e que tende a apenas encontrar locais de moradia às margens das rodovias ou nas periferias. Ou, ainda, que se desloca contínua e constantemente, de cidade em cidade, em busca de trabalho.

A segregação, entendida como um elemento fundante da produção do espaço urbano capitalista, é vivida possivelmente de forma mais intensa nestas cidades porque já surgiram a partir de um único sentido de cidade (como negócio) e tiveram um incisivo direcionamento para que fosse empreendê-lo e realizá-lo. Assim, a cidade – lócus da concentração, dos conflitos, mas também das inúmeras possibilidades que a vida urbana pode oferecer – nasce, tendencialmente, como vazio diante do próprio processo de constituição da fronteira do capital e de um processo de produção do espaço com forte direcionamento para permitir a continuidade do processo de acumulação.

A urbanização nesta cidade que tem dono, cujas relações espaciais são arraigadas de um discurso meritocrático e classista, apenas se realiza pela desigualdade e pela segregação – resultado, em uma sociedade de classes, do acesso à propriedade privada e fundada na produção social do espaço urbano e em sua dominação privada. Se a desigualdade e a segregação são inerentes à produção do espaço capitalista, permitindo refletir sobre o que há em comum às

mais diversas cidades, esse maior controle da propriedade nos indica caminhos para compreender o que essas cidades parcialmente dinamizadas pela agricultura capitalista apresentam de específico em relação aos traços mais gerais da urbanização brasileira.

Assim, lançamos um olhar à produção do espaço do que outras perspectivas teóricas denominam de “cidade do agronegócio”, para nós cidade negócio, relativizando o atrelamento direto dado a essas cidades entre o agrícola e os processos de urbanização, elucidando que elas mesmas são um investimento bastante rentável. Para além dos processos de tecnificação e mundialização ligados à produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização da soja ou demais commodities, cabe investigar as contradições que a ideologia do “agronegócio” procura esconder. O caráter rentista, ancorado na concentração fundiária e com entranhadas consequências à sociedade como um todo, desdobra-se, dia após dia, nesta cidade que tem dono, cujos conteúdos estão impregnados das mais profundas contradições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Rafael Assumpção de. **A boa sociedade: história e interpretação sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 298p.
- AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>>. Acesso em: set. 2018.
- ALBALADEJO, C. *Dinámica de la inserción territorial de la agricultura pampeana y emergencia del agribusiness*. In: GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. (ed.) **El agro como negocio: producción, sociedad y territorios en la globalización**. Buenos Aires: Biblos, 2013, p. 67-96.
- ALMEIDA, Luciana Schleder. **Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no Meio-Norte mato-grossense**. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ALVAREZ, Ricardo. **Os vazios urbanos e o processo de produção da cidade**. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- ALVES, Glória da Anunciação. “A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- ARRUDA, Zuleika Alves de. **Onde está o agro deste negócio? Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio**. Campinas, 2007. Tese (Doutorado em Ciências), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.
- ARRUZZO, Roberta Carvalho. “Modernização agrícola, trabalho e organização especial na BR-163”. In: BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna (orgs.). **Geografias da soja: BR-163. Fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010.
- BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
- _____. **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**. São Leopoldo: Oikos; Cuiabá: EdUFMT, 2010.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Amazônia**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

BERNARDES, Júlia Adão. **Técnica e trabalho na fronteira de expansão da agricultura moderna brasileira**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005. pp. 1821 -1835.

_____. “Modernização agrícola e trabalho no cerrado brasileiro”. IX **Colóquio Internacional da Geocrítica**, 2007. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/juliaad.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

_____. “Agricultura moderna e novos espaços urbanos no cerrado brasileiro”. **Revista. Tamoios**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 1, Jan./jun. 2007b.

_____. Cadeia carne/grãos: novas fronteiras do capital no cerrado da BR-163 mato-grossense – Brasil. In: **Anais do XI Colóquio Internacional Geocrítica**. Buenos Aires, 2010.

BIONDI, Antônio; HASHIZUME, Maurício. **Contradições marcam o avanço do agronegócio**. Disponível em: < <http://mapasocial.reporterbrasil.org.br/indexc4f7.html?p=7>>. Acesso em: set. 2018.

BRENNER, Neil. “*Urban theory without and outside*”. In: BRENNER, N. (Ed). **Implosions/Explosions: towards a study of planetary urbanization**. Berlim: Jovis, 2014.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. “Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho”. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-ômega, 1982.

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo. Disponível em: < http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/mercado-de-balcao/titulos-financeiros/cedula-de-produto-rural-cpr.htm>. Acesso em: out. 2018.

BURGARELLI, R. *et all*. **1% dos donos de imóveis concentra 45% do valor imobiliário de São Paulo**. O Estado de S.Paulo, 13 agosto 2016. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,1-dos-donos-de-imoveis-concentra-45-do-valor-mobiliario-de-sao-paulo,10000069287>>. Acesso em: 28 set. 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE. **História de Primavera do Leste**. Disponível em: < <http://camarapva.com.br/livro.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

CARAZZAI, Estelita Hass. **Loteamento de fazendas comanda expansão urbana**. Folha de S.Paulo, 13 outubro de 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. “Da ‘organização’ à ‘produção’ do espaço no movimento do pensamento geográfico”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO; Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011a.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011b.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória Anunciação; PADUA, Rafael Faleiros (orgs.). **Justiça Espacial e o Direito à Cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (orgs.). **Geografia Urbana Crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018.

CASTRO, Sueli Pereira *et al.* **A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: EdUFMT, 1994

CENSO AGROPECUARIO. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default_tab_munic_xls.shtm>.

Acesso em: jun. 2016.

CERUTTI, Leandro Genoíno. **Deslocamento social e trabalho temporário: práticas e relatos de trabalhadores em Primavera do Leste – MT**. Mestrado em História, Universidade Federal de Mato Grosso, 109f. Cuiabá, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2000.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. **Sorriso de tantas faces: a cidade (re)inventada Mato grosso – pós 1970**. Cuiabá, 2005. Mestrado em História, Universidade Federal de Mato Grosso.

DAMIANI, Amélia Luisa. “Urbanização crítica e situação geográfica”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. “A geografia e a produção do espaço na metrópole: entre o público e o privado”. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (org.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005.

ELIAS, Denise. “Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil”. **Scripta Nova**. Barcelona/Espanha, 2006, v. 1. pp. 59-81.

_____. “Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil”. **Revista Brasileira de Estudos Regionais**. V. 13, n. 2. nov. 2012. 153 - 167p.

ELIAS, Denise *et al.* “Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana”. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. v.12, n.18, 2016. p.265-288.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. “Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, 2007. v. 9, v. 1, pp. 25-39.

_____. “(Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio”. **GEOgraphia**. Dossiê 2015, ano 17, n. 35, 2015.

FELLET, João. **As silenciosas mortes de brasileiros soterrados em armazéns de grãos**. BBC News Brasil, 28 de agosto de 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45213579>>. Acesso em: 03 set. 2018.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Cidades de Mato Grosso: origem e significado de seus nomes**. Cuiabá: J. C. V. Ferreira, 2008.

FIORAVANTI, Livia Maschio; ALCÂNTARA, Willian Magalhães de. **Atlas Socioespacial de Primavera do Leste**. Primavera do Leste, 2017. 72 p.

FREDERICO, Samuel. **Modernização da agricultura e dispersão do Meio Técnico Científico Informacional: o surgimento de cidades funcionais ao campo moderno nos fronts agrícolas**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009, pp. 1-25.

FREITAS, Sthephanie. **Dr. Edgar Cosentino: fundador de Primavera!** Disponível em: < <http://www.cliquef5.com.br/blogs/blog-primavera-30-anos/pva-29-anos/dr-edgard-cosentino-fundador-de-primavera/71919>>. Acesso em: 14 de abril de 2016.

- FREITAS, S; MONTEIRO, Luciano. Jornal O Diário. Edição especial 30 anos. Maio de 2015.
- GONÇALVES, Cláudia Pereira. **Divino tserewahú, vídeo nas aldeias e uma etnografia de encontros intersocietários**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2012. 316f.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. “Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso”. **Confins [Online]**, n. 25, 2015. Disponível em: <<https://confins.revues.org/10446?lang=pt>>. Acesso em: 30 abr. 2016.
- GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; KAWAKUBO Fernando Shinji. “Povos indígenas do cerrado, territórios ameaçados: Terras Indígenas Xavante de Sangradouro/Volta Grande e São Marcos”. **Agrária**, São Paulo, nº 3, pp. 16-46, 2006.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1999.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. “Cidades de Fronteira”. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (org.). **Relações cidade-campo: Fronteiras**. Goiânia, Ed. UFG, 2000.
- _____. **A Lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil Contemporâneo**. Cuiabá: UNICEN, 2002.
- _____. “Mundo do trabalho. Mato Grosso: cidades, vilas e outras áreas entre o urbano e o rural”. In: HARRES, Merluzza Marques; JOANONI NETO, Vitale. **História, terra e trabalho em Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT; Unisinos; Oikos, 2009
- HAESBAERT da Costa, Rogério. **“Gaúchos” no nordeste: modernidade, desterritorialização e identidade**. São Paulo, 1995. Tese (Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- HARVEY, David. **Los límites del capitalism y la teoria marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- HEREDIA, Beatriz *et al.* Sociedade e economia do “agronegócio no Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 25. n. 74. Out. 2010. pp. 159-196.
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/>>. Acesso em: jun. 2016.

INSTITUTO Socioambiental – ISA. Terras Indígenas Disponível em: < <https://www.socioambiental.org/pt-br/tags/terra-indigena-4>>. Acesso em: ago. 2018.

JOANONI NETO, Vitale (org.). **Política, Ambiente e Diversidade Cultural. VI Seminário do ICHS – UFMT**. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

_____. **Da esperança do El Dorado à degradação do Humano**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, 1970.

_____. **A re- produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Do grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. Do original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Versão tradução de fev. 2006.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte; Humanitas, 2004.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2008.

LIMA, Ronei Coelho de. **O uso corporativo do território pelo agronegócio e a questão da logística de transportes em Mato Grosso**. Tese – Doutorado em Geografia. Brasília, Universidade de Brasília, 2015.

MARQUES, Ana Claudia. Pioneiros de Mato Grosso e Pernambuco Novos e velhos capítulos da colonização no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 28 nº 83, outubro de 2013.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

- _____. **A Sociedade vista do Abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. **O Cativo da Terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2014.
- MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. **A cidade “sem infância” no universo pioneiro de Chapadão do Sul (MS)**. São Paulo, 1993. Dissertação de Mestrado (Geografia Humana), Universidade de São Paulo.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- MORENO, Gislaine. **Terra e Poder em Mato Grosso: Políticas e Mecanismos de Burla 1892 – 1992**. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas/FAPEMAT, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. 1997. 495f. Tese (Livre – Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- _____. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. Revista de Estudos Avançados. São Paulo: IEA USP. V. 15, n. 43, p. 185 – 206. Set/Dez 2001.
- _____. **Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- _____. **A mundialização da agricultura brasileira**. Iânde Editorial, São Paulo, 2016.
- OLIVEIRA, Bernadete Castro de. “Cultura e Natureza: um exemplo entre os Xavante da TI Sangradouro/Volta Grande-MT”. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 23, p. 18-32, jan./jun. De 2008.
- ONDEI, Vera. **Arrumando a casa**. Dinheiro Rural, 131 – nov. 2015. Disponível em: < http://eltejar.com/wp-content/uploads/2015/11/48-a-50_Rural131_El-Tejar.pdf>. Acesso em: 01 maio de 2015.
- PACHECO, Antonio P. Grupo **El Tejar deve ser investigado por operações ilegais de compra de terras em Mato Grosso**. 28 mai. 2015. Disponível em: < <http://www.copopular.com.br/2015/05/28/el-tejar-deve-ser-investigado-por-operacoes-ilegais-de-compra-de-terras-em-mato-grosso/>>

com.br/estado/id-201727/grupo_el_tejar_deve_ser_investigado_por_operacoes_ilegais_de_compra_de_terras_em_mato_grosso>. Acesso em: dez. 2015.

PAULINO, Eliane Tomiazi. Institucionalidades frágeis e territórios altivos: a paradoxal eficiência da agricultura camponesa no Brasil. **Revista Geonordeste**, São Cristóvão, Ano XXVI, n. 1, p. 103-123, jan./jul. 2015.

PAULINO, Eliane Tomiazi; ROSEMEIRE Aparecida de Almeida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PIRAS, Danielle Schimaneski. **A territorialização da agricultura moderna em Primavera do Leste**. Niterói, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense.

PREFEITURA MUNICIPAL de Primavera do Leste. **Município de Primavera do Leste – MT: Sexta economia do Estado de Mato Grosso**. Manuscrito. 2000.

PRIMAVERA do Leste: onde a gente cresce. Material de divulgação – Prefeitura Municipal. Manuscrito. 2015.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2014/>>. Acesso em: jun. 2016.

ROCHA, Betty Nogueira. “A trama do drama”. **A trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT**. Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SANT’ANA, Daniela Alves Braga. “Alianças multifacetadas – colonização de Juara”. In: Barrozo, João Carlos (Org.). **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**. São Leopoldo: Oikos; Cuiabá: EdUFMT, 2010.

SANTOS, César Ricardo Simoni. **A fronteira urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil**. São Paulo: PPGH – USP/FAPESP/ Annablume, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2008.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “Insurreição do uso”. In: MARTINS, J. S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Elias da. **Território, cidade e rede: o papel de Rondonópolis na expansão da soja no cerrado mato-grossense**. São Paulo, 2010. Tese em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

SILVA, Ligia Osorio. **Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Silvana Cristina da. “Urbanização e criação de novos municípios no front agrícola: faces do uso corporativo do território brasileiro”. **GEOUSP** – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 34, 2013. Número Especial, p. 3-17.

SOUZA, Edilson Antônio de. **Sinop: história, imagens e relatos. Um estudo sobre a colonização**. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

_____. **O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História). Niterói, 2008. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

VOLOCHKO, Danilo. **Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole**. 2011. 258f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. “Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso”. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Cuiabá, n.16, p. 18-38, 2013.

_____. “Terra, poder e capital em Nova Mutum – MT: elementos para o debate da produção do espaço nas ‘cidades do agronegócio’”. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 35, p. 40-67, 2015.

WERNER, Inácio; GUIMARÃES, Maristela; WITTER, Teobaldo (orgs.). **Relatório Estadual de Direitos Humanos e da Terra, 2017. Mato Grosso – Brasil**. Cuiabá: Associação Antônio Vieira, 2017.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. **O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no sudeste de Mato Grosso (Brasil)**. Tese (doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2014. 220 f.